

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

VICTOR EMMANUEL FARIAS GOMES

**UM “VETERANO TROTSKISTA”: EDMUNDO MONIZ ENTRE A POLÍTICA, O
JORNALISMO E A REVOLUÇÃO**

FLORIANÓPOLIS

2023

VICTOR EMMANUEL FARIAS GOMES

**UM “VETERANO TROTSKISTA”: EDMUNDO MONIZ ENTRE A POLÍTICA, O
JORNALISMO E A REVOLUÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

FLORIANÓPOLIS

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Gomes, Victor Emmanuel Farias

Um "veterano trotskista" : Edmundo Moniz entre a política, o jornalismo e a revolução / Victor Emmanuel Farias Gomes. -- 2023. 512 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

I. Edmundo Moniz. 2. Trotskismo. 3. Trabalhismo. 4. Bonapartismo. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

VICTOR EMMANUEL FARIAS GOMES

**UM “VETERANO TROTSKISTA”: EDMUNDO MONIZ ENTRE A POLÍTICA, O
JORNALISMO E A REVOLUÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, área de concentração em História do Tempo Presente.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn - Orientador

Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Professora Dra. Caroline Jaques Cubas

Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Dr. Alexandre Busko Valim

Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Universidade Federal de Minas Gerais

Professor Dr. Pablo Alejandro Pozzi

Universidade de Buenos Aires

Florianópolis, 10 de julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o indispensável apoio financeiro do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP), da Universidade do Estado de Santa Catarina, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Agradeço meu orientador, Prof. Dr. Reinaldo Lohn, pelo acompanhamento e diálogo nas diferentes etapas da pesquisa e da escrita.

Aos professores, às professoras e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Aos professores Alexandre Valim, Pablo Pozzi, Rodrigo Patto e à professora Caroline Cubas, pelos aportes realizados durante o exame de qualificação e defesa da tese.

À minha família pelo apoio constante e à Daniele, por tudo que se renova a cada dia.

Devo um agradecimento aos professores e às professoras da Universidade Regional do Cariri, importantes na minha formação e com quem tive o prazer de trabalhar no período de 2016 a 2018.

Não posso esquecer a leitura atenta feita por Nilo Sérgio sobre a primeira versão do projeto de pesquisa para esta tese. Suas questões ajudaram a estruturar aspectos importantes do trabalho.

À Amanda, Isadora e Jade, pela generosidade.

Aos amigos Eduardo, Carlos Eduardo, Carol, Izaias, Geovanni, Hudson, Carlos Alberto e Vinícius.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto a trajetória do jornalista e intelectual Edmundo Moniz Ferrão de Aragão. Militante das organizações trotskistas na década de 1930, Moniz foi um dos partidários de Leon Trotsky que rompeu com a IV Internacional, entre 1939 e 1940, como consequência das teses da organização e de seu principal dirigente acerca da defesa incondicional da União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Neste trabalho, procuramos demonstrar os ritmos desiguais da ruptura com o trotskismo e a mobilização da experiência em momentos diferentes da atuação política de Edmundo Moniz, que, após deixar as fileiras da IV Internacional, buscou construir organizações de esquerda alternativas à direção dos comunistas e que combinassem a defesa dos interesses sociais dos trabalhadores com a reivindicação de direitos democráticos. Esse processo, marcado por acelerações e revisões, foi atravessado pela reconstrução de uma concepção total sobre o capitalismo de seu tempo, que utilizava elementos do marxismo e da herança deixada por Trotsky. Entre as ambiguidades de sua trajetória, esteve seu engajamento na União Democrática Nacional, durante a década de 1940, o que viria a repercutir em uma oposição franca ao último governo de Getúlio Vargas e a seu ministro do trabalho, João Goulart. Além disso, Moniz tornou-se um personagem importante na polêmica acerca da autoria dos editoriais “Basta!” e “Fora!”, publicados pelo Correio da Manhã nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964. O golpe contra João Goulart e a instauração da ditadura transformaram a sua relação com o trabalhismo, levando-o a longo processo de aproximação que redundou, finalmente, em seu ingresso no Partido Democrático Trabalhista. Defendemos, nesta tese, que sua trajetória envolve a formação de ideias e apropriações singulares do trotskismo, impactando no modo como desenvolveu sua experiência política. Apesar das diferentes posições assumidas, no que diz respeito ao cenário político brasileiro, Moniz manteve a convivência durante décadas com o espectro, reivindicado e rejeitado, rememorado e esquecido, de Leon Trotsky.

Palavras-chave: Edmundo Moniz, Trotskismo, Trabalhismo, Bonapartismo.

ABSTRACT

This research focuses on the career of the journalist and intellectual Edmundo Moniz Ferrão de Aragão. A Trotskyist militant in the 1930s, Moniz was one of Leon Trotsky's supporters who broke with the Fourth International between 1939 and 1940 due to disagreements with the organization's theses and its primary leader regarding unconditional support for the Soviet Union in World War II. In this work, we seek to demonstrate the uneven rhythms of the break with Trotskyism and the mobilization of experience at different moments in the political career of Edmundo Moniz who, after leaving the ranks of the Fourth International, aimed to build left-wing alternative organizations, contrary to the leadership of the communists, that combined the defense of workers' social interests with the demand for democratic rights. This process, marked by accelerations and revisions, was characterized by the reconstruction of a comprehensive conception of capitalism in its time, which incorporated elements from Marxism and the legacy left by Trotsky. Among the ambiguities of his trajectory was his involvement in the União Democrática Nacional during the 1940s, which resulted in open opposition to the last government of Getúlio Vargas and his Minister of Labor, João Goulart. In addition, Moniz became an important character in the polemic about the authorship of the editorials "Basta!" and "Fora!", published by *Correio da Manhã* on March 31 and April 1, 1964. The coup against João Goulart and the establishment of the dictatorship transformed his relationship with laborism, leading him to a lengthy process of approximation that resulted, finally, in his entry into Partido Democrático Trabalhista. In this thesis, we advocate that his trajectory involves the formation of singular ideas and appropriations of Trotskyism, impacting the way he developed his political experience. Despite the different positions taken by Moniz, when it comes to the Brazilian political landscape, for decades, he maintained coexistence with the specter – claimed and rejected, remembered and forgotten – of Leon Trotsky.

Keywords: Edmundo Moniz, Trotskism, Laborism, Bonapartism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Propaganda da Campanha de Márcio Moreira Alves	328
Figura 2 – Panfleto da Campanha de Márcio Moreira Alves	328
Figura 3 – Desenho simula o enforcamento de Golbery	397
Figura 4 – Desenho em panfleto de 1975	398

LISTA DE SIGLAS

ABDE	Associação Brasileira de Escritores
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BOC	Bloco Operário e Camponês
CCE	Comissão Central Executiva
CEDPEN	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo da Economia Nacional
CEI	Comitê Executivo Internacional
CEMAP	Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEXIM	Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CGTB	Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNOP	Comissão Nacional de Organização Provisória
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTB	Confederação dos Trabalhadores Do Brasil
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP	Departamento de Imprensa E Propaganda
DOPS	Divisão de Ordem Política E Social
ED	Esquerda Democrática
FDLN	Frente Democrática de Libertação Nacional
FGTS	Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMP	Frente de Mobilização Popular
FUA	Frente Única Antifascista
GCL	Grupo Comunista Lenine
GRAP	Grupo Radical de Ação Popular
IC	Internacional Comunista

ILDES	Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social
IPM	Inquérito Policial Militar
IS	Internacional Socialista
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUC	Juventude Universitária Católica
KMT	Kuomintang
KPD	Partido Comunista da Alemanha
LCI	Liga Comunista Internacionalista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
NEP	Nova Política Econômica
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAREDE	Partido da Renovação Democrática
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCC	Partido Comunista Chinês
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PD	Partido Democrático
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNR	Partido Nacional Revolucionário
POL	Partido Operário Leninista
POR	Partido Operário Revolucionário
POSDR	Partido Operário Social-Democrata Russo
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PRM	Partido da Revolução Mexicana
PRP	Partido Republicano Paulista
PRP	Partido da Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDA	Partido Social-Democrata Alemão
PSP	Partido Social Progressista
PSPB	Partido Socialista Proletário do Brasil

PSR	Partido Socialista Revolucionário
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAN	Resistência Armada Nacionalista
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SNI	Serviço Nacional De Informações
SNT	Serviço Nacional de Teatro
STF	Supremo Tribunal Federal
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
SWP	Socialist Workers Party
UDN	União Democrática Nacional
UDS	União Democrática Socialista
UME	União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UOCB	União Operária e Camponesa do Brasil
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	União Socialista Popular
UTB	União Trabalhista Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	UMA HISTÓRIA DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA	22
1.2	O TEMPO PRESENTE DOS TROTSKISTAS	26
2	ENTRE A HERANÇA INCERTA E O LEGADO IMPRECISO: DISSIDENTES E TROTSKISTAS NA DÉCADA DE 1930	33
2.1	A TERCEIRA REVOLTA E O TERCEIRO PERÍODO	36
2.2	A RESSIGNIFICAÇÃO DAS TRADIÇÕES	51
2.3	DA OPOSIÇÃO À IV INTERNACIONAL	63
2.4	O ADEUS A TROTSKY	113
3	O GRANDE MEDO DO BONAPARTISMO PERONISTA	144
3.1	A DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: OS SOCIALISTAS E A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL	149
3.2	AS ELEIÇÕES DE 1945 E 1947	177
3.3	O ÚLTIMO GOVERNO DE VARGAS	198
3.4	O TEATRO DA POLÍTICA	234
4	DA GUANABARA AO MÉXICO: GOLPE, DITADURA E ENGAJAMENTO	261
4.1	O GOLPE DE ABRIL	266
4.2	A OPOSIÇÃO DOS JORNALISTAS	299
4.3	O POMBO-CORREIO DA FRENTE AMPLA	332
4.4	A PRIMAVERA DOS LIVROS	353
4.5	O ÚLTIMO COMBATE DO CORREIO DA MANHÃ	375
5	“VI UM HOMEM RASGAR O PAPEL EM QUE ESTAVAM ESCRITAS AS TRÊS LETRAS, QUE ELE TANTO AMAVA”	384
5.1	UM NOVO PARTIDO PARA JOÃO GOULART	385
5.2	A OUTRA CARTA DE LISBOA	407
5.3	UMA VIDA ENTRE OGUNS	430
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	452
	REFERÊNCIAS	456

1 INTRODUÇÃO

É extremamente importante que também escolha um assunto grande, algo assim como o meu Saint-Simon, que o force a reexaminar muitas questões e reler muitas coisas sob um ângulo definido. (RAKOVSKI apud DEUTSCHER, 1968, p. 457).

Corria o ano de 1928, quando Christian Rakovski¹, membro da Oposição ao grupo dirigente do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), escreveu uma missiva à figura de proa dos dissidentes, Leon Trotsky, que preparava um recurso ao VI Congresso da Internacional Comunista, contestando a decisão que o havia expulsado do PCUS. A carta procurava motivar o ex-líder soviético, lançando mão de uma imagem bastante comum entre homens e mulheres que, entre os séculos XIX e XX, interessavam-se pela história e que, de certo modo, mobilizou algumas das interrogações deste trabalho: a análise das vidas de determinados sujeitos singulares permitiria visualizar os problemas de uma época histórica.

Na elaboração deste trabalho, nos deparamos com essa ideia em diferentes momentos. No prefácio à edição brasileira da biografia de Trotsky, escrita por Isaac Deutscher, Emir Sader (2005, p. 9) escreve:

Grandes eventos históricos produzem ou são produzidos por grandes personagens? O certo é que coincidem no tempo e no espaço. [...] a vida dos que Hegel chamava de “indivíduos cósmico-históricos”, aqueles cujo destino se funde com o da história universal, só podem ser biografados conjuntamente com os grandes dilemas e dramas de sua época.

Hegel considerava que os grandes personagens da história agiam em consonância com a razão, empurrados por essa força em direção à grandeza. Com tal convicção, maravilhou-se com a figura de Napoleão Bonaparte que, ao derrotar a Prússia na conhecida Batalha de Jena², teria realizado o espírito do tempo. Napoleão tombou em 1815 e Hegel morreu em 1831, deixando um legado em disputa no ambiente intelectual alemão do qual surge Karl Marx.

Marx, que formula uma crítica a Hegel e aos hegelianos de seu tempo, ao tratar do sobrinho de Napoleão, Luís Bonaparte, autor de um golpe terminal na Segunda República da

¹ Kristián Gueórguievich Rakovsky (1873-1941). Nascido em Kotel, Bulgária, Rakovsky teve destacada atuação no movimento socialista europeu antes de 1917 e passou a colaborar com o governo formado após a Revolução de Outubro. Membro do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, Rakovsky foi um importante militante da Oposição de Esquerda e refletiu sobre a burocratização e o poder no Estado operário. Foi um dos últimos membros de destaque da Oposição a capitular diante do Partido, fazendo-o em 1934. Condenado no último dos “Processos de Moscou” a 25 anos de prisão, morreu em um campo de concentração em 1941.

² Ocorrida em 14 de outubro de 1806, a luta entre tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte e prussianas leais a Guilherme III foi determinante para a vitória parcial da França sobre a Prússia.

França³, em dezembro de 1851, escreveu uma frase que acabou transformada em sentença: “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25). A produção intelectual e militante desenvolvida a partir da teoria social de Marx teria levado em conta essa afirmação, oscilando “entre uma ênfase na ação dos sujeitos humanos e a determinação dos limites postos pelas circunstâncias” (MATTOS, 2013, p. 16).

Hegel e Marx, razão e dialética, história e sujeito, voltaram a aparecer nos caminhos percorridos na investigação para esta tese estampados na capa de um livro escrito por Edmundo Moniz⁴, o sujeito histórico aqui focado. *O Espírito das Épocas*, publicado em 1950, é apresentado como uma obra que “representa o reflexo do desenvolvimento econômico, histórico e social da humanidade na obra de seus grandes poetas” (MONIZ, 1950, p. 5) e traz, como epígrafe, uma passagem em que Hegel liga o destino dos grandes homens ao espírito de sua época.

Moniz transformara em livro parte dos textos escritos por ele e publicados ao longo da década de 1940, na revista *Carioca*⁵ e no jornal *Correio da Manhã*⁶. Abordava a obra de Dante, Camões Stendhal, Shakespeare, Voltaire, Victor Hugo, entre outros, fazendo uma espécie de crítica literária que se aproximava mais do materialismo do que das formulações do filósofo a quem pagava tributo. Em momentos como o seu comentário acerca de Dostoiévsky, que refletiria “as contradições, ou melhor, o estado combinado econômico-histórico da Rússia no final do século passado” (MONIZ, 1950, p. 161), utilizava o arsenal teórico de Trotsky com aquela que seria considerada sua principal contribuição ao marxismo, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Trotsky, em certo momento de sua vida,

³ Resultado das revoltas de 1848 na França, que derrubaram o rei Luís Felipe, a Segunda República durou até 1851.

⁴ Edmundo Ferrão Moniz de Aragão (1911-1997) nasceu em Salvador e era filho do ex-governador da Bahia, Antônio Muniz Sodré de Aragão. Formou-se na Faculdade Nacional de Direito durante a década de 1930, quando iniciou seus trabalhos na imprensa e sua militância em organizações da Oposição de Esquerda, partidárias das ideias de Leon Trotsky. Em 1940, rompeu com as teses trotskistas acerca da II Guerra Mundial e a defesa da URSS. Na mesma década iniciou a publicação constante de colunas e artigos no jornal *Correio da Manhã*, onde atuou até 1968, quando deixou o Brasil com o decreto do Ato Institucional número 5. Retornou em 1976 e colaborou com a fundação do Partido Democrático Trabalhista, integrando os governos de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro. Morreu em 23 de janeiro de 1997.

⁵ Publicada entre 1935 e 1954, *Carioca* era dirigida à juventude e às mulheres, publicando contos, artigos sobre literatura e divulgava as ideias da psicanálise. Edmundo Moniz escreveu regularmente para a revista entre 1940 e 1942.

⁶ Jornal com sede no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt e dirigido por Paulo Bittencourt até 1963, data de seu falecimento. A partir de então, foi presidido por Niomar Moniz Sodré Bittencourt, que ficou à frente do jornal até 1969. Prima de Edmundo Moniz, acabou presa, no mesmo ano, por atividades consideradas subversivas. Naquele momento, o jornal já agonizava, sufocado pela ditadura.

também se debruçou sobre a literatura em um material ao qual dificilmente Moniz teve acesso naquela década: *Literatura e Revolução*, livro escrito e publicado na Rússia em 1924, só ganharia uma versão no Brasil em 1969, com tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira⁷, sobrinho de Edmundo.

Trotsky discutiu, em seu livro, o impacto gerado por um acontecimento da dimensão da Revolução de 1917 no mundo das artes e tratou dos escritores russos que tiveram suas vidas atravessadas pela tomada do Palácio de Inverno. Em meio às considerações sobre os literatos, deixou uma síntese sobre o que pensava acerca dos criadores e criaturas do mundo das letras, concernentes não com o devir da história, mas com vários elementos relativos ao gênio individual.

Dizem que o escritor começa onde começa sua individualidade e que, em consequência, a fonte de sua criação é unicamente a sua alma e não a sua classe. É verdade que, sem a individualidade, não pode haver escritor. Mas se a individualidade do poeta – e somente essa individualidade – se revela na sua obra – que objetivo teria então a interpretação da arte? De que se ocupa a crítica literária? Seguramente o artista, se ele é um verdadeiro artista, falará de sua individualidade singular melhor do que qualquer crítico tagarela. A verdade, porém, é que, mesmo que a individualidade seja única, isso não significa que não se possa analisá-la. A individualidade é uma fusão íntima de elementos tribais, nacionais e de classe, temporários ou institucionalizados, e, de fato, é no caráter único dessa fusão, nas proporções dessa composição psicoquímica que se exprime a individualidade. Uma das mais importantes tarefas da crítica visa analisar a individualidade do artista (isto é, sua arte), dentro dos elementos que contém, e a mostrar a sua correlação. Desse modo, a crítica aproxima o artista do leitor, que também possui, mais ou menos, uma alma particular, não expressa artisticamente, indefinida, mas que não representa menos uma união daqueles mesmos elementos da alma do poeta. [...] As condições mais profundas e mais duráveis, que modelam a alma do homem, as condições sociais de educação, de existência, de trabalho e de associação, determinam o que há de comum entre o poeta e o leitor. As condições sociais, na história da sociedade humana, são, antes de tudo, as condições de dependência de classe. (TROTSKY, 1969, p. 59).

Ao dispensar o enfoque exclusivo no talento individual dos literatos estudados e inseri-los na dinâmica da luta de classes e dos conflitos políticos do passado, Edmundo Moniz acabou por realizar algo próximo do programa de Trotsky para a crítica literária, mesmo que ainda não o conhecesse. Para Moniz, Victor Hugo, por exemplo, iniciara sua produção em uma França na qual o poder monárquico fora restaurado e, embora não fosse um inimigo do regime, tampouco era um vocalizador mecânico da coroa. A individualidade e os limites políticos da primeira metade do século XIX entraram em conflito em algum momento:

⁷ Luiz Alberto Moniz Bandeira (1935-2017) foi um historiador e militante político nascido em Salvador, capital da Bahia. Em suas obras, entre outros assuntos, abordou o impacto da Revolução Russa no Brasil, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, bem como escreveu um importante livro sobre o governo de João Goulart. Fez parte da Organização Revolucionária Marxista (ORM-Polop) e foi um dos articuladores do novo trabalhismo encabeçado por Leonel Brizola.

O poeta em Victor Hugo era maior que o cortesão. Sua inteligência alada e flamejante chocava-se com as estreitas exigências do mundo oficial. Houve de início um significativo conflito entre o homem e o poeta. O poeta superava o homem, elevando-se, tempestuosamente, acima de seus próprios interesses e dos interesses da classe a que procurava servir. [...] O poeta dos reis, da corte, pior ainda, da restauração, não tardaria em se tornar o poeta do povo e da liberdade. (MONIZ, 1950, p. 137).

A distinção realizada entre o poeta e homem não se transforma em uma determinação imaginada entre o que habita o mundo da produção literária e o sujeito que vive na esfera das condições materiais de sobrevivência. Eles convivem no mesmo homem, relacionam-se e interferem um no outro, em um movimento dinâmico. Seria possível, então, conhecer o passado pela narrativa que faz o autor de *Os Miseráveis*, bem como ao analisar os conflitos entre a expressão artística e a trajetória do escritor.

Voltando a Trotsky, este refletiu acerca do próprio papel diante dos acontecimentos da história. Em 1929, exilado na Turquia, o revolucionário preparou um relato memorialístico e tentou oferecer uma resposta acerca do entrelaçamento do individual com o universal:

Não posso negar que a minha vida não foi das mais ordinárias. Mas é preciso buscar as causas disso nas circunstâncias da época e não em mim mesmo. Obviamente, existem certos traços pessoais que me permitiram desempenhar, bem ou mal, os papéis que desempenhei. No entanto, em outras circunstâncias históricas, essas características pessoais facilmente fariam o leitor cochilar, pois são incontáveis as inclinações e paixões humanas de que a vida social não necessita. Em contrapartida, poderiam manifestar-se outras qualidades hoje rejeitadas ou descartadas. No final das contas, o objetivo tem prioridade sobre o subjetivo e decide tudo. (TROTSKY, 2017, p. 29).

Assim, para Trotsky, a solução para o problema do indivíduo com a história é a própria persistência das tensões entre as circunstâncias, as oportunidades e os sujeitos determinados à ação. Não temos a pretensão de explorar o variado lugar que a discussão acerca da relação entre o individual e o universal ocupou na reflexão filosófica e historiográfica ao longo dos séculos⁸. Pretendemos demonstrar, contudo, como esta interação está presente em uma problemática que se apresenta como parte do objeto deste trabalho: como tratar de uma tradição política e de uma trajetória individual de modo correlato? Na estação final de suas vidas, a experiência militante, avaliada e, por vezes, contestada, é uma das heranças de sujeitos cujas trajetórias deixam legados imprecisos sobre sua ação política. Cabe questionar como a investigação histórica acerca de seus passos e expressões intelectuais,

⁸ Sabina Loriga (2011) realizou importante trabalho sobre os historiadores do século XIX e a função que a biografia ocupou no ofício historiográfico em momento fundamental da constituição do campo da História.

evitando determinismos, pode contribuir para a compreensão do movimento vivo de um conjunto de ideias e práticas que formam uma corrente política.

A tradição em questão é aquela que decorre da produção intelectual e liderança política de Leon Trotsky. Assassinado em 1940, no México, Trotsky deixou o que Daniel Bensaid (2010, p. 62) chamou de “herança preciosa, mas sem manual de instruções” para os militantes que o acompanhavam na tarefa de construir uma alternativa política ao stalinismo. As interpretações dessa herança foram variadas e nem sempre as leituras que procuraram a verdade em seus textos foram aquelas que se mantiveram fiéis ao que estruturava as ideias de Trotsky.

A história do trotskismo, antes e depois da morte de Trotsky, ficou marcada por várias rupturas, às vezes de dimensões locais, outras atingindo o movimento internacionalmente. A figura do dissidente da dissidência é, portanto, um objeto relevante de análise. Referimo-nos àqueles que mantêm o que, no âmbito das esquerdas, costuma ser relacionado a um compromisso de classe, não aos que – como são variados os casos na história do comunismo – rompem não apenas com organizações ou correntes políticas, mas abandonam a imaginação de uma totalidade sistêmica diferente do capitalismo. Assim, os “ex-trotskistas” carregam não só uma identificação política sem manual de instruções, mas uma herança incerta e indesejada que se assenta no que se atribui a Trotsky e no que o ato de romper com essa tradição política impacta no modo como são percebidos a partir de então. Assim, o dissidente da dissidência deixa um legado impreciso ao fim de sua trajetória.

O espaço entre a herança incerta da experiência militante junto ao trotskismo e o legado impreciso deixado por Edmundo Moniz é o objeto da presente investigação. Esse par complementar, não antitético, procura dar conta de uma narrativa histórica acerca do trotskismo que extrapola os limites das organizações políticas, encarnando-se em determinados sujeitos históricos que se movimentam no campo político, aproximando-se e distanciando-se de Trotsky, ora retomando suas teses, ora subvertendo-as para responder situações concretas da luta política.

Assim, propomos uma história do trotskismo e dos trotskistas que certamente não é uma novidade. Obras seminais sobre o trotskismo no Brasil realizam, na nossa perspectiva, tarefa semelhante. O livro de José Castilho Marques Neto, fruto de sua tese de doutorado, tem como título *Solidão Revolucionária* (1993), mas é preciso dar o acento ao subtítulo de seu trabalho: “Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil”. Um dos objetivos de sua pesquisa é o de explicar o surgimento da Oposição de Esquerda no Brasil por outro caminho

que não fosse a tese de que uma doença que acometeu Mário Pedrosa⁹ durante uma viagem com destino a Moscou – onde participaria da Escola Leninista – teria obrigado sua retenção na Alemanha, onde o militante do PCB se converteria ao trotskismo.

Mário Pedrosa morreu em 1981, mesmo ano em que um grupo de professores e militantes de diferentes gerações fundou o Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa – CEMAP. A reunião de documentos feita pelo CEMAP tornou possível as pesquisas sobre o trotskismo na década de 1930 no Brasil. São cartas, documentos internos das organizações, jornais, panfletos e outros materiais indispensáveis para a compreensão das posições e trajetórias dos grupos e militantes opositoristas. Fúlvio Abramo, que militara na Liga Comunista Internacionalista (LCI), presidia o CEMAP nos anos 1980 e publicou, com Dainis Karepovs, o livro *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930-1933*, no qual estão os textos fundamentais dos primeiros anos da corrente política no Brasil, tornando mais acessíveis alguns dos materiais que estavam sob guarda do CEMAP.

Em *Solidão Revolucionária*, assim como nas demais obras sobre o tema, e na trajetória do CEMAP, encontramos, discretamente, a participação de Edmundo Moniz.¹⁰ Ele foi um dos quatro entrevistados para a realização da referida tese, ao lado de Fúlvio Abramo, Heitor Ferreira Lima e Plínio Melo. Em nota de rodapé, José Castilho Marques Neto (1993, p. 243) aponta: “jornalista, sociólogo e economista, Edmundo Moniz foi militante da LCI no Rio de Janeiro, da qual foi importante dirigente”. Moniz também foi um dos entrevistados para os livros de John W. Foster Dulles sobre a esquerda no Brasil e tanto *Anarquistas e Comunistas no Brasil* (1977) quanto *O Comunismo no Brasil: 1935-1945* (1985) tratam as organizações trotskistas em meio aos problemas gerais dos revolucionários brasileiros na primeira metade do século XX.

Já o CEMAP contou com sua colaboração, visível, sobretudo, na publicação de *Por uma arte revolucionária independente* (1985), livro que trouxe o manifesto homônimo resultante dos encontros entre Trotsky, Diego Rivera e o surrealista francês André Breton, no México, em 1938, e que também contava com cartas e declarações dos envolvidos na fracassada tentativa de criar uma Federação Internacional de escritores e artistas. A segunda

⁹ Mário Xavier de Andrade Pedrosa (1900-1981) iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro em 1927 e, pouco tempo depois, já se encontrava como organizador do primeiro grupo da Oposição de Esquerda no Brasil. Esteve na convenção de fundação da IV Internacional, como representante das seções latino-americanas. Romperia com a IV e com as ideias de Trotsky sobre a Guerra e a defesa da União Soviética em 1940 e, nas décadas seguintes, aproximou-se das ideias de Rosa Luxemburgo. Teve destacada atuação na imprensa como crítico de arte.

¹⁰ Há, também, um livro escrito por Sérgio Caldieri (2011), jornalista que trabalhou com Moniz durante os governos do PDT no Rio de Janeiro.

parte do livro publicou uma entrevista com Moniz, um texto de sua autoria e artigos de outros autores e autoras, com Patrícia Galvão (Pagu), Mário Pedrosa e Geraldo Ferraz, quase todos publicados na *Vanguarda Socialista*, jornal que, em 1946, fez circular o manifesto “Por uma arte revolucionária independente” pela primeira vez no Brasil.

Com isso, queremos dizer que algumas das preocupações que movem a elaboração do presente trabalho condicionaram discussões anteriores e estão presentes em obras importantes. Entretanto, se não foi possível escrever uma história do trotskismo no Brasil da década de 1930 sem abordar centralmente os nomes de Mário Pedrosa, Lívio Xavier¹¹ e Aristides Lobo, há uma história das margens que está por ser feita. Nessas margens encontra-se Edmundo Moniz Ferrão de Aragão, nascido em Salvador, em 1911, filho de Antônio Moniz Sodré¹², ex-governador da Bahia. Edmundo foi viver no Rio de Janeiro e lá teve contato com o trotskismo, vinculando-se a esta corrente política até o debate existente na IV Internacional acerca da natureza do Estado soviético, entre 1938 e 1940. Nas décadas seguintes à sua ruptura com as teses de Trotsky sobre a União Soviética e a Segunda Guerra Mundial, a intervenção política de Moniz e o conjunto de suas ideias residiram na tensão entre a herança incerta e a construção de um legado impreciso de sua atuação política. Sua trajetória intelectual suscita questões que envolvem o quanto o trotskismo esteve presente – como inspiração ou recusa – em suas escolhas e posicionamentos em diferentes momentos de intervenção política, mesmo quando deixou de militar diretamente em organizações inspiradas pelo revolucionário russo. Moniz ocupará o centro das discussões deste trabalho, sem perder a condição de um sujeito que atuou às margens de um movimento político e de uma tradição intelectual. O espaço entre a herança incerta do trotskismo e o legado impreciso de seus militantes não é exclusividade da trajetória de Moniz, podendo ser observado em outros sujeitos que compartilharam elementos da experiência em organizações da década de 1930.

¹¹ Lívio Barreto Xavier (1900-1988) era advogado, jornalista e tradutor. Foi um dos fundadores do Grupo Comunista Lenine, primeira organização de Oposição de Esquerda no Brasil. Deixou a Liga Comunista Internacionalista entre 1934 e 1935. Escreveu, durante décadas, a coluna “Revista das Revistas”, publicada no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Publicou alguns livros, caso de *Tempestade sobre a Ásia* (1933), usando o pseudônimo de L. Mantsô; *O elmo de Mambrino* (1975), coletânea de textos sobre literatura; *Infância na Granja* (1974), relato autobiográfico, e uma reunião de poemas lançados em *Dez poemas de Lívio Xavier* (1978). Era cearense, nascido no município de Granja. Sobre Lívio Xavier, ver o ensaio biográfico de Alexandre Barbalho (2003).

¹² Antonio Moniz Sodré de Aragão (1881-1930) foi governador (1916-1920) e senador pelo estado da Bahia (1920-1927). Estava à frente do executivo estadual quando eclodiu a greve geral de 1919, na Bahia, e recusou-se a enfrentar o movimento com a repressão solicitada pela burguesia local. Por essa razão, foi chamado de “maximalista”. Moniz Bandeira (2017 p. 318-319) destacou que ele “conhecia as teorias dos grandes economistas e de Marx e Engels” e que tomara outras decisões em benefício do proletariado, como a manutenção de obras públicas para garantir o emprego dos operários.

Um deles era Lívio Xavier. Na ocasião dos 101 anos de seu nascimento, uma mesa redonda, organizada pelo Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, contou com a participação de Antonio Candido, que deu seu depoimento sobre a convivência com o jornalista cearense. A exposição foi publicada em livro, anos depois e registrou passagens curiosas da relação entre Candido e Xavier. Um desses episódios foi uma viagem que realizaram, acompanhados de Myriam Xavier, irmã de Lívio, que, saindo de São Paulo, teve como destino final o estado do Maranhão, passando por Pernambuco e Ceará. Antonio Candido conta que, ao conhecer Lívio, este “não era mais um militante, não falava muito de política. Quando se falava de política diante dele dizia rindo: ‘Agora o que me interessa é a salvação da alma’” (CANDIDO, 2017, p. 15).

Lívio Xavier rompera com a Liga Comunista Internacionalista entre 1934 e 1935, período marcado pelo confronto com os integralistas na Praça da Sé, em São Paulo, e pelo *tournant* francês¹³, não retornando aos quadros oficiais dos partidos de esquerda, mantendo militância na advocacia para sindicatos. Porém, a sua atividade mais marcante aconteceria na crítica literária, sobretudo a desenvolvida em *O Estado de S. Paulo*, com a coluna semanal “Revista das Revistas”, parte do Suplemento Literário do jornal. O jornalista comentava artigos de publicações nacionais e estrangeiras em um formato pouco propício às elaborações sobre a conjuntura política, em um trabalho de “salvação das almas” pela divulgação das ideias que circulavam entre os intelectuais do mundo. Ele envelheceu na redação do jornal e ganhou a alcunha de “mestre”, a qual aceitava com gracejos.

Aos 78 anos, concedeu uma entrevista aos jornalistas do veículo onde trabalhara por décadas, compondo um depoimento sobre a experiência militante dos anos de 1930. Após falar das organizações atuantes no movimento operário daquele período, os entrevistadores perguntaram se algo restara do trotskismo como corrente política. A resposta de Lívio foi curiosa: “Não posso falar nisso, pois sou trotskista. Ou melhor, fui trotskista” (O ESTADO DE S. PAULO, 01 jul. 1979, p. 12). A incerteza acerca do tempo verbal é representativa da relação de Lívio com Trotsky e sua herança.

aqui ocorreu uma cisão entre os trotskistas. O Aristides Lobo e o Mário Pedrosa acabaram por indispor-se, por questão de tática. [...] Essa cisão interessou-me historicamente. E individualmente também, pois ocorreu na época em que me desliguei, organizatoriamente da oposição de esquerda. Nunca mais voltei a militar ativamente, pois cheguei à conclusão de que seria uma coisa inócua. (...) Entre nós, de esquerda, também ocorreram muitas divisões. Uns diziam que Trotsky era louco, pois insistia em colocar a Rússia no caminho que ele considerava certo, outros achavam que era simplesmente inócua. Mesmo depois de iniciada a Segunda

¹³ Cf. p. 77.

Guerra, Trotsky nunca deixou de defender, certa ou erradamente, a tese do movimento operário internacional, pois pretendia regenerar a Rússia e reconduzi-la ao que, segundo ele, era o verdadeiro caminho. (O ESTADO DE S. PAULO, 1 jul. 1979, p. 12).

A separação entre Lívio e o partido não foi suficiente para que ele deixasse de ser considerado um trotskista, como ele afirmava: “Todo mundo me conhece ou me toma por trotskista, por exemplo, mas não tenho mais nada com isso” (O ESTADO DE S. PAULO, 1 jul. 1979, p. 12). A força da experiência militante ainda era notável, seja na persistência de sua proximidade com as obras de Trotsky, das quais realizou algumas traduções após a saída da LCI¹⁴, ou se mostra em pequenos gestos, como o ato de exhibir um livro recém-adquirido: “Vejam este livro aqui, por exemplo. Ele contém tudo o que se pode querer saber a respeito de Trotsky, cronologia completa, é de fácil manuseio e verificação. Deve estar ainda à venda, pois eu o comprei há pouco” (O ESTADO DE S. PAULO, 1 jul. 1979, p. 12).

O apartamento de Lívio também era ilustrativo da desigualdade dos ritmos das rupturas. O homem, que nunca casou, residiu no centro de São Paulo até a velhice e acumulou livros, jornais e documentos. A visão impressionou aqueles que puderam visitar a habitação do “mestre”, caso de José Castilho Marques Neto, que colaborou com a organização do acervo reunido no apartamento.

A austera cama de solteiro marca Patente dominava o minúsculo apartamento de quarto e sala na Rua Xavier de Toledo, Centro de São Paulo, a poucos metros do Theatro Municipal. Em volta dela empilhavam-se livros que não cabiam nas estantes e cobriam todas as paredes. Viam-se também uma minúscula escrivaninha, uma cadeira de balanço e uma cadeira do tipo que se transforma em uma pequena escada. Um pequeno cabideiro, de tipo “arara”, suportava dois paletós e algumas camisas. O ambiente era mais que austero, e os únicos ornamentos eram os poucos quadros a óleo que se percebia eram de alta qualidade artística. Completavam o mobiliário muitas caixas de papelão lotadas de papel. (MARQUES NETO, 2017, p. 27).

Além de muitos recortes de jornais, nas caixas e estantes estavam os clássicos do marxismo em português e outros idiomas, atas, manuscritos e resoluções da Liga Comunista. Ademais, a correspondência de Lívio com Mário Pedrosa e outras peças do acervo, como a autorização emitida por Trotsky para que Lívio fosse seu tradutor no Brasil, formam o arquivo que documenta sua trajetória e, portanto, é não só resultado da acumulação, mas um exercício consciente de estruturar marcos biográficos. O trotskismo, como corrente política concretizada em organizações, ficara para trás, mas restara muito de Trotsky, também porque Lívio guardara os rastros da experiência.

¹⁴ Lívio Xavier foi responsável pela tradução de *Minha Vida*, lançado pela José Olympio, em 1946, e por *Terrorismo e comunismo*, editado pela Saga, em 1969.

O outro caso emblemático é o de Mário Pedrosa, o mais destacado dirigente do trotskismo brasileiro em sua primeira década. Pedrosa foi um formulador político da corrente, um organizador, um militante e, fora do Brasil, por causa da repressão política desencadeada com o início do Estado Novo, participou da etapa preparatória e da realização do congresso de fundação da IV Internacional. Nos Estados Unidos, ficou ao lado da fração do *Socialist Workers Party* (SWP) que encabeçou a crítica às teses de Trotsky sobre a defesa, incondicional, da União Soviética e deixou a IV Internacional em 1940. Depois disso, nunca mais se declarou trotskista, embora não desprezasse a contribuição dessa tradição política à história do marxismo. Pedrosa se aproximou das ideias de Rosa Luxemburgo, de suas elaborações sobre a Revolução Russa e acerca do imperialismo, mas manteve a companhia da herança simbólica e material do trotskismo. Em 1970, enquanto estava sendo processado pela Ditadura Militar por comentários feitos no exterior, Mário Pedrosa se refugiou no consulado chileno. Lá ocorreu o encontro entre o intelectual e Túlio Quintiliano¹⁵, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Foi nessa ocasião que Quintiliano ouviu as críticas de Pedrosa à luta armada e tomou contato, pela primeira vez, com o Programa de Transição e a Revolução Traída de Leon Trotsky. É razoável supor também que a ideia em criar um grupo político no exílio crítico à luta armada surgiu a partir dessa breve experiência de pré-exílio no consulado chileno. (OLIVEIRA, 2018, p. 93).

No Chile, Quintiliano fundou o Grupo Ponto de Partida e se aproximou das tendências da IV Internacional que criticavam a estratégia guerrilheira. A organização chegou ao fim com a queda de Allende, mas as relações estabelecidas entre alguns de seus membros e as teses debatidas em seu interior tiveram papel importante na constituição da Liga Operária, embrião da Convergência Socialista, organização que fundou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Moniz acompanhou Pedrosa em sua divergência com a IV Internacional, em 1940, mas, ao contrário do companheiro e amigo, se reconciliou com as teses de Trotsky e, assim, se apresentava publicamente. O intervalo entre o rompimento brusco com as organizações ligadas à IV Internacional e a reaproximação com o trotskismo abriga um processo de distanciamento, reconstrução e autocrítica teórica e política, processos que interessam a esta tese. Após deixar oficialmente o movimento trotskista, Moniz radicalizou suas posições contra o stalinismo em uma elaboração diretamente ligada à sua atuação política de oposição

¹⁵ Túlio Roberto Cardoso Quintiliano (1944-1973) fez parte do movimento estudantil quando cursou Engenharia Civil na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro. Condenado a um ano de prisão, Quintiliano conseguiu asilo político no Chile. Imediatamente após o golpe de setembro de 1973 foi preso e assassinado.

ao trabalhismo de Getúlio Vargas. O lento processo de reaproximação com Trotsky também foi uma autocrítica política, não explicitamente declarada, mas realizada objetivamente, pois, após o golpe de 1964, Edmundo Moniz iniciou uma colaboração estreita com os trabalhistas, em uma aliança que construiu até o fim da vida.

1.1 UMA HISTÓRIA DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Edward Palmer Thompson, em *William Morris: de romântico a revolucionário* (1988), qualificou a sua obra como um “estudo sobre William Morris, em vez de uma biografia” (THOMPSON, 1988, p. 747, tradução nossa)¹⁶. Com isso, parecia querer enfatizar o aspecto interpretativo de sua análise, sem localizá-lo no âmbito do gênero biográfico, reconhecendo que havia forte aproximação com este. Gostaríamos de nos apropriar da definição ampla que o historiador britânico propôs para sugerir os marcos teóricos que balizam o trabalho aqui exposto.

Por ter feito da imprensa a tribuna de suas causas e legar, portanto, uma produção intelectual que constitui corpo fundamental de fontes dessa pesquisa, Edmundo Moniz poderia ser sujeito de uma “biografia intelectual” ou de uma abordagem ao estilo “vida e obra”. A primeira pode ser entendida como a biografia de um intelectual, enquanto a segunda, com origens na história literária, “supõe que o conhecimento da vida permite ao leitor compreender a obra e revelar seus segredos” (DOSSE, 2007, p. 53, tradução nossa)¹⁷. Entretanto, o leitor pode se frustrar ao buscar neste trabalho traços canônicos do gênero biográfico, onde, por exemplo, o biografado ocupa o centro da narrativa em quase todos os momentos e as lacunas da existência são preenchidas, muitas vezes, com a imaginação do escritor, na perseguição à totalidade da trajetória do sujeito.

Aqui, a apreensão de processos políticos, acontecimentos e a vida dos grupos de esquerda, desloca, por vezes, as ações de Edmundo Moniz para segundo plano, assim como várias lacunas são tomadas como parte inerente à investigação histórica. Por exemplo, sua atuação como diretor do Serviço Nacional de Teatro, nas décadas de 1950 e 1960, será pouco trabalhada, o que dificilmente ocorreria em uma biografia. Negar a adesão ao gênero biográfico não pretende isentar respostas a questões levantadas e que se tornaram clássicas – assim como se tornou clássica, no início do século XX, a crítica de François Simiand (2003)

¹⁶ Do original: “estudio de William Morris, más bien que de una biografia” (THOMPSON, 1988, p. 747).

¹⁷ Do original: “supone que el conocimiento de la vida permite al lector comprender la obra y revelar sus secretos” (DOSSE, 2007, p. 53).

sobre os “ídolos dos historiadores” (o político, o individual e o cronológico)¹⁸ – na problematização feita por Pierre Bourdieu em *A ilusão biográfica* (2006). Bourdieu enxerga cumplicidade entre o biógrafo e o biografado na construção de um relato que, fundado sob o referencial do nome próprio, atribui coerência à trajetória individual. O contraponto à abordagem biográfica encontra-se no privilégio dado à noção de “campo”.

A categoria apareceu pela primeira vez em um artigo lançado em *Les Temps Modernes*, em 1966, no qual Bourdieu desenvolveu um caminho teórico e metodológico para a sociologia dos intelectuais. O “campo intelectual” seria um espaço autônomo – portanto, livre do tacão estatal – e com regras próprias em que os produtores e suas obras circulam em um conjunto de relações sociais. O processo criativo, a interação entre os elementos externos ao campo e as obras produzidas, assim como os objetivos das peças produzidas, têm relação direta com a posição que se ocupa, o julgamento dos pares e o lugar que é almejado no campo intelectual. Essa concepção consagrou-se nas ciências sociais e, no caso brasileiro, deixou aporte significativo para o estudo dos intelectuais, em trabalhos como *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil* (1979), de Sérgio Miceli.

Se a fecundidade das proposições de Bourdieu é inegável no estudo da constituição dos mercados editoriais e de trabalho, na relação entre os produtores da cultura e o Estado, bem como a legitimidade intelectual de sujeitos e escolas, ela pode não ser suficiente para uma história intelectual que tenha outras finalidades. Nesse sentido, a crítica de François Dosse é pertinente. Para ele, Bourdieu fez da atividade intelectual “uma tentativa por parte de cada um de maximizar seu interesse, não como um ator racional, senão segundo as leis próprias a algumas lógicas de campo” (DOSSE, 2007, p. 104, tradução nossa)¹⁹. Assim, o indivíduo terminaria subjugado como sujeito, diante do que François Dosse compreende como uma visão estruturalista aplicada ao estudo dos intelectuais. É possível, no entanto, tomar uma lição a partir do seu ponto de partida, ou seja, que tratar a vida de um sujeito determinado deve fugir do estabelecimento forçado de uma coerência para suas ações. Benito Bisso Schmidt (2003), realizando o inventário das críticas dirigidas às biografias, propõe que os historiadores que dialogam com o gênero biográfico levem em consideração as objeções feitas desde o século XIX para apresentar reflexões renovadas sobre suas pesquisas. Das

¹⁸ Publicado originalmente em 1903, na *Revue de Synthèse Historique*, o trabalho de Simiand, um sociólogo, era uma crítica à história de seu tempo, que privilegiaria os acontecimentos, o singular e a trajetória dos indivíduos. A disputa era também pela legitimidade dos campos do conhecimento e se a sociologia não transformou a história em uma de suas ramificações, a geração inicial dos *Annales*, com Marc Bloch e Lucien Febvre é tributária das críticas vindas dos sociólogos.

¹⁹ Do original: “un intento por parte de cada uno de maximizar su interés, no en tanto que actor racional, sino según las leyes propias a unas lógicas de campo” (DOSSE, 2007, p. 104).

proposições de Pierre Bourdieu, Schmidt (2003, p. 69) extrai a necessidade de o biógrafo “acompanhar o ‘fazer-se’ (parodiando Thompson) do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso”. Tomando essa preocupação, o elemento biográfico que permeia a presente investigação explora o descontínuo, as contradições e as tensões entre um sujeito determinado e as questões de seu tempo.

Para tratar da trajetória de Edmundo Moniz, propomos uma abordagem que combina traços das reflexões da história intelectual com temas caros à história política, tendo como premissa a categoria de “experiência”. Desse modo, a pesquisa não se desenvolveu como um trabalho de história das ideias à moda antiga – uma história do “espírito” desvinculada do social e do político – ou como uma aplicação direta da teoria e metodologia empregadas por escolas diversas da nova história intelectual, como os trabalhos de Quentin Skinner, John Pocock ou do alemão Reinhart Koselleck. Este último, no entanto, ganhou importante lugar na reflexão geral que estrutura a investigação, consequência da centralidade que a categoria de experiência adquire na sua obra.

Historiador da história dos conceitos, Koselleck dá à categoria de “experiência” um lugar central em seus escritos e a considera, ao lado de “expectativa”, “a condição humana universal” (KOSELLECK, 2006, p. 308), aquilo que torna possível a história e seu relato.

“historia”, em grego, significava originalmente o que nós, alemães, denominamos “experiência”. “Ter uma experiência” significa ir daqui para lá a fim de experimentar e conhecer algo: trata-se, de certo modo, de uma viagem de descoberta. Mas a narrativa histórica só surge como ciência a partir do relato dessa viagem e da reflexão sobre esse relato. Ela é, por definição, a expressão mais pura de uma ciência da experiência. (KOSELLECK, 2014, p. 20).

Em outra definição, já incorporada à reflexão sobre o par conceitual experiência/expectativa, Koselleck (2006, p. 309) afirma que a “experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. O passado presente, que se relaciona com o futuro presente, ajuda a compor os estratos do tempo, representação metafórica do tempo histórico.

Um historiador de formação intelectual e política distinta de Koselleck, Edward Palmer Thompson também dedicou importante lugar à categoria de experiência. Nos três volumes de *A formação da classe operária inglesa*, Thompson procura pelo “fazer-se” da classe, observável no compartilhamento de interesses e valores por sujeitos que também tinham em comum uma experiência no mundo da produção. O historiador britânico opera o conceito para duelar com parte dos marxistas de seu tempo que, entre outras coisas,

estabeleçam uma rígida separação e uma determinação da estrutura material sobre uma secundária superestrutura. Em contraposição a uma versão reducionista do marxismo, Thompson 2001, p. 260-261) argumentava:

O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a *experiência* de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres. [...] há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida.

Há uma marcante diferença entre Koselleck e Thompson, pois este tem como preocupação principal a experiência dos trabalhadores e o conceito termina por moldar-se à classe e a sua consciência. Continuando este inventário de diferenças, para tratar dos significados que os sujeitos atribuem à experiência, Thompson utiliza as noções de consciência – também com caráter de classe – e cultura, categorias que, na obra de Koselleck, têm seu lugar ocupado pela linguagem, de onde surgiriam os conceitos.

Não obstante, existem aproximações possíveis entre formulações notadamente diferentes, sobretudo pelo substrato que há nas duas concepções: a preservação de indivíduos reais diante da variedade de relações que compõem o vivido. Uma história da experiência política pode surgir a partir da combinação dos significados atribuídos pelos dois autores à categoria, ajudando a precisar os pontos em que a investigação quer tocar.

Um intelectual, em sua vida, enredado pelas relações de classe e suas lutas, experimenta os processos sociais e políticos, respondendo a eles com a sua pluma, articulando conceitos que, na maioria das vezes, não foram forjados por ele e que, por isso, estão carregados de temporalidades e experiências diversas. Contudo, as reflexões que são aqui tratadas não são obras de homens e mulheres que encaram os acontecimentos de forma contemplativa, mas daqueles que se agarram a eles para agirem como “tribunos da plebe”, dispostos a se contraporem a um estado de coisas. No caso de sujeitos históricos como Edmundo Moniz, filiam-se a organizações operárias ou a partidos, disputam eleições e organizam-se coletivamente para intervir no que consideram ser fenômenos da luta de classes. Assim, a experiência aqui abordada é politicamente pensada e interpretada por quem a adquire. Essa intervenção pode, por vezes, enxergar-se como resposta a problemas singulares ou explicitar a mobilização de experiências transmitidas pelas tradições da esquerda, cabendo ao pesquisador encontrar, na atuação dos intelectuais militantes, os estratos do tempo que compõem o presente das ações reconstituídas.

1.2 O TEMPO PRESENTE DOS TROTSKISTAS

Em agosto de 1919, publicou-se, no Rio de Janeiro, o primeiro número do jornal de inspiração anarquista *Spártacus*, assim intitulado em homenagem à *Spartakusbund*, Liga Spartacus ou Liga Espartaquista, organização fundada pela fração de esquerda da social-democracia alemã. Seus líderes, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, foram assassinados na noite de 15 de janeiro daquele ano, durante o processo revolucionário aberto com o fim da I Guerra Mundial e que duraria mais alguns meses.

O nome do grupo alemão já continha, em si, uma memória das lutas passadas. Walter Benjamin, nas suas teses sobre o conceito de História, citou a relação entre a emancipação presente e as gerações anteriores.

O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Em Marx, ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consome a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados. Essa consciência, reativada durante algum tempo no movimento espartaquista, foi sempre inaceitável para a social-democracia. Em três decênios, ela quase conseguiu extinguir o nome de Blanqui, cujo eco abalara o século passado. Preferiu atribuir à classe operária o papel de salvar gerações futuras. Com isso, ela a privou das suas melhores forças. A classe operária desaprendeu nessa escola tanto o ódio como o espírito de sacrifício. Porque um e outro se alimentam da imagem dos antepassados escravizados, e não dos descendentes liberados. (BENJAMIN, 1987, p. 228-229).

A dimensão apresentada por Benjamin é retomada por Löwy (2005) e Traverso (2018). Para eles, rememorar os derrotados é parte da confiança ativa na vitória da revolução e atravessou a história e as diversas tradições da esquerda mundial. Há, portanto, uma “melancolia de esquerda”, que não pode ser confundida com a passividade, pois o “horizonte de expectativa” era a redenção terrena da humanidade, ao alcance da vontade dos vivos. O caso de *Spártacus*, é, portanto, exemplar. O jornal homenageava os novos símbolos da luta dos trabalhadores, tomando o nome que os alemães puseram em seu grupo para trazer, ao presente, a figura da revolta de escravos no Império Romano.

Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados durante uma revolução, que foi sufocada com forte repressão, contando com a colaboração direta do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), organização que se afastara das ideias de insurreição proletária, sobretudo após a campanha patriótica de 1914 e a Revolução de Outubro na Rússia. Outro símbolo da esquerda no século XX, Ernesto Guevara, morto na Bolívia, em 8 de outubro de 1967, também legou um exemplo e uma imagem para a cultura melancólica da esquerda, mas

seu assassinato não demoveu a esquerda latino-americana da tática da guerrilha. No Brasil, um grupo de dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, batizou sua organização de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em referência à data da morte do revolucionário argentino²⁰.

Quando Trotsky sofreu o atentado que o levaria à morte no dia 21 de agosto de 1940, a situação de seus partidários era muito difícil. A IV Internacional vivia um momento de duros debates acerca do papel de seus militantes diante da II Guerra Mundial e da União Soviética, enquanto suas seções na Europa lutavam contra a ocupação nazista. Na França, o órgão dos “trotskistas”, chamados de “bolcheviques-leninistas”, era o jornal *La Vérité*, que lançara o seu primeiro número clandestino em 31 de agosto de 1940. Tratava-se do primeiro jornal clandestino a circular na França sob o governo de Phillipe Pétain, que fez da República de Vichy um regime títere dos alemães. Nessas condições, os responsáveis por *La Vérité* não tinham acesso a impressoras, tendo que datilografar cada página distribuída. Foi assim que, em seu primeiro número, foi noticiado o assassinato de Trotsky. A publicação tinha quatro páginas e funcionava como um material de agitação política em defesa de um governo operário para a França, que derrotasse Hitler, o governo de Pétain e o antisemitismo crescente no país. Portanto, não havia tempo e espaço para tecer longas considerações sobre a morte do revolucionário russo, que ocupou metade de uma das páginas do jornal, tornando-se mais um exemplar da forte ligação entre a memória e a ação política nas organizações de esquerda:

As mãos que recolhem a herança deixada por TROTSKY são certamente mais jovens, mais inexperientes. Mas sobre o túmulo do nosso grande camarada, juramos empregar todas as nossas forças, toda a nossa vontade para cumprir a tarefa que ele havia empreendido: a luta pela Revolução proletária mundial. (LA VÉRITÉ, 31 ago. 1940, p. 2, tradução nossa)²¹.

Entretanto, há uma diferença entre a morte de Trotsky e a de outros revolucionários derrotados. Os algozes do antigo líder da revolução soviética vestiam-se com as mesmas cores de sua vítima. Assim, os inimigos dos trotskistas não eram apenas os burgueses, mas também a burocracia stalinista que, ao assenhorar-se do Estado operário, teriam lançado mão de seu

²⁰ Originalmente, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro era um pequeno grupo carioca que fora desbaratado pelos órgãos de repressão em 1969. No entanto, durante a ação de sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, a chamada Dissidência da Guanabara retoma o nome do grupamento para desacreditar as notícias vitoriosas da polícia política.

²¹ Do original: “Les mains qui recueillent l’héritage que lègue TROTSKY, son certes plus jeunes, plus inexpérimentées. Mais sur la tombe de notre grand camarade, nous jurons de tendre toutes nos forces, toute notre volonté pour mener à bien la tâche qu’il avait entrepris: la lutte pour la Révolution prolétarienne mondiale”. (LA VÉRITÉ, 31 ago. 1940, p. 2)

poder em benefício próprio, tornando-o um entrave para a revolução mundial. Seu assassinato, em momento tão delicado da história, é um acontecimento chave para o tempo presente do trotskismo.

É possível fazermos tal afirmação a partir de um paralelo com as diversas relações mantidas entre sociedades, nações e o tempo histórico. Henry Rousso (2016, p. 24) propõe que “toda história contemporânea começa com ‘a última catástrofe em data’, e em todo caso a última que parece a mais loquaz, senão a mais próxima cronologicamente”. O vínculo entre a noção de presente e a catástrofe mais recente não foi exclusividade do século XX, mas “nosso regime de historicidade se define em grande parte pela dificuldade de superar a lembrança das grandes catástrofes recentes, de reatar, portanto, com certa continuidade histórica de maior duração” (ROUSSO, 2016, p. 28). Essa transformação, na percepção do tempo histórico, tem raízes no fim da Primeira Guerra Mundial, que se distancia da confiança no progresso que marcou o século anterior. O próprio Trotsky registrou o que parecia ser uma tendência após o fim do conflito. No prefácio da edição original de *Minha Vida*, ele sinalizava que:

A nossa época é abundante em relatos de memórias, talvez mais do que qualquer outra. Temos muitas coisas a contar. Quanto mais a história contemporânea é dramática e rica em sinuosidades, mais ela suscita interesse. [...] Épocas “complexas” como a nossa criam a necessidade de avaliar o dia de ontem, já tão longe no tempo, do ponto de vista dos que se engajaram ativamente nele. Assim, explica-se o enorme desenvolvimento da literatura memorialista após a última guerra. (TROTSKY, 2017, p. 25).

A mudança se tornou mais profunda ao final da Segunda Guerra, quando a experiência da “guerra total” tornou opaca a fronteira entre militares e civis, deportou grandes contingentes populacionais e levou à eliminação física de milhões de pessoas. No entanto, o modo como os grupos humanos lidam com a experiência de uma guerra ou revolução não é homogêneo e podemos pensar como uma corrente política, que compartilha símbolos, programa, princípios e uma cultura política, pode estruturar um tempo presente de sua trajetória. Dessa maneira, o trotskismo também atravessou a Segunda Guerra, mas a catástrofe que inaugurou o seu presente seria marcada pela amplitude de significados evocada pelo assassinato de Trotsky, acontecimento com raízes nas lutas e nas derrotas na União Soviética, na ascensão e na consolidação do stalinismo, nas derrotas das revoluções na Alemanha e na China, no esmagamento do movimento operário nos países dominados pelo fascismo. A perda do revolucionário que liderava a corrente dissidente seria também o sinal de que algo se transformara brutalmente entre a Revolução de 1917 e a situação em que se encontravam os trotskistas. Pensar o ontem que já parecia distante – Lenin e Trotsky, de destacado papel na

Revolução de Outubro, estavam mortos – era tarefa de seus militantes, que buscavam, na herança do marxismo, as ferramentas para enfrentar o desafio político de reconstruir o campo de esquerda em seu presente.

Essa dimensão aberta em 1940 pode ser observada, com nitidez, na geração que viu a IV Internacional em seu nascedouro e teve décadas de luta política, dentro e fora das organizações trotskistas, aspecto importante, mas não determinante. Quanto ao Brasil, é possível explorar o aparente paradoxo de sujeitos que romperam com as teses de Trotsky, mas continuaram às voltas com o seu espectro até o final de suas vidas. Dessa geração, Edmundo Moniz foi um dos personagens que exacerbou as oscilações e contradições no manuseio da experiência da militância trotskista em sua trajetória política. Sua longevidade como militante permite investigar processos decisivos para a história política no Brasil, durante o século XX, como os projetos alternativos da esquerda após o fim do Estado Novo; a relação entre os intelectuais e demais setores da sociedade na formação de uma oposição à Ditadura Militar; a reconstrução das esquerdas ao longo das décadas de 1970 e 1980, com a apresentação de um entendimento ligeiramente diferente acerca do surgimento do Partido Democrático Trabalhista (PDT), inserindo-o no itinerário das tentativas de reconstruir o trabalhismo, que remetem às articulações frustradas desde a deposição de João Goulart.

Assim, uma história da experiência política deve ter como objetivo reconstruir os acontecimentos como parte do vivido pelo sujeito histórico abordado, contribuindo para iluminar passagens ou elementos de determinados processos históricos que não puderam ser enxergados sem os documentos utilizados. Não obstante, é preciso ressaltar que há um ponto fundamental: documentar trajetórias.

O Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, hoje sob guarda do Centro de Documentação e Memória da UNESP, habita um prédio na Praça da Catedral da Sé, em São Paulo. Do variado acervo do CEMAP, queremos chamar a atenção para um caderno de projetos de pesquisa, provavelmente pensado pelos organizadores do centro, e que contém várias investigações não realizadas. Dentre elas, há uma página que propõe um “dicionário biográfico” de militantes, entre os quais consta o nome de Edmundo Moniz. Por caminhos tortuosos, este trabalho é também a realização de projetos inconclusos de gerações anteriores. A grafia do nome de Edmundo Moniz, apresentada corretamente no material do CEMAP, não é regra. O *Correio da Manhã*, jornal no qual Moniz trabalhou durante algumas décadas, vez ou outra, inseria seu nome com a letra “u”, transformando-o em “Muniz”, o que também ocorre com certa frequência em trabalhos acadêmicos, como em *Liga Comunista Internacionalista. Teoria e prática do trotskismo no Brasil* (2003), dissertação de mestrado de

Miguel Tavares de Almeida, no artigo *Enquadrando a ditadura: fotojornalismo do Correio da Manhã e os conflitos de 1968* (2020), de Jorge Ferreira, ou mesmo no livro de memórias de Ivan Pedro de Martins, *A flecha e o alvo: a intentona de 1935* (1994). Nesse sentido, a tese também procura estabelecer o lugar desta aparentemente simples letra “o” na história de uma tradição.

Para a elaboração desta tese, utilizamos fontes que podem ser organizadas em três grupos. O primeiro e mais volumoso corresponde aos artigos e matérias da imprensa, sobretudo os jornais com sede no Rio de Janeiro. Além do material escrito e assinado por Edmundo Moniz no *Correio da Manhã* e na revista *Carioca*, analisamos textos produzidos pelos seus colegas de redação no matutino carioca e editoriais do *Correio da Manhã*, pois as posições defendidas pelo jornal possuem um papel importante no contraste com as opiniões dos seus articulistas. Também utilizamos matérias e notícias da imprensa carioca para reconstituir os processos políticos, as crises e a dinâmica dos acontecimentos²². Em menor número, foram citadas fontes da imprensa alternativa e jornais de organizações de esquerda. Contamos, em grande medida, com o acervo disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, meio de pesquisa que permitiu a investigação em vários periódicos e possibilitou, muitas vezes, a consulta sobre temas e episódios tangenciais ao objeto desta tese.

O segundo conjunto de fontes agrupa os documentos sob a guarda do Arquivo Nacional e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). No CPDOC estão disponíveis as cartas recebidas e enviadas por João Goulart e que tratam das articulações em torno da Frente Ampla. No Arquivo Nacional, notadamente nos fundos relacionados à Ditadura Militar, trabalhamos com os documentos da oposição apreendidos e os relatórios dos órgãos de informações, fontes indispensáveis – desde que rigorosamente criticadas – para visualizarmos as movimentações políticas de Moniz e acessarmos, de outro ângulo, processos, tais como a reconstrução do trabalhismo. As características que a sua atuação assumiu a partir do golpe de 1964, participando de articulações de bastidores, fazendo o papel de interlocutor e intermediário entre lideranças políticas, tornam tais documentos importantes para o desenvolvimento dessa tese, pois o trabalho político de Moniz nem sempre se tornava público. Por último, da produção bibliográfica de Moniz, abordamos, principalmente, duas de suas obras, *A guerra social de Canudos* (1978) e *A originalidade das revoluções* (1987)²³.

²² Nesse sentido, o *Jornal do Brasil*, ao lado do *Correio da Manhã*, foi o órgão de imprensa mais recorrente.

²³ Ao longo do texto, citamos outros livros escritos ou organizados por Moniz, porém, abordamos com maior detalhamento as duas obras destacadas. *A guerra social de Canudos* acabou se tornando, ao lado de *O golpe de*

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro aborda a construção das organizações trotskistas no Brasil, na década de 1930. Entendemos o recuo no tempo como necessário para apresentar aspectos e elementos que transformaram a trajetória dos militantes daquela década e os acompanharam durante a vida. Naquele período, também se encontra o ponto de ruptura organizativo com os grupamentos trotskistas e/ou com as teses da IV Internacional. Na busca dos rastros da experiência, foi preciso retomar a relação dos militantes com Trotsky. Nesse primeiro momento, o nome Edmundo Moniz nem sempre ocupou o centro da narrativa, mas os processos políticos nos quais as organizações de esquerda se envolveram, as ideias que elas faziam circular, seu papel e suas interpretações sobre a realidade, traços fundamentais da sua formação política e intelectual. Após romper com Trotsky, diante da divergência sobre as teses acerca da defesa incondicional da União Soviética, Moniz se dedicou, poucos anos depois, a escrever, em sua coluna no jornal *Correio da Manhã*, uma série de artigos sobre a União Soviética, que consideramos uma reescrita de *A Revolução Traída*, livro publicado por Trotsky, na década de 1930, para expressar suas análises sobre a formação social em questão.

A produção intelectual de Edmundo Moniz no jornal *Correio da Manhã*, entre os anos de 1945 e 1960, é a documentação histórica básica do segundo capítulo. Esta parte do trabalho aborda o engajamento de Moniz em propostas alternativas de esquerda, que puseram como aspecto central a luta pelas bandeiras democráticas durante o fim do Estado Novo. O jornalista e ativista havia rompido com as teses da IV Internacional e organizara, acompanhado de Mário Pedrosa e outros militantes, a União Socialista Popular (U.S.P.) e o jornal *Vanguarda Socialista*. A U.S.P. tinha como objetivo preparar as bases de um novo partido, que não saiu do papel, enquanto o jornal terminou incorporado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao qual Moniz se recusou a aderir. Usando o *Correio da Manhã* como tribuna, o jornalista uniu ao antistalinismo um visceral antivarguismo, que o levou a desenvolver oposição às políticas nacionalistas de Getúlio Vargas e à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho.

O terceiro capítulo detém-se no período de crise política do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. O capítulo aborda a delicada questão dos editoriais “Basta!” e “Fora!”, publicados pelo jornal nos dias decisivos do golpe que destituiu Jango. A memória sobre tais textos, por vezes, atribuiu sua autoria a Moniz e torna-se necessário

Abril, o seu livro mais conhecido, e foi escrito após o retorno do exílio, quando Moniz não trabalhava mais na imprensa diária do Rio de Janeiro. Já *A originalidade das revoluções* ganhou importância para a tese por seu caráter de balanço da história do socialismo no século XX, convertendo-se em fonte e objeto relevante acerca das posições de Moniz após a reconciliação com as teses de Trotsky.

trabalhar com as várias narrativas sobre o posicionamento do jornal e de sua redação. Um dos tópicos analisa a constituição de uma ala intelectual de oposição à ditadura no imediato pós-golpe e procura seguir a hipótese de que este setor representou o principal contraponto aos militares até a reorganização das esquerdas a partir do movimento estudantil e das organizações que culminariam na luta armada. Edmundo Moniz esteve entre os vários jornalistas que lançaram alguns dos livros com maior repercussão, entre 1964 e 1966, sendo que alguns entraram no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), elegeram-se deputados, colaboraram com a Frente Ampla e fizeram da imprensa um espaço de luta.

Por fim, o quarto e último capítulo discute os oito anos de exílio de Edmundo Moniz, sua aproximação definitiva com João Goulart, sua relação com Leonel Brizola e o trabalhismo. Aqui, Moniz aparece como colaborador fiel do ex-presidente e, após retornar ao Brasil, um aliado crítico do modelo brizolista de reorganização do PTB. Em um momento de reconciliação intelectual e política com as teses de Trotsky, Moniz não concordava com o flerte entre Brizola e a Internacional Socialista, tampouco pretendia integrar um partido que fosse uma simples retomada da organização fundada em 1945, sem aprofundar o caráter socializante de seu programa.

Como referência final do trabalho encontra-se o ano de 1980, quando um “veterano trotskista” participou dos atos em memória dos 40 anos do assassinato de León Trotsky e tomou, em suas mãos, entre o inverno e a primavera, as edições dos *Escritos* (1976), coleção de textos publicados por Trotsky, entre 1929 e 1940, que compõem um universo de 25 volumes, dos quais 13 chegaram às nossas mãos, ao encontrá-los em uma livraria no bairro do Catete, no Rio de Janeiro.

2 ENTRE A HERANÇA INCERTA E O LEGADO IMPRECISO: DISSIDENTES E TROTSKISTAS NA DÉCADA DE 1930

Nunca mais conseguira ler um livro. Chegara a estar de posse de um, logo que desembarcara em Natal. Fora Valverde quem aparecera com ele no regimento. Título mais sugestivo não podia haver: "ABC do comunismo". Lera avidamente as primeiras páginas quando o sapateiro apareceu e, ao ver o volume, tomou-o de suas mãos, avisando-lhe que aquela edição não merecia confiança, estava toda deturpada, obra dos trotskistas. Juvêncio o entregou, agradecido do aviso do outro. Viu-o rasgar o livro:

- Pra não envenenar outro companheiro...

Falara-lhe depois sobre Trotsky e o mal que ele fizera à revolução. Como os trotskistas sabotavam o esforço do Partido e traíam a classe trabalhadora. Ali pelo Norte eles eram raros, felizmente. No Sul é que havia muitos, infiltravam-se no Partido só para destruí-lo. Juvêncio ficava pensando as palavras de Zé Tavares. E concluía que ele não podia ser trotskista.

- Trotskista e policial é a mesma coisa... – resumia o sapateiro, rasgando as últimas páginas do livro condenado.

Na cadeia, muito depois, Juvêncio teria tempo para ler e ter sua opinião sobre os trotskistas – tão arraigada nele devido a paixão com que o sapateiro falara -- iria se reforçar diante das provas e dos fatos. Leria também o "ABC do comunismo", desta vez uma edição merecedora de fé.
(AMADO, 2009, p. 280).

Membro do Partido Comunista Brasileiro, o romancista baiano Jorge Amado publicou *Seara Vermelha*, em 1946, quando sua agremiação podia esbanjar ares de vitória diante do prestígio adquirido pela União Soviética ao final da Segunda Guerra Mundial. O PCB havia superado a ressaca provocada pelo fracassado levante de 1935 e realizava comícios de massas durante o breve período de legalidade, iniciado com a queda de Vargas, em 1945.

Stalin também alcançava o ápice de sua popularidade e seu principal opositor no interior do movimento comunista internacional, Leon Trotsky, havia sido assassinado em Coyoacán, distrito da capital mexicana, em 1940. O “trotskismo” ao qual Jorge Amado faz referência em seu romance tinha, então, o tom de acusação de toda sorte de desvios dos comunistas dissidentes, mas o termo tinha ainda outros dois sentidos. Um deles foi expresso por Pavel Milyukov, político liberal russo, que, ao comentar a revolução que sacudira a Rússia em 1905, citou as “ilusões revolucionárias do trotskismo” (DEUTSCHER, 2005, p. 179)²⁴. A “ilusão” de Trotsky seria a convicção na revolução proletária e no protagonismo operário na realização das tarefas democráticas, incapazes de ter seu cumprimento garantido

²⁴ Trotsky (2017, p. 268) corrobora essa versão em *Minha vida*: “o professor Miliukov, a quem devemos em parte a invenção do termo ‘trotskismo’, replicou-me: ‘A ideia de uma ditadura do proletariado é totalmente infantil e nenhum homem na Europa pode sustentá-la’”.

pelos setores liberais e burgueses de seu país. Aquilo que Trotsky desenvolveu como a teoria da revolução permanente será visto, em vários momentos, como radicalismo e ilusão.

O terceiro sentido adveio da constituição de uma corrente política ao redor da liderança de Trotsky e de suas posições sobre a União Soviética. A querela surgida na Rússia espalhou-se pelo mundo e, a partir da constituição de uma fração do Partido Comunista russo, nascida durante a década de 1920, os trotskistas formaram partidos e organizações independentes após a subida de Hitler ao poder na Alemanha.

Os homens e mulheres que se engajaram na Oposição de Esquerda, ou seja, os trotskistas, conviveram com os variados sentidos que o termo ganhou com o tempo. Partidários de um grupo de oposição, lutaram contra as acusações que pintavam os dissidentes, trotskistas ou não, como inimigos da União Soviética, enquanto tinham de fugir da pecha de aventureirismo dirigida aos que rejeitavam concepções etapistas da revolução ou que se negavam a construir opções políticas de colaboração com frações da burguesia.

No Brasil, a acusação nasceu antes da corrente política. O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, convivia, poucos anos depois de seu surgimento, com questionamentos à sua atuação no movimento operário. Em 1928, divergências acerca da política comunista para os sindicatos levaram ao confronto entre Joaquim Barbosa²⁵, João da Costa Pimenta²⁶ e a direção do Partido.

Barbosa, alfaiate e militante comunista no meio sindical, expôs suas críticas ao PCB através de uma Carta Aberta, que causou sua expulsão, mas tornou-se um documento aglutinador dos descontentamentos nutridos por alguns militantes do Partido. A Carta de Joaquim Barbosa foi lida em reunião do Comitê Regional do Rio de Janeiro (CR-RJ), desconsiderando a proibição estabelecida pela Comissão Central Executiva (CCE) e ocasionando a destituição do órgão local. No início de maio de 1928, uma carta assinada por cinquenta militantes criticava a falta de democracia interna e exigia a realização de uma Conferência Nacional em que o direito à crítica fosse garantido. A manifestação foi ignorada pela direção do PCB e quarenta e seis membros do Partido deixaram suas fileiras.

Em um dos primeiros trabalhos acerca das origens do trotskismo no Brasil, José Castilho Marques Neto (1993, p. 114) considera essa dissidência importante para o objeto em questão, pois

²⁵ Joaquim Barbosa de Souza fazia parte do Sindicato dos Alfaiates do Rio de Janeiro, foi secretário da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro e estava presente na reunião de fundação do Partido Comunista Brasileiro.

²⁶ João Jorge Costa Pimenta (1888-1976), fundador do Partido Comunista Brasileiro, foi dirigente sindical da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) e fez parte da Liga Comunista Internacionalista.

os dissidentes mais em evidência farão parte do primeiro agrupamento de Oposição de Esquerda em 1930, o GCL: Rodolpho Coutinho, Lívio Xavier, Wenceslau Escobar Azambuja e Octaviano do Pin Galvão. Solidários, três dos quatro integrantes da Comissão Central Executiva da Juventude Comunista aderem aos demissionários: Hílcar Leite, Sávio Antunes e seu irmão, também futuros integrantes do GCL.

Além dos nomes envolvidos na cisão, vários dos elementos levantados junto ao Partido chegariam, pouco tempo depois, à plataforma do primeiro grupo trotskista brasileiro. Entretanto, naquele momento, se os variados descontentamentos – com a política de alianças e o regime de funcionamento do PCB, sobretudo – se articulam com o embate desenvolvido na União Soviética, o trotskismo ainda não existia como corrente política constituída no Brasil.

O trotskismo chegara antes como acusação, já que, nos últimos meses de 1927, a Oposição Unificada, constituída por Trotsky, Zinoviev²⁷ e Kamenev²⁸, fora derrotada durante o XV Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A reunião, que “declarou que a expressão das opiniões da Oposição era incompatível com a condição de membro do Partido” (DEUTSCHER, 1968, p. 406), encaminhou a expulsão do trio que representava parte da história da luta revolucionária na Rússia. A propaganda sobre o XV Congresso e a condenação do “trotskismo” como elemento pernicioso para o comunismo foi colocada em funcionamento durante os desdobramentos da carta de Joaquim Barbosa que culminara com a ruptura dos futuros opositoristas. Carlos Batista Prado (2019) dá duas indicações da presença da narrativa vitoriosa em Moscou em solo brasileiro. Uma delas está nas memórias de Octávio Brandão, dirigente do PCB durante aquela década, e que relatou ter se dedicado a expor o que entendia ser os males do trotskismo, em abril de 1928. A outra vem do jornal *A Classe Operária*²⁹, que retornava às ruas em 1º de maio de 1928, trazendo a “Resolução sobre o Relatório de Bukharin acerca da Oposição Trotskista Adotada por Unanimidade” estampada em sua primeira página.

²⁷ Gregori Evséevich Zinoviev (1883-1936) foi um importante militante e dirigente bolchevique. Um dos mais próximos colaboradores de Lenin, embora tenha em outubro de 1917 – ao lado de Kamenev – divergido da tomada do poder pelos bolcheviques, pertenceu ao Comitê Central do Partido Comunista Russo e presidiu o Comitê Eecutivo da Internacional Comunista até 1926, quando foi substituído por Nikolai Bukharin. Formou, junto de Trotsky e Kamenev, a Oposição Unificada, que se desarticulou em 1928. Em 1936, foi condenado à morte em uma das farsas jurídicas conhecidas como “os processos de Moscou”.

²⁸ Lev Borísovich Kamenev (1883-1936) integrou as fileiras da social-democracia russa antes da Revolução de Outubro e, em 1917, chegou ao Comitê Central do Partido Bolchevique. Foi eleito presidente do soviete de Moscou em 1918 e, com a piora do estado de saúde de Lenin, em 1922, ascendeu ao cargo de vice-presidente do Conselho de Comissários do Povo. Foi um dos articuladores da Oposição Unificada e morreu após a condenação judicial no primeiro dos “processos de Moscou”, em 1936.

²⁹ Fundado em 1925, *A Classe Operária* era o órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro.

A oposição passou da luta fracionária no seio do P.C. da U.S. à criação de um segundo partido, à “luta nas ruas” e às intervenções anti-sovietistas francas, o que, se não fosse a decidida resistência por parte das mais largas massas do proletariado, teria podido constituir uma ameaça à ditadura proletária, agrupando sob a bandeira da oposição trotskista os elementos das classes adversárias da ditadura do proletariado. (A CLASSE OPERÁRIA, 1 de mai. 1928, p. 1).

O primeiro grupo formalmente constituído da Oposição de Esquerda no Brasil apareceu apenas dois anos depois, mas o núcleo fundamental do futuro grupamento acompanhava os debates ocorridos na União Soviética, sobretudo a partir de 1927, através de publicações estrangeiras, como a revista *Clarté* e o jornal *La lutte de classe*, além dos contatos estabelecidos entre Mário Pedrosa, Lívio Xavier e Pierre Naville, este último, membro do Partido Comunista Francês que se tornou integrante da Oposição em seu país.

Assim, no início de 1930, surgia o Grupo Comunista Lenine (GCL), pequena organização dos trotskistas, que contava, naquele momento, com influência na União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo e com um órgão de divulgação de suas ideias, o jornal *A Luta de Classe*. O primeiro número da imprensa do GCL apresentava os objetivos da publicação:

Não visa a combater o Partido Comunista, porque o que urge é reintegrá-lo na linha que se traçou por ocasião de sua fundação, de modo que o seu rótulo vermelho passe a ser a expressão revolucionária de uma realidade. [...] Como se sabe, tem-se pretendido vulgarizar a ideia abstrusa de que o proletariado primeiro deve resolver os problemas nacionais da burguesia, para depois realizar a obra de sua libertação! (A LUTA DE CLASSE, 8 mai. 1930, p. 1).

Os principais motivos de preocupação para o GCL, presentes em “Nosso propósito”, continuaram a guiar a atuação do grupamento. A reforma do aparato partidário, para a qual os trotskistas procuravam apoio dentro e fora do Partido Comunista, seria bandeira dos militantes até o momento em que os PC’s passam a ser vistos como perdidos para a causa revolucionária. Já os “problemas nacionais da burguesia” ganhariam contornos fundamentais naquele ano, por conta da Aliança Liberal, chapa eleitoral encabeçada por Getúlio Vargas, que concorreria à presidência da República e seria derrotada, nas urnas, em março de 1930.

2.1 A TERCEIRA REVOLTA E O TERCEIRO PERÍODO

“O dia amanheceu sombrio. Dir-se-ia que a intensa neblina que cobria a terra e o nevoeiro cerrado de fora da barra contribuíam para a tristeza que tudo aparentava” (CORREIO DA MANHÃ, 7 jul. 1922, p. 1). Foi assim que o jornal *Correio da Manhã* descreveu o início do dia 6 de julho de 1922. No dia anterior, jovens soldados do Forte de

Copacabana, os “tenentes”, revoltaram-se como desfecho da crise instalada entre o Poder Executivo e o Exército, alimentada desde o ano anterior, por ocasião da disputa presidencial entre Nilo Peçanha e Artur Bernardes. Este, vitorioso nas eleições de 1922, ainda não assumira o cargo quando a revolta dos tenentes ocorreu em resposta à prisão do Marechal Hermes da Fonseca e à indicação de um civil para ocupar o Ministério da Guerra. A ação no Forte de Copacabana não se expandiu para outras cidades e o governo, rapidamente, controlou a situação. A marcha dos “dezoito do Forte”, dezessete militares e um civil, que saíram a combater as tropas do governo pela praia de Copacabana, terminou com apenas dois sobreviventes, os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O fim da revolta era o início do tenentismo.

Bastaram dois anos para que, no aniversário dos acontecimentos do Forte, houvesse uma tentativa de derrubar o então presidente Artur Bernardes. Um movimento encabeçado por militares travou uma batalha de dias pelo domínio da cidade de São Paulo. Derrotados, os revoltosos se deslocaram pelo interior do estado e contaram com o apoio dos levantes em cidades interioranas. Poucos meses depois, em outubro daquele ano, Luís Carlos Prestes e os tenentes do Rio Grande do Sul iniciaram um movimento crítico à oligarquia local e se dirigiram ao Paraná, onde formaram, com os remanescentes da revolta paulista, a Coluna Costa-Prestes³⁰.

A revolta paulista de 1924 serviria de mote para Octavio Brandão escrever *Agrarismo e Industrialismo* (1926), publicado originalmente sob o pseudônimo de Fritz Mayer. Brandão, fundador do PCB, em 1922, e tradutor da primeira edição brasileira do Manifesto Comunista de Karl Marx, procurou mobilizar conceitos do marxismo para analisar a formação social brasileira e o estado da luta de classes no país, concluindo que os levantes militares de 1922 e 1924 anunciavam uma “terceira revolta”. Para o autor, as contradições que inspiraram os militares persistiam. O mercado brasileiro seria objeto de disputa entre o imperialismo britânico e a expansão do apetite norte-americano sobre a América Latina, enquanto os interesses dos industriais brasileiros encontravam-se em rota de colisão com os cafeicultores, que detinham o poder político em detrimento daqueles e da pequena burguesia (BRANDÃO, 2006, p. 103).

Brandão (2006) caracterizava parte da classe dominante brasileira como feudal e tornou-se, assim, o principal formulador das ideias acerca das alianças e das etapas necessárias à revolução brasileira. Na derrubada do Estado agrário e do Partido Republicano

³⁰ Sobre as revoltas de 1922 e 1924, ver Hélio Silva (2004).

Paulista, entendido como representante político dos interesses dos fazendeiros de café, os tenentes, vistos como expressão da pequena burguesia, teriam lugar especial.

No ano seguinte à publicação de *Agrarismo e Industrialismo*, a intensificação da repressão sobre o movimento operário, com a tramitação da Lei Aníbal de Toledo e o uso da Lei Adolfo Gordo³¹, levou os comunistas a procurarem estabelecer frentes de atuação com setores externos ao proletariado. Desse modo,

amadurecia, inspirada principalmente na experiência chinesa, mas também na do Peru, a proposta, conduzida com particular entusiasmo por Leônidas de Rezende, de se constituir uma organização política nos moldes do Partido Nacional do Povo – Kuo-Min-Tang (KMT) ou da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). (ROIO, 1988, p. 35-36).

Os chineses apareciam como exemplo para os comunistas brasileiros, pois as preocupações da Internacional Comunista (IC) com os movimentos revolucionários fora da Europa concentravam-se sobretudo na Ásia. O Partido Comunista Chinês (PCC), fundado um ano antes do PC brasileiro, foi convencido pela IC de que deveria se aliar ao Kuomintang (KMT), organização nacionalista liderada, à época, por Chiang Kai-shek. Segundo Deutscher (1968, p. 340),

Para justificar sua atitude em termos marxistas, Bukarin e Stalin desenvolveram a teoria de que a revolução iniciada na China, tendo caráter burguês, não podia adotar objetivos socialistas; que a burguesia antimperialista que apoiava o Kuomintang estava desempenhando um papel revolucionário e que, conseqüentemente, era dever do Partido Comunista manter unidade com ela e nada fazer para antagonizá-la.

Porém, a inspiração dos comunistas brasileiros na aliança do PC chinês com o KMT não poderia ter vida longa, pois, naquele mesmo ano, a colaboração entre comunistas e nacionalistas malograva diante do “Massacre de Xangai”. O Kuomintang não possuía unanimidade acerca da relação com o PCC e, quando as tropas de Chiang Kai-Shek chegaram a Xangai, em março de 1927, encontraram os operários desarmados, por ordem dos comunistas, e os massacraram.

A derrota na China sepultou as alusões ao “Kuomintang brasileiro” e a aproximação entre Prestes e os comunistas brasileiros não se concretizou. Porém, o desejo de se aliar ao que o partido compreendia ser uma representação política da pequena-burguesia não

³¹ A Lei Adolfo Gordo é a denominação popular para o Decreto nº 1641, de 1907, que tratava da expulsão de estrangeiros do território brasileiro. Já a Lei Aníbal de Toledo ganhou a alcunha pelo empenho do deputado federal que propôs o enrijecimento da repressão aos comunistas, proibindo a organização partidária, sua propaganda em órgãos de imprensa e permitindo ao governo intervir em organizações operárias. Para Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 127), a nova legislação foi um episódio do aperfeiçoamento repressivo que continuou após 1930.

desapareceu. Em outubro de 1927, uma reunião da CCE voltava a discutir a política de alianças dos comunistas, tendo como base as proposições de Octavio Brandão. Decidira-se pela procura de entendimento com Luís Carlos Prestes, naquele momento residindo na Bolívia, e pela transformação do Bloco Operário – instrumento legal do partido para lançar candidaturas – em Bloco Operário e Camponês (BOC), terminologia mais adequada para o que a Internacional Comunista deliberava para os países ditos “semicoloniais” (KAREPOVS, 2006, p. 76-77). Naquele encontro, Rodolfo Coutinho votou contra a tentativa de diálogo com Prestes. Mais tarde, ele estaria no Grupo Comunista Lenine.

O BOC não durou muito. Em 1928, sob um clima de disputa velada entre Stalin e Bukharin, realizou-se o VI Congresso da Internacional Comunista. Neste, Nikolai Bukharin apresentou um relatório acerca das condições do capitalismo após a Primeira Guerra Mundial e dividiu seu desenvolvimento em três períodos. O primeiro ia de 1917, ano da Revolução Russa, até 1923, quando a situação alemã levou o Partido Comunista da Alemanha (KPD) às portas de convocar uma insurreição, em um plano desfeito no fim daquele ano. O segundo período, de 1924 a 1928, teria sido de retomada do vigor capitalista, enquanto as revoluções deslocavam-se para a periferia. O terceiro período compreenderia uma ofensiva das potências imperialistas sobre os mercados e um movimento que as levariam ao confronto com a União Soviética. A nova fase do capitalismo mundial, desse modo, deveria também ser o seu momento terminal.

A discussão sobre o fascismo também empurrava o movimento comunista para uma postura mais rígida em sua política de alianças. Nesse sentido, Fernando Claudín (1977) aponta como, desde o V Congresso da IC, as diferenças entre o fascismo e a social-democracia eram minimizadas, entre outros, pelo então presidente do Komintern, Grigori Zinoviev. A radicalização se confirmaria nos anos seguintes e teria seu ápice na década de trinta, quando a tese do “social-fascismo” imobilizou o KPD e contribuiu com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha.

Alguns meses depois, em 1929, o X Plenum da Comissão Executiva da Internacional Comunista marcou a vitória da ala de Stalin sobre Bukharin no PCUS e reforçou a nova política da IC, de “classe contra classe”. Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 205) destaca a participação do PCB, na figura de Astrojildo Pereira:

O mais importante na intervenção de Astrojildo Pereira no X Plenum é a caracterização que faz daquele período na América Latina: ‘A fascistização dos governos nacionais – eles estão ao serviço do imperialismo que exige a ordem e a calma’. [...] Astrojildo também se refere à ‘passagem ou a tendência à passagem do movimento revolucionário e anti-imperialista para a hegemonia da classe operária

dirigida pelo Partido Comunista'. Tanto a 'fascistização' dos governos nacionais quanto a 'hegemonia da classe operária dirigida pelo Partido Comunista' são na realidade meras aplicações do conceito de 'terceiro período' à América Latina e não o resultado de análises concretas. Aplica-se a 'fascistização' a governos que jamais haviam mudado sua natureza autoritária.

As seções da IC, na América Latina, foram chamadas a combater “desvios de direita” em suas fileiras, aumentar a desconfiança diante dos movimentos da pequena-burguesia, incrementar a influência do operariado no interior dos partidos e preservar a independência do partido na intervenção política. Porém, o PCB teria sido “o mais cauto na avaliação do X Plenun (...), feita em seu III Plenum, tendo procurado manter a unidade do grupo dirigente e a continuidade da linha política até então adotada” (ROIO, 1988, p. 150)

Dessa forma, o Bloco Operário e Camponês ainda teve fôlego para lançar Minervino de Oliveira como candidato à Presidência em 1930, mas a IC, através do Secretariado Sul-Americano, fechara o cerco aos comunistas brasileiros e, na ausência de uma social-democracia para ser tachada de fascista, a denúncia fundamental recaiu sobre o “prestismo” e a suposta aproximação com a pequena-burguesia. Assim, a disputa entre a Aliança Liberal e o candidato governista, Júlio Prestes, bem como o movimento que levou Vargas ao poder, não poderiam ser vistos pelo PCB como a “terceira revolta”, da qual tratara Octavio Brandão (2006). A noção de disputa entre os imperialismos norte-americano e inglês permanecia válida, mas o partido operário não devia tomar parte em um confronto entre frações da classe dominante, como apontava a declaração da direção do PCB:

A Aliança Liberal é o instrumento de que serve o imperialismo yankee na sua luta contra o imperialismo britânico para a dominação do Brasil. [...] Todos esses fatos demonstram de modo claro todo o ridículo da parolagem pequeno-burguesa sobre o papel progressista do imperialismo norte-americano, que é tão negreiro quanto o imperialismo inglês. Lutar só contra um dos dois imperialismos é, pois, o mesmo que se vender ao outro. (A CLASSE OPERÁRIA, 3 jul. 1930, p. 1).

A Coluna Prestes, identificada no texto como representante da pequena-burguesia, é atacada como desprovida de um programa político próprio, cabendo aos operários e às “massas camponesas” a direção da real luta revolucionária. Prestes denunciava a Aliança Liberal, mas, nesse momento perdia suas bases no movimento militar, que tem algumas de suas lideranças apoiando Vargas, caso do tenente Juarez Távora, com o qual nos reencontraremos à frente. O “Cavaleiro da Esperança” e Távora eram apontados pelo PCB como as duas tendências da pequena-burguesia, uma que procurava aproximar-se das massas e outra que se aproximava do fascismo.

Ainda sobre o impacto da política do “terceiro período” nas concepções dos comunistas acerca de suas alianças e da caracterização feita sobre a estrutura da economia brasileira e as classes sociais, diz Boris Fausto (2010, p, 31):

No que diz respeito ao mundo subdesenvolvido, se a caracterização socioeconômica dessas áreas não se modificou (setor feudal – setor capitalista), a avaliação dos interesses das diferentes classes passou a ser outra. O setor feudal e o nacional-burguês não estavam, na realidade, em contradição antagônica, mas, com exceção do caso argentino, mantinham relações de complementaridade, sob a égide do imperialismo; a própria pequena burguesia surgia agora como um aliado vacilante e transitório das forças revolucionárias. Conservava-se a teoria da dualidade e as concepções da revolução democrático-burguesa, mas a revolução seria levada a cabo, fundamentalmente, pelo proletariado e as massas camponesas.

Portanto, quando o movimento que derrubou Washington Luís, finalmente, pôs-se às ruas, após um ano de conspirações e rumores, o PCB “manteve-se à margem do processo, por considerar uma quartelada pequeno-burguesa contra os interesses do proletariado” (PANDOLFI, 1995, p. 100).

Enquanto políticos e militares articulavam o ataque contra o governo federal, os opositores brasileiros procuravam estabelecer um grupo militante que teria, como tarefa inicial, o trabalho teórico e a publicação de um jornal, que saiu às ruas no dia 8 de maio de 1930. *A Luta de Classe* era o veículo de divulgação das ideias do Grupo Comunista Lenine, fundado naquele mesmo mês, e das teses da Oposição de Esquerda Internacional. O GCL teve vida efêmera, de no máximo dez meses, e contava com a direção de Lívio Xavier, Mário Pedrosa e Rodolpho Coutinho, entre outros. Em janeiro de 1931, a Liga Comunista (ou Liga Comunista do Brasil) foi fundada a partir do núcleo que restara do agrupamento trotskista anterior.

No momento de surgimento do GCL, o nome de Edmundo Moniz não apareceu em documentos ou nas cartas trocadas entre militantes. Moniz, segundo pesquisa de Alzira Abreu (1998), ingressou na Liga Comunista (organização que sucede o Grupo Comunista Lenine), em 24 de abril de 1931. Moniz, provavelmente, conhecera Mário Pedrosa por volta de 1930, quando tinha dezenove anos e estudava na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Este espaço tinha ainda muita importância para a interlocução de Mário e Lívio. Os ex-estudantes, que tiveram contato com as ideias marxistas ao longo dos estudos universitários, mantinham relações com o professor Edgardo Castro Rebelo, intelectual que se identificava com Marx e continuava como importante referência para os trotskistas, como dá mostras o primeiro número de *A Luta de Classe*, que trazia uma resenha de um livro publicado pelo professor.

Portanto, a presença de Moniz na Faculdade de Direito foi importante para a sua entrada na Liga Comunista.

Nesse momento, mais importante do que o papel efetivo desempenhado por Moniz nas organizações trotskistas é a certeza de seu contato com a literatura oposicionista e o seu diálogo com as teses que a corrente política vai desenvolver acerca da questão nacional. Se a vitória de Vargas marcara as organizações da esquerda brasileira e a sua vida, em 1930, as consequências e as interpretações sobre o novo governo, o regime político que se constrói ao longo da década e o papel desempenhado por líderes que buscavam mobilizar os trabalhadores – mesmo com as contradições de uma inserção controlada –, acompanharam toda a trajetória política de Moniz.

Enquanto o PCB adequava-se à política do “terceiro período”, o Grupo Comunista Lenine lançava o seu jornal. Os quatro primeiros números foram quase exclusivamente dedicados ao esclarecimento das posições do GCL diante da política do PCB, aos comentários sobre os manifestos lançados por Prestes no exílio e à publicação de textos traduzidos. A Aliança Liberal, derrotada nas urnas em março, foi pouco citada e as articulações entre os setores dominantes foram abordadas, com centralidade, apenas em dois textos de autoria de Lívio Xavier (que assinava como “Lyon”), que tratam dos problemas do café e das relações entre o governo e os fazendeiros.

Porém, no início de 1931, os trotskistas, já sob a bandeira da Liga Comunista, publicaram no *Boletim da Oposição*, de janeiro daquele ano, o manifesto “Aos trabalhadores do Brasil”, primeiro comentário da direção da Liga acerca do movimento que derrubou Washington Luís. O documento reconhece o conflito que levou Vargas ao poder como uma disputa entre frações burguesas (baseadas nos estados da federação) pelo controle do governo federal, mas não aderiu às explicações dos membros do PCB, que falavam do embate imperialista expresso nos diferentes lados da contenda.

A burguesia internacional aparecia como elemento integrado à dominação de classe no Brasil, pois

Como remédio à crise financeira, mais um empréstimo que ligará mais os interesses da burguesia nacional aos da burguesia imperialista. [...] Mal cessaram as fanfarras retumbantes da vitória, os banqueiros de Wall Street e da City já enviam os seus peritos contadores. O verdadeiro vencedor surge. A burguesia nacional tem de submeter, pois, a sua política à política dos grandes países imperialistas. (COMISSÃO EXECUTIVA DA LIGA COMUNISTA, jan. 1931, p. 9).

Não há referência a embates entre setores agrários e industriais e, por ter um caráter de chamado aos trabalhadores, o manifesto parece ter, como objetivo, diluir qualquer esperança

de mudança positiva que o novo governo poderia trazer ao proletariado. Embora o movimento não tenha tido a mobilização do operariado ou dos setores urbanos como decisiva, vários foram os indícios que apontavam simpatia popular à derrubada de Washington Luís e às ações da Aliança Liberal, que apresentavam ligeiro prenúncio de uma política de “massas”, a começar pela leitura da plataforma da chapa, realizada na Esplanada do Castelo, na capital federal, no dia 2 de janeiro de 1930. Segundo Ângelo José da Silva (2002, p. 37), “pela primeira vez na história da República um candidato à Presidência realiza um comício desse porte” e o programa anunciado ia ao encontro de possíveis interesses das populações urbanas, como a anistia aos revoltosos dos movimentos tenentistas da década de 1920, liberdade de pensamento e voto secreto. O *Jornal do Brasil* noticiou – em meio às fotos da multidão – e transcreveu o discurso de Getúlio Vargas:

O programa é, portanto, mais do povo do que do candidato. Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são, realmente, as classes populares, sem ligações oficiais, as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do País sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos. [...] Não se pode negar a existência da questão social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos, em matéria de legislação social, não é aplicado, ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos, a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes, e das responsabilidades que nos advém da nossa posição de membros do “Bureau Internacional do Trabalho”, cujas convenções e conclusões não observamos. [...] corre-nos, também, o dever de acudir ao proletariado, com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice. (JORNAL DO BRASIL, 3 jan. 1930, p. 7).

O aceno de Vargas aos trabalhadores era claro. Embora o jornal tratasse do público presente como “povo”³², havia sinais do impacto causado pela campanha da Aliança Liberal e pela troca de comando do Governo Federal. A “Aliança Liberal mobilizou muito os trabalhadores cariocas. Se houve setores – ferroviários e marítimos – que deram apoio ao Clube Republicano Carioca, defensor de Júlio Prestes, grande parte dos operários industriais da Gávea e Engenho Velho votou em Vargas” (GOMES, 2005, p. 162). No fim de outubro, quando o governo provisório já estava instituído e aguardando Vargas chegar à capital do Brasil, a viagem do futuro presidente foi noticiada como um percurso de aclamações

³² Vavy Pacheco Borges (1992) destaca a presença da ideia de “povo” na retórica da Aliança Liberal e na ação dos militares identificados com o tenentismo. A ideia de “povo” se aproxima de “proletariado” e “trabalhador” mas não é igual a estas duas e adquire quase um caráter abstrato. Se a campanha de Vargas em 1930 não inaugura a busca por legitimar um projeto político em nome do “povo”, ela parece atingir outro patamar: “a abstração-povo parece se materializar, seja em praça pública (nos comícios da AL), seja nas urnas (em março de 30), seja no movimento militar de outubro (ao qual aderem significativamente as populações urbanas); assim, a necessidade da parceria popular se faz ainda mais patente e premente” (BORGES, 1992, p. 120).

populares. “A estação da Luz apresentava desde a tarde um aspecto festivo, repleta de pessoas de todas as classes sociais. [...] À passagem do trem pela Estação do Braz grande massa popular ali o aguardava” (JORNAL DO BRASIL, 31 out. 1930, p. 6). Logo em seguida à constituição do novo governo, foi criado o Ministério do Trabalho, que nos anos seguintes foi um importante instrumento da política varguista.

Esse discurso direcionado ao mundo do trabalho e que apontava para transformações democráticas e renovadoras parece ser, naquele momento, a preocupação fundamental do posicionamento da Liga Comunista. Qualquer confiança em Vargas e nas frações da classe dominante que o apoiavam entraria em choque com a concepção que Trotsky possuía do capitalismo de sua época. Para ele, se a burguesia cumpriu um papel revolucionário no final do século XVIII e início do século XIX, já não se prestava à tarefa de modernização das relações sociais e ampliação do espaço democrático.

Tal conclusão originava-se da “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, que podemos chamar de principal contribuição de Trotsky ao marxismo de sua época. Sua primeira aparição foi em 1906, com a edição de “Balanço e perspectivas”, texto escrito para ser parte de um livro (“Nossa revolução”) sobre os acontecimentos de 1905 na Rússia. Em janeiro daquele ano, uma manifestação pacífica, carregada de símbolos religiosos e do czarismo, encabeçada pelo padre Gapon, foi duramente reprimida pelas tropas de Nicolau II. Os tiros destinados aos prudentes manifestantes despertaram a ira revolucionária e a Rússia passou todo o ano a ser sacudida pelas greves, enquanto nascia uma forma organizativa que seria decisiva para a revolução: o soviete. Trotsky vivera intensamente a agitação revolucionária de 1905, que terminou com o fechamento do soviete de São Petersburgo e a prisão de suas lideranças, dentre elas, o próprio Trotsky.

Na prisão, escreveu “Balanço e perspectivas”, uma análise das condições de surgimento do capitalismo russo, do papel da monarquia centralizadora e da dinâmica das classes sociais. Se a estrutura econômica, política e social russa, no alvorecer do capitalismo, era considerada primitiva, o czarismo organizou as forças para modernizar as relações econômicas diante de uma burguesia fraca. Desse modo, o capitalismo russo havia se consolidado de maneira diferente do observado em outros países, como a Inglaterra. Assim, no início do século XX, uma massa de camponeses empobrecidos e estagnados sob o peso do Estado, convivia com uma indústria moderna, mas que envolvia pequena parte da população.

Assim, foi esboçada, levando em consideração o capitalismo como uma “totalidade”, a noção de desenvolvimento desigual e combinado, para “dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”

(LOWY, 1998, p. 73-74). O dito arcaico não apenas convive com o moderno, mas combina-se com ele, em uma relação dialética.

Se assim era a estrutura do capitalismo russo, a análise histórica das revoluções que marcaram o imaginário dos homens e mulheres de esquerda, no início do século XX, indicava – para Trotsky – uma mudança na atuação política das classes sociais. Tomar o exemplo da Revolução Francesa, como modelo esperado da ação da burguesia, não encontraria respaldo na experiência histórica do século que passara: “A História não se repete. Será conveniente comparar-se ainda e sempre a Revolução Russa com a grande Revolução Francesa mas nunca se pode fazer da primeira uma repetição da segunda. O século XIX não passou em vão” (TROTSKY, 2010, p. 59).

O percurso da revolução, no século XIX, mostrara a transformação do papel da burguesia como condutora dos anseios das maiorias sociais. Os antagonismos entre proprietários e o nascente proletariado já se faziam notar entre 1789 e 1793, porém, havia unidade na luta pela democracia e a burguesia era a tribuna da causa. Contudo, a diferenciação social que deu contornos mais nítidos às contradições de classe afastou a burguesia de seu passado revolucionário. Trotsky via isso expresso na transformação do jacobinismo em um fantasma do liberalismo burguês, enquanto a memória da paixão republicana passou a ser defendida pela social-democracia, que se via como forma política superior ao jacobinismo (TROTSKY, 2010, p. 61-62).

Por conta disso, em 1848, as revoluções que causaram grande impacto na Europa pelo misto de crise econômica, reivindicações de transformações nos regimes políticos e ascensão dos nacionalismos, não contaram com o mesmo ímpeto da burguesia e terminaram com restaurações monárquicas e repressão às barricadas dos operários. Para Trotsky, a vacilação burguesa era sinal do esgotamento de seu papel revolucionário³³. A classe agora pensava mais em “incluir no velho sistema garantias necessárias, não para sua dominação política, mas simplesmente para uma repartição do poder com as forças do passado” (TROTSKY, 2010, p. 63).

Portanto, do “balanço” de 1848 e de 1905, quando os liberais russos preferiam agarrar-se a alguma conquista junto ao Czar à cessão de armamentos aos operários, Trotsky retirou as “perspectivas” da Revolução Russa. Esta seria conduzida pelo proletariado, que teria, à sua

³³ Se é correto apontar a passagem da burguesia para o campo da contrarrevolução como consequência de sua defesa da propriedade, havia também a força das nobrezas europeias. Arno J. Mayer (1987), no clássico *A força da tradição*, chamava a atenção para um confronto quase sempre inexistente entre a burguesia e a nobreza. Esta mantinha a propriedade rural, se diversificara, ocupava postos no Estado e cooptava mais do que se chocava com a classe em ascensão.

frente, tarefas típicas de revoluções burguesas, caso da reforma agrária e democratização do regime político, mas, iniciado o processo revolucionário, os trabalhadores não se deteriam nessas medidas e avançariam para atos socializantes, enquanto procurariam apoio em levantes operários no restante da Europa. Era a revolução permanente³⁴.

Não há informações sobre a circulação de “Balanço e perspectivas” no Brasil, na década de 1920, mas consta, na biblioteca de Lívio Xavier, um exemplar de 1905³⁵, obra na qual Trotsky faz uso da mesma arquitetura teórica apresentada anteriormente. Da mesma forma, artigos e cartas de Trotsky aos seus partidários eram lidos, traduzidos e publicados pelos militantes brasileiros. Assim, o manifesto da Liga seguia uma questão fundamental do trotskismo quando denunciava a burguesia como contrarrevolucionária e integrada ao imperialismo:

Nenhuma fração da burguesia, por mais liberal que seja o seu rótulo, pode efetivar as promessas democráticas. [...] Na fase imperialista do capitalismo, a democracia burguesa – democracia formal – não passa de mistificação. A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas. [...] A hipocrisia da campanha liberal patenteia-se, assim, na contradição entre as promessas que iludiram as massas e a realidade das prisões, deportações, fuzilamentos. (BOLETIM DA OPOSIÇÃO, jan. 1931, p. 9).

O texto é importante por agitar as palavras de ordem da Liga e posicionar a organização diante do novo governo. Entretanto, a principal formulação do grupo viria pouco tempo depois, no sexto número de *A Luta de Classe*. Nele, Mário Pedrosa e Lívio Xavier, com a proteção dos pseudônimos M. Camboa e L.Lyon, publicaram “Esboço de análise da situação brasileira”, escrito em outubro de 1930, durante a “Revolução”. O ensaio dedicado à história do Brasil e sua formação social e econômica, que chegou a ser chamado de “churumela que escrevemos juntos” (PEDROSA, 1993, p. 334), teve pouco impacto junto ao movimento dos trabalhadores, entre outros motivos, pela pequenez do grupo e pelas limitações de seu jornal. Entretanto, o documento teve papel fundador de uma concepção mais coesa para os militantes da Liga Comunista e se tornou, décadas depois, o documento mais conhecido da história do trotskismo brasileiro³⁶.

³⁴ Sobre as conclusões de Trotsky acerca da constituição de um governo operário para a revolução russa, e, portanto, sobre as formulações ao redor da “revolução permanente”, é preciso destacar a figura de Aleksandr Lvovitch Helfand, ou “Parvus”, militante do Partido Social-Democrata Alemão, que, antes de 1905, também falara da constituição de um governo proletário como resultado de uma insurreição na Rússia. Trotsky e Parvus romperam, politicamente, em 1914, quando o segundo tomou parte na agitação em defesa da Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

³⁵ A versão que estava com Lívio Xavier era a francesa, publicada em 1923. A obra e parte do acervo constituído pelo intelectual pode ser acessada em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/>.

³⁶ Além da discussão no interior da Liga Comunista e sua publicação em *A Luta de Classes*, “Esboço” também teve uma versão em francês, na imprensa trotskista daquele país. Foi através dessa publicação que Fúlvio

Ao iniciar o texto citando que o “modo de produção capitalista e a acumulação – e, por consequência, a propriedade privada capitalista – foram exportados diretamente das metrópoles para o Novo Mundo” (PEDROSA; XAVIER, 2015, p. 62-63), os opositoristas queriam demarcar que o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, não seguia os modelos clássicos da Inglaterra e da França. A relação de exploração entre trabalhador e capitalista – aqui não se traçam similaridades com a figura dos senhores feudais e dos servos – é criada pelo Estado através da transformação da terra em sua propriedade e da inserção do trabalho escravo na produção. A força do mundo rural era entendida como interligada ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, já que “a burguesia brasileira nasceu no campo, não na cidade” (PEDROSA; XAVIER, 2015, p. 64). O ramo mais destacado dessa burguesia, os cafeicultores paulistas, apoderou-se do Estado com a República e teve, “tipicamente, um desenvolvimento capitalista” (PEDROSA; XAVIER, 2015, p. 66).

Se os embates entre arcaico e moderno (ou agrarismo e industrialismo) não deram as bases aos conflitos políticos no Brasil, a explicação para o que aconteceu – a tomada do poder estruturada a partir de uma disputa eleitoral – residia na contradição entre as federações que se diversificavam economicamente e a estrutura política que reservava, ao ocupante do governo federal, o controle sobre a principal fatia do poder. Para os trotskistas, o capitalismo e a nascente industrialização – compreendida como etapa madura do mesmo capitalismo – dependiam de um Estado forte, ao mesmo tempo em que a unidade nacional, construída durante o século XIX, foi garantida pelo mecanismo da federação. Essa contradição ainda não se resolvera.

Das conclusões tiradas do documento da Liga, gostaríamos de destacar duas. A primeira é que a única aparição do termo “feudalismo” se dá ao tratar da economia do Brasil quando ainda era colônia de Portugal, momento em que, “sob uma forma peculiar de feudalismo, todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado” (PEDROSA; XAVIER, 2015, p. 64). Ao adjetivar o feudalismo, Pedrosa e Lívio se afastavam da identificação direta da economia brasileira colonial com o exemplo europeu, mas se utilizavam de sentidos consagrados ao mundo feudal. Porém, o decorrer do texto não deixa dúvidas do caráter capitalista da economia brasileira, já sob a República, mesmo que ainda estivessem sendo iniciados os passos da industrialização. O Brasil era uma economia integrada à totalidade do capitalismo, com seus ritmos desiguais e seus elementos combinados.

A segunda conclusão oriunda de “Esboço” era a tentativa de explicação do conflito político em 1930. Ao enfatizar as disputas entre frações da burguesia que viam no aparelho de Estado centralizado a oportunidade de sobrepor-se às demais, a Liga se diferenciava das explicações baseadas nos conflitos entre potências imperialistas e seus representantes, ou na possível ascensão de setores industrialistas em contraposição à oligarquia agrária ou até mesmo da hipótese de uma revolução com base na pequena-burguesia urbana, representada pelos tenentes.

Naquele momento, a tentativa de explicar a Revolução de 1930, tendo como chave de leitura a disputa entre segmentos da classe dominante, era original. Décadas depois, em 1970, parte das hipóteses dos trotskistas reapareceram – sem vínculo direto aparente, mas que, também, partiam de alguém ligado ao trotskismo – no ensaio de Boris Fausto sobre o movimento de trinta. O historiador criticava o modelo analítico hegemônico, até então, para a Primeira República:

Os elementos centrais desse modelo podem ser assim resumidos: na formação social do país existiria uma contradição básica entre o setor agrário exportador, representado pelo latifúndio semifeudal associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado interno, representados pela “burguesia”. As disputas da Primeira República explicar-se-iam, em última análise, por essa oposição, com as classes médias, identificadas com os movimentos militares, assumindo o papel de vanguarda das reivindicações burguesas. (FAUSTO, 2010, p. 7).

Era um momento de virada na reflexão sobre a formação social e econômica do Brasil, onde a crítica aos modelos dualistas de compreensão da América Latina ia tomando cada vez mais densidade, como no trabalho de Francisco de Oliveira (1972). De sua parte, Fausto (2010), dois anos antes, chamava a atenção para autores que contestavam os modelos que pressupunham a oposição entre moderno e tradicional, apresentando seu trabalho como um escrutínio teórico das interpretações acerca da Revolução de 1930.

Para Fausto (2010), a teoria do dualismo dialogava com as “raízes profundas” que a esquerda majoritária no Brasil cultivou acerca das classes sociais e da estrutura econômica do país, em que a locomotiva do progresso estaria em um enfrentamento contínuo com as cercas do atraso rural. Na historiografia sobre o trotskismo brasileiro, Angelo José da Silva (2002, p. 7) corrobora tal visão, ao enxergar “marcas relativamente claras” das teses de Octavio Brandão em *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, enquanto as ideias contidas nas formulações dos trotskistas coincidiriam com os aspectos levantados por Boris Fausto (2010) em seu estudo, o qual foi estruturado em três eixos. O primeiro diz respeito ao papel da burguesia industrial no processo político de 1930; o peso dos setores médios no apoio à

revolução é a segunda dimensão do trabalho; por fim, o lugar das oligarquias na disputa pelo poder central. Contrapondo autores de perspectivas até mesmo antagônicas, como Nelson Werneck Sodré, Wanderley Guilherme dos Santos, Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, que, de maneiras distintas, atribuíram papel relevante à burguesia industrial como agente e/ou beneficiária do movimento, Boris Fausto procura investigar, sobretudo, as classes proprietárias paulistas, setor mais robusto da burguesia brasileira:

A campanha eleitoral às eleições presidenciais de março de 1930 abriu-se em fins de julho de 1929, com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas e a formação da Aliança Liberal. A iniciativa partiu de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que se opuseram à chapa governista Júlio Prestes – Vital Soares, com a posterior adesão da Paraíba. Mal esboçada a disputa, as principais associações industriais de São Paulo lançavam um manifesto, com data de 30 de julho de 1929, publicado com grande destaque na primeira página do Correio Paulistano, apoiando a candidatura Júlio Prestes. (FAUSTO, 2010, p. 41).

Se, antes do pleito, os industriais paulistas sinalizaram apoio ao candidato governista, “não há indício algum de que a grande indústria tenha mudado de atitude nos preparativos revolucionários após a derrota da candidatura Getúlio Vargas” (FAUSTO, 2010, p. 47). Também não seria verossímil qualquer “hipótese de que o PD teria surgido como representação política de setores novos, supostamente dinâmicos, onde estariam incluídos os industriais, ao lado de grupos financeiros e das classes médias” (FAUSTO, 2010, p. 49). O Partido Democrático (PD), fundado em São Paulo no início de 1926, era inimigo do Partido Republicano Paulista (PRP) e do presidente Washington Luís. Porém, embora seja verdade que o PD tomou parte na Aliança Liberal e teve diálogo com o movimento revolucionário, os seus traços distintivos “são a reforma política e o anti-industrialismo” (FAUSTO, 2010, p. 49). Por fim, o autor aponta que não havia projeto desenvolvimentista particular entre os industrialistas e, embora houvesse choques entre estes e os setores agrários, o vínculo entre tais grupos era real e sua representação, em São Paulo, era o PRP. Sendo assim, a Revolução de 1930 não poderia ser uma ascensão dos industriais ao poder, se a sua principal fração – a burguesia paulista – estava representada no outro bloco político.

Quanto à identificação da revolução de 1930 com os setores médios urbanos, que teriam como representantes os “tenentes”, Boris Fausto (2010) aponta uma dificuldade em enxergar, na ação dos militares revoltosos, um programa que os colocassem como porta-vozes das classes médias, mas reconhecia pontos de encontro, a exemplo da crítica moral à política partidária e o “salvacionismo” dos militares. Havia simpatia das populações urbanas às suas revoltas, mas, segundo o autor, os tenentes e seus manifestos aproximavam-se mais dos

críticos antiliberais de direita pelo elitismo expresso na defesa da exclusão das camadas populares do sufrágio e pela receptividade às ideias de centralização do poder.

Os trotskistas não atribuíam ao movimento de outubro de 1930 uma ação determinante das camadas médias urbanas, mas não deixaram de demarcar a tentativa de cooptação destas pelos tenentes. Feita a revolução, os tenentes Miguel Costa, João Alberto e João de Mendonça Lima, lançaram um manifesto sobre a cidade de São Paulo, falando em “regeneração nacional” e em “afastar definitivamente do poder todos os políticos profissionais” (JORNAL DO BRASIL, 13 nov. 1930, p. 9), enquanto concluíam, convocando a formação de uma nova organização, a Legião Revolucionária (ou Legião de Outubro), contando com a participação de outros integrantes do novo governo, como Oswaldo Aranha (ministro da Justiça) e Góes Monteiro, que havia comandado as tropas que partiram do Rio Grande do Sul para a capital federal com o objetivo de depor Washington Luís.

Os dois membros do recém-criado governo Vargas assinaram um manifesto em nome da Legião poucos dias depois de sua convocação original. Nele, havia um claro ato mobilizador que falava da necessidade de seus membros se manterem “em prontidão militar para qualquer eventualidade” (JORNAL DO BRASIL, 15 nov. 1930, p. 8). O manifesto de Aranha e Góes Monteiro voltou aos jornais, dias depois, com o acréscimo das assinaturas de novos sujeitos com cargos no governo: Baptista Luzardo, Chefe de Polícia, Francisco Campos, Ministro da Instrução, e os ministros militares Isaías Noronha e Leite de Castro.

Enquanto a Legião Revolucionária estendia-se para outras localidades – Niterói, Salvador, João Pessoa, entre outras –, causava temor entre os trotskistas. Se “Esboço” virou fonte imprescindível aos historiadores que se debruçam sobre a trajetória dos grupos trotskistas, no mesmo exemplar do jornal há um texto sobre a Legião Revolucionária, de nome “A transformação fascista da ‘Revolução Liberal’”, menos conhecido, mas sintomático da preocupação com os grupos que se organizavam ao redor do novo governo. No texto, após caracterizar o fascismo como “movimento que se apoia nas massas pequeno-burguesas atraídas por um programa demagógico e cujo objetivo é a destruição das organizações operárias” (A LUTA DE CLASSE, fev/mar. 1931, p. 2), a Liga comentava o programa lançado pela Legião Revolucionária de São Paulo no início de março.

Com a participação de Plínio Salgado em sua redação, o novo documento da Legião exaltava as virtudes de um Estado forte, interventor na economia e legislador sobre o mundo do trabalho, capaz de operar acima das divergências atribuídas à política. Os trotskistas, além de enxergarem semelhanças entre as palavras dos “legionários” e a retórica vinda do regime fascista de Mussolini, viam influência de “todos os pequenos burgueses que em torno de seu

prestígio gravitam, inquietos, ambiciosos e contraditórios” (A LUTA DE CLASSE, fev/mar. 1931, p. 2). Desse modo, se o fascismo era um “movimento que se apoia nas massas pequeno-burguesas atraídas por um programa demagógico e cujo objetivo é a destruição das organizações operárias” (A LUTA DE CLASSE, fev/mar. 1931, p. 2), os militares, no poder, procuravam construir laços com a pequena-burguesia para sustar uma suposta ascensão das lutas operárias. Do ponto de vista organizativo, a Legião esfacelou-se em 1932, diante da Revolução Constitucionalista, mas o discurso que punha o Estado em outra relação com as populações das cidades persistira, sobretudo no que entendemos como a construção do trabalhismo como projeto e corrente política. A “revolução” havia sido resultado da disputa entre frações da classe dominante, mas tal conclusão não era suficiente para explicar que tipo de regime político e de Estado emergiria desse novo cenário. A percepção de que havia uma ditadura à espreita tornou os trotskistas defensores de primeira hora da palavra de ordem da Constituinte e da liberdade de organização sindical.

2.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DAS TRADIÇÕES

Com a subida de Vargas ao poder, a repressão sobre o movimento dos trabalhadores não cessou. A Aliança Liberal e os sujeitos implicados no movimento de 1930, reservaram um lugar para os operários em seus discursos, mas

a violência infligida às classes populares no policiamento de rua nas delegacias e nas prisões não se alterou. Certamente não mudaram os termos da política deliberada de repressão aos dissidentes políticos, todas aquelas correntes que não se inclinaram à pauta de normalização do novo regime. (PINHEIRO, 1991, p. 259).

As organizações de esquerda também haviam assistido à repressão contra a Marcha da Fome, ato convocado pelo Partido Comunista, em janeiro de 1931, e que não chegou a ocorrer pela intervenção policial, a qual prendeu alguns militantes que panfletavam em prol da manifestação que deveria acontecer no dia 19 daquele mês (DULLES, 1977, p. 368-369). Enquanto a polícia ainda era o braço usado para agir contra os comunistas, operava-se uma política para responder às questões do mundo do trabalho, resposta essa estruturada na criação de uma legislação trabalhista, mas também na incorporação – mesmo que controlada – dos trabalhadores urbanos aos espaços estatais. Nesse sentido, Adalberto Paranhos (1996) e Angela de Castro Gomes (2005, p. 25) parecem concordar quando esta afirma que “o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material,

[...] com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores”.

Porém, Paranhos (1996) destaca o importante movimento de construção da ideologia trabalhista durante toda a década de 1930. Portanto, se era correto ressaltar que o incremento da ação do governo Vargas, junto aos trabalhadores, ocorreu a partir de 1942 – como faz Gomes (2005) –, ela estava presente desde o primeiro momento do processo político de 1930.

Voltemos ao caso da Marcha da Fome. O que ocorreu após a polícia impedir a realização do ato? Assim conta Dulles (1977):

Em resposta à malfadada Marcha da Fome, uma série de associações operárias deliberou realizar uma passeata em homenagem ao Governo Provisório, a Getúlio Vargas e a Lindolfo Collor, o primeiro Ministro do Trabalho do país. A comissão organizadora da passeata, “considerando que o comércio carioca não pode se ausentar nos movimentos que se prendem à paz nacional”, fez um apelo ao comércio pedindo seu fechamento para as quatro horas da tarde de sábado, dia 24 de janeiro, para facilitar o concurso dos empregados nas homenagens. O apelo veio assinado por 29 associações operárias, entre as quais a dos foguistas, dos trabalhadores marítimos e dos portuários, dos empregados da Light e da Leopoldina Railway. Calculou-se em 15 mil o número de operários do cortejo que desfilou pela cidade em direção ao Palácio do Catete. Em frente ao palácio, os operários foram recebidos por Vargas, Collor, pelo Ministro da Viação José Américo de Almeida e pelo interventor do Distrito Federal, Adolfo Bergamini. Um dos oradores elogiou as primeiras medidas tomadas por Lindolfo Collor na “obra gigantesca de integrar os trabalhadores brasileiros na comunhão de toda a brasilidade” (DULLES, 1977, p. 369-370).

A relação estabelecia-se, portanto, na coexistência da repressão sobre determinados grupos e tradições – o sindicalismo revolucionário – com o diálogo e aproximação com os trabalhadores urbanos. Se podemos falar de “invenção do trabalhismo”, ela não começara em 1930, mas, como mostra Paranhos (1996), com a disposição de setores anteriores ao governo Vargas em compor uma aliança de classes. Por um lado, estavam as tendências reformistas presentes nos sindicatos, que Batalha (2000, p. 33) classifica como “socialistas de diferentes matizes, positivistas, republicanos sociais, sindicalistas pragmáticos. [...] Para esse sindicalismo a greve era o último recurso, [...] o que importava era a obtenção de ganhos”. Do outro lado, a fração burguesa no poder tinha suas peculiaridades, como os trotskistas haviam chamado atenção, reunindo portadores das ideias de um Estado forte e livre dos profissionais da política, e herdeiros do positivismo gaúcho, como Lindolfo Collor e Getúlio Vargas³⁷.

³⁷ Alfredo Bosi (1992), em “A arqueologia do Estado-providência”, ensaio contido em *A dialética da colonização*, trata da força do positivismo na modernização do Estado brasileiro. Não por acaso, dos núcleos positivistas brasileiros, originados no fim do século XIX, o ancorado no Rio Grande do Sul tornou-se o mais longevo. Inspirados nos ideais de Augusto Comte, os republicanos aglutinados ao redor do Partido Republicano

A ação governamental logo deixou de ser meramente simbólica de inserção dos operários no discurso oficial ou do encontro físico entre trabalhadores e o ocupante da cadeira presidencial. No início de 1931, o Ministério do Trabalho regulamentou o limite ao número de estrangeiros ocupando postos de trabalho e lançou o decreto número 19.770, a chamada Lei de Sindicalização. Ela reconhecia a organização sindical, mas determinava sua forma, além de exigir que os estatutos dos sindicatos fossem aprovados pelo Ministério do Trabalho, que também preparara a exclusão dos comunistas e anarquistas através da proibição do que chamavam de difusão de ideias estranhas às funções dos sindicatos e da vinculação às entidades sindicais estrangeiras.

A Liga Comunista era contra o decreto do Ministério, mas o assunto não foi diretamente abordado na imprensa do grupo. A liberdade de organização aparece no conjunto de elementos que tornavam a agitação por uma Assembleia Constituinte a palavra de ordem central na atuação dos trotskistas. O caminho trilhado era semelhante ao que Trotsky havia exposto acerca da situação chinesa. Em abril de 1930, já exilado, ele escrevera um artigo no qual propunha a luta por uma Assembleia Constituinte, no país de Chiang Kai-shek, como saída possível para o enfraquecido Partido Comunista Chinês, submetido, por anos, à tática de se dissolver nas fileiras do Kuomintang, e, portanto, incapaz de conjurar insurreições. O partido nacionalista chinês, segundo Trotsky, passara a conviver com um descontentamento de massas, que poderia levar à radicalização dos trabalhadores. A tarefa principal, naquele momento, seria mobilizar os operários e a reivindicação de uma Assembleia Constituinte serviria ao propósito, podendo, até mesmo, se adaptar a uma possível explosão revolucionária. O texto havia sido traduzido a partir de uma versão em inglês, divulgada em *The Militant*, órgão de imprensa dos trotskistas norte-americanos, e publicado no primeiro número do *Boletim da Oposição*, de janeiro de 1931.

A política era aplicada também no Brasil. As colunas que tratavam da militância nos sindicatos eram utilizadas, sobretudo, para demarcar a linha dos opositoristas diante das correntes anarquistas que atuavam nas organizações da classe e das ações do Partido Comunista. Já os principais manifestos eram dirigidos aos trabalhadores e às organizações de esquerda, chamando-as à participação na luta por uma Constituinte. Para a Liga Comunista, não se tratava de aderir a qualquer setor da burguesia, mas evitar que o processo político não

Rio-Grandense deram forma aos seus credos políticos durante os governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Este último teve, em sua base legislativa, Lindolfo Collor e Getúlio Vargas. Portanto, o pós-1930 teria realizado uma modernização do Estado e da economia brasileira com traços que podem ser explicados pelas raízes positivistas de parte dos novos governantes. Um dos aspectos apontados por Bosi (1992) é a combinação de industrialismo com austeridade fiscal e preocupação com o atendimento de reivindicações do operariado.

tivesse participação operária, esvaziando as possibilidades de alguma garantia de direitos expressos em uma nova Carta. Esse foi o fio condutor das intervenções dos três números de *A Luta de Classe*, publicados entre a revolução de 1930 e o início do conflito armado em terras paulistas, de 1932, conhecido como Revolução Constitucionalista.

Em “O proletariado e a constituinte”, os oposicionistas procuravam se distanciar da apreciação que ligava a palavra de ordem à disputa dos partidos burgueses, crítica dos pecebistas aos trotskistas. O texto expunha os motivos das desavenças entre o governo e os setores da burguesia que exigiam a constituinte, mas lembrava que a fragmentação da classe dominante terminaria, caso os trabalhadores se organizassem o suficiente para pôr em risco a ordem e a propriedade. Porém, naquele momento, escapar de um regime ditatorial parecia mais concreto do que convocar insurreições operárias e debater, junto aos trabalhadores, uma proposta de ação imediata poderia dar a inserção que os comunistas ainda não possuíam junto aos operários.

Ainda não temos aqui, infelizmente, nem um proletariado com consciência revolucionária nem um partido político de classe capaz de uma ação ponderável nos acontecimentos políticos e forte bastante para guiar a massa explorada na luta pelo poder. As massas populares ainda não estão nem ao menos numa fase de interesse político mais elevado. Elas vivem ainda inconscientes quanto à própria sorte, não só no terreno puramente econômico como no terreno propriamente político. Isso quer dizer que a sua educação política ainda está por se fazer, sendo necessário criar a consciência sistematizada de seus interesses. Nessas condições, a palavra de ordem mais adequada ao momento, que pode, antes de qualquer outra, chegar até as camadas mais profundas da massa, é a que consubstancia na sua simplicidade os interesses mais imediatos e as aspirações políticas mais rudimentares do pobre: o direito de associar-se, o direito de organizar-se, a liberdade de pensar e de agir. É a Assembleia Constituinte. (A LUTA DE CLASSE, 1 mai. 1931, p. 3).

Havia um interessante paradoxo na postura dos oposicionistas. A defesa de bandeiras democráticas aproximava os trotskistas das questões mais elementares do cotidiano operário. Ao mesmo tempo, o martelo do tempo atinge em cheio as proposições da corrente, que reproduz os problemas que as organizações revolucionárias possuíam frente ao proletariado. No clássico prefácio ao livro *A formação da classe operária inglesa*, escrito em 1963, o historiador Edward P. Thompson ainda se via às voltas com o problema da classe e de sua consciência:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. [...] Existe atualmente uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos,

mas o erro deturpa muitos textos “marxistas” contemporâneos. “Ela”, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que “ela” deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. (THOMPSON, 1987, p. 10).

A classe, no lugar da “coisa”, seria uma relação entre homens e máquinas, e entre homens e outros homens. Porém, no início do século XX, a esquerda cultivava ideias sobre a inevitabilidade revolucionária, que aguardava a ação decidida dos trabalhadores. O desencontro entre a classe e sua representação política gerou, mais de uma vez, tendências a ver, nos intelectuais, um papel de guia da classe ou atribuir aos partidos de esquerda a aura de consciência coletiva dos trabalhadores. Esse tema remetia a questões centrais para os socialistas no início do século. Lenin escrevera *Que Fazer?* entre 1901 e 1902, trabalho no qual polemizava com outras correntes da social-democracia russa. Um dos pontos levantados era a relação entre o “espontâneo” e o “consciente”. Analisando as greves do fim do século XIX, Lenin reconhecia avanços no movimento operário, mas ainda não passavam de “lampejos” de consciência, limitada pelo sindicalismo:

Os operários, já dissemos, não podiam ter ainda a consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc. Quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, os intelectuais. [...] Assim, pois, houve ao mesmo tempo um despertar espontâneo das massas operárias, despertar para a vida consciente e para a luta consciente, e uma juventude revolucionária que, armada da teoria social-democrata, buscava aproximar-se dos operários. (LENIN, 1988, p. 24-25).

A ideia de que a passagem da luta mais elementar dos trabalhadores ao enfrentamento sistêmico com o capitalismo necessitava de uma organização que atuasse junto à classe, em seu processo de educação e ganho de consciência social-democrata, adquiriu um novo capítulo em 1903. Na ocasião do segundo congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), o debate sobre a concepção de militante da organização foi um dos fatores que levou à divisão entre bolcheviques e mencheviques, que se tornaria definitiva em alguns anos. O debate opôs “os defensores de um partido muito amplo e vinculado à intelectualidade, que apoiam Martov, e os partidários de Lenin, defensores de uma concepção estrita do partido como uma vanguarda disciplinada de revolucionários profissionais” (BROUÉ, 2014, p. 34).

A importância que Lenin dava ao papel do partido, como vanguarda da classe, levava-o a defender um organismo de membros completamente dedicados às tarefas revolucionárias em um país que vivia sob uma autocracia. Na polêmica em questão, Trotsky coloca-se em lado contrário ao de Lenin e via, no argumento do perigo de absorção da fraqueza e confusão das massas pelo partido, uma centralização de poderes que levaria à desconfiança da classe trabalhadora e sua substituição por uma estrutura partidária. As ideias de Trotsky são expressas, detalhadamente em “Nossas tarefas políticas”, folheto de 1904, em que o autor atacava Lenin com uma veemência que seria usada contra ele mais tarde. Trotsky “via o partido como representante da ‘vontade da classe’ e provedor de uma forma organizada à ‘consciência’ da classe” (KRAUSZ, 2017, p. 169) e formulou, sobre a tendência adversária, a sentença que ganharia fama na história do movimento socialista, a do “substituísmo”. Em seu opúsculo, Trotsky também traçou uma analogia sobre a desconfiança diante das massas nutridas pelo jacobinismo e a social-democracia.

No entanto, o embate ao redor do modelo de partido não significou posições estáveis ao longo dos anos. Lenin, “algum tempo depois, em 1907, no rescaldo da experiência revolucionária, abandonou essa tese. [...] admitiu que, sob circunstâncias modificadas, as massas proletárias poderiam ingressar no partido” (KRAUSZ, 2017, p. 158). Ao mesmo tempo, a postura de Trotsky, em 1903, não formou uma corrente política imune à tentação de ver, no partido, a consciência coletiva do proletariado, que compensasse as suas fraquezas.

De algum modo, as teses da Liga Comunista sobre a constituinte engendravam a contradição entre a atitude que reconhecia a dinâmica política dos trabalhadores, que depositavam, nos instrumentos formais da democracia burguesa, algum grau de esperança, e a concepção que dava ao partido – que a Liga considerava ser o PCB – a tarefa de levar as massas à superação das suas próprias convicções. Em maio de 1932, os opositoristas publicaram o mais extenso documento acerca de sua palavra de ordem, respondendo ao incremento das disputas entre o Governo Federal e a burguesia paulista. Em São Paulo, a revolução de 1930 levou à indefinição sobre o poder no estado, que terminou com a indicação do tenente João Alberto para ser interventor. O ocupante do cargo não acumulava simpatias das forças locais, por sua origem – João Alberto era pernambucano – e por ter tido atritos anteriores à sua nomeação, quando ocupara o lugar de delegado militar. O Partido Democrático, até então aliado de Vargas, tinha preferência por outros nomes e, ao longo do

ano de 1931, a tensão entre o PD e João Alberto aumentou. O tenente acabou afastado do cargo, mas o Partido Democrático rompeu com o governo federal em novembro de 1931³⁸.

A elite paulista reivindicava uma constituição e Vargas promulgou o Código Eleitoral, que tornava o voto secreto e obrigatório, além de trazer o direito ao voto das mulheres³⁹. O presidente também buscara conciliar os ânimos, colocando um civil paulista como interventor do estado, em março de 1932, porém, o caminho do conflito aberto parecia pavimentado. Em fevereiro daquele ano, o lançamento da Frente Única Paulista marcou o entendimento entre o Partido Democrático e o PRP. Para a Liga, o confronto iminente apontava para duas saídas: “ou a ditadura, apoiando-se diretamente nas armas, se consolida, ou capitula diante da pressão dos elementos constitucionalistas da burguesia” (LIGA COMUNISTA, 2015, p. 95). Nos dois casos, os comunistas deveriam manter as reivindicações democráticas. A vitória dos governistas desembocaria em uma ditadura, justificando a permanência em torno das palavras de ordem democráticas, enquanto a vitória do bloco burguês, que pedia uma constituição, exigiria, como resposta, a participação dos comunistas nas eleições e no parlamento.

A escalada de violência e a mobilização do “patriotismo local” paulista levou à explosão da “Revolução Constitucionalista”, em julho, que teve fraca participação operária e tinha um vago chamado à constitucionalização, que permitia espaço aos que sonhavam com o retorno às formas da República Velha, assim como abrigava setores que defendiam uma democracia liberal. Sem apoio de outros estados, a rendição paulista aconteceu em 1º de outubro.

A Liga Comunista acertara pela metade, pois, em breve, ela teria que lutar contra o fascismo, e o governo Vargas chegaria a uma ditadura, mas a derrota dos que levantavam as bandeiras da constitucionalização veio junto da realização de uma Assembleia Nacional, que se harmonizara com o projeto de disputa sobre o sindicalismo e os trabalhadores. A Constituinte dificultaria a manutenção da postura de anarquistas e comunistas, que rejeitaram o modelo oficial de sindicatos e mantiveram uma estrutura paralela à instituída pelo governo.

a lei de sindicalização de 1931 não tornava obrigatória a filiação a um sindicato, mas apontava uma nítida correlação entre a situação de sindicalizado – em sindicato reconhecido pelo ministério, naturalmente – e o recebimento dos direitos sancionados pela legislação social. Com a instituição das carteiras de trabalho, criava-se um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora. (GOMES, 2005, p. 167).

³⁸ Segundo Vavy Pacheco Borges (1992, p. 36-37), a interventoria de João Alberto criou uma situação de divisão de poderes entre civis e militares, desagradando a elite local. Do mesmo modo, João Alberto assustava-os pelo interesse que aparentava ter acerca da questão social.

³⁹ Sobre o código eleitoral, ver Angela de Castro Gomes *et al.* (2007, p. 20).

O governo inserira algumas inovações substanciais e exclusivas aos sindicatos ditos oficiais. Uma era a carteira profissional, mediante a qual o trabalhador tornava-se filiado ao sindicato reconhecido pelo Ministério e tinha direito aos benefícios da legislação trabalhista, como o período de férias. Ao mesmo tempo, a lógica do controle fazia com que o documento registrasse as causas de demissão do seu portador, servindo como uma ficha da atuação política e comportamental dos trabalhadores. A outra era a constituição das “Juntas de Conciliação e Julgamento”, fruto do Decreto nº 22.132, de novembro de 1932.

Ao se transformarem em tribunais do trabalho, estas comissões cumpriam o papel de “justiça trabalhista”, órgãos criados para dirimir o mais rápido possível as tensões entre capital e trabalho. [...] a normatização apontava que apenas operários membros de sindicatos reconhecidos tinham direito à Junta de Conciliação. (PRADO, 2019, p. 245).

A ação do governo sobre os sindicatos independentes ganhou ainda mais força com a campanha para a Assembleia Nacional Constituinte. As eleições, marcadas para 15 de novembro de 1933, contavam com as chamadas “bancadas classistas”, previstas no Código Eleitoral, apresentado no ano anterior, e que seriam eleitas pelos delegados escolhidos pelos sindicatos patronais e proletários. No total, eram quarenta vagas reservadas, metade para cada classe⁴⁰. A mobilização pela Constituinte debilitou, de vez, a postura de pecebistas e trotskistas que, até então, se mantinham fora da estrutura oficial.

A resolução concreta que apontava a mudança de orientação da Liga Comunista, deliberada em sua III Conferência Nacional, foi publicada no jornal do grupo, em agosto de 1934, mas, na prática, já havia acontecido um pouco antes. O grupo regional fluminense da Liga Comunista, naquele momento já com o nome Liga Comunista Internacionalista, divulgava, em junho de 1934, em seu jornal *O Comunista*, a nova situação da organização diante dos sindicatos oficiais.

A nova lei de férias veio colocar os proletários revolucionários do Brasil diante deste dilema: ou assistir à morte inglória dos sindicatos livres, ficando a massa trabalhadora sem vanguarda dirigente dentro dos sindicatos ministerialistas, ou, ao contrário, ingressar nos sindicatos ministerialistas e oficializar os sindicatos livres existentes, como medida tática destinada a arrancar da tutela do Ministério do Trabalho o aparelho sindical da classe operária. (O COMUNISTA, 1º de jun., p. 4).

⁴⁰ Angela de Castro Gomes (1978) aponta que as negociações para estabelecer uma representação classista não foram fáceis. De início, havia resistência dos que argumentavam que o Brasil não tinha classes sociais definidas para extrair seus representantes, e dos políticos mineiros, gaúchos e paulistas, que queriam manter uma certa autonomia federativa contra a centralização do poder executivo. A favor da representação “classista” estava a ala dita “revolucionária”, composta pelo Clube 3 de Outubro e pelos interventores vinculados ao tenentismo, sobretudo os que atuavam na região nordeste.

A revisão da política sindical ainda estava carregada de otimismo. A Liga expunha que a persistência na tática de construir sindicatos livres levaria as organizações à morte, mas a entrada programada da “vanguarda” do proletariado na estrutura sindical ministerialista levaria à implosão da lei de sindicalização. O “otimismo” dos trotskistas também está expresso na sua resolução sobre a questão sindical, aprovada na III Conferência do grupamento. As teses partiam de um balanço do movimento sindical sob o governo Vargas e apresentavam a nova política do grupo:

A “lei de sindicalização” foi uma tentativa da ditadura implantada no Brasil em 1930 para criar um grande aparelho burocrático destinado a amarrar ao Estado burguês as organizações sindicais. Aproveitando mesmo certas disposições jurídicas do estado corporativo fascista, o decreto que o criou não levou em conta, porém, as condições particulares do Brasil. A lei falhou aos seus objetivos. [...] Sem possibilidades de formar uma burocracia sindical considerável, por intermédio da qual controlasse todo o movimento e a vida das organizações econômicas da classe operária, porque um aparelho dessa ordem não se improvisa, a “lei de sindicalização” deu na prática um resultado inteiramente oposto ao visado pelos seus elaboradores e aplicadores. (A LUTA DE CLASSE, ago. 1934, p. 6).

O documento explica que a decisão de reforçar os sindicatos oficiais tinha efeito de guinada, sobretudo, na atuação dos trotskistas em São Paulo, naquele momento, reduto da principal célula da Liga no país e onde a organização tinha trabalho junto à União dos Trabalhadores Gráficos. A análise dos membros da LCI acerca dos objetivos e resultados da ação do governo junto aos trabalhadores apresenta um quadro que não estava distante da realidade, mas que a abordava de forma incompleta. Ao falar do “corporativismo fascista”, os trotskistas tinham em mente o regime de Mussolini, instalado na Itália desde 1922, e que instituíra a *Carta del Lavoro* cinco anos depois. A Lei de sindicalização, que seria alterada em 1934 diante da nova Constituição, tinha, como ponto de contato com a legislação fascista, o princípio da oficialização dos sindicatos e da representação unitária das categorias, elemento este que foi flexibilizado em 1934.

Entretanto, se o fascismo italiano “criou o primeiro estado corporativista, pensado como a ‘terceira via’ entre o liberalismo e socialismo” (GENTILE, 2019, p. 15), o corporativismo não era invenção fascista ou uma consequência obrigatória de sua ascensão. Sendo assim, regimes fascistas podem não construir um corporativismo sindical, enquanto regimes que não podem ser caracterizados como fascistas estruturam um modelo corporativista. No caso da contribuição brasileira ao corporativismo sindical, teria havido uma ampla defesa de correntes de distintas colorações políticas e que gravitavam ao redor do Ministério do Trabalho.

Os intelectuais do grupo que foram chamados a integrar o Ministério do Trabalho tinham, ou tiveram, convicções anarquistas, socialistas ou sindicalistas. A preocupação com a proteção ao trabalho (aliada à hostilidade ao capitalismo e à economia liberal) orientava-os em direção a um Estado forte e centralizado. [...] Investidos de amplos poderes durante o período da gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, foram os principais responsáveis pela legislação que reconhecia e subordinava as associações operárias ao Estado. (RODRIGUES, 2009, p. 42-43).

Leôncio Martins Rodrigues (2009) dá crédito à ala intelectual e “progressista” que assessorara Lindolfo Collor, caso do advogado Evaristo de Moraes, lembrando que as raízes propriamente sindicais do corporativismo também podem ser vistas em Mussolini e parte de seus aliados, como aponta Paris (1976). Mas outras correntes, convertidas ou não ao fascismo simpatizavam com a representação corporativa de classes. O autor destaca o apoio de tenentes, como Herculino Cascardo, futuro dirigente da Aliança Nacional Libertadora, e de Pedro Ernesto Batista, então presidente do Clube 3 de Outubro, sujeito de trajetória um tanto quanto distante de tendências reacionárias.

A ala progressista, entretanto, não estava sozinha na defesa de ideais corporativos. A Legião Revolucionária de São Paulo, por meio de um manifesto escrito por Plínio Salgado e endossado por vários dos militares que apoiavam Vargas, também demonstrou suas ideias favoráveis à nova normatização dos sindicatos⁴¹. Além da agitação do futuro líder integralista, havia a formulação teórica de intelectuais, como Oliveira Vianna, que, desde a década de 1920 era um dos que, inspirados pela crítica fascista ao liberalismo, procurava adaptar um modelo de organização econômica, social, política e administrativa para o Brasil. Como resultado desse processo, Vianna elaborou uma proposta autoritária para a atuação do Estado brasileiro, como forma transitória de constituir uma democracia liberal, rejeitando o regime de partido único, mas absorvendo o corporativismo como estrutura capaz de dar base a uma nova relação entre o Estado e o indivíduo⁴². O intelectual era voz importante na administração de Vargas, atuando no Ministério do Trabalho, e é possível enxergar o programa autoritário

⁴¹ “Por que um Estado forte? Para a garantia do indivíduo e da família e não para a sua anulação. O indivíduo precedeu o Estado. Mas o indivíduo deve ser considerado sob um tríplice aspecto: como Força Moral, Força Econômica e Força Política. [...] As relações entre o indivíduo e o Estado devem, pois, se efetivar num sentido de se garantirem ao primeiro as possibilidades materiais e a autonomia moral para que possa livremente expandir-se como expressão espiritual. Donde a igualdade dos direitos das classes. Que uma não se sobreponha à outra. Que gravitem todas as atividades do trabalho numa perfeita harmonia. [...] As classes devem ser organizadas. E o Estado não pode ser indiferente a essa organização. E só um Estado forte poderá sobrepor-se para fixar e garantir os direitos. O Estado que se basear em forças meramente políticas será um Estado a serviço de interesses burocráticos, ou das demagogias fáceis. O Estado deve ter fundamento no Trabalho”. (LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA DE S. PAULO, 5 mar. 1931, p. 6)

⁴² Além da crítica antiliberal que vinha do exterior, a obra de Oliveira Vianna era fortemente atravessada, como aponta José Murilo de Carvalho (1991), por uma tradição liberal conservadora desenvolvida no Brasil, ao longo do século XIX, e por um “iberismo”, uma “recusa de aspectos centrais do que se convencionou chamar de mundo moderno. É a negação da sociedade utilitária individualista, da política contratualista, do mercado como ordenador das relações econômicas” (CARVALHO, 1991, p. 89).

corporativista nas constituições de 1934 e 1937, bem como na Consolidação das Leis Trabalhistas e na criação da Justiça do Trabalho (GENTILE, 2019).

Dessa maneira, podemos afirmar que vários grupos – de distintas posições políticas – se mobilizaram em defesa do corporativismo, como forma de garantir direitos aos trabalhadores, pela via estatal, configurando o início do projeto trabalhista, que combinava o “cidadão-trabalhador”, produto do acesso aos direitos sociais, com a construção de um ideal de sujeito político para a classe trabalhadora, como mostra Angela de Castro Gomes (2005). Porém, esse mesmo projeto estava rodeado de intenções e ideias autoritárias, como expusemos acima e o Estado Novo demonstrou enquanto regime político. Ainda com o governo provisório, a legislação trabalhista e sindical, aprovada até ali, formava o alicerce do trabalhismo, com o “mito da doação”, construção material e discursiva que apresentava a concessão de direitos como “uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros” (PARANHOS, 1996, p. 10). O funcionamento do “mito” foi bem detalhado por Adalberto Paranhos (1996), quando destaca os usos que o Estado fez da memória e das lutas do proletariado urbano para construir seu discurso, e por Angela de Castro Gomes (2005) ao não tratar a doação como compra da submissão ou esvaziamento da política, mas como lógica que envolvia um presente material com um compromisso ético de retribuição que não possuía valor de face.

Entretanto, reconhecer que existiu um projeto trabalhista, que este ocupou espaço importante na condução do Estado brasileiro e inserção no movimento operário, não exclui os limites do trabalhismo como categoria capaz de oferecer uma caracterização geral dos fenômenos políticos ocorridos no Brasil, entre 1930 e 1964. Os estudos que deram centralidade ao trabalhismo como categoria partiram da rejeição ao “populismo” como chave de leitura das relações entre os trabalhadores, o Estado e o chefe do executivo. É o caso de Angela de Castro Gomes (2005) em *A invenção do trabalhismo* e formulações posteriores. Em sua tese de doutorado, a rejeição ao conceito de populismo aparece pela escolha de uma abordagem distinta, a qual a autora procura inspiração nas obras de Edward Palmer Thompson sobre a classe operária inglesa⁴³. Anos depois, a crítica foi mais direta, na obra

⁴³ Alexandre Fortes (2010) explora “A formação da classe operária inglesa” para identificar como o termo “populismo” foi utilizado pelo historiador britânico e de quais maneiras, no processo de constituição da classe operária na Inglaterra, atuaram lideranças externas ao mundo fabril, que agiam retórica e politicamente sobre os trabalhadores. Partindo da obra de Thompson, o autor afirma que conclusões “sobre a incompatibilidade entre as ideias thompsonianas e o conceito de populismo podem ser questionadas” (FORTE, 2010, p. 176) e destaca que a teoria do populismo e a abordagem do autor de “A formação da classe operária inglesa” levantavam questões semelhantes para a compreensão “das relações entre classe trabalhadora e processo político” (FORTES, 2010, p. 176). Não obstante o dever de evitar pressupostos teóricos que mistifiquem a classe e sua consciência, o autor

coletiva *O populismo e sua história* (2001). É Alexandre Fortes (2007) quem discute o legado crítico da revisão dos usos do conceito de populismo, destacando os pontos positivos dos estudos sobre o trabalhismo, que integram um movimento mais amplo de “emergência de uma caracterização muito mais cuidadosa e nuançada dos processos de organização e participação política dos setores populares” (FORTES, 2007, p. 72).

Assim, a historiografia tomou distância de versões que podem atribuir um *ethos* passivo à classe operária brasileira, na primeira metade do século XX, quando atravessou o acelerado processo de urbanização do país. No entanto, o autor chama atenção para o fato do trabalhismo ter ultrapassado, em parte da historiografia, o papel de projeto político e se tornado

um fenômeno extraordinariamente totalizador. [...] seria ao mesmo tempo um pacto entre trabalhadores e Estado que “expressa a constituição de classe”, e portanto uma forma particular de sua consciência, mas também uma “tradição” que articularia estruturas jurídicas, assistenciais, sindicais e partidárias com mobilização social (assim como, o que é mais surpreendente, também com sua “contenção e repressão”). Acima de tudo, porém, o trabalhismo envolveria líderes carismáticos, capazes de “expressar” os interesses, crenças e valores de suas bases. (FORTES, 2007, p. 77).

Escondia-se, sob o pretexto de destacar a “agência histórica” dos trabalhadores, a dinâmica da luta de classes, pois a burguesia desaparecia sob o peso do Estado e a ressignificação que o operariado fazia do discurso varguista para o mundo do trabalho era mostrada de maneira insuficiente. Se o estudo “não analisa a cultura operária, suas formas de ação coletiva, nem o funcionamento de organizações de classes concretas, tornava-se difícil perceber como essa apropriação cultural se desenvolvia na prática social” (FORTES, 2007, p. 78). O abandono do conceito de populismo também foi, por vezes, um ato de revisão do legado de Vargas, diminuindo o papel que a coerção ocupava ao lado do convencimento dos trabalhadores.

É importante, dessa forma, diferenciar o trabalhismo como projeto, corrente política e categoria de análise estruturante do conflito de classes no Brasil. Para o caso em questão, a entrada dos trotskistas, para fazer política por dentro da estrutura sindical oficial, na primeira metade da década de 1930, era o reconhecimento tácito de que uma dimensão do incipiente projeto trabalhista estava funcionando junto à classe: a “obrigação de receber” (GOMES, 2005, p. 228).

2.3 DA OPOSIÇÃO À IV INTERNACIONAL

Em fevereiro de 1929, Trotsky foi deportado do território russo. Enviado para a Turquia, iniciou sua rotina de pedidos de visto, negados pelos países da Europa, e uma intensa produção intelectual e militante. Fora da Rússia, buscava mobilizar partidários de suas ideias no movimento comunista internacional, para fazer a balança pender para o equilíbrio que se tornara distante na disputa do Partido Comunista da União Soviética. Suas posições em defesa da democracia interna nos partidos e seu internacionalismo, demonstrado nas disputas com Stalin e Bukharin, o credenciava a ter esperança na adesão de comunistas de outros países.

Trotsky, porém, via-se às voltas com um giro na política russa. Internamente, Stalin rompia com Bukharin e sua política de proximidade ao campesinato, iniciando um plano de industrialização que seria confundido com os desejos de Trotsky e dos opositoristas. No plano internacional, a IC anunciava a política de “classe contra classe” e tachava o período aberto, em 1929, como fase final do capitalismo, que seria vencido pela radicalização das lutas por vir.

Residindo na Ilha de Prinkipo, Trotsky procurou responder ao giro esquerdista da Internacional com o artigo “O Terceiro Período dos erros da Internacional Comunista”, escrito entre o fim de 1929 e o início de 1930. Nele, tentou desenvolver uma análise que contrastava a periodização do Komintern com a ideia de declínio do capitalismo, desde a Primeira Guerra Mundial, tendo este um desenvolvimento tortuoso, com períodos de recuperação intercalados com crises. Assim, Trotsky diverge da conclusão da direção da IC sobre uma radicalização das massas, analisando o caso das greves na França, e critica a consequência da política do Terceiro Período: a negação das alianças com os setores reformistas da esquerda. Ao chamarem a social-democracia de “social-fascismo” e tratar a denúncia de seus partidos como fundamental, os comunistas esqueciam as próprias origens – enraizadas nas organizações social-democratas – e desprezavam o papel que um possível acirramento da luta de classes poderia ter para deslocar setores e militantes do reformismo para a esquerda revolucionária. No lugar de uma negação peremptória de acordos com os reformistas, a preocupação deveria estar sobre o momento em que eles seriam necessários e que função cumpririam em um processo revolucionário.

A influência que a radicalização das massas exerce sobre os reformistas é bastante parecida com a da revolução burguesa sobre os liberais. Nas primeiras etapas da mobilização das massas, os reformistas vão à esquerda, esperando assim poder reter a direção da mesma. Mas quando a mobilização ultrapassa os marcos da reforma e exige dos dirigentes que rompam totalmente com a burguesia, a maioria dos

reformistas muda de cor. Os covardes companheiros de viagem das massas se transformam em fura-greves, inimigos, traidores descarados. Ao mesmo tempo, porém, alguns deles – e não necessariamente os melhores – passam para o lado da revolução. A aliança com os reformistas, no momento que as circunstâncias os obriguem a dar um passo ou meio passo adiante, pode ser inevitável. Mas é necessário saber de antemão que os comunistas romperão implacavelmente com os reformistas apenas se estes dão um salto para trás. Os reformistas não são traidores porque sempre, e com cada um dos seus atos, cumpram as ordens da burguesia. Se fosse assim não teriam influência no movimento operário e, por conseguinte, a burguesia não precisaria deles. [...] Quem pode se negar a se aliar com os reformistas, por exemplo, nas greves que eles dirigem? Se neste momento se dão poucos casos, deve-se a que o movimento grevista é muito débil e os reformistas podem ignorá-lo ou sabotá-lo. Mas quando as massas participarem da luta, as alianças serão inevitáveis para ambos os lados. Será igualmente impossível evitar a aliança com os reformistas – não só com as massas social-democratas, mas também com seus dirigentes, ou melhor, com um setor da direção – na luta contra o fascismo. (TROTSKY, 8 jan. 1930, não paginado).

Trotsky selava sua reflexão com o que, para alguns, seria o “seu maior feito no exílio” (DEUTSCHER, 2006, p. 158), a percepção, antes de outros setores da esquerda, de que a ascensão do nazismo representava um risco brutal aos trabalhadores e suas organizações. Seus escritos no exílio são sintomáticos sobre o aumento do perigo e de sua preocupação com o crescimento eleitoral e social do fascismo na Alemanha. Em março de 1930, o social-democrata Hermann Müller renunciou ao cargo de chanceler, impossibilitado de conseguir um acordo com sua coalizão para decidir sobre o auxílio dado aos desempregados do país. Seu lugar foi ocupado por Heinrich Brüning, político do Partido Católico do Centro, que não conseguiu maioria para aprovar seu plano financeiro e optou pela convocação de novas eleições, marcadas para setembro daquele ano. O resultado não foi o esperado, dificultando os planos de Brüning para formar uma maioria no parlamento. Já os comunistas aumentaram a sua votação, de 3.265.000 votos para 4.592.000, passando a deter 77 cadeiras no Reichstag⁴⁴.

O resultado, comemorado pelos comunistas e pela Internacional, foi enxergado por Trotsky (26 set. 1930, tradução nossa) como sinal do fortalecimento da “desesperança contrarrevolucionária”. A crise que se abatia sobre a Alemanha deslocava a pequena-burguesia e parte do proletariado a apostar em uma saída diferente da revolução social e da direção do Partido Comunista. O perigo do terror fascista sobre a classe operária estava posto, já que o Partido Nazista saltara de 810 mil votos para mais de 6 milhões de eleitores, tornando-se a segunda força do parlamento.

No entanto, o fascismo saiu vitorioso das eleições, tendo reunido não apenas milhões de elementos semiproletários, mas também centenas de milhares de operários industriais. Isso demonstra que, apesar da vitória parlamentar do partido comunista, a revolução proletária sofreu globalmente uma séria derrota nessas

⁴⁴ Os números das eleições na Alemanha foram obtidos em William L. Shirer (2008, p. 193).

eleições, que evidentemente não é decisiva, mas que é um prelúdio e deve servir como advertência e alerta. Pode se tornar decisiva e inevitavelmente o fará se o partido comunista não for capaz de avaliar sua vitória parlamentar parcial em relação a essa derrota "preliminar" da revolução e tirar todas as conclusões necessárias. O fascismo se tornou um perigo real; é a expressão do beco sem saída estreito em que se encontra o regime burguês, do papel conservador da social-democracia diante desse regime e da fraqueza acumulada do partido comunista, incapaz de derrubar esse regime. Aqueles que negam isso são cegos ou fanfarrões. (TROTSKY, 26 de set. de 1930, tradução nossa).⁴⁵

O crescimento eleitoral do partido de Hitler não acendeu o alerta entre os comunistas, que, até o fim da década de 1920, duvidavam da possibilidade do fenômeno fascista ter sucesso na Alemanha, visto o seu grau de industrialização e da tradição de luta do movimento operário. Poulantzas (1976) historicizou as posições da III Internacional sobre o ascenso nazista e mostrou como a postura de negação avançou para a positivação do crescimento das forças fascistas. Um possível governo nazista seria passageiro, entrecortado e sabotado por suas próprias contradições, além de ser um fenômeno contrarrevolucionário, que anunciava a situação insurrecional das massas. O fascismo, então, “não pode ser considerado mais do que a ‘última’ forma política da ditadura burguesa; seguida necessária e imediatamente pela ditadura do proletariado” (POULANTZAS, 1976, p. 49, tradução nossa)⁴⁶. Assim, sob um véu de determinismo histórico, a vitória do fascismo acabava anunciando a vitória iminente da revolução.

A posição de Trotsky distinguia-se das demais presentes nas vertentes políticas alemãs, a começar pela noção de que a vitória eleitoral do KPD foi acompanhada de uma derrota: o crescimento da votação nazista. A situação que se abria oferecia, do ponto de vista das condições materiais, horizontes de revolução, entretanto, a crise do sistema político e da dominação de classe dava sinais, naquele momento, do lugar privilegiado ocupado pelos fascistas, capazes de angariar votos de uma classe operária descrente em suas lideranças tradicionais e apoio de uma pequena-burguesia, parcela da população decisiva nos levantes proletários. A política do partido deveria ser de aproximação à maioria dos trabalhadores, que

⁴⁵ Do original: “Sin embargo, el fascismo ha salido vencedor de las elecciones, habiendo reunido no solamente a millones de elementos semiproletarios, sino también a cientos de millares de obreros industriales. Esto demuestra que, a pesar de la victoria parlamentaria del partido comunista, la revolución proletaria ha sufrido globalmente en estas elecciones una grave derrota, que evidentemente no es decisiva, pero que es un preliminar, y que debe servir como advertencia y puesta en guardia. Puede convertirse en decisiva, e inevitablemente lo hará, si el partido comunista no es capaz de valorar su victoria parlamentaria parcial en relación con esta derrota "preliminar" de la revolución, y de sacar todas las conclusiones necesarias. El fascismo se ha convertido en un peligro real; es la expresión del estrecho callejón sin salida en que se encuentra el régimen burgués, del papel conservador de la socialdemocracia frente a este régimen y de la debilidad acumulada del partido comunista, incapaz de derribar dicho régimen. Quien quiera que niegue esto es un ciego o un fanfarrón” (TROTSKY, 26 set. 1930, não paginado).

⁴⁶Do original: “no puede ser considerado más que como la ‘última’ forma política de la dictadura burguesa; seguida necesaria e inmediatamente por la dictadura del proletariado” (POULANTZAS, 1976, p. 49).

ainda constituíam base política para o Partido Social-Democrata e estabelecimento de uma frente única operária em defesa da liberdade de suas organizações. O momento exigia uma tática defensiva, que se transformaria em ação insurrecional quando as forças da classe trabalhadora tivessem coesão suficiente diante da crise.

Perto e longe da Alemanha, Trotsky, que era tratado pelos jornais comunistas como alarmista “que insistia com os comunistas para que abandonassem a revolução proletária para defender a democracia burguesa” (DEUTSCHER, 2006, p. 172) e que foi privado de sua nacionalidade russa em 1932, assistiu à sequência de erros que permitiu a Hitler tornar-se chanceler por uma via distinta do assalto violento ao poder. No dia 30 de janeiro de 1933, formou-se um novo governo, com Hitler na chancelaria, mas com a maioria dos ministérios entregues a outros partidos, na esperança de que o líder dos nazistas fosse controlado pelas demais forças.

Era uma derrota considerável para as esquerdas, mas Trotsky ainda não a enxergava como definitiva. Os fatos, porém, não permitiriam que as conclusões durassem mais do que alguns dias. Em 27 de fevereiro de 1933, o *Reichstag*, prédio do parlamento alemão, ardeu em chamas em um incêndio provocado pelos nazistas, mas atribuído aos comunistas. Hitler usou o caso para forçar um decreto – assinado pelo então presidente Hindenburg – suspendendo garantias individuais e liberdades civis. A repressão sistemática contra socialistas e comunistas ganhara legitimidade institucional. Diante disso, Trotsky, em “A tragédia do proletariado alemão”, afirmava que o Partido Comunista da Alemanha estava “sentenciado” com a memória da desmoralização ocorrida em 1933 e que, a partir dali, a classe necessitaria de outra direção revolucionária (TROTSKY, 14 mar. 1933). Entretanto, o caso alemão poderia ser visto como exemplo para os comunistas de outros países e salvar as demais seções da Internacional da bancarrota. Essa resolução era semelhante ao que a Pré-conferência Internacional da Oposição de Esquerda, realizada em fevereiro, indicou.

A discussão da derrota do proletariado alemão foi quase imediata no Brasil. Em 19 de março de 1933, Aristides Lobo – sob o pseudônimo de Leônidas – escreveu uma proposta de resolução para a Liga Comunista, discordando do que, até então, havia sido adotado pelo movimento trotskista internacional:

Considerando: [...] que a burocracia soviética prepara o terreno para a reação termidoriana e só se utiliza da bandeira da I.C. como uma agitação demagógica que mascara essa preparação; [...] que só a Oposição Internacional de Esquerda representa, hoje, a III Internacional, cujos quatro primeiros congressos constituem os fundamentos de sua linha política, e, por conseguinte, só ela poderá convocar o VIIº Congresso Comunista Mundial; h) que o caráter de fração da Oposição de Esquerda

não corresponde mais à nova situação criada pelo acabamento da traição estalinista. (LOBO, 19 mar. 1933, p. 1).

A referência feita ao *Thermidor*⁴⁷ para caracterizar o processo político que se desenrolava no Estado russo será abordada um pouco mais à frente, quando a discussão sobre o significado da burocracia e do Estado soviético dão base a importantes rupturas no movimento trotskista, entre elas, a de Edmundo Moniz e Mário Pedrosa. Nesse momento, deve ser dado destaque à proposta desenvolvida por Aristides Lobo, que esperava vê-la adotada pela LC:

a) considerar errônea a tese adotada pela Pré-Conferência Internacional, segundo a qual a Oposição de Esquerda deve continuar como “fração e não partido”; b) aprovar a tese do camarada Leônidas, segundo a qual a Oposição Internacional precisa dirigir-se a todas as seções nacionais e a massa proletária submetida aos burocratas stalinistas, e convocar o VIIIº Congresso da Internacional Comunista; c) aprovar a tese de que, no VIIIº Congresso organizado e preparado pela Oposição Internacional de Esquerda, este deverá declarar-se a III Internacional (bolchevique-leninista), passando cada uma das suas seções nacionais a constituir o Partido Comunista (bolchevique-leninista); d) aprovar a tese de que é preciso lançar ao proletariado russo a palavra de ordem de greve geral pela derrocada da burocracia stalinista e pela ascensão da Oposição de Esquerda, com o camarada Trotsky à frente, a todos os postos de direção política, econômica e administrativo do Estado proletário; e) aprovar a tese de que é preciso estender a agitação e a propaganda das ideias da Oposição de Esquerda no Exército Vermelho e à Armada Vermelha, afim de que, caso se torne necessário, seja dado o golpe de estado que, restabelecerá na U.R.S.S. a política de Lenine. (LOBO, 19 mar. 1933, p. 1-2).

A proposta de Aristides Lobo mesclava um elemento presente nas fileiras trotskistas – a ideia de que ali estavam os verdadeiros representantes do marxismo e do legado de Lenin – com a conclusão recém-adquirida da falência da IC. Desse modo, a resolução proposta não tratava exatamente de uma nova Internacional, mas da reivindicação da III Internacional pelos seus reais representantes. As ideias elaboradas pelo Secretário-Geral da Liga Comunista provavelmente foram debatidas, em reunião da Comissão Executiva, mas não foram tomadas como resolução da organização. O tema seria discutido na I Conferência Nacional da Liga, que aconteceu entre os dias 6 e 10 de maio. O relator do ponto, Aristides Lobo, iniciou a discussão não a partir do seu texto, mas de uma proposta de emenda às definições da Pré-Conferência Internacional da Oposição de Esquerda.

As modificações que foram feitas por “Miguel”, nome utilizado por Mário Pedrosa, buscavam atualizar a política da Oposição aos novos acontecimentos, que já indicavam que as

⁴⁷A Revolução Francesa foi o momento inaugural do tempo presente dos bolcheviques. Se a Comuna de Paris foi marcante para o movimento socialista, que olhava para 1871 como um laboratório de análise para debater as relações entre Estado e revolução, a inauguração do presente para os revolucionários do início do século XX era a experiência jacobina. A percepção de uma nova derrota para o ideal revolucionário, dessa vez encarnada na consolidação do stalinismo, é o momento em que a experiência francesa se torna passado diante de um presente com uma nova catástrofe.

frações poderiam necessitar constituir novos partidos. Nas emendas debatidas e aprovadas após a discussão, desapareciam as proposições anteriores de Lobo, que pregava a construção de uma Internacional “paralela” e a construção de um novo partido na União Soviética. A redação expressava que a “nossa posição organizatória atual é idêntica à tomada em 1912 pelo Partido Bolchevique” (LIGA COMUNISTA, 7 mai. 1933, p. 24), lembrando a separação definitiva do grupo de Lenin das outras correntes da social-democracia russa. Tal ruptura, no entanto, não fez com que os bolcheviques deixassem a II Internacional. A decisão final sobre os aspectos organizacionais dos opositoristas russos ficou assim apresentada:

A política do segundo partido significaria lá uma política de nova revolução, dado o caráter do monopólio de que goza o P.C. no país da ditadura soviética. A política de fração significa o caminho da reforma interior do Estado operário, tendo em vista precisamente o re-fortalecimento da ditadura proletária, ameaçada nas suas bases pela degenerescência e deformação burocráticas. (LIGA COMUNISTA, 7 mai. 1933, p. 24).

O momento vivido pelos trotskistas era de reformulação teórica não apenas sobre o papel da IC, mas acerca do stalinismo e do significado de seu papel na condução da URSS. Trotsky, nos últimos meses do ano, manteve a caracterização da União Soviética como um Estado Operário que deveria ter as suas conquistas defendidas, mas adotou, como bandeira, a partir de então, uma revolução política para remover o regime stalinista do poder. Porém, em maio, quando a Liga Comunista realizava o seu encontro, uma nova revolução ainda não se constituía como palavra de ordem da corrente. A questão da União Soviética apareceu como ponto de pauta no dia seguinte e Aristides Lobo voltou a defender que os opositoristas preparassem uma greve geral e uma insurreição em território russo, submetendo o seu escrito de 19 de março como proposta de resolução, que foi derrotada. Porém, a discussão do caso soviético parece ter tensionado os demais, já que o texto que obteve maioria dos votos, de autoria de Mário Pedrosa, que polarizara com Lobo sobre a situação na URSS, absorvera parte das reivindicações da proposta vencida.

A Liga Comunista (Secção Brasileira da Oposição Internacional de Esquerda), em sua Conferência Nacional, decide exprimir a sua legítima inquietação revolucionária em face da extrema gravidade da situação, que põe em perigo a própria existência da ditadura proletária, e salienta que já é tempo de serem levantadas mais concretamente, dentro dos quadros da O.I.E., todas as questões concernentes à posição e à atitude políticas que a marcha dos acontecimentos internos e externos possa impor à Oposição de Esquerda russa, avultando dentre essas as formas de luta e resistência à reação termidoriana ou bonapartista, como uma greve geral ou até a insurreição armada, tendo em vista a defesa do sistema soviético. (LIGA COMUNISTA, 8 mai. 1933, p. 34).

A mediação dos antagonismos entre os membros da Liga foi conseguida ao preço do esvaziamento das posições expressas nos debates. Salvador Pintaúde, ou “Sérgio”, assim resumiu a questão: “voto a favor porque, entre uma proposta inócua como é esta e uma proposta acadêmica que é a do cam. Leônidas [...], voto pela proposta inócua” (LIGA COMUNISTA, 8 mai. 1933, p. 34). No dia 10 de maio, a discussão aconteceria ao redor das questões de organização do grupamento. A situação da Liga, na cidade do Rio de Janeiro, deu início ao ponto de pauta. O informe da célula oposicionista na capital federal foi dado por “Lopes” e “Sergio”, de identidade indefinida⁴⁸. Os militantes relatavam as dificuldades da organização naquele local, sobretudo após o movimento da Aliança Liberal, quando a LC deslocou seus quadros e o centro de suas atividades para São Paulo. A apresentação ganhou relevância para nós, já que era no Rio onde Moniz militava. Foi “Sergio” quem detalhou a composição do pequeno núcleo trotskista: “A região atualmente tem três gráficos – o cam. Eloy, o cam. Lopes e o cam. [ilegível] – e três intelectuais – o cam. Fontes, o cam. Leão e eu” (LIGA COMUNISTA, 10 mai. 1933, p. 48). “Leão” era um pseudônimo que poderia ser atribuído, em outras ocasiões, à Aristides Lobo, mas este não militava no Rio e na Conferência estava identificado como “Leônidas”. Desse modo, considero possível que “Leão”, na verdade, fosse Edmundo Moniz.

A I Conferência da Liga Comunista do Brasil terminou elegendo uma nova direção e indicando apenas reparos às teses enviadas pelo Secretariado Internacional da Oposição⁴⁹. Estas se tornariam obsoletas poucos meses depois, já que, em julho de 1933, Trotsky, afirmando que “não há nada mais perigoso na política do que ficar preso pelas próprias fórmulas que foram apropriadas, mas hoje carecem por completo de conteúdo” (TROTSKY, 15 jul. 1933, tradução nossa)⁵⁰, sentenciava que era o momento de romper, também, com o *Komintern*. A reação da IC à transformação de Hitler em chanceler, sua imobilidade e o silenciamento da discussão interna, esgotaram seu papel revolucionário. Assim, o Estado operário mantinha seu caráter progressista, mas a burocracia era o perigo regressivo para a União Soviética e para as organizações comunistas pelo mundo.

⁴⁸ A ata da Conferência aponta que “Lopes” era um operário gráfico e “Sergio” era um intelectual. Dainis Karepovs (2013), em trabalho sobre a Editora Unitas, mostra que nas reuniões de fundação da Liga Comunista, “Sergio” foi o pseudônimo utilizado para designar Salvador Cosi Pintaúde, proprietário da Gráfico-Editora Unitas, que terá papel importante na publicação das obras de Trotsky nos primeiros anos da década de 1930. Entretanto, o fato de Pintaúde ter tido apenas uma breve ligação orgânica com a LC e a base de sua empresa ser em São Paulo, não permitem a afirmação de que ele era o “Sergio” da primeira Conferência da Liga Comunista.

⁴⁹ As resoluções da seção brasileira foram publicadas no número 5 do *Bulletin Internacional*, publicação da Oposição de Esquerda Internacional.

⁵⁰ Do original: “no hay nada más peligroso en política que caer atrapado por las propias fórmulas que ayer fueron apropiadas pero hoy carecen por completo de contenido” (TROTSKY, 15 jul. 1933).

Não havia data marcada para a fundação de uma nova Internacional, mas Trotsky evidenciava que ela chegaria e que, a partir daquele momento, os trotskistas deveriam abandonar o seu caráter de fração pública dos PC's e se organizar sob bandeiras independentes. A nova diretriz política foi debatida pelos militantes brasileiros, ainda em julho de 1933, e seria o tema da II Conferência Nacional da Liga Comunista, ocorrida em 1º de outubro e convocada, extraordinariamente, para deliberar sobre as questões propostas por Trotsky. Entre os presentes, estavam dois militantes do Rio de Janeiro, identificados como “Eloy” – provavelmente Hylcar Leite⁵¹ – e “Leão”, citados na Conferência anterior. Não é seguro afirmar que Leão fosse o pseudônimo utilizado por Edmundo Moniz, mas se consideramos a possibilidade, o posicionamento desse militante, no encontro, torna-se curioso.

A discussão no interior da Liga Comunista sobre uma nova Internacional não foi meramente protocolar. “Frederico” (João Matheus) propôs que a transformação da Oposição de Esquerda Internacional, em IV Internacional, se desse apenas quando a União Soviética ultrapassasse as fronteiras da restauração do capitalismo. Enquanto o Estado operário existisse ali, os trotskistas deveriam permanecer na IC. Em resposta à objeção de João Matheus, “Leão” se manifestou:

É verdade que alguns de nós colocam a ligação entre a I.C. e a existência do Estado soviético, mas, o que se vê pelos acontecimentos que se vêm dando é que o próprio Estado soviético, si bem alguns ainda julguem que ele existe, enquanto que outros julgam que ele não existe, os próprios elementos que julgam a sua existência como um fato, quando exprimem esse pensamento, nota-se que há uma certa tibieza neles. [...] julgo que devemos não só votar pela necessidade de se trabalhar por uma quarta Internacional, como também devemos considerar a existência do Estado soviético como uma coisa que, si de fato ainda existe, está prestes a cair. (LIGA COMUNISTA, 1 out. 1933, p. 5).

As duas posições, de João Matheus e de Leão, são sintomáticas das dúvidas e das elaborações que habitavam as organizações de esquerda dissidentes do comunismo dito “oficial”. Trotsky, no mesmo dia em que os membros da Liga Comunista se reuniam para deliberar sobre seu apoio à ruptura com o Komintern, escrevia o opúsculo “A natureza de classe do Estado soviético”, no qual procurava justificar porque o rompimento com a IC não implicava no abandono das convicções acerca do caráter proletário do Estado soviético e de sua defesa. Suas teses eram nominalmente endereçadas aos grupos de esquerda que

⁵¹ Com a onda de prisões que caiu sobre a LCI após o levante de 1935, um relatório da Delegacia de Ordem Social do estado de São Paulo atribuía, a partir do depoimento de uma testemunha não identificada que “Hylcar Leite era comunista e que o conhecia pelo nome de Eloy Fonseca”. (DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL, 29 jun. 1936, p. 357).

tensionavam as bases trotskistas para adotar posições mais radicais diante da URSS. Em julho, no já citado texto em que atesta o óbito da IC, Trotsky se justificara frente aos “decemistas”, militantes remanescentes da tendência bolchevique “Centralismo Democrático”⁵² que, no início da década de 1920, criticavam “a centralização excessiva e o abuso dos métodos autoritários” (BROUÉ, 2014, p. 137-138). Os “decemistas” ou “decistas”, ao lado da Oposição Operária, expressaram, antes de Trotsky, as contradições entre os interesses do operariado e a manutenção da Nova Política Econômica (NEP). As palavras de homens como Vladimir Smirnov e Timofei Sapronov encontravam eco nas fileiras trotskistas e, diante das derrotas sofridas pela Oposição de Esquerda, a pregação radical dos dissidentes da época do “comunismo de guerra” levava parte dos partidários de Trotsky com ela:

Os trotskistas irreconciliáveis eram principalmente jovens, para quem a expulsão do Partido fora um golpe menor do que para os mais velhos, pessoas atraídas mais pelo grito de democracia proletária da Oposição do que pelos seus objetivos econômicos e sociais; os zelosos da Oposição, os inimigos doutrinários da burocracia e os fanáticos do anti-stalinismo. [...] Os irreconciliáveis mais extremados, por sua vez, descobriram que tinham muito em comum com os moicanos não arrependidos da Oposição dos Trabalhadores e dos decemistas que eram liderados por Sapronov e Vladimir Smirnov e que foram exilados juntamente com os trotskistas. (DEUTSCHER, 1968, p. 436).

Em outubro, ao pormenorizar sua proposta de romper com a IC, mas manter-se fiel às conquistas do Estado operário, Trotsky se dirigia a Hugo Urbahns, membro do “Leninbund”, grupamento comunista dissidente que, sob a direção de Urbahns, teve estreita colaboração com Trotsky até entrar em colisão com o líder político exilado⁵³. O caráter da burocracia soviética, de seu Estado e o papel da Oposição, que Urbahns defendera anos antes que deveria constituir-se como partido independente, afastaram o *Leninbund* da Oposição de Esquerda Internacional. Ao citar os militantes e os grupos que se encontravam fora da sua organização, Trotsky também agia internamente, pois as questões difundidas pelas seitas portadoras de um “antistalinismo radical” circulavam também nas hostes trotskistas, vide o exemplo das intervenções de João Matheus e “Leão” na II Conferência da Liga Comunista ou, até mesmo, nas ideias que Aristides Lobo desenvolveu meses antes.

O segundo encontro da Liga Comunista terminou aprovando uma resolução alinhada com a palavra de ordem da preparação de uma nova Internacional. A mudança do nome da organização não foi decidida de imediato, mas, pouco tempo depois, a Liga Comunista acrescentaria “Internacionalista” ao seu nome. A mudança do caráter da organização, de

⁵² Faziam parte dos “centralistas democráticos”: Vladimir Smirnov, Osinski e Timotei Sapronov.

⁵³ Para a relação do *Leninbund* e de Hugo Urbahns com Trotsky, ver o capítulo acerca do trotskismo alemão antes da Segunda Guerra, em Robert J. Alexander (1991).

fração para grupo independente, colaborara com a atuação da Liga em São Paulo, mas, no Rio de Janeiro, os trotskistas continuaram com uma intervenção aquém de suas pretensões. Os problemas se arrastavam desde a chegada de Vargas ao poder, quando os principais militantes se deslocaram da capital federal. Em junho de 1932, uma circular dirigida aos membros da Liga no Rio de Janeiro informava aos integrantes sobre expulsões, mudanças na direção e reprimendas à atuação do grupo:

Prezados camaradas: A nossa C.E., em reunião de 10 do corrente, resolveu tomar as seguintes medidas: 1º – Expulsar da organização o c. 8 (O.G). - Este cam. fez imprimir e distribuir um manifesto político dirigido Ao Povo [...], de ataque ao “Clube 3 de Outubro” mas servindo, visivelmente, aos interesses de uma outra parcela da burguesia, a chamada burguesia constitucionalista, que o manifesto simplesmente esquece. [...] 2º – Destituir o atual Comitê Executivo da Região do Rio. - A C.E. é levada a esta medida por ter verificado que essa direção não está à altura do trabalho de que foi incumbida. Tem revelado sempre falta de controle eficiente sobre a atividade de seus membros, alguns dos quais se desgarram lamentavelmente, como foi o caso de L., que chegou a ir ao Catete em condições já conhecidas, e de O.G., que faz impunemente o jogo da classe inimiga sem dar satisfações à organização. (LIGA COMUNISTA, 12 jun. 1932).

A ausência de disciplina também era ressaltada ao citar o episódio da publicação de um jornal local, *O Bolchevique*, em detrimento da divulgação e manutenção de *A Luta de Classe*. A falta de atuação efetiva, como grupamento revolucionário, pode ser entendida nos fragmentos encontrados sobre a experiência política de Edmundo Moniz nos primeiros anos da década, quando enxergamos, mais facilmente, suas incursões aos espaços acadêmicos e intelectuais, aparentemente constitutivos de suas redes de sociabilidade, do que ações militantes coordenadas por um órgão partidário.

Moniz, que chegara ao Rio de Janeiro entre o final da década de 1920 e início dos anos 1930, proveniente do estado da Bahia, se movimentava em uma cidade que passou a ser tratada como vitrine do Brasil, construído pelos que levaram Vargas ao poder central. A cidade modelo, se era dotada dos mecanismos da repressão às ideologias consideradas “nocivas”, fomentava inquietação nos intelectos da sua juventude. Muza Clara Velasques (2000) aborda o cruzamento de dois espaços importantes para o que chama de “homens de letras”, na década de 1930: a boemia e a universidade. O caso clássico da boemia vem da França do século XIX, sobretudo dos anos que vão das revoltas de julho de 1830 à eleição de Luís Bonaparte em 1848, e podemos entendê-la como portadora de “um estilo de vida e uma atitude particular em relação à estética. Rejeitar as condições burguesas, não possuir residência estável e trabalho regular (ou a eles renunciar por vontade própria), frequentar cafés, cabarés e tabernas populares, gostar da vida noturna” (TRAVERSO, 2018, p. 253).

O Rio de Janeiro, apresentado por Velasques, possuía um aspecto boêmio que se estendia da Rua do Ouvidor, no centro da cidade, aos bares da Lapa, onde se “convivia com boêmios menos recomendados, artistas em geral e marginais” (VELASQUES, 2000, p. 72). Vários desses sujeitos ocupavam, também, os bancos universitários da Faculdade de Direito, formação que, em boa parte das vezes, não era tomada como o caminho para a advocacia, mas como etapa possível para aqueles que almejavam ocupar ofícios intelectuais. A profissionalização, nos anos 1930, encontrava dois caminhos de maior relevância. Um provinha da lenta transformação do Estado brasileiro em empregador da intelectualidade, e o segundo encontrava-se nas páginas da imprensa. Os espaços boêmios serviam também como vitrine para os que buscavam inserção no estreito corredor do reconhecimento e da inserção profissional.

A intersecção entre a Faculdade de Direito, a vida boêmia e a aspiração a viver das letras, foi identificada por Velasques (2000) na *Revista Acadêmica*, fundada em setembro de 1933, como publicação dos estudantes.

tendo a frente Murilo Miranda, aluno do segundo ano da faculdade, como diretor, e Lúcio Rangel, na função de secretário. Foi editada até o ano de 1948, sem manter uma periodicidade regular. [...] Para os jovens que cursavam a faculdade de direito, o meio acadêmico era então o espaço por excelência de sociabilidade. Ter a vocação literária ou jornalística, esbarrava durante os anos 20 e 30, nas duas possíveis opções de formação superior: o curso de direito ou de medicina. (VELASQUES, 2000, p. 96).

A *Revista Acadêmica*, segundo a autora, passou ao “esquecimento” por não ter revelado, a partir de seus membros, nenhum grande literato, embora tenha contado com colaboradores de renome, como Mário de Andrade, que andou com os jovens cariocas pelas ruas e bares da capital, Murilo Mendes e Manuel Bandeira. Na relação de nomes que apareceram com maior frequência na revista, feita por Muza Velasquez, Edmundo Moniz estava ausente, embora possa, ocasionalmente, ter escrito para o órgão. Entretanto, certamente partilhava de várias das aspirações dos colegas de faculdade. Seu diploma obtido na Faculdade de Direito não foi utilizado para uma carreira jurídica e Moniz também buscou a imprensa como lugar de profissionalização.

Sua inserção foi precoce, encontrada em 1930, quando fazia parte do jornal *A Esquerda*, periódico fundado em 1927, por Pedro Mota Lima, que apoiou a Aliança Liberal e o movimento de deposição de Washington Luís. O jornal *A Batalha*, também propriedade de Mota Lima, noticiou, em fevereiro de 1930, a viagem de um de seus companheiros de profissão:

Pelo pacote “Ruy Barbosa” segue, hoje para a Bahia o nosso distinto e brilhante confrade de imprensa Edmundo Moniz, filho do senador Antonio Moniz. O jovem jornalista que exerce a sua atividade na “A Esquerda”, vai acompanhar o seu progenitor na propaganda política da Aliança Liberal no interior daquele Estado. (A BATALHA, 15 fev. 1930, p. 6).

A viagem com o pai é um exemplo que aproxima Moniz dos casos analisados por Miceli (2001) em sua investigação acerca do ingresso dos filhos das oligarquias nos ofícios intelectuais. Possivelmente, sua família não pode ser tratada como “parentes pobres” (MICELI, 2001, p. 22) dos grupos que detinham efetivamente o poder na Primeira República, mas assim como na maioria dos casos abordados pelo autor, sua conversão ao universo profissional dos letrados “dependeu não dos títulos e diplomas [...], mas muito mais do capital de relações sociais” (MICELI, 2001, p. 53) acionadas. A força do sobrenome se impôs mesmo com a morte do pai, no mesmo ano de 1930, e Edmundo Moniz contou com a proximidade entre o seu irmão, Heitor Moniz, e veículos de imprensa da capital, *Correio da Manhã* e *Carioca*, para se inserir na atividade jornalística. Mais tarde, o lugar da sua prima, Niomar Sodré, na condução do *Correio da Manhã*, colaborou para que Moniz tivesse carreira sólida no jornal.

Em 1930, na trajetória de Moniz, o trabalho jornalístico e o engajamento político não podem ser dissociados. Certamente, a autoridade paterna de um Senador da República tinha peso significativo sobre um filho de incompletos dezenove anos, mas a visita de Edmundo ao seu estado natal pode ter significado mais do que uma imposição familiar, indicando elementos que integravam seu horizonte político naquele momento. *A Batalha*, por exemplo, do mesmo grupo de *A Esquerda*, com o qual compartilhava o apoio à candidatura de Vargas, no início de 1930, tinha, como um de seus diretores, o professor da Faculdade Nacional de Direito, Leônidas de Rezende. Este, durante a década anterior, havia sido um dos responsáveis pelo jornal *A Nação* e pôs o periódico sob a influência do Partido Comunista. Porém, o marxismo de Leônidas era entrecortado pelo positivismo, o que o tornava alvo de críticas dos militantes do PCB, contribuindo para o seu afastamento do partido. Portanto, na academia, na imprensa e nas relações familiares, Moniz convivia com um conjunto de ideias e práticas militantes que complexificam a simples explicação que poderia apresentar um momento no qual ele aderiu ao marxismo como uma teoria social sólida à sua espera.

Ingressando na Liga Comunista em abril de 1931, Moniz teve como seu lugar de militância as organizações estudantis, que articulavam a legitimidade acadêmica com a afirmação de um papel político. Porém, eram tempos de “solidão revolucionária” e a corrente

se encontrava isolada. Naquela década, a principal preocupação dos trotskistas, a luta contra o fascismo, encontrou, em São Paulo, uma forma política, a Frente Única Antifascista (FUA), que permitiu, com um conjunto de percalços, o desenvolvimento da política do grupamento para o período. Porém, no Rio, a Liga Comunista teria que procurar outros caminhos.

Em São Paulo, a proposta da Frente Única Antifascista veio da Liga Comunista:

Em reunião da Comissão Executiva da LCI realizada em São Paulo, em janeiro de 1933, foi aprovada a proposta de lançamento da campanha pela criação de uma Frente Única Antifascista, resultado da política do movimento trotskista e da pressão exercida pelos antifascistas nacionais e estrangeiros de vários matizes e, muito particularmente, pela insistência de um companheiro exilado da Itália, Goffredo Rosini, que fora militante do Partido Socialista Italiano, fundador do Partido Comunista daquele país e companheiro de Antonio Gramsci nos primeiros da prisão deste líder revolucionário. [...] Na ocasião, além de aprovar a criação da FUA, resolveu-se tomar contato com o maior número possível de sindicatos, organizações políticas de esquerda, inclusive anarquistas, comunistas, socialistas, grupos e sociedades estrangeiros antifascistas, numerosos e influentes à época. (ABRAMO, 2014, p. 28-29).

A FUA tentou estabelecer um elo entre a experiência antifascista da capital paulista, que residia sobretudo nas comunidades italianas da cidade, e os novos grupos de esquerda existentes na década de 1930. Fundada em 25 de junho de 1933, estavam no momento inaugural da Frente:

além do PSB paulista, o Grêmio Universitário Socialista, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a Legião Cívica 5 de julho, a Liga Comunista (LC), a seção paulista do Partido Socialista Italiano, a Bandeira dos Dezoito, o Grupo Socialista 'Giacomo Matteotti', o Grupo 'Italia Libera', a revista *O Socialismo* e os jornais *O Homem Livre* e *A Rua*. (CASTRO, 1999, p. 122).

De todas essas organizações, apenas a Liga Comunista e um setor do Partido Socialista Brasileiro (PSB) tiveram participação central ao longo da existência da FUA. O PSB, criado em 1932 sob influência dos interventores estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo e com a presença dos tenentes, passava por uma reformulação ao longo do ano de 1933, tendo o grupo do italiano Francesco Frola como um dos polos renovadores que procuravam definir melhor a proposta do partido em torno de um reformismo lento e que reivindicava a democracia como trilha de suas ações. Os anarquistas procuraram emplacar outras frentes, que não lograram êxito, enquanto os comunistas praticavam uma política de diálogo e recuo diante da FUA, já que o centro das ações do PCB era a convocação para aglutinar forças ao redor da luta contra a guerra.

A Frente Única Antifascista foi ao encontro de outra iniciativa da qual faziam parte os trotskistas de São Paulo: o jornal *O Homem Livre*. No processo de constituição de uma frente

política, jornalistas do *Diário da Noite*, simpatizantes à causa antifascista, juntaram-se à proposta de Goffredo Rosini de criar um jornal legal para difundir as ideias antifascistas. O primeiro número de *O Homem Livre* foi publicado em 27 de maio de 1933, tendo o periódico sobrevivido até 24 de fevereiro de 1934, quando interrompeu sua tiragem. Ao longo de 22 números, publicou artigos – assinados ou não – de Aristides Lobo, Lívio Xavier, Mário Pedrosa, entre outros, constituindo uma importante tribuna de intervenção dos trotskistas paulistas.

A organização realizou algumas manifestações públicas, nos anos de 1933 e 1934, mas teve dificuldades, desde o início, para se consolidar como instrumento orgânico da luta antifascista. Para pressionar por maior efetividade da frente, *O Homem Livre*, em 12 de setembro de 1933, convocou as organizações que assumiram o compromisso de construir a FUA:

Como se sabe, organizou-se em São Paulo, há cerca de três meses, a Frente Única Antifascista. Aos primeiros apelos, coligaram-se em torno de um programa mínimo as seguintes organizações: Partido Socialista Brasileiro, Grupo Socialista Giacomo Matteoti, Grêmio Universitário Socialista, “Socialismo”, “A Rua”, Liga Comunista, Grupo Antifascista “L’Italia Libera”, “L’Italia”, “Brasil Novo”, “O Homem Livre”, União dos Trabalhadores Gráficos, Legião Cívica 5 de Julho, Bandeira dos Dezoito e União dos Profissionais do Volante. Muitas dessas organizações, entretanto, apesar de suas declarações iniciais, de seus compromissos solenes assumidos perante a opinião livre do país, nunca desenvolveram a menor atividade. E, desde a grande manifestação de 14 de julho, a Frente Única Antifascista não aparece na cena política. (O HOMEM LIVRE, 12 set. 1933, p. 1).

Não obstante as debilidades da Frente Única Antifascista, os esforços dos trotskistas e socialistas que a encabeçaram cumpriram um papel relevante naquele momento, sobretudo ao disputar o espaço público com os integralistas, impedindo que os seguidores de Plínio Salgado marchassem pelas ruas sem enfrentarem resistência. O ponto máximo da tensão entre os grupos foi atingido no dia 7 de outubro de 1934, quando ocorreu o evento que ficou conhecido como a Batalha da Praça da Sé, quando os antifascistas dissolveram um comício dos camisas verdes.⁵⁴

Ao longo de 1934, a Ação Integralista Brasileira realizou desfiles que atraíram milhares de pessoas às ruas e, segundo Castro (1999), era um sinal do fortalecimento da AIB e sintoma da radicalização política que acompanhava o processo constituinte brasileiro. O comício, marcado pelos integralistas para 7 de outubro daquele ano, era a afirmação de seu crescimento, no dia em que o grupo comemorava dois anos da publicação de seu manifesto

⁵⁴ Não foi o primeiro caso de enfrentamento violento entre os militantes, como exposto por Fúlvio Abramo (2014, p. 41-42).

inaugural. Fúlvio Abramo, que era secretário da Frente Única Antifascista e presidente da Coligação dos Sindicatos Operários, braço sindical da FUA, afirma que a reação inicial partiu da Frente, que reuniu outras organizações, entre elas o PCB, para responder ao ato integralista:

todos aprovavam a proposta de realizar a contramanifestação; estavam de acordo em que ela deveria realizar-se no mesmo local e hora da anunciada manifestação integralista; a finalidade era dissolver a reunião dos plinianos, sem qualquer possibilidade de voltar atrás nas decisões; o povo de São Paulo deveria ser esclarecido através de manifestos e comunicados à imprensa sobre as razões que justificavam essa tomada de posição, pois os integralistas alardeavam que empregariam no Brasil os mesmos métodos de liquidação física dos adversários políticos e das organizações opositoras que estavam em furiosa aplicação na Alemanha e na Itália; na medida do possível, cada organização trataria de fornecer elementos de defesa – eufemismo empregado para dizer “armas” – necessários para a efetivação das medidas tomadas. (ABRAMO, 2014, p. 64-65).

Se o chamado da FUA recebeu boa aceitação entre as organizações de esquerda – entre elas o PCB, que garantiu sua participação – e sindicais, no interior da Liga Comunista Internacionalista, que na prática dirigia a Frente, a perspectiva de um enfrentamento violento levantou oposição entre seus militantes. Parte deles rechaçaram a utilização de armamento, que poderia facilmente descambar para a provocação e aventureirismo. Abramo, em suas memórias, atribui a essa divergência a expulsão de quadros importantes da LCI:

Aristides Lobo, Victor de Azevedo Pinheiro, José Auto e Rachel de Queiroz, que durante sua estada em São Paulo era militante da LCI, recusaram-se a aceitar a atitude tomada pelos demais companheiros, condenando-a como aventureira e perigosa. [...] Alguns simpatizantes, como Geraldo Ferraz, Miguel Macedo e outros, o acompanham, mas mesmo dissentindo, comparecem à praça e lutam. Aristides e outros militantes, coerentes com a sua opinião, se abstêm de participar. Esse comportamento lhes valerá, pouco tempo depois, a expulsão dos quadros da LCI. (ABRAMO, 2014, p. 67).

De fato, os nomes citados por Fúlvio Abramo deixaram a LCI entre 1934 e 1935. Entretanto, além da divergência sobre o enfrentamento armado, havia outro elemento determinante para as cisões, que afastaram, além dos nomes citados, Lívio Xavier, que havia fundado o Grupo Comunista Lenine em 1930: o *tournant* francês. Em 1934, Trotsky, residindo na região francesa de Domène, viu, no enfrentamento ao fascismo, um momento de radicalização dos trabalhadores, mas também de uma necessária frente entre socialistas e comunistas. Olhando para o caso da França e reconhecendo a debilidade de sua corrente, Trotsky, apostando que havia uma base operária e jovem, na Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), a ser disputada pelos seus partidários, propõe que estes entrem na

organização social-democrata. A “solução francesa” acabou sendo estendida às demais seções nacionais.

A proposta de Trotsky fez nascer um “intenso debate entre os ‘bolcheviques-leninistas’; alguns o consideram como uma ‘capitulação’ diante da social-democracia que, desde o seu apoio decisivo em 1918-1920 à ordem burguesa contra o ascenso revolucionário, representa para eles a quintessência da traição” (MARIE, 2009, p. 445, tradução nossa)⁵⁵. A prática entrou para a história do trotskismo como “entrismo” e causou prejuízos ao movimento trotskista internacional. Na Espanha, na Bélgica e no Brasil, o giro das organizações causou cisões expressivas. Deutscher (2006) avalia que tal política estava fadada ao fracasso pelas profundas divergências entre socialistas e trotskistas. Era impossível conquistar amplos setores do SFIO e a relação entre os “bolcheviques-leninistas” e os dirigentes socialistas era de denúncia constante. Assim, a militância teria se afastado das bases comunistas, usando as tribunas das organizações condenadas pelo reformismo.

No Brasil, não é de assustar que a entrada dos trotskistas no PSB tenha levantado oposição. Além da moderação do partido, suas origens ligadas a uma fração dos tenentes cercava o partido de desconfianças acerca de seu caráter classista. Alzira Lobo de Arruda Campos (1998) cita uma correspondência entre Edmundo Moniz e Lívio Xavier, na qual o primeiro afirmava que:

no interior a coisa piorara muito com "o tal negócio do Partido Socialista". A grande maioria do operariado, mais inclinada a ler e a refletir sobre os assuntos da classe, aderiu ao Partido Socialista fundado por Juarez Távora, de maneira que a luta se tornava mais difícil. Além de convencer o operário da necessidade da luta pela independência, tornava-se "necessário propagar que o entusiasmo de que ele está possuído pelo tal socialismo tenentista é fascista antiproletário e principalmente anticomunista". (MONIZ apud CAMPOS, 1998, p. 119).

Não é tarefa difícil encontrar outras críticas, dessa vez públicas, ao PSB. O jornal *A Luta de Classe*, de 22 de fevereiro de 1934, reclamava da postura dos socialistas em um ato público da FUA, realizado em janeiro daquele ano. No texto, intitulado “A reação burguesa e o Partido Socialista”, o PSB era descrito como “partido reformista típico, de ideologia essencialmente pequeno-burguesa” (A LUTA DE CLASSE, 22 fev. 1934, p. 6) e sua vacilação era vista como consequência de seu caráter de classe. A LCI, compondo uma frente com os socialistas, se via na missão de arrastar os moderados pela via da política que

⁵⁵ Do original: “intenso debate entre los ‘bolcheviques-leninistas’; algunos los consideran como una ‘capitulación’ ante la socialdemocracia que, desde su apoyo decisivo en 1918-1920 al orden burgués contra el ascenso revolucionario, representa para ellos la quintaesencia de la traición” (MARIE, 2009, p. 445)

considerava justa, mas a aceitação da linha frentista pela militância era diferente da imersão nas fileiras socialistas.

A aliança entre sindicatos e partidos alcançou o objetivo no dia 7 de outubro de 1934. O comício dos integralistas, na prática, nem começou, pois a contramanifestação impediu que os camisas verdes tomassem a Praça da Sé. Uma intensa troca de tiros, que terminou com um estudante e três policiais mortos, tornou a comemoração da AIB irrealizável. Naquele dia, também tombava a FUA, que teve seu ato final no centro de São Paulo.

A Liga Comunista Internacionalista, no Rio de Janeiro, não ocupou o centro de qualquer articulação que passasse à memória, entretanto, havia militância, que, nem sempre, os documentos produzidos pelas instâncias partidárias dão conta. Cabe destacar os dois lugares fundamentais da atuação dos membros da LCI: o movimento estudantil e o movimento operário. Neles, podemos enxergar as ações que buscavam incidir sobre as bases populares. No sindicalismo, o nome que ganha centralidade é o de Hilcar Leite, que viera da Juventude Comunista e trabalhava nas oficinas de jornais, integrando a União dos Trabalhadores Gráficos. É dele um dos poucos depoimentos que os trotskistas de sua geração deixaram sobre a militância na década de 1930. Em *Velhos Militantes* (1988), Hilcar depôs sobre a experiência no movimento operário, dando uma dimensão da vida que havia por trás das resoluções partidárias. Por exemplo, o ingresso nos sindicatos oficiais fazia parte da tentativa de romper o isolamento e a ação não foi vista como uma submissão ao governo:

Como era possível manter organizações sindicais independentes se não se podia recorrer a nada? Não se podia conversar com o patrão, não se podia recorrer ao Ministério, à Justiça do Trabalho... Aí o pessoal das organizações independentes resolveu aderir aos sindicatos oficiais. [...] Com a maioria convencida – alguns totalmente, outros com reservas –, entramos em massa nos sindicatos oficiais e em menos de um ano nos apossamos da maioria das direções. (LEITE, 1988, p. 172).

A UTG entrou na União dos Trabalhadores do Livro e Jornal, entidade oficial da categoria, onde Hilcar passou a atuar e, rememorando o período, expôs rachaduras no modelo sindical que o governo Vargas implantou no Brasil. Assim, a luta de classes não era suprimida por conta das ações de um Estado mediador, mas encontrava novos caminhos, dentro e fora da estrutura corporativa, algumas vezes derrotando os patrões.

Havia, por exemplo, uma empresa chamada Fon-Fon, que estava com os salários atrasados. O pessoal me chamou, me deu os dados, e fui lá. Na hora, o representante do sindicato disse: “O nosso companheiro Hilcar Leite é quem vai expor”. Tínhamos elaborado um trabalho – evidentemente o trabalho não era só meu, era de toda a equipe trotskista – em que mostrávamos que a empresa não pagava, não porque não tivesse renda, mas porque estava aplicando a renda fora, em outras coisas. Se deixasse de desviar recursos, ela teria dinheiro para pagar em dia. No final veio a

decisão: “O presidente da Junta, diante dos argumentos mostrados aqui, decide que a parte dos empregados tem razão”. Esse tipo de coisa fazia parte da luta diária. (LEITE, 1988, p. 174).

Além da inserção entre os gráficos, a LCI compunha as articulações para a formação de frentes eleitorais destinadas ao pleito de outubro de 1934, quando ocorreriam as disputas para as constituintes estaduais e para a nova Câmara Federal. Em São Paulo, o grupo lançou Aristides Lobo para a Constituinte Estadual e o gráfico Manoel Medeiros para deputado federal, sob a legenda “A Coligação Proletária e o Partido Socialista Brasileiro pela emancipação dos trabalhadores” (LIGA COMUNISTA, set. 1934), agitando um programa de 42 pontos, dividido entre reivindicações políticas democráticas, bandeiras econômicas imediatas e reivindicações para os camponeses.

A articulação eleitoral em São Paulo diferiu do que foi levado a cabo no Rio de Janeiro. Na capital federal, a Liga Comunista conseguiu montar uma aliança mais ampla que o arranjo político do seu núcleo principal. Muito se deve, sobretudo, ao surgimento do Partido Socialista Proletário do Brasil (PSPB), fundado no dia 4 de agosto de 1934. O PSPB foi organizado ao redor de alguns deputados da bancada classista da Assembleia Constituinte, tendo como um dos membros de seu Diretório Regional, no Rio de Janeiro⁵⁶, o constituinte Antonio Rodrigues de Sousa⁵⁷, apresentado na imprensa como estivador, e o paranaense Waldemar Reikdal, um dos porta-vozes da organização na casa legislativa. O elo entre a esquerda da representação classista e a LCI era Plínio Mello, ex-companheiro de Liga Comunista e que se aproximara dos deputados classistas durante seu trabalho como repórter do *Diário de Notícias*.

Fundado o partido, ele faria um chamado pela criação da Frente Única Proletária para as eleições de outubro daquele ano. O Partido Trabalhista do Brasil e o Partido Socialista Brasileiro aderiram à iniciativa, assim como a LCI, que teve seu manifesto lido na tribuna da Câmara por Waldemar Reikdal:

Esse deputado, em seguida, procedeu à leitura da carta com que a Liga Comunista Internacionalista respondeu ao convite do Partido Socialista Proletário do Brasil para a frente única das organizações políticas do proletariado no próximo pleito. No referido documento, os chamados trotskistas, depois de fazerem algumas restrições ao programa mínimo proposto pelos socialistas proletários, concluem por dar o seu

⁵⁶ Segundo a nota publicada no *Jornal do Brasil*, o Diretório Regional Provisório do Rio de Janeiro era composto por “Antonio Rodrigues de Souza (estivador), Aristheu Achilles (jornalista), Pedro Ribeiro de Mello (vidreiro), Nilo de Souza Pinto (piloto), José Francisco de Mendonça (eletricista), Carivaldo Dantas (foguista), Antonio Neves da Rosa (empregado em moinhos), Manuel Barbalho de Oliveira (barbeiro) e Salustiano Rodrigues da Fonseca (metalúrgico)” (JORNAL DO BRASIL, 11 ago. 1934, p. 10).

⁵⁷ Em setembro do mesmo ano, o deputado Antonio Rodrigues deixou o PSPB para candidatar-se por outra coligação.

apoio à referida iniciativa, julgando-a absolutamente necessária em consequência da dispersão das forças políticas da classe operária. O deputado Reikdal leu ainda o manifesto com que a Liga se dirigiu ao proletariado, mostrando a necessidade dessa frente única e fazendo considerações sobre o “parlamento burguês” e o sistema soviético. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 set. 1934, p. 3).

A demarcação dos trotskistas acerca da União Soviética evidenciava que a aliança eleitoral buscava integrar o Partido Comunista, o qual, ainda carregando as teses do “terceiro período”, tomava distância de alianças com outras organizações e denunciava os espaços formais da política como nocivos aos verdadeiros objetivos do proletariado. A resposta ao PSPB estampou a capa de *A Classe Operária* de 12 de setembro:

O Bureau Político do Comitê Central do P.C.B [...] vem mais uma vez esclarecer a posição do P.C.B diante das eleições dos feudais e burgueses. Essas eleições de propaganda dos diversos partidos governistas e de “oposição” realizam-se precisamente com um objetivo central das camarilhas dominantes: distrair a atenção das massas trabalhadoras que, através de greves e mais greves, ações e manifestações cada vez mais heroicas e combativas, lutam por pão e liberdade; semear novas ilusões de que a eleição é o caminho para satisfazer suas necessidades, desistindo da luta aberta contra o patronato, os capitalistas nacionais e estrangeiros, contra os senhores de terras, contra as camarilhas dominantes e seu aparelho estatal. (A CLASSE OPERÁRIA, 12 set. 1934, p. 1).

O PCB via o proletariado sob sua direção e determinado à realização imediata de propósitos emancipatórios. Assim, não só a mobilização para as eleições era uma forma de desvio como parte da plataforma apresentada sugeria que o fiador da aliança, o PSPB, nutria expectativas acerca das possibilidades da democracia burguesa, já que o partido propunha uma reforma constitucional garantidora de liberdades democráticas. Os comunistas, que admitiam que disputariam as eleições com legenda própria, chamavam as demais organizações para construir uma frente única que preparasse uma greve geral.

No dia 22 de setembro, Reikdal subiu novamente à tribuna para falar do andamento da Frente Única. A breve citação que o *Diário de Notícias* (23 set. 1934, p. 8) publicou, no dia seguinte, relatava que o deputado lera uma carta enviada pelo PCB ao seu partido, na qual haveria uma resposta “favorável” dos comunistas às negociações com as organizações coligadas, escamoteando as restrições que dificultavam a união. Os comunistas lançaram, em seu órgão de imprensa, o mesmo documento enviado ao PSPB e o comentaram, dando a noção da distância existente para um acordo. O PCB afirmava-se como a única organização revolucionária dos trabalhadores, baseando a afirmação na situação de ilegalidade e na repressão estatal que caía sobre seus militantes. “Não é por acaso que, enquanto o Partido Comunista se encontra na mais brutal ilegalidade, enchendo de seus militantes as cadeias e colônias correcionais, em pleno regime constitucional, os outros partidos chamados

proletários gozam da mais perfeita legalidade” (A CLASSE OPERÁRIA, 3 out. 1934, p. 1), dizia o texto que antecedia a carta dos comunistas ao novo partido proletário; no entanto, a reação armada do Estado não escolhia apenas o PCB como vítima. Todos aqueles que vivenciavam o cotidiano das lutas operárias estavam acostumados às prisões, às interrupções de reuniões e a impedimentos de comícios. Era o caso da própria Frente Única, quando, no dia 29 de setembro, não conseguiu realizar o seu comício na Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro.

As esperanças dos que desejavam o acordo residiam no último parágrafo do documento dos comunistas, que dizia:

Sugerimos também a realização de uma assembleia de massas num teatro ou num local sindical, convocando para ela a massa de filiados a esses partidos e ao proletariado em geral, afim de expormos diante deles, democraticamente, os pontos de vista de cada partido sobre a situação atual, sobre a posição do proletariado e da massa popular frente às eleições, e considerarmos as sugestões que a mesma massa de concorrentes fizer sobre a atividade a desenvolver em face à nova Câmara. (A CLASSE OPERÁRIA, 3 out. 1934, p. 4).

O PCB continuava espezinhando a LCI, que não tinha seu nome divulgado corretamente pelo órgão dos comunistas, sendo chamada de “Liga Trotskista”. Porém, a preocupação principal do partido, naquele momento, era a diferenciação com o PSPB, de modo que, nas páginas de *A Classe Operária*, encontramos espaços destinados à atuação do deputado Álvaro Ventura, membro do PCB, como contraponto aos ditos reformistas do partido recém-fundado. Mesmo assim, dias antes das eleições, LCI, PSPB e PCB entraram em acordo. Segundo Del Roio (1998), no dia 6 de outubro, os três grupos chegaram a um compromisso, mas não sem prejuízos à ideia original de reunir outros partidos: “o PCB conseguiu que o PSPB e a LCI aceitassem grande parte de suas propostas, incluindo a formação de uma brigada antifascista e a luta pela unidade e autonomia sindical” (DEL ROIO, 1998, p. 306). Entretanto, as decisões da reunião levaram à saída do PSB e do Partido Trabalhista da FUP.⁵⁸

A chapa eleitoral também mudou de nome em outra concessão aos comunistas. A Frente Única foi inscrita na disputa como União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB), a legenda que o PCB utilizaria, caso saísse sozinho na eleição. A UOCB não elegeu nenhum de seus candidatos e, por efêmera que tenha sido a aliança, não deixou de constituir proeza.

⁵⁸ Del Roio (1998) também aponta que uma fração de esquerda do PSB do Rio de Janeiro rompeu com o partido quando este divergiu do acordo com os comunistas. Liderado por Júlio Cunha, Pedro Lafayette e Isnard Teixeira, o grupo ingressaria no PCB.

A prática cotidiana da luta derrubava o artigo 13 do estatuto do Partido Comunista Brasileiro, onde se dizia que “nenhum membro do Partido pode manter relações pessoais, familiares ou políticas com trotskistas ou com outros inimigos reconhecidos do Partido, da classe operária e do povo” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1945, p. 6). O muro erguido pelo veto tinha poros e frestas evidentes, que também são visíveis em outro espaço de militância: o meio estudantil.

As mobilizações dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito deixaram um documento fundamental nas memórias de Ivan Pedro de Martins. Lançado em 1994, *A flecha e o alvo: a intentona de 1935*, foi a expressão literária das memórias do ex-estudante de Direito que, ao lado de Carlos Lacerda, era um dos principais nomes da militância jovem de esquerda no Distrito Federal. Quase sessenta anos depois do clímax de sua narrativa, a tentativa de comunistas e militares tomarem o poder, em 1935, Ivan Pedro de Martins havia se afastado das ideias comunistas, criticando o nível intelectual dos dirigentes de seu tempo e a formação social gestada na União Soviética, mas ainda reconhecia valor positivo ao engajamento de sua geração. O seu relato destaca momentos, sujeitos e espaços que uniam a sociabilidade de um grupo ao engajamento político e o sonho do reconhecimento literário:

tínhamos algumas coceiras literárias e as afinidades juntaram a gente que foi pela vida afora cultivando bem ou mal a coceira e a camaradagem, Renato Castelo Branco, J. G. de Araújo Jorge, Daniel Aarão Reis, Guilherme Figueiredo, Petrarca Maranhão, eu e alguns mais que decidimos em 33 fundar a Academia de Letras da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. (MARTINS, 1994, p. 67).

Assim, a Academia de Letras, o Centro de Estudos Jurídicos e Sociais e o Diretório Acadêmico dividiam espaço com as reuniões em seu apartamento.

Em minha casa, a pensão de mamãe no 19 da Rua Conde de Baependi, costumávamos de noite reunir-nos para longas discussões políticas. [...] A primeira consequência dessas reuniões a que vinham Carlos Lacerda, Medeiros Lima, Edmundo Muniz [*sic*], Eliézer Schneider, foi a dissolução da Juventude Vermelha, enquanto estudávamos o que poríamos em seu lugar. (MARTINS, 1994, p. 71-72).

A Juventude Vermelha era a base de atuação da Juventude Comunista entre os estudantes de Direito e, embora naquele momento Ivan Pedro de Martins não fosse do Partido Comunista, em breve tornou-se não só filiado ao PCB, mas sua principal ligação com os universitários, já que Carlos Lacerda abandonara a formação acadêmica. A militância entre os comunistas não alterara significativamente o grupo que frequentava a pensão da Rua Conde de Baependi.

era ali que Edmundo Muniz [*sic*], Eliézer Schneider, Medeiros Lima, Carlos Lacerda, Mário, Paulo, Renato Castelo Branco, J. G. de Araújo Jorge, Petrarca Maranhão, Daniel Aarão Reis, e tantos outros iam discutir assuntos da Academia de Letras da Faculdade, a Antologia dos poetas jovens, a execução do programa do Diretório com Donatello Grieco, ou simplesmente a alfabetização nos subúrbios ou os próximos comícios proletários ou pichação revolucionária. (MARTINS, 1994, p. 87).

O espaço de militância era comum para os pecebistas, e o trotskista Edmundo Moniz, que aproveitava as frestas e poros para somar-se aos movimentos que surgiam entre os militantes. O seu isolamento, fruto da debilidade da LCI no Rio de Janeiro e da inexistência de um grupo consolidado de trotskistas na Faculdade de Direito, contribuía para que ele não carregasse a política da organização em todos os seus atos. Assim, o isolamento partidário poderia significar, em alguma medida, liberdade de ação.

Era o ano de 1934 quando os moços da Juventude Comunista do Rio de Janeiro tiveram a ideia de criar uma pauta que desse origem a uma mobilização de caráter nacional. Ficara decidido que o eixo da agitação deveria ser pela realização do assim chamado “Congresso Brasileiro da Juventude Estudantil, Proletária e Popular”. O núcleo central constituía-se na Faculdade de Direito:

Fizemos uma primeira reunião restrita em minha casa, com Carlos Lacerda, Edmundo Muniz, Eliézer Schneider, Daniel Aarão Reis, Mário e Paulo. A segunda foi mais ampla, convocada na faculdade para a criação do comitê dos alunos de Direito. Esse comitê estendeu o movimento às Faculdades de Medicina e Engenharia, e o pessoal da JC começou a organizar comitês nos subúrbios. (MARTINS, 1994, p. 103).

As ligações da Juventude Comunista garantiram que o movimento atingisse outras regiões do país, como os estados da Bahia, São Paulo e Pernambuco. Os preparativos se arrastaram até o ano seguinte, 1935, quando a Aliança Nacional Libertadora (ANL) já havia sido proclamada e contava com a simpatia do então prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Batista, eleito em abril daquele ano, e que tinha uma trajetória de apoio aos tenentes. Os estudantes que se punham à frente do Congresso decidiram procurar o mandatário em busca de auxílio financeiro. O relato do encontro é curioso:

Marcou-se data e lá fomos no dia e hora marcados. Expus a razão e o programa do Congresso, Carlos Lacerda, Edmundo Muniz e Medeiros Lima aduziam argumentos que conduziam ao pedido de contribuição da Prefeitura. Pedro Ernesto recebeu-nos de pé, com aquela cara de padrão gomalina, com o cabelo repartido ao meio e ar sério. Era claro que simpatizava com nosso projeto e também era claro que estava constringido por não querer negar e não saber como contribuir sem praticar irregularidade. Enquanto isso, conversava. A certa altura chamou o filho e disse: —Vê se arranja um jeito de dar cinco contos aos rapazes. Agradecemos e nos retiramos na companhia do filho do prefeito que disse:

—Bem, aqui estão os cinco contos.

Tirou da gaveta de sua mesa o bolo de dinheiro e nos entregou. Nada assinamos, nem nos foi pedido qualquer documento. Ficamos meio estupefatos e ele disse:

—Como podia demorar a contribuição oficial, isso é da parte do prefeito, pessoalmente. (MARTINS, 1994, p. 111).

Podemos sugerir outra razão para a forma encontrada para responder o pedido dos estudantes. A primeira metade de 1935 já apontava para a radicalização do processo político e Pedro Ernesto se protegera de oficializar uma contribuição ao Congresso, o qual facilmente poderia ser identificado com a perturbação da ordem. A Prefeitura do Rio de Janeiro funcionava em um palacete nos arredores da Praça da República, que seria derrubado, na década seguinte, para a construção da Avenida Getúlio Vargas. Naquele dia, os jovens de esquerda saíram do prédio com uma considerável quantia, e teria partido de Carlos Lacerda a ideia de usar a verba para publicar uma revista direcionada aos jovens. No mesmo dia, uma reunião teria selado o nome do veículo: *Juventude*.

Na introdução às suas memórias, Ivan Pedro de Martins relembra quando, na década de 1960, foi à Biblioteca Nacional, onde depositara os números de *Juventude* três décadas antes e descobriu que os exemplares estavam no Serviço Nacional de Informações. A revista não retornaria ao acervo da Biblioteca Nacional, mas é possível ter acesso a alguns números a partir do material recolhido durante as prisões ocorridas a partir da ilegalidade da ANL. Aparentemente, *Juventude* teve quatro números, sendo lançada na primeira quinzena de abril e encerrada em junho de 1935.

A revista e os organizadores do congresso hipotecaram o seu apoio à ANL. Ivan Pedro e Carlos Lacerda eram dos principais oradores da Aliança e *Juventude* reproduzia as cartas e manifestos que Prestes enviava à organização, bem como fazia apologia à participação dos jovens no movimento. O último número disponível para consulta, a quarta edição da revista, estampava sua capa com um desenho de Prestes, ostentando volumosa barba, símbolo dos tempos de peregrinação com a Coluna, à frente da bandeira do Brasil e de uma multidão. Era junho de 1935, e a edição de *Juventude* reverenciava a história das lutas tenentistas que fariam aniversário no dia 5 de julho, data em que os “18 do Forte” se rebelaram em 1922. Era traçada uma linha de continuidade entre o sacrifício dos revoltosos de 1922, a Coluna Prestes-Miguel Costa e a farsa de 1930, com chegada no movimento da ANL. O antigo líder dos tenentes, agora no PCB, seria o representante legítimo dessas lutas e lançaria, no mês seguinte, um manifesto na simbólica data dos militares.

Segundo Marly de Almeida Gomes Vianna (1992), a primeira menção à Aliança Nacional Libertadora foi feita pelo deputado Gilberto Gabeira, em 17 de janeiro de 1935, mas,

o lançamento oficial da ANL ocorreu apenas em 30 de março, em ato no Teatro João Caetano. O grupo determinante para a formação da organização era a “ala esquerda” do tenentismo, constituída por militares desiludidos com os rumos do que chamavam de Revolução, remanescentes dos levantes de 1922 e 1924, e jovens grupos influenciados pelo imaginário criado ao redor dos atos revoltosos anteriores. A participação do PCB, na criação da ANL, teria sido pequena, segundo Vianna (1992, p. 112):

Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), membro da direção do PCB naquela ocasião, confirma que o Partido não foi o criador da ANL. Muitos de seus membros participaram das reuniões que discutiam a formação da frente, mas a verdade, diz Bangu, é que quando a direção do Partido voltou de Moscou já a encontrou praticamente formada: “O que nós fizemos foi apoiá-la”.

A composição da direção da organização também indicava suas origens externas ao Partido Comunista:

A maior parte dos fundadores da ANL não pertenciam ao PCB. Entre os seis principais organizadores, três eram oficiais militares identificados com a ala esquerda do tenentismo (se é que se pode caracterizá-la assim). O presidente da ANL, Herculino Cascardo, liderara a revolta de 1924 do encouraçado São Paulo contra o governo Bernardes, tinha sido interventor federal no Nordeste e um dos organizadores do Clube 3 de Outubro; Roberto Henrique Sisson, oficial da Marinha e ligação com o PCB; o vice-presidente era o capitão Amorety Osório, identificado com a ala tenentista de Prestes. (PINHEIRO, 1991, p. 272-273).

O PCB, que apoiou a ANL mas não a isentou de críticas, desenvolveu com esta um laço direto através da figura de Luís Carlos Prestes, aclamado Presidente de Honra da organização no seu ato inaugural, a partir de sugestão de Carlos Lacerda. A presença do “Cavaleiro da Esperança”, que retornou ao Brasil ao lado de Olga Benário, na primeira metade de 1935, agudizou as contradições da Aliança e suas relações com os comunistas. Prestes e seus escritos tensionavam a ANL, que possuía um programa para o Brasil, mas não enfrentava a questão do poder. As propostas aliancistas giravam ao redor da denúncia do imperialismo, apresentando-o como o principal responsável pela miséria dos brasileiros:

A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultivava; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento de terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária. (ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 1935, p. 4).

Da verve de Prestes, surgiram dois textos dirigidos à ANL. O primeiro anunciava a sua adesão à iniciativa, declarando-se comunista e denunciando a “fascistização” do governo Vargas, que enviara ao Congresso, no início do ano, a Lei de Segurança Nacional, aprovada no começo de abril de 1935, poucos dias depois da ANL realizar o seu comício de fundação. Porém, nesse primeiro documento, Prestes sugeria vagamente a ideia da tomada do poder, citando que o momento de uma luta decisiva chegaria, sem apontar diretamente o que significava tal afirmação. O segundo texto, redigido para leitura no ato da ANL, em comemoração ao 5 de julho, repetia análises sobre o governo e o imperialismo, mas terminava convocando as “massas” para tomar o poder, adaptando o brado bolchevique para lançar uma palavra de ordem aos revolucionários brasileiros: “Todo poder à ANL”. Com a Lei de Segurança Nacional aprovada, o governo federal decretou a ilegalidade da organização.

A Liga Comunista Internacionalista reagiu ao surgimento da ANL, escrutinando o seu programa e apontando a posição adotada diante dela. Em abril de 1935, a LCI publicou, em *A Luta de Classe*, o primeiro de uma série de artigos sobre a constituição da Aliança. O texto abordava a questão que alimentava a retórica aliancista e que unia comunistas e tenentes: o imperialismo. Para os marxistas, o marco do debate sobre o imperialismo era a obra de Lenin, *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, escrita em 1916 para intervir na contenda da social-democracia europeia, e, particularmente, no Partido Social-Democrata Alemão, sobre as características distintivas do capitalismo a partir do último terço do século XIX e as tarefas da esquerda radical diante de um conflito bélico entre as potências econômicas e militares.

A esquerda alemã se dividiu em três correntes. A ala mais à direita do partido apoiou a preparação alemã para a Primeira Guerra Mundial sob argumentos defensivos e patrióticos; já Karl Kautsky, teórico de renome na esquerda marxista, era adversário do colonialismo e manteve um pacifismo assentado na ideia de que a burguesia poderia negociar uma saída que evitasse um confronto que não a beneficiaria. Enquanto isso, a esquerda social-democrata, de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, organizou sua corrente estabelecida sobre a crítica ao Partido e sua adesão ao espírito guerreiro. Da reconstrução política após a fatídica votação dos créditos de guerra, em 4 de agosto de 1914, nasceu a Liga Espartaquista.

Rosa Luxemburgo publicou, em 1913, na Alemanha, *A acumulação do capital*, no qual realizou a crítica das interpretações econômicas de seu tempo, à luz da obra de Karl Marx, e caracterizou a fase imperialista do capitalismo como o período da “concorrência mundial do capitalismo” (LUXEMBURGO, 1970, p. 365). Havia, entre ela e Lenin, uma sensível diferença de análise, mesmo que tenham se irmanado na denúncia da guerra e na compreensão de inevitabilidade do choque de força entre as potências militares:

Embora Lenin reconhecesse o caráter lucrativo da guerra para os financistas e fabricantes de armas, ressaltava a dinâmica estruturalmente militarizada do capitalismo. Considerava que as conflagrações eram o mecanismo utilizado pelos poderosos para resolver suas principais disputas. Esses enfrentamentos dirimiam, ademais, as relações de força e reabriam a expansão econômica. A guerra cumpria uma função depuradora dos capitais obsoletos. Rosa Luxemburgo apresentou outra explicação do mesmo diagnóstico. Descreveu como o imperialismo servia para baixar os excedentes que não possuíam venda nas metrópoles. As dificuldades para vender esses produtos (e assegurar a conseguinte realização da mais-valia), forçava a busca de mercados adicionais na periferia. A conquista dessas reuniões aportava uma válvula de escape aos desajustes criados por ritmos de acumulação superiores à capacidade de consumo da população. (KATZ, 2016, p. 29, tradução nossa)⁵⁹.

A fortuna editorial⁶⁰ de Lenin teve melhor sorte imediata junto aos comunistas. Rosa Luxemburgo ficaria à margem do corpo teórico do “marxismo-leninismo” e a baliza das esquerdas para a discussão do imperialismo foi a obra do líder bolchevique. A intervenção dos trotskistas brasileiros mobilizou as ideias da fração de esquerda da social-democracia europeia, que tomava o imperialismo como fase necessária do capitalismo e não como uma de suas possibilidades. Disso, depreendiam que a

luta contra o imperialismo tem de ser, pois, a luta contra todo o regime capitalista. Toda a tentativa de reduzi-la à expulsão da influência do capital estrangeiro no território nacional – pelo não pagamento das dívidas e pela expropriação das empresas estrangeiras – é uma utopia reacionária, contrária ao caráter internacional da economia capitalista e à realidade econômica que liga indissolavelmente capitalismo e imperialismo como fenômenos inseparáveis. [...] É pois, impossível extinguir o imperialismo sem destruir o capitalismo, abolir a propriedade privada dos meios de produção. Pretender o contrário, como a Aliança Nacional Libertadora; pretender lutar contra o imperialismo sem lutar contra a burguesia nacional; pretender extinguir o imperialismo no território nacional sem abolir a propriedade privada, sem transformá-la em propriedade socialista, é caminhar para um fracasso certo ou, apenas, favorecer o imperialismo de uma potência, em detrimento do de outras. (A LUTA DE CLASSE, abr. 1935, p. 2).

A demarcação da Liga Comunista Internacionalista continuou nos números seguintes de seu jornal. A ANL era descrita como uma mistificação dos interesses reais do proletariado e que, por isso, contava com a simpatia da burguesia, que cedia os seus típicos espaços de sociabilidade e alguns de seus quadros políticos para a Aliança. Contudo, havia uma estreita

⁵⁹ Do original: “Aunque Lenin reconocía el carácter lucrativo de la guerra para los financistas y fabricantes de armas, ressaltaba la dinámica estructuralmente militarizada del capitalismo. Consideraba que las conflagraciones eran el mecanismo utilizado por los poderosos para zanjar sus principales diferendos. Esos enfrentamientos dirimían, además, las relaciones de fuerza y reabrían la expansión económica. La guerra cumplía una función depuradora de los capitales obsoletos. Luxemburg presentó otra explicación del mismo diagnóstico. Describió cómo el imperialismo servía para descargar los sobrantes invendibles en las metrópolis. Las dificultades para vender esos productos (y asegurar la consiguiente realización de la plusvalía), forzaba la búsqueda de mercados adicionales en la periferia. La conquista de estas regiones aportaba una válvula de escape a los desajustes creados por ritmos de acumulación superiores a la capacidad de consumo de la población” (KATZ, 2016, p. 29).

⁶⁰ Expressão inspirada na abordagem das obras Marx e Engels feita por Eric Hobsbawm (1980).

janela pela qual os trotskistas observavam a agitação aliancista. A ANL e os integralistas se chocavam pelas ruas e os confrontos violentos deram à organização um caráter, na prática, antifascista. Tais condições levaram a LCI a considerar a ANL como uma frente, ideia expressa em “O dever dos comunistas no movimento da Aliança Nacional Libertadora”, texto publicado em *A Luta de Classe*, no início de junho de 1935. A composição social da ANL e o seu chamado à revolução nacional continuava a ser criticada, mas abria-se uma possibilidade:

à diferença do movimento da Aliança Liberal em 1930, tem ela um caráter democrático e conta com o apoio da maioria da classe operária. Nestas condições, o dever dos verdadeiros revolucionários é fazer com que os seus grupos e partidos procurem dar à Aliança Nacional Libertadora um caráter de frente única, nela ingressando sem perda de sua autonomia, com direitos iguais, inclusive aos da própria Aliança. [...] Estamos com a Aliança Nacional Libertadora no terreno da luta contra o fascismo, como dela divergimos profundamente na questão do caráter da próxima revolução. [...] Eis porque, cumprindo o nosso dever de lutar sob a legenda da Aliança Nacional Libertadora, enquanto esta tiver realmente um caráter de frente única antifascista, queremos participar de toda e qualquer ação revolucionária contra as hostes de Plínio Salgado. (A LUCTA DE CLASSE, 1 jun. 1935, p. 2-3).

Enquanto os trotskistas ingressavam com desconfiança na mobilização ao redor da ANL, o Partido Comunista Brasileiro se encontrava no momento da transição das teses do “Terceiro Período” para a política das “Frentes Populares”, que seria aprovada em agosto de 1935, no VII Congresso da Internacional Comunista. A revisão da política da IC diante da vitória de Hitler na Alemanha havia sido lenta até 1934, quando pequenos atos unitários na luta antifascista abrandaram os choques entre comunistas e sociais-democratas. Nos últimos meses daquele ano, “na Áustria, Itália, França e Espanha, com maior ou menor decisão, comunistas e sociais-democratas lutavam unidos contra o fascismo. Nesses países o fascismo estava já instalado ou o risco de que viesse a fazê-lo era grande” (ROIO, 1988, p. 321). Os tímidos movimentos de aliança entre socialistas, trotskistas e comunistas, nas lutas antifascistas e na coligação eleitoral, em 1934, também dão uma breve noção das tensões entre a assertividade das palavras de ordem revolucionárias, extraídas do VI Congresso, e a realidade da luta de classes onde os comunistas atuavam.

O início do giro político da IC pode ser encontrado em maio de 1934, quando o *L’Humanité*, jornal dos comunistas franceses, “reproduz um artigo do Pravda onde se argumenta que é perfeitamente admissível propor aos dirigentes socialistas franceses a unidade de ação” (CLAUDÍN, 1977, p. 137, tradução nossa)⁶¹. Ainda segundo Fernando Claudín (1977), o artigo publicado, no diário russo, indicava a permissão de Stalin para tal

⁶¹ Do original: “reproduce un artículo de Pravda donde se argumenta que es perfectamente admisible proponer a los dirigentes socialistas franceses la unidad de acción” (CLAUDÍN, 1977, p. 137).

deslocamento, o que teria acontecido mediante a ausência de autocrítica da linha estabelecida pela IC, chegando, no máximo, à crítica da atuação das seções nacionais. Em meados de 1934, o condutor dos preparativos para o VII Congresso da IC já estava definido, era o comunista búlgaro Georgi Dimitrov, representante do *Komintern* na Alemanha quando os nazistas chegaram ao poder e que tinha sido processado pelo incêndio do *Reichstag*.

Dimitrov protagonizou o VII Congresso na condição de Secretário-Geral da IC, apresentando o informe denominado “A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo”, que continha uma orientação política para os partidos comunistas, baseada na constituição de frentes únicas da classe operária e frentes populares de luta contra o fascismo. Esta última admitia que, na luta contra o fascismo, os comunistas deveriam tecer alianças não só com os operários de outros partidos, mas com o campesinato e a pequena-burguesia urbana. O campo e as “massas” das cidades poderiam estar sob direção de partidos burgueses e Dimitrov admitia que “em determinadas circunstâncias podemos e devemos encaminhar nossos esforços para ganhar estes partidos e organizações ou a setores soltos deles, para a frente popular antifascista apesar da sua direção burguesa” (DIMITROV, 1977, p. 36, tradução nossa)⁶². A engrossar o coro de Dimitrov, estava o histórico dirigente do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti.

Del Roio (1988) considera que a ANL foi a primeira Frente Popular do mundo e que estava ainda sob os efeitos dos vestígios da política de “classe contra classe”, consagrada no VI Congresso da IC, posição agravada pela maciça presença dos militares na aliança. No entanto, tal afirmação precisa de um breve comentário. A ANL passou a ser a trincheira principal de atuação dos comunistas no Brasil, e a visão do partido sobre ela certamente coincidiu, muitas vezes, com as teses debatidas em Moscou. Desse modo, os comunistas conseguiram, em algum momento, torná-la uma Frente Popular de luta contra o fascismo, mas é necessário demarcar que a heterogeneidade da composição aliancista e das suas lideranças políticas e militares exigem sempre um exame mais detalhado de seus objetivos e do caráter de sua luta, evitando reduzi-la à forma concreta das resoluções do movimento comunista internacional.

O aceno da LCI à ANL duraria apenas até o mês seguinte, quando a ilegalidade que cerrara as portas do movimento levou os trotskistas a reforçarem o chamado por um novo partido proletário que superasse a falência da III Internacional e constituísse uma organização

⁶² Do original: “en determinadas circunstancias podemos y debemos encaminar nuestros esfuerzos a ganar a éstos partidos y organizaciones o a sectores sueltos de ellos para el frente popular antifascista pese a sua dirección burguesa” (DIMITROV, 1977, p. 36).

para a luta ilegal, algo que não consideravam que um organismo policlassista pudesse ser. Os meses entre julho e novembro de 1935 foram de maturação da ambiguidade entre as palavras de ordem para a tomada do poder e a nova estratégia do movimento comunista internacional, que propunha a convergência entre forças democráticas. Michael Lowy (2007) e Paulo Sérgio Pinheiro (1991) concordam em apontar que a presença dos delegados brasileiros na Rússia, em 1934, que esperavam o VII Congresso da IC, realizado em agosto do ano seguinte, fora o momento em que, reunidos com dirigentes da Internacional e com outras representações latino-americanas, decidira-se por um levante revolucionário no Brasil:

Nessa reunião, se teria chegado a um compromisso entre os pontos de vista de Dimitrov – partidário da linha da frente popular – e aquele de Manuilsky – favorável à insurreição armada. No Brasil seria feito um ensaio de rebelião, enquanto que em outros países, como no Chile, se recorreria a meios pacíficos, através das frentes populares. Não é exagerado supor que a experiência da Coluna Prestes, que exercia um forte fascínio sobre a IC, possa ter determinado algum envolvimento. (PINHEIRO, 1991, p. 290).

Paulo Sérgio Pinheiro, porém, não trata a decisão de adotar uma estratégia de luta armada como uma imposição de Moscou, mas um acerto baseado nos relatos que os comunistas brasileiros faziam da situação do Brasil e das forças partidárias. O sinal positivo foi concedido diante de uma avaliação fantasiosa da realidade. Marly de Almeida Gomes Vianna (1992), que leu a pesquisa originária do livro de Pinheiro, sua tese de livre-docência, não cita tal reunião e afasta a Internacional⁶³ da decisão do levante. No entanto, os trabalhos dialogam ao destacar que o PCB sustentou, antes e durante o ano de 1935, uma retórica de tomada do poder pelos meios armados. O que Vianna (1992) realiza com considerável corpo de fontes é a análise dos levantes de novembro daquele ano, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. O movimento deflagrado no nordeste do Brasil tinha causas mais definidas pelas disputas políticas locais e nas insatisfações de militares diante da redução dos efetivos, medida pretendida pelo governo federal, do que do trabalho do Partido Comunista. Este não dera ordem para a ação.

Entretanto, a revolta antecipada não era inesperada e encontrava as aspirações dos comunistas, que agora contavam com a presença de Luís Carlos Prestes em suas fileiras, um homem de ação e devoto do levante armado. Em solidariedade aos militares do Nordeste e acreditando na vitória do movimento, os comunistas marcaram hora para a revolução na capital do Brasil: às duas da manhã do dia 27 de novembro.

⁶³ Nelson Werneck Sodré (1986) apresenta alguns pontos de oscilação da estratégia da Internacional Comunista para o Brasil, mas cita a reunião abordada por Paulo Sérgio Pinheiro (1991) e afirma o mesmo sobre as suas conclusões.

As avaliações sobre o PCB, suas tarefas e as possibilidades revolucionárias daquele momento não eram unânimes. Dias antes dos levantes de novembro, Prestes recebera uma carta de Barreto Leite Filho, militante comunista, que o advertia do distanciamento existente entre o partido e o operariado, bem como das ilusões criadas acerca da tomada do poder. O apelo não obteve resposta e as teses insurrecionais mantiveram-se em marcha. Alguns ficaram pelo caminho:

As bases gráficas e bancárias, esta já criticada na sessão plenária do CC de julho, eram os principais pontos de resistência à linha insurrecional a qualquer custo. Além de Mario Grazzini e Aníbal Magalhães (Tupinambá) foram também afastados do PCB, se orientando para posições dos trotskistas, Barreto Leite Filho, que teve cancelada sua recente admissão ao partido, Febus Gikovate, os irmãos Augusto, Lídia e Marino Besouchet, e ainda Edmundo Moniz. (ROIO, 1988, p. 374-375).

Como visto, Moniz é citado como um dos que saem ou são expulsos do PCB, em 1935, por divergência com a política do partido. A informação coincide com um dossiê preparado pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) após seu regresso do exílio, em 1976. Segundo o documento, “em 1935 (aluno da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro) era secretário da Juventude Comunista” (CISA, 13 dez. 1976, p. 5). Tais informações contradizem o registro exposto por Alzira Lopes de Arruda Campos (1988), que aponta a entrada de Moniz, na Liga Comunista, na primeira metade de 1931.

Há indícios, entretanto, que fragilizam a afirmação do pertencimento de Edmundo Moniz, nos quadros do PCB, até aquela data. O primeiro deles é a própria pesquisa de Alzira Campos, que trabalhou com os arquivos guardados por Lívio Xavier e, de lá, extraiu as datas de filiações à Liga Comunista; o segundo está em Vianna (1992), que cita o mesmo processo de ruptura, cujo sujeito principal terminou sendo Barreto Leite Filho, acrescentando os nomes de Augusto e Marino Besouchet, Febus Gikovate, Adolfo Barbosa Bastos, Valentina Dias Leite e Maximiniano. A fonte citada foi a edição do jornal *A Classe Operária*, publicada logo após os levantes, que citou nominalmente os excluídos do partido. Um dos entrevistados pela autora, Moniz não consta entre os que deixaram o PCB em 1935. Certamente, seu espaço de militância era próximo ao habitado pelos comunistas, como a articulação do Congresso da Juventude ou a publicação da revista organizada pelos estudantes, mas essas ações não destoavam da concepção dos trotskistas, que buscavam aproximação com o trabalho político de massas. Com a ilegalidade da ANL, a aproximação sofreu dura derrota. O Congresso não se realizou e a revista *Juventude* teve sua publicação encerrada.

Dulles (1992), que também entrevistou Moniz, deixou um registro do intervalo entre julho e novembro de 1935, período no qual o PCB discutiu a possibilidade da luta armada:

o plano do PCB para um levante foi condenado por todos os trotskistas que dele tiveram conhecimento. Edmundo Moniz, estudante de Direito ligado à Liga Comunista Internacionalista, recusou um convite do capitão do Exército Agildo Barata para apoiar o plano do PCB. Ele advertiu Agildo Barata de que a insurreição seria um absurdo e resultaria fatalmente na prisão de trotskistas que nada tinha com ela. (DULLES, 1992, p. 45).

O prognóstico de Moniz seria tragicamente confirmado. Entre 1935 e 1937, importantes dirigentes da LCI foram presos, caso de Hilcar Leite, Fúlvio Abramo e Mário Pedrosa. O autor da previsão, que não era ousada, dado o histórico de perseguição aos movimentos proletários, também acabou preso em 1936. Mesmo cambaleante, atuando sob o estado de sítio repetidamente renovado pelo congresso até junho de 1937, a LCI manteve a publicação de seu jornal durante o ano de 1936, mas as condições políticas impuseram dificuldades que levaram à desarticulação da Liga. A tentativa de reunificação de seus militantes veio do Rio de Janeiro, com a fundação do Partido Operário Leninista (POL) em 1937, a partir dos remanescentes da LCI, que reivindicavam seu legado e mantinham o apoio à construção da IV Internacional.

O POL tentou firmar-se ao longo dos anos seguintes, organizando sua imprensa, seus núcleos e se aproximando de uma importante cisão no Partido Comunista, surgida da divergência entre o Comitê Regional de São Paulo e o Bureau Político do partido. O CR-SP criticou, inicialmente, a preparação do PCB para a eleição presidencial prevista para 1938. A direção do partido sinalizou o apoio a José Américo de Almeida, o candidato que, oficialmente, recebia o apoio de Vargas, mesmo que este não estivesse disposto a deixar o poder. As críticas da direção regional paulista ao núcleo dirigente do PCB chegaram ao questionamento acerca do papel atribuído pelo partido à burguesia no processo revolucionário, e tomou ares de conflito aberto, culminando, em novembro de 1937, com a expulsão dos membros do Comitê Central Provisório, que foi constituído para contrapor-se à direção nacional. Diante da expulsão, Hermínio Sacchetta reuniu um grupo, a Dissidência Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária, que contava com Alberto Moniz da Rocha Barros, Patrícia Galvão e José Stacchini. A Dissidência, em diálogo com o Partido Operário Leninista, acabou se aproximando do trotskismo e se unindo à sua corrente, dando origem a um novo partido, o Partido Socialista Revolucionário (PSR), em agosto de 1939.

O debate sobre a sucessão presidencial também abalou a unidade dos trotskistas. Segundo Dulles (1985), quando Mário Pedrosa propôs que o POL defendesse o nome de Luís Carlos Prestes como candidato dos comunistas, os trotskistas se dividiram novamente:

Aristides Lobo discordou, dizendo que o POL não deveria apoiar nenhum candidato. Dentre os trotskistas cariocas que se opuseram à recomendação de Pedrosa estavam o estudante Hélio de Almeida, o veterano agitador José Salvador, Azair Leal e Edmundo Moniz. Moniz resolveu reviver a Liga Comunista Internacionalista e permanecer com ela em vez de lutar no POL e na sua campanha em favor de Prestes. (DULLES, 1985, p. 127).

Essa é a única referência à divergência no interior do POL e o destino de Moniz junto aos grupos trotskistas é incerto. Sabemos, entretanto, que se manteve ligado às teses da IV Internacional até 1940, quando acompanhou Mário Pedrosa na polêmica com as propostas de Trotsky acerca da política dos revolucionários diante da Segunda Guerra Mundial, e rompeu com a organização. Porém, do período de militância após o levante de 1935 e o recrudescimento da repressão estatal sobre os militantes de esquerda, há um elemento que permaneceu como importante chave de leitura de certos processos políticos e sociais na produção intelectual futura de Edmundo Moniz: o conceito de bonapartismo.

Uma teoria do bonapartismo tem como fonte inicial os escritos de Karl Marx acerca das lutas de classes na França a partir de 1848. Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx tentava explicar o processo que levou o sobrinho de Napoleão Bonaparte ao trono francês sem tomar como decisivas as suas características pessoais. Ao contrário, queria explicitar “como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói” (MARX, 2011, p. 18). A primeira etapa de tal processo foram as “jornadas de fevereiro”, mobilização que tinha como objetivo ampliar o espaço político e eleitoral dos proprietários, mas que terminou derrubando o monarca Luís Filipe e deixando o caminho livre para a constituição da República.

O novo regime seria marcadamente burguês, sufocando a agitação das ruas e instituindo liberdades civis (liberdade de imprensa e associação) por meio de artigos constitucionais que abriam brechas para regulamentações restritivas futuras. Na caracterização dos embates do período, Marx não define o bonapartismo como forma de governo, mas indica elementos e problemas que preparam o terreno para o desenvolvimento futuro de uma elaboração conceitual. A primeira delas é a contradição intrínseca à divisão dos poderes, que dava ao parlamento o poder de destituir o presidente, ao mesmo tempo em que este retirava a sua legitimidade do sufrágio centralizado em um indivíduo:

A Assembleia Nacional eleita se encontra numa relação metafísica, mas o presidente numa relação pessoal com a nação. A Assembleia Nacional certamente apresenta, em cada um dos seus representantes, as múltiplas facetas do espírito nacional, mas no presidente esse espírito se encarna. O presidente possui em relação à Assembleia uma espécie de direito divino, pois ele detém o seu cargo pela graça do povo. (MARX, 2011, p. 45).

Em dezembro de 1848, o eleito para ocupar a Presidência da República foi Luís Bonaparte, que contou com amplo apoio do campesinato, dos militares e da grande burguesia. Além disso, o proletariado e a pequena-burguesia comemoraram a derrota de Louis-Eugène Cavaignac, que havia sufocado uma revolta popular em junho. Eleito, Bonaparte constituiu um governo com base nas alas monarquistas da burguesia francesa, que superaram as divergências entre si e fustigavam o parlamento. Na prática, tais setores sonhavam com uma forma de governo – tendo o exemplo histórico da monarquia – que atuasse em defesa dos interesses dos proprietários, agindo contra as revoltas populares e evitando o ruído partidário da Assembleia.

No poder, Bonaparte obteve vitórias contra o setor democrático da burguesia e tentou se aproximar da parte mais pobre da sociedade francesa, enquanto realizava um movimento pendular com o “Partido da Ordem”, alcunha que Marx sugere para a representação política da alta burguesia. Ao longo de 1851, uma crise econômica pôs a burguesia em alerta, que passou a culpar a instabilidade supostamente criada pelas disputas partidárias. Desse modo, Bonaparte vê a classe se afastar de seus representantes e desejar um poder capaz de garantir a ordem, mesmo que para isso, não fosse um legítimo burguês a ocupar o lugar onde a pena que assinava os decretos e a espada que sufocava as divergências convergiam.

O ápice dos choques sucessivos entre executivo e a Assembleia ocorreu em 2 de dezembro de 1851, data na qual o presidente dissolveu o parlamento, consumando um golpe que se mostrara em sinais. Bonaparte tornou-se Imperador da França no ano seguinte, mas, para Marx, o fundamental era que “o Estado se tornou completamente independente. A máquina estatal consolidou-se de tal forma face à sociedade civil que como líder lhe basta o chefe da Sociedade 10 de Dezembro” (MARX, 2011, p. 141). A autonomia do Estado, entretanto, era relativa, pois a elevação da burocracia, das Forças Armadas e de seu chefe continha um evidente caráter de classe.⁶⁴ Assim, Marx não formulou uma definição de bonapartismo, mas registrou uma experiência da luta de classes que tinha algo entendido como novidade.

Quase dois séculos depois do texto de Marx, o conceito de bonapartismo ganhou diferentes usos na tradição intelectual e política do marxismo e aproveitamos a síntese proposta por Felipe Demier, para quem:

⁶⁴ Marx (2011) afirma que Luís Bonaparte tinha como base social o campesinato conservador, incapaz de constituir uma representação política independente. O Imperador protegia a burguesia, representava o campesinato e implementava benefícios para o “lumpemproletariado”.

o bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações de classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de “crise de hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado se ingurgita, eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a “paz social” e salvaguarda a ordem capitalista em xeque. (DEMIER, 2012, p. 17-18).

Um dos teóricos e militantes marxistas que fizeram largo uso do conceito de bonapartismo foi Leon Trotsky. Ele o utilizou em diversos momentos, como em sua *História da Revolução Russa*, quando discutiu o papel de Alexander Kerensky à frente do governo russo em 1917 ou ao analisar o stalinismo na União Soviética⁶⁵. O termo ganhou, em seu vocabulário, uma carga conceitual, ou seja, a sobreposição de camadas de experiência que emergiam no momento de sua mobilização na intervenção política. Para os militantes trotskistas da década de 1930, o conceito teve importância significativa, pois ele servia ao entendimento de governos e regimes políticos que fugiam às regras da dominação burguesa, consagradas na democracia de tipo liberal.

Sinal da permanência da categoria como referencial importante no interior da tradição trotskista encontra-se em um fragmento da biblioteca que pertenceu a Edmundo Moniz. Após a sua morte, seus livros foram vendidos a uma livraria, onde foi possível encontrar treze volumes de uma importante coleção de trabalhos de Leon Trotsky, de nome *Escritos*.⁶⁶ Lançada em vinte e cinco volumes nos Estados Unidos, a série foi traduzida e publicada na América Latina pela Editorial Pluma na segunda metade da década de 1970. Os livros têm um formato pequeno, suas dimensões não excedem a metade de uma folha de papel do tamanho mais comum, e por isso, o leitor não possui muito espaço para escrever algum comentário ou nota marginal ao texto. No entanto, nos treze volumes que pertenceram a Edmundo Moniz, encontramos várias marcas. Todos os livros encontram-se com trechos sublinhados ou destacados a lápis e, vez ou outra, o leitor escrevia poucas palavras ao lado dos parágrafos, como para indicar o local onde estavam importantes definições conceituais ou notas explicativas acerca de sujeitos e/ou processos históricos considerados importantes para ele.

⁶⁵ Diz Trotsky: “Em julho, o Governo de Kerensky estava investido de poderes ilimitados. O propósito era colocar, de mútuo acordo, acima da democracia e da burguesia, que se paralisassem uma a outra, uma ‘verdadeira’ autoridade. A ideia de um senhor do destino colocado acima das classes não é senão a ideia do bonapartismo” (TROTSKY, 1977, p. 543).

⁶⁶ A coleção abrange o período do último exílio de Trotsky, entre 1929 e 1940, contendo os muitos artigos escritos por ele para a imprensa e as organizações que o acompanhavam. Também compõem os livros algumas cartas, embora a sua maioria ainda não estivesse disponível para consulta.

Também se encontra, ao final de cada livro, a assinatura e a provável data em que a obra teve a leitura concluída.

Edmundo Moniz assinou todos os treze volumes com datas da segunda metade do ano de 1980 e todos os exemplares estão com marcas de leitura em praticamente todos os artigos, indicando que o seu portador foi um leitor voraz dos textos de Trotsky naquele momento. Se não há abundância de comentários mais demorados sobre o conteúdo dos trabalhos reunidos nos *Escritos*, Moniz os leu destacando o que chamara a sua atenção e pontuando os trechos que continham importantes conceitos e termos para a compreensão da intervenção de Trotsky. Assim, no primeiro volume, figura, tal como em “NEP” e “Termidor”, uma anotação que aponta o momento em que o termo “bonapartismo” surge pela primeira vez no livro.

Após o fracasso do levante militar em 1935, o conceito de bonapartismo é paulatinamente inserido no vocabulário dos trotskistas brasileiros. Tentava-se operar um exercício dialético entre a analogia histórica e o prognóstico, que servisse de base para a formulação das tarefas políticas pela LCI. Em junho de 1936, o texto que ocupava a capa de *A Luta de Classe*, de autoria de Mário Pedrosa, formulava hipóteses sobre o futuro do governo Vargas e das lutas sociais no Brasil, levantando a possibilidade de uma solução bonapartista para os problemas da burguesia nacional, mesmo que o termo não fosse utilizado:

Sob a aparência de uma situação muito sólida, Getúlio sente-se fraco e inquieta-se com o futuro. Na infame faina de reprimir o “putsch” de novembro, o governo foi além desse objetivo e, praticamente realizou uma verdadeira “contrarrevolução”. De fato, embora ainda sustente tê-lo feito apenas temporariamente, na realidade revogou a constituição (a estrutura “democrática” do Estado foi conservada apenas “em princípio”). O próprio governo anarquizou assim a “ordem jurídica” sobre que se baseava o Estado e dissolveu os outros “poderes constitucionais” – o Legislativo e o judiciário. (A LUTA DE CLASSE, 1 jun. 1936, p. 1).

Pedrosa seguia o raciocínio expondo que a grande burguesia desejava a continuidade da forma policial de dominação, mas só teria êxito se as formas institucionais do Estado brasileiro se transformassem para adaptar-se a uma ditadura. Também seria necessário um “apoio de massa” ou um “árbitro nacional elevado acima dos partidos, com autoridade bastante para realizar a adaptação. Esse ‘árbitro’ seria o resultado da neutralização de forças dos dois campos antagônicos irreduzíveis” (A LUTA DE CLASSE, 1 jun. 1936, p. 1). As forças em antagonismo eram o fascismo e o movimento operário, e o autor sinalizava que a burguesia dera indícios de querer fazer de Vargas o seu Bonaparte, tarefa, naquele momento, não realizada.

O prognóstico apontava que caberiam duas saídas ao governo. Retornar às regras constitucionais e contar com a anuência dos demais partidos para escapar de possíveis

represálias pelo terror policial instalado após o levante de novembro ou forjar uma situação que criasse um cenário para a sua continuidade. Assim, destacava que “se algo de sensacional não tornar a surgir e, a esse propósito ele deve estar ansioso a olhar para Filinto Muller, à espera de alguma ‘nova’ descoberta providencial, de mais alguma ‘conspiração’, Getúlio terá mesmo que entrar na ‘vazante’ constitucional” (A LUTA DE CLASSE, 1 jun. 1936, p. 1).

Conhecendo o que aconteceria pouco mais de um ano depois, o prognóstico dos trotskistas parece um ato de clarividência. O governo anunciaria, em setembro de 1937, a descoberta do “Plano Cohen”, farsa elaborada sobre um suposto levante comunista no Brasil e que serviu de pretexto para a suspensão dos direitos garantidos pela Constituição de 1934 por noventa dias. Antes do prazo terminar, Vargas usou tropas militares para fechar o Congresso e iniciar o Estado Novo.

Entretanto, o prognóstico não deriva do gênio político de um punhado de pessoas. É Koselleck (2014) quem destaca que, se existem possibilidades mais próximas de se realizarem do que outras, é possível discutir o que torna o prognóstico mais certo. Para ele, a previsão tinha como substrato a experiência e, por vezes, era confirmada, pois a história era a realização sincrônica da singularidade com condições de repetição e estruturas de longa duração que impediriam a constatação de que o novo irrompe separado totalmente de outros estratos do tempo. Assim, se nada garante o seu acerto, “quanto mais estratos temporais de possíveis repetições influíram no prognóstico, mais certo ele foi” (KOSELLECK, 2014, p. 198).

A Liga Comunista, ao ponderar a possibilidade de um golpe bonapartista e suspeitar da criação de um fato político para alicerçar o continuísmo, trabalhava com a experiência que seus militantes tinham do uso que os governos faziam dos movimentos grevistas e das organizações operárias para fomentar o medo nas classes dominantes e legitimar o uso de instrumentos repressivos. Mas, dessa vez, no lugar de dispositivos como a Lei Adolfo Gordo ou a Lei de Segurança Nacional, o governo poderia buscar uma solução que passasse pela elevação do aparelho de Estado e de seu chefe acima das tradicionais representações de classe. Na realização de um prognóstico, também era fundamental, ao combinar os diferentes estratos do tempo, compreender os movimentos dos vivos, para aproximar-se das razões que orientavam as ações dos sujeitos em cena. Entre junho de 1936 e junho de 1937, já sob a legenda do Partido Operário Leninista, os trotskistas, além de lutarem pela sobrevivência física e política de sua organização, tentaram articular uma análise da conjuntura que punha em movimento o espectro nacional e o contexto do capitalismo mundial. A reflexão tomou

corpo no documento “A situação nacional”, que continha as teses do Comitê Central do POL e foi vendido como brochura de quarenta páginas.

A análise elaborada no documento é curiosa. Em um primeiro momento, pela presença da noção de “países dependentes” em substituição à expressão “coloniais e semicoloniais”; também pelo uso da categoria “superexploração”. Ambas as noções – dependência e superexploração – constituirão importantes conceitos na obra de Ruy Mauro Marini, um dos principais formuladores da chamada “Teoria da dependência”.⁶⁷ Além de seus aspectos conceituais, o documento do Partido Operário Leninista estruturava-se a partir das transformações recentes da economia brasileira, a qual teria sofrido um processo de diferenciação entre setores produtivos durante a resposta à crise de 1929. Enquanto o setor exportador se deprimiu, a produção para o mercado interno se descolou da crise e teve incremento significativo na primeira metade da década. Os trotskistas perceberam uma leve alteração no enfrentamento aos abalos dos mercados mundiais pelo governo brasileiro:

Em todas as crises econômicas do passado, o país as venceu pelo crescimento de suas exportações; aliás, essas crises eram provocadas, as mais das vezes, pelas variações de conjuntura do mercado mundial. A última crise, porém, não foi vencida como o foram as anteriores. O comércio exportador continuou ainda por muito tempo em depressão, ao passo que o desenvolvimento da produção prosseguiu, graças à ampliação do mercado nacional. Na base dessa ampliação, o processo de industrialização intensificou-se. (PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA, jun. 1937. p. 2).

O governo Vargas não havia encabeçado um projeto industrialista ou realizado uma guinada heterodoxa na política econômica, mas o tratamento dado ao setor agroexportador da burguesia brasileira não era uma mera repetição de mecanismos anteriores. O Estado conseguira certa autonomia diante da fração cafeeira da classe dominante, ainda fundamental, mas inserida em uma visão de conjunto da economia nacional.⁶⁸ No momento de elaboração de suas teses, o POL considerava a crise econômica superada no Brasil, pois se o setor voltado ao mercado interno crescera durante os anos anteriores, em 1937 as exportações voltavam a ser puxadas pela demanda internacional. Essa retomada poderia significar um freio às atividades industriais nascentes e, nisso, os trotskistas, enxergavam um potencial conflito no interior da burguesia. O setor emergente teria decidido se engajar no processo eleitoral para a sucessão de Vargas, tendo como seu representante no pleito o ex-interventor do Estado de São Paulo, que ocupara o cargo de governador entre 1935 e 1937, Armando de

⁶⁷ Ronald H. Chilcote (2009) e Franklin Rabelo de Melo (2018) discutem aproximações entre a teoria da dependência e “o marxismo de Trotsky”, mas o texto do POL não é citado.

⁶⁸ Sobre a reação à crise dos anos 1930 e os elementos novos presentes na política econômica, ver Angela de Castro Gomes *et al.* (2007, p. 124).

Salles Oliveira. Segundo a linha do POL, a candidatura de José Américo aglutinava as forças da burguesia agrária da região Nordeste do país, produtores do Sul e a pequena-burguesia crítica ao grande capital.

O integralista Plínio Salgado também foi lançado candidato e Getúlio Vargas realizava um movimento pendular entre as duas principais candidaturas. As teses sobre a situação nacional expunham que mais uma vez explodiria o conflito entre a forma federativa que garantia unidade nacional e a necessidade de centralização política, pois a intervenção do Estado tornara-se fundamental para o funcionamento do capitalismo:

Na ausência de tradições políticas comuns, de coesão dos diversos grupos sociais burgueses, a pobreza geral da população nos países coloniais, ou dependentes, como o Brasil, concorre para dar ao aparelho de Estado uma importância que ele não tem nos países altamente desenvolvidos. Além disso, a decadência e enferrujamento das molas automáticas do capitalismo solicitam, por toda a parte, e cada vez mais, a intervenção do Estado no aparelho econômico afim de assegurar-lhe já não mais a defesa, mas o próprio funcionamento. Nos países menos desenvolvidos, essa intervenção passa a tomar logo uma feição política, acentuando-se a tendência natural do Estado em pairar acima das classes. (PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA, jun. 1937, p. 30).

A afirmação sobre a autonomia relativa do Estado diante das classes sociais⁶⁹ é a única menção indireta ao fenômeno do bonapartismo. Mas o POL não considerava em seu documento que as eleições estavam ameaçadas pelo desencontro entre a burguesia e suas representações políticas, abrindo caminho para a elevação de um mediador entre os interesses conflitantes, capaz de silenciar tanto o movimento operário, quanto os burgueses divergentes. A organização, vendo as candidaturas em campanha, parecia convencida que as frações da classe dominante haviam decidido pelo confronto direto.

Em novembro daquele ano, Vargas deu o golpe que fechou o Congresso e impôs uma nova Constituição, de inspiração fascista⁷⁰ e redigida pelo jurista Francisco Campos. Getúlio certamente desejava continuar ocupando a cadeira presidencial e poderia estar “firmemente convicto de que apenas ele conduziria o Brasil à integração nacional” (LEVINE, 2001, p. 83), porém, a ausência de ampla resistência ao golpe que deu início ao Estado Novo indica que havia algo que compatibilizava a ação de Vargas e seus apoiadores militares, decisivos para o sucesso do plano.

⁶⁹ Sob essa afirmação escondem-se problemas reais acerca da compreensão que se tem do Estado na sociedade de classes. Algumas décadas depois, Poulantzas (1977) desenvolveu um importante trabalho sobre o poder político em que este é apresentado como ligeiramente autônomo em relação aos interesses econômicos da classe dominante. Assim, o arcabouço jurídico e político do Estado procurava aparecer sempre como o representante dos interesses de todo o povo e era capaz de realizar certas concessões aos trabalhadores.

⁷⁰ Segundo Levine (2001), a nova Constituição era inspirada na Carta del Lavoro e na constituição polonesa, ambas estruturantes de governos fascistas.

O Partido Operário Leninista só conseguiu publicar *A Luta de Classe* em dezembro de 1937, um intervalo de um ano e um mês desde sua última edição. Antes disso, lançara um periódico de nome *Sob Nova Bandeira*, cujo terceiro número dedicava-se ao integralismo. Este, para o POL, não seguia o caminho do fascismo italiano e alemão, que foram, antes de chegar ao poder, movimentos de massas e conquistaram apoio proletário pelo seu discurso inflamado contra os regimes políticos vigentes. O caso do integralismo seria diferente, pois sobreviveria à sombra do poder e dependeria da vontade de Vargas permanecer no comando do Poder Executivo ou da burguesia, amedrontada pelo perigo comunista, entregar sua direção às fileiras fascistas. Em setembro, o POL voltou a colocar a conjuntura nacional nos termos da experiência histórica elaborada politicamente por Marx e que passara a integrar a bagagem da esquerda desde então:

O integralismo poderá chegar ao poder brevemente ou aproveitar algumas das suas beiradas a reboque de um golpe de Estado de generais ou do próprio Getúlio Vargas. Para evitarem esse golpe, contra o qual se declaram, os políticos burgueses mais ligados às duas candidaturas adoptam aquela tática já analisada por Marx no seu “18 Brumário”: “omissão e capitulações sucessivas”. Nem de José Américo, nem de Armando Salles se poderá ver o menor gesto decidido e eficaz para impedir que Getúlio realize o seu projeto de perturbar a ordem para restabelecer a ditadura. (SOB NOVA BANDEIRA, set. 1937, p. 4).

Em dezembro, já com o golpe consumado, os trotskistas retomam a publicação de *A Luta de Classe* com uma edição quase toda dedicada às teses do Comitê Central do POL sobre o que ocorrera no mês anterior. Para os trotskistas, houve um golpe bonapartista, ancorado em três forças: os militares, setores da burguesia e os integralistas. Esses últimos eram o que Vargas possuía, naquele momento, de mais parecido com uma base social de massas e foram mantidos como braço paramilitar para ser usado em caso de necessidade. No entanto, o novo governo não dera aos integralistas o naco desejado do poder político no novo regime. O curioso na análise dos trotskistas é sua oscilação entre o bonapartismo e o fascismo. O golpe é solidamente descrito como bonapartista, pois era a elevação relativa de um governo sobre os conflitos das classes, mas o novo regime é chamado de fascista. A resolução do POL não deixava muito evidente a distinção entre o ato de tomar o poder e a instalação de uma nova estrutura jurídica e institucional para governar. Especificamente no texto em questão, “O golpe de Estado bonapartista”, os trotskistas pareciam usar a categoria de “fascismo” como um adjetivo que delimitava o caráter contrarrevolucionário e policial da forma política inaugurada em 10 de novembro, como no trecho a seguir:

a não participação dos integralistas no poder não diminui de modo algum o caráter reacionário e fascista da nova ordem de coisas. Getúlio, em cujas mãos estão concentrados todos os poderes, saberá desempenhar o papel de carrasco das massas trabalhadoras e verdugo do movimento revolucionário com a mesma perícia e ferocidade de um Plínio Salgado. (A LUTA DE CLASSE, 10 dez. 1937, p. 4).

A aproximação entre as duas categorias e aparentes contradições em seus usos, não era exclusividade dos trotskistas no Brasil. O Partido Operário Leninista publicara em *Sob Nova Bandeira*, em setembro, um artigo de Trotsky, escrito em 15 de julho de 1934, chamado “Bonapartismo e Fascismo”, no qual o autor citava as dúvidas da seção polonesa da Oposição acerca da caracterização do regime instituído pelo militar Józef Pilsudski em 1926. Para Trotsky, bonapartismo e fascismo, assim como a democracia parlamentar, eram formas de dominação da burguesia. Entretanto, se esta poderia ser identificada com a ascensão burguesa, fascismo e bonapartismo eram regimes que respondiam aos problemas da manutenção da dominação. Entre os “extremos” da operacionalização do poder de classe, parlamentarismo e fascismo, surgiam variadas formas intermediárias, uma das quais o bonapartismo. Antes de aderir à saída fascista, ancorada na pequena-burguesia e obstinada à destruição das organizações operárias, os setores burgueses poderiam recorrer ao governo do aparato burocrático e militar, com um chefe político que ganharia relativa autonomia diante do conflito das forças sociais. Trotsky (set. 1937, p. 19), portanto, diferenciava os dois regimes, sobretudo pelo apoio de massas do regime fascista, mas reconhecia que eles poderiam compartilhar elementos e que um regime político poderia passar do bonapartismo ao fascismo, também podendo ocorrer o contrário.

Para entender como se estruturaria o poder político a partir do golpe de novembro de 1937, o POL rapidamente deixou de lado a caracterização do regime como fascista. Em *A Luta de Classe*, na segunda edição após o hiato de um ano sem publicação, a questão já é tratada da seguinte forma:

O novo regime, devido ao seu caráter bonapartista, não dispõe de uma base de massa sobre a qual se possa apoiar. E a estabilidade do atual governo depende, em última análise, da possibilidade de criar um apoio de massa. [...] Getúlio teve de abrir mão da base de massa que o sigma lhe oferecia, depois de se ter dela utilizado habilmente, por várias razões. (A LUTA DE CLASSE, 25 dez. 1937, p. 1).

O partido respondia às alterações na composição das forças sobre as quais Vargas se apoiava causadas pelo decreto presidencial de 2 de dezembro de 1937, que extinguiu os partidos políticos e organizações cívicas de forma geral, proibindo o porte de símbolos e emblemas. O conteúdo do decreto expressava a justificativa geral de Getúlio, que encabeçaria

um Estado capaz de garantir a tranquilidade entre as classes sociais, agitadas pelo sistema eleitoral e pela pluralidade partidária.

Considerando que, ao promulgar-se a Constituição em vigor, se teve em vista, além de outros objetivos, instituir um regime de paz social e de ação política construtiva; [...] Considerando que a multiplicidade de arregimentações partidárias, com objetivos meramente eleitorais, ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião, serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do povo brasileiro;

[...] Considerando que o novo regime, fundado em nome da Nação para atender às suas aspirações e necessidades, deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público:

Decreta:

Art. 1.º – Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.

[...] § 2.º – São, igualmente, atingidos pela medida constante deste artigo as milícias cívicas e organizações auxiliares dos partidos políticos, sejam quais forem os seus fins e denominações.

Art. 2.º – É vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares compreendidas no art. 1.º. (DECRETO-LEI Nº 37 apud CARONE, 1982, p. 26-27).

O ato governamental, além de atingir a organização dos integralistas, distanciando-os do poder, tocava em um aspecto fundamental: a ligação entre os trabalhadores, inseridos na categoria de “povo” e o Estado aconteceria, a partir de então, de forma direta, tornando desnecessárias as representações políticas organizadas. A questão detinha-se em como o regime construiria sua legitimidade para se equilibrar de forma relativamente autônoma sobre as classes sociais. Para os trotskistas, seria “no campo operário, portanto, que se vai ferir a batalha decisiva entre a reação e a revolução. A conquista das massas trabalhadoras por Getúlio lhe assegurará a base de massa necessária para a sua estabilidade e para a do próprio regime capitalista” (A LUTA DE CLASSE, 25 dez. 1937, p. 2). A batalha pelo vínculo com os trabalhadores urbanos já havia sido iniciada em 1930 e não se resolveria em um momento-chave, alongando-se durante a construção da República. Porém, durante o Estado Novo, as medidas que beneficiaram os trabalhadores são mais facilmente identificadas com a figura do chefe nacional, pois

Na galeria de mitos postos em circulação pelo “Estado Novo”, o mito da personalidade emergirá ao primeiro plano da política nacional. Tal fato não foi nem de longe simplesmente casual. Fazia parte de toda uma estratégia de conquista da simpatia das massas. Como assinalava Francisco Campos, o mito da nação se revestia de bastante importância, porém trazia com que a marca de um pecado de origem: ele não se colocava para a população no campo das “experiências imediatas”. Tal imediatividade requerida para a maior eficácia da imagem mítica poderia ser percebida, isso sim, no mito da personalidade. (PARANHOS, 1996, p. 48).

Entre 1937 e 1940, ano da cisão na IV Internacional, os trotskistas denunciaram o discurso do Estado para o mundo do trabalho como demagogia e clamavam pela reorganização do movimento operário. Seria a combinação da ausência de uma vanguarda política dos trabalhadores com a repressão e demagogia do Estado, a explicação para não ter havido uma rebelião no Brasil após o golpe de novembro de 1937. Isoladamente, é impossível negar que esses elementos estiveram presentes durante aquele período, mas, na análise do partido, ficava de fora o questionamento acerca da possibilidade de uma adesão consciente dos trabalhadores ao regime e o lugar que o Estado Novo reservou às concessões e conquistas do proletariado. Em novembro de 1938, um ano após o golpe que deu continuidade ao governo de Vargas, o POL fez um balanço do Estado Novo, em um texto intitulado “A fala do trono”, que fazia referência à mensagem que o governo divulgara para a imprensa como parte das comemorações do aniversário do novo regime. O comunicado “faz o balanço das ‘realizações’ do Estado Novo que chega muitas vezes – ninguém sabe como – até 1930...” (A LUTA DE CLASSE, 22 nov. 1938, p. 1-2). Ficava registrado o desejo de apresentar o Estado Novo como etapa do processo iniciado em 1930. O POL continuava:

Getúlio evita, por outra parte, cuidadosamente pronunciar-se a respeito dos problemas que mais interessam ao povo no momento. Assim, não diz nenhuma palavra sobre salário-mínimo e quanto à siderurgia nacional declara apenas que “o Conselho do Comércio Exterior está estudando meticulosamente o assunto. As suas promessas em relação à classe operária são muito interessantes: “lar do trabalhador”, “restaurantes populares”, etc... Mas isso será feito diretamente com o dinheiro dos assalariados, pois diz a mensagem “nas reservas das instituições da previdência encontrará o governo meios pecuniários para resolver o problema em larga escala. (A LUTA DE CLASSE, 22 nov. 1938, p. 2).

Nota-se a preocupação com as medidas diretamente identificadas com o mundo do operariado, mas também com processos de desenvolvimento da economia nacional que poderiam ser entendidos como progressistas por diminuir o grau de dependência do Brasil diante das potências imperialistas. A abordagem dessas questões mantinha vínculo com um elemento importante do movimento trotskista internacional: a última morada de Trotsky. Em dezembro de 1936, ele conseguira asilo no México, então governado por Lázaro Cárdenas⁷¹, membro do Partido Nacional Revolucionário (PNR)⁷², organização que reivindicava a herança

⁷¹ Lázaro Cárdenas del Río (1895-1970) governou o México entre 1934 e 1940, período no qual realizou a reforma agrária e nacionalizou os recursos energéticos do país.

⁷² Criado em 1929, o PNR seria transformado em Partido da Revolução Mexicana em 1938 e dez anos depois viraria o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que dirigiu o México até 2000.

da Revolução Mexicana⁷³ e que tinha apoio entre os operários, além de aproximação com o Partido Comunista local⁷⁴. O compromisso de Trotsky era não se envolver nos assuntos internos do país que o recebia, mas as realizações do governo de Cárdenas, que fez “a reforma agrária, a nacionalização das ferrovias e das companhias petrolíferas e a promoção dos sindicatos por parte do Estado” (BARBOSA, 2010, p. 106), junto com a existência de regimes como o de Vargas ou movimentos políticos, caso da Aliança Popular Revolucionária Americana⁷⁵, fundada por Haya de La Torre, demandava atenção do revolucionário.

O ponto de vista de Trotsky sobre a América Latina não foi condensado em um trabalho específico, mas aparece em vários de seus artigos, cartas e entrevistas concedidas. Em maio de 1939, após Cárdenas expropriar as petrolíferas estrangeiras, Trotsky escreveu o artigo “La indústria nacionalizada y la administración obrera”, inédito até 1946, quando foi publicado na *Fourth International*⁷⁶. Em um dos volumes dos *Escritos* de Trotsky que pertenceram a Edmundo Moniz, o artigo tem seu primeiro parágrafo quase todo marcado a lápis, com a frase “o bonapartismo das nações atrasadas” escrita ao lado. Dizia Trotsky:

Nos países industrialmente atrasados, o capital estrangeiro joga um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isto cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o capital, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente forte proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado com as correntes de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões,

⁷³ A Revolução Mexicana pode ser descrita como um processo político e social que teve como marco inicial as eleições de 1910, disputada entre Francisco Madero e Porfírio Díaz, que estava no poder desde 1884. Madero foi preso no mesmo ano do pleito, vencido por Díaz, e fugiu para os Estados Unidos, de onde fez um chamado para a rebelião contra o então presidente. A convocação de Madero não resultou imediatamente na tomada do poder, mas a partir de então, grupos de diferentes posições políticas e de distintas bases sociais iniciam uma luta armada contra a ditadura de Díaz, que renunciou em 25 de maio de 1911. A questão do poder e da pluralidade de forças sociais envolvidas na revolução não foi resolvida com a eleição de Madero, em outubro daquele ano, e que não demoraria muito tempo no governo. A Revolução Mexicana teria um momento de ascensão das forças populares, marcado pela aliança entre Emiliano Zapata, Francisco Villa e o movimento operário, que chegou a dominar a Cidade do México no final de 1914. Derrotados, os movimentos camponeses e dos trabalhadores, não se tornaram irrelevantes. A Constituição mexicana de 1917 e as elites políticas que resultaram da luta e fragmentação do movimento tiveram de reconhecer direitos aos trabalhadores do campo e da cidade.

⁷⁴ Octavio Ianni (1991) considerava que o cardenismo solidificou as relações entre Estado, classes populares, estrutura sindical e burguesia nacional. Para o sociólogo, cada transformação do “partido da revolução” era um passo ao aperfeiçoamento da coalizão de classes e garantia da ordem. “No México, talvez mais do que em qualquer outro país latino-americano, o poder político nacional constituiu-se numa combinação singularmente forte e eficaz de Estado-partido-sindicato”. (IANNI, 1991, p. 110)

⁷⁵ Fundada em 1924 pelo peruano Victor Raúl Haya de La Torre, a organização fora fortemente inspirada pela Revolução Mexicana e, segundo Lowy (2007), tentou adaptar o marxismo às especificidades da América Latina para superá-lo como teoria. Tinha concepções ligadas à esquerda e às ideias anti-imperialistas.

⁷⁶ Revista publicada pela seção estadunidense da IV Internacional, o *Socialist Workers Party* (SWP).

ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. (TROTSKY, 1976, p. 482-483, tradução nossa).⁷⁷

O governo de Lázaro Cárdenas seria um exemplo da variante democrática do “bonapartismo sui generis”, enquanto Getúlio Vargas, que nunca ocupou papel central nas reflexões de Trotsky, quando citado, é dado como exemplo ditatorial da autonomia relativa do Estado. No registro de uma de suas conversas com o trotskista norte-americano Charles Curtiss, aponta:

Estamos no período em que a burguesia nacional busca obter um pouco mais de independência diante dos imperialismos estrangeiros. A burguesia nacional está obrigada a confraternizar com os operários, com os camponeses e, por isso, temos o homem forte do país orientado à esquerda como agora no México. Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e trabalhar sob sua tutela direta, teremos um regime fascista, como no Brasil, por exemplo. Mas ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática porque, por um lado, tem o capital imperialista e, pelo outro, teme o proletariado porque a história ali saltou uma etapa e porque o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade. (TROTSKY, 2007, p. 135-136, tradução nossa).⁷⁸

Segundo Felipe Demier (2012), Trotsky incluía Vargas em um campo oposto ao de Cárdenas por ter presenciado os anos finais do Estado Novo, quando houve um incremento da retórica voltada aos trabalhadores. Entretanto, o fundamental não é alocar Vargas em um dos lados de uma caracterização teórica, mas entender que governos que partilhavam elementos, tinham ritmos e objetivos distintos. O período citado por Demier (2012), iniciado em 1942, coincide com a ação de Marcondes Filho, que, à frente do Ministério do Trabalho, cria o programa de rádio “Falando aos trabalhadores brasileiros”, espaço para propagandear a legislação trabalhista de Getúlio, que em 1943 ganhou nova regulamentação com a Consolidação das Leis Trabalhistas. Mas não se tratava da inauguração de um apelo aos

⁷⁷ Do original: “En los países industrialmente atrasados el capital extranjero juega un rol decisivo. De ahí la relativa debilidad de la burguesía nacional en relación al proletariado nacional. Esto crea condiciones especiales de poder estatal. El gobierno oscila entre el capital extranjero y el capital, entre la relativamente débil burguesía nacional y el relativamente poderoso proletariado. Esto le da al gobierno un carácter bonapartista sui generis, de índole particular. Se eleva, por así decirlo, por encima de las clases. En realidad, puede gobernar o bien convirtiéndose en instrumento del capital extranjero y sometiendo al proletariado con las cadenas de una dictadura policial, o maniobrando con el proletariado, llegando incluso a hacerle concesiones, ganando de este modo la posibilidad de disponer de cierta libertad en relación a los capitalistas extranjeros” (TROTSKY, 1976, p. 482-483).

⁷⁸ Do original: “Estamos en el período en que la burguesía nacional busca obtener un poco más de independencia frente a los imperialismos extranjeros. La burguesía nacional está obligada a coquetear con los obreros, con los campesinos y, por eso, tenemos al hombre fuerte del país orientado a la izquierda como ahora en México. Si la burguesía nacional está obligada a abandonar la lucha contra los capitalistas extranjeros y trabajar bajo su tutela directa, tendremos un régimen fascista, como en Brasil, por ejemplo. Pero allí la burguesía es absolutamente incapaz de constituir su dominación democrática porque, por un lado, tiene el capital imperialista y, por el otro, le tiene miedo al proletariado porque la historia, allí, saltó una etapa y porque el proletariado se volvió un factor importante antes que haya sido realizada la organización democrática del conjunto de la sociedad”. (TROTSKY, 2007, p. 135-136)

trabalhadores, visto que o próprio Ministério do Trabalho era criação de primeira hora do governo Vargas, ou mesmo uma virada democrática sem contradições, já que o estado de guerra decretado em 31 de agosto de 1942 permitiu que o governo aprofundasse a censura e suspendesse o plebiscito sobre a Constituição de 1937; ao mesmo tempo, o discurso para os trabalhadores convivia com o esforço de guerra, que significava intensificar o trabalho nos setores estratégicos⁷⁹.

O arrocho ditatorial era, ao mesmo tempo, a preparação de uma mudança no regime para lidar com a contradição entre a luta contra o eixo nazifascista e a manutenção de uma ditadura interna. Assim, Vargas agia através das instituições do Estado e seus representantes, para aumentar a sua base política, permitindo a continuidade de seu governo sob legitimidade popular. Paranhos (1996, p. 193) afirma que o investimento de Marcondes Filho no chamado à sindicalização dos trabalhadores tinha como objetivo a realização de “eleições indiretas por intermédio dos sindicatos. Para tanto, o alistamento eleitoral seria feito mediante a apresentação da carteira profissional”. O Estado Novo acabaria, mas em seu lugar se consolidaria um “Estado forte com um indivíduo livre; de uma política de proteção ao trabalho com uma política de defesa do capital” (GOMES, 2005, p. 258), continuador da mediação estatal dos interesses de classe.

Da mesma forma, como a aproximação com os trabalhadores ocorreu de maneiras diferentes nos governos de Cárdenas e Vargas, medidas de nacionalização, aumento da participação do Estado ou da autonomia nacional em setores estratégicos também aconteceram em ritmo, forma e com objetivos diferentes. Entre 1930 e 1945, no Brasil, a movimentação de impor limites à penetração do capital estrangeiro foi tímida, mas existiu. Carone (1982) reuniu alguns dos documentos da época que indicavam os caminhos pelos quais o Estado Novo havia aumentado sua participação – mesmo que por meio de gestos bastante moderados – na economia. Se não havia nenhum sinal de ruptura com o imperialismo, o governo brasileiro também não constituía um representante direto dos interesses das potências estrangeiras. Desse modo, a ditadura de Vargas criou, em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo, que autorizava a instalação de refinarias, regulava os preços e a distribuição de derivados de petróleo; em 1941, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional, aproveitando o interesse das potências envolvidas na Segunda Guerra em contar

⁷⁹ Paranhos (1996) cita o decreto lei 4.637, que permitia a prorrogação da jornada de trabalho em setores da produção que atendessem ao esforço de guerra e o decreto 4.869, que suspendia a obrigatoriedade de férias nessas empresas. Para Alexandre Fortes (2014), o maior apelo de Vargas aos trabalhadores e as novas leis trabalhistas refletiam, ao mesmo tempo, a oportunidade e necessidade que o Estado adquiriu diante da mobilização nacionalista ao redor da Segunda Guerra Mundial. O projeto de valorização do trabalhador nacional e sua inclusão cidadã pôde se desenvolver num ritmo que a intransigência patronal não permitira até então.

com o apoio do Brasil.⁸⁰ Também partiu do Estado, no ano de 1944, um imposto sobre “lucros extraordinários”⁸¹, possibilitado pelos ganhos dos setores beneficiados pela conjunção de preços internacionais favoráveis, inflação interna, exploração do trabalho e queda da concorrência com produtos importados. Outras ações nunca saíram do papel, como o decreto para nacionalizar os depósitos recebidos pelas filiais dos bancos estrangeiros em funcionamento no Brasil, que acabou não ultrapassando a ameaça, fiel à política de não atingir o capital externo diretamente.

Portanto, mais do que uma separação nítida entre modelos de bonapartismo, existiam elementos compartilhados entre formações sociais e políticas distintas, variando sua profundidade, força e ritmo. O próprio conceito de bonapartismo permite abordar a questão do Estado que se elevava para garantir que o conflito entre as classes não prejudicasse a “paz social” e que tomava decisões de caráter burguês – em dados momentos contra a própria burguesia – enquanto implementava conquistas para os trabalhadores.

As formulações sobre o bonapartismo na América Latina e os comentários de Trotsky sobre alguns regimes políticos da região possuem pontos de contato com as ciências sociais no Brasil⁸². Nas décadas seguintes à crise de 1929, a ascensão e desenvolvimento de regimes políticos *sui generis* na América Latina foi tema de importante reflexão no pensamento da academia. O sociólogo argentino Gino Germani foi um dos principais formuladores dos estudos sobre a transição das sociedades tradicionais para uma etapa industrial do capitalismo, afirmando que os países subdesenvolvidos eram marcados pela

⁸⁰ Os passos para a instalação de um ramo siderúrgico na indústria nacional são descritos por Bandeira (1978). O Estado tomou a tarefa de investir na siderurgia pois as tentativas de usar capital privado para tal fim fracassaram. Com a crescente tensão entre as potências que encabeçariam a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro procurou aproveitar a disputa para conseguir financiamento externo para a aquisição de maquinário, tendo Vargas declarado neutralidade em vários pronunciamentos, o que preocupava os americanos, temerosos de uma base alemã no sul do continente. As negociações foram encerradas positivamente em setembro de 1940 e o governo dos Estados Unidos garantiu o empréstimo para a criação de uma empresa pública brasileira sem participação acionária dos americanos.

⁸¹ Carone (1982) disponibilizou, em *A Terceira República (1937-1945)*, o regulamento sobre os decretos n. 6.224 e 6.225, de 24 de janeiro de 1944, que estabeleciam as regras para a tributação.

⁸² Sobre esse tema são fundamentais os aportes feitos por Felipe Abranches Demier (2008). Em sua dissertação de mestrado, estabelece uma ligação entre o marxismo de Trotsky, as teses das organizações trotskistas no Brasil e a produção intelectual de pensadores “antidualistas”, como Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Francisco de Oliveira, entre outros. A análise é centrada na teoria do populismo, formulada por Octavio Ianni e Francisco Weffort, e os escritos de Trotsky sobre o bonapartismo das nações periféricas. Em *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, tese de doutorado, Demier (2012) amplia a discussão sobre a temática, percorrendo a história do bonapartismo como categoria do marxismo, retoma as aproximações e distanciamentos entre as ideias de Trotsky, as correntes trotskistas existentes no Brasil e a intelectualidade que desenvolveu as reflexões sobre o populismo. Oferece, por fim, uma interpretação do período entre 1930 e 1964, em modo de ensaio, a partir da hipótese de um longo bonapartismo.

Simultaneidade do “não contemporâneo” [...] assincronismo técnico e assincronismo geográfico; ou seja, a utilização dos avanços mais recentes da técnica ao lado da sobrevivência de instrumentos já caducos, ou seja, o contraste entre “regiões evoluídas” e “regiões atrasadas” em um mesmo país. (GERMANI, 1973, p. 12, tradução nossa).⁸³

Como consequência da “simultaneidade do não contemporâneo”⁸⁴, a América Latina desenvolveu formas políticas híbridas, que combinavam elementos de esquerda, direita, nacionalistas e autoritários, compondo o que Germani (1973, p. 29) chamou de “movimentos nacionais-populares”. Essas reflexões tiveram, no Brasil, como representantes principais, os sociólogos Octavio Ianni e Francisco Weffort, que atentos à produção de Gino Germani e Torcuato S. di Tella, elaboraram as principais teses sobre o populismo e a luta de classes no Brasil durante o período entre 1930 e o golpe de 1964. Podemos, a partir dessa produção, definir o populismo como um fenômeno político que “toma a forma de uma relação entre o poder e uma massa de indivíduos politicamente isolados entre si” (WEFFORT, 1978, p. 27). Esse fenômeno seria urbano, com destacado papel da relação entre um líder político e o indivíduo que não havia sido integrado à classe operária e fazia parte da “massa”, que, excluída dos espaços de liberdade sindical, encontrava no sufrágio a sua única forma de atuar politicamente. A urbanização – que Weffort (1978) diferencia de industrialização – inseriu grandes contingentes populacionais na vida cidadã e a resposta política a tal processo teria sido a constituição de um “Estado de massas”, fundado em um pacto policlassista que tentou se equilibrar diante de variados interesses sociais. O populismo seria burguês, mas procuraria apagar os sinais das contradições de classe.

Em *A formação do Estado populista na América Latina*, Octavio Ianni (1991) buscou discutir o significado histórico do fenômeno político e apresentar as raízes de seu surgimento. Ao abordar a produção da sociologia sobre a política latino-americana e o processo de transição modernizante, comentou que “para alguns pesquisadores, no populismo latino-americano haveria uma relação mais ou menos direta entre o ‘vazio político’ deixado pelo lapso das oligarquias, a inexistência de uma ‘nova’ classe social hegemônica, a coalizão populista e o bonapartismo” (IANNI, 1991, p. 40). O sociólogo brasileiro divergia das teses do vazio político, defendida, entre outros, por Francisco Weffort. Para Ianni (1991), o colapso

⁸³ Do original: “simultaneidad de lo ‘no contemporáneo’ [...]. asincronismo técnico y asincronismo geográfico; o sea, la utilización de los adelantos más recientes de la técnica al lado de la supervivencia de instrumentos ya caducados, o bien, el contraste entre ‘regiones evolucionadas’ y ‘regiones atrasadas’ en un mismo país” (GERMANI, 1973, p. 12).

⁸⁴ É importante não confundir a formulação de Germani com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, elaborada por Trotsky, embora elas possam ser confrontadas. Germani cita, em nota de rodapé, a inspiração na categoria de *cultural lag*, expressa na obra do sociólogo William Fielding Ogburn no início da década de 1920. Ogburn destacava a distância entre a transformação da técnica e a mudança nos costumes, hábitos e valores de uma sociedade determinada, causando um “atraso cultural”.

da estrutura política oligárquica era consequência de transformações sociais, políticas e econômicas, que possibilitaram também um novo arranjo de classes no pacto populista. Ao tentar descrevê-lo, Ianni se aproximou da noção de bonapartismo para, depois, diferenciar os governos populistas do modelo bonapartista:

o pacto populista parece um intermezzo, de cunho bonapartista, na transição da hegemonia oligárquica à hegemonia propriamente burguesa, entendida esta como burguesia de base urbana ou industrial. [...] É inegável que nos governos, regimes ou Estados populistas têm surgido elementos típicos do bonapartismo. Em primeiro lugar, o “equilíbrio” das classes sociais que participam da coalizão populista é um componente básico do bonapartismo. Em segundo lugar, no populismo tem sempre ocorrido a hipertrofia do Executivo, ou o que é equivalente, a submissão do legislativo pelo Executivo. Todo governo populista tende a ser forte, semiditatorial ou simplesmente ditatorial, como no bonapartismo. Em terceiro lugar, por fim, o governo populista, da mesma forma que o bonapartista, trata de organizar o poder além do aparelho estatal; ou, à reversa, trata de incorporar ao aparelho estatal sindicatos e partidos. (IANNI, 1991, p. 45-46).

Em seguida, Ianni cita um artigo de Trotsky, “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”, que demarca as variantes do bonapartismo *sui generis* presente na América Latina: a ditatorial e a democrática. Porém, o tópico é encerrado com a distinção entre bonapartismo e o fenômeno do populismo, pois Ianni (1991) considerava que a autonomia relativa do aparelho de Estado era fruto de uma intensa disputa pelo poder, enquanto nos exemplos concretos do varguismo e do peronismo, o enfrentamento se dava essencialmente entre as forças populistas, as oligarquias e o imperialismo. A teoria do populismo e o conceito de bonapartismo partilhavam um elemento que, segundo Fortes (2007), está ausente na noção de trabalhismo: a possibilidade de analisar processos similares ocorridos em diferentes países da América Latina. Dessa maneira, é possível manter noções fundantes dos escritos desses autores, como a ideia de que acontecia, sobretudo após a crise de 1929, um conjunto de transformações profundas e aceleradas em determinadas sociedades. Tal processo não precisa ser compreendido como transição do tradicional para o moderno, e sim, como um desenrolar decisivo do desenvolvimento capitalista em processo. Esse desenvolvimento não seguia os passos dos modelos clássicos da Europa, era incompleto, contraditório e contou, no caso brasileiro, com fenômenos políticos que redesenharam as relações entre as classes, as frações de classes e o Estado⁸⁵. A manifestação política pode não ter no conceito de populismo a sua representação mais adequada, tampouco uma interpretação como a de Demier (2012), o qual sugere que entre 1930 e 1964 os sucessivos governos tomaram formas diferentes de

⁸⁵ Em certa medida, podemos evocar a reflexão de Florestan Fernandes (2005) sobre a revolução burguesa no Brasil, que se arrastou lentamente desde o último quarto do século XIX e não repetira a experiência europeia.

bonapartismo no Brasil⁸⁶, parece ser suficiente para dar conta da heterogeneidade dos grupos que ocuparam o poder Executivo e da diversidade de projetos intraclasses e entre classes em disputa na sociedade brasileira. O trabalhismo era um entre eles e foi capaz de constituir uma corrente política de matriz burguesa mas com atuação na classe operária, concorrendo com propostas alternativas que circulavam entre a classe dominante e os trabalhadores. Moniz, como opositor do varguismo, se relacionou com a complexidade de tais vertentes, sobretudo pela sua passagem pela União Democrática Nacional (UDN), entendida, no contexto da democratização, como frente antivarguista e que abrigou, por poucos meses, alguns grupos de esquerda que desejavam constituir novos partidos.

O conceito de bonapartismo como chave interpretativa para uma forma de dominação política gestada a partir de 1930 sobreviveu à ruptura de Edmundo Moniz com a IV Internacional. No último governo de Vargas, meses antes do suicídio do presidente, Moniz criticava o chefe do Executivo e o ministro do Trabalho, João Goulart, nas páginas do *Correio da Manhã*. As relações entre a estrutura sindical e o Estado continuavam sendo importantes alvos para a intervenção do jornalista, que protestava:

O “dirigismo social”, no Brasil como o “dirigismo econômico” só tem prejudicado, em todos os sentidos, o desenvolvimento do país. Volta-se, igualmente, contra a burguesia e o proletariado. É, sem dúvida, um dos aspectos mais deletérios, num país semidesenvolvido, do “bonapartismo” que, há mais de vinte anos, se impõe entre nós e vive da duplicidade deste jogo. Falamos em “bonapartismo” não no sentido vulgar do termo e, sim, no sentido sociológico, que é a característica do governo que se coloca acima das classes e dos blocos políticos e partidários, como servem de exemplo o de Bismarck e o de Napoleão III, respectivamente na Alemanha e na França, na segunda metade do século passado. O “bonapartismo, no Brasil, jogando com a burguesia, a classe média e o proletariado, vem perturbando enormemente o desenvolvimento da produção sem trazer benefício a não ser ilusoriamente, pois as vantagens de caráter imediatista só contribuem para agravar a situação num período posterior. (MONIZ, 13 fev. 1954, p. 2).

A luta contra o Estado Novo firmara um profundo sentimento antivarguista entre os trotskistas, os quais, ao contrário do PCB, não haviam defendido a “união nacional”⁸⁷ ao redor

⁸⁶ Felipe Demier (2012) elabora uma hipótese sobre a “revolução burguesa” no Brasil ter adotado um caráter de “revolução passiva”, conceito utilizado por Gramsci para caracterizar processos de modernização capitalista que ocorrem sem uma revolução democrático-burguesa nos moldes clássicos. Dessa forma, para ele, entre 1930 e 1964 os governos adquiriram matizes diferentes de bonapartismo, semidemocrático, semiparlamentar, fascista, etc. A formulação de Demier foi construída baseada em diferentes autores das ciências sociais no Brasil que consideraram existir após 1930 alguns processos de autonomia relativa do Estado.

⁸⁷ Segundo Sena Junior (2007), o Partido Comunista, entre 1936 e 1937, realizou a autocrítica da linha política que levava à tentativa de tomada do poder nos levantes de 1935, defendendo a constituição de frentes políticas em defesa da democracia. Desde 1935, a crise se instalara na direção do PCB, que estabeleceu maioria ao redor do Bureau Político comandado por Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu. Diante do Estado Novo, os comunistas pregavam a unidade entre a burguesia nacional, campesinato, pequena-burguesia e proletariado, para reivindicar de Vargas promessas que o afastassem do fascismo. Com a tentativa de golpe integralista em março de 1938, o partido respondeu com “o manifesto ‘União Nacional pela Democracia e pela Paz’, em que selavam o apoio do

de Vargas. Dessa forma, Moniz considerava que o bonapartismo estava em vigor, como forma de governo, mesmo que o regime político fosse outro, já que o presidente havia sido democraticamente eleito em 1950. Dez anos depois, quando João Goulart foi derrubado e instituída a ditadura, Moniz, na oposição, voltou a interpretar a situação política sob a chave de leitura do bonapartismo. Mas o uso do conceito não indicava homogeneidade entre regimes e governos distintos, diferenciando-os pela análise da base social sobre a qual o aparelho estatal se apoiava para se elevar acima das classes:

O governo encontra-se divorciado do povo, ou seja, das classes sociais. Não conta com a burguesia nacional. Não conta com a classe média. Não conta com a classe trabalhadora. Não é nem poderia ser, evidentemente, um governo que se sustenta no ar. Ele se apoia, especialmente, nos setores mais reacionários das Forças Armadas e nos grupos econômicos do capital estrangeiro. (MONIZ, 2 out. 1964, p. 6).

A caracterização adequava-se à posição política que Moniz reivindicou naquele momento. Ele reconhecia que a derrubada de Jango tivera apoio de setores significativos da população, como a burguesia nacional, temerosa da agitação popular ao redor das reformas de base, mas ponderava que os mesmos que apoiaram o golpe viam seus objetivos frustrados ao perceberem que a democracia corria riscos pela direita, enquanto a corrupção e a carestia, problemas atribuídos ao governo de Goulart, continuavam presentes na vida nacional. As formas bonapartistas brasileiras, Estado Novo, o governo interrompido de Vargas e a Ditadura Militar, na trajetória de Edmundo Moniz, mantiveram relações distintas com as classes sociais. Se o Estado Novo oscilou, nas elaborações dos trotskistas, entre uma ditadura fascista e um bonapartismo que procurava apoio nas massas trabalhadoras, o último mandato de Vargas, para Moniz, era uma forma bonapartista claramente apoiada sobre a estrutura sindical em permanente contato com o Estado, enquanto a Ditadura Militar não teria apoio sobre o conjunto da sociedade brasileira, dependendo da força militar e do apoio do imperialismo para se manter de pé. Mário Pedrosa, companheiro de Moniz nas fileiras trotskistas nos anos 1930, também recorreu ao conceito de bonapartismo para analisar o Estado Novo e a Ditadura Militar, em seu livro *A Opção Brasileira* (1966).

O engajamento de Moniz na construção de uma concertação oposicionista à ditadura o encaminha para uma aproximação com os trabalhistas. Assim, ele passou da virulência com que se dirigiu, muitas vezes, aos herdeiros da herança varguista, para a colaboração e aliança. Com isso, também operou uma revisão de sua compreensão dos processos políticos no Brasil.

PCB a determinados setores do governo considerados progressistas, nomeadamente, a Oswaldo Aranha e seus aliados, lutando para que estes não caíssem nos braços da reação” (SENA JUNIOR, 2007, p. 93). Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, o PCB passa a apoiar o governo e o esforço de guerra.

Na década de 1980, quando já estava filiado ao PDT, Moniz escreveu *A originalidade das revoluções* (1987), um livro sobre a história do socialismo no século XX. O trecho final dedica várias páginas à história do Brasil e suas relações políticas. Nelas, o último governo de Vargas não foi citado como exemplo do bonapartismo no Brasil.

A ditadura militar, como o Estado Novo, tiveram [sic] um caráter bonapartista, colocando-se acima das classes sociais e dos partidos políticos, dando ao poder executivo, apoiado pelas forças armadas, a função de árbitro supremo de todas as contradições nacionais, em prejuízo das liberdades democráticas e dos direitos humanos. Os militares no poder preservavam o Estado burguês, mas afastavam a burguesia nacional do governo. A eleição para presidente e vice-presidente da república, mesmo por eleição indireta, representou a tomada do governo pela burguesia nacional, quase vinte anos depois da ditadura bonapartista. (MONIZ, 1987, p. 258-259).

O tempo decorrido entre 1964 e 1987 fez com que Moniz não mais apresentasse a Ditadura Militar como um regime dissociado da classe dominante brasileira, mas que ocupava o poder político em defesa do poder social burguês. No início de 1965, ele já considerava que o golpe fora vitorioso em interromper a revolução burguesa em curso e que a elite econômica brasileira fora dobrada ao papel subalterno diante do capital externo.

2.4 O ADEUS A TROTSKY

Cinco anos se passaram entre a declaração de Trotsky acerca da falência da Internacional Comunista e a fundação da IV Internacional. Seu ato inaugural foi uma modesta conferência realizada nos arredores de Paris, em 3 de setembro de 1938. Trotsky, exilado no México, não participou do encontro, mas escreveu o Programa de Transição, documento base da nova internacional, que nascia sob condições muito adversas. A consolidação do fascismo na Alemanha e na Itália, a derrota em curso na Espanha e o avanço decisivo de Stalin sobre seus opositores⁸⁸, tornava a tarefa de construir a IV Internacional ainda mais difícil. Esses fatores foram usados como argumentos por alas que se opuseram à criação da organização naquele momento, caso dos poloneses.

Entre os 21 representantes, estava Mário Pedrosa, que falava em nome de dez seções da América Latina.⁸⁹ Pedrosa fora enviado para o exterior para escapar da repressão do Estado

⁸⁸ Em 1938, já haviam acontecido os “processos de Moscou”, julgamentos orquestrados pelo Estado soviético, sustentados em falsas acusações e que condenaram boa parte da velha guarda bolchevique. Foram três júris, que condenaram Zinoviev, Kamenev, Karl Radek, Piatakov e Bukharin. Vários deles foram executados após as condenações.

⁸⁹ Eram elas: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Porto Rico, São Domingos, Uruguai e Venezuela. Informação obtida na obra de Karepovs (2017).

Novo e, em Paris, colaborou com a organização da conferência que deu origem à IV Internacional. Após setembro de 1938, Pedrosa se mudou para os Estados Unidos, militando na principal seção do movimento trotskista e que constituiu o coração de uma importante polêmica: a caracterização da União Soviética.

Se seguirmos a periodização proposta por Perry Anderson (2016), temos três eixos nas formulações de Trotsky sobre a União Soviética e o fenômeno da burocratização do Estado. O primeiro momento da discussão de Trotsky encontra-se no ano de 1923, quando uma constelação de problemas acirrou os debates na estrutura partidária. A Nova Política Econômica (NEP) iniciara a recuperação da produção industrial e agrícola, mas o país mantinha-se mergulhado em profunda crise, agora representada pela distância entre os preços das mercadorias produzidas nos campos e nas cidades.⁹⁰ No mundo do trabalho, as dificuldades de sobrevivência da União Soviética resultaram no aumento da desigualdade salarial e a constituição de uma casta de administradores e técnicos. Mas a insatisfação com os caminhos adotados pelos bolcheviques já aparecera antes:

Durante o outono de 1920, se agrupa em torno de Shliapnikov e de Alexandra Kollontai a Oposição Operária, cujo programa de controle da produção pelos sindicatos, de depuração do partido de todos os elementos que não sejam operários e de restabelecimento do princípio de eleição de todos os dirigentes. (BROUÉ, 2014, p. 138).

A plataforma da Oposição Operária era constituída de reivindicações políticas e econômicas, questionava a relação do Estado com a pequena-burguesia, a intelectualidade e o campesinato, travava uma divergência com Lenin, Trotsky e Bukharin sobre a relação dos sindicatos com o aparelho estatal e denunciava a burocratização, produto do esvaziamento das discussões entre os operários e sua substituição pelas decisões tomadas em instâncias administrativas.

Não pode haver atividade autônoma sem liberdade de pensamento e de opinião, pois aquela manifesta-se não só na iniciativa, ação e trabalho, mas também no pensamento independente. Nós não damos qualquer liberdade à atividade de classe, temos medo da crítica e deixamos de nos apoiar nas massas; é por isso que temos a burocracia entre nós. Eis a razão por que a Oposição Operária considera a burocracia como o nosso maior inimigo, a nossa peste e como o maior perigo para a existência do próprio Partido Comunista. (KOLLONTAI, 1977, p. 79-80).

O grupamento exigia o fim do sistema de nomeações e a substituição de postos individuais de comando por instâncias coletivas de decisão. Em seu enfrentamento com o partido, a Oposição Operária estava também em dissonância com Trotsky, que propusera o

⁹⁰ Esse fenômeno ficou conhecido como “crise das tesouras”.

que ficou conhecido como “militarização do trabalho”, conjunto de medidas para aumentar a produtividade do trabalho. Tanto a Oposição Operária como a aliança entre Trotsky e Bukharin saíram derrotadas, já que o “controle operário” e a “militarização do trabalho” não foram adotados.

Já em 1923, um grupo de 46 bolcheviques emitiu um manifesto ao Comitê Central do partido, criticando a diferenciação entre a camada de funcionários e os militantes de base. Entre os signatários do documento estavam Preobrajensky e Serebriakov, que haviam ocupado a secretaria do partido, além dos decemistas.⁹¹ Após reagir, ao proibir a ampla divulgação do texto, a direção do partido cedeu ao movimento que se alimentava da circulação ilegal da carta e abriu um debate através da imprensa oficial. A cúpula também aprovou uma resolução – com a assinatura de Trotsky – com supostas propostas democráticas. Trotsky uniu-se à Oposição dos 46, também porque o objeto dos embates já habitava suas reflexões e o aproximara de Lenin em seus últimos momentos. Em dezembro, no Pravda, Trotsky publicou artigos criticando a relação da velha guarda com a nova geração de comunistas, pois aquela usava o argumento da experiência revolucionária para sobrepor-se aos mais jovens. Além do aspecto geracional, destacou-se a centralidade dos mecanismos de administração do Estado, que absorvera parte dos efetivos operários e pôs em perigo o partido, que não estava livre de uma degeneração burocrática. O momento em que Trotsky voltou-se para o risco da burocratização também foi a solidificação da aliança entre Stalin, Zinoviev e Kamenev.

O segundo período da interpretação de Trotsky sobre a direção do Estado soviético teve, como formulação principal, as teses expressas em *Stalin, o grande organizador de derrotas*, obra publicada em 1930 como livro, mas constituída por trabalhos escritos durante o seu exílio em Alma Ata, Cazaquistão, em 1928. Derrotado no interior do partido, Trotsky considerava que o stalinismo compreendia uma ala centrista do Partido Comunista da União Soviética, que oscilava entre tendências de esquerda e os setores mais à direita, representados por Bukharin.

Sua produção ganhou outros contornos durante a década de 1930, cujo livro *A revolução traída* realizou boa síntese. Nele, Trotsky aponta que o estágio atingido pela União Soviética não era o início do comunismo, mas uma etapa transicional que contava com a sobrevivência de muitos elementos de um Estado burguês, mesmo sem a burguesia no comando. Esse ponto de partida era compatível com teses acerca do Estado tanto de Marx

⁹¹ Pierre Broué (2008) transcreveu parte da carta escrita pela Oposição dos 46.

quanto de Lenin, sobretudo deste último, que se dedicou ao estudo empírico do tema e à elaboração de uma teoria crítica em *O Estado e a revolução*. A fórmula permitia compreender a contradição do Estado operário, que abolira a propriedade burguesa dos meios de produção, mas manteve as normas de divisão do produto através do sistema de salários. Na Rússia, a escassez deu ao corpo burocrático o poder de atuar em benefício próprio, acumulando privilégios na distribuição dos bens, já que não tinha acesso à propriedade.

Duas tendências opostas crescem no seio do regime: desenvolvendo as forças produtivas – ao contrário do capitalismo estagnante – são criados os fundamentos econômicos do socialismo; levando ao extremo, por complacência em relação aos dirigentes, as normas burguesas de repartição, prepara uma restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de repartição não pode crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas socialistas terão de ser concedidas à propriedade socialista. (TROTSKY, 1980, p. 169).

Segundo Trotsky, essa burocracia não criara uma forma diferente de propriedade ou constituía uma nova classe, mas era o sintoma da diferenciação social persistente na União Soviética. No capitalismo, a burocracia representava politicamente o setor dominante socialmente, no stalinismo, a burocracia teria se tornado uma camada parasitária, que se elevava sobre as classes sociais para garantir seus privilégios, era bonapartista.

O título *A revolução traída* é coerente com as conclusões de Trotsky. A União Soviética continuava sendo um Estado operário, por causa da “nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e de troca e também o monopólio do comércio exterior” (TROTSKY, 1980, p. 172). Assim, o estrato burocrático traía o proletariado, mas não derrotara a revolução. Contraditoriamente, a casta privilegiada precisava defender a forma de propriedade estatal, que não era sinônimo de socialismo, mas era condição inicial de sua construção. Desse modo, os trotskistas deveriam defender a União Soviética de ataques externos a partir da compreensão de que se mantinha ali um Estado operário, posição sustentada por Trotsky até a morte.

As ideias de Trotsky não eram unânimes entre os membros de seu grupo ou mesmo na extrema-esquerda europeia. Em abril de 1939, o italiano Bruno Rizzi, ex-militante trotskista, publicou *A burocratização do mundo*, afirmando que a burocracia constituía uma nova classe que explorava a sociedade coletivamente, diferentemente do capitalismo, e acreditava estar em curso uma transformação histórica de maior magnitude.

O novo estado de coisas não era, como supunha Trotski, um intervalo burocrático ou uma fase transitória de reação, mas um novo estágio do desenvolvimento da sociedade, até mesmo um estágio historicamente necessário. Tal como o feudalismo

foi seguido não pela igualdade, liberdade e fraternidade, mas pelo capitalismo, assim este estava sendo seguido não pelo socialismo, mas pelo coletivismo burocrático. [...] O controle e planificação pelo Estado predominavam não só no regime stalinista, mas também nos regimes de Hitler, Mussolini e até mesmo Roosevelt. (DEUTSCHER, 2006, p. 517-518).

Ideias divergentes das teses de defesa incondicional da União Soviética brotavam entre os partidários de Trotsky. Em agosto de 1939, Alemanha e URSS assinavam um pacto que permitiu aos alemães marchar sobre a Polônia e aos russos a incorporação da Lituânia à sua zona de influência. Em outubro do mesmo ano, tropas soviéticas invadem a Finlândia. Na seção estadunidense da IV Internacional operava-se um deslocamento importante: James Burnham e Max Schachtman se aliaram para defender que a URSS perdera seu caráter operário e que suas ações militares eram imperialistas. Ao seu redor, formaram um grupo minoritário, mas que deslocou setores importantes do *Socialist Workers Party* (SWP) e dirigentes da IV Internacional, a exemplo de Mário Pedrosa.

Em setembro de 1939, com a abertura do debate no SWP, Trotsky preparou o documento “A URSS na guerra”, partindo das ideias de Rizzi e dos acontecimentos sugeridos pelo pacto Molotov-Ribbentrop para reafirmar as teses da IV Internacional sobre a União Soviética. O fundamental, para Trotsky, era identificar o que era uma disputa pela linguagem – camada parasitária ou nova classe, Estado operário ou coletivismo burocrático – e o que postulava uma mudança nas tarefas políticas da internacional. Se a divergência fosse apenas retórica, não haveria motivo para maiores problemas, no entanto, os questionamentos dentro e fora da IV indicavam que um grupo desejava a transformação da atitude dos trotskistas. Sendo assim, Trotsky explorou os pontos da divergência e inseriu o problema da guerra também sob o ponto de vista daquilo que merecia ser defendido pelo proletariado: a propriedade estatal.

Desse modo, na iminência do avanço russo sobre territórios ao oeste, Trotsky afirmava que a burocracia expandiria essa forma de propriedade e levaria as contradições da URSS aos outros países⁹²:

é mais provável que nos territórios que forem incorporados à URSS, o governo de Moscou atue expropriando os grandes proprietários e estatizando os meios de produção. Esta variante é a mais provável, não porque a burocracia continue sendo fiel ao programa socialista, mas porque não deseja e nem é capaz de tomar o poder e os privilégios que comparte com a velha classe dirigente nos territórios ocupados. [...] À medida que a ditadura bonapartista de Stalin se baseia na propriedade estatal, e não na privada, a invasão da Polônia pelo Exército Vermelho levará, por si só, à

⁹² De outra forma, essa questão permaneceu no centro das preocupações do movimento trotskista após a Segunda Guerra. A IV Internacional debateu o papel que a União Soviética desempenhava no Leste Europeu e discutiu que tipo de formação social e econômica surgiria na zona de influência de Moscou. Sobre os embates na IV Internacional – o processo de discussão opôs o grupo majoritário de Ernest Mandel às posições de Michel Pablo (pseudônimo do grego Michalis Raptis) – ver Márcio Lauria Monteiro (2016).

abolição da propriedade privada capitalista para que o regime dos territórios ocupados esteja de acordo com o regime da URSS. (TROTSKY, 2011, p. 40).

Como conclusão política, os territórios dominados deveriam ser defendidos diante de uma invasão nazista, pois as relações sociais progrediriam com a ocupação soviética, mas a questão evidenciava problemas que não poderiam ser deixados de lado, pois a transformação do caráter da propriedade seria realizada pelos métodos da burocracia e isso poderia suplantar a ideia da revolução dos trabalhadores. Dessa forma, as teses da IV Internacional continuavam corretas para Trotsky, pois consideravam a superioridade das relações sociais estabelecidas na URSS ao mesmo tempo em que pregavam a revolução política para remover a burocracia do poder, fórmula expressa em trechos como esse:

suponhamos que Hitler aponte seus canhões para o Leste e invada os territórios ocupados pelo Exército Vermelho. Sob estas condições, os partidários da Quarta Internacional, sem modificar de forma alguma sua atitude frente a oligarquia do Kremlin, colocarão como a mais urgente tarefa do movimento a resistência militar contra Hitler. Os operários dirão: “Não podemos deixar que Hitler derrote Stalin; essa é a nossa tarefa”. [...] Enquanto lutam, com armas nas mãos, contra Hitler, os bolcheviques-leninistas deverão ao mesmo tempo fazer propaganda revolucionária contra Stalin, preparando sua derrota para a próxima, talvez imediata, etapa. (TROTSKY, 2011, p. 42).

Os artigos de Trotsky reafirmando os princípios mantidos até aquele momento não foram suficientes para cessar as divergências, que se transformaram em cisão. Mário Pedrosa, em 9 de novembro, ainda residindo nos Estados Unidos e membro do Comitê Executivo Internacional (CEI) da IV Internacional, sistematizou suas posições no artigo “A defesa da URSS na guerra atual”, tornando a situação do organismo dirigente mais complexa, pois a posição minoritária no SWP tinha maioria na CEI.

Este organismo, que pouca atividade prática vinha mantendo até então, em novembro de 1939 repentinamente engajou-se na discussão e decidiu abrir, por proposta de Pedrosa, apoiado por Max Shachtman e C. L. R. James, a discussão em toda a IV Internacional sobre o caráter da União Soviética, que deveria ser feita por meio de boletim interno publicado em inglês e espanhol. Além disso, os quatro dirigentes acima mencionados, sem o menor cuidado na forma pela qual faziam isso – afinal eram dirigentes eleitos por uma conferência internacional e representavam, como tais, o conjunto da organização –, intervieram diretamente na discussão que se travou nas fileiras do partido norte-americano e acabaram abandonando quase que completamente o CEI. (KAREPOVS, 2001, p. 116-117).

Pedrosa defendia que as consequências da assinatura do pacto entre alemães e russos tornava urgente a discussão sobre o princípio de defesa da União Soviética. Para ele, o movimento agrupado na IV Internacional sempre reconheceu o direito dos russos às mudanças bruscas na linha política e aos acordos diplomáticos para evitar guerras ou

preservar a existência do poder soviético, mas a situação aberta, em agosto de 1939, seria diferente. O brasileiro via, pelo lado dos alemães, que Hitler mirava a Inglaterra ao chegar ao acordo com os russos e que esses se aproveitariam do desmanche do império colonial britânico para estabelecer um novo tipo de dominação sobre as revoluções coloniais. Como exemplo imediato, apresentava a expansão russa sobre os países bálticos e a iminente incursão sobre a Finlândia.

Ninguém, acredito, ousará afirmar que Stalin está prestes a libertar a Finlândia ou está indo lá para apoiar a montante revolução proletária. Ninguém seria capaz de dizer, tampouco, que, na atual conjuntura, a Rússia se defende de um ataque imperialista. Essa seria apenas uma guerra de banditismo de uma grande potência contra um pequeno país. Será, portanto, uma guerra de caráter extremamente reacionário contra um pequeno país. (PEDROSA, 2005, p. 300).

A caracterização de Estado operário degenerado não era diretamente questionada, mas as conclusões políticas eram opostas às de Trotsky. Pedrosa pregava, para a Polônia e a Finlândia, a tática do “derrotismo revolucionário”, posição que mobilizava a tradição bolchevique, pois havia sido Lenin seu elaborador durante a Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de uma tática de negação ao esforço patriótico de guerra, que defendia que o operariado não deveria lutar para evitar a derrota de suas burguesias, mas denunciar o militarismo, desenvolver agitação nas trincheiras, confraternizar com soldados adversários e transformar a guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia. No caso da Rússia, a derrota do czarismo teria consequências progressistas. Fazendo referência às palavras de ordem de Lenin, Pedrosa defendia atitude semelhante para o que acontecia duas décadas depois:

No caso da Rússia Soviética a atitude derrotista de parte de seu próprio proletariado seria ainda mais justificável. Pois, apesar de teoricamente ser classe dominante, ela não exerce nenhum controle nem assume qualquer responsabilidade pela política de seu Estado. Segundo Trotsky, o traço dominante desse estado é seu caráter dual: ele insiste sobre o fato de que essa dualidade em lugar de tender ao desaparecimento, cresce dia a dia. A lei burguesa do Estado que, no começo, só dominava no campo da distribuição, tende a invadir cada vez mais o campo decisivo da produção. (PEDROSA, 2005, p. 302).

Ainda sobre o campo da produção, Pedrosa afirmava que as bases do crescimento econômico soviético estavam esgotadas⁹³, levando a burocracia à pilhagem imperialista,

⁹³ O desenvolvimento da economia russa até então, segundo o texto de Pedrosa (2005), ocorrera através da acumulação socialista primitiva, realizada a partir da expropriação do campo e teorizada pelo ex-partidário de Trotsky e um dos signatários do manifesto da Oposição dos 46, Ievguêni Preobrajenski. Em seu livro *A nova economia*, Preobrajenski (1970) usa um capítulo para comparar os primeiros passos da Rússia soviética com o início do capitalismo, que se desenvolveu antes das revoluções burguesas. O socialismo, ao contrário, tinha que

movimento que serviria para fazer da burocracia uma nova classe social. Até mesmo o Programa de Transição era citado para embasar as hipóteses de Pedrosa. Repetiu-se o que já se afirmou sobre Burnham e Schachtman: “ambos passaram a afirmar que defendiam o trotskismo contra o próprio Trotsky” (DEUTSCHER, 2006, p. 529).

Quando tomou maiores proporções, a crise com os membros do CEI⁹⁴ levou Trotsky a dissolver o Comitê, desacreditando seus membros como direção política. Diante disso, Pedrosa enviou uma carta ao revolucionário russo relatando a fragilidade da IV Internacional e da centralidade que o partido norte-americano detinha para a existência da organização. Por fim, reclamava democracia e autonomia para que a direção da internacional questionasse as teses consolidadas desde a construção de uma fração por Trotsky nos anos 1920.

Parece-me que o bom método de preparar os quadros dirigentes da Internacional seria o de permitir a essa direção abrir caminho por si própria. O fato é que a guerra está aí e nós não estamos preparados para a tarefa, porque nossos quadros dirigentes não possuem ainda a autoridade necessária para conduzir da melhor maneira, entre as imensas dificuldades da hora, as tarefas revolucionárias que nos esperam. Os camaradas cresceram politicamente com o hábito de olhar sempre para o seu lado à procura de inspiração e de uma palavra orientadora [...]. É preciso conceder a esses camaradas a possibilidade de assumir essas responsabilidades. Para armar os quadros dirigentes da IV Internacional dessa virtude essencial para um líder revolucionário que é a confiança em si próprio não é necessário, segundo me parece, lançar sobre eles o descrédito, com o único objetivo de vencer na luta fracional atual ou de expulsá-los da organização, numa querela em que não se trata de traição à bandeira da IV Internacional. (PEDROSA, 2015, p. 471).

Trotsky comentou a carta de Pedrosa – que usava o pseudônimo Lebrun – em sua correspondência com James Cannon, principal nome da maioria do SWP:

Recebi uma carta de Lebrun sobre o C.E.I. Um tipo curioso! Essa gente crê que hoje, na época da agonia do capitalismo, nas condições da guerra e da clandestinidade que se aproxima, seria preciso abandonar o centralismo bolchevique em benefício de uma democracia ilimitada. Tudo está em desordem. Mas sua democracia só tem significação individual: “Deixe-me fazer o que me apraz”. Lebrun e Johnson foram eleitos ao C.E.I. na base de determinados princípios, e enquanto representantes de determinadas organizações. (TROTSKY, 2015, p. 473).

Além de Trotsky, Mário Pedrosa irritou a seção brasileira da IV Internacional, o Partido Socialista Revolucionário, e acabou tomando distância das tarefas da organização. Após o assassinato de Trotsky, Pedrosa voltou ao Brasil, passando por alguns países da

realizar a revolução proletária antes e só depois realizar uma acumulação socialista primitiva, entendida como “la acumulación en manos del Estado de recursos materiales sacados principal o simultáneamente de fuentes situadas fuera del complejo de la economía estatal” (PREOBRAZHENSKI, 1970, p. 116). Esta, teria como um de seus pilares, a exploração da extração forçada da produção realizada no campo.

⁹⁴ De acordo com Karepovs (2001), Mário Pedrosa, Max Schachtman e C.R.L James participaram de um encontro da minoria do SWP e subscreveram suas teses, além de apoiar a constituição de uma fração pública do partido.

América do Sul para debater o que ocorrera no SWP, mas não pôde ficar muito tempo em sua terra natal por causa da perseguição política. Assim, na primeira metade de 1941, retornou aos Estados Unidos e se afastou temporariamente de atividades políticas.

O endosso dado pelo PSR às posições originais da IV Internacional foi determinante para que Pedrosa perdesse legitimidade como representante das seções latino-americanas. Porém, havia outro trotskista brasileiro insatisfeito com as posições da corrente sobre a URSS e a guerra: Edmundo Moniz.

Não há registros de suas ideias em 1939 ou 1940, auge da discussão na IV Internacional, mas o tema ocupou espaço privilegiado na sua primeira década de atuação como colunista da imprensa. O primeiro registro de sua produção jornalística aparece na revista *Carioca*, em 1940, com o artigo “A literatura e os impulsos de vida e de morte”. Moniz quase sempre usou o seu espaço na revista para abordar o universo literário e filosófico dos séculos XIX e XVIII, mas foi nas páginas de *Carioca* que teve início a polêmica que marca o ponto de partida de seus textos sobre a Revolução Russa e seu legado.

Em setembro de 1943, Moniz publicou em *Carioca* um artigo sobre a edição brasileira do livro *Stalin*, biografia de autoria do prestigiado escritor alemão Emil Ludwig, que tentava manter um equilíbrio na avaliação das posições de Stalin e Trosky. O objetivo de Moniz não era comentar o conteúdo do livro, mas questionar a tradução ao português, sob responsabilidade da Editorial Calvino. A empresa, fundada em 1929, tinha como proprietário o médico e intelectual José Calvino Filho, e apesar de manter um catálogo variado em posições políticas, já demonstrava algum interesse pelas obras sobre a URSS e o comunismo.⁹⁵ Na década de 1940, quando publicou o *Stalin* de Ludwig, Calvino já atuava alinhado ao Partido Comunista Brasileiro.

Moniz comparou a versão brasileira com as edições publicadas na França e Argentina, e concluiu que a tradução para o português deturpava trechos em benefício de Stalin.

Para Ludwig, Stalin, que mostrou qualidades para suceder Lenine no poder, quase não havia contribuído para o êxito da revolução. Este pensamento se encontra na tradução francesa (Editions de la Maison Française, Inc. Nova York – 1942) pág. 62. e na tradução espanhola (Editora Inter-Americana – Buenos Aires – 1942) pág. 64. Mas não vemos, entretanto, na edição brasileira. Pode-se em vão procurá-lo no texto em que deveria figurar, isto é, na pág. 82. Ao mesmo tempo que a tradução portuguesa oculta a ação obscura e quase nula de Stalin na preparação da revolução, que levou os bolcheviques ao poder, põe em relevo como se pode verificar no

⁹⁵ Segundo Vinicius de Oliveira Juberte (2016), no catálogo dos primeiros anos da Editorial Calvino estavam livros como *Extremismo: doença infantil do comunismo*, de Lenin; *Os fundamentos do leninismo*, de Stalin e *Anarquismo e Socialismo*, de Plekhanov. Essa literatura, além das simpatias políticas do editor, indicava o crescimento do interesse dos leitores pela realidade soviética.

capítulo que trata das divergências militares entre Stalin e Trotsky por ocasião da guerra civil, a seguinte frase: “Nesse verão de 1918, Stalin salvou a Rússia e a Revolução”. Pág. 77. Esta frase, porém, não se acha na tradução francesa (pág. 57) nem tão pouco na edição argentina (pág. 59). (MONIZ, 4 set. 1943, p. 8).

Mas o exemplo principal estaria na citação a um documento importante para a história do trotskismo, a carta que ficou conhecida como o “testamento de Lenin”. Em dezembro de 1922, bastante debilitado e impossibilitado de escrever, Lenin começou a ditar uma carta dirigida ao congresso do Partido Comunista da URSS, tarefa que ocupou vários dias de seus encontros com suas secretárias. No trecho mais famoso de seu documento, Lenin analisou a personalidade e as qualidades políticas de alguns dirigentes bolcheviques (Bukharin, Trotsky, Zinoviev, Kamenev e Stalin), sem deixar de reconhecer defeitos e virtudes em todos eles. Sobre Stalin, Lenin concluía que a concentração do poder em suas mãos era temerária⁹⁶.

Como sabemos, o testamento de Lenin é um documento histórico amplamente divulgado no Brasil. Várias vezes já foi traduzido para o nosso idioma, inclusive pelo acadêmico Manuel Bandeira. Eis como este traduziu o seguinte trecho do referido documento:

“O camarada Stalin, tornado secretário-geral, concentra em suas mãos um enorme poder: e ‘não estou seguro’ de que ele saiba sempre usar esse poder com cautela”.

[...] Na edição francesa de “Stalin” de Ludwig, encontramos o seguinte:

“Le Camarade Staline, devenu Secrétaire Général du Parti, a concentré une puissance énorme entre ses mains et “je ne suis pas sûr” qu’il s’en serve toujours avec la prudence nécessaire”. Pág. 77.

Diz a tradução espanhola:

“El camarada Staline al convertirse en Secretario General del Partido ha concentrado un enorme poder y “no estoy seguro” de que siempre lo utilice con la prudencia necesaria. Pág. 76.

A edição brasileira transformou a negativa numa afirmativa. Vejamos:

“O camarada Stalin, tendo sido feito secretário-geral, concentrou um enorme poder nas suas mãos, e ‘estou certo’ de que sabe sempre usar esse poder com suficiente cautela”. Pág. 96. (MONIZ, 4 set. 1943, p. 8).

Havia um duplo movimento nas palavras de Lenin. Um era o alerta para o tamanho do aparato partidário e estatal, o outro era pensar na pessoa certa para deter esse poder. Assim, as advertências à postura de Stalin continuaram sendo ditadas nos dias seguintes. No dia 4 de janeiro de 1923, Lenin sentenciou que era preciso substituir Stalin do cargo que ocupava por um homem que tivesse outras características. Moniz destaca que a tradução trocava um termo usado por Lenin, amenizando o julgamento sobre Stalin:

quando Lenine aconselha, no P.S. do testamento, a substituição do secretário-geral do Partido, Stalin, por um outro que seja “mais leal”, o tradutor modifica a expressão do chefe bolchevique. É engraçado, mas é verdade: a necessidade do “mais leal” se transforma na necessidade do “mais cordato”. (MONIZ, 4 set 1943, p. 8).

⁹⁶ Jean-Jacques Marie (2008) detalha o processo de escrita e os acréscimos feitos a cada dia.

Outros trechos teriam sido suprimidos, dos quais Moniz faz citações. O “testamento” de Lenin confundia-se com a própria história do trotskismo. Primeiro, por ter sido redigido quando Lenin e Trotsky se aproximaram para enfrentar o problema da burocratização e encabeçar propostas que se chocariam com as de Stalin, como a questão das nacionalidades. Depois, pelo impacto de sua leitura e divulgação. Lenin morreu em janeiro de 1924, após meses de paralisia imposta pelas suas condições de saúde. A carta que se transformou em última vontade documentada, foi lida em maio daquele ano em uma reunião do Comitê Central. Foi um ferimento profundo em Stalin, pois a palavra de Lenin já havia sido sacralizada na URSS. Contudo, a leitura não teve maiores consequências: Zinoviev e Kamenev articularam a defesa de Stalin e Trotsky adotou uma postura de passividade, apenas assistindo ao desenrolar da reunião. Assim, “contra o protesto de Krupskaja, o Comitê Central aprovou, por esmagadora maioria de votos, a supressão do testamento” (DEUTSCHER, 1968, p. 151). No entanto, o documento continuava sendo um artefato importante nos embates políticos. Em 1925, o estadunidense Max Eastman⁹⁷, que convivera com Trotsky na Rússia e com ele partilhara informações, publicou *Since Lenin died*, narrando o que acontecera no Comitê Central após a morte do líder bolchevique e citando trechos de seu testamento. Acusado de ser responsável pela publicação, Trotsky escreveu uma reprovação ao livro de Eastman e ao conteúdo citado pelo autor. No ano seguinte, Eastman publicou o testamento completo no jornal *The New York Times*. Depois dos recuos de Trotsky em agitar as palavras ditadas por Lenin, o documento se tornou uma fonte de legitimidade para os opositoristas. Não por acaso, o Grupo Comunista Lenine publicou o testamento na primeira edição de *A Luta de Classe*.

A crítica de Moniz, levantada anos depois, teve resposta do editor José Calvino em uma nota da empresa, que argumentava ter feito a tradução diretamente da versão publicada em 1942 nos Estados Unidos. A questão foi transformada em polêmica e Moniz começou a usar o *Correio da Manhã* para travá-la, publicando seu primeiro artigo assinado no jornal. Para rebater a explicação da casa editorial, Moniz confrontou a edição publicada nos Estados Unidos com a versão brasileira:

⁹⁷ Max Eastman (1883-1969) foi um socialista nascido nos Estados Unidos e responsável pela revista *The Liberator*, que publicou, entre outras coisas, artigos do jornalista John Reed, autor de *Os dez dias que abalaram o mundo*. Segundo Robert J. Alexander (1991), Eastman recebeu uma cópia do testamento de Lenin das mãos de Trotsky e nunca o perdoou pela reprovação recebida após sua publicação. Ao longo da década de 1930 vai abandonando suas posições de esquerda e torna-se um defensor de ideias liberais e da perseguição aos comunistas empreendida pelo senador Joseph McCarthy.

Tenho sobre a mesa a referida edição norte-americana, que, ao contrário do que afirma Calvino, não é “original” e, sim, uma tradução de Mrs. Erna McArthur, circunstância que também ele omite. Confrontando-a com a edição de Calvino, pode-se verificar:

1ª – que esta última está cortada e adulterada em muitos pontos;

2ª – que as adulterações são sempre para prejudicar Trotsky e favorecer Stalin.

[...] Calvino exige a tradução de Erna McArthur. Nada mais justo. Diz ela: (pag. 82).

“Stalin is too rude, etc., etc. Therefore I propose to the comrades to find a way to remove Stalin from that position and appoint to it another man who in all respects, except in general superiority, differs from Stalin – namely, a man more patient, more loyal, more polite and more attentive to comrades, less capricious, etc”.

Na edição Calvino o “rude” se transforma em “indelicado” e o “mais leal” (ou mais fiel) em “mais cordato”. (MONIZ, 12 set. 1943, p. 3).

Moniz também denunciava que um capítulo inteiro havia sido suprimido no processo de edição pela Calvino. Eram nove páginas a menos, por causa da ausência de “Esboço de um retrato”, texto introdutório ao livro e que apresentava as impressões de Ludwig ao encontrar Stalin. Além do testamento de Lenin, Moniz destaca dois momentos que poderiam confundir o leitor. Em um deles, Ludwig citava os processos orquestrados contra a velha guarda bolchevique, marcados pelas confissões forjadas contra muitos dos que haviam feito a revolução. Em outro, o biógrafo desacreditava a pecha de agente estrangeiro lançada sobre Trotsky, denunciado como agente do imperialismo inglês ou das potências do Eixo, ao sabor da política externa soviética.

A submissão de Zinoviev, Kamenev, Bukharin e tantos outros a Stalin em nada adiantaria. É o próprio Ludwig quem diz:

“The oldest leaders prostrated themselves, only to perish afterward, deprived of all reputation” (pag. 97).

Calvino, maliciosamente, procurou deturpar o pensamento de Ludwig:

“Os mais antigos líderes prostravam-se para salvarem-se ou para perecerem depois de privados de toda sua reputação.” (pág. 114).

Agora, vamos focalizar uma deturpação ainda mais séria. Uma deturpação de cunho netamente partidário. Da edição argentina, transcrevi, em meu artigo da “Carioca”, a seguinte interrogativa de Ludwig que ele próprio se encarrega de responder: “Querian Trotsky e sus partidarios convertirse en fascistas a fin de gobernar? Sólo aquel que no haja visto personalmente a un revolucionario puede sospechar siquiere semejante perversion”. Vejamos a edição em inglês (página 107):

“Did Trotsky and his followers want to become Facists in order to rule? Only he who has never looked a genuine revolutionary in the eye can even consider such a perversion”.

Diz a tradução de Calvino:

“Queriam Trotsky e seus partidários fazer-se fascistas para gobernar? Só quem já fitou um genuíno revolucionário, pode imaginar uma tal perversão”. (MONIZ, 12 set. 1943, p. 3).

Para Moniz, a mudança da negação “quem nunca viu” para “quem já viu” alterara o sentido da afirmação, no mínimo retirando a aparente convicção de Ludwig sobre a inocência de Trotsky diante dessas acusações. O artigo considerava a discussão encerrada, mas José Calvino escreveu uma resposta, publicada no *Diário da Noite* e depois enviada ao *Correio da*

Manhã como direito de resposta.⁹⁸ O editor tentava explicar as divergências das traduções, dando como origem da versão brasileira “as últimas provas tipográficas” (CALVINO FILHO, 1 out. 1943, p. 5) enviadas pelo autor, documentação que não poderia ser conferida pelo crítico ou leitor. Portanto, a adição de capítulos, trechos ou divergências no texto, eram justificados pela diferença entre os papéis de Ludwig e a edição impressa. Calvino também comentou a crítica à tradução de alguns trechos citados por Moniz, afirmando que “no máximo, pode-se dizer que o tradutor usou palavras em português com certa impropriedade, porque poderia ser mais preciso” (CALVINO FILHO, 1 out. 1943, p. 5).

Além de buscar responder ao crítico, Calvino atuou politicamente. Mobilizou o ideário anticomunista no contexto do Estado Novo, ao escrever que Moniz “publicou em ‘Carioca’ uma maliciosa propaganda do comunismo, a pretexto de criticar o livro Stalin” (CALVINO FILHO, 1 out. 1943, p. 5). Além disso, lançou sobre Moniz o epíteto de “trotskista” e terminou defendendo o conteúdo para onde apontavam as supostas intervenções no livro de Emil Ludwig:

Se Stalin não expurgasse os comunistas trotskistas, que constituíram a quinta coluna na Rússia, hoje estaríamos sob os tacões nazistas e os “puros” trotskistas estariam no governo da URSS, embora essa fosse mutilada em territórios imensos que seriam dados a Alemanha e ao Japão, pela ajuda na traição infame. Hoje ninguém no mundo nega o valor da atitude de Stalin, levando às barras dos tribunais russos, que condenaram, em face das provas e confissões, antigos companheiros seus, que se preparavam para trair a URSS, em combinação com a Alemanha e Japão, a fim de tomarem conta do poder. [...] No Brasil, é convicção generalizada de que todos os integralistas que se mantêm fiéis às suas ideias são quinta-colunas ativos ou potenciais. Na Rússia, o integralismo era representado pelo trotskismo. [...] Portanto, o trotski-integralismo é inimigo perigoso do Brasil e das demais democracias. Aqui ou alhures, só há um recurso para se defender deles, é o processo russo, tão conhecido e há pouco referido com muita oportunidade, em vibrante discurso à mocidade, pelo bravo antifascista cte. Amaral Peixoto. (CALVINO FILHO, 1 out. 1943, p. 5).

As loas dirigidas a Stalin e ao “processo russo”, na verdade a repetição de um erro do jacobinismo, que fez a lâmina que deslizou pelo pescoço do monarca atingir também os próprios revolucionários, não receberam resposta direta. No entanto, ainda durante o mês de outubro, o *Correio da Manhã* publicou a tradução feita por Edmundo Moniz para o capítulo ausente na edição brasileira. “Esboço de um retrato” não exaltava a personalidade de Stalin, como pretendia Calvino, mas também não continha um conteúdo explosivo. Encerrou-se,

⁹⁸ José Calvino entrou com uma ação judicial e obteve uma decisão favorável. Porém, seu texto excedia o tamanho do artigo original e por isso não foi publicado na íntegra, tendo sido interrompido ao ultrapassar o limite de caracteres.

assim, a polêmica que deu início à trajetória de Edmundo Moniz como colunista regular do *Correio da Manhã*.

No ano seguinte, a colaboração de Moniz com o jornal apareceu em alguns textos acerca de escritores e filósofos, sem tratar diretamente da conjuntura política ou das questões vinculadas ao marxismo. Entretanto, em 1945, o projeto de criar um campo de esquerda independente dos comunistas e de sua aproximação com Vargas, levou-o à luta política, fazendo do jornal uma de suas tribunas. Nesse momento, também ocorreu o enfrentamento teórico de suas posições sobre a União Soviética e o “trotskismo”. Desse modo, se não há registro, em 1940, de suas opiniões sobre a ruptura com a IV Internacional, alguns anos depois Moniz desenvolveu uma longa elaboração sobre a Revolução de 1917 e o tipo de sociedade formada a partir de então. O ponto de partida foi uma polêmica envolvendo a nova fase da revista *Diretrizes*, publicação fundada em 1938 por Samuel Wainer e que circulou até 1944, quando teve início um período de suspensão, encerrado na primeira metade do ano seguinte. O ressurgimento de *Diretrizes* leva o jornal *A Noite* a publicar uma nota chamando a publicação de periódico trotskista. O presidente da revista e ex-presidente da ANL, Herculino Cascardo, usou as páginas do *Correio da Manhã* para comentar a notícia de *A Noite*.

Todos que me conhecem sabem que nunca fui comunista e que sempre lutei pela democracia popular e pelos direitos do povo de meu país. Quanto ao “trotskismo” é uma corrente cujas ligações com o nazismo ninguém ignora e eu não poderia ser, ao mesmo tempo, antinazista e trotskista. (CASCARDO, 15 mai. 1945, p. 14).

A resposta viria dias depois. Edmundo assinou um artigo no qual discutia os sentidos do termo “trotskista”. Para ele, essa marca era lançada sobre “os elementos que permanecem fiéis aos princípios fundamentais do socialismo científico” (MONIZ, 18 mai. 1945, p. 2), não constituindo, dessa forma, uma ramificação do marxismo. Assim, seu autor escapava de responder acerca da particularidade de sua ligação passada e presente com uma corrente política definida, já que “o trotskismo não constitui nem poderia constituir nenhum movimento com características próprias dentro do campo do socialismo científico” (MONIZ, 18 mai. 1945, p. 2). Era o sintoma da vitória que o stalinismo teve sobre Trotsky e sua organização, pois ao tachar como desvio todas as críticas e divergências, oficializando seletivamente o pensamento de Lenin e Marx, os adversários arrastaram Trotsky ao terreno da discussão de sua fidelidade a dogmas construídos por cima de uma teoria social.

O texto procurava ainda desqualificar a associação entre trotskismo e nazismo, argumentando que isso faria parte da longa trajetória de calúnias lançadas sobre os

revolucionários do passado, como o próprio Lenin, que voltando à Rússia em 1917 pelos caminhos abertos pelos alemães, era acusado de ser um de seus agentes.

As diferenças que levaram o jornalista à ruptura com a IV Internacional começaram a ser comentadas em 1946. Em março, o jornal *Tribuna Popular*, periódico comunista, publicou uma matéria sobre o encontro de Prestes com funcionários da Justiça. Na ocasião, o então senador foi perguntado sobre qual posição os comunistas brasileiros adotariam caso um governo do seu país participasse de uma guerra contra a União Soviética. Prestes respondeu que agiriam da mesma forma que “o povo da resistência francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Pétain e Mussolini [...]. Se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional” (TRIBUNA POPULAR, 16 mar. 1946, p. 2). Era a aplicação da tática do derrotismo revolucionário.

A declaração de Prestes foi duramente explorada pelos adversários dos comunistas. O PCB conquistara a legalidade em novembro de 1945 e seu desempenho eleitoral no mesmo ano – foram 14 deputados federais e um senador eleito – certamente preocupava a burguesia nacional, que encontrou aliados nos editoriais dos grandes jornais. Heber Ricardo da Silva (2009) investigou a campanha contra Prestes e seu partido nas páginas do *Estado de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, “os quais dirigiram pesadas críticas às declarações de Prestes e o acusaram de ‘traidor da pátria’, ‘agente de Moscou’, ‘fanático’, ‘ambicioso’, ‘sem escrúpulos’, entre outros termos ofensivos” (SILVA, 2009, p. 167). As acusações lançadas contra os comunistas, chamados de agentes estrangeiros e sua organização de instrumento de propaganda soviética em território nacional, constituíram uma bandeira que serviu de fundamento para os deputados Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, ambos pertencentes aos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pedirem o cancelamento do registro legal do PCB.⁹⁹ Na ocasião, Moniz denunciou que o fechamento do Partido Comunista arriscava a democratização do país e chamava a propaganda ao redor do pedido de cassação do partido de uma espécie de “Plano Cohen”, servindo a um retrocesso autoritário.

No entanto, apesar de defender a legalidade do PCB, Moniz também atacou a fala de Prestes, com termos não muito distantes dos utilizados pelos editorialistas burgueses. No fim do mês de março, a coluna de Moniz no *Correio da Manhã* trouxe o título de “A Rússia e o socialismo”, que se transformaria no nome de uma série de artigos escritos durante vários

⁹⁹ A legalidade do Partido Comunista Brasileiro foi cassada em maio de 1947 pela Justiça Eleitoral.

anos. A repercussão das palavras de Prestes parece ter despertado a necessidade do colonista expressar detalhadamente suas posições sobre a União Soviética:

Luís Carlos Prestes finalmente se definiu como um servidor incondicional da União Soviética [...]. Estará decididamente ao lado da Rússia mesmo que, entre as nações que a guerrearem, estiver o Brasil [...]. A declaração de Prestes é séria e merecedora de uma análise cuidadosa e especial. Que o secretário do PCB seja ou não um traidor da pátria, desempenhando o papel de agente ou de espião de uma nação estrangeira, isto é lá com ele e a contraespionagem, ou seja, com o aparelho estatal da “burguesia progressista”, e está fora, portanto, de nosso campo de ação. Mas Luís Carlos Prestes fala em nome do comunismo, em nome de Marx e Lenin e, indiscutivelmente, ainda goza da confiança política de uma grande parte da classe trabalhadora. (MONIZ, 31 mar. 1946, p. 1).

O texto escrito para comentar a declaração de Prestes mobilizava as principais ideias de Moniz sobre a URSS e o capitalismo de seu tempo. Foi o ponto de partida de um longo debate sobre as formas sociais e econômicas desenvolvidas após o processo revolucionário que ele considerava derrotado.

a Primeira Guerra Mundial criou as condições necessárias para que o Partido de Lenin e de Trotsky chegasse ao poder e fosse estabelecida a ditadura do proletariado. De suas entranhas chamejantes nasceu a revolução de 1917. A segunda guerra desempenhou o papel de coveiro, enterrando completamente a obra dos bolcheviques russos. A contrarrevolução na Rússia desenvolveu-se lentamente e, só depois de quase vinte anos, é que ficou bem caracterizado de que não se tratava mais de um Estado operário degenerado, mas de um novo Estado capitalista. (MONIZ, 31 mar. 1946, p. 1).

O lento desenrolar da contrarrevolução não foi nomeado, mas nos artigos seguintes ele ganha definição: reação thermidoriana. O termo tinha origem no calendário instituído 1792 na França pelos revolucionários, onde *Thermidor* era um dos meses do verão e, politicamente, ficou marcado pela queda de Robespierre e dos jacobinos, em 1794, quando foram substituídos por um governo de face marcadamente burguesa.¹⁰⁰ A analogia era aprofundada por Moniz em seu artigo seguinte, “A Rússia e a Revolução Francesa”. Para ele, os dois processos tiveram fundamentalmente o mesmo papel: realizar as tarefas burguesas necessárias à acumulação do capital:

A burguesia, na Rússia, como na França, necessitou da intervenção violenta do povo para aniquilar o feudalismo e o absolutismo monárquico, que ali ainda vigoravam. “Depois da queda de Robespierre, ainda é Marx quem diz, o progresso político que

¹⁰⁰ Para Albert Soboul (2007) essa foi a essência da reação thermidoriana, pois embora o governo do terror jacobino tenha sido contraditório nas medidas dirigidas aos mais pobres, alimentando o povo, controlando preços mas achatando salários, ele simbolizava o movimento popular. Com a derrota de Robespierre, “a burguesia, tendo conservado da experiência do ano II uma recordação horrenda (sua liberdade restringida, o lucro limitado, gente humilde impondo a própria lei), com sua consciência de classe endurecida e reforçada, organizou zelosamente seu poder. (SOBOUL, 2007, p. 81)

havia querido superar-se a si mesmo, que havia pecado por excesso de entusiasmo, começou somente a realizar-se prosaicamente”. Foi exatamente o que aconteceu na Rússia depois da morte de Lenin, no exílio de Trotsky e do fuzilamento das figuras mais significativas do partido bolchevique. [...] A revolução russa, como a revolução francesa, teve períodos semelhantes: o thermidoriano, o bonapartista e finalmente o da restauração da burguesia. Stalin representou consecutivamente o papel dos termidorianos, de Bonaparte e dos consolidadores do poder capitalista. (MONIZ, 14 abr. 1946, p. 1).

A analogia com a França encontrava seu limite ao discutir o significado histórico dos dois processos. Para Moniz, a revolução no país dos jacobinos tivera efeitos progressistas para o mundo, enquanto na Rússia ela desempenhou, após a morte de Lenin, um obstáculo ao movimento operário internacional. Era esse o sentido da crítica ao que Prestes dissera sobre um possível conflito bélico envolvendo a União Soviética e o Brasil. Se para Moniz não havia Estado operário e a URSS era uma potência imperialista, não existiam motivos para sair em sua defesa. A tentativa socialista, derrotada pela contrarrevolução burguesa teria originado um capitalismo diferente do que se observava em parte do globo, tese que Moniz foi desenvolvendo aos poucos.

o atual capitalismo russo não se firmou sob a forma do capitalismo financeiro e sim sob a forma do capitalismo de Estado que é uma forma capitalista ainda mais desenvolvida. Na economia mundial, temos que dizer, a Rússia, em relação ao capitalismo financeiro, representa um passo para a frente, mas em relação ao socialismo, não podemos ocultar, representa um passo para trás. (MONIZ, 1 dez. 1946, p. 1).

Capitalismo de Estado era um conceito bastante comum no debate entre os comunistas durante o século XX por causa da NEP russa. Lenin tratou diversas vezes do problema teórico e político da forma econômica pela qual se realizava a transição do capitalismo para o socialismo, pois capitalismo de estado seria um modo de gestão do capital onde parte significativa das empresas encontrava-se sob propriedade estatal. Entretanto, para Lenin, o caso russo era diferente, pois era o proletariado que detinha o controle do Estado.¹⁰¹ Trotsky viu o fim da NEP, a expropriação dos *kulaks* e a manutenção da base estatal da propriedade na Rússia. Assim, pôde abordar em *A revolução traída*, o problema do capitalismo de Estado já rodeado pelos questionamentos dos que viam na URSS uma formação econômica capitalista. Em certa medida, respondia à postulação de Lenin sobre a novidade do fenômeno do

¹⁰¹ No discurso de abertura ao XI Congresso do Partido Comunista Russo, Lenin delimitou o debate e advertiu da novidade sobre a qual eles tinham de atuar: “El capitalismo de Estado, según toda la bibliografía sobre problemas económicos, se refiere al que existe bajo el sistema capitalista, donde ciertas empresas capitalistas se encuentran bajo el control directo del Estado. Pero el nuestro es un Estado proletario, se apoya en el proletariado, da al proletariado todas las ventajas políticas, y por intermedio del proletariado atrae a las capas bajas del campesinado. (...) es necesario recordar lo fundamental: que no hay teoría ni libro que trate de un capitalismo de Estado del tipo del nuestro, por la sencilla razón de que todas las nociones habituales relacionadas con estas palabras se asocian a la dominación burguesa en la sociedad capitalista”. (LENIN, 1978, p. 246-247)

capitalismo de estado sob uma revolução dos trabalhadores, diferenciando o aumento do papel regulador e interventor do aparelho estatal nas economias capitalistas¹⁰² do caso soviético, que era a “primeira concentração dos meios de produção nas mãos do Estado que a história conhece” (TROTSKY, 1980, p. 171).

A abordagem de Moniz é de reescrita das teses exploradas em *A revolução traída*, começando pelo caráter do Estado. A burocracia, no lugar de uma casta parasitária, transformara-se em uma nova burguesia, gestando, naquele país, um tipo de capitalismo que mesclava elementos novos aos já tradicionais de valorização do capital. O jornalista tentava articular o método da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para fundamentar suas ideias, assim como pensar uma certa “contrarrevolução” permanente:

A Rússia é um exemplo de que, nos países atrasados, a contrarrevolução se pode processar juntamente com a revolução democrática-burguesa, tendo um caráter permanente tal como a revolução de 1917 que poderia ser simultaneamente democrática e socialista, e chegou mesmo a sê-lo, mas foi esmagada devido a certos fatores econômicos e políticos de ordem internacional. (MONIZ, 1 dez. 1946, p. 1).

O resultado da contrarrevolução na Rússia era uma forma capitalista, que convencera Moniz de ser uma tendência geral do sistema. Assim, Estados hipertrofiados, detentores em maior ou menor grau do controle sobre os meios de produção, dariam a tônica da dinâmica mundial a partir de então. A definição dessa nova época histórica o ocupa no final de 1946, quando ele dedicou outros três artigos à questão da Rússia¹⁰³ e mostra que os pontos por ele debatidos não eram apenas frutos de uma meditação pessoal. Em agosto de 1945, surgiu o jornal *Vanguarda Socialista*, projeto que tinha Mário Pedrosa à frente, mas no qual participavam outros ex-trotskistas, como Hilcar Leite, Geraldo Ferraz e Edmundo Moniz. A primeira edição do periódico trouxe uma carta de intenções, bastante fiel à pluralidade que se encontra na publicação:

VANGUARDA SOCIALISTA, como o nome indica, visa fazer a propaganda da ideia socialista e preparar, sem imediatismo ou tempo marcado, quadros para o futuro. Não é órgão de nenhum partido, não está sujeita a nenhuma disciplina partidária; é um trabalho coletivo de vários companheiros irmanados por um mesmo ideal e mais ou menos estruturados pela mesma base cultural marxista. [...] Não é um jornal de agitação para a massa; é um jornal de vanguarda. Isso significa que não visa lançar uma ideia, ou um objetivo exclusivo para uma multidão, e bater e rebater

¹⁰² Mandel (1982) tratou do fenômeno da intensificação do papel do Estado no capitalismo mas se manteve nos marcos daquilo que Trotsky apontou em sua obra, destacando a tendência do aparelho estatal aumentar a intervenção na economia, mas estabelecendo claramente que isso não significava um movimento de incorporação gradual da propriedade ao controle do Estado.

¹⁰³ São eles: “Capitalismo de Estado e não Estado Operário degenerado” (MONIZ, 8 dez. 1946, p. 1); “O capitalismo de Estado” (MONIZ, 22 dez. 1946, p. 1); “Nacionalização e socialização” (MONIZ, 29 dez. 1946, p. 1).

na mesma tecla até que a massa aja em consequência dessa agitação; queremos lançar muitas ideias, disseminar um corpo de ideias para os indivíduos, os pequenos grupos a fim de que esses, organizando-se e orientando-se por elas, se reúnam e se preparem para uma ação sistematizada e esclarecida sobre o que se chama as largas massas. (VANGUARDA SOCIALISTA, 31 ago. 1945, p. 1).

Na elaboração do grupo, a questão da União Soviética era importante, aparecendo, na maioria das vezes, em textos escritos por Mário Pedrosa¹⁰⁴ ou em publicações do grupo, como o folheto contendo o texto “A Revolução Russa”, escrito por Rosa Luxemburgo e prefaciado por Pedrosa¹⁰⁵. A *Vanguarda Socialista* foi importante para Moniz por mais de um motivo. Ela o ajudava a não cair no isolamento político e as ideias que circulavam entre os membros do jornal estruturaram as teses que defendia no debate público no pós-guerra. Havia também a abertura de espaço para a publicação de autores pouco reivindicados pela militância comunista forjada pelo impacto da revolução de 1917, como Karl Korsch, Karl Kautsky e a própria Rosa Luxemburgo.

Dessa circulação de ideias, surge algo de original nas teses de Moniz, assim como o texto de Pedrosa em 1940 não era uma imitação das posições postas em circulação nos Estados Unidos. Enquanto Pedrosa procurava, na maioria das vezes, realizar o balanço histórico da revolução na Rússia para encontrar os equívocos que a levou ao stalinismo, a preocupação de seu companheiro de *Vanguarda* era com a resposta à pergunta “o que é a União Soviética?”. Além disso, ganhava importância a capacidade de estabelecer prognósticos para a situação que integrava o contexto internacional e a luta política no Brasil. Assim como Rizzi e seu “coletivismo burocrático”, Moniz tratava o capitalismo de Estado como uma etapa histórica, mas, chegava a conclusões opostas ao italiano. Rizzi via sociedades burocratizadas como respostas à incapacidade da classe operária tomar o poder e socializar a propriedade, já Moniz tomava o capitalismo de Estado como o desenvolvimento da economia capitalista, sem o verniz de progresso que Rizzi aplicou sobre o novo momento. Na verdade, seus contornos eram catastróficos. Moniz buscou em Karl Kautsky o debate sobre a possibilidade de uma forma superior de imperialismo, mas transformou suas conclusões. Kautsky não via a guerra como consequência inescapável do desenvolvimento do capitalismo e, escrevendo em 1914, supunha que um “ultra imperialismo” ou “super-imperialismo” vigoraria após o conflito.

Escrevendo já com a segunda guerra concluída, Edmundo Moniz retomou o conceito de Kautsky, que pode ser definido como “a aliança entre as maiores potências capitalistas, que

¹⁰⁴ Sobre a abordagem de Mário Pedrosa à história da Revolução Russa, ver Isabel Loureiro (1985).

¹⁰⁵ Karepovs (2017) destaca a importância dessa tradução para a época, pois o texto só foi publicado na República Democrática Alemã em 1975 e na União Soviética em 1990.

abandonam a luta para cooperar em paz e levar adiante a repartição definitiva do mundo” (VILLA, 1976, p. 69, tradução nossa)¹⁰⁶, mas demarcava sua diferença com o socialista alemão:

O raciocínio de Kautsky era lógico e bem apresentado dentro do ponto de vista puramente econômico, ou seja, como abstração, se se prolongasse mentalmente ao infinito a curva do desenvolvimento capitalista. Mas levando em conta o desenvolvimento concreto, a realidade se apresentava de um outro modo e, em vez do desenvolvimento pacífico para “um único truste mundial”, o que se verificava é que só a guerra poderia remediar, dentro do capitalismo, a discordância existente entre a evolução das forças produtivas e a acumulação do capital, bem como a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro. (MONIZ, 13 abr. 1947, p. 1).

Portanto, no lugar de uma racionalidade pacífica de grandes potências, Moniz afirmava que o mundo via nascer o processo de submissão dos capitalistas individuais aos países imperialistas, que disputariam não mais o incremento de suas posições no mercado mundial, mas o domínio total sobre o globo. Nesse cenário, a União Soviética já se apresentava sob a forma ideal e se transformava, na produção intelectual de Moniz, no principal inimigo do movimento operário. O mundo estaria dividido entre totalitarismo e democracia, onde Moniz enxergava uma classe trabalhadora ativa¹⁰⁷:

A democracia, na Inglaterra ou na América do Norte, não é o governo de Truman nem o ministério trabalhista, e sim a força política das massas populares. As classes trabalhadoras bem como parte das classes médias e mesmo da burguesia, que poderemos chamar de liberal, reagem energicamente contra qualquer restrição ao regime democrático. A tendência do governo, particularmente nos Estados Unidos, é marchar para a direita. A grande burguesia americana não chegou ainda ao fascismo porque, no momento, não o julga necessário ou teme a guerra civil, cujas consequências são imprevisíveis. O grande empecilho é a tradição democrática do povo, as organizações sindicais, a imprensa livre, a força da opinião pública, tudo enfim, que só pode ser destruído pela contrarrevolução, tal como já sucedeu na Rússia totalitária. (MONIZ, 29 fev. 1948, p. 1).

Totalitarismo não era um conceito estranho à militância de esquerda. Enzo Traverso (2001) afirma que após a coletivização da propriedade rural na União Soviética, totalitarismo

¹⁰⁶ Do original: “la alianza entre las más grandes potencias capitalistas, que abandona la lucha para cooperar en paz y llevar al cabo el reparto definitivo del mundo” (VILLA, 1976, p. 69).

¹⁰⁷ Era importante para Edmundo Moniz evitar se confundir com um suposto apoiador do governo dos Estados Unidos, pois no início de 1948 já estavam dados os contornos da Guerra Fria e a política externa estadunidense sofrera a reorientação comandada por Harry Truman. Internamente, o conflito com os comunistas embasou uma política autoritária sobre a livre organização dos trabalhadores, marcada, na década de 1940, pela aprovação da Lei “Taft-Hartley”, que exigia “como condição para investidura no cargo de direção sindical o juramento de não ser o investido adepto do comunismo” (VALIM, 2006, p. 146). Aprovada em 1947, a lei foi um dos exemplos do crescimento do anticomunismo no país, levado ao ponto mais alto com a atuação do senador Joseph McCarthy, que comandou comissões de investigações contra líderes políticos, intelectuais e artistas acusados de colaboração com a União Soviética. Sobre as mudanças na política externa dos Estados Unidos após a morte de Roosevelt, ver Sidnei Munhoz (2020, p. 83).

ganhou espaço no vocabulário da esquerda dissidente, mesmo que ainda não tivesse formulação teórica estabelecida ou mesmo uma função conceitual.¹⁰⁸ Como exemplo, cita a carta enviada por Victor Serge¹⁰⁹ aos amigos franceses, quando foi enviado como prisioneiro à Sibéria. Nela, o escritor chamava a União Soviética de “Estado totalitário” (TRAVERSO, 2001, p. 50-51).

Na segunda metade da década de 1930, “totalitário” também era um termo encontrado nos escritos de Trotsky. Em *A revolução traída*, aparece em trechos que indicam o significado atribuído pelo autor, mas não é objeto de uma teorização mais demorada. Diz Trotsky que a União Soviética, sob o domínio stalinista “adquirira um caráter totalitário alguns anos antes que o termo nos viesse da Alemanha. ‘Com a ajuda de métodos desmoralizantes que transformam os comunistas pensantes em autômatos, liquidando a vontade, o caráter, a dignidade humana’, escrevia Rakovsky em 1928” (TROTSKY, 1980, p. 72). Porém, na esquerda, a difusão da categoria como expressão de uma etapa do desenvolvimento capitalista não pertencia a Trotsky e era, em parte, um dos traços que alimentavam as divergências de Rizzi e James Burnham com a IV Internacional. Por vezes, o próprio líder exilado era elencado como um dos culpados pela origem do totalitarismo na URSS.¹¹⁰

O termo, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, perdeu força entre os marxistas – mesmo que fosse a minoria deles – como categoria capaz de identificar pontos em comum entre fascismo e comunismo, pois o conflito colocou União Soviética e Alemanha em campos opostos. O fim da Segunda Guerra – e início da Guerra Fria – marcou o apogeu da noção de totalitarismo, que ganhou ares de teoria e foi amplamente difundido.

Sem dúvida, esta canonização se fará ao preço de uma mutação relevante: mais que uma função crítica frente aos regimes existentes – como nos anos 30 –, o conceito de

¹⁰⁸ Segundo Enzo Traverso (2001), o “totalitarismo” pode ser entendido a partir das suas três vertentes: os regimes totalitários como fatos, o conceito que procura dar conta de uma novidade e uma teoria que faz do conceito uma chave de entendimento de realidades distintas. Embora tenha sido definido de diferentes maneiras a partir da ascensão de Mussolini ao poder em 1922, o Estado totalitário pode ser entendido como uma forma política que “se presenta como una ‘religión laica’ que disgrega la sociedad civil y transforma el pueblo en una comunidad de fieles. El individuo es triturado, absorbido y anulado por el Estado, que se erige con una unidad compacta en la cual las singularidades se disuelven y los hombres se hacen masa” (TRAVERSO, 2001, p. 21).

¹⁰⁹ Victor Serge (1890-1947) foi um militante libertário nascido em Bruxelas e que aderiu ao bolchevismo após a Revolução Russa. Era da elite intelectual dos revolucionários no poder e se tornou um opositor na década de 1930. Preso em 1933 e enviado à Sibéria, foi deportado para a França em 1935. Victor Serge escreveu vários livros e o seu relato autobiográfico foi publicado com o nome de *Memórias de um revolucionário* por escolha de um editor. Entretanto, os papéis de Serge apontam que ele pensou em alguns nomes para a obra, dentre os quais “Da Revolução ao totalitarismo”.

¹¹⁰ Traverso (2001) fala de Rudolf Hilferding, que durante a Segunda Guerra escreve um ensaio sobre as economias nacionais sob o totalitarismo e culpa o bolchevismo, não apenas o stalinismo, como responsável pela supressão da democracia na Rússia. Outras abordagens que enxergam no stalinismo uma etapa desenvolvida do bolchevismo são elencadas por Salvadori (1986).

totalitarismo assumia uma função essencialmente apologética da ordem ocidental, dito de outro modo, se transformava em ideologia. (TRAVERSO, 2001, p. 83).

Segundo Enzo Traverso (2001), aconteceu um deslocamento geográfico (da Europa aos Estados Unidos), social (dos revolucionários perseguidos para os intelectuais emigrados) e político (da esquerda para a direita), do núcleo de elaboração ao redor do conceito de totalitarismo. Para o movimento trotskista, o período entre 1945 e 1960 foi de abandono do conceito¹¹¹, ação lamentada pelo autor, que enxerga uma abdicação da disputa pelo seu sentido. Domenico Losurdo tem uma posição distinta sobre a história do totalitarismo como fenômeno, conceito e teoria. Para ele, “não há dificuldades em constatar as analogias entre a URSS staliniana e Alemanha nazista” (LOSURDO, 2006, p. 76), o problema reside na passagem da categoria à teoria, que transforma a comparação oriunda da análise empírica em uma explicação geral sobre processos políticos distintos. Seria possível encontrar um exemplo dessa arquitetura teórica em *As origens do totalitarismo*, livro escrito por Hannah Arendt, em 1951, a partir de textos da década anterior, e que, segundo Losurdo, consolidou uma hegemonia sobre a interpretação do conceito. A obra, que na década de 1940 tratava do imperialismo e do antissemitismo, “adaptou-se em cheio às exigências da guerra fria” (LOSURDO, 2006, p. 66).

Parte dos que insistiram no uso de totalitarismo como categoria e na ideia da nova classe de burocratas abandonou o marxismo e a esquerda, como James Burnham, que em maio de 1940, rompeu com o novo partido criado da divergência no seio do SWP. Em seu comunicado à direção nacional do *Workers Party*, Burnham foi assertivo:

A luta fracional no interior do Socialist Workers Party (SWP), seu final e a recente formação do Partido Operário foram, no meu caso, a oportunidade inevitável para que eu revisasse minhas próprias convicções teóricas e políticas. Esta revisão mostrou-me, sem qualquer exagero terminológico, não posso mais me considerar, ou deixar que me considerem, um marxista. Entre os mais importantes postulados que têm sido associados ao movimento marxista em suas variantes reformistas, leninistas, stalinistas e trotskistas, não existe, na verdade uma só que eu aceite. Considero esses postulados falsos, obsoletos ou sem qualquer significado. [...] Como vocês sabem, eu rejeito a “filosofia do marxismo”, o materialismo dialético. Na verdade, nunca aceitei esta filosofia. No passado eu fugi desta contradição, afirmando que a filosofia era “sem importância” e que “não tinha relação” com a prática e a política. (BURNHAM, 2011, p. 268).

O defensor das teses da dominação mundial de burocratas não poupou as concepções marxistas sobre todos os domínios da realidade, considerava o marxismo teleológico e o

¹¹¹ A esquerda, sobretudo após 1968, retomou o conceito de totalitarismo em suas análises, caso de Herbert Marcuse e de alguns intelectuais vinculados ao grupo Socialismo ou Barbárie, como Claude Lefort e Cornelius Castoriadis.

modelo de partido erigido sobre a experiência bolchevique, antidemocrático. O caso de Edmundo Moniz é diferente. Ele não deixou de se considerar marxista, mas sua ruptura com Trotsky o levou a um antistalinismo radical, responsável pelas premissas que sustentaram as interpretações que fez sobre os fenômenos políticos e sociais até 1955. No trabalho de caracterizar a revolução traída como revolução derrotada, tentando responder ao questionamento sobre o que era a União Soviética e como se estruturavam as relações sociais após a reação thermidoriana, Moniz deixou o grupo que orbitava ao redor da *Vanguarda Socialista* por causa da aproximação de Pedrosa e seus membros com o Partido Socialista Brasileiro, que ele considerava um satélite stalinista.¹¹² Nos seus textos, entre 1945 e 1952, não deixou de fazer referência a obras que serviram à propaganda anticomunista durante a Guerra Fria. Comentou a publicação de *I chose freedom*, de Victor Kravchenko¹¹³, continuava atento ao que James Burnham escrevia e era leitor dos romances de Artur Koestler.¹¹⁴ Os dois últimos ocuparam, no âmbito cultural, papel central na elaboração de uma política contra a União Soviética, como mostra Frances Stonor Saunders (2008). A relação de Moniz com essa literatura é complexa. Ele demarcava suas diferenças com Burnham, por exemplo, ao comentar o livro *A luta pelo mundo*, lançado no Brasil em 1948, mas era um de seus leitores:

Longe estamos de aceitar as opiniões que James Burnham expôs em seu trabalho “A luta pelo mundo”, que tanto alarido causou ao ser lançado após a segunda guerra. Não podemos deixar, entretanto, de assinalar as suas justas observações sobre o começo do novo conflito já em estado embrionário antes mesmo da derrocada militar dos países do eixo. Burnham, em seu livro, [...] mostra-se de uma lamentável cegueira no tocante a situação interna da Rússia. De sua incompreensão do capitalismo de estado, que adveio com a contrarrevolução stalinista, é que se origina a fragilidade de sua visão de conjunto. (MONIZ, 24 out. 1948, p. 1).

Também procurava diferenciar a sua crítica da cruzada anticomunista e buscava legitimidade na literatura produzida pelos que passaram pelas fileiras comunistas, caso de Artur Koestler. Na sua argumentação, essas obras ganhavam importância, pois estavam distantes da linguagem reacionária que constituía parte da propaganda contra a União Soviética.

¹¹² O processo de construção de um polo independente das esquerdas no Brasil é assunto do segundo capítulo.

¹¹³ Victor Andreevich Kravchenko (1905-1966) foi um funcionário do governo soviético nos Estados Unidos que deixou o seu cargo em abril de 1944 e rompeu publicamente com a União Soviética. O seu relato sobre a União Soviética foi publicado originalmente nos Estados Unidos em 1947. O livro foi assunto do artigo “A Rússia e o socialismo: o depoimento de Kravchenko” (MONIZ, 15 jun. 1947, p. 1).

¹¹⁴ Artur Koestler (1905-1983), nascido em Budapeste, militou no Partido Comunista durante a década de 1930, momento em que visitou e escreveu sobre a União Soviética. Abandonaria o comunismo em 1938, sob o impacto dos processos contra a velha guarda bolchevique.

Sobre a Rússia de Stalin existe uma vasta literatura amplamente divulgada. Mas é preciso saber distinguir o que, realmente, tem valor histórico e o que não passa de simples propaganda política. Muitos livros de ataque à Rússia são, de todo, contraproducentes e contribuem para aumentar as ilusões das massas quanto ao seu papel revolucionário. Combater a Rússia pelo lado da direita não é a mesma coisa que combatê-la pelo lado da esquerda. É preciso também ter a atenção desperta para os pseudo-socialistas que só veem, na Rússia, a rival dos Estados Unidos e da Inglaterra e só, por isso, a combatem. (MONIZ, 21 dez. 1947, p. 1).

A distinção feita por Edmundo Moniz, entre uma literatura de propaganda e as obras merecedoras de crédito por partirem de uma análise da realidade soviética, não correspondia à maneira como a guerra fria foi organizada no campo cultural. O caso de Artur Koestler é exemplar. De acordo com Frances Stonor Saunders (2008), os Estados Unidos, ocupando uma parcela do território alemão após a vitória sobre Hitler, promoveu um conjunto de ações para disputar com os russos a hegemonia sobre a Europa no âmbito da cultura. Assim, teatrólogos, orquestras e literatos foram enviados e publicados no continente, mas a ação também incidia na disputa direta pela hegemonia política, com um programa editorial anticomunista.

Os textos adequados eram “quaisquer críticas que julgarmos objetivas à política externa soviética e ao comunismo como forma de governo, escritas de modo convincente e oportunas”. Entre os que atenderam a esses critérios figuraram o relato de André Gide sobre suas experiências decepcionantes na Rússia, *Retorno da União Soviética*, as *Trevas ao meio-dia* e *O iogue e o comissário*, de Arthur Koestler, e *Pão e Vinho*, de Ignazio Silone. Para Koestler e Silone, essas foram as primeiras de muitas exposições sob as asas do governo norte-americano. (SAUNDERS, 2008, p. 37).

Koestler colaborou com o governo britânico e, em 1948, ao fazer uma turnê pelos Estados Unidos, estreitou ligações com o Departamento de Estado e a Central de Inteligência Americana (CIA).¹¹⁵ O elo entre o escritor e o governo teria sido James Burnham. Em seu artigo de dezembro de 1947, Edmundo Moniz comentou *O zero e o infinito*, romance escrito por Koestler e publicado em 1941, que narrava a tragédia do personagem Nicolas Rubashov, um dirigente partidário preso e forçado a confessar crimes que não cometera. A obra era uma clara abordagem dos processos movidos contra a velha guarda bolchevique e, portanto, não era uma falsificação da realidade ou mobilização das típicas figuras do imaginário

¹¹⁵ Cláudio Abramo, irmão de Fúlvio Abramo e também um militante trotskista, deixou uma passagem curiosa acerca de Mário Pedrosa e Ignazio Silone. Segundo ele, o brasileiro era amigo do escritor italiano, que romperia com o Partido Comunista Italiano na década de 1930 ao se recusar a condenar Trotsky publicamente. Silone publicou *Pão e Vinho* e editou a revista *Tempo Presente*, que em 1967 foi descoberta como tendo sido financiada pela CIA. Abramo, que também conhecera Silone, conta que estranhou o seu comportamento na primeira metade da década de 1960: “Silone era nosso amigo dos velhos tempos, amigo de Mário Pedrosa, que conservou a amizade por ele. Eu recuei perplexo quando vi Silone no Brasil, a pronunciar conferências desestabilizadoras em 1963 – quem teria financiado essa incursão do grande escritor italiano na política brasileira?” (ABRAMO, 23 nov. 1980, p. 49).

anticomunista.¹¹⁶ Moniz voltou a Koestler outras vezes. Em artigo chamado “A Rússia e o socialismo: a educação totalitária”, o jornalista citou *O iogue e o comissário* e quando o romancista publicou *Ladrões nas trevas*, livro onde tematiza a questão judaica, Moniz não poupou elogios ao escritor húngaro:

Artur Koestler é talvez o único romancista do século que fez da arte um instrumento político sem traí-la, sem corrompê-la, sem falsificá-la. Toda e qualquer intencionalidade ideológica de sua parte encontra o seu próprio limite na veracidade dos fatos. O processo que ele usa é o de expor a situação visada de um modo imparcial, e então, direta ou indiretamente, apresentar o seu ponto de vista que pode ser aceito ou contestado. Mas isto, é claro, sem alterar a realidade, sem esconder alguns de seus aspectos essenciais, sem agir deslealmente por espírito partidário ou por necessidade de propaganda. (MONIZ, 30 mai. 1948, p. 1).

O que ele não considerava era que a propaganda política antissoviética tinha meios e objetivos que iam além da reprodução de falsificações e material panfletário. Aproximar setores da esquerda não stalinista para usá-la e incidir sobre ela era parte da estratégia dos governos ocidentais.¹¹⁷ Portanto, mais do que o alerta que o próprio jornalista fazia ao tratar dos livros sobre a URSS, era preciso refletir acerca da própria dinâmica da disputa na esfera cultural, não bastando a separação entre obras merecedoras ou não da credibilidade do leitor. O caso de Victor Kravchenko também pode ser entendido de acordo com tais parâmetros. Sua história foi explorada por aqueles que militavam contra o comunismo e terminou transformada em livro, que atraía atenção para as denúncias sobre a vida dos trabalhadores e os efeitos da coletivização da propriedade agrária na Rússia. Mas há alguns sinais de que Kravchenko não era um joguete nas mãos de operadores da guerra fria cultural. Em 1946, uma coluna do *Correio da Manhã* comentava a publicação e recepção da obra:

Há a impressão de que a maioria dos críticos que comentaram “Escolhi a Liberdade” o leram antes de publicado e calcularam mal a reação pública. Os comentários foram escassos e desinteressados. Talvez porque, embora inimigo de Stalin, Kravchenko reafirma sua fé marxista e revolucionária, não era o que o público queria. (DAVILA, 7 jul. 1946, p. 1).

¹¹⁶ Em sua tese de doutorado, Rodrio Patto Sá Mota (2000) descreve que o anticomunismo criou “uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo” (p. 71), mobilizando sentidos ligados aos demônios, às pragas e agentes patológicos, bem como a ideia de uma ameaça à moral e um temor de invasão estrangeira. O caso tratado pelo historiador é o brasileiro, mas as imagens se repetiam também pelo mundo.

¹¹⁷ Saunders (2008), ao tratar das relações entre Koestler e o Departamento de Pesquisa de Informações britânico ressalta que este tinha dois interesses: “conseguir uma proximidade dos grupos ‘progressistas’, a fim de monitorar suas atividades; e segundo, diluir o impacto desses grupos, conseguindo influência a partir de dentro, ou atraindo seus membros para um fórum paralelo – e sutilmente menos radical” (SAUNDERS, 2008, p. 76).

Assim, se o relato era impactante, a figura de Kravchenko não era totalmente moldada à cruzada anticomunista, fato destacado por Slavoj Žižek (2011, p. 130), que chamou atenção para as contradições que o ex-funcionário russo carregava e a sua tragédia final:

quando ainda era saudado no mundo inteiro como o herói da Guerra Fria, Kravchenko se inquietou profundamente com a caça às bruxas macarthista e advertiu que, usando tais métodos para combater o stalinismo, os Estados Unidos corriam o risco de ficar mais parecidos com seu oponente. Também tomou mais consciência das injustiças das democracias liberais, e seu desejo de ver mudanças na sociedade ocidental virou quase uma obsessão. Depois de escrever uma continuação bem menos popular de *Escolhi a liberdade*, significativamente intitulada *Escolhi a justiça*, Kravchenko iniciou uma cruzada para encontrar um novo modo — menos explorador — de organizar a produção. Isso o levou à Bolívia, onde investiu seu dinheiro na organização dos agricultores pobres em novos coletivos. Atrasado com o fracasso de sua iniciativa, isolou-se e acabou suicidando-se em sua casa, em Nova York. O suicídio foi consequência do desespero, não de chantagens da KGB — prova de que suas denúncias contra a União Soviética haviam sido um ato genuíno de protesto contra a injustiça.

O antistalinismo radical de Edmundo Moniz não o levou a romper com o marxismo e com a ideia de superação do capitalismo. Também não fez com que ele realizasse uma revisão de sua interpretação da história da Revolução de 1917 e nem o fez enxergar no bolchevismo e na condução inicial do Estado soviético — por Lenin e Trotsky — as origens de um autoritarismo que Stalin apenas teria levado ao paroxismo. Porém, tal concepção sobre a URSS e o capitalismo de seu tempo o levou a defender ações que o aproximaram mais do imperialismo americano do que da defesa de um legado do marxismo revolucionário.

No final da década de 1940 e início dos anos 50, a luta de classes teve na Ásia um campo de acirramento. Na China, o Partido Comunista, liderado por Mao Zedong, impulsionou a guerra civil que levou à proclamação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949. A Coreia, território dividido em duas zonas após a Segunda Guerra, virou um elemento sensível das relações entre EUA e URSS em 1950, quando Norte e Sul entraram em guerra. O conflito recebeu atenção de Moniz¹¹⁸, que esperava uma nova escalada bélica entre os imperialismos conflitantes e, atribuindo a responsabilidade aos russos e aos comunistas do norte do país pela deflagração do confronto¹¹⁹, via a comprovação de suas teses acerca da necessidade imediata de expansão dos domínios soviéticos:

¹¹⁸ Edmundo Moniz abordou o início oficial da Guerra da Coreia em dois artigos de julho de 1950, publicados no *Correio da Manhã*. Foram eles: “A invasão da Coréia” (MONIZ, 16 jul. 1950, p. 4) e “A guerra na Coréia” (MONIZ, 30 jul. 1950, p. 4).

¹¹⁹ De acordo com Visentini, Pereira e Melchionna (2015), os responsáveis e os motivos pelo início do conflito não são consensuais. Enquanto a história oficial dos lados envolvidos joga a culpa no adversário, a historiografia acadêmica evita focalizar em um ou outro ponto determinante para definir o que ocasionou a guerra.

Hoje o solo da Coréia é ensanguentado por determinação dos dirigentes da União Soviética. A Rússia ameaça de levar a humanidade para a terceira guerra mundial. Atravessando o paralelo 38, iniciou as primeiras batalhas de uma grande carnificina cujas consequências não podemos calcular. [...] Não se trata, evidentemente, de um movimento nacional pela unidade da Coréia. Trata-se de um exército armado e adestrado por uma nação estrangeira que não pode conter a sua fome insaciável de devoradora de povos. A conquista da Coréia do Norte pela Coréia do Sul significa simplesmente a ocupação total da Coréia pela União Soviética. Os planos militares do estado maior da Coréia do Norte foram, sem dúvida, arquitetados em Moscou. (MONIZ, 30 jul. 1950, p. 3).

A União Soviética tinha certa participação na iniciativa dos comunistas locais, pois Stalin permitiu a tentativa de unificação por ação dos comunistas do norte da Coreia, visto que isso enfraqueceria a presença estadunidense na Ásia sem o envolvimento direto dos soviéticos. Estes cederam armas aos norte-coreanos enquanto a China enviou tropas ao país. Entretanto, a movimentação também existia pela vontade dos comunistas locais, como mostra Silvio Pons (2014), ao citar que foi o próprio líder do regime norte-coreano, Kim Il Sung¹²⁰, que tomou a iniciativa de procurar o apoio da URSS em 1949 para conquistar o sul do país. O raciocínio de Moniz sobre a Coreia era estendido retrospectivamente à Revolução Chinesa, sucintamente inserida como avanço soviético na disputa imperialista, ignorando a genuína insurreição ocorrida no país, apesar de Stalin¹²¹ e não por sua decisão.

O ponto máximo do antistalinismo de Moniz, na apreciação sobre o cenário internacional, ocorreu em 1951, ainda sobre a Guerra da Coreia, que era fartamente noticiada pelos jornais brasileiros. Desde outubro do ano anterior, os Estados Unidos, sob a bandeira da Organização das Nações Unidas, haviam entrado diretamente no conflito, desembarcando tropas e ocupando a Coreia, consequência que Stalin não previra. O engajamento dos EUA na guerra era objeto de disputa entre frações da elite política norte-americana, com um de seus braços defendendo ações mais agressivas diante do “perigo vermelho” na Ásia. Essa corrente tinha como um de seus símbolos o general Douglas MacArthur¹²², que se tornara Comandante

¹²⁰ Kim Il Sung (1912-1994) foi uma das lideranças coreanas surgidas após a invasão da Manchúria pelos japoneses em 1931. Engajando-se na guerrilha nacionalista e lutando ao lado dos chineses, Kim Il Sung se tornou comunista e após a divisão do território coreano ocupou o lugar de principal líder político da Coreia do Norte.

¹²¹ Com a invasão da União Soviética pelos alemães, Stalin pregava a unidade entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang contra as forças de ocupação japonesas. Mao Zedong desenvolveu tática diferente da emitida por Moscou e não pôs suas tropas a enfrentar os invasores como um exército tradicional, mas desenvolveu uma estratégia guerrilheira de novo tipo, que reservava a força dos comunistas para combater japoneses e o nacionalismo, antes e depois da guerra. O ímpeto dos chineses não coincidia com o desejo de Stalin para o pós-guerra, que consistia em um “arreglo duradero con los Estados Unidos, en Asia como en Europa, sobre la base del reparto de las zonas de influencia. En Asia semejante arreglo sólo era compatible, en el mejor de los casos, con un régimen chino en el que los comunistas se encontraran sometidos a la burguesía nacional” (CLAUDÏN, 1977, p. 506).

¹²² Douglas MacArthur (1880-1964) foi um militar estadunidense com destacada participação na presença dos EUA na Ásia. Estava aposentado das Forças Armadas quando foi chamado para comandar as tropas norte-americanas no extremo oriente e, após a rendição japonesa, atuou como chefe da ocupação aliada naquele país.

Aliado no Japão com o fim da Segunda Guerra, e posteriormente deslocado para chefiar as tropas da ONU na Coreia em 1950. MacArthur defendia publicamente o rearmamento japonês, o uso de tropas nacionalistas contra a República Popular da China e o bombardeio de bases militares em território chinês.

A intromissão de MacArthur em assuntos diplomáticos e de estratégia política elevaram o nível de tensão entre ele e o presidente estadunidense Harry Truman, que o destituiu do posto em abril de 1951. Era o sinal de que o governo norte-americano limitaria os objetivos da guerra na Coreia ao estabelecimento das zonas de influência, sem a ofensiva direta à China. O gesto foi entendido por Moniz como repetição do que acontecera na Europa central, com a extensão da influência russa a leste de Berlim. Ao tratar a demissão de MacArthur como capitulação, Moniz dava um passo além do movimento que esboçara quando citava a iminência de um novo conflito mundial. Antes da Guerra da Coreia, perguntara, em um de seus artigos, qual a fórmula política adequada para combater o imperialismo russo e defender direitos democráticos, que enxergava nos países ocidentais, sem aderir ao esforço de guerra do imperialismo norte-americano. Com o conflito na Ásia, lamentou que a burguesia aliada não fosse decidida o suficiente:

O que mais caracteriza a ação do bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos é a falta de persistência, e isto se verifica porque falta aos seus dirigentes a plena convicção da justiça de suas atitudes e de seus pontos de vista. Eles não possuem uma linha definida, coerente, precisa, que se deva seguir com firmeza e decisão. [...] MacArthur está plenamente com a razão quando defende o bombardeamento dos postos de abastecimento da Manchúria a única maneira de garantir vitória para as forças da O.N.U. Será isto o início da III guerra mundial? Não. A III guerra mundial já está iniciada e ninguém poderá conter a sua marcha. Se a China está em guerra com a O.N.U., por que a O.N.U. não está em guerra com a China? (MONIZ, 29 abr. 1951, p. 1).

Ao contrário do que afirmava Moniz, a guerra se transformara, fundamentalmente, em um embate com os chineses, perto de suas fronteiras, mas ainda em território coreano. Se as propostas de MacArthur levariam o conflito para outro patamar, não havia nenhum elemento que indicasse moderação aos norte-americanos, pois os soldados enviados pela China foram recebidos com o napalm das tropas da ONU¹²³. Em artigos subsequentes, Moniz continuaria

Com a campanha na Coreia, MacArthur foi deslocado para a península. Foi destituído de suas funções na Coreia em 11 de abril de 1951, se afastando da vida pública.

¹²³ Entre outubro de 1950 e março de 1951, é comum encontrar na imprensa brasileira as matérias enviadas pelas agências de notícias descrevendo as ações das tropas da ONU, algumas delas bastante detalhadas acerca dos relatórios enviados da Coreia, dando conta do número de mortes e avanços e/ou recuos das tropas comandadas pelos norte-americanos. De acordo com Visentini, Pereira e Melchionna (2015), o avanço das forças sino-coreanas foi respondido com “uma política de terra arrasada, utilizando o napalm [...] e ameaçando lançar Bombas Atômicas. Mesmo o sul foi considerado zona inimiga, e não território a libertar. O país inteiro foi

defendendo o papel de MacArthur, mesmo voltando a dizer que a guerra, para a burguesia dos Estados Unidos, tinha o mesmo caráter imperialista com o qual se apresentava para a burocracia soviética. Entretanto,

Para os intelectuais, as classes médias, os camponeses, o proletariado, a nova guerra tem um conteúdo ideológico, e político. É a luta entre o totalitarismo e a democracia, entre o estado policial e a liberdade política. Defender o mundo ocidental contra a ocupação soviética é defender a liberdade de imprensa, de reunião, de pensamento, é preservar a vida e a autonomia dos sindicatos bem como de todas as organizações políticas das massas populares. MacArthur é, como Truman, um representante das classes dominantes dos Estados Unidos. Não tem a menor ligação com o movimento socialista nem com a classe trabalhadora. Mas representa, de fato, conscientemente ou não, um defensor corajoso e decisivo das instituições democráticas que é mister defender, apesar da necessidade de reformá-la. (MONIZ, 06 mai. 1951, p. 1).

A forma que Moniz encontrou para justificar suas posições sobre a situação internacional o colocou em uma contradição com suas declarações anteriores sobre a nova guerra imperialista. Pois, se uma ala da burguesia estrangeira poderia realizar objetivos que beneficiariam o proletariado, rompia-se a ideia de que os blocos que entrariam em guerra teriam papéis idênticos para a esquerda. O problema tornava-se ainda maior quando ele tratava das outras potências ocidentais, caso da Inglaterra, que desde 1945 encontrava-se governada pelo Partido Trabalhista, com Clement Attlee ocupando o cargo de Primeiro-Ministro e atravessando a dissolução de seu império. Moniz escreveu, em outubro de 1951, mesmo mês em que o Partido Conservador venceu as eleições naquele país, um artigo de nome “A Inglaterra trabalhista”, comentando a suposta vacilação da esquerda inglesa que estava à frente do executivo. Reclamava da atitude do gabinete de Attlee, que pressionara pela queda de MacArthur e estendia a crítica à política geral dos ingleses para suas colônias e ex-colônias. A Inglaterra se retirara da Índia em 1947, enquanto “a região do islã ocidental, da Pérsia (Irã) ao Marrocos, era transformada por uma série de movimentos populares, golpes revolucionários e insurreições, começando com a nacionalização das empresas de petróleo ocidentais no Irã (1951)” (HOBSBAWM, 1995, p. 217).

Se a Inglaterra tivesse sustentado e defendido a tese de Mac Arthur em oposição a de Truman, de Acheson e de Marshall, outra seria a sua situação atual. Não se acharia na iminência de perder para sempre a sua influência no Egito e no Oriente Médio. Não teria arriscado o petróleo do Irã nem o Canal de Suez. [...] Evidentemente, Mossadegh, que interpreta o pensamento das classes dominantes do Irã tem ponderáveis motivos para lutar pela nacionalização do petróleo. [...] O problema do Irã, como o do Egito e o do Iraque, não pode ser colocado na base de

um nacionalismo estreito e vulgar. [...] Se o Partido Trabalhista interpreta, de fato, o pensamento socialista do proletariado inglês não deve capitular ante a burguesia iraniana. (MONIZ, 20 out. 1951, p. 1).

Ele afirmava que estando o Partido Trabalhista – uma organização com bases operárias – à frente do poder político, seu dever era assegurar os interesses britânicos na Ásia, impedindo as nacionalizações que beneficiariam as burguesias locais e a diminuição da força da Inglaterra nos outros continentes, impedindo que a descolonização aproximasse as áreas libertas do colonialismo britânico dos russos e norte-americanos. Mas o programa aplicado na Inglaterra pelo governo de Clement Attlee, que era de nacionalização de indústrias e setores da economia, acompanhado de um “Estado previdenciário” em formação, não constituía uma expropriação com objetivos de superação do capitalismo.¹²⁴

Moniz desconsiderava as suas próprias ideias sobre uma tendência ao capitalismo de Estado e afastava-se sobremaneira do marxismo, de modo que em seus textos sobre a Coreia e, particularmente, em seu artigo acerca da Inglaterra, não há um esforço de teorização. Na verdade, houve um encontro do seu antistalinismo radical com um antivarguismo intransigente. Em 1951, Getúlio Vargas iniciava seu segundo mandato e o tema do nacionalismo econômico desempenhava um papel importante na luta política no Brasil, com o petróleo no centro da questão. Reconhecer o direito de as nações disporem de suas riquezas era apoiar a campanha “O petróleo é nosso” e as movimentações ao redor da criação da Petrobrás. Com as posições defendidas no início da década de 1950, Moniz se aproximou de uma ruptura quase total com o marxismo. Curiosamente, se o problema das nacionalizações de recursos chegou a ser comentado por Trotsky a partir da experiência mexicana, o envolvimento de um governo burguês de um país dependente em uma guerra com nações ditas “democráticas” foi rapidamente abordado usando o exemplo do Brasil. Em setembro de 1938, Trotsky encontrou o sindicalista argentino Mateo Fossa, a quem concedeu uma entrevista. O dirigente operário perguntou:

O que pode me dizer sobre a luta de libertação dos povos latino-americanos e seus futuros problemas?

[...] Trotsky: Não conheço suficientemente a situação de cada um dos países latino-americanos como para me permitir uma resposta concreta às questões que você demanda. De todo modo, me parece claro que as tarefas internas destes países não podem se resolver sem uma luta revolucionária simultânea contra o imperialismo [...] Tomemos o exemplo mais simples e óbvio. No Brasil reina atualmente um regime semifascista ao que qualquer revolucionário só pode considerar com ódio. Imaginemos, entretanto, que amanhã a Inglaterra entre em um conflito militar com o

¹²⁴ O historiador inglês Tony Judt (2011, p. 82-83) apresenta o incremento da nacionalização da economia na Inglaterra como parte de uma hegemonia conquistada pela noção de planejamento e do papel ativo do Estado como regulador das relações sociais.

Brasil. De que lado se colocará a classe operária neste conflito? Neste caso, eu, pessoalmente, estaria junto ao Brasil “fascista” contra a “democrática” Grã-Bretanha. (TROTSKY, 1976, p. 43-44, tradução nossa).¹²⁵

Trotsky deu essa declaração no contexto de luta contra o fascismo, para afirmar que havia um número maior de elementos constituintes da luta de classes além do choque entre democracia e fascismo. O momento vivido por Edmundo Moniz era outro, mas a advertência lançada por Trotsky, de que uma potência imperialista invadindo um país dependente mantinha seu conteúdo de dominação de classe sobre um país subjugado, continuava válida. Décadas depois, ao ler os *Escritos* de Trotsky, Moniz destacou o parágrafo sobre Vargas, escrevendo “o Brasil” ao lado da resposta.

A análise da situação internacional empreendida por Edmundo Moniz no início da década de 1950 foi um momento decisivo de sua relação com o trotskismo. O método de análise da realidade, princípios e tarefas políticas que compunham a herança incerta deixada por Leon Trotsky não serviam aos objetivos e convicções que Moniz desenvolvera ao longo de uma década. Portanto, se a ruptura com a IV Internacional e a tentativa de criar um polo de esquerda independente do Partido Comunista durante a década de 1940 partia do desafio de repensar tudo desde o seu começo, essa tarefa, para Moniz, estava entrelaçada com a ideia de que era necessário partir de Trotsky para compreender aquilo que ele não chegou a presenciar. Esse processo de formulação intelectual e política ocorreu paralelamente às derrotas dos projetos imaginados e, na década seguinte, Edmundo Moniz completou o aceno com o qual se despedira de Trotsky.

¹²⁵ Do original: ¿Qué me puede decir sobre la lucha de liberación de los pueblos latinoamericanos y sus futuros problemas?

[...] Trotsky: No conozco suficientemente la situación de cada uno de los países latinoamericanos como para permitirme una respuesta concreta a las cuestiones que usted plantea. De todos modos me parece claro que las tareas internas de estos países no se pueden resolver sin una lucha revolucionaria simultánea contra el imperialismo. [...] Tomemos el ejemplo más simple y obvio. En Brasil reina actualmente un régimen semifascista al que cualquier revolucionario sólo puede considerar con odio. Supongamos, empero, que el día de mañana Inglaterra entra en un conflicto militar con Brasil. ¿De qué lado se ubicará la clase obrera en este conflicto. En este caso, yo personalmente estaría junto al Brasil “fascista” contra la “democrática” Gran Bretaña (TROTSKY, 1976, p. 43-44).

3 O GRANDE MEDO DO BONAPARTISMO PERONISTA

Otávio – Já acabou?

Romana – Vai falá com ele, Otávio... Vai!

Otávio – Enxergando melhó a vida, ele volta. (*Retorna ao quarto. Entram Chiquinho e Terezinha.*)

Chiquinho – Sabe, mãe, aquele samba...

Terezinha – O samba do “Nós não usa Black-Tie”.

Chiquinho – Tá tocando no rádio...

(GUARNIERI, 2009, p. 107).

No dia 16 de fevereiro de 1942, a imprensa brasileira publicou a notícia do afundamento do navio Buarque, embarcação nacional que levava produtos agrícolas até os Estados Unidos. Era uma ação de represália do governo da Alemanha, em função do rompimento de relações diplomáticas do Brasil com aquele país, e o episódio, que se repetiria com outras embarcações ao longo do ano, colaborou diretamente para uma onda de indignação popular. Durante aquele ano, os ataques aos navios brasileiros e o repúdio aos apoiadores do Eixo no Brasil impulsionaram a realização de manifestações de rua pelo país. A mais conhecida delas foi a passeata realizada no Rio de Janeiro em 4 de julho. O ato, organizado por estudantes, serve como exemplo da interação entre a situação internacional e os elementos internos que formavam as relações políticas e atuaram na dissolução da legitimidade do Estado Novo.

A crise do regime autoritário, imposto em 1937, pode ser compreendida a partir de elementos como esse, sendo que o impacto da entrada do país na Segunda Guerra Mundial teve no desfecho que levou à queda do ditador Getúlio Vargas é sublinhado por Leslie Bethell (1996) e Gilberto Grassi Calil (2001). O brasilianista britânico serve de referência a este último na compreensão das forças internas que atuaram para transformar a conjuntura política nacional, expandindo os sujeitos da crítica ao Estado Novo para além dos signatários do “Manifesto dos Mineiros”.¹²⁶

A passeata estudantil, marcada para o dia em que os estadunidenses comemoram sua independência política, não tinha como objetivo realizar uma manifestação explícita contra

¹²⁶ O Manifesto dos Mineiros foi um documento elaborado em 1943 por intelectuais e lideranças políticas liberais radicadas em Minas Gerais, a exemplo de Pedro Aleixo, Virgílio de Melo Franco e Odilon Braga. Divulgado no Rio de Janeiro no dia 24 de outubro daquele ano, o manifesto afirmava que a Revolução de 1930 fora um ato legítimo de combate aos vícios da República Velha e que o Brasil avançava em conquistas materiais nos últimos anos, além de apoiar a política de união ao redor da participação do Brasil na Segunda Guerra. Porém, os signatários criticavam a persistência da concentração de poder no Executivo e em seu chefe, assim como a supressão de direitos individuais. Reivindicavam a reconstrução de um regime político baseado na representação política através do voto livre do conjunto da população. O manifesto era dirigido aos mineiros, mas tinha pretensões mais amplas e motivou reações do Governo Federal, que agiu no sentido de evitar que outros grupos locais repetissem a atitude. O Manifesto dos Mineiros foi reproduzido por Hélio Silva (1976).

Vargas. Na verdade, as mensagens dirigidas ao chefe do governo brasileiro eram, muitas vezes, de exaltação. Entretanto, ao saírem às ruas em nome da democracia e da luta contra o fascismo, os estudantes mobilizavam bandeiras que mexiam com a realidade vivida no país sob o Estado Novo e demarcavam seu apoio aos setores que estavam a favor da participação no conflito ao lado dos Estados Unidos – representados na figura do Chanceler Oswaldo Aranha. Não é surpresa, portanto, que a passeata tenha sofrido oposição de membros do governo.

Filinto Müller indeferira 21 petições dos estudantes para realizarem uma passeata contra o torpedeamento de navios brasileiros pelos submarinos do Eixo. Os antifascistas só se manifestavam, sem constrangimento, em Niterói, capital do então chamado Estado Livre do Rio de Janeiro, cujo interventor, o Comandante Ernâni do Amaral Peixoto, tomara posição em favor dos Aliados. Eram poucos os homens do Governo que, como ele e o Chanceler Oswaldo Aranha, contrariavam as tendências totalitárias do Estado Novo, apoiadas pelo General Dutra e os altos escalões das Forças Armadas. [...] O conflito, que irrompeu entre Filinto Müller e Vasco Leitão da Cunha, Ministro (interino) da Justiça, por causa de uma passeata programada pelos estudantes para o dia 4 de julho, data da Independência dos Estados Unidos, aprofundou a crise. Vargas não teve outra saída senão modificar o seu Ministério. (BANDEIRA, 1978, p. 286-287).

A queda de braço entre Müller, então Chefe da Polícia do Distrito Federal, e o interino que ocupava o Ministério da Justiça, Leitão da Cunha, por causa de uma viagem do titular Francisco Campos, terminou com a queda do primeiro, fato comemorado pelos que marcharam no dia 4.¹²⁷

Nos meses seguintes, protestos se repetiram pelo país, motivados, sobretudo, pelos contínuos ataques às embarcações brasileiras. Em agosto, após o afundamento de cinco navios, várias manifestações foram registradas no país.¹²⁸ No Rio, o Palácio da Guanabara foi o destino da multidão e os estudantes ocuparam a sede do “Clube Germânia”, órgão dos imigrantes alemães. O edifício, localizado na Praia do Flamengo, passou a abrigar a União Nacional dos Estudantes. No mesmo dia, em São Paulo, os estudantes da Faculdade de

¹²⁷ Detalha Arthur Poerner (2004, p. 148): “Quando a organização da passeata atingia o clímax, dois dias antes da sua realização, Filinto Muller, irritado com o rumo que as coisas estavam tomando, se desentendeu com Vasco Leitão da Cunha, por quem foi admoestado, demitido e – segundo a maioria das versões – esbofeteado. Dessa forma, antes mesmo de iniciada, a manifestação já contribuía para a demissão do chefe de Polícia. Por isso, durante todo o percurso da passeata, um dos refrões estudantis mais constantes seria: ‘Vasco 1 x 0!... Vasco 1 x 0!...’, que conferia ao tento político de Vasco Leitão da Cunha o sabor de um triunfo futebolístico do Vasco da Gama”.

¹²⁸ Em Fortaleza, capital cearense, o dia 18 de agosto foi marcado pelo “Quebra-quebra”, com estabelecimentos pertencentes a estrangeiros (alemães, italianos e japoneses) ou supostos integralistas, depredados pelos manifestantes. Sobre a memória e a história do evento, ver o trabalho de Carlos Renato Araújo Freire (2014). Outras cidades também registraram casos semelhantes, como mostra Leoncio Basbaum (1962, p. 146): “A indignação popular chegara ao auge, e o povo, em demonstrações de rua, atacava casas e estabelecimentos alemães e italianos exigindo a declaração de guerra”.

Direito convocaram um comício para a Praça da Catedral da Sé.¹²⁹ Quatro dias após a onda de protestos, o governo declarou formalmente o Brasil em estado de guerra contra as potências do Eixo.

Dentre os atores da conjuntura política dos últimos anos do Estado Novo, também tiveram destaque os intelectuais. Para este setor, a Revolução de 1930 havia sido “um marco histórico, daquele que fazem sentir vivamente que houve um ‘antes’ diferente de um ‘depois’” (CANDIDO, 1984, p. 27). Sob Vargas, o campo de atuação de artistas e intelectuais cresceu, mesmo que as limitações de tal processo fossem flagrantes.¹³⁰ As tendências literárias e experiências culturais saíram do âmbito regional e puderam ganhar ares nacionais, o mercado editorial se expandiu e a política se encontrou com a cultura, pondo na ordem do dia o compromisso do intelectual. Parte da inquietude desaguou na tentativa de reinterpretar o passado nacional, como fez Gilberto Freyre, com *Casa-Grande e Senzala*, publicado em 1933, e Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*, de 1935.

O engajamento político também tomou forma na adesão ao conservadorismo católico, ao integralismo, ao antifascismo ou ao comunismo. Para Milton Lahuerta (1992), a intelectualidade brasileira vivenciou as décadas de 1920, 30 e 40, como uma crise de “identidade social”, quando se processaram as reflexões acerca do papel do intelectual na sociedade.¹³¹ Assim, no período entre 1942 e 1945, a noção do “intelectual-clérigo”¹³² já havia sido derrotada pelo compromisso social do intelectual e, a questão da guerra e a crítica ao Estado Novo abria uma possibilidade de afirmação de um novo lugar para escritores, artistas e jornalistas.

¹²⁹ Sobre a organização dos estudantes nos últimos anos do Estado Novo, ver John W. F. Dulles (1984) e Arthur Poerner (2004).

¹³⁰ É ainda Antonio Candido (1984) quem destaca que, apesar da valorização da instrução pública e da criação de campo de trabalho que exigissem maior educação formal, tais avanços ficaram restritos à elite, no caso do ensino superior, e às camadas médias, que tiveram acesso ao ensino médio. De toda forma, ainda teria um impacto nacional pelo papel dirigente das elites. A formação de uma elite dirigente era parte fundamental do projeto educacional do Ministério da Educação comandado, entre 1934 e 1945, por Gustavo Capanema, que dirigiu as reformas da educação brasileira, também voltadas para a valorização da “brasilidade” e fortalecimento da ordem (BOMENY, 1999).

¹³¹ A definição de Lahuerta (1992, p. 34) é: “A busca de identidade social passa pela procura de um ponto entre a perspectiva de renovação cultural e as possibilidades de reforma da sociedade”.

¹³² Em 1927, o filósofo francês Julien Benda publicou um ensaio chamado *La Trahison des clercs*, publicado em português como *A traição dos intelectuais*. Escrito quando o fascismo crescia na Europa, Benda denunciava as paixões políticas ao redor da ideia de raça, classe e nação. Benda usava a palavra *clercs* para designar “con tal nombre a todos aquellos, cuya actividad, en sustancia, no persigue fines prácticos, pero que, al solicitar su alegría para el ejercicio del arte, o de la ciencia, o de la especulación metafísica, en suma, para la posesión de un bien no temporal, dicen en cierto modo: ‘Mi reino no es de este mundo’. Y, en realidad, desde hace más de dos mil años hasta los últimos tiempos, advierto, a través de la historia, una continuidad ininterrumpida de filósofos, de religiosos, de literatos, de artistas, de sabios – puede decirse casi todos en el curso de este periodo – cuyo movimiento es una oposición formal al realismo de las multitudes” (BENDA, 1951, p. 44). Os intelectuais citados por Benda, ou fugiam das paixões políticas ou participavam das disputas terrenas em defesa de valores universais, como a ideia de justiça.

A movimentação dos intelectuais punha em interação os seus interesses profissionais, dentre os quais o principal era a questão dos direitos autorais, e a sua participação política, que na primeira metade da década de 1940 era explicitamente localizada na luta contra o fascismo. Portanto, enquanto a situação internacional alterava as possibilidades da atuação política no Brasil, os intelectuais se manifestaram como peças importantes do tabuleiro da disputa. Em junho de 1942, um manifesto publicado na imprensa, com o nome de “Declaração de Princípios”, sinalizava apoio decidido à luta contra o fascismo. O documento reunia assinaturas de políticos e intelectuais de diferentes posições ideológicas, como Afonso Arinos de Mello Franco, Evaristo de Moraes Filho, Graciliano Ramos e Sérgio Buarque de Holanda. O conteúdo da declaração é quase inteiramente dedicado à caracterização da Segunda Guerra Mundial como um conflito entre a liberdade e a tirania, mas há, timidamente, uma referência a um suposto elo entre a tradição da política externa brasileira e o regime político local.

A tradição invariável da política externa do Brasil tem sido no sentido da solidariedade e apoio aos países que lutam pela sua liberdade e independência. Dentro mesmo de nossas fronteiras lutamos sempre pelas liberdades democráticas. Assim foi nos tempos coloniais, no período da Independência, na Regência, no Segundo Reinado e na República. (CORREIO DA MANHÃ, 11 jun. 1942, p. 2).

O vínculo servia para aproveitar as brechas que a situação externa facilitava à oposição ao Estado Novo.¹³³ A cautela e o uso da linguagem frentista e democrática também pode ser encontrada na principal ferramenta construída pelos intelectuais na primeira metade da década de 1940: a Associação Brasileira de Escritores (ABDE).¹³⁴ A organização foi responsável pela realização, em janeiro de 1945, do I Congresso Brasileiro de Escritores, que reuniu parcela significativa da intelectualidade brasileira e, além das questões relacionadas diretamente aos interesses profissionais destes, teve forte presença nas discussões sobre as liberdades, a democratização do Brasil e a luta contra o fascismo.¹³⁵ O encontro dos

¹³³ De acordo com Dulles (1992, p. 72), o texto foi interpretado pelo então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, como uma manifestação de oposição ao Estado Novo.

¹³⁴ Segundo Lahuerta (1992), a iniciativa de uma organização nacional de escritores teria partido de intelectuais paulistas e era encabeçada pelo crítico literário Sérgio Milliet, de destacado papel no jornal *O Estado de S. Paulo*. A preocupação principal da Sociedade Brasileira de Escritores era a cobrança dos direitos autorais, objetivo que fazia parte da defesa da constituição de um campo intelectual como base da atuação pública desse setor. Em fevereiro de 1943, uma reunião, em São Paulo, alterou o nome da entidade para Associação Brasileira de Escritores e marcou a adesão dos intelectuais do Rio de Janeiro à ideia, bem como a hegemonia do grupo sobre a ABDE.

¹³⁵ Sobre o I Congresso Brasileiro de Escritores, cabe destacar a pluralidade de tendências políticas, realçada por Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo (2011) a partir da mesa de abertura do encontro, composta por Astrojildo Pereira, Antonio Candido, Alberto Passos Guimarães, Guilherme Figueiredo e Osório Borba: “Astrojildo estava afastado do Partido Comunista e vinha dedicando-se à crítica literária; Antonio Candido era vinculado ao grupo de São Paulo da Resistência, depois Esquerda Democrática; Alberto Passos Guimarães e

intelectuais ainda revela uma mudança significativa: o congresso se deu entre os dias 22 e 27 de janeiro de 1945, enquanto o documento principal produzido pelos participantes só foi divulgado pela imprensa na primeira semana de março.¹³⁶

Entre os dois momentos, houve aquilo que Otávio Soares Dulci (1986) considerou o término da ditadura. Se desde o ano anterior, a imprensa tocava timidamente na necessidade de um processo eleitoral no país, no início de 1945 os jornais publicavam manifestações de lideranças de oposição, tendo a entrevista de José Américo ao *Correio da Manhã*, veiculada em 22 de fevereiro, como ponto culminante.¹³⁷ O escritor, que havia sido lançado candidato em 1937 para o pleito presidencial que não ocorreu, concedeu uma entrevista que “colocava o problema candente em termos claros: a hora da democracia havia soado, era necessário convocar novas eleições” (BASBAUM, 1962, p. 155). Ao publicar a entrevista, o *Correio da Manhã* rompeu a censura e demonstrou que ela, na prática, acabara, incentivando outras manifestações via imprensa, como o lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.¹³⁸

Em 1945, Edmundo Moniz era um colunista regular no *Correio da Manhã*, publicara *Branca de Neve* (1942), uma pequena novela, e vivia rodeado pelas questões políticas que envolviam o papel e o lugar dos intelectuais na sociedade. O tema nunca foi objeto direto de seus textos, embora não tenha passado despercebido. Edmundo abordou na revista *Carioca*, no início da década, a relação entre a inovação no mundo das ideias, a crítica ácida dos intelectuais e a compreensão do “grande público” (MONIZ, jul. 1940, p. 16); tratou, nos seus artigos sobre as trajetórias de grandes pensadores, os problemas do engajamento político e da

Osório Borba eram do PCB, [...] e Guilherme Figueiredo era teatrólogo que participaria em 1932 da Revolução Constitucionalista, junto ao seu pai, comandante das tropas rebeldes” (MELO, 2011, p. 728). Também merece comentário a diversidade de questões mantidas sob o guarda-chuva da ABDE e presentes no Congresso, pois, além da discussão política, eram centrais os temas diretamente ligados à vida profissional da intelectualidade brasileira, como os direitos autorais. Para uma abordagem detalhada do trabalho do I Congresso Brasileiro de Escritores, ver a dissertação de mestrado apresentada por Felipe Victor Lima (2010), na qual o autor investigou os anais do encontro e as teses apresentadas junto às comissões e o trabalho de Carlos Guilherme Mota (2014).

¹³⁶ As posições públicas do Congresso não revelam as divergências existentes entre os grupos envolvidos no encontro. Segundo Ana Paula Palamartchuk (2013, p. 107), as pautas profissionais, vinculadas à dignidade do ofício intelectual, eram consensualmente defendidas pelas alas que compunham a organização do Congresso, mas isso não se repetia quando o tema passava a ser a postura diante do Estado Novo.

¹³⁷ De acordo com depoimento coletado por Jeferson de Andrade (1991, p. 64), Moniz foi um dos jornalistas que opinaram positivamente para a publicação da entrevista pelo *Correio da Manhã*.

¹³⁸ Segundo Hélio Silva (1976), a declaração de José Américo foi dada ao jornalista Carlos Lacerda, que à época trabalhava no *Diário Carioca*. O medo das represálias do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), entretanto, fez com que o jornal não publicasse a entrevista. O texto foi oferecido então a outros veículos de notícias e teve uma leve resposta positiva do *Correio da Manhã*, que ao perceber que *O Globo* publicaria a fala de José Américo, se antecipou e divulgou o material. Para compensar o furo perdido pelo jornal *O Globo*, José Américo concedeu outra entrevista, dessa vez divulgando o nome de Eduardo Gomes como o candidato das oposições a Vargas.

escolha pela vida no mundo das letras¹³⁹ e viveu como um jovem intelectual em busca de afirmação. Quando do lançamento de *Branca de Neve*, Moniz teve de falar sobre a condição dos escritores:

Queiroz Junior – Edmundo, eu gostaria que dissesse aos ouvintes de PRH-8, o que você pensa do papel da arte e dos artistas na sociedade atual.

Edmundo Moniz – Não posso admitir a concepção da arte pela arte. Em literatura, uma obra de mérito tem que ser, ao mesmo tempo, de arte e de pensamento. Não se deve sacrificar o fundo pela forma, nem, tão pouco, a forma pelo fundo. Considero o estilo, isto é, o modo de expressão, como sendo uma técnica que vem se aperfeiçoando através dos tempos, seguindo o desenvolvimento espiritual da humanidade que é, como sabemos, uma consequência da sua própria evolução econômica e histórica. Tanto em prosa como em verso, o estilo, o lado artístico, é um meio e não um fim. Quanto mais seja a liberdade dum escritor para manejar com a técnica do estilo tanto melhor a maneira de expressar as suas ideias; ao menos numa forma mais clara, mais segura, mais original e mais harmoniosa.

José Queiroz Junior – Que pode fazer o governo em bem de nossas letras?

Edmundo Moniz – Garantir, nesta hora em que se apregoa a luta contra as ditaduras totalitárias, a liberdade espiritual dos escritores. Não há cultura sem liberdade. (CARIOCA, 21 fev. 1942, p. 40).

Ele não estava, portanto, descolado das questões do seu tempo, mas a sua energia nos meses decisivos ao final do Estado Novo foi direcionada à organização de outro espaço, o partidário.

3.1 A DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL: OS SOCIALISTAS E A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Consolidado o cenário que tornava inevitáveis as mudanças no regime político brasileiro, Vargas procurou responder às reivindicações democráticas e controlar o processo de transição. No dia 28 de fevereiro, o presidente decretou a Lei Constitucional nº 9, ou “Ato Adicional”, que tinha como consequência principal a determinação do prazo de 90 dias para a constituição do calendário eleitoral para o pleito presidencial. Três meses depois, o governo apresentou o Decreto n.º 7.586, que estabelecia um código eleitoral e marcava as eleições para a presidência e o congresso constituinte para 2 de dezembro de 1945, enquanto os pleitos estaduais foram previstos para a data de 6 de maio do ano seguinte.

Maria do Carmo Campello de Souza (1976) afirma que o decreto, em muitos aspectos, “limitava-se a reproduzir os procedimentos do Código Eleitoral de 1932, que regeu as eleições de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte (Decreto n.º 21.076 de 24

¹³⁹ Temos um exemplo dessa preocupação em artigos como: “Voltaire e o racionalismo francês do Século XVIII” (MONIZ, 14 jan. 1945, p. 1).

de fevereiro de 1932)” (SOUZA, 1076, p. 114), mas trazia importantes novidades¹⁴⁰, dentre as quais, a de maior impacto era a exigência, para o registro de uma agremiação partidária, de 10 mil assinaturas distribuídas por, no mínimo, cinco estados da federação. A medida dificultava a vida da oposição, pois os grupos políticos que integravam o Governo Federal, pelo uso de sua estrutura administrativa, eram os únicos com capilaridade territorial suficiente para ultrapassar a barreira sem muitos problemas.

Desse modo, quatro principais partidos se estruturaram para a vida legal e ao redor deles se desenrolou parte importante da atividade política do período entre 1945 e 1964. Da estrutura do Estado Novo, surgiram duas organizações. A primeira delas foi o Partido Social Democrático (PSD), “organizado sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelo interventor), membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc” (HIPOLITO, 2012, p. 142). A segunda, gestada durante as manifestações de apoio à candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais, o “queremismo”, foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja base social deveria ser formada pelos trabalhadores urbanos e sindicalistas alinhados com a defesa da legislação social implantada durante os quinze anos em que Vargas esteve à frente do Executivo. À esquerda, o Partido Comunista, que recebera um registro provisório em setembro de 1945, crescia em número de filiados e capacidade de intervir na conjuntura. Nesse sentido, a atração exercida sobre os intelectuais foi particularmente notável. Relatos, como o de Mário Magalhães, impressionam:

O PCB passou a agregar uma seleção de artistas e intelectuais sem similar em nenhum agrupamento partidário. Necessitava de quadros para leiloar nas campanhas financeiras? Cândido Portinari doava. Como decorar o estádio do Pacaembu para o comício de julho? Di Cavalcanti cuidou da tarefa, e o cartaz do evento levou a assinatura de José Pancetti. Na música clássica, poderia escalar orquestras só de camaradas, entre os quais o maestro Francisco Mignoni, o pianista Arnaldo Estrela e o compositor Cláudio Santoro. [...] No cinema, Ruy Santos documentava as manifestações do partido, ao qual chegava o iniciante Nelson Pereira dos Santos. (MAGALHÃES, 2012, p. 158-159).

O “partidão”, que havia sido quase desarticulado pela repressão do Estado Novo, reconstruíra-se aos poucos a partir de 1942. A maioria de suas lideranças, entre elas Luís

¹⁴⁰ Ainda de acordo com Maria do Carmo Campello de Souza (1976), a legislação eleitoral de 1932, em parte replicada pelo novo Código Eleitoral, era inspirada pela obra de Assis Brasil, *Democracia Representativa: Do Voto e do Modo de Votar*. “Os conceitos principais dessa obra, traduzidos nos parâmetros básicos da legislação eleitoral, eram: (a) estabelecimento de tribunais (Supremo Tribunal Eleitoral e tribunais regionais) destinados a impedir o controle fraudulento das eleições por parte dos detentores do poder nacional quanto os do poder local; (b) voto obrigatório, adulto e universal (inclusive feminino), secreto e alfabetizado; (c) adoção do princípio majoritário na eleição do presidente, dos governadores e dos senadores, e do princípio proporcional para a Câmara Federal e para as Assembleias Estaduais” (SOUZA, 1976, p. 114).

Carlos Prestes, continuou na prisão até a anistia de abril de 1945, mas os comunistas reunidos nas prisões e os pequenos grupos que estavam em liberdade vislumbravam a reorganização do partido desde antes. Com base no Rio de Janeiro, surgiu a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), “chefiada pelo jornalista e economista Amarílio Vasconcelos e por Maurício Grabois, antigo membro da Juventude Comunista” (DULLES, 1985, p. 247), e que também contava com os “comunistas do Pará, João Amazonas e Pedro Pomar” (DULLES, 1985, p. 247). Também apareceu com destaque um grupo de comunistas radicados na Bahia, em parte oriundos do meio estudantil e da revista *Seiva*, fundada em 1938 e dirigida pelo comunista João Falcão.¹⁴¹ A ida desses sujeitos para o sudeste do país significou um reforço humano para o partido e uma transformação de caráter mais profundo:

Seria, então, a partir desse processo migratório da Bahia e de outras paragens do País, realizado na vacância de uma direção nacional legitimada, como fora aquela de “Bangu”, “Abóbora”, “Martins”, entre outros, que se demarcaria a transição entre duas eras na história do Partido Comunista do Brasil. Com efeito, já não se tratava mais do Partido insurrecional ou putschista de 35, cuja herança tenentista, incorporada nos anos 30, pesava tanto quanto as referências tomadas à Revolução Russa de 1917, ainda que, já de alguma forma, transfigurada pela influência de Stalin. Tratava-se, doravante, do Partido nacional-democrático, plenamente stalinista e para a qual a figura de Luiz Carlos Prestes não era mais a do legendário personagem que encabeçara uma Coluna Invencível que se unificara com o proletariado e o seu Partido; senão a imagem do militante comunista pleno e maduro, que, vitimado por uma ditadura filofascista, estaria destinado a realizar em si todas as qualidades de uma liderança “nacional-popular-democrática”, para a qual o futuro estava reservado. (SENA JÚNIOR, 2007, p. 130-131).

A ascensão de um novo grupo dirigente também significava a consolidação da política de “união nacional” contra o fascismo. Desenvolvida a partir do frustrado golpe integralista de 1938, a defesa de uma união nacional passava pela contribuição de setores de diferentes classes no reforço aos supostos grupos democráticos que compunham o governo de Vargas, em contraposição às tendências mais reacionárias instaladas no Executivo e nas Forças Armadas. Com os acontecimentos de 1942, a linha política se fortaleceu, confirmada pela II Conferência Nacional do PCB, também conhecida como Conferência da Mantiqueira, realizada nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1943. O encontro deu uma nova estrutura nacional ao partido, definindo os nomes para ocupar o Comitê Nacional e elegendo Prestes, que ainda estava preso, Secretário-Geral do PCB.

A Conferência da Mantiqueira aprovou um relatório que descrevia a guerra como sendo de “libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo”.

¹⁴¹ *Seiva*, dada a situação de perseguição ao Partido Comunista, foi um dos poucos veículos de imprensa que o partido conseguiu manter durante o Estado Novo. Sobre o grupo baiano e a revista, ver o relato de João Falcão (1988), Lahuerta (1992) e Sena Junior (2007).

Considerando o que chamava de “reviravolta” na orientação da política externa brasileira a partir de 1942, “sob a poderosa pressão das massas”, a Conferência adotou uma posição partidária de união nacional em torno do governo para a luta contra o nazifascismo. (DULLES, 1985, p. 252).

A posição encontrava raízes em considerações que Prestes fizera anos antes¹⁴² e seria consolidada na atuação do novo Secretário-Geral do PCB, a partir de documentos escritos no cárcere e após a anistia, nas entrevistas, resoluções e discursos proferidos nos grandes comícios realizados pelo partido. No entanto, mesmo com o apoio de Prestes, a “união nacional” não conquistou a simpatia de todos aqueles que colaboravam ou faziam parte do PCB, ao mesmo tempo em que somava um elemento entre as divergências que distanciavam os comunistas de outros grupos de esquerda que se estruturavam durante os meses finais do Estado Novo. Na prática, o PCB propunha o fim do regime, mas em um processo no qual Vargas cumpriria um papel importante. Para outros setores da esquerda, a oposição ao Estado Novo incluía o enfrentamento ao ocupante do Poder Executivo, o que significou buscar abrigo em outro partido formado sob as regras eleitorais publicadas em 1945 e que, para muitos, deveria servir como uma frente de oposição ao regime político, a União Democrática Nacional (UDN).

Oficialmente fundada em 7 de abril de 1945, a UDN reunia grupos e lideranças que pouco tinham em comum, unidos pela oposição a Vargas e o apoio à candidatura de Eduardo Gomes. A legislação eleitoral, que impedia maior fragmentação partidária, também colaborou para a concentração de forças políticas divergentes sob a mesma sigla. Segundo Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981), os setores que formaram a UDN podem ser distribuídos em cinco categorias: “a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 30; b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37; c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) as esquerdas” (BENEVIDES, 1981, p. 29).

A aliança não demorou muito para mostrar fissuras. No mesmo ano de 1945, Artur Bernardes sinalizou que trabalharia pela construção do Partido Republicano, parte da

¹⁴² Leandro Konder (1980) cita o conteúdo da correspondência de Prestes em 1938: “A aliança com Vargas em torno do combate ao fascismo já tinha sido admitida por Luiz Carlos Prestes em 1938, na discreta polêmica epistolar que manteve com um preso político integralista, o tenente Severo Fournier, quando ambos estavam internados numa enfermaria. Prestes dizia a Fournier que, pessoalmente, tinha boas razões para não estimar Vargas [...] Para o líder comunista, contudo, o ódio particular contava menos do que as convicções políticas; e Vargas lhe parecia um estadista que, nas condições da época, poderia conduzir o processo de democratização com maior firmeza do que alguns chefes militares ambiciosos ou do que determinados próceres políticos cujo discurso era liberal, mas cujo pensamento era profundamente conservador” (KONDER, 1980, p. 51). Fournier, com quem Prestes dialogou, participou do ataque ao Palácio Guanabara em 1938. A presença de Fournier, que não era integralista, indica a participação – segundo Lira Neto (2013) – de outros grupos políticos de oposição no atentado à residência oficial do presidente.

oligarquia do Rio Grande do Sul lançou o Partido Libertador e Adhemar de Barros, em São Paulo, organizava o Partido Social Progressista (PSP). A legislação demandava um esforço maior para a legalização de novas siglas, portanto, a UDN e a candidatura do brigadeiro ainda aglutinaram os grupos que anunciaram a construção de partidos independentes. Assim, a agremiação política foi tomando forma como uma frente com data para terminar e que deixaria em seu lugar um partido com um programa liberal¹⁴³, que defendia liberdades políticas, direito de greve, autonomia sindical e a circulação livre do capital estrangeiro, além de restrições às intervenções do Estado na economia.

A participação das esquerdas nessa frente política foi enfraquecida pela recusa do Partido Comunista em compor uma unidade de ação antivarguista ao lado da oposição liberal e antigos aliados de Getúlio. Desse modo, o principal grupo de esquerda a fazer parte da UDN, mesmo sendo apenas para usar sua legenda enquanto preparava um partido independente, foi a Esquerda Democrática. Fundada em agosto de 1945, a organização tinha dois núcleos principais. Um, em São Paulo, com raízes no Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), composto por Paulo Emílio Sales Gomes, Antonio Candido, Antonio Costa Correia, Germinal Feijó, Paulo Zing e Eric Czaskes, fundado em 1942 para discutir temas da conjuntura política e ironicamente nomeado como uma organização de ação inflamada. Com o ascenso das contestações ao regime político, o GRAP aproximou-se de outros setores estudantis de oposição a Vargas e contribuiu com a formação da Frente de Resistência, formada pelos liberais e pela esquerda (HECKER, 1998, p. 65). Em 1945, a Frente chegou ao fim e a maior parte dos liberais convergiu para a UDN, enquanto, à esquerda, quem não aderiu à linha política do Partido Comunista fundou a União Democrática Socialista (UDS), sob a liderança de Paulo Emílio Sales Gomes. Seu manifesto inaugural expressava o desejo de conciliar medidas socializantes com a construção de uma verdadeira democracia, que atravessaria uma etapa burguesa antes de se constituir como um regime sem classes. No que diz respeito às tarefas imediatas, a UDS considerava prioritária a luta pelo desmantelamento do Estado Novo e contra o continuísmo de Vargas.

A UDS queria ser uma corrente de esquerda alternativa ao comunismo soviético e mesmo ao trotskismo, em uma recusa das internacionais, seja a IC ou a IV Internacional. Essa posição, destacada por Alexandre Hecker (1998) e Milton Lahuerta (1992), vinha desde a participação de Antonio Candido e Paulo Emílio na revista *Clima*, publicação que reunia

¹⁴³ O programa político inaugural da UDN pode ser lido em Vamireh Chacon (1998).

estudantes da Universidade de São Paulo (USP), com destaque para os oriundos da Faculdade de Filosofia.

Tanto na “Declaração” do número 11 quanto no “Comentário” do número 12, nota-se um posicionamento que, mesmo fazendo coro com as reivindicações liberalizantes do período, pretende estar à esquerda e, dentro desse espectro, numa posição de ponta. A aversão ao dogmatismo stalinista, bem como a perspectiva de fundir os princípios de liberdade e igualdade, os colocam um passo além da cultura política hegemônica entre a esquerda. Recusando a pecha de trotskistas, afirmam uma concepção que, ainda que um tanto acadêmica, pretende extrair suas energias do diálogo com o liberalismo, não podendo desconsiderar, portanto, aquilo que o debate de época chamava de “herança burguesa”. (LAHUERTA, 1992, p. 290).

Tal postura não significava desprezo pela União Soviética ou pela vida de Leon Trotsky. Antonio Candido, por exemplo, escrevendo em 1943 para a seção “Notas de Crítica Literária” do jornal *Folha da Manhã*, resenhou o livro *Minha Vida*, de Trotsky, publicado pela primeira vez no Brasil. Seu texto não era de adesão às teses de Trotsky, tampouco de demonização da figura de Stalin. Para ele, tratava-se de uma “oposição entre a Pureza e a Eficiência” (CANDIDO, 4 jul. 1943, p. 5), pois se o fenômeno stalinista garantira a sobrevivência da União Soviética, o fez ao custo de alguns princípios. Dialeticamente, então, a intransigência das posições de Trotsky ganhava em dignidade.

As posições publicadas na revista *Clima* foram, em parte, repetidas no manifesto inaugural da União Democrática Socialista, que reafirmava o distanciamento em relação às perspectivas das correntes internacionais da esquerda.

A União Democrática Socialista procurará orientar-se nesse sentido e estimular outros argumentos esquerdistas a que o façam, estabelecendo seu plano de ação política estritamente de acordo com as peculiaridades históricas e sociais do Brasil, longe das fórmulas esquemáticas e dos sectarismos facciosos. Embora o socialismo seja por definição de caráter internacional, sobretudo na atual fase de desenvolvimento do mundo, entendemos que os meios de atingi-lo só poderão ser encontrados pelos partidos políticos esquerdistas em cada país, de acordo com suas próprias condições econômicas, sociais e políticas nacionais. Igualmente, embora a força do socialismo em todos os países esteja estreitamente ligada ao poderoso apoio moral e ideológico que representa a União Soviética, entendemos que a ação dos partidos representativos da classe operária não deve tomar como ponto de referência externa a Rússia. (UNIÃO DEMOCRÁTICA SOCIALISTA, 1998, p. 409).

As ideias presentes no documento fundador da UDS tiveram vida mais longa que a própria organização, que, poucos meses após sua fundação, decidiu entrar na Esquerda Democrática. Esta, além do núcleo paulista citado, tinha no Rio de Janeiro um outro importante lugar de atuação, com diferenças significativas entre os grupos, indicadas por Herbert Gler Mendes dos Anjos (2014, p. 78):

O núcleo do Rio de Janeiro foi formado a partir da liderança de políticos profissionais, experientes no parlamento e de tradição jurídica, influenciados pelo trabalhismo social de Lasky. São exemplos de integrantes desse grupo João Mangabeira e Hermes Lima. Já em São Paulo, predominavam professores e estudantes sem tradição parlamentar, mas com atuação política próxima dos sindicatos e com experiência de mobilização, oriunda da luta pela redemocratização. Também em São Paulo a vinculação político-ideológica com o marxismo era acentuada.

A Esquerda Democrática lançou candidatos nas eleições de 1945 e conseguiu eleger três deputados federais sob a legenda da UDN, partido com o qual manteria algum vínculo até abril de 1946, quando a Convenção Nacional da organização deliberou a construção de um partido político legal, que no ano seguinte seria nomeado Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Se a Esquerda Democrática foi o principal grupo de esquerda a dialogar com a UDN, houve um pequeno coletivo, organizado ao redor dos ex-militantes das organizações trotskistas, Mário Pedrosa e Edmundo Moniz, que também atuou eleitoralmente sob a legenda da UDN e objetivava a criação de um amplo partido de esquerda no Brasil: a União Socialista Popular (U.S.P.).

As primeiras notícias sobre a União Socialista Popular são de abril de 1945, quando a Comissão Organizadora do novo agrupamento publicou um programa mínimo como convocatória aos demais interessados em aderir ao que deveria ser o embrião de um futuro “Partido Socialista Popular”.¹⁴⁴ A plataforma se dividia entre a defesa das liberdades políticas, reivindicando a anistia, o fim do controle sobre os sindicatos, o direito de greve e um governo provisório responsável pela eleição de uma Constituinte; e bandeiras econômicas de impacto na vida dos trabalhadores, com a defesa da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, nacionalização e distribuição das terras, além do aumento do salário-mínimo, acompanhado da implementação da escala móvel de salários. O documento era seguido de um número significativo de assinaturas, o que indica certa capacidade de angariar apoio formal, mas foram poucos os momentos que dão a entender uma inserção significativa da U.S.P. entre setores populares, operários ou intelectuais. Nesse sentido, destaque-se a importância do jornal *Vanguarda Socialista*, lançado por alguns dos que compunham a organização. A Comissão Organizadora da U.S.P., segundo o *Correio da Manhã*, era composta por J. G. de Araújo Jorge, Martins Gomide, Mário Pedrosa, Edmundo Moniz, João Austregésilo de Athayde, Hugo Baldesarine e José Leal.

A presença de Edmundo Moniz, no *Correio da Manhã*, garantiu às atividades da U.S.P. divulgação em um dos grandes jornais da capital federal. Assim, a participação do

¹⁴⁴ O manifesto da União Socialista Popular foi publicado pelo *Correio da Manhã* (18 abr. 1945, p. 12).

grupo em atos públicos, como os comícios de 1º de maio ou a recepção a Otávio Mangabeira, ex-ministro das Relações Exteriores do governo Washington Luís, que retornava ao Brasil após o exílio sofrido durante o Estado Novo, era noticiada pelo jornal, que eventualmente também publicava as notas escritas pela organização.

Enquanto o projeto partidário estava em andamento, Moniz se consolidava como articulista do *Correio da Manhã* e, ao lado das discussões sobre a União Soviética, a conduta de Prestes e a atuação do Partido Comunista no Brasil figuravam como os seus assuntos principais. O ex-chefe da Coluna era um dos nomes mais lembrados nas manifestações que reivindicavam a anistia política no país, tendo sido libertado na noite de 18 de abril de 1945, antes mesmo do decreto ser publicado de forma oficial pelo Governo Federal. Havia uma pequena multidão à sua espera e, diante da demora para a saída de Prestes, um homem ameaçou invadir a prisão para tirá-lo de lá. A agitação foi logo interrompida quando um “homem do meio do povo disse: ‘Ordem, ordem. Luiz Carlos Prestes quer ordem’. E acabou-se” (CORREIO DA MANHÃ, 19 abr. 1945, p. 3).

A resposta dada àquele que não queria esperar resumia a postura pública que o principal nome do Partido Comunista adotaria durante a transição da ditadura do Estado Novo para o regime da Constituição de 1946. Os anos na cadeia custaram muito a Prestes. Sua esposa, Olga Benário, presa junto com ele após o frustrado levante de 1935, fora deportada para a Alemanha e morta pelos nazistas. Do relacionamento, nasceu uma menina, Anita, que ainda não conhecera o pai e, cumprindo sua pena, Prestes não pôde acompanhar o sepultamento de sua mãe, Maria Leocádia Prestes. No entanto, o “Cavaleiro da Esperança” não deixou a prisão para impor uma linha política de revanche: pregava a colaboração com o governo para lutar contra o fascismo, dentro e fora do país. Era uma atitude condizente com a moral comunista de sua época, de submissão das questões pessoais àquelas que eram consideradas as necessidades da luta de classes.

A aplicação da linha política do partido pode ser vista também na literatura. Jorge Amado, membro do PCB, escrevera “O Cavaleiro da Esperança”, livro sobre a vida de Luís Carlos Prestes, entre 1941 e 1942, durante o seu exílio na Argentina. A obra ficaria restrita às edições fora do Brasil até 1945, quando pôde ser publicada no país. Porém, a conjuntura mudara em pouco tempo e o romancista, em defesa da união nacional, teve de deixar um alerta ao leitor brasileiro no prefácio à primeira edição do seu livro:

Refleti muito antes de entregar os originais aos meus editores. Preocupava-me a possibilidade desse livro ser explorado demagogicamente contra figuras do governo e, em particular, contra o sr. Getúlio Vargas. Explorado pelos elementos golpistas

que fazem no momento que escrevo a pregação de uma saída violenta e perigosa da crise atual. É claro que minha posição de escritor de esquerda é absolutamente antigolpista, é pela Unidade Nacional, é pela saída pacífica da crise através de um governo de coalizão nacional que presida eleições livres e honestas. É claro também que, desde 1942, quando apresentei-me com vários companheiros exilados às autoridades brasileiras para colaborar no esforço de guerra contra o nazismo, modificou-se profundamente minha posição ante o governo brasileiro. É que a posição política deste governo igualmente muito se modificara... (AMADO, 2011, p. 12).

O “Cavaleiro da Esperança” deixou a prisão para ser um líder de massas. No mês seguinte, uma sequência de convocatórias publicadas na grande imprensa anunciava um comício para ouvi-lo no estádio do Vasco da Gama, apresentando a estrela principal do ato como um político democrata, representante do proletariado, mas interessado nas supostas tarefas nacionais que uniam os trabalhadores e capitalistas.

Na noite do dia 23 de maio, a casa do clube carioca se encheu de espectadores para ouvir a palavra de Prestes. Na abertura do comício, foram executados os hinos do Brasil, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Esta última havia substituído A Internacional por um novo hino, de teor nacionalista. Em seu discurso, reproduzido pelos principais jornais do país e publicado como folheto, Prestes justificava a mudança de posição que levara os comunistas à defesa de palavras de ordem e alianças em defesa da democracia burguesa:

Antes da guerra, nós, comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador. (PRESTES, 1945, p. 13).

A formulação de Prestes não indicava uma mudança tática dos comunistas, mas a avaliação de que uma etapa histórica diferente estava sendo construída, na qual o caminho das mudanças envolvia mais que os atos de força, quando o cenário internacional supostamente apontava para relações pacíficas entre as principais potências militares saídas da II Guerra Mundial. Os comunistas brasileiros, portanto, teriam como tarefas principais colaborar com a realização de eleições livres e uma Constituinte. O que gerava maiores resistências entre as demais organizações políticas era o lugar que os comunistas atribuíam a Vargas. Dizia Prestes em seu discurso:

A oposição exige que o sr. Getúlio Vargas abandone o cargo, para que seja mantida a paz interna. Mas será esse realmente o caminho democrático da ordem, da paz, e da união nacional? Não terá, ao contrário, razão o sr. Getúlio Vargas ao afirmar que seu dever é manter a ordem para levar o país às eleições livres e honestas e entregar o poder ao eleito da Nação? Sua saída do poder neste instante seria uma deserção e

uma traição que não contribuiria de forma alguma para a União Nacional; pelo contrário, despertaria novas esperanças entre os fascistas e reacionários e aumentaria as dificuldades, tornando ainda mais ameaçador ainda o perigo de golpes de estado e de guerra civil. (PRESTES, 1945, p. 23).

Dentre os que se opunham às teses defendidas por Prestes estava a União Socialista Popular. Edmundo Moniz, alguns dias após o comício citado, iniciou uma série de artigos cujo objetivo principal era a crítica da política do Partido Comunista. O primeiro dos textos, “As ideias e as atitudes”, começava questionando a nova aparência pública do PCB, que naquele momento se apresentava como portador de um “comunismo sensato e prudente que aconselha aos operários viverem idilicamente com os patrões, resolvendo suas questões de maneira harmônica, franca e leal” (MONIZ, 10 jun. 1945, p. 1). Da fala proferida em São Januário, Moniz enfatizava a defesa da resolução negociada dos conflitos de classe, momento em que Prestes utilizou uma linguagem estranha ao marxismo, chamando os embates entre trabalhadores e patrões de “divergências inevitáveis criadas pela própria vida” (PRESTES, 1945, p. 21), detalhe que não passou despercebido pelo seu crítico, que também condenava os trechos nos quais o líder comunista punha os trotskistas ao lado de fascistas e quintas-colunas.

A decepção ou divergência de parte das esquerdas com a posição de Prestes e do PCB era compreensível, afinal, Vargas chefiara uma ditadura que abrigou adeptos e admiradores do fascismo, além da brutal repressão sobre as organizações de esquerda, praticamente desmobilizadas pelo Estado Novo. Entretanto, o processo político tomou um caminho em que vários colaboradores do Estado Novo passavam para a oposição, tornando-se democratas de véspera, enquanto o ditador, mesmo que por força da conjuntura, implementava as mudanças que punham fim à ditadura. Em *Os democratas autoritários*, João Almino (1980) destaca o esvaziamento do conteúdo efetivamente democratizante da oposição e de seu principal partido, a União Democrática Nacional, ao longo do ano de 1945. A anistia, a liberdade partidária, de imprensa e de manifestação foram tornadas realidade ainda com Vargas no poder. Outra interpretação, defendida por Jorge Ferreira (2005), destaca o componente social da transição para um novo regime, pois o enfoque liberal nas bandeiras democráticas contribuiu para que a legislação social ficasse exclusivamente vinculada ao governo, criando um temor entre os trabalhadores de que a queda de Vargas “ameaçasse os princípios que fundamentavam a cidadania social” (FERREIRA, 2005, p. 30). Restava à oposição contestar a figura de Getúlio Vargas.

Para representar nas urnas a contestação ao presidente, a UDN tinha o brigadeiro Eduardo Gomes como o seu candidato à presidência da República. Gomes participara do levante de 5 de julho de 1922 e sobrevivera – junto com Siqueira Campos – ao combate

travado na avenida Atlântica entre as tropas do governo e os revoltosos do Forte de Copacabana. Dois anos depois, foi um dos organizadores da nova revolta tenentista e acabou preso quando, diante da derrota do movimento, ia ao encontro das tropas que formaram a Coluna Prestes-Miguel Costa. Só retornou às Forças Armadas com a chegada de Vargas à presidência, quando ele anistiou os militares que participaram das revoltas da década de 1920 e restituiu-os à carreira militar. O candidato udenista, portanto, além do bom trânsito entre os setores liberais, portava uma experiência que poderia ser explorada como uma trajetória heroica¹⁴⁵.

Para os grupos de esquerda que discordavam da política do PCB, era preciso formalizar um programa político que sinalizasse uma disputa maior do que o choque entre características pessoais dos candidatos ou comparações com quem deixaria o poder. Dessa forma, a Esquerda Democrática e a União Socialista Popular apresentaram plataformas para a candidatura udenista, tentando resgatar o conteúdo democrático e progressista que se perdia nos embates ao redor da figura de Vargas. Em 13 de junho de 1945, o *Correio da Manhã* publicou dois “programas mínimos” formulados pelas duas organizações e apresentados a Eduardo Gomes, que formalmente concordou com eles e assim recebeu o apoio da Esquerda Democrática e da U.S.P. Esta última, representada por uma comissão formada por Martins Gomide, Edmundo Moniz, J. G. de Araújo Jorge, Alberto Bahia, Déa Paranhos e Mário Pedrosa, apresentou, em reunião com o candidato, uma declaração de princípios:

Nesta hora em que todas as forças democráticas se reúnem num amplo movimento popular a fim de combater pela democratização do país e contra o regime totalitário que nos oprime, estabelecendo o “clima” necessário para que sejam respeitadas as liberdades públicas, e o povo trabalhador possa lutar, livremente, por suas reivindicações econômicas, políticas e sociais, a União Socialista Popular, fiel a seu manifesto convocatório, já amplamente divulgado, se prontifica a apoiar o brigadeiro Eduardo Gomes, marchando em Frente Única com todas as forças que estão a seu lado, na base dos seguintes princípios: I – Revogação da carta de 1937 e elaboração de uma constituição amplamente democrática que garanta o regime representativo através do sufrágio universal, direto, secreto e proporcional; II – liberdade de pensamento pela palavra escrita, falada e irradiada; liberdade de organização partidária e cultural, de reunião e de cátedra; III – autonomia sindical e direito de greve; IV – dissolução do Tribunal de Segurança, do DNI, do DASP e revogação de todas as leis de opressão; V – medidas contra a carestia de vida e a adoção de escala móvel dos salários; VI – abolição do imposto sindical e da contribuição obrigatória à LBA; VII – liberdade de cultos nos termos do artigo 72 § 7 da Constituição de 1891; VIII – ensino gratuito em todos os graus; IX – ampliação e aperfeiçoamento da legislação trabalhista, escoimando-a dos seus caracteres fascistas; X – combate à inflação pela supressão dos impostos sobre gêneros de primeira necessidade, medicamentos e vestuário, e instrumentos de trabalho manual indispensáveis às classes média e trabalhadora; XI – incidência do imposto sobre a renda a partir da fixação do mínimo de subsistência em 30.000 cruzeiros, elevação

¹⁴⁵ Sobre a participação de Eduardo Gomes na política brasileira, ver Flavio Salles Ferro (2020).

para 6.000 cruzeiros da quota relativa a cada filho e 10.000 cruzeiros para a esposa. Isenção da taxa adicional de 10% para solteiros. (UNIÃO SOCIALISTA POPULAR, 13 jun. 1945, p. 1).

As reivindicações de ações contra a inflação que corroía os salários dos trabalhadores, a defesa de uma nova Constituição e os pontos sobre as liberdades democráticas, no geral, são encontradas nas manifestações das principais forças políticas, estivessem ainda no governo ou construíssem a oposição; nesse sentido, defender a liberdade da atividade sindical constituía uma demarcação mais efetiva por parte da União Socialista Popular diante dos setores com os quais ela polemizava. Isso porque Prestes, por exemplo, citou a liberdade sindical em seu discurso, mas sem explicar quais os pontos da legislação deveriam ser alterados e, logo depois, fez a pregação em favor da harmonia entre patrões e empregados, contra a qual Moniz disparou em sua coluna no *Correio da Manhã*.

Da mesma forma, o Partido Trabalhista Brasileiro, cujas notícias do mês de junho já davam conta da sua criação, tratava da questão com alguma dificuldade. O partido, que reunia as lideranças sindicais ligadas ao Ministério do Trabalho, era uma “invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta” (ARAÚJO, 1996, p. 26). Sendo assim, a organização tinha como um de seus pilares a defesa da legislação trabalhista implementada por Vargas, mas precisava se adaptar aos novos tempos e propor um modelo mais livre de relações entre o Estado e os sindicatos. Não era algo fácil de ser resolvido. O primeiro programa do PTB incluiu um ponto sobre a autonomia dos sindicatos, que defendia, entre outras medidas, a liberdade de escolha das diretorias das associações, sem que o Estado tivesse de aceitar seus membros, e o fim da repressão policial sobre os sindicatos. Entretanto, ao tratar do direito de greve, distinguia os movimentos paredistas entre legais e ilegais, definindo os critérios para tal:

27) Defesa do direito de greve pacífica e a distinção entre greve legal e ilegal. O direito ao recurso da greve pacífica não colide com a existência da Justiça do Trabalho. A esta compete dirimir os dissídios que, justamente pela existência da greve, se comprovam.

A greve poderá, entretanto, ser legal ou ilegal. Serão legais as greves:

- a) quando o pagamento do salário não for feito até 72 horas depois da data fixada;
- b) quando a empresa se recusar ao cumprimento de decisão da Justiça do Trabalho em dissídio coletivo;
- c) quando a empresa se recusar a discutir com a entidade sindical dos empregados reivindicações sobre aumento de salários.

São ilegais as greves:

- a) em serviços públicos cuja paralisação traga prejuízos à coletividade e nas empresas que interessam à segurança nacional;
- b) as que assim forem declaradas pela Justiça do Trabalho por terem sido realizadas em desacordo com os preceitos legais.

Toda greve será sempre pacífica, fixadas penalidades para os que praticarem atos de violência. (PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, 1998, p. 483-484).

Dessa forma, o PTB se mantinha identificado com os direitos trabalhistas conquistados durante os quinze anos de Vargas à frente do Executivo e sinalizava uma abertura para as reivindicações de maior autonomia do campo sindical, porém, formalizava em seu programa limites para o direito de greve e sugeria punições aos movimentos que ultrapassassem o caráter pacífico das ações do movimento operário. Havia, portanto, espaço para que grupos de esquerda levantassem a bandeira da liberdade sindical, como a União Socialista Popular tentava fazer.

Havia, entretanto, um obstáculo de classe. Formalmente, o direito de greve e a liberdade sindical estavam no programa político do candidato presidencial da UDN e integravam as pautas defendidas por algumas lideranças deste partido, mas não conseguiram mobilizar bases consideráveis de trabalhadores em torno seja da agremiação ou de Eduardo Gomes. Na verdade, as principais manifestações vindas do mundo do trabalho eram favoráveis a Getúlio. Manifestações da oposição ao Estado Novo, ao longo do ano de 1945, eram, muitas vezes, locais de altercações com defensores de Vargas, chegando ao enfrentamento físico entre as partes¹⁴⁶. Esses embates eram estimulados pela palavra de ordem de “queremos Getúlio”, cuja transformação no mencionado movimento de massas contou com a intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento Nacional do Trabalho, além do financiamento de empresários ligados ao Governo Federal, dentre os quais se destacava Hugo Borghi. O “queremismo”, inicialmente uma reação às invectivas da oposição, tornou-se um movimento organizado em defesa do direito de votar em Getúlio nas eleições que se aproximavam. Ao mesmo tempo mobilizador de camadas operárias, o movimento expressava os limites do trabalhismo, pois Vargas modelara o sistema eleitoral para “impedir o regresso ao poder político das classes proprietárias conservadoras, criando um contrapeso urbano industrial aos coronéis” (ANGELI, 2016, p. 7), mas o sufrágio operário, assim como os canais de negociação abertos pelo corporativismo sindical, servia como uma via legítima para a participação política dos trabalhadores, em contraponto à revolução social.

Em agosto, a campanha quememista se intensificou com a expectativa de grandes comícios, tendo sido o primeiro marcado para o dia 20 daquele mês. No mesmo mês, o PCB

¹⁴⁶ Michelle Reis de Macedo (2008) cita o confronto ocorrido em uma manifestação dos estudantes paulistas em 2 de março daquele ano, a recepção, em Minas Gerais, ao então governador Benedito Valadares, que teve de escutar gritos de “Getúlio” vindos dos presentes à sua chegada e um comício da UDN, realizado no Rio de Janeiro e que também fora alvo de manifestações pró-Vargas.

reuniu o seu Comitê Nacional e deliberou pelo envio de um telegrama ao presidente Getúlio Vargas, documento divulgado publicamente:

O Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, no ato do encerramento de sua primeira reunião pública plenária, em que foram tomadas resoluções que visam acelerar a nossa marcha pacífica para a democracia, vem reafirmar a v. excia. o seu apoio e aplausos às medidas efetivas de conteúdo democrático adotadas pelo governo, principalmente a partir do início deste ano. O Comitê Nacional traduzindo o sentimento de desinteresse geral de nosso povo pelas eleições presidenciais não obstante as candidaturas apresentadas de dois ilustres generais de nossas gloriosas Forças Armadas, convencido de não ser esse o melhor caminho para a democratização do país, cumpre o dever de reclamar de v. excia. a reforma da Lei Constitucional número 9, a fim de colocar o problema da reconstitucionalização democrática da Nação nos seus verdadeiros termos, através de um decreto que convoque no menor prazo a Assembleia Constituinte, como a maneira mais acertada e segura de derrotarmos política e moralmente o fascismo e garantirmos, ampliarmos e consolidarmos o progresso e a democracia para nossa Pátria. O Comitê Nacional aproveita ainda o ensejo para expressar a v. excia. a satisfação do Partido Comunista do Brasil pela terminação da guerra contra o militarismo nipônico, assinalando o início do período de paz duradoura para todos os povos. (TRIBUNA POPULAR, 15 ago. 1945, p. 1-2).

A posição dos comunistas “assumia, assim, o lema cuja autoria até então recusara: ‘Constituinte com Getúlio’” (FERREIRA, 2005, p. 47) e reforçou, em Edmundo Moniz, a desconfiança de que o partido sonhava com espaço formal no governo de Vargas e poderia atuar para a sua continuidade, alterando o calendário eleitoral. Era a interpretação dada aos chamados feitos pelos comunistas para a formação de um governo de “confiança nacional”, sugerido por Prestes em São Januário¹⁴⁷ e reforçado, principalmente, pelos artigos de Pedro Motta Lima, diretor do jornal comunista *Tribuna Popular*.¹⁴⁸ O partido e o seu dirigente máximo não afirmavam que um novo ministério deveria abrir espaço para os comunistas, mas também não negavam que comporiam um possível governo de “confiança nacional”. Dias após a declaração do Partido Comunista e o primeiro grande comício queremista, Edmundo Moniz publicou um longo artigo no *Correio da Manhã*, intitulado “Posição Definida”, com pesadas críticas ao secretário-geral do PCB e até a outras organizações da esquerda brasileira.

Até há pouco tempo existia, e é possível que ainda exista, quem acreditasse seriamente numa reviravolta política de Luís Carlos Prestes: afastando-se da ditadura, ele viria se colocar do lado dos que lutam, de fato, pela democratização do país. Deste mal, ou melhor, desta ilusão, sofriram alguns elementos pertencentes a chamada “esquerda democrática”. Não digo todos porque uma parte dos que a

¹⁴⁷ Disse Prestes na ocasião: “E para chegarmos a eleições livres torna-se cada dia mais necessário um governo que inspire confiança à Nação, um governo de que participem homens de prestígio popular e na altura de enfrentar e resolver os graves problemas da hora que atravessamos” (PRESTES, 1945, p. 26)

¹⁴⁸ Um governo de “confiança nacional” era exigência comum na imprensa comunista, mas destacamos a frequência e espaço do qual Pedro Motta Lima dispunha para agitar a proposta do PCB. Pedro Motta Lima (29 jun. 1945, p. 3) e (5 ago. 1945, p. 3).

compõem não passam de partidários disfarçados de Prestes, infiltrados no movimento afim de sabotá-lo, decompô-lo, estabelecer a desunião em seu seio, tornando-o inócuo, distanciado das massas e quase sem razão de existir. A verdade é que a referida “esquerda” direta ou indiretamente se acha curvada ante Prestes, procurando agradá-lo a ponto de se mostrar hostil para com os elementos que veem a necessidade de combatê-lo. (MONIZ, 26 ago. 1945, p. 1).

O entendimento da referência à Esquerda Democrática é prejudicado pela ausência de detalhamento acerca dos motivos que embasaram a crítica ácida de Moniz. Contudo, talvez a pista esteja em um texto escrito por Antonio Candido décadas depois. Ao homenagear Mário Pedrosa na ocasião de seu centenário, o crítico literário relatou a presença de desavenças entre o grupo do *Vanguarda Socialista* e alguns membros da Esquerda Democrática no Rio de Janeiro, que eram simpáticos ao Partido Comunista, o que na época aparecia como um sinal de proximidade com o stalinismo.¹⁴⁹ Também é verdade que alguns líderes da futura Esquerda Democrática, antes dela existir, procuraram Prestes na prisão para discutir a adesão ao movimento contra o Estado Novo¹⁵⁰ e Getúlio Vargas, em episódio citado por Alexandre Hecker:

Entre várias visitas que o “Cavaleiro da Esperança” recebeu, ainda preso, estiveram os paulistas Germinal Feijó, Cory Porto Fernandes e Paulo Emílio Salles Gomes. Estes representantes do socialismo de São Paulo procuraram-no com vistas à ampliação do movimento que encetavam. Todavia, apesar de Paulo Emílio permanecer horas a fio na cela do líder comunista, dali saiu frustrado. Quase não emitira nenhuma palavra – relatou a seus companheiros que ficaram aguardando o resultado da entrevista em um bar das proximidades da cadeia –, pois Prestes “falara sem parar todas aquelas horas sobre a necessidade da união com Vargas”. (HECKER, 1998, p. 67).

No entanto, ao longo de 1945, a posição oficial do grupo que constituiu a Esquerda Democrática não deu indícios de concessões à linha política do Partido Comunista. Um dia antes do texto de Moniz, a organização lançou seu manifesto inaugural, baseado na plataforma entregue ao candidato Eduardo Gomes, mas com elaboração mais ampla. No documento há o rechaço à política da União Nacional e à proposição defendida pelos comunistas acerca de um governo de confiança nacional.

A Esquerda Democrática declara-se convencida de que a restauração da normalidade econômico-financeira, como a solução dos problemas sociais mais urgentes, exigirá medidas de tamanha importância que só um governo fortalecido pelo apoio popular

¹⁴⁹ Antonio Candido (2001, p. 15) deu o professor Edgardo de Castro Rebelo como exemplo.

¹⁵⁰ Em “Posição definida”, Moniz, aparentemente, fez menção a movimento semelhante, ao dizer: “Para Prestes executar os seus projetos, o essencial era conter e retardar o desenvolvimento da UDN, separá-la das massas e impedir que ela se tornasse um movimento de grande amplitude popular. Nesta tarefa, os prestistas, por intermédio de alguns elementos iludidos ou de má-fé, insinuaram a possibilidade de adesão de Prestes à UDN, e chegaram mesmo a ter certa influência em suas fileiras onde se encontravam e se encontram ainda, vários de seus agentes encapuçados.” (MONIZ, 26 ago. 1945, p. 1)

será capaz de as pôr em prática, pacificamente. [...] Esse governo de confiança nacional não poderá sair das entranhas da ditadura, sejam quais forem os adjetivos com que se enfeite a candidatura levantada pelo “continuismo” em desespero, como tábuas de salvação no seu naufrágio. (JORNAL DO BRASIL, 25 ago. 1945, p. 6).

Portanto, o indício encontrado no depoimento de Antonio Candido tem força explicativa maior do que o programa político formalmente divulgado pela organização.¹⁵¹ Não obstante tal programa, a má impressão causada em Edmundo Moniz foi duradoura e justificou, algum tempo depois, sua rejeição em aderir ao então recém-criado Partido Socialista Brasileiro, para onde foram alguns de seus ex-companheiros de Liga Comunista e do jornal *Vanguarda Socialista* – com destaque para Mário Pedrosa – que teve seu primeiro número lançado no final de agosto de 1945.

Ainda em seu artigo de 26 de agosto, Moniz tratou os comunistas como os responsáveis pela agitação queremista e admitiu que a UDN falhara na tarefa de desenvolver uma atividade política de massas. Por sua vez, ocupando os espaços junto aos trabalhadores, agitando a bandeira da Constituinte com Getúlio, Prestes estaria preparando um golpe para participar de um governo junto com Vargas. Assim, Moniz concordava com a Constituinte, mas não com a presença do ditador e via na linha política do PCB apenas um conteúdo demagógico para alcançar o poder:

Sim. Luís Carlos Prestes quer, atualmente, uma Assembleia Constituinte afim de revogar a carta de 1937, evitando, com a elaboração de uma carta democrática, a eleição de um ditador em lugar de um presidente da República. A ideia está certa. Cremos que todas as correntes democráticas concordariam com ele, exigindo apenas que Getúlio Vargas passasse o governo ao Judiciário. (MONIZ, 26 ago. 1945, p. 1).

Além da relação entre o PCB e os partidários de Vargas, havia um outro tema importante para Moniz: as classes sociais e a revolução no Brasil. Em seu artigo do início de agosto, “A falsificação das ideias”, o jornalista explorou declarações e discursos de Prestes, para destacar a caracterização da sociedade brasileira e a concepção de revolução que o Partido Comunista defendia naquele momento. A referência principal foi um texto escrito por Prestes em 1944, mas divulgado pelo jornal *O Globo* em maio de 1945. Nele, o líder do Partido Comunista explicava que a derrota do nazifascismo tornava a democratização do regime político brasileiro inevitável e deveria ser, necessariamente, um processo sem rupturas violentas, comandado pelo governo de união nacional. Assim, nenhuma ilusão acerca de uma

¹⁵¹ Outro que ficou descontente com a postura da Esquerda Democrática foi Carlos Lacerda. Dulles, na biografia que escreveu sobre o jornalista que teria simpatizado com a organização durante a formação da UDN, aponta: “Carlos desencantou-se com a ED quando, segundo ele, o partido não se organizou como algo equivalente ao Partido Trabalhista da Inglaterra e, ao invés disso, adotou uma postura estúpida e fraca para que Prestes não se sentisse ofendido. ‘A Esquerda Democrática se presta ao papel de veículo da linha justa na UDN’, escreveu Carlos a Osório Borba em julho” (DULLES, 1992, p. 85).

revolução poderia ser cultivada, pois ela não seria benéfica, restando ao proletariado se aliar à burguesia nacional na construção de um “regime republicano, progressista e popular” (O GLOBO, 15 mar. 1945, p. 12). As ideias de Prestes não expressavam apenas uma moderação, supostamente exigida por uma conjuntura política, também materializavam uma concepção acerca da formação social brasileira e do estágio da economia e das relações de classe no país:

Que essa seja, no caso particular do Brasil, a única perspectiva justa para um marxista parece não poder haver nenhuma dúvida, pois é evidente que entre nós faltam para uma revolução socialista não só as mais elementares condições subjetivas como as imprescindíveis condições objetivas. Aliás, os comunistas no Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa, como é fácil verificar pelos seus documentos mais autorizados. [...] Além disto, objetivamente, num país industrialmente atrasado como o nosso, a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva. O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no Brasil. (O GLOBO, 15 mar. 1945, p. 12).

À frente de um partido político comunista, Prestes precisava buscar uma justificativa à luz do marxismo e, preferencialmente, na tradição bolchevique. Foi procurá-la em Lenin, que apareceu em seu texto diretamente, ao afirmar: “na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lenine que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo” (O GLOBO, 15 mar. 1945, p. 12). Também é perceptível, indiretamente em outros trechos, nos quais Prestes parece tentar adaptar, com ampla liberdade, as reflexões do revolucionário russo apresentadas em um de seus textos mais conhecidos, “Duas táticas da social-democracia”. Este escrito da primeira metade de 1905, comentava os programas das duas alas da social-democracia na Rússia, bolcheviques e mencheviques, que realizaram, naquele ano, um Congresso e uma Conferência, respectivamente, para tratar da revolução em curso naquele país. Nas resoluções e artigos abordados por Lenin havia certo consenso acerca do caráter burguês do processo revolucionário, que serviria para reforçar as bases de sua dominação social. Porém, naquele momento, os bolcheviques levantaram a bandeira da república democrática, que seria fundada sob um governo revolucionário provisório que poderia contar com a presença dos social-democratas, a quem caberia combater a contrarrevolução e ampliar as conquistas possíveis ao proletariado e ao campesinato. Os mencheviques, identificados no documento como os “neoiskristas”, em referência ao jornal do Partido Operário Social-Democrata Russo que ficara sob controle do grupo, não defendiam a participação em um governo provisório, que identificavam como um espaço hipoteticamente dominado pela

burguesia. As resoluções dos bolcheviques eram mais detalhadas e Lenin usou o seu espaço de crítica para expor o significado das palavras de ordem erguidas pelo seu grupo e destacar o papel do proletariado no processo revolucionário russo de então. Dessa forma, o programa e a tática bolchevique apareciam de forma mais clara e menos evasiva.

O didatismo de Lenin colaborou para que fosse possível perceber a distância entre o seu texto escrito em 1905 e o uso de um excerto por Prestes quarenta anos depois. O secretário-geral do PCB fez referência a um parágrafo do trabalho de Lenin que dizia:

O marxismo rompeu irrevogavelmente com as especulações dos populistas e anarquistas, segundo as quais a Rússia, por exemplo, poderia evitar o desenvolvimento capitalista, contornar o capitalismo ou ignorá-lo através de algum meio que não fosse a luta de classes no terreno e dentro dos limites desse mesmo capitalismo. Todas essas teses marxistas foram detalhadamente demonstradas e repetidas, tanto de forma geral como em particular, em relação à Rússia. E delas se deduz que buscar a salvação da classe trabalhadora em algo que não seja o maior desenvolvimento do capitalismo é uma ideia reacionária. Em países como a Rússia, a classe trabalhadora sofre não tanto com o capitalismo, mas com o desenvolvimento capitalista insuficiente. Por isso, a classe trabalhadora está plenamente interessada no desenvolvimento mais amplo, livre e rápido do capitalismo, e a eliminação de todos os vestígios do passado que dificultam esse desenvolvimento é benéfica para eles. (LENIN, 1976, p. 44-45, tradução nossa).¹⁵²

Lenin reconhecia que o desenvolvimento capitalista da Rússia poderia ser acompanhado de conquistas para o proletariado e seu texto pode ser lido como uma forma etapista ou evolucionista de compreender a história. Assim, Prestes pisava em terreno relativamente firme para defender a necessidade do fortalecimento das relações capitalistas no Brasil, mas o uso da brochura de Lenin trazia um limite evidente para os que, ocasionalmente, conhecessem-na. Enquanto Prestes realizava um chamado à ordem e depositava confiança em uma suposta burguesia progressista, Lenin, em 1905, polemizara com os mencheviques acerca da participação em um possível governo provisório, pois caberia ao “povo”, ou seja, ao proletariado, ao campesinato e à pequena-burguesia, a direção da revolução burguesa; caso fosse deixada ao domínio político da burguesia, esta buscaria um acordo com a monarquia. O objetivo de Prestes era realizar uma aliança ampla com setores burgueses, o de Lenin era

¹⁵² Do original: “El marxismo ha roto irrevocablemente con las lucubraciones de los populistas y anarquistas, según las cuales Rusia, por ejemplo, podría evitar el desarrollo capitalista, sortear el capitalismo o pasarlo por alto, por algún medio que no sea el de la lucha de clases en el terreno y dentro de los límites de ese mismo capitalismo. Todas estas tesis marxistas han sido detalladamente demostradas y repetidas, tanto en general como en particular, con respecto a Rusia. Y de ellas se deduce que buscar la salvación de la clase obrera en algo que no sea el mayor desarrollo del capitalismo, es una idea reaccionaria. En países como Rusia, la clase obrera sufre no tanto del capitalismo como del insuficiente desarrollo capitalista. Por eso, la clase obrera está plenamente interesada en el desarrollo más amplio, libre y rápido del capitalismo y para ella es beneficiosa la eliminación de todos los vestigios del pasado que entorpecen ese desarrollo” (LENIN, 1976, p. 44-45).

constituir um bloco armado e organizado de trabalhadores para expandir os limites da revolução burguesa em seu país.

Moniz reconheceu a origem da citação e, utilizando outros trechos do mesmo trabalho, questionou a fala de Prestes através da contradição entre seu pacifismo e a constante luta de classes, o seu reformismo conciliador e a estratégia revolucionária e de independência de classe dos bolcheviques. Ao tratar do capitalismo no Brasil, ele se aproximava das contribuições de Trotsky:

Luiz Carlos Prestes tem elementos para estabelecer a confusão, explorando a complexidade do panorama econômico e político do Brasil. Sim. O Brasil ainda não completou a sua revolução agrária nacional democrática burguesa. É um país semicolonial, de vastos latifúndios, que perdeu a fase da evolução orgânica do capitalismo industrial. Seu desenvolvimento econômico desigual e combinado só patenteia pela coexistência e confusão das distintas fases e etapas do caminho histórico, desde as mais envelhecidas até as mais modernas. (MONIZ, 05 ago. 1945, p. 1).

As considerações de Moniz sobre a economia brasileira naquele momento não foram detalhadas ou marcadas por uma clareza de definições, mas deixam pistas quanto ao seu pensamento acerca do país. Em dado momento, no mesmo artigo, afirmou que “nas condições atuais do Brasil, as massas trabalhadoras das cidades e dos campos só poderão ser exploradas sob a forma semifeudal e semicolonial” (MONIZ, 05 ago. 1945, p. 1). Entretanto, uma referência desse tipo fazia parte da compreensão da formação econômico-social brasileira como um todo desigual e combinado, no qual o arcaico e o moderno convivem lado a lado. A superação desse quadro, segundo Moniz, aconteceria “aos saltos”, com papel decisivo do proletariado não no desenvolvimento do capitalismo, mas na condução do processo revolucionário que não se daria por etapas, e sim de forma permanente.

Era a introdução, na obra de Moniz, de temas que ocuparam lugar central na reflexão intelectual e nos programas políticos ao longo do período entre 1945 e 1964. No que Ricardo Bielschowsky (2006) nomeou de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, mesmo aqueles que não aderiram à ideia de superar o subdesenvolvimento pela industrialização eram provocados pelos mesmos problemas. Pensavam nas características e nas possibilidades do capitalismo no Brasil, mesmo que para superá-lo. A reflexão sobre a história do Brasil, sua sociedade e economia, além da elaboração de projetos políticos eram realizadas conjuntamente, em dinâmica que ganhou impulso importante no início da década de 1940, a partir de sujeitos em espaços distintos, com impacto e interesses variados.

No mesmo ano dos comícios do PCB, que tanta rejeição provocaram no jornalista do *Correio da Manhã*, foi publicado *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior. Este,

que em 1933 lançara *Evolução Política do Brasil*, realizando – sob a forma de ensaio – uma síntese da história do Brasil a partir de uma visão materialista e privilegiando a análise das classes sociais, descartando que as relações de produção feudais tivessem prosperado no país, também publicara *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942. Com *História Econômica do Brasil* pôs a abordagem sobre a economia brasileira no centro de suas preocupações. Para ele, a problemática do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a sua superação permaneceria fundamental durante as décadas seguintes, materializada em trabalhos como *A revolução brasileira* (1966) e *História e Desenvolvimento* (1969).

Também nos anos 1940, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que, dirigida pelo argentino Raúl Prebisch, foi responsável por um instrumental particular de análise das economias latino-americanas, baseado nas categorias de “centro” e “periferia”, que apontava para um distanciamento progressivo entre as economias industrializadas e os países subdesenvolvidos. Levando em consideração que o subdesenvolvimento não era uma etapa do capitalismo, a elaboração teórica cepalina defendia a industrialização e o planejamento como caminhos para a superação de tal situação. No Brasil, o principal expoente do pensamento cepalino foi Celso Furtado, que a partir de 1949, ano de seu ingresso na CEPAL, desenvolveu intensa reflexão intelectual sobre o Brasil e engajamento na construção de políticas desenvolvimentistas.

No caso de Moniz, as referências às características do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e aos interesses da burguesia nacional são constantemente encontradas nos seus artigos escritos entre 1945 e 1968. Entretanto, a dificuldade de enxergarmos, nos seus textos, definições precisas acerca da economia brasileira não causa estranhamento se pensarmos que esses aspectos não possuíam lugar central na sua escrita, quase sempre dedicada às questões consideradas mais urgentes da luta política. É assim que o assunto persiste no artigo seguinte de sua autoria, já em setembro. Em “As palavras e os atos”, Moniz retornou aos textos de Lenin, dessa vez utilizando trechos de “A revolução proletária e o renegado Kautsky”, um escrito de 1918 no qual o líder bolchevique respondia às críticas formuladas pelo social-democrata alemão Karl Kautsky, marxista de maior destaque no intervalo entre a fundação da Internacional Socialista e a Primeira Guerra Mundial, período no qual ajudara a inspirar toda uma geração de revolucionários. Porém, a posição de Kautsky sobre o conflito iniciado em 1914 criou uma distância definitiva entre ele e os bolcheviques, processo aprofundado pela sua discordância com o regime político instaurado na Rússia após a revolução de outubro de 1917. Da resposta que Lenin dirigiu ao artigo “A ditadura do proletariado”, do social-democrata alemão, Moniz utilizou as frases nas quais Lenin advertia contra o movimento que,

ao demarcar os aspectos progressistas de um regime político sob a hegemonia da burguesia diante da forma feudal, acabava fazendo a sua apologia no lugar da luta pelo socialismo. O vínculo entre o “renegado Kautsky” e as posições de Prestes em 1945, para Moniz, era encontrado na defesa da etapa burguesa da revolução brasileira, que empurraria o socialismo para um futuro distante, que, se dependesse das más intenções atribuídas a Prestes, nunca chegaria.

O que Moniz enxergava nas ações de Prestes era a preparação do continuísmo da ditadura de Vargas com a participação dos comunistas, mas sem que isso significasse um conteúdo progressista ao arranjo político. Para ele, enquanto o Partido Comunista cortejava o presidente, a burguesia já decidira abandoná-lo:

É claro que Luís Carlos Prestes sente-se bem a gosto quando alguém mostra a sua deserção do campo socialista. Com isto, ele julga que poderá conquistar a simpatia e a confiança da burguesia nacional. Mas se engana redondamente. Se a burguesia nacional teme o comunismo também reconhece que o totalitarismo não lhe convém no momento. Atualmente, ela está farta do Estado Novo, do getulismo, sentindo-se visivelmente sem as necessárias garantias, exposta a um governo de aventureiros e ansiosa por um regime estável, normal, na base de uma constituição mais ou menos liberal que lhe dê segurança e tranquilidade. Tranquilidade e segurança jamais gozará com o governo de “confiança nacional”, organizado por Getúlio e Prestes. (MONIZ, 23 set. 1945, p. 4).

Ele apontava corretamente que a burguesia ansiava pela substituição de Vargas na condução do Executivo e na transformação da ditadura em um regime com eleições regulares e sistema partidário plural. Porém, o problema das classes proprietárias não era com um suposto totalitarismo incompatível com os seus interesses imediatos, mas com a liderança de Vargas, sua retórica dirigida aos trabalhadores nos anos finais do Estado Novo e o movimento significativo em sua defesa que ganhara as ruas em 1945. Um novo regime político deveria garantir uma representação política mais próxima da burguesia, afastando o fenômeno bonapartista da direção do Estado.

Nesse sentido, o mês de agosto foi o auge da mobilização queremista, com os comícios, publicações e Comitês exigindo que Getúlio fosse candidato à presidência. Para tal, Vargas tinha que deixar seu cargo até o dia 3 de setembro, prazo limite para aqueles que desejavam registrar candidaturas. Como se sabe, Getúlio assim não procedeu. No entanto, a mobilização ao redor de uma “Constituinte com Getúlio”, palavra de ordem dos comunistas que o queremismo adotou, persistiu mesmo após a data decisiva para uma possível candidatura de Vargas. O temor das oposições também continuou. O jornalista Hélio Silva, que publicou, décadas depois, uma série de livros sobre a “Era Vargas”, registrou nas páginas do *Jornal do Brasil* a continuação da agitação queremista.

A insistência da campanha “queremista”, os recursos largos de que usa e abusa são sintomáticos. Cada dia que se aproxima das eleições ela deveria perder a força. Mas, ao contrário, a sua força aumenta. Que esperam os “queremistas”, fora das eleições, para as quais não se preparam? (SILVA, 13 set. 1945, p. 5).

Além da estrutura dos atos queremistas, que indicava a presença financeira de forças diretamente ligadas ao governo, por vezes, declarações e ações do presidente inflamavam as acusações de que um golpe continuísta estaria em curso. Em outubro, os jornais noticiaram a realização de um comício dos queremistas e, por que não, dos comunistas, que terminou nos jardins do Palácio Guanabara, que servia de residência oficial do chefe do Estado Novo. Vargas recebeu os manifestantes e seu discurso repercutiu negativamente na grande imprensa da capital do país, que defendia a realização do pleito marcado para dezembro:

O sr. Getúlio Vargas aparece, sendo recebido com aplausos. E fala. Relembra a manifestação de 3 de outubro, dizendo que, nessa ocasião, não pudera atender aos anseios do povo, que reclamava a Constituinte, por causa das “forças reacionárias” a que aludira. Sua prudência, evitando esse desejo do povo, fora no sentido de afastar o perigo da deflagração de uma guerra civil. Agora, porém, podia comunicar ao povo a sua intenção de consultar os partidos, as classes, as forças organizadoras, sobre a realização de uma Assembleia Constituinte. Frisou que fazia uma promessa. (CORREIO DA MANHÃ, 14 out. 1945, p. 28).

A porta aberta por Vargas para a alteração do rito institucional para substituí-lo no Executivo reforçava as desconfianças sobre os seus reais objetivos naqueles meses decisivos. Getúlio agia erraticamente, adaptando o seu discurso ao sabor das plateias às quais porventura se dirigisse, como destacado também pela imprensa:

No sábado, no Guanabara, o Presidente, ao receber os “queremistas” – comunistas, em palavras veementes, fez verdadeira profissão de fé pró-Constituinte. Nunca, como até então, estivera tão perto dela. Em compensação, no domingo, falando em Santa Cruz, colocou-se do lado oposto, distanciando-se dos que pedem a Constituinte. Nunca esteve tão longe dela... E tudo isso no “curto espaço” de menos de 24 horas... (JORNAL DO BRASIL, 17 out. 1945, p. 5).

Na sinuosidade dos gestos presidenciais, um decreto que alterava a lei eleitoral apresentada no início do ano alimentou as críticas da oposição. O Decreto-Lei 8.063, de 10 de outubro de 1945, determinava que as eleições estaduais também seriam realizadas no dia 2 de dezembro de 1945, e não mais em maio do ano seguinte, como dizia o Decreto 7.586. Além disso, o documento estipulava que o prazo para a desincompatibilização daqueles que ocupavam cargos públicos para a participação nas eleições estaduais seria de trinta dias antes da realização do pleito.

A reação foi imediata. Enquanto Benedito Valadares, que efetivamente falava como presidente do Partido Social Democrático (PSD)¹⁵³, minimizava as alterações que beneficiavam vários membros do seu partido, incluindo ele próprio, que ocupava o cargo de interventor no estado de Minas Gerais, o principal partido de oposição vociferava contra as alterações. A Comissão Executiva da UDN se reuniu e publicou uma nota expondo as razões de seu inconformismo com a medida, denunciando que Vargas não tinha atribuições legais para alterar o decreto anterior. Ademais, a redução do período para a desincompatibilização dos interventores soava como um benefício dado aos integrantes do governo e uma brecha que poderia ser usada por Vargas para disputar as eleições presidenciais.¹⁵⁴ A União Socialista Popular também protestou na ocasião, com nota publicada no *Correio da Manhã*.

A União Socialista Popular, conjuntamente com todas as forças democráticas, protesta contra a modificação da lei número 9 que não passa de um novo golpe vibrado contra o povo. A ditadura, confiada na impunidade dos crimes já cometidos anteriormente contra a consciência democrática do país, não tergiversa em cometer outros novos. Este ato vem demonstrar a justeza da posição política da USP quando considera, como preliminar para a solução do problema nacional, o afastamento do ditador a fim de ser evitada a perpetração de manobras e golpes a favor do continuísmo. Estamos certos, porém, que nenhum ato da ditadura conseguirá diminuir o estímulo das massas brasileiras que marcham ao encontro da democracia desde fevereiro passado quando se iniciou este movimento libertador. (UNIÃO SOCIALISTA POPULAR, 14 out. 1945, p. 1).

Assinada pelo secretariado da U.S.P., do qual participava Edmundo Moniz, a nota apontava para um desfecho inevitável, a democratização, mas exigia a saída de Vargas como medida importante para a salvaguarda da transição. O afastamento de Vargas respondia à viva memória do que ocorreu em 1937, quando Getúlio manobrou entre os grupos políticos, os militares e as candidaturas postas para as eleições que deveriam ser realizadas no ano seguinte, e terminou desferindo o golpe inaugural do Estado Novo. Para a oposição, os atos queremistas eram apenas o mais forte indício do pretendido continuísmo, somados à omissão de Vargas diante da campanha do General Dutra, que, em tese, seria o candidato governista.¹⁵⁵

¹⁵³ Oficialmente, Getúlio Vargas era o presidente do partido e Benedito Valadares o seu primeiro vice-presidente, mas o então interventor no estado de Minas Gerais acabava respondendo cotidianamente pela direção do PSD.

¹⁵⁴ O *Jornal do Brasil* reproduziu a nota da UDN e outras manifestações, caso da declaração da Sociedade dos Amigos da América. Ver em: *Jornal do Brasil* (11 out. 1945, p. 6).

¹⁵⁵ Hélio Silva (1976) relata que muitos partidários do governo, ao não descartarem por completo a possibilidade da permanência de Getúlio no Catete, mesmo que pela via eleitoral, acabaram esvaziando a candidatura de Eurico Gaspar Dutra. Este não recebia enfáticas declarações de apoio vindas do Presidente e seus comícios contavam com baixa adesão da base que apoiava Getúlio e dos próprios membros do Partido Social Democrático.

Havia, entretanto, a possibilidade de que Vargas estivesse conformado com a passagem do cargo para um dos nomes saídos das urnas em dezembro e utilizasse o quererismo para se fortalecer perante as demais correntes políticas. Talvez o objetivo do movimento, para Vargas, já estivesse claramente impossibilitado, porém, as manifestações que reuniam multidões na capital federal mostravam que Getúlio, embora acumulando opositores, ainda possuía apoio popular. Era o que pensava o embaixador britânico no Brasil, Donald Saint Clair Gainer, que, como mostrou Stanley Hilton (1987), avaliava que Vargas incentivava o quererismo para impedir um clamor pela sua saída e mostrar que tinha compromisso com a transição, mesmo com os pedidos em sentido contrário.

É provável que Getúlio considerasse a sua saída como um acontecimento inevitável, mas, no início do processo de democratização, a extensão de sua permanência no Executivo era um dos elementos presentes na tentativa de antecipação do governo às exigências de mudanças no regime político. Ao perceber que o Estado Novo não poderia ter vigência por muito mais tempo, Getúlio teria encarregado Alexandre Marcondes Filho, que acumulava as pastas da Justiça e do Trabalho, de elaborar um plano de abertura política para o governo. O ministro apresentou uma proposta de reforma constitucional que alterava determinados trechos da Carta de 1937, legitimando-a por um plebiscito e defendendo a permanência de Getúlio, que deveria ser mantido no cargo pela via eleitoral.¹⁵⁶ A saída apresentada por Marcondes Filho foi rechaçada pelos auxiliares mais próximos de Getúlio e o anúncio do nome de Eduardo Gomes forçou uma resposta imediata à decisiva presença dos militares no processo político. Para evitar uma adesão maciça das tropas ao candidato da oposição, Getúlio não poderia lançar o próprio nome, mas responder com um nome capaz de obter apoio nas Forças Armadas.¹⁵⁷ A solução estava naquele que ocupava o Ministério da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra:

Na noite de 4 de março, o Presidente convoca o Ministro Dutra para uma conversa no Palácio Rio Negro. Queria ouvir o seu Ministro da Guerra, antes de ter um encontro, marcado para o dia seguinte, com o novo titular da Justiça, a quem ele pretendia dar algumas instruções de caráter político. Getúlio interpela Dutra sobre o momento que atravessavam. O General diz-lhe que, francamente, considerava o ambiente desfavorável a seu Governo, de vez que a Oposição se avolumava, de modo agressivo. Quanto ao Exército – continuou – estava coeso e disciplinado, mas

¹⁵⁶ Os documentos elaborados por Marcondes Filho podem ser encontrados em: MARCONDES FILHO. Documentos de Marcondes Filho sobre reformas políticas. Getúlio Vargas; GV c 1944.00.00/7 v. XLV/57 (CPDOC). 1944. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_gv. Acesso em: 13 out. 2021.

¹⁵⁷ Lira Neto (2013), a partir do livro escrito por Luiz Vergara, *Fui secretário de Getúlio Vargas* (1960), relata que o presidente entregou os textos de Marcondes Filho para a análise de Vergara e Andrade Queiroz, que criticaram o que leram. O General Dutra também teria reprovado a proposta.

na expectativa. “Revelou-nos então o Presidente que de modo algum seria candidato à reeleição, autorizando-nos a transmitir aos militares esse seu propósito. O candidato, acrescentou, sairia da Convenção do partido que ia ser organizado, mas seria um candidato capaz de enfrentar o seu adversário”. (SILVA, 1976, p. 126).

O interlocutor de Getúlio acabou sendo o escolhido pelo PSD e é razoável supor que a presença do elemento militar no centro das discussões sobre o fim do Estado Novo tenha deixado Vargas consciente de que a sua passagem pela presidência terminaria em breve. Se o continuísmo foi alimentado durante os meses seguintes, a permanência de Vargas à frente Catete era uma possibilidade remota.

Da mesma forma que o governo tinha que contar com os militares para tomar decisões, a oposição só teria sucesso ao pedir a saída imediata de Vargas se houvesse apoio nas Forças Armadas, obtido por meio de pressão popular ou pelos caminhos das conspirações. Agentes de relevo no período republicano, os militares, durante os quinze primeiros anos da Era Vargas, viram atendidas algumas de suas reivindicações corporativas, tais como o aumento do gasto estatal com as Forças Armadas e a submissão das polícias estaduais ao Exército. Ademais, se as causas profissionais colaboravam com a unidade da instituição, as transformações no alto escalão das Forças Armadas realizada por Vargas, através dos expurgos e pela ascensão de Góes Monteiro e Dutra, transformaram o sentido da ideologia intervencionista dos militares na política. É o que José Murilo de Carvalho (2006) assinala como a combinação da legitimidade da participação política dos militares defendida pelos reformistas – que passaram do positivismo ao tenentismo – da ideologia do soldado-cidadão com a preocupação dos modernizadores das Forças Armadas, que defendiam o fortalecimento profissional e o afastamento dos militares da política. Ao longo da década de 1930, ganhou consistência, tendo Góes Monteiro como representante, a ideologia da “intervenção moderadora”.

A ideologia do poder moderador das Forças Armadas tem aí sua primeira formulação sistemática. Era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos reformadores. Em outras palavras, era o intervencionismo de generais, ou do Estado-Maior, o intervencionismo da organização e não apenas de alguns de seus membros. (CARVALHO, 2006, p. 42).

O estreitamento das relações com as Forças Armadas garantiu um aliado importante para que Vargas derrotasse as oligarquias estaduais que se opuseram ao Catete entre 1930 e 1945. Em contrapartida, o presidente atendia às aspirações de fortalecimento material das tropas brasileiras e atuava como mediador de conflitos entre os distintos interesses. Essa harmonia entre o presidente e a política das Forças Armadas durou até a virada de 1944 para

1945, interrompida pelo investimento de Getúlio Vargas e Marcondes Filho na aproximação com os trabalhadores, culminando com as manifestações queremistas que eram vistas como socialmente perigosas.

Da Argentina vinha um incômodo exemplo para as classes proprietárias. Naquele país, em junho de 1943, os militares derrubaram o então presidente Ramón S. Castillo e instituíram um novo governo encabeçado pelo general Pedro Pablo Ramírez. O movimento operário argentino, em radicalização crescente, viu com bons olhos a saída de Castillo, mas sofreu com intervenções do novo governo em sindicatos e confederações de trabalhadores. No entanto, o mesmo governo criou a *Secretaria de Trabajo y Previsión*, responsável pela política social do Estado e pela elaboração e fiscalização das leis trabalhistas, que, sob o comando do coronel Juan Domingo Perón, estabeleceu uma relação de proximidade com os sindicatos.¹⁵⁸ Em 1945, Perón, que naquela data acumulava o cargo de secretário com o de Vice-Presidente e Ministro da Guerra da Argentina, passou a enfrentar sistemática oposição de organizações patronais, que comandavam manifestações de rua contra a política social do governo. Estas foram respondidas pelos sindicatos, que saíram em defesa das conquistas dos trabalhadores.

A crise, que se arrastou ao longo do ano, atingiu seu clímax em outubro de 1945. No dia 09, a pressão de setores decisivos dos militares forçou Perón à renúncia dos três postos que ocupava. Entretanto, a articulação dos sindicatos foi capaz de pôr milhares de trabalhadores nas ruas no dia 17 daquele mês, em defesa da política social que beneficiava o operariado e, conseqüentemente, a favor da liberdade de Perón, que estava preso desde a sua renúncia. A mobilização popular e a divisão nas Forças Armadas da Argentina permitiram que o futuro presidente fosse libertado.¹⁵⁹

O processo político na Argentina foi amplamente noticiado nos principais jornais do Brasil e, embora não tenha se sobreposto às preocupações com os acontecimentos locais, não deixou de ser percebida e citada pelos opositores de Vargas.¹⁶⁰ Ainda em julho, após um discurso de Vargas durante a inauguração de um hospital na cidade de Santos¹⁶¹, o *Jornal do Brasil* publicou uma pequena nota comparando o presidente ao militar argentino:

¹⁵⁸ Sobre o movimento operário e a situação econômica e social da Argentina no início da década de 1940, ver Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero (2004).

¹⁵⁹ Para uma interpretação da história do peronismo, ver Alejandro Horowicz (2007).

¹⁶⁰ A relação com os sindicatos era o fenômeno mais aparente dos elementos compartilhados entre o varguismo e o peronismo. Maria Helena Capelato (1996) destaca o “entrelaçamento da política com a ação simbólica” (CAPELATO, 1996, p. 336), concretizado pelo nacionalismo das comemorações e festividades em geral que constituíam a propaganda política baseada na construção de uma identidade nacional na qual o líder tinha papel central.

¹⁶¹ Na solenidade, Vargas afirmou que “as liberdades públicas, os direitos políticos são, por certo, valores essenciais numa boa organização social; a democracia é, sem dúvida, o regime ideal para os povos a que não

O Coronel Perón, vinte e quatro horas após o discurso do Sr. Getúlio Vargas, em Santos, fez ameaça idêntica às oposições e aos “gazeteiros” portenhos. Até parece transmissão de pensamento! Claro que é! Perón quer ficar per omnia século, e o Sr. Getúlio, apesar de não ser coronel, deixou esse pensamento bem “patente”. (JORNAL DO BRASIL, 4 jul. 1945, p. 5).

As referências continuaram em artigos publicados na imprensa. No mesmo mês, Edgar de Godoi da Mata-Machado, que na década seguinte seria deputado estadual pela UDN de Minas Gerais, voltou a citar os líderes como exemplos da continuação do fascismo, mesmo com a derrota do Eixo.

Lembro-me, entre muitos outros, do caso de Perón e seus recentes discursos e decretos, tão parecidos, por exemplo, com os recentes decretos e discursos do sr. Getúlio Vargas. Acho que ninguém se lembrou ainda de dar outro nome ao regime que impera além do Plata senão o de fascismo, embora muitos prefiram chamar de outra coisa ou não chamar de coisa alguma ao regime que impera na região superior ao Rio Grande do Sul... [...] A primeira experiência do fascismo foi a luta contra o comunismo. Então, se conformou de modo a oferecer um receptáculo de ordem, dentro do qual o capitalismo se aninhou, como em porto seguro. Agora, quando o capitalismo aceita a fatalidade de uma reforma social, ou, se não aceita, verifica a inutilidade da reação, o fascismo desfaz o invólucro e se apresenta não mais como fiador da ordem, mas como arauto da nova ordem “socialista”. Faz então a política do pobre contra o rico, decreta contra os amealhadores de fortuna, antes estimulados, e chega ao ponto de gritar, como o coronel argentino que, se para manter sua política for preciso transformar-se em um agitador, ele se transforma. Ou como o outro que, para fugir a seu destino, engendra o fantasma do golpe, pretexto para continuar fiel ao golpismo... (MATA-MACHADO, 8 jul. 1945, p. 1).

Assim, os acontecimentos na Argentina, em outubro de 1945, uma demonstração incontestável de força dos trabalhadores organizados, tiveram, no Brasil, um conjunto de observadores políticos temerosos de que a ação das massas desse a Vargas as condições para continuar no poder. Aqui, assim como lá, o mês de outubro foi decisivo. O decreto presidencial alterando a lei eleitoral tornou as relações políticas mais conflituosas entre o governo, os militares e as oposições, mas o desfecho da crise aconteceria dias depois, motivado pela informação de que Getúlio nomearia Benjamin Vargas, seu irmão, para chefiar a polícia do Distrito Federal. O ato foi visto como manobra continuísta e descumprimento dos acordos entre Vargas e Góes Monteiro, então Ministro da Guerra, fiador das relações entre o Catete e a caserna. Ao abandonar o governo, Góes Monteiro unificou os elementos decisivos no meio militar para depor Vargas, tendo sido este comunicado da decisão dos militares na noite do dia 29 de outubro.¹⁶² A solução adotada para preencher o vácuo deixado pela saída de

faltam preparo, saúde e alimentação farta; de nada serve, porém, a liberdade para passar fome ou o direito de ter frio sem ter cobertor” (JORNAL DO BRASIL, 3 jul. 1945, p. 8).

¹⁶² Para José Murilo de Carvalho (2006), o golpe contra Vargas teria sido a consolidação da ideologia da intervenção moderadora das Forças Armadas. Góes Monteiro unificou Exército, Marinha e Aeronáutica em uma

Vargas foi encontrada nas palavras de ordem da campanha de Eduardo Gomes, que defendia que o Executivo Federal fosse entregue ao Poder Judiciário. O único presente na linha sucessória do Catete, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu o lugar de Getúlio Vargas.

A União Socialista Popular saudou o golpe contra Vargas, em nota publicada no *Correio da Manhã*:

A deposição de Getúlio Vargas representa a segunda grande vitória obtida pelo povo que luta contra as correntes mais reacionárias do país. A primeira foi a conquista da liberdade de imprensa, de pensamento, de reunião e de partido que deveria minar as forças da ditadura e destruir todas as resistências que ela pudesse opor à onda crescente do movimento democrático. A União Socialista Popular vê na entrega do poder ao judiciário pela qual sempre se bateu um largo passo que abrirá a saída democrática para a crise política no momento atual. Todavia, é preciso o aproveitamento desta vitória para conseguirmos outras novas vitórias. Getúlio Vargas caiu, mas a luta continua. Estamos apenas em meio do caminho. Temos muito ainda que exigir e alcançar. A atmosfera brasileira continua empestada com o que resta do Estado Novo. Vencemos uma etapa importante; estamos, porém, onde estávamos, lutando pela revogação da carta de 1937, pela dissolução do Tribunal de Segurança, do DNI, da Polícia Especial e de toda a aparelhagem fascista. Continuamos a exigir a mais ampla garantia partidária e ideológica. Exigimos a autonomia dos sindicatos e o direito de greve. Mais do que nunca devemos estar mobilizados para o esmagamento definitivo dos inimigos do povo que reduziram o país a fome e a escravidão. Só assim poderemos praticamente defender as liberdades conquistadas, procurando ampliá-las de acordo com os anseios e as aspirações das massas populares. O secretariado: Edmundo Moniz, Orlando V. Monteiro, Armando Miceli, Silvio Paiva e José Salvador. (UNIÃO SOCIALISTA POPULAR, 2 nov. 1945, p. 3).

Perón e Vargas terminaram aquele ano de 1945 fora dos governos dos seus respectivos países. O primeiro demorou pouco para voltar, eleito no ano seguinte para a presidência. Já Vargas viveu um hiato maior. Na tragédia brasileira da década seguinte, que culminou com o suicídio de Vargas, Perón seria novamente evocado para ilustrar o tipo de relação política mantida entre os trabalhistas e os trabalhadores. Em 1945, Edmundo Moniz não usou o caso argentino para realizar um prognóstico ou estabelecer analogias entre os processos políticos, mas quando do retorno de Getúlio à presidência, as elaborações sobre bonapartismo, importantes na sua formação marxista, combinaram-se à observação da realidade do país vizinho na tentativa de encontrar uma caracterização do caso brasileiro. Entre 1950 e 1954, na maioria dos jornais de grande circulação no Brasil, o peronismo voltou a servir de imagem para alimentar as batalhas contra Vargas. Moniz, ainda na trincheira oposta aos trabalhistas, sentenciou que o plano dos petebistas era construir um regime bonapartista de tipo peronista.

ação na qual a divergência entre os militares era muito pequena: “Foi uma ação típica do ideal de Góes: a corporação agindo como um todo, pela voz da hierarquia” (CARVALHO, 2006, p. 112).

3.2 AS ELEIÇÕES DE 1945 E 1947

As bandeiras reafirmadas na nota acerca da deposição de Vargas eram tratadas pelos integrantes da União Socialista Popular como uma plataforma que deveria ser defendida pelo candidato udenista, o brigadeiro Eduardo Gomes. Porém, este, assim como o seu principal adversário, o general Eurico Gaspar Dutra, teve uma campanha marcada pela distância em relação aos trabalhadores. Por um lado, o esvaziamento da participação operária se deu pela atração que o Partido Comunista e o queremismo exerceram sobre os sindicatos; por outro, Gomes e Dutra não eram líderes políticos com vínculos e discursos voltados às questões do mundo do trabalho. Segundo Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981), eles tinham semelhanças que extrapolavam a origem militar, compartilhando posições conservadoras e apresentando propostas de política econômica sem grandes divergências nos temas principais.

Em certo momento, a aversão de Eduardo Gomes ao comunismo motivou respostas daqueles que, desde a esquerda, o apoiavam. Em outubro, Moniz escreveu “Democracia, marxismo e italianismo” para o *Correio da Manhã*, comentando declarações do candidato sobre o comunismo e o materialismo. Gomes acusava os comunistas de negligenciarem a moral e a religião, constituindo uma visão de mundo na qual os objetivos do partido se sobrepunham às considerações acerca do certo e errado. Respondendo ao candidato que apoiava, o membro da União Socialista Popular advertia que o brigadeiro confundia o comunismo com a versão stalinista apresentada na União Soviética e, para a conjuntura política do momento, fazia uma observação mais relevante, apontando quais ideias identificava no discurso de Eduardo Gomes:

Há, porém, um ponto muito sério do discurso de Eduardo Gomes. Diz ele que “o comunismo é um sistema eminentemente antibrasileiro” e contrário aos “sentimentos cristãos”. Os stalinistas aproveitaram-se desta afirmação para chamar Eduardo Gomes de fascista e adepto das ideias nacionalistas e reacionárias de Hitler. [...] Foi sob o pretexto de combater o comunismo antibrasileiro e anticristão que Getúlio Vargas encontrou os meios para liquidar, no Brasil, a liberdade de pensamento e instaurar o Estado Novo. (MONIZ, 28 out. 1945, p. 2).

Estava na hora, portanto, de demarcar o lugar que a esquerda que apoiava o candidato da UDN reservara à aliança com os setores burgueses que compunham a campanha de Eduardo Gomes.

No tocante à situação política do Brasil, nós apoiamos firmemente o movimento de Eduardo Gomes contra a ditadura e pela democratização do país. Lutamos assim por um regime onde seja respeitada a liberdade de pensamento, de reunião, de imprensa, de partido. Onde os sindicatos possam se organizar livremente sem a interferência

da Polícia ou do Ministério do Trabalho, e o direito de greve seja reconhecido como legítimo. Para nós, a revolução política, no Brasil, assim como na Rússia, antes da queda do tzarismo, deve preceder à revolução social. [...] devemos manter a nossa independência e autonomia, tanto no terreno ideológico como também no terreno partidário. Para levar avante o movimento socialista, contamos apenas com nossas próprias forças. Com o brigadeiro Eduardo Gomes e seus aliados marchamos, paralelamente, no combate à ditadura a fim de reconquistarmos a liberdade política. Esta aliança é transitória. Conseguido o objetivo, cada indivíduo ou cada corrente política que se encontra no bloco oposicionista seguirá, inevitavelmente, o seu caminho. Nós sabemos que não podemos contar com a burguesia liberal para levar avante o movimento operário. Possivelmente, ela voltar-se-á contra assim como nós nos voltaremos contra ela. (MONIZ, 28 out. 1945, p. 2).

Os limites da candidatura de Eduardo Gomes foram destacados também pela nota da União Socialista Popular, que afirmava sobre o brigadeiro: “embora não sendo socialista e não indo além da democracia burguesa, sempre combateu o Estado Novo e se comprometeu a defender a liberdade de partido, de imprensa, de reunião bem como a autonomia sindical e o direito de greve” (UNIÃO SOCIALISTA POPULAR, 28 nov. 1945, p. 3). Moniz, os seus companheiros de *Vanguarda Socialista*, a União Socialista Popular e a Esquerda Democrática tiveram, naquele momento, entendimentos semelhantes sobre as tarefas das esquerdas brasileiras na luta política. Era necessário construir a frente ao redor de Eduardo Gomes para garantir a democratização e atuar com autonomia no movimento, erguendo as bandeiras da esquerda e preparando um futuro partido socialista.

Enquanto setores da esquerda participavam da campanha do brigadeiro, o Partido Comunista decidiu lançar o engenheiro Yeddo Fiúza¹⁶³ como candidato à presidência da República, movimento oficializado no dia 16 de novembro. Fiúza havia sido prefeito de Petrópolis e ocupava, naquela altura, a direção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, órgão do Governo Federal, o que fazia dele um elemento, em tese, simpático aos partidários de Getúlio Vargas. Assim, o Partido Comunista reservaria os seus principais quadros para disputas nas quais o partido tinha maiores chances de sucesso¹⁶⁴, caso da candidatura de Luís Carlos Prestes ao Senado, e lançava um nome com o objetivo de reforçar a política de união nacional, sonhando com votos da base petebista, como admitiu mais tarde o próprio Prestes.¹⁶⁵ Com Fiúza, o partido evitava se associar a Dutra, que participou da

¹⁶³ Sobre Yeddo Fiúza, ver Priscila Musquim Alcântara de Oliveira (2012).

¹⁶⁴ É o ponto destacado por Sena Júnior (2007) e Dênis de Moraes e Francisco Viana (1982).

¹⁶⁵ Em depoimento para o livro “Prestes: lutas e autocríticas” (1982), de Dênis de Moraes e Francisco Viana, Prestes relatou: “- Antes de convidar Yeddo Fiúza, nós, comunistas, fizemos todos os esforços para que o Prestes Maia, que fora prefeito de São Paulo, aceitasse a candidatura. Era um bom nome: gozava de prestígio junto a Getúlio e, por isso, carregaria os votos do PTB, que era o que estávamos perseguindo. Ele vacilou até a última hora e acabou por não aceitar. Escolhemos Fiúza porque também era homem próximo a Getúlio e poderia dar à nossa legenda os votos do PTB. Não estávamos atrás de nomes, mas de um candidato que pudesse ter o apoio do PTB. Aliás, cometemos um erro em não procurar Getúlio e pedir que ele apoiasse Fiúza” (MORAES; VIANA, 1982, p. 111).

deposição de Vargas, e mantinha a postura que cultivara, desde o início do ano, diante da UDN.

A indicação causou forte reação entre os apoiadores de Eduardo Gomes. O partido foi acusado de dividir os votos do brigadeiro,¹⁶⁶ beneficiando Dutra, e a imprensa escrita levantou graves denúncias sobre a trajetória política do candidato dos comunistas. Entre os partidários da UDN que se levantaram contra Fiúza, destacava-se Carlos Lacerda que, outrora um colaborador do Partido Comunista, publicizou suas críticas a Prestes em artigo no *Correio da Manhã*.¹⁶⁷ Em outro jornal, o *Diário Carioca*, Lacerda escreveu sobre o candidato do PCB e apresentou ao público “um estilo jornalístico que veio a ser um aspecto do lacerdismo. Os artigos tornaram Carlos famoso como o jornalista político mais sensacionalista do Brasil e combatente anticomunista” (DULLES, 1992, p. 88). Para a *Vanguarda Socialista*, Moniz escreveu “Oportunismo”, atacando a posição de Prestes e do Partido Comunista. Tratava-se, na prática, da continuação dos argumentos expostos no artigo publicado em 18 de novembro no *Correio da Manhã*, “O campeão das derrotas” (MONIZ, 18 nov. 1945, p 1), título que, voluntária ou involuntariamente, lembra *Stalin, o grande organizador de derrotas*, livro publicado nos anos de 1930, com os escritos de Trotsky sobre a III Internacional após a morte de Lenin. Na *Vanguarda Socialista*, Moniz comentou o lançamento da candidatura de Fiúza pelos comunistas:

Agora Luís Carlos Prestes prepara-se para nova derrota: a da candidatura que lançou à presidência da República. Depois de cambalachos de toda ordem, encontrou um “burguês progressista” que se dispôs a desempenhar o papel de palhaço. Luís Carlos Prestes recusando-se apoiar os dois candidatos existentes, que ele considera reacionários, não teve sequer a ombridade [*sic*] de lançar a candidatura de um comunista, de um operário, por exemplo, para caracterizar uma tendência definida. (MONIZ, 23 nov. 1945, p. 3).

Mesmo com a presença de um novo candidato a dividir os votos da UDN em alguns setores, faltando duas semanas para o pleito, Eduardo Gomes estava cercado por um favoritismo alimentado pela presença constante de sua campanha na grande imprensa, que o apoiava, e pelo isolamento da candidatura de Dutra, que contava com a estrutura do PSD, mas sofria com a ausência de Vargas, relutante em apoiá-lo. O ex-ditador, após ser deposto, mudou-se para São Borja e, enquanto nutria a tendência à neutralidade, via o Partido Trabalhista Brasileiro se dividir acerca da questão eleitoral. Em novembro, Getúlio recebeu

¹⁶⁶ Após o anúncio do Partido Comunista, Silo Meireles, militar que participara dos movimentos tenentistas da década de 1930 e ingressara no partido, divulgou uma carta aberta dirigida a Prestes, na qual criticava a política de União Nacional e citava a escolha de Yeddo Fiúza pelos comunistas (SILVA, 1976, p. 202-210).

¹⁶⁷ Ver Carlos Lacerda (27 mai. 1945, p. 1).

uma comitiva de líderes do partido, encabeçada por Hugo Borghi, que tentou convencê-lo de apoiar Dutra, com o argumento de que a vitória de Eduardo Gomes significaria a ampliação da perseguição aos colaboradores de Vargas e o risco do próprio ex-presidente ser expulso do país.¹⁶⁸ O empresário retornou sem uma decisão favorável ao seu pedido, e uma reunião do Diretório Nacional do PTB, realizada no dia 16 daquele mês, decidiu que o partido não apoiaria Dutra ou Gomes. Não obstante o distanciamento que Getúlio mantinha diante da eleição presidencial, PTB e PSD votaram pelo lançamento do seu nome aos cargos de senador e deputado federal pelos dois partidos e em estados diferentes, prática permitida pela legislação eleitoral da época.

Dois acontecimentos acabaram por alterar o cenário de aparente tranquilidade da reta final da campanha do brigadeiro. O primeiro deles foi o caso dos “marmiteiros”, distorção que Hugo Borghi fez de uma das falas de Eduardo Gomes.

Atento aos discursos de Eduardo Gomes, Borghi, pelo rádio, ouviu a seguinte frase: “Não necessito dos votos desta malta de desocupados que apoia o ditador para me eleger presidente da República”. Malta, para o brigadeiro, seria o conjunto de trabalhadores que participou dos comícios queremistas, porque, em sua percepção política, recebeu dinheiro do Ministério do Trabalho para comparecer às manifestações pela continuidade de Vargas no poder. “Malta – agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...” Marmiteiros, pensou ele, era melhor do que malta. (FERREIRA, 2005, p. 81).

Borghi era proprietário de muitas rádios e usou o principal meio de comunicação de massas da época para espalhar que o candidato udenista afirmara não precisar do voto dos “marmiteiros”, o que soava como desprezo por todos os trabalhadores. Por fim, poucos dias antes do pleito, Vargas recebeu uma carta do vice-presidente do PTB e um documento oriundo da direção da campanha pessedista que continham uma proposta de acordo para que Getúlio declarasse apoio ao seu ex-ministro da Guerra. Vargas considerou as promessas do PSD suficientes e selou o apoio a Eurico Gaspar Dutra, decisão que foi divulgada durante os

¹⁶⁸ Com José Linhares na presidência, os ministérios e os comandos militares foram ocupados por inimigos de Vargas, ao mesmo tempo em que os indicados para os governos locais durante o Estado Novo foram removidos dos seus cargos. O avanço não ficou restrito às substituições institucionais. Segundo Jorge Ferreira (2005, p. 78): “Segadas Viana foi preso; Hugo Borghi, procurado pela polícia, escondeu-se em um hotel; funcionários públicos foram ameaçados com demissões arbitrárias; o banimento de Vargas do país estava nos planos de grupos civis e militares”. Lira Neto (2014, p. 39) registrou as manifestações que saíram na imprensa em defesa do afastamento definitivo de Vargas da vida nacional: “Em São Paulo, o estudante Rui Nazaré, presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto, da Faculdade de Direito, desencadeou uma campanha entre colegas e professores do largo de São Francisco para a elaboração de um abaixo-assinado exigindo a deportação urgente de Getúlio. Com idêntico objetivo, o Diário da Noite decidiu fazer uma enquete para indagar aos leitores se o governo federal deveria ou não ordenar o exílio imediato de Vargas”. O biógrafo também citou a posição dos petebistas que eram contrários ao apoio à candidatura de Dutra. Entre as cartas enviadas para Getúlio, estava um alerta de que Borghi agia em defesa dos seus negócios com o Governo Federal (LIRA NETO, 2014, p. 33).

poucos dias de campanha que restavam. A soma dos esforços contra o polo mais decidido do antivarguismo saiu vitoriosa, com um resultado surpreendente. Dutra foi eleito com 55,39% dos votos, contra 35,74% de Eduardo Gomes e 9,7% de Fiúza. Além da expressiva votação para presidente, o PCB elegeu uma bancada de quatorze deputados e um senador, Luís Carlos Prestes. Não deixou de ser um resultado muito positivo, afinal o partido foi quase desarticulado durante o Estado Novo e voltara a se organizar no mesmo ano em que foi às urnas.

Passadas as eleições, os comunistas teriam de lidar com um novo elemento: o ascenso do movimento operário, que não obstante os limites da legislação do Estado Novo e do Estado de Guerra, que acentuara ainda mais o controle sobre determinados setores da produção, dava sinais de querer forçar as fronteiras do corporativismo e da paz social. Silvio Frank Alem (1981) registrou indícios do descontentamento dos trabalhadores a partir de 1942, que vão desde uma breve paralisação dos ferroviários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro até o pedido de reajuste salarial dos trabalhadores têxteis feito em 1944. O número de greves, entretanto, se expandiu somente após a queda de Vargas. Se, entre abril e outubro de 1945, de acordo com Francisco Weffort (1973), foram apenas oito movimentos grevistas em São Paulo e Rio de Janeiro, a greve dos trabalhadores da Light em defesa do abono de natal¹⁶⁹, realizada em dezembro, abriu um ciclo de paralisações pelo país. Em janeiro, os bancários iniciaram uma greve nacional a partir do dia 24, poucos dias antes da posse de Dutra, marcada para 1º de fevereiro, em um movimento que se espalhou pelo país e terminou com uma vitória parcial dos grevistas, através de um acordo entre patrões e empregados mediado por deputados da UDN. Além de ser exemplo da radicalização do movimento dos trabalhadores na virada de 1945 para 1946, a greve dos bancários também é ilustrativa das relações entre o mundo do trabalho e as representações políticas organizadas.

Por um lado, os representantes dos bancos dirigiram aos comunistas a responsabilidade pelo movimento paredista, demonstrando que os acenos do PCB à burguesia nacional e os chamados em defesa da ordem não comoveram os patrões, que apostavam na retórica anticomunista. Por outro, o movimento pôs em xeque a linha política do PCB. O partido continuava a pregar a ordem e defender a “união nacional”, que mostrou estar acima de Getúlio Vargas, já que os comunistas não incitaram a resistência ao movimento militar que o depôs e mantiveram as palavras de ordem para o interregno de José Linhares e no início do

¹⁶⁹ Havia um decreto que determinava o pagamento de um salário mensal aos trabalhadores da Light, empresa de origem canadense e que atuava no Brasil no setor de energia elétrica e de bondes urbanos. José Linhares revogou o decreto, decisão que levou à paralisação dos trabalhadores no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e algumas outras cidades (ALEM, 1981, p. 119).

mandato de Dutra.¹⁷⁰ Para aproximar o partido da vida sindical, os comunistas haviam fundado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em abril de 1945, organização intersindical com um programa de bandeiras democráticas gerais e reivindicações específicas em defesa da autonomia dos sindicatos. Assim, no início de 1946, o PCB tinha de se defender das acusações de promoção da desordem e alterar sua política para o movimento operário, pois ser contra as paralisações deixaria o partido em posição difícil diante do ascenso grevista. Os comunistas “continuarão a tentar evitar as greves; mas, não conseguindo, passarão a apoiá-las e mesmo dirigi-las” (SANTANA, 2001, p. 46). Quando os bancários paralisaram suas atividades, o partido se pôs ao lado dos grevistas e adaptou a sua linha para não confrontar as mobilizações de sua base social.¹⁷¹ Na nova orientação, as greves continuavam sendo tratadas como indesejáveis, mas a responsabilidade estaria sobre os setores reacionários da burguesia e do governo, cuja intransigência não deixaria outro caminho aos trabalhadores. Para Weffort (1973, p. 91), a política anterior deixou de funcionar, pois ela dependia de alguma colaboração dos órgãos do Estado, facilitando que as reivindicações escoassem pelos canais oficiais e esvaziando o recurso às greves. Desse modo, se os trabalhadores faziam parte da estratégia varguista de construção das bases de legitimação e apoio ao seu grupo político, para o novo governo “a classe operária não tinha nenhuma importância especial, senão como problema ou mesmo como adversário potencial” (WEFFORT, 1973, p. 91). A disposição do novo governo para enfrentar as organizações dos trabalhadores foi formalizada em 16 de março, com o decreto 9.070, que facilitava ao governo a decisão de tornar uma greve ilegal.

A agitação proletária e o cerco aos comunistas parecem ter motivado Moniz a assumir uma posição de crítica à cruzada anticomunista, embora ele não deixasse de lado o seu lugar de crítico ferrenho do Partido Comunista. A edição de 9 de junho de 1946, do *Correio da Manhã*, trazia o artigo “Os ‘amigos’ de Getúlio e de Prestes”¹⁷², no qual o jornalista listava

¹⁷⁰ Segundo Weffort (1973), só há registro de uma tentativa de greve em defesa de Getúlio Vargas naquele 29 de outubro. Ocorreu na Light do Rio de Janeiro por meio de Segadas Viana, militante trabalhista e funcionário do Ministério do Trabalho. “O MUT só veio a público depois de passado o temporal e ainda assim para o recomendar calma ao meio operário. [...] o fato é que o P.C. começou rapidamente a preparar-se para apoiar o novo governo. O 29 de outubro no Brasil não seria uma repetição do 17 de outubro na Argentina” (WEFFORT, 1973, p. 87).

¹⁷¹ A postura do partido diante das greves foi discutida no Pleno organizado pelo Comitê Nacional do PCB, em janeiro de 1946. Na reunião, Prestes avaliou a conduta dos comunistas em relação aos problemas do operariado como marcada pela passividade, deixando de lado as lutas econômicas dos trabalhadores pela defesa da ordem. Como destaca Alem (1981, p. 193), o Secretário-Geral atribuía os “desvios” aos militantes e não à direção do PCB.

¹⁷² O artigo também abordou, rapidamente, o resultado das eleições de dezembro do ano anterior. Para Moniz, o elemento determinante da derrota eleitoral não foi uma suposta incapacidade popular para escolher os representantes tidos como dignos de gerir a coisa pública, como a versão demófila desenvolvida por Carlos Lacerda, mas o poder dos dois principais líderes políticos de então, Prestes e Vargas. Não teria havido “tempo suficiente, depois que se conquistou a liberdade de opinião, com o movimento democrático, para mostrar a uma

entre as razões do prestígio de Vargas e Prestes com os trabalhadores a inabilidade de seus inimigos para os enfrentar. O ex-presidente teria tido anos de intensa propaganda a seu favor sem a possibilidade de sofrer oposição, dada a censura do Estado Novo. Equilibrando-se entre as classes como um Bonaparte, Vargas

baixou leis a favor do operariado, melhorando as suas condições materiais, ao mesmo tempo que o despojava de todos os direitos políticos, reduzindo-o ao cativo. O mal que fazia era compensado com um bem aparente e transitório que era difundido pela voz dos quatro ventos. Por outro lado, procurava, com enormes privilégios e vantagens, compensar a burguesia do que tirara em benefício do operariado, fazendo ver a necessidade daquelas concessões em bem da manutenção da ordem social. (MONIZ, 09 jun. 1946, p. 1).

Porém, a popularidade extraída nos setores populares também poderia ser creditada aos seus inimigos. Estes teriam o ajudado em 1932, com o movimento constitucionalista, em 1935 com o levante da ANL e, em 1938, com o ataque à residência oficial do presidente. Moniz considerava, em 1946, que o fenômeno continuava em andamento. Dessa vez, muitos opositores de Vargas afirmavam “que foi ele quem criou a questão social no Brasil com o Ministério do Trabalho e a legislação trabalhista” (MONIZ, 09 jun. 1946, p. 1). Assim, os críticos acabavam se tornando propagandistas de ações bem recebidas pelos trabalhadores, contribuindo para o fortalecimento da figura do ex-presidente diante da maioria da população. No caso de Prestes não seria diferente. Moniz pensava que a trajetória do líder comunista, que conferia uma aura de mártir a Prestes, sustentava o seu prestígio durante a transição para um novo regime, mas os inimigos do PCB também colaboravam para que os trabalhadores não virassem as costas ao partido:

Os últimos acontecimentos vieram comprovar a nossa afirmativa. Basta lembrarmos o massacre do largo da Carioca e as violências e brutalidades inomináveis cometidas recentemente pela polícia, revoltando todas as consciências democráticas que não podem deixar de exigir a severa punição dos indivíduos que as praticam, acobertados pelo prestígio da autoridade. A quem tem servido estas violências e brutalidades? Somente a Prestes e ao seu Partido. [...] A realidade nos mostra que os movimentos grevistas não são organizados por Prestes, mas por ele aproveitados e conduzidos inconsequente e criminosamente. As greves são um fenômeno natural às épocas de crise e, podemos dizer, que, atualmente, são um fenômeno universal. Comete um erro quem procura responsabilizá-lo pelo seu desencadeamento, pois só contribui enganadamente para valorizá-lo perante os olhos das massas. (MONIZ, 09 jun. 1946, p. 1-2).

grande parte das massas trabalhadoras, visivelmente iludidas, que Getúlio Vargas não passava de um aventureiro” (MONIZ, 09 jun. 1946, p. 1). Como aponta Jorge Chaloub (2015), Carlos Lacerda, em artigos publicados em 1946, no *Correio da Manhã*, denunciou o que considerava as debilidades do processo decisório do Brasil, marcado pela ausência de uma elite qualificada e por um povo que, segundo ele, era incapaz de reconhecer os melhores para depositar o seu voto. Desse modo, a base da democracia brasileira seria encontrada “nas classes médias, que por serem capazes de racionalmente superar o regime das necessidades e interesses mais básicos se mostram aptas à ação política” (CHALOUB, 2015, p. 122).

O artigo estabelecia uma diferença entre o anticomunismo das classes dominantes e a feroz oposição de seu autor ao Partido Comunista, mas Moniz deixou de notar que a postura dos que atacavam as greves não tinha contato com qualquer preocupação acerca das relações entre a classe e seus representantes políticos. Não importava se o prestígio de Prestes e dos comunistas cresceria junto aos sindicatos, desde que o proletariado e o partido fossem igualmente derrotados. Tal ímpeto repressivo das forças governistas sobre as organizações da classe trabalhadora continuou nos meses seguintes, com a dissolução do Congresso Sindical dos Trabalhadores¹⁷³ e a ilegalidade do PCB.

Enquanto os comunistas tentavam, sem sucesso, continuar a política de união nacional, os grupos de esquerda que estiveram com Eduardo Gomes durante a campanha enfrentavam uma das tarefas pendentes do processo de democratização: a constituição de organizações independentes. A União Socialista Popular não engrenou durante a campanha de Eduardo Gomes e aparentemente obteve baixa adesão dos membros da *Vanguarda Socialista*, com quem Moniz tinha maior proximidade. O nome de Mário Pedrosa, que nas primeiras manifestações públicas da U.S.P. constava entre os dirigentes da organização, já não aparecia nas últimas notas divulgadas pelo grupo, que as assinava como um secretariado do qual Pedrosa estava de fora. Os companheiros e companheiras que passaram pelas fileiras trotskistas e escreviam para o jornal, parecem não ter sido convencidos da possibilidade de que a organização seria um embrião de um novo partido, pois não há registro de que Rachel de Queiroz, Hilcar Leite, Patrícia Galvão, João Matheus ou Aristides Lobo tenham se manifestado em nome da U.S.P.

A debilidade do grupo pode ser vista também na declaração que antecedeu as eleições, na qual recomendava os candidatos aos quais dava apoio. Eram três nomes oriundos da Esquerda Democrática: João da Costa Pimenta, Jader de Carvalho e Hermes Lima; e apenas um que poderia ser apontado como membro da U.S.P., J. G. de Araújo Jorge, que não foi eleito. Desse modo, passado o período eleitoral, a União Socialista Popular desapareceu do noticiário, sem justificativa formal, mas o grupo ao qual Moniz estava ligado, com certa unidade materializada na *Vanguarda Socialista*, continuou às voltas com o debate acerca da organização das esquerdas.

¹⁷³ Marcado para acontecer entre os dias 9 e 23 de setembro de 1946, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil tinha o apoio do Ministério do Trabalho, que esperava legitimar sua política no encontro. No entanto, divergências ocorreram ao redor da proposta de criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), defendida pelos comunistas e que foi vista pelos ministerialistas como uma ameaça à “integridade dos controles do Estado sobre os sindicatos” (WEFFORT, 1973, p.100). Os partidários do Ministério abandonaram o Congresso, que, dissolvido pelo ministro Negrão de Lima, foi levado adiante pela maioria, que decidiu pela criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

O resultado de todo o processo político da democratização reafirmou o lugar da Esquerda Democrática como centro da articulação de um novo partido de esquerda independente do Partido Comunista, embora nem todos acompanhassem o movimento encabeçado pelo grupo. De certa forma, a *Vanguarda Socialista* serviu de tribuna para várias divergências existentes no interior das esquerdas. Logo no terceiro número, o jornal publicou um editorial, “Definição”, no qual caracterizava algumas das correntes que se organizavam durante o ocaso do Estado Novo. A Esquerda Democrática, compreendida naquele momento como o núcleo carioca do grupo que ganhou adesões ao longo dos meses, teria nascido com o objetivo de aproximar Prestes do movimento liberal de oposição ao Estado Novo, e tudo fizera para merecer a simpatia do Partido Comunista. Lançara sobre os adversários do PCB a pecha de trotskistas, dos quais procurava se distanciar, manobra que não surtiu efeito, pois Prestes caminhou em direção a Vargas. Já a União Democrática Socialista, que seria o núcleo paulista da Esquerda Democrática, também sofreu duras críticas da Vanguarda Socialista:

A União Democrática Socialista é outro grupo de intelectuais e alguns operários de vanguarda de tendências socialistas. [...] A sua formação tem sem dúvida um caráter progressista; e sua evolução pode se dar num sentido de maior consistência ideológica, de maior firmeza política, e, portanto, de maiores possibilidades. Até agora, os camaradas da UDS têm sobretudo procurado se diferenciar dos “trotskistas”; sua preocupação dominante tem sido se livrar da pecha “trotskista” que lhes apegou, ou ameaça apegar, o partido stalinista. Eles também têm recusado a admissão no seu seio de camaradas cujo passado ou cujo presente pode ser acoimado (crime horrível!) de “trotskista”. E nunca fazem uma “crítica” ao “stalinismo” sem balanceá-la com umas pancadas no “trotskismo”. (VANGUARDA SOCIALISTA, 14 set. 1945, p. 8).

O texto da direção do jornal foi publicado na mesma edição de um artigo de Arnaldo Pedroso D’Horta, membro da UDS, que reafirmara sua equidistância entre stalinismo e trotskismo. A tentativa de antecipar a resposta ao intelectual paulista foi em vão e a polêmica persistiu nos números seguintes, através, por exemplo, do artigo escrito por Hermínio Sachetta (28 set. 1945, p. 3-4), principal dirigente do Partido Socialista Revolucionário, organização que reivindicava a IV Internacional no Brasil. O jornalista identificava as posições defendidas por Pedroso D’Horta como “centristas”, acusando-o de abandonar o legado bolchevique em nome do reformismo socialista. Para o inventário das posturas das esquerdas da época, o texto ressaltava um ponto dissonante entre o PSR e os demais grupos: os trotskistas criticavam o apoio concedido à candidatura de Eduardo Gomes.¹⁷⁴ Assim, a

¹⁷⁴ Segundo Alem (1981, p. 198), “até a Lei Constitucional nº 9 o PSR propunha a ‘derrubada da ditadura’, com a constituição de um ‘governo provisório’ que faria a convocação de uma Assembleia Constituinte. (...) A palavra de ordem da Constituinte foi mantida, após a Lei – uma ‘Constituinte sem Vargas’; frente às eleições

crítica ao membro da UDS abria espaço para o questionamento da linha política dos integrantes da *Vanguarda Socialista*.

A resposta veio no artigo “Um trotskista sem aspas”, título que ironizava a diferença entre os militantes que divergiam do Partido Comunista e ganhavam o epíteto de “trotskistas” e os integrantes dos partidos que reivindicavam a IV Internacional. A autoria era de João Matheus, ex-integrante da Liga Comunista Internacionalista, que não saiu em defesa de Arnaldo Pedroso D’Horta ou da UDS:

Achamos que ele tem a mão um pouco pesada na crítica ao “trotskismo” e um pouco branda quando se refere ao stalinismo. [...] Não pertencemos, tampouco, à U.D.S atualmente. No início acreditamos no desenvolvimento independente dessa organização no campo proletário, na luta contra a ditadura e a traição prestista. [...] Apoiamos a U.D.S. nos comícios, nos sindicatos, sempre e enquanto manteve uma posição independente. Julgávamos que muitos líderes da U.D.S., que conheciam de sobra a velha tática comunista de xingar de “trotskista” todos aqueles que não obedecessem à vontade da “linha justa”, não se amedrontassem com a repetição desse chavão. Mas enganamo-nos. A U.D.S. e os seus líderes mais representativos não souberam manter a linha de conduta até aí seguida de combate à ditadura e a seus lacaios no campo proletário. [...] os líderes da U.D.S. enviavam telegramas de congratulações pela instalação das sedes do Partido Comunista e propunham o envio de delegação e de telegramas de solidariedade aos comícios-monstros dos mistificadores. [...] Outros se dirigiam, humildemente, à sede do P.C. para “justificar” a posição da U.D.S., “que não era trotskista”. E que já estava em vigor o “artigo 13”. (MATHEUS, 26 out. p. 2).

As diferenças com Sacchetta e o PSR não eram, entretanto, menores. João Matheus lembrou que Sacchetta não fez parte da Oposição de Esquerda, momento no qual ocupava posições dirigentes no Partido Comunista, o que tornava questionável um suposto desejo de se portar no debate como representante do legado de Trotsky. Para João Matheus (26 out. p. 2), Trotsky “morreu como sempre viveu – lutando”, mas a corrente fundada por ele foi derrotada e a nova internacional, um fracasso. Era o fim de uma etapa histórica. Assim, considerava não haver sentido na crítica ao apoio dos socialistas a Eduardo Gomes baseada na defesa da tradição trotskista. Na mesma edição, Arnaldo Pedroso D’Horta (26 out. 1945, p. 3-4) respondeu ao editorial do jornal, reiterando a crítica à matriz bolchevique presente no texto de seu interlocutor, levando-o a considerar o trotskismo tão danoso ao movimento socialista quanto o stalinismo. Tal posicionamento era uma versão extremada de ideias compartilhadas por toda a organização, que buscava um caminho alternativo às tradições bolcheviques. A matriz dessa tendência pode ser encontrada, por exemplo, nos escritos de Paulo Emílio Sales

presidenciais, recusaram-se a apoiar quaisquer dos candidatos. [...] Sacchetta afirma que os militantes ‘votaram em Prestes para a presidência’, o que na prática significava a anulação do voto”.

Gomes¹⁷⁵ e, se por um lado poderia levar ao questionamento da reprodução acrítica da louvação à Rússia stalinista, por outro, inseria o trotskismo como parte de uma etapa histórica superada.

As críticas à Esquerda Democrática – considerando os grupos paulista e fluminense – não foram extintas, mas a *Vanguarda Socialista* passou a apresentar um tom mais moderado ao se referir à organização, sinalizando que a direção do jornal concluíra que a construção de um novo polo socialista no Brasil passaria pelo grupo. A posição foi exposta no editorial “Nós e as eleições”, que declarava apoio aos candidatos socialistas:

A Esquerda Democrática é o grupo que leva no seu programa os lemas da democracia radical pequeno-burguesa com mais consequência. Já aqui fizemos a crítica desta organização. Não precisamos acentuar as diferenças que nos separam. (...) Esse grupo, que nasceu, em parte, de um desejo de conciliar Prestes com Eduardo Gomes, viu seus sonhos conciliadores desfeitos em pó. Este fato obrigou-o a retificar, de algum modo, a sua posição semicurvada diante do chefe comunista, injetando-lhe, ao mesmo tempo, maior independência de ação, mais consequência na defesa dos pontos de vista democráticos. Por outro lado, em suas fileiras se encontram, pelo país afora, grupos e militantes realmente proletários e realmente de esquerda, e são estes que a puxam para a frente no caminho para a independência e para a formação de um partido socialista. Cremos ser do interesse do movimento socialista no Brasil apoiarmos, dentro da esquerda democrática, a sua ala proletária, e os militantes revolucionários que nela se encontram. Esse núcleo permite que se possa esperar um desenvolvimento à esquerda da Esquerda Democrática. É nesse sentido que julgamos necessário recomendar aos nossos leitores os candidatos que, nas várias chapas estaduais, representam essa organização. (VANGUARDA SOCIALISTA, 23 nov. 1945, p. 5).

A linha política, entretanto, não era consensual entre os que colaboravam com o jornal. Logo abaixo do editorial, uma breve nota afirmava que o advogado Hugo Baldessarini – membro do secretariado da U.S.P. – e o jornalista Luiz Alberto Bahia, divergiam da *Vanguarda Socialista* acerca do voto em Eduardo Gomes.

A aproximação do grupo estruturado ao redor do jornal com a Esquerda Democrática continuou. Em abril de 1946, a organização realizou uma Convenção Nacional que teve como deliberação principal a oficialização do Partido da Esquerda Democrática¹⁷⁶, retirando-a de vez do guarda-chuva udenista. O encontro recebeu a atenção do jornal, que foi representado por Plínio Mello e cuja edição de 26 de abril reproduziu a proposta de programa partidário

¹⁷⁵ O texto de Paulo Emílio Sales Gomes para a coleção de depoimentos intitulada *Plataforma da Nova Geração* pode ser apontada como um dos momentos dessa reflexão sobre a União Soviética, como demonstrado por Alexandre Hecker (1998).

¹⁷⁶ Na ocasião, a delegação paulista defendeu a denominação de Partido Socialista Brasileiro, proposta derrotada, embora o nome tenha sido adotado a partir do 2º Congresso da organização, em agosto de 1947. Para a história do Partido Socialista Brasileiro, ver os trabalhos de Alexandre Hecker (1998) e Herbert Gler Mendes dos Anjos (2014).

elaborada pelos paulistas, que foi aprovada com modificações. A avaliação do jornal foi de aprovação parcial:

Por espírito de conciliacionismo, nem sempre plausível, os delegados de São Paulo concordaram em certas modificações de redação, em certos pontos como os relativos à socialização dos meios de produção e outros, todas elas visando concessões à direita e sobretudo aos preconceitos antissocialistas pequeno-burgueses. [...] as modificações feitas foram todas para pior. Felizmente, tal como ficou, o programa ainda guarda seu caráter socialista, embora atenuado. Apesar de discordar de algumas de suas formulações, e da falta de clareza ou de algumas omissões em certos pontos essenciais, consideramos a sua aprovação um passo à frente. (VANGUARDA SOCIALISTA, 26 abr. 1946, p. 2).

A publicação de documentos da Esquerda Democrática pela *Vanguarda Socialista* não foi bem recebida pela direção da organização, que enviou um comunicado aos jornais negando que enviara os textos para o periódico marxista e com uma afirmação curiosa: “a Esquerda Democrática é um Partido popular de orientação socialista, mas exclusivamente brasileiro, e, por isto mesmo, sem nenhuma ligação com qualquer agrupamento internacional ou que tenha por mira sustentar dissídios de correntes políticas internacionais” (JORNAL DO BRASIL, 11 mai. 1946, p. 9). Podemos interpretar a declaração do novo partido como uma forma de dizer que o jornal não possuía vínculo com a organização e, assim, reforçar que a linha antistalinista da *Vanguarda Socialista*, chamada de trotskista, embora não o fosse, não seria adotada pela Esquerda Democrática.

A resposta veio em uma “carta aberta” escrita por Mário Pedrosa e publicada na *Vanguarda Socialista* e no *Correio da Manhã*. Nela, explicou como teve acesso ao material divulgado pelo jornal que dirigia e comparou o discurso da direção do novo partido com “um certo odor de policialismo” (PEDROSA, 15 mai. 1946, p. 2), presente nas forças reacionárias que usavam o argumento das ligações internacionais dos comunistas para cercear as atividades do Partido Comunista. Mesmo assim, o texto de Pedrosa terminava com um indignado pedido de ingresso no Partido da Esquerda Democrática:

O que torna a atitude de sua Comissão particularmente odienta é que esta, além do mais, tem procurado todos os subterfúgios para fugir à obrigação de pôr em execução o programa e os estatutos aprovados na sua Convenção, estatutos esses que nos dão direito de pleitear a nossa admissão nesse partido, como socialistas e democratas que somos, dispostos a lutar disciplinadamente dentro dela, para a realização no Brasil dos ideais socialistas. Com isto assinamos o nosso pedido de admissão para a Esquerda Democrática, fiados na validade dos estatutos aprovados, os quais nos dão inclusive o direito de apelar caso o nosso ingresso seja recusado. E certamente que o faremos, no uso de um direito a que são forçados a recorrer os militantes socialistas, honrados e devotados, como nós, para vencer as calúnias, os preconceitos ou a timidez dos que assumem as pesadas responsabilidades de líderes, como os que redigiram o comunicado a que ora respondemos. A Esquerda Democrática, entretanto, não pertence aos srs. João Mangabeira, Domingos Velasco

ou Alceu Marinho do Rego, ou mesmo à Comissão Nacional. (PEDROSA, 15 mai. 1946, p. 2).

Edmundo Moniz não tomou parte nas discussões provocadas pelo artigo de Arnaldo Pedroso D’Horta e manteve o silêncio também na polêmica sobre a convenção da Esquerda Democrática, mas as suas posições já eram conhecidas e se assemelhavam aos argumentos que apontavam tendências prestistas na organização. As suas ideias o aproximavam dos participantes da *Vanguarda Socialista* mas a conclusão que retirava da caracterização da Esquerda Democrática o afastava da solução política que estava sendo construída pelo jornal. Se a maioria do grupo estava inclinada para o ingresso, apesar dos problemas identificados nas ideias e condutas de vários dirigentes da organização, Moniz considerava tais questões suficientes para manter-se de fora da construção do novo partido. A sua posição sobre a Esquerda Democrática, entretanto, não foi expressa na *Vanguarda Socialista*, mas no *Correio da Manhã*, opção da qual desconhecemos os motivos, embora seja possível levantar a hipótese de que a situação minoritária inibira a publicação de algum artigo de sua autoria sobre a Esquerda Democrática no jornal marxista, pois, ao iniciar uma polêmica, Moniz prejudicaria os objetivos da maioria do grupo.

Desse modo, quase três meses depois da Convenção que fundou o Partido da Esquerda Democrática, Edmundo Moniz publicou “O stalinismo e a Esquerda Democrática”, na sua coluna de domingo, no *Correio da Manhã*. O texto era duro, afirmava que a “Esquerda Democrática, sem dúvida nenhuma vive em função dos manejos políticos de Luiz Carlos Prestes” (MONIZ, 28 jul. 1946, p. 1) e, embora também contasse com militantes valorosos, a sua direção “só fez até hoje o jogo do stalinismo” (MONIZ, 28 jul. 1946, p. 1). Supostamente infiltrada por stalinistas, a Esquerda Democrática apresentava uma conduta sobre o governo Dutra semelhante à do Partido Comunista, que não fazia oposição ao governo e atribuía os seus problemas aos setores reacionários que disputavam a orientação das ações do Executivo Federal. A conclusão, portanto, divergia da carta de Mário Pedrosa, pois, para Moniz, faltava ao novo partido os elementos básicos para que ele ocupasse um papel positivo na construção de um polo socialista na esquerda brasileira.

O texto de Moniz suscitou uma provocação de Osório Borba, um dos fundadores da Esquerda Democrática e jornalista do *Diário de Notícias*, que utilizou parte da sua coluna no jornal para defender a atuação da Esquerda Democrática, que caracterizava como independente. O articulista, entretanto, não serenou o debate acerca do novo partido:

repetir ainda hoje que a Esquerda Democrática é comunista, é um disfarce ou um instrumento do Partido Comunista, só pode ser estupidez, ou expediente de

integralista ou de fascista de qualquer outro matiz, ou simplesmente “heitormonizmo”, isto é, policialismo. A célebre voz do sangue, que se manifesta tanto no irmão fascista quanto no irmão “trotskista”. (BORBA, 4 ago. 1946, p. 1).

O jornalista se referiu ao irmão de Edmundo, Heitor Moniz, que fizera parte do Ministério do Trabalho de Vargas, era amigo de Filinto Muller e, embora não se apresentasse como adepto do fascismo, simpatizava com ele, comungando tanto da crítica às instituições da democracia liberal quanto do entusiasmo ao corporativismo getulista. Na década de 1930 defendeu que os regimes fascistas seriam legítimos e apenas seriam superados historicamente após esmagarem a União Soviética, nação à qual atribuía a responsabilidade pela guerra que se aproximava.¹⁷⁷ Sugerindo que havia algo em comum entre os irmãos, Borba deixou no ar a acusação de que fascismo e trotskismo compartilhavam posicionamentos.

A rispidez dos textos, que incluem “Ainda sobre o Stalinismo e a Esquerda Democrática” (MONIZ, 11 ago. 1946, p. 1) e mais um comentário de Borba em “Onde? Como?” (14 ago. 1946, p. 1), pode ajudar a entender o motivo que levou à manifestação de Moniz ocorrer fora das páginas da *Vanguarda Socialista*. Na verdade, desde as eleições do ano anterior, o seu nome não constava mais no expediente do jornal, onde figurara como proprietário, bem como, durante meses, nenhuma edição trouxe textos de sua autoria. Quando retornou às páginas da *Vanguarda Socialista*, continuou distante de questões identificadas diretamente com a conjuntura política brasileira até o final do ano, quando assumiu a tarefa de ser candidato nas eleições de 19 de janeiro de 1947, que escolheria os governadores, os legislativos estaduais, elegeria um terço do Senado e a Câmara Municipal do Distrito Federal.

O grupo da *Vanguarda Socialista*, não obstante o pedido formalizado por Mário Pedrosa na sua “Carta aberta”, não foi aceito no Partido da Esquerda Democrática, fato que não impediu que o jornal se organizasse para participar do processo eleitoral. As ambições eram modestas, como evidenciou um texto no qual Mário Pedrosa abordou a situação dos

¹⁷⁷ Em seus textos publicados no *Correio da Manhã*, Heitor Moniz deu alguns indícios da sua relação com o fascismo e o nazismo. Considerava movimentos tais como o integralismo, fascismo e comunismo, “extremismos” (2 jul. 1935, p. 4), o que explica, por exemplo, o apoio dado ao fechamento da AIB (16 jul. 1935, p. 4), mas teceu elogios a Mussolini e ao regime fascista: “Sou contrário, em tese, aos regimes totalitários como a qualquer sistema político em que não assegure a todo cidadão o direito de dizer livremente o que quer e o que pensa. Não tenho dúvida, porém, em reconhecer, diante do fato concreto, que o fascismo foi um renascimento para a Itália e que Mussolini é uma personalidade inconfundivelmente superior aos seus numerosos antecessores que governaram o país como chefes parlamentares de gabinete. (...) os povos têm o direito absoluto de escolher livremente a forma de governo que quiser, resultado daí que toda a forma de governo que tiver o apoio do povo a que se aplica é perfeitamente legítima, até que o povo, no uso de sua soberania indiscutível, resolva substituí-la por outra que lhe pareça melhor” (24 mar. 1936, p. 4). Já em outro artigo de 1936, “Como vive o operário alemão” (20 out. 1936, p. 4), Heitor Moniz elogiava as medidas de Hitler para o mundo do trabalho. Sobre a sua atuação no Ministério do Trabalho e a amizade com Filinto Muller, ver entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): MONIZ, Heitor. Heitor Muniz (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 29 p.

partidos políticos e afirmou que o objetivo dos socialistas não seria o de “ganhar cadeiras, mas de propagar ideias. E é o que estamos dispostos a fazer. E a nossa posição em face dessas futuras eleições será precisamente em função desse critério menos precário, menos ‘auspicioso’, mas de muito maior alcance” (PEDROSA, 1 nov. 1946, p. 4). Dessa vez, o jornal encamparia de forma decidida uma candidatura, postura distinta da dubiedade que marcou a relação entre o periódico e a U.S.P. em 1945. Assim, a partir da edição de 13 de dezembro, o jornal passou a estampar a propaganda da candidatura de Edmundo Moniz para vereador, lançado sob a legenda da UDN. A participação ativa do jornal como um grupo com pretensões eleitorais e de organização partidária, bem como a presença de seu candidato na chapa de um partido burguês, foi assunto tratado pelo grupo e pelo jornalista, dentro e fora da *Vanguarda Socialista*. No editorial “Votemos pelo socialismo!”, o jornal justificou que após a consolidação do trabalho de revisão e debate das ideias presentes nas diversas correntes do movimento operário, chegara a hora de ter “uma primeira experiência de atividade prática, ativa, junto à massa” (VANGUARDA SOCIALISTA, 20 dez. 1946, p. 1). No outro ponto a esclarecer, o grupo tratava a UDN sem ilusões acerca de tendências progressistas em seu programa e atuação prática, mas citava a legislação eleitoral, a qual exigia que uma candidatura fizesse parte da chapa de um partido legalmente reconhecido, o que forçava o grupo a utilizar alguma das legendas já constituídas. Dos vários partidos existentes naquele momento, a UDN aparecia como o único compatível com a candidatura:

nesse caso que partido poderia concordar com a participação desse companheiro na sua legenda? O Partido Comunista? O P.T.B? O P.R? O P.S.D? Evidentemente, não. Restam a U.D.N. e a “Esquerda Democrática”. Mas a última leva a sua capitulação moral ao stalinismo, ao partido comunista, ao ponto de violar os seus próprios estatutos e barrar, por manobras de burocratas da direção, a entrada de nós, de VANGUARDA SOCIALISTA, e a qualquer outro companheiro suspeito de entreter relações conosco. Os João Mangabeira, os Alceu Marinho Rego & Cia. são os últimos que ainda aplicam o artigo 13 dos estatutos do partido stalinista contra nós. (VANGUARDA SOCIALISTA, 20 dez. 1946, p. 1).

O editorial também mostra que o grupo estava atento aos problemas internos da UDN, que ameaçavam a unidade partidária. Nos últimos meses de 1946, uma reforma ministerial abriu espaço para que a UDN ocupasse as pastas da Educação e Saúde, com Clemente Mariani, e das Relações Exteriores, com Raul Fernandes. Foi um dos movimentos iniciais da aproximação entre o partido e o governo Dutra, processo que culminou no chamado “acordo interpartidário”,¹⁷⁸ que garantiu ao presidente ampla base política no Congresso, ao unir o

¹⁷⁸ O acordo interpartidário consistia em “um entendimento entre os principais líderes do PSD, da UDN e do PR, de que se respeitariam os pilares da estabilidade política: a legitimidade da investidura do presidente (é

PSD, a UDN e o PR, enquanto alimentou as pretensões do presidente da UDN, Otávio Mangabeira, de ser o candidato governista ao Planalto.¹⁷⁹ O pacto entre o governo e a UDN causou uma contenda interna, encabeçada por Virgílio de Mello Franco, que terminou entregando a secretaria geral do partido e seguida por quadros emergentes, como Carlos Lacerda. Para a *Vanguarda Socialista*, a divergência tinha potencial de cisão e, talvez, sob influência dos socialistas agrupados ao redor do jornal, deslocar-se à esquerda e formar um novo partido:

Esse movimento de revolta se cristalizou em torno de Carlos Lacerda e outras figuras udenistas do Distrito Federal, entre elas a do senador Hamilton Nogueira. A ideia de um novo partido surgiu, assim, nas fileiras do chamado movimento “renovador”, e vai caminhando por toda parte. [...] um novo partido saído em parte dos flancos da U.D.N. e em parte de outros setores populares e independentes como o nosso. (VANGUARDA SOCIALISTA, 20 dez. 1946, p. 2).

Além de Lacerda, que em 1946 demonstrou interesse pelo trabalhismo inglês e a social-democracia europeia,¹⁸⁰ o jornal citava a Resistência Democrática, agrupamento de intelectuais vinculados ao pensamento cristão. A esperança na fração rebelde da UDN também foi manifestada por Moniz em um artigo publicado no *Correio da Manhã*, o que justificaria a presença da candidatura socialista naquele partido.¹⁸¹ O Movimento Renovador citado pelo jornal era a ala descontente presente na UDN do Rio de Janeiro e dirigida por Carlos Lacerda, que lançou doze candidatos nas eleições de 1947, sob uma plataforma de defesa da legalidade, combate à corrupção e ao extremismo que enxergavam no integralismo e no comunismo.¹⁸² Era um exemplo das contradições que Lacerda carregava em suas ideias.

importante lembrar que estes foram os únicos resultados eleitorais para a presidência, não contestados, em todo o período 45-64); a nova ordem legal, calcada na Constituição recém-elaborada; e o apoio parlamentar às propostas do Executivo visando à consolidação do regime democrático e da ‘pacificação nacional’ e à elaboração de um plano econômico e financeiro, com o cumprimento ‘dos preceitos constitucionais de ordem econômica e social’, destinados a elevar o nível de vida do homem brasileiro. Em termos concretos tratou-se da formação de três comissões interpartidárias: a comissão de líderes, a comissão econômica e a comissão partidária propriamente dita, específica para a atuação parlamentar” (BENEVIDES, 1981, p. 70-71).

¹⁷⁹ Outros objetivos podem ser citados, tais como a tentativa de isolar o getulismo e o PTB, fortalecendo “a fração dutrista dentro do PSD” (HIPOLITO, 2012, p. 80). O acordo interpartidário, para a UDN, também era compatível com as “aspirações difusas de seus correligionários dos Estados e Municípios, frustrados em inúmeros casos pela derrota de 1945 e desejosos de reduzir a distância que os separava dos recursos de poder. Muitos desses grupos se encontravam na oposição desde 1930” (DULCI, 1986, p. 92).

¹⁸⁰ Dulles (1992, p. 95-96) relata que, entre julho e outubro, Carlos Lacerda viajou a Europa, passando pela Inglaterra, Suécia e França.

¹⁸¹ MONIZ (15 dez. 1946, p. 3): “Evidentemente, a U.D.N. constitui, no momento, a única organização partidária onde se encontram várias correntes políticas que lutam de fato, a favor das aspirações populares. É o veículo adequado para o combate a todas as formas de reação e, no seu próprio seio, se desenvolvem várias correntes progressivas que, aliadas a outros grupos independentes, poderão constituir o núcleo central de um novo movimento democrático e anti-totalitário, de caráter socialista, interpretando os anseios do povo trabalhador”.

¹⁸² O Movimento Renovador anunciou a sua chapa e um programa político em uma publicação na imprensa diária: *Correio da Manhã* (8 dez. 1946, p. 5).

Ao mesmo tempo em que ainda falava em socialismo, embora em uma versão não marxista ou soviética dele,¹⁸³ alicerçava as bases das suas intervenções políticas nas décadas seguintes, marcadas por um claro viés de direita. O manifesto do Movimento Renovador, ao falar de “batalha decisiva” (CORREIO DA MANHÃ, 8 dez. 1946, p. 5) a ser travada nas eleições e em campos antagônicos a disputá-la, exercita uma característica aprimorada por Lacerda em sua vida política: o “retrato moral do mundo, onde todos os atores e fatos são tomados em termos de bem e mal absoluto” (CHALOUB, 2015, p. 127). Para ele, a política era um choque entre representantes de valores inconciliáveis, em uma disputa que seria resolvida com a vitória total sobre os adversários. As ambiguidades do Movimento Renovador não passaram despercebidas à *Vanguarda Socialista*. Mário Pedrosa, que dirigia o jornal, caracterizou o grupo como expressão política de um radicalismo pequeno-burguês que, “em outra época, [...] poderia terminar ou poderia desenvolver-se num movimento antidemocrático, num movimento de caráter fascista” (PEDROSA, 27 dez. 1946, p. 1), risco também aparente na crítica à URSS e aos comunistas, realizada por Lacerda. Detalhando sua análise do Movimento Renovador, afirmou que o enfrentamento aos stalinistas partia de dois polos. Haveria o polo de esquerda, do qual faziam parte os anarquistas e marxistas dissidentes da orientação stalinista, e o polo reacionário, de distintas vertentes fascistas. Entre os dois havia uma profunda diferença de motivos e objetivos. Porém, a conjuntura do pós-guerra e a derrota do fascismo teriam enfraquecido o segundo eixo, empurrando a pequena-burguesia para a defesa da democracia e ao socialismo. Assim, o grupo que se organizava ao redor de Lacerda estaria em disputa e mereceria ser acompanhado com atenção pelos socialistas.

Por fim, a possibilidade de surgimento de um novo partido a partir da divergência de Lacerda com a UDN não era aventada apenas pela *Vanguarda Socialista*. O manifesto do Movimento Renovador se propunha a “contribuir para que se desenvolva, com urgência, o grande partido de reforma social e política no Brasil” (CORREIO DA MANHÃ, 8 dez. 1946, p. 5). O “partido de reforma social” também aparece em um texto de Carlos Lacerda, no qual afirmou que se “fosse Prestes um patriota, estaria senhor do Governo pelo consenso geral, pois deixastes vago, no Brasil, o lugar de um partido de Reforma Social” (LACERDA, 27 nov. 1946, p. 2). Dias depois, tais termos voltam a figurar em uma carta enviada por Alceu Amoroso Lima, reproduzida na coluna de Lacerda: “se os estatutos da Liga Eleitoral Católica, de que sou secretário geral, não me impedissem formalmente participar de partidos políticos, quereria ser a inscrição número um do seu Partido da Reforma Social” (LACERDA, 6 dez.

¹⁸³ Sobre a concepção de socialismo do udenista, ver Lacerda (6 dez. 1946, p. 2).

1946, p. 2). É possível, então, entender essas manifestações de duas maneiras. Uma, aponta genericamente para um partido que pudesse abraçar as bandeiras do Movimento Renovador, tarefa que a própria UDN poderia realizar; a outra compreende que o desejo de criar um partido estaria na ordem do dia.¹⁸⁴

Esclarecida a posição dos membros do jornal acerca do Movimento Renovador, a publicação voltou a dedicar atenção à candidatura de Edmundo Moniz. O periódico marxista atravessava dificuldades financeiras e desde o início de dezembro passou a circular com apenas quatro páginas, metade do tamanho habitual, que foram substancialmente ocupadas com os problemas que rondavam a campanha eleitoral. A adesão, entretanto, não ocorreu sem divergências. Na edição do dia 27 de dezembro, foi publicada a plataforma do candidato,¹⁸⁵ composta das tarefas políticas do movimento socialista – desmascarar as correntes consideradas nocivas ao movimento operário e batalhar pela criação de um novo partido socialista – e por medidas imediatas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Curiosamente, o número trazia um contraponto ao documento da candidatura de Moniz, escrito por Hilcar Leite, então secretário do jornal. Embora iniciasse o texto afirmando estar de acordo com a resolução que fundamentava o apoio do jornal ao candidato socialista, o comentário tinha um sério tom de reprimenda:

para mim, a “Plataforma” está mal estruturada e pior formulada. Misturam-se ali medidas particulares e gerais, desordenadamente. Há medidas ridículas para figurar numa “Plataforma Socialista”. [...] As formulações são vagas e não se distinguem dos “programas mínimos” e máximos de candidatos e partidos, cujo único traço é a aliança do eleitoralismo com a demagogia. [...] Não traça as perspectivas de uma comuna socialista. Não é uma “Plataforma Socialista”. É apenas, é triste dizê-lo, um documento fortemente acentuado de eleitoralismo, somente abrandado pela última parte do documento, que ainda aí é deficiente. (LEITE, 26 dez. 1946, p. 1).

O companheiro de jornal também reclamava uma menção ao Movimento Renovador, cuja ausência na plataforma de Moniz poderia significar um “isolamento político perigoso” (LEITE, 26 dez. 1946, p. 1), e questionava alguns itens do programa, que elaborava promessas sem denunciar a calamitosa situação financeira da administração municipal. O documento, portanto, diferia em muito pouco de uma hipotética plataforma de um candidato não identificado com o socialismo. Hilcar Leite alertava para a desconexão dos itens da plataforma e criticava especificamente um ou outro ponto proposto por Moniz¹⁸⁶, além de

¹⁸⁴ Após as eleições de janeiro de 1947, Lacerda falou abertamente em uma reorganização partidária das forças políticas que possuíam alguns interesses em comum (LACERDA, 28 jan. 1947, p. 2).

¹⁸⁵ O documento havia sido publicado dias antes pelo *Correio da Manhã*, na edição do dia 22.

¹⁸⁶ A “Plataforma” propunha a “obrigatoriedade do fornecimento pelos patrões de aparelhos necessários à manutenção da saúde do trabalhador nas indústrias nocivas” (VANGUARDA SOCIALISTA, 27 dez. 1946, p.

afirmar que o programa formalizado para a disputa eleitoral não atuaria como elemento decisivo para a “agrupação de todos os partidários e simpatizantes socialistas” (LEITE, 26 dez. 1946, p. 2). Entretanto, dificilmente a candidatura de Edmundo Moniz superaria a condição de minoria, consequência da disposição das correntes de esquerda na luta de classes e situação que, dificilmente, seria resolvida durante a campanha, independentemente do programa apresentado. A manifestação de Hilcar Leite não mudou os rumos da candidatura e a principal decisão foi tomada para a edição seguinte: o afastamento de Hilcar Leite da secretaria da *Vanguarda Socialista*, posto ao qual foi reconduzido em fevereiro, após a realização das eleições.¹⁸⁷

A campanha saiu das páginas dos jornais, seu principal meio de propaganda, e buscou ampliar o raio de ação, inaugurando um comitê e fixando faixas e cartazes pela cidade, supostamente alvos da vingança dos comunistas ou trabalhistas, que trataram de rasgá-los.¹⁸⁸ As pretensões eleitorais eram conscientemente modestas e a única adesão de lideranças sindicais divulgada foi a de Julio Senna Filho, do Movimento Reivindicador dos Oficiais de Barbeiros e Cabeleireiros do Distrito Federal (CORREIO DA MANHÃ, 16 jan. 1947, p. 2). O resultado das urnas não deve ter ficado distante do esperado. Encerrada a apuração, Moniz recebeu 780 votos, ficando à frente de vários candidatos da UDN, mas com votação inferior à maioria dos integrantes da chapa do Partido Comunista, que comemorou a eleição de 18 vereadores no Distrito Federal. Se comparado com os votos da Esquerda Democrática, o resultado de Moniz só foi superado por dois candidatos, um deles, o jornalista Osório Borba, por ampla vantagem, eleito com 3.293 votos.

O balanço das eleições foi realizado em breve editorial da *Vanguarda Socialista*, publicado antes mesmo do término da apuração e que apontava, no desempenho da UDN em alguns estados, um elemento a mais para aproximá-la de Dutra, pois agora o governo teria de negociar com os governadores udenistas, e tinha no fraco resultado da Esquerda Democrática a confirmação da debilidade que o jornal atribuía ao novo partido. Assim, o cenário se mantinha aberto para a construção de um partido socialista (VANGUARDA SOCIALISTA,

2), e Hilcar tratou de questionar que o ponto já se encontrava previsto na CLT, muitas vezes sendo descumprido, pois o que garantia a sua execução não era a ação legal, mas a luta sindical.

¹⁸⁷ Na edição que anunciou o afastamento de Hilcar Leite da função de secretário, o jornal reafirmou o apoio a Edmundo Moniz e elogiou a sua plataforma (VANGUARDA SOCIALISTA, 3 jan. 1947, p. 1).

¹⁸⁸ Era o que denunciava uma notícia do *Correio da Manhã*: “O leitor poderá fazer, como nós, essa curiosa observação: não se vê em toda a cidade um só cartaz ou faixa de propaganda do sr. Edmundo Moniz, candidato ao posto de vereador na chapa da União Democrática Nacional. Não é que ele e os seus amigos tenham desdenhado esse aspecto da campanha eleitoral. [...] Cartazes e faixas com o seu nome foram assim colocados em diversos pontos da cidade. Contudo eles não são vistos nem permanecem nos seus lugares. É que os comunistas os rasgam sistematicamente” (CORREIO DA MANHÃ, 15 dez. 1946, p. 32).

24 jan. 1947, p. 1-2), processo que voltou a ser discutido com a Esquerda Democrática nas páginas do jornal.¹⁸⁹ Há indícios de que, após as eleições, o jornal participou de algumas atividades junto à ala descontente da UDN e chegou a estreitar laços com ela, atitude coerente com as expectativas expressas no jornal acerca da formação de uma frente capaz de fundar um novo partido. Os detalhes do diálogo não podem ser apontados com precisão, pois as referências ao Movimento Renovador, nos documentos e na historiografia, carregam algumas divergências sobre o papel dos membros da *Vanguarda Socialista* na trajetória do grupo de Carlos Lacerda. Na biografia de Mário Pedrosa, escrita por Dainis Karepovs (2017), o autor ignorou as eleições de 1947 e seus desdobramentos, saltando da polêmica com a Esquerda Democrática ao ingresso de Pedrosa e Hilcar Leite no Partido Socialista Brasileiro. Já John W. F. Dulles (1992), biógrafo de Carlos Lacerda, dá a entender que entre eles havia mais do que simpatia:

No Movimento Renovador, a Resistência Democrática uniu-se a um pequeno grupo de socialistas tais como os trotskistas veteranos Mário Pedrosa e Edmundo Muniz [*sic*], que utilizaram a Vanguarda Socialista e o Correio da Manhã para atacar Stalin e Prestes e criticar os ‘liberais capitulacionistas’ da Esquerda Democrática (ED). (DULLES, 1992, p. 100).

A posição do autor estaria de acordo com o sentido encontrado em textos de Carlos Lacerda, nos quais aparecem indícios de que a ala descontente da UDN e o grupo de esquerda, com base no jornal, estreitaram os laços. Na sua coluna no *Correio da Manhã*, chamada de “Na Tribuna da Imprensa”, que daria origem ao futuro jornal de Lacerda, o vereador eleito com mais de 34 mil votos na Guanabara no início do ano, abordava a trajetória do Movimento Renovador e seus vínculos fora da UDN, um dos quais seria o semanário marxista:

¹⁸⁹ Na edição de 7 de fevereiro de 1947, *Vanguarda Socialista* publicou uma carta aberta a Edgardo de Castro Rebelo, da direção da Esquerda Democrática, na qual Pierre Silus reforçava o chamado às negociações para a criação de um partido socialista que envolvesse setores da UDN, os membros do jornal e a Esquerda Democrática (SILUS, 7 fev. 1947, p. 2). Já no dia 14 de fevereiro, o jornal estampou, na primeira página, um artigo de Antonio Costa Corrêa, advogado e membro da ED de São Paulo, que apontava na mesma direção e sinalizava a manutenção de laços entre os socialistas do jornal e parte da organização partidária, sobretudo em São Paulo: “O partido socialista poderá surgir de uma fusão de agrupamentos de variadas tendências existentes atualmente: Esquerda Democrática, Movimento Renovador da U.D.N., grupo de ‘Vanguarda Socialista’, elementos ligados ao Silo Meireles e outros que se encontram isolados e dispersos pelo Brasil inteiro. Nenhum desses agrupamentos isoladamente teria forças para lançar o partido socialista como a situação está exigindo. A Esquerda Democrática, que já é um partido político organizado e que conta com a presença de socialistas militantes de valor poderia ser o núcleo inicial da formação do novo partido. Mas para isso seria necessário que alguns dos seus quadros dirigentes abandonassem suas ilusões e preconceitos de liberais com mentalidade de frente única com os comunistas” (CORREA, 14 fev. 1947, p. 2).

o Movimento Renovador este, preparava em silêncio a sua transformação num movimento extrapartidário, de âmbito nacional, visando a junção das correntes de pensamento democrático no país, para um trabalho cívico junto ao povo, de pregação, de arregimentação e de experiência vivida, antecedendo o próprio trabalho político-eleitoral dos partidos. Continua na U.D.N. a maioria dos participantes do Movimento Renovador, até o momento. Mas homens também de outros partidos, como o admirável Alceu Amoroso Lima e o ardente Sobral Pinto – essa espécie de Voltaire católico – nele se inscrevem e vem ocupar a sua posição, para dar substância e consequência ao Manifesto que, redigido por expressões legítimas do pensamento democrático brasileiro, será lido em assembleia pública, no dia 20 deste mês, na Associação Brasileira de Imprensa, pela própria comissão que o redigiu. Nele se definem as características e os rumos do Movimento Renovador, do qual vem participar, desde já, grupos autônomos, organizados em base federativa, conservando sua estrutura própria e suas atividades peculiares, como a Vanguarda Socialista, de Mário Pedrosa. (LACERDA, 15 nov. 1947, p. 2).

Em outro artigo, dessa vez publicado em 1948, Lacerda citou o imbróglio que rondava a entrada dos diretores do semanário marxista no recém-fundado Partido Socialista Brasileiro e tratava os integrantes do jornal como parte do Movimento, algo já destacado no texto anterior:

Ainda agora, para que o grupo da Vanguarda Socialista fosse admitido no Partido Socialista – novo nome da Esquerda Democrática – foi-lhes exigido que, por escrito, declarassem o seu propósito de deixar o Movimento Renovador. Por que? Que tem o Movimento Renovador que não agrade ao Partido Socialista? [...] O certo é que a Vanguarda Socialista não abandonou o Movimento Renovador – e os elementos socialistas que pretenderam induzi-la a esse passo ainda não entenderam o que é e o que pretende o Movimento Renovador. (LACERDA, 13 jan. 1948, p. 2).

O jornal realmente emitia sinais de diálogo e proximidade com os grupos citados por Lacerda. A Resistência Democrática, por exemplo, cedeu a sua sede para que ele realizasse uma conferência e organizou outra, junto à *Vanguarda Socialista* e ao Movimento Renovador.¹⁹⁰ Entretanto, para que a relação prosperasse, faltava uma definição pelo socialismo. Os grupos convergiam ao agitar palavras de ordem em defesa da democracia, contra o varguismo e o stalinismo, mas a aproximação não seguiu o curso esperado, provavelmente pela ausência de uma ação decidida de Lacerda para fundar um novo partido e pelo limite da proposta do Movimento Renovador, pouco interessado em levantar a bandeira de classe. As negociações com a Esquerda Democrática, portanto, continuavam e o jornal parecia inclinado a continuar à espera de sua aceitação no partido.

Nesse processo, o nome de Edmundo Moniz desapareceu definitivamente da *Vanguarda Socialista*. O balanço das eleições publicado pelo jornal não tocou na sua

¹⁹⁰ Em 28 de janeiro de 1948 foi realizada a conferência “Alguns aspectos do capitalismo moderno”, proferida pelo advogado Alípio Adão (CORREIO DA MANHÃ, 28 jan. 1948, p.10). Já em 11 de março, Mário Pedrosa, que voltara de viagem à Europa, apresentou o seu ponto de vista na conferência “Os destinos da Europa” (CORREIO DA MANHÃ, 9 mar. 1948, p. 14).

candidatura e o nome do jornalista nunca mais apareceu nos artigos do periódico. Não há sinais de que o processo eleitoral tenha definido o seu afastamento da *Vanguarda Socialista* ou que tenha ocorrido uma ruptura imediata. Há, por exemplo, a possibilidade de Moniz ser um dos autores por trás de algum pseudônimo presente nos muitos textos publicados no jornal sob essa condição. Porém, se a separação não foi imediata, a reaproximação com a ideia de integrar a Esquerda Democrática pavimentou o caminho da ruptura. O processo se desenvolveu lentamente. Em abril de 1947, foi dado um passo importante, com a mudança do nome da organização para Partido Socialista Brasileiro (PSB), decisão tomada na II Conferência Nacional da Esquerda Democrática. Nas eleições de novembro daquele ano, quando, entre outros cargos, estavam em disputa as cadeiras da Câmara Municipal de São Paulo, o jornal não repetiu a estratégia de lançar candidatos alinhados às suas ideias, apoiando diretamente a chapa do PSB. O ingresso no partido foi formalizado em maio de 1948, quando o jornal foi doado à organização a qual aderiam Hilcar Leite e Mário Pedrosa.¹⁹¹

A ruptura entre Moniz e o jornal foi discreta, não legando documentos nos quais as partes narram o trajeto das divergências e defendem seus pontos de vista sobre elas. A amizade entre Edmundo Moniz e Mário Pedrosa também não deu sinais de estremecimento importante, tendo a saída de Moniz da *Vanguarda Socialista* se assemelhado ao fim da U.S.P., um sumiço das páginas dos jornais, sem obituários ou notas explicativas. A mudança mais radical ocorreu no próprio jornal, que nas mãos do PSB e sob a direção do deputado federal Hermes Lima, transformou-se em órgão central do partido, passando a investir na divulgação das atividades da sigla e deixando de lado uma de suas características mais destacadas: a dedicação à formação política e à divulgação de textos fundamentais para o debate dos grandes temas da realidade social. Não houve muito tempo para estranhar o novo formato, pois o jornal teve suas atividades encerradas ainda no mesmo ano.

3.3 O ÚLTIMO GOVERNO DE VARGAS

Fora das páginas da *Vanguarda Socialista*, Edmundo Moniz intensificou a sua participação no *Correio da Manhã*. Foi o período em que a série de textos “A Rússia e o Socialismo” ocupou boa parte da sua produção, tratando da história da Revolução Russa e das características da URSS após a ascensão de Stalin ao poder. Era, de certa forma, a continuação do trabalho que a *Vanguarda* atribuía ser uma de suas tarefas principais, o

¹⁹¹ No depoimento concedido para o livro “Velhos Militantes”, Hilcar Leite (1988, p. 196-197) tratou a existência do jornal como entrave à entrada dos seus membros no Partido Socialista Brasileiro.

esclarecimento acerca do caráter do que muitos consideravam a “pátria do socialismo”. Além da caracterização do processo em curso na Rússia, Moniz dedicou alguma atenção ao desenrolar do governo Dutra, que suscitava duas preocupações principais. Uma dizia respeito à solidez e profundidade do novo regime constitucional, enquanto a outra observava a crise econômica e suas consequências sobre as vidas dos trabalhadores.

Edmundo Moniz, que combateu Getúlio como a expressão decisiva da ameaça totalitária à construção de um regime democrático no Brasil, admitia, em meados de 1947, que as restrições às liberdades políticas partiam de outros sujeitos, afinal, o tratamento dispensado ao movimento sindical e a cassação do registro do Partido Comunista não tinham diretamente as digitais de Vargas e eram sinais de uma democracia incompleta.

É verdade que a tão decantada redemocratização do país, processando-se a trancos e barrancos, em zigue-zagues, com avanços e recuos, ainda não está definitivamente consolidada. O regime constitucional, por enquanto, não passa de uma ficção, estando sujeito à vontade do Catete, que dele dispõe ou pode dispor como bem quiser ou entender. [...] Se o governo julga incômodo a existência de determinada corrente política (é o caso do Partido Comunista), acaba por encontrar o meio de jogá-la na ilegalidade e, mesmo, de eliminar, no Congresso, os seus representantes legitimamente eleitos pelo povo. (MONIZ, 18 nov. 1947, p. 2).

O governo Dutra estaria sendo auxiliado por forças democráticas que “capitulam, a fim de conservar, no mínimo, não propriamente o regime democrático, mas o regime constitucional” (MONIZ, 18 nov. 1947, p. 2). Também estaria sendo seduzido por setores reacionários que tinham no horizonte uma nova ditadura. O primeiro grupo foi genericamente chamado de “os liberais” e podemos imaginar que seria uma referência ao setor udenista que se aproximara do governo. O segundo era identificado em Góes Monteiro, que sem a possibilidade de chegar ao poder pelas urnas, poderia levar Dutra a um golpe, esperando controlar a ditadura subsequente. Portanto, Vargas e Prestes não eram vistos como as principais ameaças ao regime da Constituição de 1946, mas aqueles que usavam o combate ao varguismo e aos comunistas como ferramenta para preparar as condições de surgimento de um “novo Vargas”. Podemos supor que um acontecimento recente contribuíra decididamente para que Moniz suavizasse o tamanho que Vargas e Prestes ocupavam nas suas preocupações acerca da democracia. Dias antes do artigo ser publicado, ocorreram as eleições que, além dos cargos municipais, decidiram quem seria o vice-governador do estado de São Paulo. Adhemar de Barros havia sido eleito para o executivo estadual no início do ano e as suas supostas pretensões à sucessão de Dutra faziam do pleito um momento importante para as forças políticas da época.

O ex-presidente mobilizou-se em apoio ao deputado pessedista Carlos Cirilo Júnior, lançado pela ala descontente do partido, que não aceitou o nome do também deputado Luiz Gonzaga Novelli Júnior, fruto de um pacto entre Adhemar e Dutra.¹⁹² O Partido Comunista também se juntou ao candidato do PSD e a campanha de Cirilo foi responsável pela histórica imagem de Vargas e Prestes dividindo um palanque, em comício realizado no dia 4 de novembro de 1947. Contudo, a união dos comunistas e dos getulistas não foi suficiente e a oportunidade de vencer Adhemar e Dutra com um só golpe foi perdida, em uma derrota que abalou a confiança de Vargas¹⁹³ e não deixou de repercutir nas observações que Moniz fazia da luta política, mesmo que o resultado tenha sido absorvido como confirmação do que ele pensava da força eleitoral de ambos.¹⁹⁴ Assim, Prestes e Vargas deixam de ocupar um lugar central nos escritos de Moniz, aparecendo ocasionalmente, sobretudo o primeiro, que era citado como o representante dos interesses do stalinismo no Brasil, mas em artigos cujo objetivo era o esclarecimento da situação soviética.

A reflexão sobre as deficiências do novo regime tomou contornos práticos em algumas ocasiões, a exemplo da defesa da estudante Galina Kok, nascida na Estônia e noiva de Otto Schneider, jornalista e tradutor alemão naturalizado brasileiro. Em março de 1948, a jovem foi presa junto com outras dez pessoas¹⁹⁵, sob a acusação de atividades de espionagem desenvolvidas sob a fachada da União Geral Slava, uma das várias organizações que reuniam estrangeiros no país e que foram acusadas de servirem à política externa russa.¹⁹⁶ Os motivos da prisão de Galina foram questionados nas páginas do *Diário da Noite*, um dos jornais do grupo dirigido por Assis Chateaubriand. Após publicar a notícia das prisões, o jornal recebeu uma manifestação da família da jovem, segundo a qual Galina Kok estava “radicada no nosso país desde criança e completamente identificada com as nossas tradições e costumes. Assim, não poderia adotar, nem participar de qualquer movimento que visasse a dignidade e a segurança do Brasil” (DIÁRIO DA NOITE, 30 mar. 1948, p. 1). Não teria sido a primeira vez

¹⁹² Segundo Lira Neto (2014, p. 132), Novelli era casado com a enteada de Dutra.

¹⁹³ Lira Neto (2014, p. 141) e Maria Celina D’Araújo (1996, p. 46) reproduziram a carta enviada por Vargas à sua filha Alzira, na qual expressou o seu desalento com o resultado das urnas. A descrição mais completa da participação de Vargas na campanha de Cirilo Júnior foi feita por Lira Neto (2014) e as relações entre Ademar e o Partido Comunista podem ser entendidas a partir da dissertação de Pedro Estevam da Rocha Pomar (2000).

¹⁹⁴ No artigo, Moniz afirmou: “O exame desapaixonado da situação atual leva a concluir que Getúlio Vargas e Luís Carlos Prestes não constituem, no momento, nenhuma ameaça alarmante para o regime constituído. O prestígio de que eles ainda gozam, apesar da derrota de São Paulo, que não foi surpresa para nós, só representa um único perigo: o de ser invocado como pretexto para a consumação de um golpe ou para justificar certas alianças partidárias para não dizermos adesões ao governo” (MONIZ, 18 nov. 1947, p. 2).

¹⁹⁵ A informação e os nomes dos demais implicados estão no *Jornal de Notícias* (30 mar. 1948, p. 2).

¹⁹⁶ Uma notícia do *Correio da Manhã* (14 out. 1948, p. 3), acerca da “Sociedade Estrela Vermelha”, reproduziu as acusações da polícia contra o “Comitê de Auxílio às Vítimas de Guerra da Rússia”, a “Sociedade Cultural U.R.S.S”, a “Sociedade Maximo Gorki”, a “Sociedade 28 de Outubro” e a “Sociedade Molotov”, apontadas como braços da propaganda e infiltração soviética no Brasil.

que Galina era “acusada” de ser comunista, pois já fora apontada por uma denúncia anônima que, segundo a família, havia sido apurada e negada pelo Chefe de Polícia à época. Reforçando a imagem de uma mulher distante de qualquer militância política, o mesmo jornal publicou uma matéria com depoimentos de colegas da estudante, que elogiaram seu desempenho escolar e revelaram que ela desejava se tornar médica.

A abordagem, entretanto, não foi seguida por todos os jornais. O carioca *A Manhã* (23 abr. 1948, p. 1-2) escolheu atacar Galina afirmando que ela era dançarina no “Assyrio”, um salão que funcionava no subsolo do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, e costumava beber em demasia, além de ter dois noivos. A matéria do jornal não continha nada sobre a existência de alguma ligação entre ela e a propaganda soviética no Brasil, tendo um objetivo claro, pois a subversão da moral sexual dominante era uma das características atribuídas aos comunistas por quem os combatiam.

Dois dias depois da matéria de *A Manhã*, a edição dominical do *Correio da Manhã* publicou artigo de Edmundo Moniz sobre o caso de Galina. Ele repetiu as informações passadas pela família ao *Diário da Noite* e comentou as atividades de Otto Schneider, noivo de Galina, elemento que considerava importante para afastar suspeitas de que se tratava de uma agente stalinista:

Acresce a tudo isso o fato do noivo de Gália Kok [*sic*] ser autor de uma História da Rússia, condenada pelos stalinistas, e ter vertido para o português *Os espiões soviéticos* e *Falando francamente* de James Byrnes, livros estes contrários ao regime russo e editados pela Editora “A Noite”. O sr. Otto Schneider é, de fato, um socialista. Está filiado à Esquerda Democrática. Mas sua política é bem característica, nada tendo que ver o Partido Comunista. Conheço-o pessoalmente e aprecio a sua cultura e as suas qualidades de escritor, apesar das divergências filosóficas e políticas que existem entre nós. (MONIZ, 25 abr. 1948, p. 2).

Muito embora Moniz tivesse um depoimento a dar em favor de Galina, sua justificativa não foi de ordem pessoal, mas partia da concepção que tinha do seu lugar como intelectual. Desse modo, iniciou o seu artigo “A Polícia e a GPU” reivindicando um compromisso:

Um dos deveres de quem escreve é tentar impedir com sua pena, tanto quanto lhe seja possível, a consumação de uma injustiça. Ninguém sofre uma injustiça sozinho, porque a vítima, dentro de um sentido universal, simboliza todos aqueles que se encontram na mesma situação do que ela. Quase sempre, defender um indivíduo é defender muitos outros. (MONIZ, 25 abr. 1948, p. 2).

O jornalista expressava uma noção de engajamento que tinha com o caso Dreyfus¹⁹⁷ uma referência incontornável, e afirmava pertencer a um lugar no qual permaneceu por toda a sua vida. A sua intervenção política, ao longo das décadas, com maior ou menor repercussão, realizou-se a partir da trincheira das letras, mesmo quando ela serviu de passo inicial para a colaboração com partidos e líderes políticos, Moniz vai ser reconhecido e recebido como um intelectual. A urgência e atenção que atribuía à situação de Galina seriam justificadas por sua compaixão por casos como o dela. A possível expulsão do território brasileiro poderia ter consequências que ultrapassavam a separação entre a jovem de sua família: tratando-se de alguém que teria abandonado a União Geral Slava por sua conotação política e tinha um noivo antistalinista, entregá-la às autoridades russas a colocaria em risco, possibilidade que o fazia recordar de deportações realizadas na década anterior:

No caso de Gália [*sic*] Kok ser repatriada para a Estônia, as autoridades brasileiras podem repetir o que fizeram há alguns anos atrás quando entregaram à Gestapo os adversários políticos do nazismo. Da mesma forma que, durante o período ditatorial, a Polícia prestou inestimáveis serviços a Himmler, atualmente ela talvez se preste a fazer o jogo da GPU. Inconsciente ou conscientemente, o general Lima Câmara agirá de comum acordo com o Comissário Béria. (MONIZ, 25 abr. 1948, p. 2).

Moniz poderia estar se referindo a Olga Benário, Elise Ewert ou aos exemplos dados pelo jornalista Osório Borba no início do mês. O desafeto de Moniz o antecedeu na defesa de Galina nas páginas da grande imprensa e podemos afirmar que seus argumentos serviram de guia para o jornalista do *Correio da Manhã*. No *Diário de Notícias*, Osório Borba lembrou aos leitores os casos de Genny Gleizer e Anna Gertrud Lambrecht, duas estrangeiras presas na década anterior e exemplos da perseguição política aos comunistas e da colaboração entre autoridades brasileiras e o governo nazista. Gleizer, que foi presa na etapa paulista do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular do Brasil, em 15 de julho de 1935, nascera em 1919 e era romena e judia. Sua prisão, efetuada no contexto de repressão e fechamento da Aliança Nacional Libertadora, desencadeou uma campanha em sua defesa,

¹⁹⁷ Em 1894, o militar francês Albert Dreyfus foi condenado por traição, acusado de transmitir informações confidenciais aos alemães. Quatro anos depois, com o desenrolar do caso, o escritor Émile Zola publicou, no jornal *L'Aurore*, uma espécie de carta-aberta ao então Presidente da República, defendendo Dreyfus e expondo erros que tornavam o processo contra ele em uma farsa. De acordo com François Dosse (2007), *J'Accuse*, como ficou conhecido o texto de Zola, não foi o primeiro escrito no qual “intelectual” apareceu como substantivo, mas “es incontestable que es a la luz del artículo de Zola cuando la noción de intelectual toma su verdadera significación social y política” (DOSSE, 2007, p. 60). Para a intelectualidade francesa, o caso Dreyfus virou um ponto de referência com o qual outros movimentos, com outras características e objetivos, se vincularam como continuadores de uma tradição (DOSSE, 2007, p. 63). Intelectual brasileiro, Edmundo Moniz não repetia o gesto de se apresentar como herdeiro dos que se colocaram ao lado de Dreyfus, mas ao reivindicar o papel do intelectual na defesa da justiça e das lutas universais, colocava-se em um lugar no qual o caso Dreyfus era um “modelo paradigmático” (DOSSE, 2007, p.64) de engajamento. Curiosamente, Moniz (1 fev. 1948, p 1) publicara um texto sobre Émile Zola dois meses antes de comentar o caso de Galina Schneider.

encabeçada pelos jornais *A Manhã* e *A Platea*, que não evitaram a deportação da jovem, enviada de navio para a Romênia. Diante do perigo que era retornar à sua terra natal, que abrigava um forte movimento fascista representado, principalmente, pela Guarda de Ferro, Genny Gleizer, segundo Cláudia Maria Calmon Arruda, “contou com a ajuda do capitão, cuja conivência com trabalhadores do porto na França, garantiu o seu desembarque em segurança naquele país” (ARRUDA, 2010, p. 22).¹⁹⁸

A outra história evocada por Osório Borba era a de Ana Gertrud Lambrecht, que, segundo Maria Cristina Caminha Bezerra (2015, p. 278), nascera na Alemanha em 1915, e foi presa e deportada, em 10 de agosto de 1937, acusada de envolvimento com o comunismo e por estar em situação irregular no país. O caso ganhou contornos ainda mais graves ao levarmos em consideração as denúncias do então Deputado Federal Café Filho, que afirmou que a ação policial foi realizada com a presença de forças nazistas em território brasileiro, o que consistia em severa violação da soberania nacional.¹⁹⁹

O caso de Galina, contudo, teve um desfecho diferente dos anteriores, sinal das transformações políticas que ocorreram no Brasil e na Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Ao contrário dos episódios citados, não houve uma ampla campanha em sua defesa, tendo sido Osório Borba e Edmundo Moniz dos poucos que se puseram, publicamente, ao seu lado, mas a jovem estoniana escapou da deportação.²⁰⁰ Poucos dias depois de se manifestar acerca da situação de Galina, Moniz voltou a escrever sobre a situação política do país. Repetia, sem explicitar a concordância, outro elemento destacado por Osório Borba em seu artigo, que argumentara ser a perseguição aos comunistas o caminho que poderia levar ao cerceamento de toda atividade de oposição. O assunto foi tratado em “O caso nacional” (MONIZ, 1 mai. 1948, p. 1), mas, dessa vez, ao lado de comentários sobre a crise econômica brasileira, o outro grande problema do Brasil. Moniz abandonou, logo em seguida, a

¹⁹⁸ Os detalhes do caso Genny Gleizer podem ser encontrados em Ana Carolina da Cunha Borges Antão (2017).

¹⁹⁹ O *Jornal do Brasil* registrou a manifestação de Café Filho sobre o caso: “Seguiu-se a discussão do requerimento de informações sobre o embarque de Ana Lambrecht presa nesta capital e entregue ao comandante do Cap Arcona. O seu autor, o Sr. Café Filho, discutindo-o acentuou que, por mais de uma vez, advertiu a Nação da atividade nazista no Brasil e contra ela protestou, considerando-a um atentado à soberania brasileira. [...] O fato de que se está ocupando a imprensa da Capital e tanto tem impressionado a opinião pública é um atentado monstruoso à soberania brasileira e à civilização pátria. Uma jovem alemã foi arrancada do território nacional por agentes de uma polícia estrangeira, com a cumplicidade da nossa polícia! Ana Lambrecht, trabalhando para viver no Brasil, foi presa por agentes da polícia carioca e embarcada sob as vistas dos agentes nazistas, num navio alemão. Chegando a Hamburgo foi detida pela polícia alemã” (JORNAL DO BRASIL, 28 ago. 1937, p. 10).

²⁰⁰ Foram poucas as referências ao desfecho do caso na imprensa, mas o *Diário de Notícias* informou quando a expulsão foi descartada pelas autoridades: “Do exame do processo, que acaba de ser remetido ao Departamento do Interior e Justiça, do Ministério da Justiça, resultou a conclusão de não serem as provas contra a referida estudante de molde a determinar-lhe a expulsão, motivo pelo qual o ministro da Justiça ordenou a sua imediata soltura, sem prejuízo do curso do processo” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 mai. 1948, p. 1).

discussão de tais temas e retornou aos textos sobre a União Soviética e o movimento comunista internacional, além dos artigos sobre literatos e filósofos. Afinal, o espaço que ocupava no *Correio da Manhã* era na primeira página da 2ª seção do jornal, preferencialmente dedicada à arte e à literatura.

Em “O caso nacional”, mesmo com a limitação dos caracteres de sua coluna, Moniz fez referência aos grandes temas que mobilizariam o debate e o pensamento econômico durante os quase vinte anos da República de 1946, que seriam alvo de escrutínio de distintas correntes intelectuais em formação naquele momento.²⁰¹ O jornalista partia da tônica da política econômica do governo Dutra, que destacara a situação de déficit nas finanças públicas, legada pelo Estado Novo como o principal problema do Brasil e prometera um governo de austeridade. À época, o então ministro da Fazenda, Pedro Luis Correia e Castro, empreendia uma política restritiva de gastos e de crédito, responsável pelo superávit no orçamento da União por dois anos consecutivos, em 1947 e 1948, segundo Fausto Saretta (1990). As medidas do governo, entretanto, apenas reduziram o ritmo de crescimento da inflação, pois os preços continuaram subindo. Desse modo, Moniz se juntou aos críticos da concepção ortodoxa de condução da economia aplicada sob o governo de Dutra.

Sua política econômica e financeira, iniciada logo após a recomposição do ministério, estava, de antemão, destinada ao fracasso. Não se governa um país como se administra uma empresa particular. A filosofia orçamentária, em matéria de economia pública, que tem como fundamento o equilíbrio formal entre a receita e a despesa, é uma concepção estreita e anacrônica que mostra a visão elementar dos financistas oficiais. (MONIZ, 01 mai. 1948, p. 1).

A piora da situação social seria resultado da incompetência governamental, pois as transformações necessárias para o desenvolvimento da economia nacional não foram encaminhadas. Uma das ações defendidas por Moniz para aumentar a produção nacional e colaborar com a queda dos preços era a organização de um sistema de crédito dirigido por um

²⁰¹ Sobre o pensamento econômico brasileiro, adotamos a perspectiva de Ricardo Bielschowsky (2004), para quem, entre 1930 e 1964, se desenvolveram cinco correntes políticas e intelectuais, sob as quais se desenrolaram as reflexões sobre a economia brasileira. São elas: os “neoliberais”, cujo representante de maior destaque foi Eugênio Gudín e defendiam políticas de estabilização monetária, menor participação do Estado na economia e liberdade para que o capital privado e os mecanismos de mercado atuassem; os “socialistas”, os quais mantinham alguma proximidade com o Partido Comunista Brasileiro e se empenharam na defesa da industrialização, mas com o objetivo de preparar a transição ao socialismo; os “desenvolvimentistas do setor privado”, antiliberais e que admitiam diferentes graus de participação do Estado na acumulação privada e dentre os quais o nome mais relevante foi o de Roberto Simonsen; os “desenvolvimentistas não nacionalistas do setor público”, inclinados às políticas de estabilização, eram defensores da industrialização e do papel ativo do Estado na condução de tal processo, muito embora tais economistas estivessem mais próximos das “soluções privadas nos casos de disputas de inversões estatais” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 34); por fim, os “desenvolvimentistas nacionalistas”, cuja trajetória de Celso Furtado constitui o exemplo mais fecundo, defensores da participação direta do Estado no planejamento da economia e no investimento em setores estratégicos da produção.

Banco Central, “com juros razoáveis, aliado a certas medidas que restringissem a taxa de lucro” (MONIZ, 1 mai. 1948, p. 1). Propostas como essa estavam circunscritas aos muitos projetos e ideias sobre reforma da estrutura bancária e financeira do país. Também pensando na questão do crédito, mas sem cogitar limitar os rendimentos do capital, o economista liberal Eugenio Gudín havia se manifestado a favor da criação de um Banco Central em um de seus textos inseridos na polêmica com Roberto Simonsen em 1945. Para Gudín, o Banco Central deveria coordenar a concessão de crédito no país, com o intuito de “encaminhar os capitais disponíveis para aplicações proveitosas para a economia nacional e desviá-los dos negócios especulativos e inflacionados” (GUDÍN, 2010, p. 121). Contudo, a sua posição empurrava a tarefa para o futuro, pois o economista sugeria que o Banco Central fosse criado apenas depois da economia brasileira alcançar a estabilidade²⁰², posição mantida por Gudín ao longo dos anos. No final de 1946, o Ministro da Fazenda, Correia e Castro, enviou ao Congresso Nacional um projeto de reforma bancária, que tinha como um de seus objetivos a criação de um Banco Central, mas, como destaca Saretta (1990), apesar de manifestações de apoio à medida, divulgadas pela imprensa, e contando com a maioria dos parlamentares na sua base de apoio, Dutra não conseguiu levar o projeto adiante.

A segunda medida defendida por Moniz para combater a crise econômica no Brasil era a reforma agrária. Esta possibilitaria o aumento da produção agrícola, colaborando para reduzir a pressão inflacionária e, junto com outras medidas, dinamizaria a economia nacional. Dessa forma, Moniz não deu à reforma agrária um aspecto de medida distributiva que atacaria as bases da acumulação capitalista no Brasil. Pelo contrário, uma política agrária reformista permitiria o desenvolvimento econômico do país. Tal postura não era exclusiva do jornalista e vai ser encontrada, segundo Ricardo Bielschowsky (2004), nas décadas de 1940 e 1950, na corrente nacionalista do desenvolvimentismo brasileiro, que defendia bandeiras socialmente progressistas, mas que as subordinavam à “viabilização do ‘desenvolvimento das forças produtivas’” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 131). O próprio Partido Comunista vivia às voltas com a mesma questão, que muito se desenvolveria até os anos 1960, tendo tomado os problemas do campo como parte importante de seu programa, com a diferença de que o partido nitidamente entendia que a estrutura agrária brasileira seria um obstáculo ao pleno desenvolvimento da economia capitalista por comportar supostos elementos pré-capitalistas nas suas relações de produção. De alguma maneira, embora não tenha especificado o tipo de

²⁰² Gudín encerrou seu texto sobre as proposições de Simonsen com tal consideração: “Recomenda-se que, uma vez dominada a atual inflação, regularizada a situação monetária e restabelecidas a normalidade do comércio internacional e a paridade das taxas cambiais com o poder de compra da unidade monetária nacional, seja criado o Banco Central” (GUDÍN, 2010, p. 126).

reforma agrária que defendia para o país, Moniz poderia estar próximo da posição da “corrente socialista” do pensamento econômico brasileiro, a qual considerava o latifúndio uma “unidade produtiva incapaz de atender à expansão da oferta de gêneros alimentícios exigida pelo desenvolvimento econômico” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 205), contribuindo para a agudização do processo inflacionário.²⁰³

A reforma agrária estivera entre as discussões da Constituinte de 1946, figurando como motivo principal dos debates acerca dos limites ao direito individual à propriedade, a qual precisaria cumprir “função social”. Como registrado por Jorge Ruben Biton Tapia (1986), as propostas defendidas durante os trabalhos constituintes demonstravam a heterogeneidade dos partidos e iam da negação da existência do latifúndio à distribuição da terra aos camponeses, sem indenização aos latifundiários.²⁰⁴ A deliberação final da Assembleia aprovou uma redação que incluía, ao lado das duas circunstâncias que permitiam as desapropriações realizadas pelo Estado e legadas pela Constituição do Estado Novo, “necessidade pública” e “utilidade pública”, a modalidade do “interesse social”, que possibilitava uma ação mais consistente do Estado em direção às reformas estruturais com conteúdo distributivo. A proposta foi de um udenista, o potiguar Ferreira Souza, e recebeu a contraposição dos que argumentavam ser o termo desnecessário, pois o interesse social estaria contemplado nas duas possibilidades vigentes até então, além do risco de aprovar um dispositivo que aumentava o poder do Estado diante da propriedade privada, que a ala conservadora considerava um direito fundamental do indivíduo.

²⁰³ Seguindo a abordagem feita por Bielschowsky (2004) do pensamento econômico brasileiro, entre 1930 e 1964, uma exceção ao tratamento da estrutura agrária como portadora de um papel relevante na inflação do período pode ser encontrado, no campo das esquerdas, no economista Ignácio Rangel, que desenvolveu, nas décadas em questão, uma reflexão que o manteve afastado de cepalinos, neoliberais e pecebistas. Para Rangel, a estrutura fundiária do Brasil era capaz de se adaptar à demanda do mercado interno, pois, de acordo com a tese da dualidade historicamente presente na economia brasileira, o latifúndio “fazia-o simplesmente substituindo a lavoura de exportação por produção para o mercado interno, o que não exigia nenhuma transformação estrutural, pois bastava que continuasse a se comportar, como na fase anterior, como se fosse uma empresa capitalista” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 230). Na década de 1960, Rangel passou a ver na questão agrária um problema ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pelo seu papel na formação de um “exército industrial de reserva” de grandes proporções a esmagar a renda do trabalho e, conseqüentemente, impactar negativamente a capacidade de consumo. Assim, a reforma agrária seria a melhor forma de atenuar o problema, mas Rangel considerava ser pequena a possibilidade dela ser realizada.

²⁰⁴ Tapia (1986) agrupou as alternativas apresentadas na Constituinte de 1946 em três amplas posições. A liberal-conservadora, que tratava o direito à propriedade como direito natural do indivíduo e se contrapunha à defesa do direito à desapropriação justificada pelo interesse social; a conservadora moderna, que admitia certo grau de intervenção do Estado na questão da propriedade privada, mas batalhava para impor limites à ação estatal e garantir a prévia indenização em dinheiro aos proprietários; a reformista, que defendia a inclusão do interesse social como um dos motivos para as desapropriações realizadas pelo Estado e apresentava a alternativa de indenizar os proprietários com títulos públicos, ou, no caso de algumas manifestações dos comunistas, sem estabelecer tal obrigação.

A solução manteve a questão aberta. No parágrafo sobre as desapropriações, os constituintes inseriram a modalidade “interesse social” como motivo para a ação do Estado, mas especificaram condições que mantinham o controle sobre a profundidade das transformações que poderiam ser realizadas pelo poder público. Ao aprovar que as desapropriações teriam de ser previamente indenizadas em dinheiro, os constituintes de 1946 limitavam a amplitude de uma hipotética reforma agrária, pois o Estado não teria condições financeiras de arcar com os custos de uma transformação de grandes proporções. Não definindo a questão, a Constituição acabou fixando os “parâmetros a partir dos quais a luta pela reforma agrária foi travada até 1964” (TAPIA, 1986, p. 91).

No mesmo mês de maio de 1948, quando Moniz publicou seu artigo no *Correio da Manhã*, o governo Dutra apresentou um plano econômico que ficou conhecido como Plano Salte²⁰⁵, preparado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão criado durante o Estado Novo. O plano abordava o problema do campo sem tratar de reformar a estrutura da propriedade da terra, centrando-se no incremento da oferta de alimentos para o mercado interno e nos produtos para exportação, que devia ser obtido através da expansão do crédito e investimento, sem tocar na divisão e distribuição de terras. Tratava-se de um “programa de modernização da agricultura, que buscava superar os principais pontos de estrangulamento da economia, particularmente aqueles relacionados ao abastecimento interno” (TAPIA, 1986, p. 102).

Outras iniciativas partiram do governo, caso da comissão formada entre membros dos governos do Brasil e dos Estados Unidos, cujos quadros técnicos, chefiados, respectivamente, por Otávio Gouveia de Bulhões e John Abbink, tinham que “identificar os obstáculos conjunturais e estruturais do desenvolvimento brasileiro, visando a elaboração de uma versão do Plano Marshall para a América Latina” (TAPIA, 1986, p. 103). Para o campo, o grupo defendia que o Estado garantisse suporte à modernização das técnicas de cultivo, aumentando a produção e corrigindo o que identificavam como um desequilíbrio entre a expansão da indústria e o desenvolvimento da agricultura. Entre diagnósticos e sugestões, a problematização da estrutura fundiária no Brasil ficou de fora do Plano Salte e do relatório da “Missão Abbink”.

Ainda segundo o trabalho de Tapia (1986), a questão esteve presente nos debates realizados no Congresso Nacional, durante as discussões envolvendo dois projetos de reforma agrária. Um de autoria do deputado Nestor Duarte, da UDN da Bahia, propunha a

²⁰⁵ O nome do plano era uma abreviação para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

obrigatoriedade do latifúndio monocultor utilizar parte de sua extensão para o estabelecimento de lavouras de subsistência, além de apontar para a desapropriação de terras próximas aos centros urbanos, que seriam destinadas à produção de alimentos. O objetivo do deputado era propor uma rota para a transformação lenta e gradual da estrutura agrária no Brasil, pois as medidas de ocupação de parte dos latifúndios pela produção de alimentos e a fixação dos trabalhadores tidos como “rendeiros”, “parceiros” e “meeiros” nas grandes propriedades permitiria iniciar um processo de convencimento e adaptação dos donos de terras às novas relações de propriedade, além de dotar o Estado de conhecimentos acerca do volume necessário de desapropriações, que não seriam realizadas de imediato, contornando a limitação financeira. O projeto, proposição de uma via moderada para a resolução da questão agrária no Brasil, sofreu duras críticas durante a sua discussão na Câmara dos Deputados, à esquerda e à direita,²⁰⁶ prosseguindo em aberto até o início da década de 1960, quando foi incorporado a outras propostas de reforma agrária.

O outro projeto discutido no Congresso Nacional partiu de uma iniciativa do Governo Federal, que enviou uma proposta de reforma agrária, também moderada, que visava melhorar o aproveitamento do solo nas grandes e pequenas propriedades, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos. O latifúndio, portanto, não era encarado como um entrave ao desenvolvimento do campo e o projeto se limitava a prever desapropriações “por interesse social àqueles onde ficava comprovada a falta de exploração da propriedade, ou houvesse o desrespeito às normas de conservação do solo. O proprietário teria dois anos para atender a essas exigências: caso não o fizesse, o Estado impor a desapropriação” (TAPIA, 1986, p. 119). A proposta do governo também não angariou a simpatia dos representantes dos proprietários e dos parlamentares de esquerda, pelos mesmos motivos que fizeram o projeto de Nestor Duarte ser criticado. Os adversários da reforma agrária rechaçavam qualquer ação estatal sobre a propriedade privada, enquanto os comunistas denunciavam a moderação no enfrentamento ao latifúndio. Segundo Tapia (1968), não obstante as poucas informações sobre o que ocorreu com o projeto do governo Dutra, o mais provável é que ele tenha sido engavetado.

Quanto aos traços mais específicos das ideias de Moniz acerca da reforma agrária, é difícil estabelecer a sua posição diante de propostas moderadas, como as duas apresentadas na

²⁰⁶ Tapia (1986) destacou a intervenção do deputado Lauro Montenegro (PSD-AL), que defendeu a grande propriedade rural, sob o argumento de que a sua produtividade não permitiria que fosse incluída na categoria de latifúndio. Assim, uma das consequências da sua crítica “era negar que a pequena propriedade pudesse servir de suporte básico da reforma agrária” (TAPIA, 1986, p. 112). Pela esquerda, os parlamentares comunistas, abrigados sob outras legendas, rebateram as concepções defendidas pelo deputado Lauro Montenegro, mas criticaram a moderação da proposta de Nestor Duarte.

Câmara Federal entre 1947 e 1948. O seu artigo relacionava a questão agrária brasileira ao processo inflacionário, aspecto compartilhado por setores de direita e de esquerda, que divergiam nas conclusões que derivavam desse diagnóstico. À direita, o problema da produção agrícola era consequência do atraso técnico e das dificuldades paralelas às condições de cultivo, como o armazenamento e transporte, enquanto a esquerda identificava, na estrutura da propriedade da terra, o entrave ao incremento da produção de alimentos para abastecer o mercado interno brasileiro. O jornalista defendia a reforma agrária e criticava o imobilismo do governo, incapaz de usar a ampla maioria que detinha no parlamento para aprovar alguma medida consistente de enfrentamento à crise econômica e social, mas não detalhava o quanto esperava que a transformação ocorresse na propriedade da terra, através de um profundo programa de desapropriações e divisão dos latifúndios.

Ao lado da questão agrária, Moniz elencou outros aspectos estruturais da economia brasileira que deveriam ser as prioridades do governo. Citou a “melhoria dos meios de transporte, as obras em determinadas zonas, a exploração de certas riquezas naturais, do ferro, do carvão, sobretudo do petróleo” (MONIZ, 1 mai. 1948, p. 1) e, dentre estas, podemos destacar a última como um tema para o qual temos indicações mais precisas da evolução de seu pensamento.

A questão do petróleo ganhara importância na década anterior, motivada, sobretudo, pelo seu lugar fundamental na expansão da produção industrial brasileira e pelo caráter estratégico de seu abastecimento em períodos de guerras, motivo de crescente preocupação ao longo dos anos entre as duas guerras mundiais. O assunto, portanto, crescera em relevância como um problema militar²⁰⁷ e o governo de Vargas realizou duas alterações na legislação e no aparato institucional para preparar os marcos da exploração das riquezas minerais no país. Em 1934, o governo constituiu o Código de Minas, que separava, do ponto de vista legal, a propriedade do solo e do subsolo, de modo que “as riquezas minerais contidas em determinada área de terra já não eram propriedades do detentor dessa área, mas passavam ao domínio público” (COHN, 2017, p.27). A exploração desses bens, a partir de então, dependia da autorização da União. Já em 1938, o governo instituiu o Conselho Nacional do Petróleo (CNP)²⁰⁸, com a atribuição de controlar o processo de comercialização de petróleo e derivados, autorizar a implantação de indústrias do ramo e fiscalizar seu funcionamento, dentre outras tarefas que cumpria junto ao Presidente da República, a quem o órgão estava

²⁰⁷ Interpretação do sociólogo Gabriel Cohn (2017).

²⁰⁸ O CNP foi criado através do Decreto-Lei n. 395, de 29 de abril de 1938, e teve suas funções determinadas no Decreto-Lei n. 538, de 7 de julho do mesmo ano.

diretamente subordinado. Tal regulamentação nasceu sob orientação nacionalista, pois excluía a possibilidade do capital estrangeiro deter a propriedade das indústrias que poderiam explorar a riqueza no Brasil, além de prever a possibilidade de atuação direta do Estado na pesquisa, extração e industrialização do produto, na qual “se encontra o germe daquilo que seria, mais tarde, a Petrobras” (COHN, 2017, p. 63). A questão, entretanto, manteve-se viva e os debates acerca de uma política estratégica para o setor petrolífero no Brasil continuaram orbitando entre as três opções de exploração do recurso natural: o monopólio estatal, a concessão dirigida exclusivamente às empresas cuja propriedade fosse de brasileiros e a abertura à participação do capital externo nas diversas fases da cadeia de produção.

A tendência nacionalista expressa pelo general Horta Barbosa, primeiro presidente do CNP, perdeu força no interior do órgão que, ainda em 1945, sugeriu ao presidente Vargas a abertura ao capital estrangeiro para pesquisa e exploração do petróleo no Brasil²⁰⁹ e publicou, em outubro daquele ano, uma resolução permitindo o funcionamento de refinarias privadas no país, desde que fossem constituídas por capital nacional. O movimento de distanciamento da solução estatal e nacionalista para a questão continuou na Constituinte de 1946, que permitiu a exploração das riquezas minerais às “sociedades organizadas no país”, abrindo um flanco à constituição de empresas em solo brasileiro dirigidas por grupos estrangeiros (COHN, 2017, p. 90-91). O debate continuava com uma importante participação dos militares, que não tinham posições unânimes. Ficaram bastante conhecidas as conferências realizadas pelo Clube Militar para discutir a indústria do petróleo no país, das quais se destacaram os pronunciamentos de Juarez Távora e Horta Barbosa. Távora era defensor da colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos, que teriam interesse em desenvolver a produção petrolífera no país como um apoio importante em caso de conflitos bélicos. O seu argumento tratava essa alternativa como valiosa, pois o país não possuiria recursos técnicos e financeiros para explorar o recurso natural como a conjuntura demandava. Horta Barbosa, ao contrário de Juarez Távora, considerava que a questão punha em oposição frontal os interesses do Brasil e dos grandes grupos estrangeiros, o que motivava a defesa do monopólio estatal sobre o setor.

Em maio de 1948, quando publicou “O caso nacional”, no *Correio da Manhã*, Moniz deixou apenas uma referência imprecisa ao modelo que julgava ser adequado à exploração do petróleo no Brasil. O problema deveria ser “urgentemente resolvido sem que prevalecessem as paixões partidárias e os interesses subalternos, com algumas medidas que regulassem o

²⁰⁹ Gabriel Cohn (2017) faz referência a um documento enviado pelo coronel João Carlos Barreto, então presidente do CNP, a Getúlio Vargas, no qual há a recomendação de atração do investimento internacional que, sob determinadas condições controladas pelo governo, financiaria a indústria do petróleo no Brasil.

poder econômico dos trustes e dos cartéis” (MONIZ, 1 mai. 1948, p. 1). O trecho indica que o jornalista não aderira à tese do monopólio estatal, mas deixa a dúvida sobre a presença do capital estrangeiro no setor. Houve, contudo, bastante tempo para esclarecer o ponto de vista, pois, assim como as reformas debatidas no Congresso, a questão do petróleo também seguiu sem definição até o final do governo Dutra. Após o artigo de maio, Moniz deixou a conjuntura nacional de lado e tampouco retornou a ela para comentar as eleições presidenciais, marcadas para 3 de outubro de 1950.

O acordo interpartidário, que garantira uma consistente maioria ao presidente Dutra, foi incapaz de acomodar as diferentes pretensões individuais, estaduais e partidárias que almejavam disputar o Governo Federal.²¹⁰ Desse modo, a UDN se antecipou ao PSD e lançou, em maio de 1950, Eduardo Gomes novamente ao cargo que disputara em 1945. O partido de Dutra respondeu com a candidatura de Cristiano Machado, então deputado federal pelo PSD de Minas Gerais. Como adversário dos dois, o PTB lançou Getúlio Vargas, cujo principal trunfo eleitoral, além das bases trabalhistas que o apoiavam, era o apoio de Adhemar de Barros, governador do estado de São Paulo. Com um vice do Partido Social Progressista (PSP), o deputado federal Café Filho, Vargas foi eleito com 3.849.040 votos, contra 2.342.384 de Eduardo Gomes, 1.697.173 de Cristiano Machado e 9.466 de João Mangabeira, o candidato do PSB (CARONE, 1985, p. 41).

Ao contrário das disputas anteriores, quando declarou apoio a candidatos, tentou organizar partidos e até disponibilizou seu nome para disputar cargos eletivos, dessa vez Moniz manteve-se discreto diante da sucessão presidencial, não dedicando artigos ao processo eleitoral.²¹¹ O mais provável, entretanto, é que Moniz tenha repetido o voto em Eduardo Gomes em outubro de 1950. Outra opção, o socialista João Mangabeira, pela contenda entre Moniz e a Esquerda Democrática, dificilmente receberia o voto do jornalista. Se, em 1950, Moniz não se manifestou no *Correio da Manhã* sobre a disputa, deixou uma pista em artigos no ano seguinte. Entendia que, apesar da UDN não poder mais se apresentar com pretensões a

²¹⁰ Uma descrição detalhada das muitas propostas de acordos entre os partidos para lançar um candidato apoiado por Dutra pode ser encontrada em Edgard Carone (1985).

²¹¹ Naquele pleito, houve um fato capaz de constranger fortemente setores inclinados à esquerda e que estariam dispostos a votar no candidato da UDN. Trata-se do apoio dado pelo Partido da Representação Popular (PRP), agremiação criada por Plínio Salgado, ao brigadeiro Eduardo Gomes. Tal proximidade, por exemplo, desagradou Carlos Lacerda, o qual “escreveu que o brigadeiro estava revivendo o movimento camisa-verde e tinha se tornado o candidato perfeito do integralismo e o favorito da extrema-direita” (DULLES, 1992, p. 135). Lacerda chegou a enviar uma carta ao presidente da UDN rompendo com o partido, porém, diante da candidatura de Vargas, favorito à vitória, o jornalista terminou apoiando Eduardo Gomes. Para o caso de Moniz, podemos adotar uma hipótese semelhante à reação de Lacerda, de descontentamento e crítica ao apoio recebido, o que teria colaborado para que o jornalista não fizesse campanha abertamente para o candidato da UDN, mas não suficiente para que o voto fosse dirigido a outro nome.

ser uma frente democrática, ainda a considerava “o bloco mais forte de resistência partidária contra a ameaça da restauração da ditadura” (MONIZ, 8 dez. 1951, p. 3). O texto, que continha duras críticas aos questionamentos que o PSB fazia à UDN, também reforça, em definitivo, que Mangabeira não teria sido o nome sufragado pelo jornalista nas eleições.

Dois artigos dirigidos aos socialistas, “Católicos e stalinistas” (MONIZ, 2 set. 1951, p. 1) e “Camouflage” (MONIZ, 8 dez. 1951, p. 3), nos quais aparecem a referência à UDN, marcam o retorno do jornalista aos temas diretamente identificados com a conjuntura política nacional. O caminho tomado por Moniz indicava que, antes de Vargas, seria o conjunto do Partido Comunista seu adversário principal. O mote da crítica aos comunistas era o nacionalismo abraçado pelo partido, que ergueu a bandeira do monopólio estatal da exploração do petróleo através do seu braço nas Forças Armadas, um âmbito em que o nome de Nelson Werneck Sodré se destacava, tendo este feito parte da chapa nacionalista que venceu as eleições para o Clube Militar em 1950, com os generais Newton Estillac Leal e Horta Barbosa à frente.²¹² O partido, após a passagem à ilegalidade, adaptou à sua linha política uma orientação mais radical, evidenciada com o Manifesto de Agosto de 1948 e reforçada por outro manifesto, lançado por Prestes, em agosto de 1950. Os documentos admitiam que o governo Dutra caminhara em direção aos setores mais reacionários e denunciava sua submissão ao imperialismo estadunidense. O manifesto de Prestes demarcava uma posição de “hostilidade do partido para com partidos e organizações reformistas” (CHILCOTE, 1982, p. 107) e convocava à tomada do poder “através da criação de uma ‘ampla organização popular’ conhecida como Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN)” (CHILCOTE, 1982, p. 107).

A radicalização, desse modo, conduziu o PCB à defesa do voto nulo nas eleições presidenciais de 1950 e, conseqüentemente, à oposição ao governo eleito.²¹³ Assim, quando Vargas procurou encaminhar a questão da indústria do petróleo, através de um projeto

²¹² Com a vitória, Nelson Werneck Sodré passou a ocupar a direção do Departamento Cultural. As disputas em torno do Clube Militar e o envolvimento da ala nacionalista nas questões candentes do início da década de 1950 foram relatadas por Sodré (1967) em *Memórias de um soldado*.

²¹³ As posições de Prestes expressavam uma importante diferença no que diz respeito à caracterização da burguesia nacional e seu papel na revolução democrática a ser realizada no Brasil. Segundo Augusto Buonicore (1986), sob o peso da derrota da estratégia de “união nacional”, defendida desde o final da Segunda Guerra e às voltas com as questões da política externa soviética, o PC reavaliou a linha política que depositava esperanças nas supostas tendências progressistas da burguesia nacional. Na nova orientação do partido, a burguesia brasileira aparecia desprovida de interesse de ruptura com o imperialismo, ao qual se associara, restando apenas poucos elementos divergentes para se engajar na revolução, que continuava entendida como um processo de conteúdo burguês, mas que só poderia ser encabeçada pelo proletariado. As etapas da revolução também sofreram leve modificação na elaboração dos comunistas, pois a “revolução burguesa”, nas condições políticas, econômicas e sociais de países como o Brasil, seria parte do processo revolucionário em direção ao socialismo. Buonicore (1986, p. 21-22) faz referência a outro documento esclarecedor sobre a posição do PC, entre 1948 e 1954, um “Informe Político”, elaborado por Prestes em maio de 1949.

elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência e apresentado ao Congresso em dezembro de 1951, os comunistas estavam posicionados ao lado dos nacionalistas na oposição ao modelo proposto pelo governo para a criação da Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro S.A, que previa controle da empresa pelo Estado, que deveria ter, no mínimo, 51% das ações, mas permitia a participação do capital privado no empreendimento, possibilidade inaceitável para os nacionalistas e comunistas, que se agrupavam, para essas questões, no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). À reação nacionalista, somou-se a atuação parlamentar de parte importante da UDN, que apresentou um substitutivo ao projeto original, garantindo o monopólio estatal sobre as fases da produção e propondo a criação de uma empresa estatal no lugar do modelo de capital misto defendido pelo governo. O ato, se tinha um claro movimento de interesse político, pois retirava das mãos do governo a defesa direta de um mecanismo caro aos nacionalistas, também expressava diferenças no interior do liberalismo no Brasil, pois, enquanto economistas, como Eugênio Gudín, se opunham à intervenção do Estado na gestão e na propriedade de empreendimentos, os deputados udenistas que tomaram a frente da iniciativa, Bilac Pinto (UDN-MG) e Aliomar Baleeiro (UDN-BA), faziam uso de um “liberalismo modernizante”, o qual considerava que “a exclusiva direção da economia pelo mercado não se adequava aos novos tempos, que muitas vezes atribuíam ao Estado, sobretudo em questões relevantes, o protagonismo na direção da sociedade” (CHALOUB, 2015, p. 148).

Edmundo Moniz escolheu outro caminho, não embarcando na oposição udenista ao projeto de Vargas, tampouco demonstrando simpatia pelo movimento nacionalista em defesa do monopólio estatal. Ele acabou se aproximando dos argumentos que atribuíam aos comunistas um papel de destaque na mobilização nacionalista, que esconderia motivações inconfessáveis, como sugeriu em setembro de 1951, ao chamar de “suspeitíssima” a campanha “O Petróleo é nosso” (MONIZ, 2 set. 1951, p 1). A suspeita foi sendo detalhada nos meses posteriores, enquanto a questão era discutida no parlamento. Em maio de 1952, o artigo “Terrorismo doutrinário” detalhava melhor a visão do autor. Escreveu ele que, prevendo uma nova guerra de dimensões mundiais, dessa vez com a polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética, o Partido Comunista Brasileiro atuava como agente dos interesses da URSS no Brasil:

A maneira mais indicada para, em parte, neutralizar a ação do Brasil em favor dos Estados Unidos, no conflito interimperialista que divide o mundo contemporâneo, deve ser o de sabotar em todos os sentidos o seu desenvolvimento material. Os stalinistas, com muita razão, veem, no Brasil, um inimigo em potencial do imperialismo soviético. O lógico é que deseje enfraquecer este inimigo,

desorganizando a sua vida econômica e política. E se isto não for possível impedir, ao menos que ele se aparelhe devidamente para qualquer eventualidade. Nada mais aconselhável, neste caso, do que evitar o aproveitamento de suas riquezas naturais, deixando-o, tanto quanto possa, num estado de perturbação e penúria. Daí se chega facilmente a compreender o significado preciso da campanha stalinista relativa ao petróleo. A luta pela sua estatização não tem outro objetivo senão o de adiar, indefinidamente, a solução do problema. (MONIZ, 3 mai. 1952, p. 3).

Para Moniz, defender o monopólio era deixar o petróleo sob responsabilidade de um Estado incapaz de explorá-lo, técnica e financeiramente. Ademais, o jornalista não foi o único a divulgar essa acusação. Gabriel Cohn (2017, p. 182-183) citou, em meio às manifestações de entidades empresariais, um editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de novembro de 1952, que repetia os mesmos argumentos de Moniz. Voltando ao nosso articulista, é preciso destacar que a sua recusa da solução nacionalista não tinha como consequência a defesa direta do projeto do governo, pois Moniz admitia, até mesmo, a participação do capital estrangeiro no modelo a ser implantado no Brasil:

Enquanto se discute a participação ou não dos capitais estrangeiros para explorar o petróleo, este permanece intacto em seu leito natural. Aliás, o problema do petróleo, no regime atual, pertence à burguesia e não ao proletariado, que será igualmente explorado em sua força de trabalho tanto pelo capital indígena como pelo capital estrangeiro, tanto pelo Estado como pelos capitalistas individuais. [...] No Irã, na Venezuela, nos países semicoloniais onde já se explora o petróleo, justifica-se a campanha do "petróleo é nosso". Mas, entre nós, tal palavra de ordem não tem nenhum sentido vantajoso para o país e para o povo. Estamos na fase inicial da exploração do petróleo. E o que, de fato, convém ao Brasil é o seu aproveitamento imediato. Se para isto torna-se necessária a participação do capital estrangeiro, cabe ao Brasil fazer um negócio proveitoso, em última análise, o melhor que puder sob o ponto de vista técnico e econômico. (MONIZ, 3 mai. 1952, p. 3).

Embora defendendo posições que só encontravam eco em setores à direita no cenário político do Brasil, Edmundo Moniz ainda tentou justificar sua crítica a partir da tradição marxista. Recorreu à centralidade da luta de classes para minimizar a importância das contradições entre os grupos burgueses internos e externos, buscando levar o tema para uma oposição entre concepções distintas acerca do processo histórico. Segundo ele, a superação dos problemas do proletariado brasileiro aconteceria pela revolução socialista, que enfrentaria o domínio dos capitalistas brasileiros ou estrangeiros, e, portanto, ao se engajar na campanha nacionalista, o Partido Comunista não lutava pelo socialismo, mas por um capitalismo autônomo no Brasil.

Nos meses seguintes, Moniz continuou a abordar a questão do petróleo e da nacionalização de riquezas a partir da literatura marxista. Fez isso em "O socialismo e a nacionalização do petróleo" (MONIZ, 14 jun. 1952, p. 2), "Os neo-fascistas" (MONIZ, 05 jul. 1952, p. 6) e "O ressurgimento do nacional-socialismo" (MONIZ, 04 out. 1952, p. 60). A

diferenciação que fazia entre nacionalização e socialização encontrava fundamentos sólidos no marxismo, como o exemplo apresentado pelo jornalista acerca do que Engels escreveu sobre as ações de Bismarck na Alemanha.²¹⁴ Contudo, para o caso brasileiro, a repetição dos argumentos elaborados para outros contextos e sociedades não era suficiente, pois estaria ausente na análise um fator decisivo nas lutas da esquerda no período: o imperialismo. Ao defender que o capital estrangeiro precisava ser aceito como financiador da indústria do petróleo no Brasil para acelerar o seu desenvolvimento, Moniz deixou de lado o questionamento sobre a forma de atuação, consequências e interesses do investimento externo, temas que se materializariam nas discussões sobre remessas de lucros e que ganhavam importância, também, no início do governo de Vargas.²¹⁵ Na verdade, politicamente, a sua reflexão sobre o imperialismo estava interdita pela radicalização da caracterização que fizera da URSS anos antes e, dessa forma, pensava que combatia a mais nociva força imperialista do seu tempo. Desse modo, no lugar de criticar os limites, ambiguidades e objetivos da retórica nacionalista de partidos e setores da burguesia, descartou aquela mobilização como capaz de conter algum ganho organizativo e programático para o movimento dos trabalhadores.

Na verdade, a sua posição era de profundo isolamento em relação às teses e organizações de esquerda. O PCB mergulhava na mobilização nacionalista e o PSB, sobretudo através do senador Domingos Velasco, também saía em defesa do monopólio estatal. Entretanto, Moniz não estava condenado a escolher entre a aceitação acrítica da retórica nacionalista e a posição que seguiu, que encontrava ressonância apenas em setores à

²¹⁴ Em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Friedrich Engels (1984) dedicou algumas páginas ao fortalecimento de monopólios, trustes e da propriedade estatal sobre indústria e setores da economia. Para ele, a transformação do Estado em proprietário de grandes empreendimentos capitalistas fazia parte do desenvolvimento do capitalismo e não possuía, por si só, traços progressistas, como disse, em uma nota de rodapé, reproduzida em partes em um dos artigos de Edmundo Moniz: “a nacionalização só representará um progresso econômico, um passo adiante para a conquista pela sociedade de todas as forças produtivas, embora essa medida seja levada a cabo pelo Estado atual, quando os meios de produção ou de transporte superarem já efetivamente os quadros diretivos de uma sociedade anônima, quando, portanto, a medida da nacionalização já for economicamente inevitável” (ENGELS, 1984, p. 69). Essa ideia era reforçada pela crítica aos socialistas que enxergavam, em todo ato de nacionalização, um passo adiante em direção ao socialismo e pela lembrança de que as indústrias estatais eram capitalistas, comandadas por um Estado capaz de proteger o capital dos choques com o operariado e das divergências com setores da burguesia. Entretanto, se o capitalismo, visto com certo evolucionismo, atingia a sua forma mais desenvolvida sob o fortalecimento dos “capitalistas coletivos” como os trustes e monopólios, privados ou estatais, as contradições de classes se tornariam ainda mais agudas e próximas de uma resolução.

²¹⁵ Segundo Bielschowsky (2004), justamente na passagem do ano de 1951 para 1952, o tema da remessa de lucros foi intensamente debatido pela manifestação feita por Vargas através de um discurso pronunciado no final de 1951, criticando a medida que permitia envios mais robustos de capital para fora do país. Para o autor, “o episódio merece menção especial porque pode ser considerado um marco no pensamento econômico brasileiro: a partir daí, o tema ‘remessa de lucros’ passaria a ter presença destacada no debate sobre desenvolvimento econômico e ocuparia, na argumentação ‘anti-imperialista’, o lugar que, até alguns anos antes, coubera ao tema ‘protecionismo’” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 363).

direita do espectro político e na imprensa burguesa. Exemplo de interpretação alternativa do fenômeno nacionalista pode ser encontrado no trotskismo, que passava por um processo de reconstrução no Brasil após o esvaziamento do Partido Socialista Revolucionário.²¹⁶ Em meados de 1952, remanescentes do PSR e novos militantes formaram o Partido Operário Revolucionário (POR), com participação decisiva de Guillermo Marcelo Almeyra, argentino que ocupava a função de delegado do Burô Latino-americano da IV Internacional. O POR, seguindo a linha política dos trotskistas argentinos, denunciava os limites dos setores burgueses que mediavam a relação entre os sindicatos e o Estado sob a direção de Perón. Mas, não abandonaram a inserção no movimento de massas, esperando tornar mais agudas as contradições entre os interesses de classe. Assim, a nova organização brasileira adotou, desde a primeira edição de seu jornal *Frente Operária*, uma posição delineada sobre Vargas e a luta em torno das bandeiras nacionalistas.

Numa tentativa de síntese das proposições do POR sobre o governo Vargas, podemos afirmar que este era visto como representante de uma composição entre setores pecuaristas do sul interessados no mercado interno e setores da indústria nacional, com predominância dos interesses chamados “burgueses”, opostos ao setor latifundiário tradicional e ao imperialismo. Não tendo forças para exercer uma oposição consistente às pressões imperialistas e de latifundiários, a fração de classe representada por Vargas buscava apoio nas massas dosando sua relação com as mesmas para não ser ultrapassada. Quando era demasiadamente pressionado por baixo ou pela esquerda, Vargas pendia para a direita e aproximava-se do imperialismo. O novo operariado que vinha se formando com a aceleração da industrialização, por sua vez, encontrava na política trabalhista de Vargas, na legislação previdenciária, em seus discursos nacionalistas e em alguns momentos antiimperialista, as primeiras referências da formação de uma consciência de classe e de uma organização independente. (LEAL, 2003, p. 52-53).

Considerando a dubiedade da política varguista, o POR defendia a organização e atuação independentes da classe operária, única capaz de realizar o programa anti-imperialista e impedir o golpe que setores descontentes da burguesia brasileira poderiam desfechar contra Vargas (LEAL, 2003, p. 53-54). A linha política dos trotskistas apontava uma alternativa à oposição entre o nacionalismo burguês e o antivarguismo que se opunha à maior intervenção do Estado na economia e estigmatizava as relações entre o governo e os setores sindicais.

²¹⁶ O PSR, que durante a sua existência conviveu com dificuldades e crises, chegou ao início da década de 1950 com um reduzido quadro de militantes e em crise com importantes dirigentes da organização, como Hermínio Sachetta e José Stachini, os quais, segundo Murilo Leal (2003), se afastaram do partido em 1951. Cotejando depoimentos de contemporâneos de Sachetta, o historiador elaborou a hipótese de que “influenciado por Vanguarda Socialista, Sachetta havia se afastado das posições da IV Internacional sobre a natureza do regime soviético, [...] as resoluções a respeito do entrismo nos partidos comunistas, que Sachetta, por experiência própria, não poderia achar nem um pouco realistas, reforçaram conclusão anterior” (LEAL, 2003, p. 33). Somava-se aos fatores internacionais, a dificuldade de intervenção política do partido.

Mergulhado na concepção de que qualquer avanço do poder estatal e da URSS trazia consigo a proximidade da plena realização do capitalismo, Moniz estava impedido de formular teses semelhantes. Assim, abordou a conjuntura interna a partir do mesmo movimento analítico que empregou em relação à Revolução Chinesa e à Guerra da Coreia. Completou o seu distanciamento com as ideias de Trotsky e, mesmo na condição de intelectual marxista, isolou-se das organizações de esquerda, seus programas e, mais importante, dos setores em movimento na classe trabalhadora. Com argumentos e objetivos diferentes, encontrou posições semelhantes às suas apenas na imprensa burguesa, que se tornava, cada vez mais, o seu principal espaço de sociabilidade e articulação política. Assim, Moniz assistiu à derrota da proposta original do governo e dos reclames liberais acerca da questão do petróleo. No dia 3 de outubro de 1953, Vargas sancionou a Lei n. 2.004, que estabeleceu o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo no Brasil, cujo controle seria exercido pelo CNP.

Houve, entretanto, outro tema da conjuntura nacional que mobilizou a opinião de Edmundo Moniz. Trata-se da ascensão das greves e movimentos de trabalhadores a partir de 1953 e da relação entre os sindicatos e o governo, questão que assombrou os setores mais conservadores da sociedade brasileira e que ocupou lugar de destaque na campanha de desestabilização que culminou com o suicídio de Getúlio em 1954.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fora a única pasta reservada por Vargas ao partido pelo qual se elegera presidente, em uma composição ministerial que acomodou o PSP de Adhemar de Barros, o PSD e até o udenista João Cleófas, designado para o Ministério da Agricultura. Tratou-se de uma tentativa de construir uma maioria no Congresso Nacional, acompanhada do estímulo aos sindicatos, forma alternativa e controlada de participação política de apoiadores do presidente.²¹⁷ A manobra de Vargas não foi um sucesso absoluto. A UDN não se dividiu em apoio ao governo e a pequena participação dos trabalhistas no ministério causou frustração nos petebistas, alimentando conflitos e críticas internas à liderança getulista (DELGADO, 1989, p. 107).

Coube a Danton Coelho, então presidente da Executiva Nacional do PTB, ocupar a pasta do Ministério do Trabalho. No exercício do cargo, teve, como medidas principais, o desenvolvimento de campanhas de sindicalização, a eliminação da obrigatoriedade de atestados ideológicos concedidos pela polícia para os que quisessem disputar as direções

²¹⁷ A relação de componentes do primeiro gabinete ministerial de Vargas está em Lucília de Almeida Neves Delgado (1989). Também segundo a autora, Vargas não tinha interesse no crescimento imediato do PTB, pois seu fortalecimento poderia ocorrer ao lado da intensificação de mobilizações populares, que poriam em risco a estabilidade política do governo e poderiam sair do controle do presidente.

sindicais²¹⁸ e o fim da intervenção sobre alguns sindicatos, que tiveram novas direções eleitas. O ministro, entretanto, não teve uma longa gestão à frente do MTIC. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), a conciliação pretendida por Vargas tinha, como consequência, o baixo envolvimento direto do presidente com as questões mediadas pelos trabalhistas no ministério, aumentando o descontentamento entre os petebistas, incluindo Danton Coelho. Antecedendo a sua saída do governo, Coelho se afastou da presidência do PTB, em junho de 1951, em decorrência de uma disputa envolvendo o diretório do partido em São Paulo e, em 5 de setembro, deixou o ministério. Para o seu lugar, foi indicado o advogado Segadas Viana, do PTB do Rio de Janeiro, que permaneceu no cargo até 1953, ano marcado pelo aumento da agitação grevista no país, impulsionada, sobretudo, pelo avanço da inflação, que suplantava o aumento do salário-mínimo²¹⁹, principal medida objetiva do MTIC na sua gestão.

A carestia somava-se a outros dois fatores, a crise energética e o déficit do balanço de pagamentos,²²⁰ componentes da crise econômica que atingia a vida dos trabalhadores e alimentava a oposição ao presidente Vargas. A insatisfação dos trabalhadores se transformava em greves, que cresciam numericamente a cada ano²²¹ e, em 1953, desembocou em uma greve geral entre os operários de São Paulo, que teve consequências diretas para o Governo Federal. Em 25 de março daquele ano, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil deflagrou a paralisação da categoria, seguido pelos metalúrgicos, que aderiram à greve no dia seguinte. O movimento alcançou outros grupos, carpinteiros e gráficos, ultrapassou a cidade de São Paulo, com a adesão dos metalúrgicos de Osasco (MOISÉS, 1978, p. 80-84) e tomou a frente do descontentamento popular com a carestia, pois, entre as bandeiras dos grevistas, estavam medidas para o combate ao aumento dos preços dos itens básicos de consumo, reivindicação que reforçava um vínculo entre as categorias e a classe.

²¹⁸ Murilo Leal destacou os limites da mudança, “pois se manteve a exigência de um atestado de boa conduta, prova de nacionalidade e prova do efetivo exercício da profissão na base territorial nos dois anos ao registro da candidatura” (LEAL, 2011, p. 236).

²¹⁹ O governo oficializou o reajuste do salário-mínimo em janeiro de 1952, interrompendo um período de quase dez anos sem aumento, pois o último decreto havia sido em 1943. (IANNI, 2009, p. 105)

²²⁰ Mesmo com a recuperação do preço do café, ocorrida desde a segunda metade do governo Dutra, a relação entre importações e exportações mostrava-se deficitária no início da década de 1950, impedindo um ritmo mais acelerado do processo de desenvolvimento industrial, carente da compra de equipamentos fora do país. Já a crise energética impactou diretamente os trabalhadores fabris, pois as horas paradas não eram remuneradas pelos patrões, que também exigiam que os operários e operárias aguardassem o retorno da energia elétrica para o cumprimento da jornada de trabalho. Sobre o balanço de pagamentos do Brasil, ver Fausto Saretta (1990); sobre a luta contra a carestia e demais problemas que impactavam os trabalhadores, como a espoliação urbana e a crise energética, ver o estudo de Murilo Leal (2011) acerca da classe trabalhadora paulista entre 1953 e 1964.

²²¹ Em livro escrito na década de 1960, Jover Telles (1981, p. 42-56) disponibilizou o número de greves e trabalhadores parados durante os anos de 1951, 52 e 53.

Outro fator relevante da greve geral de 1953 foi a participação do Partido Comunista, ao qual se vinculavam algumas lideranças dos têxteis e metalúrgicos, como Eugenio Chemp, Mariana Grigaites e Antonio Chamorro (LEAL, 2011, p. 246-249). Seguindo a linha política construída pelo partido a partir de 1948, a militância sindical comunista se afastara dos sindicatos oficiais e passou a construir espaços paralelos de atuação junto à base de trabalhadores, sobretudo a partir dos locais de trabalho.²²² A orientação sofreu ajustes em 1952, antecipando a mudança geral da política do PC, que ocorreria apenas em 1954, após o suicídio de Vargas. Seguindo o relato de Marco Aurélio Santana (2001), o partido publicizou, através da revista *Problemas*, em julho de 1952, uma resolução acerca da questão dos sindicatos e das lutas dos trabalhadores, alterando a tendência de rechaço aos sindicatos oficiais e remodelando a política de alianças dos comunistas para o movimento dos trabalhadores.

Nesse documento, o partido busca dar cabo do sectarismo que entravava as ações de sua militância no meio sindical. Ele indica que, para forjar a unidade dos trabalhadores seria dever dos comunistas combater todas as posturas sectárias, que impedem a unidade para a defesa dos interesses dos trabalhadores e facilitam os golpes da reação. Uma das manifestações mais comuns do sectarismo seria a tendência a querer trabalhar apenas com aqueles que já aceitariam as opiniões do partido. (SANTANA, 2001, p. 82).

Desse modo, os comunistas continuavam denunciando aqueles que consideravam realizar uma política de traição ao operariado na direção de suas organizações, mas ampliaram o espaço de diálogo e disputa na base dos trabalhadores. Na greve geral de 1953, a atuação dos comunistas serviu de pretexto para as forças policiais reprimirem o movimento e integrou a crítica do ministro do Trabalho, Segadas Viana. Desde o início do movimento, o ministro demonstrou incômodo com os grevistas. Após a repressão policial à passeata programada pelos trabalhadores para o dia 31 de março, quando 41 pessoas foram presas, Segadas Viana reforçou a justificativa da polícia, que afirmava ter detido agitadores e comunistas que tentavam desviar os objetivos da greve:

O titular da pasta do Trabalho, prossequindo nos seus esclarecimentos, acrescentou que as autoridades da Delegacia Regional do MTIC, acertadamente, proibiram a realização de uma assembleia de caráter permanente no Sindicato dos Bancários de São Paulo, na qual se reuniriam outras classes, com o propósito de conturbar ainda mais a ordem e estabelecer maior confusão entre as coletividades dos tecelões, metalúrgicos e outras. Ademais, a assembleia fora convocada por um “Comitê

²²² Essa interpretação foi contestada por Augusto Buonicore (1996), que nega ter existido uma deliberação partidária para o abandono dos sindicatos oficiais e atribui a debilidade da atuação partidária e de massas, do período entre 1948 e 1952, à repressão aos sindicatos e aos comunistas. O contraponto à tese de Buonicore (1996) foi feito por Marco Aurélio Santana (2001).

Contra a Carestia da Vida”, organização dirigida e orientada por agitadores comunistas. (CORREIO DA MANHÃ, 2 abr. 1953, p. 3).

Enquanto endurecia o discurso contra a greve, Segadas Viana passou a conviver com rumores sobre a sua demissão. O *Correio da Manhã* (8 abr. 1953, p.4) noticiou que o ministro poderia sugerir a Getúlio Vargas a utilização da Lei nº 1.802, chamada de Lei de Segurança Nacional, aprovada no início do mesmo ano e que proibia a divulgação de propostas de subversão da ordem social e punia aqueles que organizassem comícios ou demais atos públicos sem permissão das autoridades. Ao mesmo tempo, o jornal também registrava que a permanência de Segadas Viana à frente do MTIC era cada vez mais incerta. A própria notícia sobre as intenções de uso da Lei de Segurança Nacional afirmava que a reunião com Vargas poderia acontecer já sem o ministro no cargo, enquanto outra seção do jornal apontava que um deputado do PTB de Minas Gerais, Lucio Bittencourt, recebera cumprimentos de vários colegas congressistas por uma suposta indicação ao ministério (CORREIO DA MANHÃ, 8 abr. 1953, p. 8).

Outras especulações também foram feitas acerca da sua atuação junto às greves e os interesses de Getúlio Vargas na mobilização nos meios operários. Um editorial do *Correio da Manhã*, publicado no início de abril, citou as acusações feitas por udenistas sobre planos golpistas do presidente, que estaria interessado na desordem causada pela greve para justificar outra mudança de regime. O texto desacreditava o discurso udenista, pois o que punha em risco o regime político era a debilidade dos poderes, incluindo o Executivo, e não a força de Vargas para dar um golpe (CORREIO DA MANHÃ, 9 abr. 1953, p. 4). Para o jornal, Segadas Viana e Benjamin Cabello, presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), órgão do Governo Federal que detinha a função de intervir na oferta de produtos básicos de consumo e que se tornara alvo das pressões dos sindicatos e associações populares, tinham fracassado junto com Getúlio Vargas e suas demissões, especuladas naquele momento, seriam medidas ineficazes.

A greve prosseguiu até o dia 26 de abril, quando os metalúrgicos voltaram ao trabalho, decisão tomada dias antes por outras categorias e Segadas Viana não perdeu o cargo, o que não se repetiu com Cabello, que deixou a COFAP ainda no mês de abril (CORREIO DA MANHÃ, 14 abr. 1953, p. 2). A situação do ministro do Trabalho, no entanto, era insustentável e, para isso, contava com a ação decisiva de um emergente quadro do PTB, João Goulart. Nascido em 1919, João Belchior Marques Goulart, conterrâneo de Getúlio Vargas, tivera êxito na condução dos negócios da família, centrados na criação de animais, tarefa que assumiu no início da década de 1940, quando a saúde do seu pai, Vicente Goulart, tornou

inevitável a sucessão familiar (FERREIRA, 2014, p. 45-46). Formado em Direito e amigo de um dos filhos de Getúlio, Manuel Antônio Vargas, Jango se aproximou do ex-presidente após a sua destituição em 1945, quando tornou-se visita frequente à propriedade que passou a ser o refúgio daquele que estava momentaneamente derrotado.

A popularidade de Jango em São Borja e o seu diálogo com Getúlio Vargas levou-o à participação direta nas disputas políticas e partidárias. Assim, integrando os quadros do Partido Trabalhista Brasileiro, Jango foi eleito deputado estadual em 1947, função que desempenharia, segundo Jorge Ferreira (2014, p. 57), sem destaque. A presença de Vargas no Rio Grande do Sul, mesmo com o mandato de Senador conquistado em 1945, fez de Jango um dos principais articuladores da sua candidatura à presidência em 1950, pleito em que também foi eleito deputado federal, cargo do qual se manteve afastado por mais de um ano, período em que ocupou a Secretaria do Interior e Justiça do governo de Ernesto Dornelles, governador trabalhista do Rio Grande do Sul. Quando reassumiu o mandato na Câmara Federal, Jango não atuou de modo convencional, preferindo a proximidade com o Catete, onde “Getúlio reservou para ele um gabinete para receber políticos e, principalmente, sindicalistas” (FERREIRA, 2014, p. 74). A ascensão de Jango na rotina administrativa do governo Vargas foi acompanhada da ampliação de seu papel dirigente no PTB, pois sob as bênçãos de Getúlio, Jango se tornou presidente do partido em maio de 1952.

A mudança na cúpula do PTB não foi uma alteração pontual. Maria Celina D’Araújo (1996), em *Sindicatos, carisma e poder*, optou por uma abordagem da história do PTB que privilegia as disputas internas e a característica principal da origem do partido, a sua ligação com um “líder carismático”, que centralizava as decisões e fazia do partido uma organização baseada na legitimação através dos laços com Vargas. A ascensão de Jango fazia parte do processo de “rotinização do carisma”, passo importante para garantir a sobrevivência de um partido após o desaparecimento de seu líder. Desse modo, Vargas preparava uma liderança e um partido para representarem o seu legado e, assim, manter a coesão de um grupo. Para isso, foi importante a presença de Jango próximo ao Catete e sua chegada à presidência do PTB, mas o momento decisivo para a sua legitimação como liderança trabalhista foi a sua emergência como figura pública nacional, o que ocorreu durante as greves de 1953.

A atitude de Segadas Viana diante da greve geral ocorrida em São Paulo gerou descontentamento entre membros do PTB, entre os quais estava Jango (CORREIO DA MANHÃ, 8 mai. 1953, p. 12). As muitas previsões que puseram a demissão do ministro do Trabalho na ordem do dia finalmente se concretizaram em junho, quando uma greve dos operários navais no Rio de Janeiro tornou a situação insustentável. Desde o início daquele

mês, estava marcada a paralisação dos oficiais de náutica e operários navais para o dia 16, movimento acompanhado de perto pelo governo, que ameaçou os grevistas através de declarações dos ministérios do Trabalho e da Marinha²²³. Um dia antes da paralisação começar, Getúlio Vargas exonerou Segadas Viana do Ministério do Trabalho e o substituiu por João Goulart, empossado no dia 18 de junho. O tom de enfrentamento à greve com o uso de instrumentos legais foi deixado de lado. Jango e o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Hugo de Araújo Faria, conduziram uma negociação que terminou com um acordo firmado em 25 de junho, baseado em uma extensa lista de reivindicações, que iam desde a melhoria na alimentação, passando pelo incentivo à indústria naval nacional, e chegando à concessão do abono salarial (CORREIO DA MANHÃ, 26 jun. 1953, p. 10).

O acordo foi o primeiro ato de Jango no MTIC e marcou uma mudança de orientação do governo em busca de maior aproximação com os trabalhadores e os sindicatos, além de permitir maior ligação entre o PTB, que contava com uma ala reformista em crescimento e o governo (DELGADO, 1989, p. 136). Esse novo “estilo”, entretanto, não deixou de possuir fissuras, como pode ser observado no desenrolar do movimento dos marítimos, que voltaram à greve em outubro do mesmo ano, sob a justificativa de quebra do acordo celebrado em junho. Nesse segundo momento, o governo voltou à mesa de negociação, mas a imprensa operária denunciou a invasão do Sindicato dos Marinheiros, prisões e torturas infligidas aos trabalhadores (MONTALVÃO; FERRAZ, 2020, p. 1240-1241). Episódio ignorado por autores como Jorge Ferreira, em *O imaginário trabalhista* (2005) e *João Goulart* (2014), o acontecimento serve como exemplo de que a nova estratégia do governo e seu ministro não tornou as relações entre trabalhadores, sindicatos e Estado um campo totalmente harmonioso.²²⁴ No geral, porém, a chegada de Jango ao Ministério do Trabalho reduziu o

²²³ Em uma declaração reproduzida pelo *Correio da Manhã* (13 jun. 1953, p. 2), o MTIC afirmou que a greve era ilegal e que as reivindicações dos marítimos estavam sendo usadas por agitadores interessados na desestabilização da economia e, conseqüentemente do governo. Os trabalhadores também foram ameaçados de sofrerem punições administrativas caso entrassem em greve. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 132), “o que o ministro pretendia era, baseado em uma lei da época da 2ª Guerra, convocar os reservistas da Marinha para substituírem os grevistas, que seriam considerados desertores. Todos ficariam enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sujeitos, portanto, às mais graves penalidades”.

²²⁴ O artigo de Sérgio de Sousa Montalvão e Joana D’Arc Fernandes Ferraz (2020) investigou a abordagem de dois jornais da imprensa operária acerca da greve dos marítimos em outubro de 1953. O jornal *Orla Marítima*, publicado pelos “capitães de náutica”, que, segundo os autores, formavam o setor de maiores salários e grau de escolaridade da categoria, e *Imprensa Popular*, que pertencia ao Partido Comunista. Os comunistas, seguindo a linha política de oposição ao governo, chamava a política trabalhista de fascista, enquanto o jornal publicado pelos marítimos reclamava do descumprimento do acordo obtido em junho e denunciava João Goulart como um dos responsáveis pelo imbróglio. Sobre a produção acadêmica acerca da trajetória de Jango, os autores consideram que as divergências expostas pelos marítimos em outubro foram minimizadas para reforçar a imagem de Jango como um ministro do diálogo.

conflito direto entre o governo e os sindicatos, além de significar que o Estado reduziu os entraves legais às reivindicações dos trabalhadores.

A nova política do Ministério do Trabalho fez com que aumentasse a campanha realizada através da grande imprensa contra João Goulart, campanha esta que começou antes mesmo de sua chegada ao ministério. O nome de Jango havia sido vinculado em uma das denúncias contra as operações da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), que tinha, entre suas funções, a concessão de licenças prévias para a importação de bens, dada a crise cambial que prejudicava a capacidade de importação do Brasil desde a década anterior. A partir do final de 1952, o órgão passou a ser um dos alvos da oposição, que denunciava supostos favorecimentos na concessão das licenças, o que significaria corrupção e ineficiência da CEXIM.

Em abril de 1953, João Goulart foi citado na Câmara pelo deputado Armando Falcão como intermediário entre uma empresa de automóveis sediada no Rio Grande do Sul e a CEXIM, para a obtenção de licença para importar carros de luxo, permissão que subvertia as prioridades do país. Além da interferência de Jango, a CIREI, empresa responsável pelo negócio, teria participação de Dinarte Dornelles, primo de Getúlio Vargas.²²⁵ A empresa negou que João Goulart tivesse qualquer papel em suas atividades e a exploração dos problemas da CEXIM pela oposição seguiu sem que Jango voltasse a ter papel de destaque. O grande ponto de atrito entre a atuação de Jango e a oposição aos trabalhistas era, essencialmente, a questão dos sindicatos. Antes de assumir o ministério, João Goulart foi apontado como elemento prejudicial às intenções de colocar limites à greve e evitar que o movimento crescesse a ponto de flertar com a derrubada do regime político. Era, por exemplo, o que denunciava o *Correio da Manhã* em um texto não assinado:

A greve é uma arma de eficácia a curto prazo. Vale, inicialmente, como ameaça a ser utilizada na fase das negociações. Declarada, seus efeitos se diluem, conforme decorre o tempo. Se as classes patronais dispõem de meios para resistir, demoradamente, à pressão dos grevistas, acabam estes por se render, à míngua de recursos. O mesmo já não ocorre, no entanto, com as greves em cadeia. Aí se processa uma transformação da quantidade e qualidade. A greve em cadeia não é mais uma simples reivindicação trabalhista. É uma revolução branca. A greve geral é a subversão geral, como previa Sorel. É justamente este o perigo que apresentam as greves que ora se sucedem em São Paulo. [...] Ante tal situação, é evidente que o governo federal, em lugar de se manter afastado e neutro, deveria intervir nos acontecimentos, de sorte a impedir que as coisas se agravem. Acontece, no entanto, que o sr. Getúlio Vargas não tem capacidade para adotar uma política definida em face da greve. Como presidente da República, apoia o Ministério do Trabalho e sua orientação apaziguadora. Mas, a título pessoal, deixa campo para que o sr. João

²²⁵ Para a repercussão na imprensa, ver: (CORREIO DA MANHÃ, 8 abr. 1953, p. 4); (CORREIO DA MANHÃ, 9 abr. 1953, p. 4); a nota da CIREI, em (CORREIO DA MANHÃ, 19 abr. 1953, p. 3).

Goulart e seu grupo se utilizem da greve para consolidar a posição do PTB, o que leva este partido, naturalmente, a uma integral solidariedade com os grevistas, que assim recebem mais um estímulo para se manter em greve. (CORREIO DA MANHÃ, 14 abr. 1953, p. 4).

Ao tomar posse, a proximidade de Jango com os sindicatos e a política de buscar a resolução dos conflitos de classe pelo diálogo foram alvos de crítica crescente. Nesse momento, a trajetória de Edmundo Moniz se cruzou com o sujeito histórico que marcaria o período mais destacado de sua atividade política e profissional. Bem-sucedido em ser reconhecido como o herdeiro de Vargas, Jango também herdou a antipatia dos seus opositores e Moniz o combateu desde a sua chegada ao Ministério do Trabalho. Para o jornalista, Jango iniciou a sua presença na pasta com uma derrota para os marítimos, talvez pela extensa pauta de reivindicações que compôs o acordo que encerrou a greve:

Por falar em mistificação junto à classe trabalhadora, não podemos deixar de nos referirmos ao novo ministro do Trabalho Jango Goulart e sua ação conjuntamente com os petebistas e os stalinistas na greve dos marítimos. Que os marítimos estão com a razão não resta a menor dúvida. Deram um magnífico exemplo de organização e de combatividade, mostrando uma consciência de classe da qual se pode orgulhar o trabalhador brasileiro. Jango e os stalinistas procuraram manobrar com os marítimos, mas se repetiu com eles a velha lenda do aprendiz de feiticeiro. Perderam o controle das forças infernais. Foram superados pelos acontecimentos, passando de porqueros a porcos. Isso mostra o fracasso inicial de Jango e, possivelmente, da nova política ministerialista. (MONIZ, 3 jul. 1953, p. 2).

As críticas ao novo ministro era um dos estímulos da oposição que, em 1953, tornou inviável a possibilidade de uma composição de forças que garantisse uma base parlamentar de apoio ao governo, movimento buscado por Vargas desde o início de seu mandato, com as tentativas de integrar a UDN aos ministérios. Nesse sentido, a análise de Maria Celina D'Araújo (1992) nos parece acertada ao apontar que a reforma ministerial que introduziu Jango no MTIC, Osvaldo Aranha na Fazenda, José Américo no Ministério da Viação e Obras Públicas, Vicente Rao nas Relações Exteriores, Tancredo Neves na Justiça e Antônio Balbino na Educação, foi mais uma tentativa malograda de convencer a oposição acerca da sinceridade da disposição do governo à conciliação. Dessa forma, se a mudança na pasta do Trabalho era sinal de uma nova orientação para a relação com os sindicatos, esta não pode ser confundida com uma suposta “guinada à esquerda”²²⁶, pois as alterações nos demais ministérios apontam para a continuidade da estratégia varguista de compor o alto escalão com

²²⁶ Maria Celina D'Araújo (1992, p. 130) afirma que as versões acerca de um giro à esquerda serviam aos setores progressistas, que tentavam empurrar o governo para a linha política que defendiam, e à oposição de direita, interessada em insuflar as denúncias contra Vargas.

nomes que permitissem ao governo se apresentar aos setores políticos divergentes com um aspecto de “união nacional”.

A reforma ministerial de 1953, entretanto, não surtiu o efeito desejado, pois embora Osvaldo Aranha e José Américo, antigos quadros dirigentes da esfera varguista, fossem identificados com a UDN, o período das mudanças foi marcado pela subida de tom da oposição contra o presidente. As denúncias contra o governo eram as mesmas levantadas desde o início de seu mandato, mas aparentavam caminhar para desfechos mais ameaçadores à administração de Vargas, que via desaparecer as chances de formar uma base de sustentação fundamentada por um ministério aberto às siglas de oposição.

Ao contrário, o período de mudanças no primeiro escalão foi acompanhado pelo acirramento da campanha contra o governo, com a participação destacada do jornalista Carlos Lacerda que, desde 1949, comandava o jornal *Tribuna da Imprensa*, nome derivado da coluna que Lacerda manteve no *Correio da Manhã* durante anos.²²⁷ Sob o ângulo da circulação, o jornal tinha um número menor de leitores, se comparado aos principais concorrentes da capital federal, mas a atuação política e profissional de Carlos Lacerda deu à *Tribuna da Imprensa* um lugar de destaque nas polêmicas que envolveram a segunda metade do mandato de Vargas. Uma delas envolvia o jornalista Samuel Wainer, ex-repórter do grupo Diários Associados e com quem Lacerda trabalhara na revista *Diretrizes*. Desde junho de 1951, Wainer estava à frente do jornal *Última Hora*, criado com o suporte financeiro de importantes nomes ligados ao governo,²²⁸ ao qual o jornal dedicava tratamento distinto do dispensado pelos grandes veículos de comunicação da época. A *Tribuna da Imprensa* foi uma crítica de primeira hora do novo jornal e as denúncias que realizava acerca do favorecimento que explicaria o sucesso do *Última Hora* eram repercutidas por outros grupos de mídia, que abriram espaço para Lacerda, casos da TV Tupi e da Rádio Globo (LIRA NETO, 2014, p. 247-248). As acusações transbordaram das páginas de jornal para o Congresso Nacional, com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as atividades e o financiamento do *Última Hora*. Como meio de defesa, parlamentares da base do governo

²²⁷ Lacerda deixou o *Correio da Manhã* em abril de 1949, após escrever uma série de artigos sobre a questão do petróleo, atacando o governo Dutra por permitir que grupos privados nacionais explorassem a atividade de refino. Investindo contra políticos e empresários, Lacerda fez referências ao grupo Soares Sampaio, vinculado a uma família cujas relações com o proprietário do jornal eram boas. Assim, após uma ordem para que textos de Lacerda acerca do tema não fossem publicados, o jornalista deixou o *Correio da Manhã* (DULLES, 1992, p. 123).

²²⁸ Segundo Dulles (1992, p. 141-142), a viabilidade do *Última Hora* foi garantida pelo capital de Valter Moreira Sales, superintendente da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil, pelo deputado Euvaldo Lodi (PSD), o então presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet e pela intervenção de Juscelino Kubitschek, que também atuou para conseguir os empréstimos necessários para que o jornal fosse posto em circulação.

criaram outra CPI, com o intuito de ampliar a investigação para os empréstimos concedidos a todos os grandes grupos de comunicação. Os trabalhos da CPI foram amplamente repercutidos²²⁹ pelos grandes jornais e se juntavam a exploração política de outras acusações, como as que recaíam sobre a CEXIM, apontando para a mesma conclusão, de que o governo utilizava a máquina pública para beneficiar grupos políticos e econômicos de sua predileção.

O nome de João Goulart foi mencionado nos ataques a Samuel Wainer, pois Lacerda acusou o ministro de ser responsável por uma suposta adulteração dos documentos que comprovariam que o diretor do *Última Hora* não nascera no Brasil, fato que o impossibilitaria de possuir meios de comunicação no país.²³⁰

O caso do *Última Hora* não foi ignorado por Edmundo Moniz, que escreveu artigos responsabilizando o jornalista, os envolvidos nos empréstimos que financiaram a criação do jornal e o Governo Federal, ao mesmo tempo em que criticava a postura do PC e PSB durante a CPI, por terem defendido ou sido solidários com Wainer (MONIZ, 5 ago. 1953, p. 2; MONIZ, 2 set. 1953, p. 2). Considerando o governo moralmente indefensável e politicamente perigoso, Moniz aderiu às teses extremas da oposição, que agitavam o prognóstico de que Vargas daria um golpe. A propaganda contra o governo continuava usando a figura de Perón, exemplo também seguido pelo jornalista do *Correio da Manhã*, que não era o único intelectual de esquerda a tomar o caso argentino como referencial da vida política brasileira. Mário Pedrosa, que passou a escrever sobre arte e política para a *Tribuna da Imprensa* em 1951, considerava o regime argentino o modelo desejado por Vargas, intenção que poderia ser observada na campanha de sindicalização lançada pelo Ministério do Trabalho naquele ano:

Houve mesmo tentativa, por parte dos corifeus getulianos, de imitar o ditador argentino, que tem no Congresso um instrumento burocrático de dar caráter de lei à vontade de Perón, e nos sindicatos submissos e oficializados um instrumento de pressão de massa sobre todas as classes sociais, inclusive as proletárias, sobre os partidos políticos, os tribunais judiciais e o próprio Congresso. Mas essa primeira tentativa de peronizar o regime brasileiro fracassou. Na realidade, a peronização do nosso regime constitucional talvez já não esteja nas forças do senhor Vargas realizar. (PEDROSA, 14 nov. 1951, p. 4).

Pedrosa, entretanto, entre 1951 e 1953, era mais cauteloso acerca da materialidade de uma saída golpista por parte de Vargas, não por atribuir ao presidente uma adesão completa aos limites do regime da Constituição de 1946 ou por acreditar na solidez deste, mas por pensar ser difícil prever os movimentos de Getúlio e considerar o seu governo débil demais

²²⁹ Sobre a trajetória de Wainer, do *Última Hora* e a repercussão da CPI, ver o trabalho de Thiago Fidelis (2018).

²³⁰ Sobre a investigação da *Tribuna da Imprensa* acerca da nacionalidade de Samuel Wainer e as contradições dos documentos apresentados pela acusação e defesa, ver: Dulles (1992, p. 161-165).

para ter o controle das opções existentes. Em outubro de 1952, desacreditou a hipótese de uma manobra em direção a uma “república sindicalista” e, caracterizando o regime político brasileiro como uma encruzilhada, afirmou que Vargas poderia tomar o caminho de Perón ou criar uma via alternativa e acenar em direção “aos milhões de pequenos lavradores sem propriedade, aos colonos e trabalhadores rurais que se embalam no sonho legítimo de um dia vir a ter um pedacinho de terra seu” (PEDROSA, 23 out. 1952, p. 4). Em janeiro de 1953, ao comentar a greve dos tecelões iniciada no Rio de Janeiro em dezembro, Pedrosa interpretava o movimento paredista como sinal da dissolução da popularidade de Vargas junto aos trabalhadores, elemento que intensificava a crise do governo, carente de apoio em todas as classes. Diante da situação do governo, a via peronista continuava possível, mas o tom de Pedrosa era diferente do sentido de urgência que ganhou cada vez mais espaço ao longo de 1953 e no ano seguinte (PEDROSA, 29 jan. 1953, p. 4).

A análise de Mário Pedrosa para a imprensa sobre a conjuntura nacional, porém, foi interrompida ainda em 1953, quando ele viajou para a Europa e lá ficou até dezembro, organizando parte da programação da II Bienal de São Paulo. Ao retornar, Pedrosa se envolveu em uma polêmica ao dizer que os pintores Lasar Segall e Cândido Portinari não fizeram falta ao evento, fato que gerou reprimendas ao colunista e uma censura por parte da *Tribuna da Imprensa*, que não quis publicar um artigo de Pedrosa estendendo a celeuma. Diante da interdição, Mário Pedrosa encerrou a sua participação no jornal e ficamos privados de acompanhar o desenrolar de suas ideias sobre a trajetória de Jango no MTIC e o acirramento da crise do governo Vargas (KAREPOVS, 2017, p. 108-109).

Em comparação com Pedrosa, Edmundo Moniz cultivava um estilo mais incisivo no trato com os adversários e na defesa de suas ideias, característica que poderia, ao mesmo tempo, reforçar o seu lugar de militante em defesa de certas causas e levá-lo a uma perigosa rigidez capaz de pôr, em segundo plano, a crítica das próprias posições. A aproximação com teses limítrofes à defesa dos trabalhadores pode ser exemplificada pelo último artigo que escreveu durante a gestão de João Goulart no Ministério do Trabalho. Intitulado “O problema da greve”, o artigo foi publicado em 13 de fevereiro de 1954, quando a crise do MTIC alcançava o momento mais delicado, consequência das discussões acerca do reajuste do salário-mínimo. Em dezembro de 1953, segundo a imprensa comunista da época, o Serviço de Estatística e Previdência Social do Ministério do Trabalho sugeriu à Comissão Nacional do Salário Mínimo que o novo valor fosse de Cr\$ 2.128,00 (IMPRESA POPULAR, 9 dez. 1953, p. 1-5) para o Distrito Federal, índice considerado insuficiente pelos comunistas, que passaram a defender, junto com outros setores do movimento sindical, o reajuste de 100%

sobre os ganhos dos trabalhadores, proposta aceita pela Comissão de Salário Mínimo do Distrito Federal no final do mês, sob protestos dos empregadores, que defendiam o valor de Cr\$ 1.550,00 (CORREIO DA MANHÃ, 30 dez. 1953, p. 2).

Era preciso, porém, garantir que a medida fosse implementada pelo governo. Segundo Jorge Ferreira, a pauta dos trabalhadores – “dobrar o salário-mínimo, sem descontos na alimentação, sem a cláusula da assiduidade e com garantias contra o desemprego” (FERREIRA, 2014, p. 112-113) – foi debatida em uma reunião entre sindicalistas, Getúlio Vargas e João Goulart, em janeiro de 1954, da qual surgiu a Comissão Intersindical do Movimento Pró-Salário Mínimo de Cr\$ 2.400,00.

Do lado dos trabalhadores, era preciso pressionar o governo para que ele não cedesse à reação da burguesia, que se manifestou imediatamente. O *Correio da Manhã* registrou, nos primeiros dias de 1954, o protesto das entidades de industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como um telegrama enviado pelo presidente da Associação Nacional de Máquinas, Veículos, Acessórios e Peças, questionando a legalidade da decisão e advertindo para o impacto do aumento nos custos da produção (CORREIO DA MANHÃ, 03 jan. 1954, p. 2; CORREIO DA MANHÃ, 03 jan. 1954, p. 4). A partir de então, abundaram as notícias e declarações tratando negativamente, por diversas regiões do Brasil, os possíveis efeitos do reajuste do salário-mínimo.²³¹

A medida também repercutiu nos meios militares, cujo descontentamento foi materializado em um documento conhecido como o “Memorial dos Coronéis”, de fevereiro de 1954, inicialmente dirigido ao alto escalão dos militares, mas que terminou sendo divulgado pela imprensa. O texto, cuja autoria é atribuída ao coronel Golbery do Couto e Silva, contava com 82 assinaturas e reclamava da falta de verbas para as Forças Armadas, o que sucateava a estrutura de trabalho dos militares e tornava a carreira pouco valorizada, na visão dos signatários.²³² A reivindicação de uma maior fatia orçamentária para os militares não era uma novidade, mas feita naquele momento, quando o reajuste salarial atingiria o conjunto da classe trabalhadora urbana, o manifesto tinha João Goulart como alvo, aspecto destacado por José Murilo de Carvalho (2006, p. 114).

²³¹ Cabe esclarecer que o salário-mínimo não consistia em um valor a ser seguido em todas as regiões do país. Os estados definiam, também em comissões coordenadas pelo governo e compostas por representantes de patrões e empregados, os índices válidos para as regiões de seu território. O caso do Distrito Federal, porém, além do impacto local, apontava uma tendência a ser seguida em todo o país.

²³² O “Memorial dos Coronéis” foi publicado em Hélio Silva (2010). O documento, que denunciava agitações sociais e questionava o aumento salarial apontado no início do ano, unia, como observado por Armando Boito Júnior (1976, p. 98), o medo da participação política dos trabalhadores ao temor da proletarização nutrido pelos militares.

Poucos dias antes do “Memorial dos Coronéis” se tornar um dos assuntos preferidos da oposição ao governo, o *Correio da Manhã* publicou “O problema da greve”, o último artigo de Edmundo Moniz sobre a passagem de Jango pelo Ministério do Trabalho. Nele, o jornalista deu um passo adiante na radicalização de sua luta contra a política dos trabalhistas para os sindicatos e pôs em dúvida o caráter benéfico dos movimentos grevistas ocorridos sob a relação estabelecida entre o Estado e a estrutura sindical no Brasil.

Num regime democrático, é óbvio discutir a legitimidade do direito de greve. Sem ele, a classe operária estaria reduzida à escravidão. A greve é uma ação coletiva, uma ação de classe. Constitui uma arma poderosa quando se esgotam todas as possibilidades do entendimento verbal entre empregados e empregadores. Para o seu desencadeamento, com probabilidade de êxito, torna-se necessário que os trabalhadores estejam organizados. Organizados como? Nos sindicatos que são os órgãos de classe, a fim de que a massa operária, sem distinção de nacionalidade, de raça, de credo religioso ou partido político, possa lutar, eficazmente, pelas suas reivindicações econômicas e sociais. No Brasil, porém, os sindicatos não são livres. Encontram-se na dependência do Ministério do Trabalho. Sem autonomia sindical, o direito de greve é uma balela, e perde quase que inteiramente o que representa de vantajoso para o equilíbrio social entre empregados e empregadores. Para que o direito de greve não seja uma simples mistificação é preciso a mais ampla autonomia sindical. Do contrário, a greve é controlada pelo Ministério do Trabalho que domina os sindicatos por intermédio dos pelegos. (MONIZ, 13 fev. 1954, p. 2).

A greve deixava de ser entendida como um acontecimento que abria espaço para o enfrentamento dos trabalhadores com a burguesia e a estrutura sindical, passando a ser tratada como obrigatoriamente manipulada pela política bonapartista de equilíbrio acima das classes. Desse modo, sob as condições do regime político do Brasil, Moniz não reconhecia a greve como ferramenta vantajosa para o proletariado, o que significava acrescentar um elemento novo aos seus escritos sobre o mundo do trabalho, pois, até então, ele não havia afirmado que os limites à autonomia sindical esvaziavam o conteúdo político e social dos movimentos grevistas.

O “bonapartismo”, no Brasil, jogando com a burguesia, a classe média e o proletariado, vem perturbando enormemente o desenvolvimento da produção sem trazer benefício a não ser ilusoriamente, pois as vantagens de caráter imediatista só contribuem para agravar a situação num período posterior. Que vale a greve sem a autonomia sindical, greve que termina quase sempre por ser manipulada pelos pelegos mesmo quando ela surge espontaneamente como produto de uma necessidade inadiável? O problema da greve, em seus fundamentos, está estruturalmente subordinado ao problema da autonomia sindical. Do contrário, ela não passará de uma arma política, de significação imprevisível, manejada pelo ministro do Trabalho. [...] Passando da teoria para a prática, podemos ter uma ideia dos elementos que tem em mão um ministro do Trabalho sem escrúpulo, do tipo de Jango Goulart, disposto a utilizar a demagogia governamental para atentar contra o próprio regime democrático e criar a atmosfera do “golpe” que só pode interessar a um grupo de aventureiros. (MONIZ, 13 fev. 1953, p. 2).

O artigo não continha referências ao reajuste do salário-mínimo, mas considerando que este era o tema principal da crítica ao MTIC naquele momento, podemos levantar a hipótese de que ele pensava a questão como um dos benefícios imediatos que, posteriormente, teriam o seu sentido subvertido.

Embora tenha publicado outro artigo sobre os atos do governo antes do trágico desfecho da crise política,²³³ com “O problema da greve”, Edmundo Moniz chegou ao limite da sua oposição a Getúlio Vargas, não exatamente pela dureza das acusações dirigidas aos trabalhistas, mas pelo deslocamento que operou, considerando sua adesão histórica ao marxismo. A prioridade da luta contra o governo bonapartista levou o jornalista a minimizar as questões do trabalho e dos conflitos sociais, descrendo que a mobilização operária, durante o último mandato de Vargas, pudesse desempenhar um papel positivo, fosse na luta imediata contra a penúria atravessada pelos trabalhadores ou na contestação prática dos limites da estrutura sindical herdada da década de 1930.

João Goulart não sobreviveu àquele mês de fevereiro no cargo de ministro do Trabalho. No dia 23, encaminhou uma carta ao presidente Getúlio Vargas, demarcando uma posição contra a reação à política trabalhista e apresentando o seu pedido de demissão (CORREIO DA MANHÃ, 24 fev. 1954, p. 12).²³⁴ Para o seu lugar, foi nomeado Hugo de Faria, servidor público de carreira e que havia sido diretor do Departamento Nacional do Trabalho. O aumento do salário-mínimo foi confirmado por Vargas no dia 1º de maio de 1954, sob protestos da burguesia, que tentou, sem sucesso, impedir judicialmente o reajuste (BOITO JÚNIOR, 1976, p. 106). Desse modo, a demissão de Jango não arrefeceu o ímpeto da oposição, que ganhava cada vez mais apoio entre os militares, setor no qual o governo perdera força desde o início do mandato, como apontou a derrota de Estillac Leal nas eleições para a direção do Clube Militar, em 1952, e a vitória do general Canrobert Pereira da Costa em maio de 1954.

Militares também se aproximaram de Carlos Lacerda, que começou a sua campanha por uma vaga de deputado pelo Distrito Federal. O jornalista passou a contar com o apoio de um grupo de oficiais da Aeronáutica, que se voluntariaram para fazer sua segurança nos comícios e reuniões públicas das quais Lacerda participava. Um dos militares, o major Rubens Vaz, acompanhava o diretor da *Tribuna da Imprensa* na noite de 4 de agosto, quando

²³³ Em abril, Edmundo Moniz publicou o artigo “Escolha desastrosa” (06 abr. 1954, p. 2), criticando a nomeação do udenista Juracy Magalhães para a presidência da Petrobrás.

²³⁴ A crise agravada pelo “Memorial dos Coroneis” também causou a substituição do ministro da Guerra, o general Espírito Santo Cardoso, que não reagiu ao ato de insubordinação dos militares. Sobre a saída de João Goulart do MTIC, Edgard Carone (1985) destaca também a insatisfação da burguesia agrária, que reclamava das movimentações do ministro para ampliar a legislação social aos trabalhadores do campo.

terminou atingido por dois tiros em um atentado contra o candidato da UDN. O ataque virou imediatamente uma poderosa arma contra o governo, envolvido diretamente no caso desde quando a investigação chegou à guarda pessoal de Getúlio Vargas, chefiada por Gregório Fortunato, um dos responsáveis pelo atentado. Acossado pelo Inquérito Policial Militar (IPM) e pelas seguidas manifestações de políticos e militares em defesa da sua renúncia, Getúlio Vargas se suicidou na manhã do dia 24 de agosto.²³⁵

O ato do presidente tornou os jornais desatualizados poucas horas depois de saírem das oficinas e, enquanto o *Correio da Manhã* noticiava em sua capa que Vargas decidira tirar uma licença, o Rio de Janeiro vivia um dia de fúria popular. Uma multidão se dirigiu ao Catete, enquanto grupos realizaram comícios e passeatas pela cidade, destruíram a propaganda dos candidatos udenistas, vaiaram e tentaram depredar a Embaixada dos Estados Unidos. Parte fundamental da oposição a Getúlio Vargas, os principais jornais e grupos de comunicação tinham um lugar especial na revolta que tomou as ruas. Um grupo tentou invadir a Rádio Globo, acusada de manter a programação musical mesmo com a trágica notícia do suicídio do presidente, e manifestantes apedrejaram as sedes dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* (CORREIO DA MANHÃ, 25 ago. 1954, p. 3).

A revolta popular também atingiu os comunistas, opositores de Vargas durante todo o seu mandato, e o trágico acontecimento não foi suficiente para que o partido fizesse um movimento de revisão ou autocrítica de sua política. Naquele 24 de agosto, o PC chegou a ter parte de sua militância nas ruas, sobretudo pelos laços desenvolvidos nos sindicatos entre trabalhistas e comunistas, mas as diretrizes do partido se mantiveram:

Somente às vésperas do desenlace é que Prestes, numa entrevista, tomou posição contra o golpismo em ofensiva. Mas a entrevista ainda agredia Vargas com acusações tão pesadas que dificilmente alguém seria por ela convencido a defender o governo constitucional. A mudança tardia de posição não produziu efeitos nas bases partidárias, muito menos nas massas. Por decisão espontânea, os militantes comunistas se uniram aos trabalhistas nos protestos contra a vitória do golpismo reacionário e pró-imperialista. O que não impediu que, em Belo Horizonte e Porto Alegre, a massa trabalhista enfurecida atacasse as sedes de publicações comunistas, vingando-se dos anos a fio de ataques indiscriminados ao Governo de Getúlio. Apesar do impacto, o episódio não serviu para uma reflexão a respeito do desacerto da linha política. No Quarto Congresso, nenhuma autocrítica foi feita pela direção e a linha ganhou confirmação integral. (GORENDER, 1998, p. 24-25).

As reações de intelectuais não alinhados ao Partido Comunista, caso de Edmundo Moniz e Mário Pedrosa, também não foram de revisão de suas ideias sobre Vargas e o

²³⁵ Segundo Edgard Carone (1985, p. 78), Getúlio tentou se esquivar das acusações de que interferiria nas investigações e substituiu o chefe da Polícia, mas a oposição exigiu também que o inquérito fosse da alçada militar, rito diverso do estabelecido pela lei. Sobre as manifestações civis e militares pedindo a renúncia de Vargas, ver Carone (1985) e Dulles (1992).

trabalhismo. Poucos dias depois do fim do governo Vargas, Mário Pedrosa, então candidato ao cargo de Deputado Federal pelo PSB, deu uma entrevista ao *Correio da Manhã*, na qual afirmava que embora os grupos políticos agissem “sob grande choque emocional” (PEDROSA, 29 ago. 1954, p. 5), as normas que regiam a atividade política no país não haviam sido alteradas com o desfecho da crise. Assim, embora fosse necessário manter a vigilância acerca das regras democráticas, o socialista considerava que o novo presidente, Café Filho, agia com menor interesse pessoal e partidário na condução das eleições de outubro daquele ano, se comparado com Getúlio. A questão central para Pedrosa era, entretanto, o papel das organizações de classe dos trabalhadores, que lidavam com o desafio de se libertarem da estrutura sindical herdada do Estado Novo. Ele esperava que os dirigentes sindicais que não eram submissos ao Ministério do Trabalho deixassem de lado a comoção pela morte de Vargas e enxergassem a nova situação como o momento propício para, livres da figura do presidente, superarem as relações estabelecidas entre os sindicatos e o Estado.

Os líderes sindicais, não movidos por interesses facciosos partidaristas, eleitoralistas, devem olhar a situação com sangue frio e objetividade. Diante do gesto trágico do sr. Getúlio Vargas suicidando-se para sair de uma situação de desespero, esses líderes não podem se comportar como se comportaram as massas menos esclarecidas que se encontraram como se tivessem perdido o pai e protetor. Agora, ao contrário, mais do que nunca eles precisam assumir as pesadas responsabilidades que os encargos de líderes classistas lhes impõem. Primeiro que tudo é preciso encarar o fato mesmo da omissão do chefe paternalista, a cuja sombra se acostumaram a viver tanto tempo, para tornar-se independentes em face do governo, em face do Estado. Urge agora que a geração nova de líderes sindicais se decida uma vez a agir por conta própria, a assumir a direção das lutas reivindicatórias sem esperar um sinal dos pelegos do Ministério do Trabalho ou a luz verde do Catete. (PEDROSA, 29 ago. 1954, p. 5).

Para finalizar, Pedrosa considerava que a morte de Vargas ensinava que “a hora dos chefes de massa paternalista passou” (PEDROSA, 29 ago. 1954, p. 5). De certo modo, Edmundo Moniz desenvolveu argumento semelhante sobre a conjuntura, pois, embora não fosse taxativo acerca do fim do predomínio dos líderes paternalistas, era descrente da possibilidade do apoio dado a Getúlio por parte dos trabalhadores brasileiros ser herdado pelo PTB ou algum de seus dirigentes. Assim como em 1945, quando, na condição de integrante da U.S.P., saudou a deposição de Getúlio, mais uma vez louvou a intervenção dos militares, a qual chamou de “ação democrática” (MONIZ, 29 set. 1954, p. 2). No entanto, a constante participação das Forças Armadas na “resolução” das crises políticas no Brasil não deixou de ser apontada como um sintoma de um sistema político frágil, cujos partidos não possuíam unidade programática e atuavam a partir dos interesses locais, fazendo do seu caráter nacional

apenas uma formalidade legal. Em artigo publicado em setembro, tentou caracterizar os principais partidos e o que poderia ocorrer-lhes em uma nova etapa da vida política nacional:

A consequência lógica de massas sem partidos são partidos sem massas. Aí temos, na esfera política, o nó de um problema cuja solução será de alta importância. O Partido Trabalhista, como o Partido Comunista, conta com o apoio de grande parte das massas operárias. Mas nem um nem outro representa, historicamente, o seu verdadeiro partido. O Partido Comunista acha-se disposto a sacrificá-las em benefício do imperialismo soviético do qual se tornou um simples instrumento. O Partido Trabalhista é o que resta do getulismo que, a despeito de toda a demagogia populista, sempre representou, e continua a representar, as alas mais vorazes e mais reacionárias da burguesia nacional. Enganam-se, de certo, os que acreditam que o Partido Trabalhista ainda venha exercer um papel político de verdadeira liderança da classe trabalhadora, isto é de todo impossível. Não só pela composição social de seus quadros como também pela falta de uma orientação ideológica, de um programa consequente de uma linha segura e definida. O Partido Trabalhista só existia, ou melhor, só tinha motivo de existir em função do prestígio pessoal de Getúlio Vargas que atuava sobre as massas independentemente de bom senso, da razão, do espírito crítico. Este prestígio, originário de uma relação afetiva, produto de longos anos de penetração, não se pode transferir a ninguém. [...] Possivelmente, os pretensos herdeiros de Getúlio, aqueles que melhor o representam, não conseguirão deter, em suas mãos, a herança cobiçada, embora apliquem os mesmos métodos do presidente suicida. (MONIZ, 29 set. 1954, p. 2).

Considerava ser impossível o êxito do processo chamado mais tarde por Maria Celina D'Araújo (1996) de “rotinização do carisma”. Antevia que as “massas petebistas” ficariam sem a referência política de Vargas e seu partido. Restava a dúvida sobre a sigla ser capaz de organizá-las e conquistar sua confiança para as disputas eleitorais, cuja primeira prova seria em outubro daquele ano. Por sua vez, a UDN, principal partido de oposição a Vargas, teria fracassado no “ensejo de ser um grande movimento popular de caráter nacional em consequência da fraqueza, da desorientação, da indigência de princípios e, mesmo, da falta de escrúpulo da maioria dos elementos que se apoderaram de seus órgãos dirigentes” (MONIZ, 29 set. 1954, p. 2). Reclamava dos momentos em que o partido se aliou aos petebistas em disputas locais, enquanto no plano nacional desenvolvia intensa oposição ao governo, caso das seções da UDN em Pernambuco e Bahia.

Assim, Edmundo Moniz concluía com um projeto que lembrava apenas em parte o que propusera quase dez anos antes, entre o fim do Estado Novo e o início do regime da Constituição de 1946. Defendia a criação “de um movimento democrático popular de caráter nacional”, com um programa de defesa das liberdades democráticas, da autonomia sindical e da reforma agrária, bandeiras que eram combinadas com a “livre exploração das riquezas sem o controle do Estado” e a “liberdade cambial” (MONIZ, 29 set. 1954, p. 2), reivindicações da burguesia da época, sobretudo dos setores que pretendiam reduzir ou eliminar a intervenção do Estado na economia. No entanto, Moniz continuava justificando a sua posição como a de

um intelectual de esquerda, ao afirmar que o caráter policlassista do “movimento” não apagava o princípio da “autonomia ideológica e política” dos trabalhadores, mas que era necessária a união de amplos interesses para “restaurar o país da devastação de vinte anos de getulismo, e recolocar, na ordem do dia, os problemas fundamentais da revolução brasileira” (MONIZ, 29 set. 1954, p. 2).

Havia uma importante diferença entre as suas posições nas duas conjunturas. Antes, em 1945, apesar de considerar a necessidade de uma ampla aliança para garantir o fim da ditadura, defendia que a construção de uma organização de cunho socialista seria uma tarefa imediata dos militantes que se agrupavam ao redor da *Vanguarda Socialista* e da União Socialista Popular. Em 1954, embora o jornalista afirmasse que não havia um verdadeiro partido que representasse os interesses do proletariado no Brasil, preferia evitar lançar qualquer palavra de ordem para a construção uma nova organização, talvez porque subordinasse tal objetivo à necessidade urgente de construir um regime político sólido e livre dos perigos que atribuía às ações dos trabalhistas ou ainda porque sua distância em relação às correntes de esquerda organizadas entre os trabalhadores, tornasse inócuo um chamado desse tipo.

3.4 O TEATRO DA POLÍTICA

O gesto final de Getúlio Vargas fez a crise do seu governo ter um desfecho sem que os grupos envolvidos pudessem comemorar vitórias inquestionáveis ou amargar derrotas completas. A fúria popular desabou sobre os opositores de Vargas, personificados na grande imprensa, mas Vargas caíra e o novo governo foi composto por alguns dos principais nomes da oposição, pois o novo presidente, João Fernandes Campos Café Filho, indicou Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda, Eduardo Gomes para o Ministério da Aeronáutica e Juarez Távora para a chefia da Casa Militar (CARONE, 1985, p. 87). No mesmo ano, Carlos Lacerda foi eleito deputado federal com a maior votação do Rio de Janeiro, porém, seguido por Lutero Vargas, filho de Getúlio, o que mostrava que a crise do governo não terminara em debacle das forças trabalhistas e de seu prestígio eleitoral.²³⁶

²³⁶ De modo geral, o resultado eleitoral da UDN não foi positivo. Segundo Otavio Soares Dulci (1986), o partido teve votações significativamente reduzidas para as assembleias em Minas Gerais, Amazonas e Bahia, além de pequenas perdas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul e Pernambuco. A participação udenista na Câmara Federal recuou aproximadamente 4% em comparação com o pleito de 1950 e as cadeiras no Senado passaram de 15 para 13. O partido só aumentou a sua votação nos estados do Pará, Santa Catarina, Alagoas e Mato Grosso.

A persistência do fenômeno getulista, que alimentava a atuação do PTB, também contribuiu para que parte da oposição não desse por terminada a tarefa de combater as forças que julgavam perniciosas à boa condução da coisa pública, um mal que identificavam nos trabalhistas e comunistas de modo geral. Assim, ainda em 1954, começaram a circular manifestações que punham em dúvida a realização das eleições do ano seguinte, responsáveis pela escolha do novo presidente da República. Os militares demonstraram receio da divisão nas suas fileiras e da violência que poderia eclodir ao longo do processo eleitoral, enquanto veículos de imprensa divulgavam e defendiam posições favoráveis ao adiamento do pleito.²³⁷

Dos jornais que difundiam propostas de alteração do calendário eleitoral, a *Tribuna da Imprensa* era um caso à parte, pois Carlos Lacerda, após retornar da Europa, para onde se deslocou após ter sido eleito deputado, começou a defender a instauração de um “regime de emergência” que concedesse poderes amplos ao então presidente Café Filho, com vistas a que concluísse o processo que Lacerda julgava interrompido pelos acontecimentos de agosto. A bandeira foi formalizada, sobretudo, nos discursos realizados na Câmara Federal, dos quais se destaca um pronunciamento de 4 de julho de 1955, reproduzido pela *Tribuna da Imprensa*. Naquele dia, sabendo das acusações que receberia ao defender uma ruptura legal, Lacerda argumentou que apresentaria uma tese que possuía “apenas um ar de família” se comparada a outros golpes, pois seria “exatamente o oposto de experiências anteriores, como a de 1937” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 5 jul. 1955, p. 4). Relatando as transformações políticas ocorridas no Brasil desde o período do Império, o deputado defendia que o fim da monarquia e a ampliação do sufrágio a partir de 1930 não teriam sido suficientes para construir uma verdadeira democracia no país:

As massas, ainda não preparadas para o exercício do voto, começaram a votar. E o processo educativo que é a eleição, e o processo de preparação do soberano, que é o povo, para exercer a soberania, como recomendava o grande mestre da democracia argentina, interrompeu-se; porque o advento das massas ao processo político foi desviado nas suas fontes, foi canalizado para outros rumos, quais sejam os de um paternalismo republicano, os rumos de uma ditadura inspirada na degeneração do positivismo. Então, o que tivemos foi a instrumentação da propaganda moderna, a utilização dos processos totalitários de deformação da consciência das massas, que usaram o voto contra elas próprias, convencidas de que o utilizavam para salvar-se, dignificar-se, elevar-se ao comando supremo da Nação. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 5 jul. 1954, p. 4).

²³⁷ Edgard Carone (1985) cita dois episódios em que os militares se posicionaram diante do governo Café Filho e do calendário eleitoral. O primeiro teria ocorrido em dezembro de 1954, quando o general Alcides Etchegoyen reclamou da “transigência” com grupos políticos vinculados ao “passado” e pôs em dúvida que o substituto de Vargas tivesse vida longa no cargo. O segundo tratou-se de um manifesto da cúpula dos militares, divulgado em janeiro de 1955, e que parecia apelar para uma solução de “união nacional” capaz de evitar o choque entre os partidos, evidenciando o temor de uma campanha eleitoral violenta. Ainda segundo Carone (1985), os jornais *O Globo*, *Diário de Notícias* e *O Estado de S. Paulo* passaram a defender o adiamento das eleições.

Os meios defendidos pelo deputado para dar fim às deformações da democracia brasileira não passavam pela continuidade do exercício do voto, mas pela sua suspensão, que permitiria as alterações legais acerca do funcionamento dos partidos e dos processos eleitorais. Lacerda parecia convencido de que um novo presidente seria eleito ao final do ano, mas apresentava a sua “tese” como alternativa que, em algum momento, teria de ser levada em consideração.

Nós nos encaminhamos forçosamente, a cada novo dia, com maior evidência, para um processo anormal de solução da crise brasileira. É para reduzir ao mínimo essa anormalidade do processo e para garantir ao máximo aquilo que a todos nós reúne, que é o muito apreço que temos pelas liberdades conquistadas, aquelas que nos foram negadas e que tivemos de ir buscar nas ruas, é para isso que trago à consideração da Nação [...] e ao patriotismo do Congresso, a ideia de que neste País será indispensável, mais tarde ou mais cedo – e antes mais cedo do que mais tarde – a concessão de plenos poderes ao Executivo para que legisle. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 5 jul. 1955, p. 4).

Segundo a transcrição publicada no jornal, o discurso foi entrecortado por um sonoro espanto dos deputados, ao qual se seguiu uma profusão de pedidos de aparte à fala de Lacerda, que, mesmo assim, continuou e sintetizou as medidas que esperava de um Executivo dotado de poderes extraordinários:

Sr. Presidente, mais tarde ou mais cedo, no processo de revalorização das instituições para dar autenticidade à democracia brasileira, para que a massa popular possa interferir no processo eleitoral sem as deformações a que é submetida pela miséria, de um lado, dos problemas sem solução real, e, de outro lado, pela propaganda deformante e pela corrupção desenfreada; mais tarde ou mais cedo será indispensável – e antes cedo do que tarde demais – conceder plenos poderes afim de que o Poder Executivo possa legislar sobre aquilo que, em causa própria, não pode fazer o Legislativo, (protestos) – uma lei que permita a criação e o funcionamento de partidos autênticos no Brasil (não apoiados), para a criação de um corpo eleitoral expurgado dos vícios que atualmente o deformam, de tal modo que se acabe com os currais eleitorais e se dê ao voto a verdade sem a qual o voto é pior que a ausência dele, porque é a consagração da desonestidade. [...] Minha conclusão é esta: não me interessa uma conspiração, não pertenco a nenhuma conspiração, não trago receita mágica nem poderia trazê-la, não tenho fórmula mirífica para resolver a crise brasileira. Mas afirmo que esta que se está tentando é, antes de tudo, hipócrita e, em seguida, inoperante. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 5 jul. 1955, p. 4).

Durante a primeira década do novo regime constitucional, muitas vezes, as ideias e a trajetória de Lacerda se cruzaram com as de Edmundo Moniz, mas, dessa vez, eles ficaram em lados opostos. Concordavam no diagnóstico de que a debilidade do sistema partidário e os métodos modernos de propaganda política desviavam as massas de seus reais interesses, mas as conclusões políticas os afastavam. Ainda em janeiro, poucos dias após o retorno de Lacerda da Europa, Moniz publicou “Golpe e Democracia”, artigo sobre as insinuações

acerca da realização das eleições do fim do ano. No texto, rememorou a conjuntura de 1945 e o temor ao redor das ações de Vargas e dos comunistas, capazes, para alguns, de impedir a continuidade da democratização. Também lembrou dos meses finais de Dutra à frente do Executivo, quando circularam hipóteses de um novo golpe continuísta. A sobrevivência da democracia como processo em construção, que resistira às duas turbulências e, até mesmo, à participação dos militares em 1945 e 1954, comprovaria que, mesmo atravessando uma sucessão de crises, o regime dava sinais de fortalecimento.

Getúlio Vargas desapareceu do cenário político. O general Dutra demonstrou de modo definitivo a sua fidelidade à constituição. O que dá força moral precisamente aos militares foi a maneira equilibrada e desambiciosa com que atuaram no 29 de outubro e 24 de agosto. Se o 24 de agosto fosse apenas um golpe militar o afastamento de Getúlio Vargas mereceria o repúdio nacional. Na realidade, em consequência da desmoralização total de seu governo, tornava-se mais do que necessário o movimento que lhe exigia a renúncia e a sucessão legal pelo vice-presidente da República. Isto, entretanto, não representava a cessação da vida constitucional do país. (MONIZ, 27 jan. 1955, p. 2).

Para ele, se as ações dos militares contra Vargas, em 1945 e 1954, teriam impedido golpes e garantido a continuidade do processo democratizante, as propostas dos partidários do adiamento das eleições levavam à instauração de uma ditadura, interrompendo a prática do voto e a sucessão de governos, mecanismos que Moniz considerava os únicos possíveis para o lento desenvolvimento da democracia no Brasil. Na defesa do calendário eleitoral, subiu o tom contra aqueles que estiveram na oposição a Vargas sob a justificativa de que ele preparava um golpe, mas que, em seguida, propunham a ruptura institucional. Denunciou a investida contra os partidos e seus representantes no parlamento, as acusações de que as consciências estavam à venda nos jornais e nas tribunas, criticou o descrédito lançado sobre a importância do voto popular, afirmando que todos estes elementos teriam algo em comum com a retórica nazista, integralista e com a dos defensores do Estado Novo. Assim, se a democracia brasileira era imperfeita, a saída golpista apresentada significaria um retrocesso diante dos progressos realizados desde 1945.

A crise, em grande parte, vem do presidencialismo e cremos que o sistema parlamentarista seria o mais indicado, no momento, para restabelecer o equilíbrio político. Mas o presidencialismo é preferível à ditadura. O bonapartismo nunca. [...] Não é possível a ditadura provisória. Dissolvido o Congresso e convocada uma nova Assembleia Nacional Constituinte, os golpistas seriam fragorosamente derrotados, qualquer que fosse a lei eleitoral. Neste aspecto, o país já deu um passo notável. O eleitor, na capital e no interior, vota como quer e vê o seu voto respeitado. Nas duas últimas eleições, vários governos foram derrotados pela oposição. O povo já participa ativamente na escolha de seus representantes embora ainda se verifiquem a fraude, a corrupção e a violência. Se são bem ou mal escolhidos isto é um problema

de caráter subjetivo, e só o tempo, ou melhor, a prática do voto dará a experiência necessária para a seleção dos candidatos. (MONIZ, 5 fev. 1955, p. 2).

As manifestações em defesa do adiamento das eleições ou do lançamento de uma candidatura, envolta em um discurso de “união nacional”, também evidenciavam um objetivo imediato, espécie de conclusão das reflexões feitas por parte da oposição ao varguismo acerca da qualidade da democracia brasileira. Tratava-se de evitar que Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, chegasse ao Catete em 1955. Juscelino iniciara sua atividade política na década de 1930, quando Getúlio nomeou o então deputado Benedito Valadares interventor do estado de Minas Gerais em 1933, uma manobra para fugir da disputa entre Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco pelo cargo. Assumindo a chefia do gabinete de Valadares, JK se aproximou da sociabilidade das lideranças políticas do seu estado, movimento confirmado pela candidatura à Câmara Federal em 1934 e sua presença na secretaria do Partido Progressista. Juscelino foi indicado à prefeitura de Belo Horizonte em abril de 1940 e, na transição do Estado Novo para um novo regime, aderiu ao Partido Social Democrático, pelo qual foi eleito governador de Minas Gerais em 1950. Durante a crise final do governo Vargas, JK não abandonou o presidente, o recebeu em uma inauguração no início de agosto e foi o único dos governadores que compareceu ao velório do presidente (BOJUNGA, 2001, p. 263).

A candidatura de Juscelino, construída ainda em 1954, embora sofresse de restrições no interior do PSD, era apoiada pelo grupo que ficou conhecido como “ala moça”, composto, em sua maioria, por deputados cuja atuação política tinha origem na Constituinte de 1946 e que contrastavam com outras lideranças partidárias em aspectos que ultrapassavam o quesito geracional. Para Lucia Hippolito (2012), a “ala moça” representava, no plano partidário, a expressão do debate desenvolvimentista, que empurrava todo o sistema político para a esquerda e, dessa forma, forçava o centro a acompanhar tal movimento. O grupo renovador do PSD representava o debate engajado na modernização do país, ideal que encontrava afinidade com a obra de JK à frente da capital mineira e do governo estadual.²³⁸

As ações para evitar a candidatura e a possível vitória do pessedista desenrolaram-se dentro e fora de seu partido. No final de 1954, o Diretório Central do PSD deliberou a indicação de Juscelino à presidência da República, mas a vitória não fora completa, pois a Convenção partidária que oficializaria o candidato ficou para fevereiro de 1955, tempo

²³⁸ Durante a sua passagem pela prefeitura de Belo Horizonte, JK reformou ruas e avenidas, construiu um Hospital Municipal, um restaurante popular e transformou a região da Pampulha no centro de lazer da capital mineira. Como governador, Juscelino investiu na modernização da infraestrutura do estado, sobretudo a rede rodoviária e a capacidade energética de Minas Gerais, elementos sem os quais seria impossível avançar na industrialização local. Sobre as obras de JK antes de 1955, ver Bojunga (2001).

suficiente para que setores dissidentes procurassem esvaziar a candidatura de JK. Segundo Claudio Bojunga (2001), o responsável pela manobra foi Etelvino Lins, governador de Pernambuco e parte de uma ala “antivarguista” do PSD.

Etelvino Lins transformou-se em interlocutor dos descontentes pessedistas com a UDN e recebeu o apoio de Carlos Lacerda para se lançar candidato como nome da “união nacional”. Lacerda estava disposto a apoiar Juarez Távora, mas, diante da recusa inicial do ex-tenentista, dirigiu esforços para que a UDN saísse ao lado do governador de Pernambuco. A candidatura de Lins, entretanto, rapidamente fragilizou-se, pois outros nomes foram postos na disputa, caso de Plínio Salgado, o líder integralista que fundara o Partido da Representação Popular, e do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, temível adversário para qualquer dos candidatos. A situação piorou com o retorno da candidatura de Juarez Távora, lançado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e que contava com o apoio de Jânio Quadros, então governador de São Paulo. Apesar de ainda contar com o apoio de Lacerda e do brigadeiro Eduardo Gomes, Etelvino Lins perdeu sustentação entre os dissidentes do PSD – o diretório de Santa Catarina e Nereu Ramos, sobretudo – e desistiu da sua candidatura em 23 de junho de 1955.

Fora do PSD, militares e civis se movimentavam em busca de um candidato que simbolizasse uma “união nacional”, função da qual descartaram JK desde o início. Além da manifestação dos militares, receosos pelo confronto político, alguns udenistas agitavam a palavra de ordem e não escondiam o empecilho criado pelo governador de Minas Gerais. No início de janeiro de 1955, em meio aos boatos acerca da existência de um manifesto dos militares, o *Correio da Manhã* noticiou a articulação de um “manifesto dos civis”, encabeçado por João Neves da Fontoura e Afonso Arinos, cujo conteúdo faria a defesa de um “amplo movimento de união nacional”, mas pediria “sobretudo, a retirada da candidatura do sr. Juscelino Kubitschek” (CORREIO DA MANHÃ, 8 jan. 1955, p. 12).

O manifesto dos generais foi finalmente exposto publicamente no final de janeiro, lido pelo presidente Café Filho em transmissão radiofônica e, entre outras coisas, apontava que não haveria uma candidatura militar à presidência, afirmação que já se encontrava ultrapassada, pois a persistência das pretensões de Juscelino alimentava a possibilidade dos signatários do documento sentirem-se “desobrigados” com os compromissos assumidos.²³⁹

²³⁹ No dia 25 de janeiro houve uma reunião entre Café Filho e o alto escalão das Forças Armadas. O teor das discussões não foi oficialmente revelado, mas o *Correio da Manhã* publicou as principais versões sobre o encontro, dentre as quais destacamos: “5) – Para dar conhecimento da resposta de Juscelino e saber do compromisso dos chefes militares em face da declaração de que não se apresentariam candidatos. 6) – Que no começo tratou-se do caso internacional diante do caso de Formosa, mas logo depois passou-se a tratar da política

Porém, a campanha contra Juscelino não unificou todos os grupos que estiveram juntos na oposição a Getúlio. O *Correio da Manhã*, por exemplo, não aderiu à tese da união nacional e publicou editorial em defesa da legitimidade da indicação de JK e do embate eleitoral:

Na sede do P.S.D do Distrito Federal, o sr. Juscelino Kubitschek proferiu ontem um discurso em que corroborou a responsabilidade e a nobreza com que está sabendo corresponder à indicação dos seus correligionários. Partido majoritário num decênio de eleições democráticas, a nenhum, melhor do que ao P.S.D., se podia reconhecer o direito líquido, certo e oportuno de indicar uma candidatura aos convencionais, organizando assim, na consulta aos seus quadros, o processo da sucessão presidencial. Fixou-se o P.S.D., para este candidato, na figura do governador de Minas Gerais, homem na plenitude de suas capacidades, e que trazia consigo a referência de uma obra administrativa intensa e relevante, que mais lhe consagrava, na esfera positiva das realizações, a habilitação para o encargo. [...] Resultou a candidatura do sr. Juscelino Kubitschek de um ato partidário, a que nada se poderia incriminar de extravagante e apaixonado. Nem de retrógrado e medíocre. [...] Os adversários, mesquinamente abrigados em insídias, entraram a tentar atingi-lo, movendo-lhe, entretanto, uma campanha que se resume a uma espantosa conspiração: a conspiração da inapetência democrática, a campanha do candidato único, abstrato. As eleições sempre se fizeram na base da competição das candidaturas, duas ou três para o confronto e julgamento dos que são convocados às urnas. Não comporta o regime este processo de cerceamento de uma indicação legítima, de subtração preliminar e compulsória do primeiro candidato que aparece (CORREIO DA MANHÃ, 29 jan. 1955, p. 6).

Para o jornal, questionar o lançamento da candidatura de JK teria o efeito contrário ao esperado pelos seus adversários, pois dava à sua campanha o papel de defensora da democracia e do regime, efetivando o embate entre candidatos e partidos, processo esperado de uma democracia. A opinião do jornal reverberou entre os seus colunistas. Em março, Moniz passou a criticar a candidatura de Juarez Távora e a tentativa de fazer das eleições um plebiscito ao redor do nome do militar. Para ele, a retirada de Juscelino da disputa serviria ao plano de lançar candidaturas ao estilo de Cristiano Machado, em 1950, cuja campanha foi abandonada pelos membros do próprio partido, que preferiam Getúlio. Sem JK, Távora enfrentaria oponentes que não teriam intenção de vencer. Para concretizar a estratégia, os partidários de Távora acenavam com a possibilidade de uma ação militar, caso o desfecho fosse diferente do desejado pelas forças da “união nacional” (MONIZ, 24 mar. 1955, p. 2).

Foi o primeiro de vários textos criticando o candidato militar. Entre abril e maio, quando Távora desistiu da candidatura para retomá-la em pouco tempo, Moniz passou a atacar a dubiedade de suas ações. Afirmou que o general assinou o documento dos militares, nutrindo expectativas de ser o candidato oficial do Catete e, assim, o fez apenas para intimidar Juscelino. Citou a trajetória de Távora, partidário da Revolução de 1930, opositor do

sob o fundamento da manutenção definitiva da candidatura Juscelino, tendo o presidente da República proposto então os nomes de Munhoz da Rocha ou general Juarez Távora. Este teria tido maior receptividade” (CORREIO DA MANHÃ, 26 jan. 1955, p. 12).

movimento constitucionalista de 1932 e um dos quadros dirigentes do Estado Novo, para comprovar “seu espírito reacionário, seu autoritarismo pessoal, sua indiferença completa pelo regime democrático” (MONIZ, 18 mai. 1955, p. 2).²⁴⁰

Ainda no início do ano, a composição da chapa de JK ao Catete freou o ímpeto do *Correio da Manhã* em apoio ao candidato pessedista. Para ocupar a vaga de vice, o Partido Trabalhista Brasileiro indicou João Goulart, decisão que motivou o editorial do dia 13 de abril, intitulado “Aliado ou inimigo?”. Nele, o jornal afirmava enxergar, na aliança entre os partidos, um ato normal de um regime político democrático, mas fazia restrições ao nome de Jango, que não representaria o trabalhismo, mas “o aventureirismo, o peleguismo sindical, a peronada para a república sindicalista, a agitação no Cais do Porto, a pregação da luta dos operários contra os patrões” (CORREIO DA MANHÃ, 13 abr. 1955, p. 6). Para o *Correio da Manhã*, a presença de Jango na chapa se unia à simbologia alimentada pelo PTB em sua convenção, marcada para o dia 19 de abril, aniversário de Vargas, em sua cidade natal, impedindo que o país superasse a “exaltação e fanatismo da crise de 24 de agosto” (CORREIO DA MANHÃ, 13 abr. 1955, p. 6). Concluía, então, condicionando a manutenção do apoio a JK à exclusão do ex-ministro do Trabalho da chapa presidencial.

Não obstante a pressão externa, o nome de Jango continuou ao lado de Juscelino na campanha à presidência e assim, no final de abril, o jornal lançou o editorial “Desliga-se o ‘Correio’ do sr. Kubitschek” (CORREIO DA MANHÃ, 28 abr. 1955, p. 6), formalizando que, a partir daquele momento, não apoiaria nenhum dos candidatos. A repulsa à candidatura de João Goulart, entretanto, não levou o *Correio da Manhã* às fileiras dos que esperavam e alimentavam a possibilidade de um gesto militar que indicasse um “veto” à presença do ex-ministro na chapa.²⁴¹

Já Moniz continuou dedicado a criticar a candidatura de Juarez Távora e embora tenha escrito que Juscelino estava “pessimamente acompanhado” (MONIZ, 28 jun. 1955, p. 2), dava a entender que, diante do perigo maior da candidatura do militar, não abandonara JK, hipótese sustentada pela interpretação do artigo “Juarez e Perón”, de 21 de junho. No texto, Moniz listou dez pontos que comprovariam a incoerência de Távora. Eram momentos nos quais o

²⁴⁰ A desconfiança acerca do compromisso de Távora com a democracia foi reafirmada em artigo do final de maio, quando Moniz destacou que derrotada a tentativa de impedir a participação de JK nas eleições, Távora dispunha da possibilidade de vencer o pleito e com isso “dispor inteiramente das Forças Armadas” para “esmagar, em seu seio, todos aqueles que não lhe deram o seu apoio” (MONIZ, 31 mai. 1955, p. 2).

²⁴¹ A opinião do jornal era de que a chapa Juscelino/João Goulart fosse derrotada, politicamente, antes das urnas, inviabilizada pela pressão de partidos e líderes junto ao governador de Minas Gerais, ou nas eleições, com a derrota de Jango por escolha popular. Repudiava, desde a convenção do PTB, que Jango deixasse de ser candidato por um impedimento militar. Para os editoriais que trataram da questão, ver: (CORREIO DA MANHÃ, 20 abr. 1955, p. 6); (CORREIO DA MANHÃ, 8 jun. 1955, p. 6).

candidato havia voltado atrás em suas posições políticas ou tergiversara acerca das ameaças de golpe em caso de vitória de JK. Assim, ele definia o militar como um “candidato de tendências totalitárias que procura atrair, com promessas demagógicas, as classes trabalhadoras bem como a pequena burguesia desorientada e confusa” (MONIZ, 21 jun. 1955, p. 2), e para exemplificar o perigo contido em uma eventual vitória de Távora, retomou a teoria do bonapartismo de tipo peronista, na qual enquadrara Jango e Getúlio poucos anos antes:

Reformas de base, partindo de cima para baixo, num país subdesenvolvido, só podem ser feitas por um governo de caráter fascista que terá então de criar as condições necessárias para a reorganização geral da economia sob a forma do capitalismo de Estado, sacrificando, ao mesmo tempo, a burguesia, as classes médias, o proletariado, em benefício exclusivo de uma nova casta dirigente, fortemente amparada nos aparelhos militares, burocráticos e policiais. (MONIZ, 21 jun. 1955, p. 2).

O “juarezismo” seria o “peronismo brasileiro”²⁴², mas “cem mil vezes mais perigoso do que o falado peronismo do sr. Jango Goulart” (MONIZ, 21 jun. 1955, p. 2), pois a conjuntura apresentava ao militar a possibilidade de estabelecer uma ditadura e não mais ao ex-ministro. Sobravam críticas também aos que manifestavam apoio ao general, casos do PSB e da UDN (MONIZ, 9 jun. 1955, p. 2); (MONIZ, 28 jun. 1955, p. 2); (MONIZ, 13 jul. 1955, p. 2). Este último partido tomou parte na campanha de Távora após a desistência de Etelvino Lins. Segundo Alexandre Hecker (1998), a decisão do PSB estava diretamente ligada ao apoio dado pelo partido a Jânio Quadros, primeiro em 1953, quando ele saiu candidato à prefeitura de São Paulo, e, no ano seguinte, quando chegou ao governo do Estado. Dessa forma, quando Jânio sinalizou seu apoio ao candidato militar, os socialistas acompanharam a sua escolha, não sem despertar, em suas fileiras, um movimento de oposição à deliberação. O

²⁴² A referência a Perón ocorreu enquanto a situação política na Argentina ocupava as manchetes dos jornais no Brasil. Desde a primeira metade da década, a economia argentina dava sinais de enfraquecimento, com a queda dos preços dos produtos de exportação e o aumento da inflação, que lançava o protesto operário às ruas. Alejandro Horowicz (2007) analisa a história do período destacando que a unidade de setores burgueses com a imprensa foi se formando ao redor do prognóstico de que as urnas dariam mais uma vitória ao presidente e que, embora Perón se mantivesse neutro diante do embate entre patrões e empregados, era preciso um governo que barrasse as aspirações proletárias por reajustes salariais. O descontentamento da burguesia se juntou ao fim da boa relação entre a Igreja Católica e o governo, segundo o autor, provocado pela decisão da Igreja de fundar um partido aos moldes da Democracia Cristã europeia, o que foi interpretado como sinal de ruptura com Perón. A partir disso, o governo passou a buscar a aprovação de uma lei de divórcio e para separar a Igreja do Estado, vínculo que constava na Constituição da Argentina. Dessa forma, o governo acumulou a oposição da burguesia, sobretudo dos industriais, e dos católicos, movimento que logo aumentou a sua presença nas Forças Armadas, da qual alguns setores partiram para uma tentativa de golpe contra Perón em junho de 1955. O governo sobreviveu aos ataques e tentou uma saída conciliada para acalmar a oposição, mas o caminho da derrubada do presidente já estava pavimentado e um novo movimento golpista foi exitoso em setembro de 1955. Moniz fez uma referência à crise entre o governo argentino e a Igreja Católica em dois artigos: (MONIZ, 21 jun. 1955, p. 2) e (MONIZ, 5 jul. 1955, p. 2).

descontentamento que vinha de algumas seções do partido emanava, principalmente, do Rio de Janeiro, sem que a oposição à decisão dos dirigentes se convertesse em apoio a Juscelino, considerado parte da máquina getulista pelos socialistas.

Para Moniz, Távora era a certeza de uma ditadura aos moldes de Perón e representava um fenômeno cuja interpretação mais uma vez recorria ao exemplo de Luís Bonaparte, que “apresentava-se como um cidadão de mãos limpas contra quem, moralmente, nada se poderia articular” (MONIZ, 24 jul. 1955, p. 2). Sua posição, diante das eleições, se confrontava com a de seu amigo, Mário Pedrosa, um dos membros da comissão do PSB presente na reunião que discutiu uma plataforma dos socialistas com Juarez Távora, e que voltara às páginas da imprensa, dessa vez, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*, alguns em defesa do voto no militar (PEDROSA, 18 jun. 1955, p. 4).²⁴³

Em julho, após criticar as alianças formadas ao redor do candidato do PDC, Edmundo Moniz passou a tratar de temas presentes na propaganda de Juarez Távora, sobretudo da sua promessa de garantir a participação dos empregados nos lucros das empresas, medida incluída na Constituição de 1946, mas que ficara sem a devida regulamentação. Ele não era contra o dispositivo, mas o considerava distante de uma verdadeira proposta socialista e pensava não ser benéfico que a sua implementação ocorresse por um ato realizado de cima para baixo.²⁴⁴ Para confrontar os que atribuíam ao militar um caráter reformista, elencou as vias políticas e sociais pelas quais o Brasil poderia sair da “crise de crescimento”, apresentando, antes, o arcabouço teórico a partir do qual buscava analisar a realidade. Nele encontramos uma forma de pensar que remetia à herança trotskista, mas utilizada por Moniz para analisar e intervir em um processo de disputa entre frações e representantes da burguesia.

Sabemos que o capitalismo, em seu desenvolvimento, atravessa por várias etapas. O capitalismo mercantil foi superado pelo capitalismo industrial. Deste período, em que predominava a livre concorrência, se originou, nas últimas décadas do século passado, o capitalismo monopolista de trustes e carteis. Presentemente, o capitalismo monopolista tende para o capitalismo de Estado. [...] Para evitar o esquematismo, devemos levar em conta a lei do desenvolvimento desigual que é a mais geral do processo histórico, e melhor se revela, com todas as suas complexidades, nos países semidesenvolvidos. Da lei do desenvolvimento desigual, origina-se a lei do desenvolvimento combinado, que aproxima e confunde as diversas etapas do caminho, formando o amálgama de formas arcaicas e modernas. Bem típica, neste aspecto, é a economia brasileira. (MONIZ, 31 jul. 1955, p. 2).

²⁴³ Sobre o apoio dado a Juarez Távora, ver Karepovs (2017).

²⁴⁴ De certa forma, Moniz reproduzia o debate levantado nas páginas da *Vanguarda Socialista*, na década anterior, e continuado no interior do PSB. Aristides Lobo chegou a preparar um anteprojeto sobre a questão, idealizando uma nova relação entre patrões e empregados a partir da participação nos lucros, mas a proposta sofreu críticas no próprio PSB, pois parte da seção de São Paulo considerava que Lobo transformara a medida em um passo do processo de construção do socialismo. Sobre o debate no interior do partido, ver Alexandre Hecker (1998).

Seriam três as saídas para superar os problemas do capitalismo subdesenvolvido brasileiro: a de “caráter evolutivo”, que teria “o seu equivalente político no regime democrático constitucional” (MONIZ, 31 jul. 1955, p. 2); a via socialista, resultante de uma revolução proletária e dependente da conjuntura internacional; e a do “capitalismo de Estado”, impulsionada por uma ditadura. Esta última poderia fazer com que o desenvolvimento capitalista se desse aos saltos, sem que o Brasil tivesse de passar pelas etapas observadas na história das economias centrais. A esse tipo de reformismo correspondia a candidatura de Juarez Távora:

O general Juarez já declarou, inúmeras vezes, que pretende modificar a fisionomia econômica, política e administrativa do país. De que jeito? Inicialmente pela reforma da Constituição que lhe facilitará a reforma administrativa, a reforma da magistratura que ele considera prevaricadora e venal, a reforma educacional, a reforma agrária, e assim por diante. Daí é que apregoa, como Hitler, a “revolução pelo voto”. Mas que revolução? Não a revolução socialista, a da classe trabalhadora, e sim a do capitalismo do Estado. As reformas de base, o social-sindicalismo, a participação dos lucros nas empresas privadas, num país atrasado, por ação do governo, levam, inevitavelmente, a estatização da economia nacional. (MONIZ, 31 jul. 1955, p. 2).

O estatismo era encarado por ele como o braço econômico da ditadura totalitária que tomaria a frente do Estado para realizar, pelo alto, a transformação do capitalismo no Brasil. Tal cenário subjugaria a burguesia, que perderia o controle direto sobre o aparelho estatal, e o proletariado, que teria ainda menos autonomia para agir e se organizar como classe. Assim como nas revoluções burguesas que derrubaram parte da estrutura feudal na Europa, “os interesses de ambas as classes voltam a coincidir na luta contra o capitalismo de Estado” (MONIZ, 31 jul. 1955, p. 2).²⁴⁵ A consequência eleitoral das ideias defendidas por Moniz nas páginas do *Correio da Manhã*, o voto em Juscelino, não foi explicitamente afirmada em seus artigos, mas a forma de apresentar a disputa de outubro como uma escolha entre a ditadura totalitária e a democracia não nos permite dizer que ele seguiu a posição oficial do jornal, que retirou o apoio a JK após Jango ser indicado à vice-presidência. Como vimos, a presença de Jango na chapa presidencial não agradava a Moniz, mas ele defendia que, após o desfecho do governo de Vargas, o ex-ministro não representava mais o risco ao regime que muitos imaginavam e, portanto, era uma questão menor se comparada ao que estava em jogo nas

²⁴⁵ Moniz publicou mais um artigo sobre o tema e, embora tenha afirmado, no texto de 31 de julho, que não era contra a participação nos lucros, o artigo seguinte demonstra que ele não tratava a medida como positiva para o país: “Para que se torne efetiva a participação no lucro não se pode evitar o seguinte dilema: a fiscalização do Estado ou a fiscalização dos empregados. A fiscalização do Estado conduz, na prática, à estatização da economia. A fiscalização dos empregados determina a ingerência na administração das empresas, e a ingerência um possível conflito entre fiscais e fiscalizados de consequências imprevisíveis” (MONIZ, 7 ago. 1955, p. 2).

eleições. O apoio do Partido Comunista ao pessedista, motivo que, já durante a campanha, foi utilizado para questionar a legalidade do resultado eleitoral, também foi minimizado e interpretado por Moniz:

O Partido Comunista apoiou o sr. Juscelino Kubitschek por ser este, indiscutivelmente, o mais democrático dos candidatos, e que, embora o combata com todas as suas forças, não o fará por meio de uma estúpida e desnecessária violência. [...] Invocar, no momento, o perigo comunista é repetir, sob certa forma, a mistificação do plano Cohen. (MONIZ, 21 ago. 1955, p. 2).

As urnas deram vitória a Juscelino Kubitschek²⁴⁶ e João Goulart, eleitos separadamente, de acordo com a legislação da época, mas o problema político da sucessão não foi encerrado com o resultado oficial. Os argumentos utilizados para questionar a legitimidade do processo eleitoral durante a campanha se repetiram após o pleito e dividiram a oposição e seu principal partido, a UDN. Uma ala dos udenistas adotou a saída jurídica, que partia da tese da “maioria absoluta” e pleiteava a anulação do resultado, baseando-se também na defesa de que o apoio do Partido Comunista a JK tornara a eleição ilegal. A “maioria absoluta” já havia sido reivindicada, cinco anos antes, para questionar a vitória de Getúlio Vargas, mas, em 1955, a decisão de ir ao Tribunal Superior Eleitoral em busca de uma vitória institucional não foi aceita por toda a UDN, sobretudo por Carlos Lacerda, que bradava por uma ação dos militares para impedir a posse de JK e Jango. A oportunidade surgiu quando, com problemas de saúde, o presidente Café Filho passou o cargo para Carlos Luz, então presidente da Câmara dos Deputados e ferrenho adversário da chapa eleita.

A resposta ao resultado das urnas também causou divergências entre os membros do PSB. Oficialmente, este partido, assim como Juarez Távora, era contra o questionamento feito pela UDN ao TSE (DULLES, 1992, p. 227), mas alguns de seus membros não concordavam com a posição da organização. Após as eleições, Mário Pedrosa escreveu para o *Diário de Notícias* endossando a tese que tratava o resultado das urnas como ilegítimo por conta da participação dos comunistas na campanha de JK (PEDROSA, 29 out. 1955, p. 4; PEDROSA, 1 nov. 1955, p. 4) e, no início de novembro, sinalizou dar um passo adiante ao escrever que no Brasil a legalidade não coincidia com a ordem democrática (PEDROSA, 4 nov. 1955, p. 4).²⁴⁷

²⁴⁶ De acordo com os dados publicados por Otávio Soares Dulci (1986), Juscelino teve 3.077.411 votos (36%); Juarez Távora 2.610.462 (30%); Ademar de Barros 2.222.725 (26%) e Plínio Salgado 714.379 (8%).

²⁴⁷ Uma interpretação possível do artigo intitulado “Ordem democrática e realismo político” indica que Mário Pedrosa considerava possível um embate que extrapolasse a mera interpretação de normas jurídicas. Dessa maneira, alguns trechos parecem corroborar que o autor normalizara que a ausência de um centro definido de poder no país levaria a uma disputa cujo elemento militar seria fundamental para dar fim à incongruência entre a legalidade formal e a democracia. Passagens como “nada, portanto, mais irrealístico do que, a pretexto de obedecer à fórmula em lugar de ao espírito da lei, o Brasil inteiro resignar-se a deixar que voltem, sem mandato

Nos últimos dias de Café Filho à frente da presidência, a crise militar se agravou. No dia 1º de novembro, o coronel Jurandir Mamede, durante o sepultamento do general antigetulista Canrobert Pereira da Costa, proferiu um discurso político notoriamente relativo ao recente processo eleitoral, o que alertou o ministro da Guerra, o general Teixeira Lott, empenhado em afastar o Exército da disputa.²⁴⁸ Lott queria punir Mamede, mas qualquer medida dependia de uma ação do Presidente da República. Naquele momento, o cargo era ocupado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz – empossado na presidência da República no dia 8 de novembro –, que se recusou a afastar o coronel de seu cargo, o que foi seguido do pedido de demissão do Ministro da Guerra (CORREIO DA MANHÃ, 11 nov. 1955, p. 1). A queda de Lott havia sido especulada anteriormente, e sua demissão, antes mesmo de ser consumada, foi tratada pelo *Correio da Manhã* como parte de uma conspiração golpista. Substituído por Álvaro Fiúza de Castro, primeiro signatário do manifesto dos militares que exigiram a saída de Getúlio Vargas do governo em agosto de 1954 (DULLES, 1992, p. 228), Lott decidiu agir e uniu-se a outros chefes militares em um tipo de golpe preventivo que derrubou Carlos Luz da presidência e, apoiado pela maioria do Congresso, pôs o senador pessedista e apoiador de JK, Nereu Ramos, à frente do governo. A posse de Juscelino e Jango estava garantida.

Para a redação do *Correio da Manhã*, a ameaça de golpe contra os eleitos serviu para aproximar as posições do jornal, que de fato havia deixado de se manifestar em apoio ao candidato do PSD através dos seus editoriais, com os colunistas que, direta ou indiretamente, defenderam Juscelino ao longo do ano, a exemplo de Edmundo Moniz e Augusto Frederico Schmidt. No caso do primeiro, o saldo político e profissional da querela envolvendo as eleições foi positivo, pois o seu nome passou a ser frequente na segunda página do jornal, reservada aos colunistas que escreviam, majoritariamente, acerca da conjuntura política, e não mais no caderno literário, espaço habitual de seus textos. Em momentos de acirramento da crise política, ocupar uma das principais páginas de opinião no jornal era um sinal de ascensão do impacto de seus artigos entre os leitores.

popular expresso, as rédeas do Estado, aqueles grupos duas vezes desbaratados pela discrepância não solucionada entre o poder formal e o real” e “a realidade política tornou-se aqui uma ficção, que tem como expressão mais candente o trágico divórcio entre a forma do Poder que está no Catete e o seu conteúdo que está na caserna. Urge aos chefes das Forças Armadas se entenderem quanto antes para tomar plena consciência desse estado de coisas” (PEDROSA, 4 nov. 1955, p. 6), permitem o entendimento que o autor começava a se inclinar para as teses de que uma ruptura institucional motivada pela crise ao redor da posse de JK colaboraria com a construção do regime democrático brasileiro.

²⁴⁸ De acordo com Thomas Skidmore (2010, p. 187-188), algumas semanas antes do episódio de Mamede, Lott agira para demitir o general Zenóbio da Costa da Inspetoria Geral do Exército, após declarações em defesa da posse de JK e Jango. Também teria partido de Lott uma tentativa de fechar a imprensa do Partido Comunista.

Há ainda outro aspecto a respeito da sua relação com o *Correio da Manhã*. Desde 1945, Moniz e o jornal tiveram posicionamentos convergentes acerca das principais questões da política nacional, mesmo que os pontos de partida do intelectual e da visão oficial do jornal fossem distintos. Ambos combateram o queremismo e saudaram a derrubada de Vargas em 1945. Continuaram juntos na defesa da candidatura de Eduardo Gomes em 1945 e 1950, embora Edmundo Moniz tenha sido mais discreto na segunda jornada do presidencializável da UDN, e usaram argumentos semelhantes no combate ao derradeiro mandato de Vargas, no ataque à política trabalhista de Jango e na justificativa da campanha que culminou com o suicídio do presidente. Desse modo, podemos apontar que o apoio inicial do jornal à candidatura de Juscelino Kubitschek foi fundamental para que Moniz deixasse de lado dez anos de combate aos trabalhistas e apoiasse a chapa, cujo vice era João Goulart, e que contava com Prestes e o PC entre seus apoiadores. O motivo do posicionamento estaria na caracterização que concebia acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que teria uma via capaz de combinar liberalismo econômico – em oposição ao estatismo no qual Moniz enxergava as bases do totalitarismo – e democracia política. À procura dos setores burgueses dispostos a enveredar por esse caminho, ele identificava no *Correio da Manhã* um órgão de imprensa identificado com esses valores. O apoio às frações burguesas, por ele reconhecidas como democráticas, não significava que Moniz abdicara de sua filiação ao marxismo ou aos ideais de esquerda, mas a perspectiva de um choque decisivo entre as classes aparentemente fora deslocada para um futuro distante.

Com a posse de Juscelino, ampliou-se a presença de Edmundo Moniz nas páginas dos principais jornais do país, mas não se tratava de seus artigos ou da repercussão de suas posições, e sim de uma tarefa assumida em um órgão do Governo Federal, a direção do Serviço Nacional de Teatro (SNT). Fundado no final de 1937, em substituição à Comissão de Teatro Nacional, o SNT respondia às reivindicações do setor e às políticas do Estado Novo para a educação e a cultura. Terminada a ditadura, em 1945, o órgão foi mantido em funcionamento, mesmo que vivesse cercado de críticas pelos modestos resultados de suas ações.

As competências do SNT eram amplas e, até certo ponto, visavam executar os itens que couberam à Comissão Nacional de Teatro estudar, a saber: a promoção ou estímulo à construção de teatros em todo o país; a organização ou amparo a companhias de teatro declamatório, lírico, musicado e coreográfico; a orientação e auxílio na organização de grupos amadores de todos os gêneros nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas, nos clubes e associações; o incentivo ao teatro para crianças e adolescentes dentro e fora das escolas; a promoção da seleção dos espíritos dotados de real vocação para o teatro, facilitando-lhes a educação

profissional no país ou no exterior; o estímulo à produção de obras de teatro de todos os gêneros; o inventário da produção brasileira e portuguesa, com a publicação das melhores obras existentes; e a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em outros idiomas. (CAMARGO, 2017, p. 45).

As atribuições do SNT eram muitas, mas entre a sua criação e o momento em que Moniz assumiu a direção da instituição, a principal atividade desenvolvida havia sido o auxílio financeiro às companhias de teatro por meio de editais, que financiavam excursões, turnês e projetos, sob condições que nem sempre foram cumpridas ou fiscalizadas.²⁴⁹ O novo diretor do SNT não era um estranho ao tema. Na década de 1940, na revista *Carioca*, vários de seus artigos tiveram como tema a obra de autores do teatro, fossem os clássicos Shakespeare e Racine, ou dramaturgos brasileiros, como Joracy Camargo. O interesse persistiu nos anos seguintes e Moniz enveredou pela escrita teatral, transformando sua novela “Branca de Neve”, de 1942, em uma peça publicada na década posterior, seguida de outros dois textos, “Egípcias” e “A Vila de Prata”.²⁵⁰ A posse no cargo também não era o primeiro contato do jornalista com o SNT, pois, de acordo com Angélica Ricci Camargo (2017), ele era funcionário do Serviço Nacional de Teatro desde o governo Dutra²⁵¹ e, nessa condição, participara do Primeiro Congresso Brasileiro de Teatro, realizado em 1951, e da fundação do Instituto Brasileiro de Teatro, em 1955. Empossado na direção do SNT em 17 de fevereiro de 1956, ele permaneceu no cargo durante todo o mandato de JK.

Para a história política brasileira, foram cinco anos de estabilidade, afirmação que, como aponta Maria Victoria de Mesquita Benevides (1979, p. 41), não indica ausência de crises, apenas que, durante a passagem de Juscelino pela presidência, “a estrutura de poder permanece inalterada, a maioria parlamentar continua [...] e a presidência é assumida constitucionalmente até o final do mandato”. Para ela, o êxito do governo JK foi estabelecer uma “convergência” entre os interesses de parte importante das Forças Armadas, da burguesia industrial, dos proprietários rurais, dos trabalhadores e dos partidos que compunham a aliança vitoriosa nas urnas. O ponto de encontro de tantos sujeitos conflitantes era a política econômica do governo, cujo símbolo era o Plano de Metas.²⁵²

²⁴⁹ Para a compreensão da história do Serviço Nacional de Teatro foram fundamentais os trabalhos de Angélica Ricci Camargo, especificamente a sua dissertação de mestrado, *Em busca de uma política para o desenvolvimento do teatro brasileiro* (2011) e sua tese de doutorado, *Por um Serviço Nacional de Teatro* (2017).

²⁵⁰ Posteriormente os três textos foram reunidos em um único livro: MONIZ, Edmundo. **Teatro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

²⁵¹ A informação pode ser confirmada pelo discurso de posse de Edmundo Moniz na direção do SNT, quando ele afirmou trabalhar no órgão desde 1946 (CORREIO DA MANHÃ, 18 fev. 1956, p. 13).

²⁵² O Plano ou Programa de Metas foi lançado em 1956 e respondia com a aposta desenvolvimentista aos problemas da economia brasileira naquele momento, des controle fiscal e expansão da produção cafeeira sem alargamento do mercado externo (LESSA, 1975, p. 29). Seguindo a síntese de Bielschowsky (2004), “o Plano selecionou cinco áreas prioritárias, ou seja, energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação,

A estabilidade não impediu que a contestação civil e militar à chapa JK e Jango se estendesse além da movimentação frustrada pela ação de Lott em novembro de 1955. Em fevereiro do ano seguinte, dois oficiais da Aeronáutica partiram de uma base militar no Rio de Janeiro em direção a Jacareacanga, cidade localizada no Pará, com o objetivo de estabelecer o domínio sobre as localidades da região e angariar apoio entre setores descontentes nas Forças Armadas. Segundo Dulles (1992, p. 244), o comandante do motim, o major Haroldo Veloso, e um dos participantes da ação, o major Paulo Vítor da Silva, pertenceram ao grupo de oficiais que se aproximaram de Carlos Lacerda e fizeram a sua segurança em 1954.

O levante, facilmente derrotado pelo governo, acentuou a distância entre Edmundo Moniz e Mário Pedrosa no que diz respeito à avaliação que tinham da realidade política nacional daquele momento. Pedrosa encabeçou, em abril daquele ano, o manifesto de lançamento da Ação Democrática, que se apresentava como organizador de “campanhas cívicas não eleitorais, destinadas a mobilizar a consciência popular numa base ampla, não sectária, não partidária, capaz de acolher homens de todas as correntes, classes, partidos e crenças” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 abr. 1956, p. 5). O texto também foi assinado por deputados udenistas, como Aliomar Baleeiro e Aduino Lúcio Cardoso, e por Hilcar Leite, outro ex-militante da *Vanguarda Socialista*. A iniciativa marcou o afastamento entre Pedrosa, Hilcar e o PSB, do qual faziam parte até então.²⁵³ Um trecho do chamado à organização da Ação Democrática fazia referência ao motim de fevereiro, exaltando-o:

A política sem uma ética e uma técnica da conquista e da manutenção do poder, indiferente à dignidade humana, devoradora de consciências e caracteres. Em nome dessa ética devemos afirmar aqui que ficamos, nesta hora, antes com Veloso na prisão, como os seus companheiros exilados em Santa Cruz de la Sierra, com o sangue covardemente derramado de Cazuza, do que com os vitoriosos. O gesto de Veloso e companheiros foi enobrecido não somente pelo sentimento de patriotismo e de revolta que os moveram, no mais completo desinteresse, como pelo sacrifício e a derrota. O povo precisa reaprender a ficar ao lado dos vencidos que se imolam por patriotismo e por uma causa justa e nobre. A revolução nos espíritos tem de começar por aí. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 abr. 1956, p. 5).

carreando, porém, a maior parte dos recursos financeiros para as três primeiras. Dividiu as cinco áreas em trinta ‘metas’ subsetoriais e identificou como meta prioritária adicional a construção de Brasília” (p. 402). A rejeição aos programas de estabilização que afetavam o crédito, os gastos públicos e o ritmo do crescimento econômico, agradava aos industriais, enquanto o setor vinculado à produção do campo ficava satisfeito por JK não se movimentar em direção às reformas que alterassem a estrutura fundiária brasileira. O trabalhismo se beneficiava pelo crescimento industrial, que aumentava as bases sociais do partido, enquanto os trabalhadores, atingidos pela inflação, foram contemplados por medidas compensatórias por parte do governo (controle dos preços dos alugueis e aumentos de salários). Sobre o Plano de Metas, ver: Carlos Lessa (1975) e Maria Victoria de Mesquita Benevides (1979).

²⁵³ Segundo Dainis Karepovs (2017, p. 125), Mário Pedrosa presidia a Ação Democrática. No início de junho, ele, Hilcar Leite e outros quatro militantes do PSB foram expulsos do partido.

Após o episódio, o governo acenou com a anistia aos oficiais envolvidos em movimentos contra o regime desde novembro do ano anterior. O ato integrava a estratégia do Executivo junto aos militares, assentada na concordância em relação ao Plano de Metas, na concessão de verbas para as Forças Armadas e na ocupação de cargos importantes (BENEVIDES, 1979). O tema da anistia e seus desdobramentos foi o assunto de um artigo de Edmundo Moniz, que passou a escrever com menor regularidade para o *Correio da Manhã* após ter assumido o cargo de diretor do SNT. A anistia era bandeira dos comunistas que reivindicavam um amplo perdão aos processados por atividades políticas proibidas desde 1945, caso de Luís Carlos Prestes e vários membros do PCB após a cassação do partido (CORREIO DA MANHÃ, 18 mar. 1956, p. 16). As discussões sobre anistia aumentaram de importância com o movimento de Jacareacanga, mas a proposta de uma anistia retroativa sofria oposição entre os parlamentares dos três principais partidos, PTB, PSD e UDN. Na ocasião, Moniz defendeu que a medida contemplasse os integrantes do PCB em um texto que possui avaliações que seriam confirmadas menos de dez anos depois, com o golpe contra João Goulart, e outras que decididamente não se concretizaram. A primeira delas dizia respeito à UDN, segundo Moniz, “o partido mais antipopular do país” e cujos dirigentes teriam percebido que “jamais chegarão ao poder, de maneira legal, por meio de eleições” (MONIZ, 23 mai. 1956, p. 2). Entretanto, ele confiava na impossibilidade de êxito do golpismo do partido, “pois a base militar de que dispõem está prestes a ruir”, já que em “poucos anos, os militares influentes, que se acham ao seu lado, passarão à reserva” (MONIZ, 23 mai. 1956, p. 2).

O problema militar, que havia chamado a sua atenção pelas interferências ocorridas nas crises políticas anteriores, continuava a preocupá-lo, pois, mesmo que tivesse apoiado as deposições de Vargas em 1945 e 1954, considerava a intervenção dos militares nas disputas entre civis o sintoma de um regime político débil. Naquele momento parecia confiante no conjunto das Forças Armadas, mas localizava o núcleo golpista em “um pequeno grupo de militares e civis, ligados aos coronéis da Escola Superior de Guerra do tempo de Café Filho, que sonham com o poder por meio de uma solução extralegal não baseada no apoio popular e sim numa simples quartelada” (MONIZ, 23 mai. 1956, p. 2).

Portanto, o maior risco à democracia no Brasil não mais poderia ser atribuído às atividades do Partido Comunista, mas aos grupos que conspiraram contra a candidatura de Juscelino, deslocamento semelhante ao realizado meses antes, em relação a João Goulart, quando Moniz começou a se contrapor a Juarez Távara.

Por que dar anistia a Veloso e não dar aos comunistas? O interesse, no momento, dos comunistas, como demonstrou sua atuação na campanha presidencial, apoiando a candidatura Juscelino e defendendo a posse dos eleitos, é preservar a ordem democrática. Na realidade, os golpistas são infinitamente mais perigosos às instituições do que os comunistas que, em consequência das tradições atuais, se viram na contingência de sustentá-las e defendê-las. [...] Até agora, o Partido Comunista está contra o golpe e combate o golpe. (MONIZ, 23 mai. 1956, p. 2).

A defesa de uma anistia ampla por parte do governo aumentaria as insinuações de que havia proximidade entre Juscelino, Jango e os comunistas. Assim, o espantinho do comunismo tinha alguma força para constranger o governo, para o qual contribuía o anticomunismo de Lott. Votada pelo Senado, no mesmo 23 de maio em que o artigo de Moniz foi publicado, o projeto de anistia foi aprovado, enquanto a emenda que estendia o benefício aos processados por crimes políticos desde 1945 foi derrotada (CORREIO DA MANHÃ, 23 mai. 1956, p. 14).

O abrandamento da postura de Moniz em relação ao PCB também pode ser explicado pelo processo político em andamento na União Soviética após a morte de Stalin, em 5 de março de 1953.²⁵⁴ O novo grupo dirigente iniciou uma mudança de rumos na condução do partido e do Estado, começando pela tentativa de evitar a concentração do poder, fazendo de Georgi Malenkov o substituto de Stalin, mas em uma “direção colegiada” (BROUÉ, 1996, p. 151-152). De acordo com Fernando Claudín (1981), a nova direção agiu no plano internacional para minimizar as tensões com o bloco liderado pelos Estados Unidos e para evitar que a morte de Stalin desencadeasse movimentos políticos que pusessem em risco a unidade do bloco soviético. Já nas questões internas, houve certa liberalização na vida cultural, relaxamento de exigências econômicas no campo e na cidade, além de anistia parcial e revisão de processos penais, medidas responsáveis pela libertação de milhares de presos nos anos seguintes. As tentativas de controlar o ritmo, os limites e as consequências da nova política do PCUS não impediram que a revisão do papel de Stalin na história da URSS tivesse de ser realizada.²⁵⁵

Assim, em fevereiro de 1956, no XX Congresso do PCUS, Nikita Krushev realizou a leitura de um relatório no qual atribuía a Stalin a responsabilidade pela brutal repressão operada por forças soviéticas dentro e fora da Rússia, além de estabelecer a crítica ao que ficou conhecido como “culto à personalidade” (BROUÉ, 1996, p. 160-161). O discurso foi pronunciado em reunião restrita, mas, aos poucos, o informe foi se tornando acessível a um

²⁵⁴ O texto que discutiu a ampliação da anistia insinuava a ligação entre os rumos da política na Rússia e a ação do Partido Comunista: “A verdade é que o Partido Comunista não tem elementos, presentemente, para tomar o poder no Brasil, sobretudo numa hora em que os seus rumos estão incertos em consequência das transformações internas da política do Kremlin” (MONIZ, 23 mai. 1956, p. 2).

²⁵⁵ Sobre o processo de desestalinização, ver Fernando Claudín (1981) e Márcio Lauria Monteiro (2021).

número maior de comunistas e, dessa forma, não foi mais possível afirmar que se tratava de uma invenção das forças adversárias. No Brasil, a repercussão do Congresso dividiu o PC, segundo Ronald Chilcote (1982), em uma ala “fechadista”, da qual Prestes e outros importantes dirigentes faziam parte, o grupo “abridista” ou renovador, que contava com a liderança de Agildo Barata e o apoio de vários intelectuais e membros da juventude do partido, e um terceiro núcleo, composto majoritariamente por militantes da Bahia e que se aliava aos “fechadistas” com o objetivo de ganhar a direção do partido posteriormente. O debate público entre os comunistas foi iniciado pela imprensa do partido de forma antecipada à permissão da direção, que se resignou à inevitabilidade das discussões e balanços, mas impôs limites ao debate e finalizou o processo de crítica e autocrítica em 1957, não sem provocar rupturas e expulsões.²⁵⁶

Se para muitos o chamado processo de “desestalinização” foi traumático e significava uma desilusão com as causas de uma vida, para outros aparentava ser uma oportunidade de se livrar da deformação stalinista e retomar a construção do socialismo em outros moldes. Um caso conhecido foi o do intelectual polonês Isaac Deutscher, cujo livro *A Rússia depois de Stalin*, originalmente publicado em 1953, foi lançado no Brasil pela Editora Agir em 1956. A obra do escritor, que dois anos antes publicara o primeiro volume – *O profeta armado* – da biografia de Leon Trotsky, começou a ser elaborada poucos dias após a morte de Stalin. Deutscher procurou realizar um prognóstico acerca do que aconteceria na política e na sociedade russa a partir de então. A análise do escritor concluía pela inevitabilidade da transformação dos métodos de governo stalinistas, pois a continuidade não seria possível na nova etapa do desenvolvimento social e econômico na Rússia. Portanto, embora demarcasse que o grupo no poder era fruto dos anos de dominação stalinista, afirmava que a burocracia conduziria mudanças pelo alto para evitar que o povo as realizasse e uma das possibilidades do desenrolar da desestalinização era a construção de uma democracia socialista.

Os textos de Deutscher obtiveram alguma repercussão no Brasil. Na *Tribuna da Imprensa*, o romeno Stefan Baciú, exilado no Brasil desde 1949 e comentarista de temas internacionais, que chegou a entrevistar Natalia Sedova, viúva de Trotsky, publicou artigo criticando o autor por sua análise e acusou-o de servir aos interesses da política externa russa e defender a memória de Stalin (BACIU, 16 jul. 1956, p. 5). No ano seguinte, os artigos de Deutscher, em sua maioria acerca da União Soviética, passaram a ser reproduzidos no jornal

²⁵⁶ Foi o caso de Agildo Barata e outros “renovadores”, que tentaram fundar um novo partido, o Movimento Socialista Renovador. Sobre o impacto do XX Congresso do PCUS e a política do PCB elaborada durante a década de 1950, ver Raimundo Santos (2008).

O Estado de S. Paulo, deixando de ser publicados em 1966, um ano antes da morte do escritor.

Não há registro de que Moniz tenha se interessado por *A Rússia depois de Stalin* na data de seu lançamento no Brasil ou que acompanhasse seus artigos publicados no jornal paulista, mas é possível. Ele foi um leitor da obra de Deutscher, mas só é possível saber disso por fontes da década seguinte, quando assinou o texto das orelhas dos livros de Deutscher lançados pela Editora Civilização Brasileira. A edição de *Ironias da história*²⁵⁷ que pertenceu a Edmundo Moniz, foi um dos livros encontrados durante a pesquisa e, junto da assinatura do jornalista, sempre posta ao final do livro, há a data de 3 de novembro de 1968.

Voltando ao ano do XX Congresso do PCUS, Moniz comentou a situação do movimento comunista internacional apenas no final do ano, em novembro, após a invasão da Hungria pelas tropas russas. O país trocou de governo em 1953, na esteira das mudanças na política da Rússia após a morte de Stalin, com a substituição de Mátyás Rakosi, símbolo da ala stalinista, por Imre Nagy, que tivera momentos de colisão com o grupo dirigente na década de 1940.²⁵⁸ O novo chefe durou no cargo até meados de 1955, quando Rakosi retomou a direção do governo, pondo um aliado no lugar de Nagy, com o aval dos soviéticos, temerosos da instabilidade política na região. Entretanto, o cenário para o domínio do líder, diretamente identificado com os anos de terror, era hostil, pois, durante os anos de “desestalinização”, florescera uma oposição com núcleos importantes entre os intelectuais²⁵⁹ e estudantes, que somavam as suas críticas às insatisfações operárias. Em julho de 1956, Rakosi foi substituído no cargo de secretário-geral por Ernő Gerö, seu aliado, que tampouco conseguiu driblar a oposição.

No mês de outubro, os estudantes romperam com a organização dos comunistas para a juventude e fundaram a Liga dos Estudantes Húngaros, movimento que deu início a uma sequência de grupos estudantis independentes. Universitários pediam que Nagy fosse nomeado primeiro-ministro e, no dia 23, uma manifestação estudantil culminou com a

²⁵⁷ As opiniões seguiam a tendência apontada no livro, escrito imediatamente após o episódio da morte de Stalin, e Deutscher continuava afirmando que a burocracia realizava a desestalinização e tinha um caráter suficientemente progressista para abrir fissuras no regime russo e permitir que uma nova geração de intelectuais e operários levasse adiante um processo que a ala stalinista gostaria de impor limites.

²⁵⁸ Nagy foi taxado de “direitista” por divergir da política de coletivização no campo e se opôs, no final da década de 1940, à execução de László Rajk, Ministro das Relações Exteriores da Hungria, que foi acusado de traição na onda de expurgos em nome do combate ao “titoísmo” (JUDT, 2011, p. 322).

²⁵⁹ Fernando Claudín (1981, p. 196-197) destaca o papel das organizações de escritores, da imprensa e das revistas, entre as quais cita a *Gazeta Literária*. Também chama atenção para a criação de “clubes intelectuais”, a exemplo do “Círculo Petöfi”, que funcionava em Budapeste. Dele participou o filósofo Gyorgy Lukács, que também fez parte do grupo fundador da revista *Tomada de Consciência*, da qual também fazia parte István Mészáros.

simbólica derrubada da estátua de Stalin, erguida no centro de Budapeste. Imre Nagy foi catapultado ao cargo de primeiro-ministro no dia seguinte e anunciou que poria fim à polícia política e que as tropas soviéticas deixariam Budapeste. Não obstante a abordagem de Nagy, estudantes e trabalhadores continuaram a se organizar por todo o país, ameaçando o plano de controlar a situação e pressionando o governo para posições intoleráveis aos soviéticos. Ao anunciar o fim do regime de partido único, o governo húngaro cruzou uma fronteira da qual os russos não estavam dispostos a abdicar. As tropas soviéticas voltaram ao território da Hungria para esmagar o que chamavam de “contrarrevolução”. O governo de Nagy foi deposto e em seu lugar assumiu Janos Kadar que, segundo Claudín (1981, p. 207, tradução nossa), era um sincero defensor da desestalinização, mas aos moldes de Krushev, “corrigir os excessos do regime sem pôr em questão seus fundamentos não socialistas”²⁶⁰.

Curiosamente, Moniz justificou a ação soviética na Hungria. De modo geral, afirmava que “as nações satélites da Rússia necessitam lutar pela sua emancipação nacional”, pois não seria aceitável “que elas se conservem por mais tempo sem independência, sem autodeterminação, sem liberdade” (MONIZ, 22 nov. 1956, p. 2). Porém, se tratava o caso polonês, onde um levante operário, em junho daquele ano, culminou no retorno de Wladyslaw Gomulka ao cargo de secretário-geral do Partido Operário Unificado da Polônia (POUP),²⁶¹ como um exemplo positivo do processo de desestalinização nos países ao leste do Muro de Berlim, Moniz não pensava o mesmo sobre o que ocorrera na Hungria:

Já na Hungria, o caso foi diferente. Os antigos dirigentes, na iminência de perderem o poder, depois da experiência da Polônia, pegaram em armas e armaram os antigos inimigos, o que forçou a intervenção militar da Rússia numa hora de suma gravidade em que a ocupação do Suez pela Inglaterra e a França poderia desencadear a terceira guerra. Quanto à intervenção do exército russo na Hungria, Tito, que foi o primeiro a levantar-se contra o domínio soviético, libertando a Iugoslávia da influência stalinista, asseverou com palavras de extrema prudência: “a intervenção foi um erro, mas sem ela haveria a catástrofe”, pois estava em iminência “o caos, a guerra civil, a contrarrevolução e, possivelmente, o conflito universal” (MONIZ, 22 nov. 1956, p. 2).

A sua apreciação do levante húngaro não levava em consideração as medidas do governo de Nagy em direção à constituição de outros partidos ou a decisão de retirar a Hungria do Pacto de Varsóvia, ato que levou György Lukács a deixar o cargo de Ministro da Educação e Cultura que assumira por convite do novo primeiro-ministro. Da mesma forma, Moniz parecia ignorar a experiência dos conselhos operários constituídos ao longo de 1956,

²⁶⁰ Do original: “corregir los excesos del régimen sin poner en cuestión sus fundamentos no socialistas” (CLAUDÍN, 1981, p. 207).

²⁶¹ Gomulka, que foi um dos líderes da resistência na Polônia durante a Segunda Guerra, foi preso e expulso do POUP sob acusação de “titoísmo”.

que declararam uma greve geral quando os tanques soviéticos destituíram Nagy. A plataforma dessa forma de organização dos trabalhadores não era compatível com nenhum sentido de defesa dos setores identificados com o stalinismo.²⁶²

Outro aspecto relevante era o papel cumprido pelo setor dirigente do PCUS na desestalinização. Se voltarmos ao exemplo de Isaac Deutscher e compararmos as posições acerca das motivações e limites da política de Krushev, veremos distinções importantes. O escritor polonês tratava a nova política soviética como uma conclusão do grupo dirigente acerca das necessidades para conservar a direção do Estado. Sobre as intenções da cúpula russa, Deutscher, ao destacar as omissões e incoerências do discurso de Krushev no XX Congresso, afirmou que os integrantes do Presidium “gostariam de permanecer stalinistas sem e contra Stalin, e recapturar o espírito do stalinismo ‘sadio’ e ‘inocente’ da década de 1920, daquele stalinismo que ainda não havia empapado as mãos no sangue da Velha Guarda Bolchevique” (DEUTSCHER, 1968, p. 15-16). O caráter progressista da mudança de curso residiria menos na sinceridade dos objetivos ou da crítica aos métodos, que hegemonizaram as relações políticas e sociais na Rússia por décadas, mas na impossibilidade da camada dirigente conduzir a desestalinização da maneira limitada como ela pretendia.

Já Moniz tratava o processo de maneira distinta, pois demonstrava confiança nas intenções do novo governo soviético, embora destacasse alguns limites dos movimentos iniciados após 1953:

Os novos dirigentes do Kremlin não veem o stalinismo como um “mal necessário”, produto de determinadas condições das quais era impossível fugir e que, desta ou daquela forma, contribuiu para o engrandecimento material da União Soviética. Não. Os dirigentes atuais acham que a ação stalinista foi terrivelmente prejudicial à construção da “Rússia Socialista” que se desenvolveu por força da revolução, a despeito de sua perniciosa influência. (MONIZ, 22 nov. 1956, p. 2).

Entretanto, acreditar que a nova orientação era resultado de uma verdadeira autocrítica da burocracia não tinha como conclusão apontar que, a partir de então, o socialismo vicejaria na URSS. Moniz ainda não havia abandonado a tese do capitalismo de Estado e considerava que o governo russo se encontrava espremido entre as “massas” e os interesses da burocracia, que se convertera em classe dominante na economia estatizada. O que parecia evidente, para ele, era o desenvolvimento da revolução política, bandeira agitada pelos trotskistas na década de 1930, a qual não fora acompanhada de uma “revolução social” que realizasse a “destruição

²⁶² Segundo Claudín (1981, p. 207-208): “El consejo central de los obreros de Budapest presenta el 14 de noviembre las siguientes condiciones para la reanudación del trabajo: reconocimiento del derecho de huelga, vuelta de Nagy al poder, evacuación de las tropas soviéticas, elecciones libres con sufragio universal, fin del partido único y libertad para los partidos que reconozcan el régimen económico”.

do capitalismo de Estado e uma nova reviravolta para o campo socialista” (MONIZ, 22 nov. 1956, p. 2). Se a hipótese socialista era uma incerteza, o stalinismo era tratado como um fenômeno fadado à derrota:

Os partidários do velho mito, que dominou a Rússia por trinta anos, estão dispostos a defendê-lo, disfarçadamente ou não, e empregar todos os meios para restabelecer o status quo anterior. Mas tudo leva a crer que não sejam brilhantes as suas possibilidades atuais, embora não se deva subestimá-las. Depois de iniciada a obra de desestalinização da Rússia é bem difícil voltar-se para trás. Os pequenos recuos têm uma significação puramente episódica. São inevitáveis. Uma obra desta natureza e desta extensão não poderá ser feita de um dia para o outro, bruscamente, sem concessões, sem transigências, sem retrocessos contingenciais. Ela está apenas em seu começo, mesmo que só tenha um caráter político. (MONIZ, 22 nov. 1956, p. 2).

A desestalinização reapareceu em seus artigos em 1958, quando Luís Carlos Prestes voltou à vida pública, após uma década de vida clandestina. As palavras do secretário-geral do PCB, ao comentar a vida política nacional, continuavam sendo duramente criticadas, pois Moniz contestava os elogios de Prestes aos partidos políticos e seus principais dirigentes, argumentando que esse gesto fazia parte da política de mostrar o partido como moderado e conciliador, em busca da legalização e de alianças com outras organizações. Completava a crítica escrevendo que sobrevivia, em Prestes, traços do líder stalinista dos anos 40, que subordinava a classe operária e suas necessidades aos interesses da União Soviética, movimento que se concretizava na adesão ao nacionalismo. Mesmo assim, a referência ao processo político que se desenrolava na Rússia continuava sendo elogiosa e, embora a menção às convicções antistalinistas da nova direção voltasse a aparecer, era matizada pela necessidade histórica de superação do regime, baseado no culto da liderança²⁶³ (MONIZ, 8 abr. 1958, p. 2).

A verdade é que os temas ligados à União Soviética, a crítica aos comunistas brasileiros e as disputas políticas ao estilo das quais se engajou no passado recente ficaram em segundo plano durante a segunda metade da década. Moniz estava ocupado com a direção do SNT e, além de diminuir a sua participação nas páginas do *Correio da Manhã*, em várias ocasiões, usou o espaço no jornal para textos ligados ao teatro, por vezes, para se defender de

²⁶³ Escreveu Moniz: “O dogmatismo, as ideias adotadas, impostas e seguidas por medidas administrativas, a cega submissão sem o direito de crítica, já não podem vigorar totalmente, ao menos por algum tempo, dentro do próprio Partido Comunista depois do XX Congresso. De fato, a derrocada do stalinismo não se deu por um gesto mágico de Krushev. Não se trata de uma ação milagrosa dos novos dirigentes do Kremlin. Deu-se porque ele, o stalinismo, estava apodrecido de ponta a ponta e historicamente impossibilitado de subsistir” (MONIZ, 8 abr. 1958, p. 2).

críticas.²⁶⁴ Sua passagem pela direção do órgão não foi capaz de resolver os problemas que se arrastavam desde a criação do SNT, embora as intenções demonstradas fossem, como em outras administrações, dotadas de boa vontade. Uma nova companhia oficial foi criada logo no início do governo, o Teatro Nacional de Comédia, que ganhou uma sede com a aquisição do Cinema Parisiense, hoje nomeado Teatro Glaucete Rocha.

Nesse sentido, Angélica Ricci Camargo (2017) destaca as ações do órgão para atender uma antiga reivindicação do setor: o pequeno número de teatros e os altos preços cobrados pelos aluguéis dos espaços. Um imóvel foi adquirido em São Paulo, o Cine Broadway, e verbas foram destinadas para a construção e reformas de teatros em alguns estados do país, medidas que não foram suficientes para que o SNT deixasse de desagradar empresários, críticos e artistas. De acordo com o balanço realizado pela autora, O Teatro Nacional de Comédia foi criticado, algumas vezes, pelas peças escolhidas e pela forma como funcionava; já a política de auxílios às companhias teatrais continuou um problema, pois os baixos valores concedidos impediam que as subvenções atuassem como política cultural de impacto.

Quando Jânio Quadros venceu as eleições de 1960, derrotando o marechal Lott, a permanência de Moniz na direção do SNT foi tema de disputas entre “artistas, autores e críticos identificados com as antigas entidades de classe” (CAMARGO, 2017, p. 219), defensores da manutenção da gestão atuante no mandato de JK e “artistas, autores, entidades e críticos vinculados, de alguma forma, à modernização teatral” (CAMARGO, 2017, p. 219)²⁶⁵, que pretendiam ver Clóvis Garcia no cargo. O novo diretor, entretanto, pouco tempo ficou no cargo, pois pediu demissão logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Para o seu lugar, o novo governo da solução parlamentarista indicou Edmundo Moniz para chefiar novamente o SNT, retorno que reacendeu as disputas entre os grupos.

os descontentes organizaram um movimento, que Aurimar Rocha denominou de “Liga de Repúdio a Edmundo”, promoveram uma marcha e um “enterro simbólico” do SNT e pressionaram o novo diretor para que assumisse a tarefa de continuar os planos de Clóvis Garcia. Em acordo fechado com uma comissão formada por Paulo

²⁶⁴ Escreveu sobre os dramaturgos Henrik Ibsen (MONIZ, 2 ago. 1956, p. 2) e George Bernard Shaw (MONIZ, 15 dez. 1956, p. 10), mas também usou o *Correio da Manhã* (MONIZ, 21 jan. 1960, p. 2) para defender as obras encenadas pelo Teatro Nacional de Comédia, companhia que havia criado no início da gestão à frente do SNT e alvo de críticas por encenar obras como “Beata Maria do Egito”, de Rachel de Queiroz e “Don Juan”, do espanhol José Zorrilla. Ainda sobre a polêmica envolvendo o Teatro Nacional de Comédia, ver Angélica Ricci Camargo (2017, p. 171-175).

²⁶⁵ Por modernização do teatro brasileiro entendemos um conjunto de propostas e experiências na cena teatral, desenvolvidas sobretudo a partir da década de 1940, e que questionavam a forma predominante no teatro brasileiro de então, no qual prevalecia a figura do ator ou atriz capaz de atrair e encantar grandes plateias, pondo o texto e o ensaio em lugar secundário. Dessa forma, grupos amadores e profissionais passaram a abordar temas sociais com maior frequência e inovar na maneira como se utilizava o palco e representavam as histórias encenadas. Sobre a modernização, ver Tania Brandão (2013).

Autran, Cláudio Correia e Castro, Gláucio Gil, Jorge Andrade, Dulcina de Moraes, Sérgio Cardoso e Flávio Rangel, Edmundo Moniz comprometeu-se a manter as atividades programadas, caso contrário, ele deixaria o órgão. (CAMARGO, 2017, p. 225).

Moniz não deixou indícios de ter alguma aversão aos ventos que sopravam do processo de modernização do teatro brasileiro ou simpatia aberta pelas comédias populares e pelo teatro de revista, expressões muitas vezes criticadas por quem contrapunha arte e diversão. Na sua gestão, porém, as companhias que realizavam espetáculos desse tipo continuaram recebendo verbas do SNT, aumentando o número de beneficiados e diminuindo o valor do auxílio prestado às companhias, fator de descontentamento de muitos.

De volta ao SNT, Moniz tinha de lidar com uma tendência afinada com a modernização, mas que se constituía como um fenômeno distinto: a politização do teatro. Exemplo marcante disso é a história do Teatro de Arena, fundado em São Paulo, em 1953, sob o comando do diretor José Renato Pécora, e que tinha como objetivo driblar os altos custos exigidos para conseguir um espaço para montar uma peça. Assim, a nova companhia teatral, inspirada por ideias vindas dos Estados Unidos²⁶⁶, apresentava uma estrutura cuja “área de encenação é circular, central e circundada pelos assentos destinados ao público” (BETTI, 2013, p. 175). O início da trajetória do Teatro de Arena não foi marcado pelo engajamento político, situação que começou a mudar com a aproximação entre o grupo e o Teatro Paulista do Estudante (TPE), fundado em 1955 por jovens comunistas como Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e Vera Gertel. Houve um acordo entre o Arena e os estudantes, no qual o Teatro Paulista do Estudante cedia figurantes para os espetáculos do Arena e recebia a cessão do espaço do teatro para seus ensaios. A aproximação, de acordo com Maria Sílvia Betti (2013, p. 177) foi positiva para ambos, pois o Arena se tornou mais rico com a experiência militante dos comunistas, enquanto estes se aproximaram da profissionalização no teatro, aspecto não considerado quando da criação do TPE. Marcado pelo sucesso da peça *Eles não usam black-tie*, a relação entre o Arena e os estudantes teve outro capítulo importante após uma temporada da companhia no Rio de Janeiro, quando os dramaturgos Oduvaldo Vianna Filho e Chico de Assis decidiram ficar na cidade e terminaram contribuindo com a criação do Centro Popular de Cultura, como explica Marcelo Ridenti (2000):

²⁶⁶ Segundo Maria Sílvia Betti (2013, p. 175), “o contato com essa concepção de espaço havia surgido através de Décio de Almeida Prado, que havia lido na revista Theatre Arts parte do livro *Theater-in-the-Round*, de Margo Jones, a grande divulgadora da encenação em arena nos Estados Unidos”.

no final da temporada carioca do Teatro de Arena, Vianinha estava escrevendo *A mais-valia* vai acabar, seu Edgar, já pensando em travar contato com camadas mais populares que as atingidas pelo Teatro de Arena. [...] O êxito da peça no Rio, encenada num pequeno teatro da Faculdade de Arquitetura, atraiu muita gente identificada com o grupo que a encenou. Finda a temporada, para manter agregado o pessoal que se aproximara em função da peça, os promotores do espetáculo resolveram montar um curso de História da Filosofia, ministrado pelo jovem professor José Américo Pessanha. Como a plateia dos espetáculos era basicamente estudantil, procurou-se a UNE para sediar o curso, que foi bem recebido pela entidade, desenvolvendo-se em seguida o projeto de fazer uma arte popular em diversas áreas, teatro, cinema, literatura, música e artes plásticas, chamado Centro Popular de Cultura, com a participação de várias pessoas, com destaque para Vianinha, Leon Hirszman e Carlos Estevam, no momento da elaboração do projeto. (RIDENTI, 2000, p. 107-108).

A politização do Teatro de Arena e a criação do CPC da UNE fazem parte do processo de fortalecimento da atuação dos comunistas na cultura, fortalecidos pela conjuntura da desestalinização, que colocou de lado as amarras do “zhdhanovismo”²⁶⁷ e pela nova política do PC, que formalizou, em 1958, o abandono da linha política seguida desde o final da década de 1940 e que levava o partido ao isolamento e sectarismo. Com a “Declaração de Março”, o Partido Comunista Brasileiro retomou as teses que caracterizavam a revolução brasileira como democrática e nacional, na qual a luta anti-imperialista e contra os vestígios do feudalismo ocupavam lugar de destaque. Porém, como destaca Celso Frederico (1998, p. 276), o PC reconhecia a existência de um desenvolvimento capitalista em andamento no Brasil e, ao contrário de saídas insurrecionais defendidas anteriormente, procurou intervir em defesa de medidas anti-imperialistas e reformas sociais.

Nos meios artísticos e intelectuais, a nova fase do Partido Comunista ficou marcada pela presença do “nacional e popular” no cinema, na música e no teatro. Por nacional podemos compreender “um correlato da luta anti-imperialista, [...] uma arte não-alienada que refletisse a realidade brasileira que se queria conhecer para transformar” e o popular “acitava para a democratização da cultura e a conseqüente crítica à nossa tradição elitista de uma arte concebida como ‘ornamento’” (FREDERICO, 1998, p. 277). Essa concepção teve seu auge entre a segunda metade da década de 1950 e o final dos anos 60, quando, após o golpe de 1964, os questionamentos à hegemonia do PCB na esquerda brasileira foram acompanhados de contraposições ao nacional-popular nas artes.

À frente do SNT no governo JK, Moniz acompanhou o fortalecimento do movimento modernizador no teatro e a politização de companhias profissionais e amadoras, que

²⁶⁷ “Zhdhanovismo” é o termo comumente utilizado para se referir à política cultural da União Soviética a partir da segunda metade da década de 1940. Andrei Zhdanov, dirigente russo com participação na consolidação do realismo socialista, foi o principal formulador da etapa mais repressiva do controle do partido sobre as artes e a cultura.

procuravam outros temas para abordar no palco e outras formas de apresentar seus espetáculos, desejando uma maior proximidade com “o povo” brasileiro. No início dos anos 1960, ao retornar ao cargo após a renúncia de Jânio Quadros, a aparente falta de sintonia entre Moniz e as tendências em ascensão o tornaram um empecilho a uma convergência entre o Estado e os artistas engajados. Dessa forma, poucos meses após o plebiscito de 1963, que decidiu pela volta do presidencialismo, Moniz foi substituído pelo médico Roberto Freire, vinculado à cena teatral de São Paulo e militante da Ação Popular (AP)²⁶⁸.

Fora da direção do SNT, Moniz voltou a colaborar, regularmente, com o *Correio da Manhã*, e assumiu a função de redator-chefe do jornal, na qual esteve no centro da participação da imprensa na crise que culminou com a queda de João Goulart.

²⁶⁸ A Ação Popular foi fundada em 1962, a partir de quadros da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), além de outros setores progressistas ligados à Igreja Católica. Com atuação destacada na União Nacional dos Estudantes, a AP se aproximaria da estratégia armada e do maofismo no final da década de 1960. Sobre a história da Ação Popular, ver: Alessandra Ciambarella (2007).

4 DA GUANABARA AO MÉXICO: GOLPE, DITADURA E ENGAJAMENTO

No verão de 1918, soube por um telefonema ao comissariado da guerra que Bidet, o trovejante Bidet, estava numa das prisões soviéticas. Eu não acreditava no que ouvia. Acontece que o governo francês enviou Bidet entre os membros da missão militar francesa para espionar e organizar complôs na Rússia Soviética. E ele, por imprudência, deixara-se prender. Eu não teria pedido nada melhor a Nêmesis, sobretudo porque Malvy, ministro do Interior que me expulsara, também fora expulso da França numa operação do governo Clemenceau, sob acusação de intrigas pacifistas. Quem poderia imaginar uma tal combinação de coisas? Parece roteiro de filme.

Quando Bidet foi enviado ao comissariado, não o reconheci de imediato. O trovejador agora era um simples mortal muito deprimido. Olhei-o com um ar interrogativo.

- Sim, senhor – disse-me cabisbaixo – sou eu...

De fato, era ele.

- Mas como? Como veio parar aqui?

- É o andar das coisas.

Que seja. Bela fórmula.

[...]

- Quando voltar a Paris – assegurou-me – certamente abandonarei minha profissão.

- Tem absoluta certeza, monsieur Bidet? Voltamos sempre aos nossos primeiros amores.

(TROTSKY, 2017, p. 324).

Ao final do mandato de Juscelino Kubitschek, o marechal Henrique Teixeira Lott teve de se envolver novamente com o processo eleitoral. Dessa vez, contudo, não mais mobilizando tropas para garantir a continuidade do regime político, mas na função de candidato do PSD à sucessão de JK. Formalmente, o presidente apoiava o militar, mas a intenção de Juscelino era fazer de Juracy Magalhães, presidente da UDN e governador da Bahia, o candidato de uma aliança entre o partido do governo e a principal organização da oposição.²⁶⁹ A explicação para o baixo interesse do presidente pelo candidato do seu partido também remete, em parte, às questões internas do PSD. Lucia Hippolito (2012), ao tratar dos últimos anos do governo JK, descreve a mudança das relações entre o presidente e a “Ala Moça” de seu partido, pois Juscelino “passa a concentrar seus esforços numa estratégia de longo prazo, o JK-65, e inicia a reaproximação com a oligarquia pessedista, dona do poder real do partido, isto é, dos votos, das bases e dos diretórios” (HIPPOLITO, 2012, p. 203). O movimento de JK foi correspondido por uma oligarquia interessada nas verbas e postos de trabalho que a administração federal carregava, e a força do setor reformista do partido decresceu, ainda mais, com a derrota nas eleições para a direção da Câmara Federal. Como

²⁶⁹ O objetivo de Kubitschek em apoiar um candidato da UDN, segundo Maria Victória de Mesquita Benevides (1979, p. 126), era “dar uma oportunidade à oposição de chegar ao governo e quebrar, assim, o combate sistemático da UDN contra a ‘situação’, isso prevendo sua própria situação política após o término do mandato e sua – tida como certa – reeleição em 1965”. Para Otávio Dulci (1986), além de enfraquecer a ala lacerdista da UDN, o gesto de Juscelino também visava diminuir as chances de uma aproximação entre os udenistas e Jânio Quadros.

reação, a Ala Moça foi a responsável pelo lançamento da candidatura de Lott, com esperanças de que, caso vitorioso, o militar se mantivesse próximo ao grupo e, assim, devolvesse parte do vigor que ele tivera na primeira metade do governo de Juscelino. Apoiando formalmente o candidato de seu partido, JK viu parte da sua estratégia naufragar quando a UDN recuou no lançamento de Juracy Magalhães e deliberou pelo apoio ao governador de São Paulo, Jânio Quadros. Aquela campanha eleitoral presidencial contou, ainda, com a candidatura de Adhemar de Barros, do PSP.

A relação entre os udenistas e Jânio não era de plena confiança e afinidade política. O então governador de São Paulo começou a carreira política filiando-se à UDN, mas desenvolveu estilo e trajetória divergentes da dualidade getulismo-antigetulismo. Advogado e professor de português, sua ascensão foi meteórica, tendo sido eleito vereador, em 1947, e deputado estadual, três anos depois, pela legenda do Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1953, Jânio Quadros chegou à prefeitura de São Paulo, combinando a ajuda subterrânea de Adhemar de Barros, em conflito com outras lideranças do PSP (COTTA, 2008, p. 67), com o apoio do Partido Socialista Brasileiro e dos trotskistas do Partido Operário Revolucionário (POR).²⁷⁰ Foi o coroamento do vínculo construído, desde 1948, entre Jânio e segmentos dos trabalhadores da cidade, que eram apresentados, na retórica e na atuação do político, como “moradores”²⁷¹. Prova ainda maior de sua força eleitoral ocorreu em 1954, quando derrotou Adhemar de Barros nas eleições para o governo do estado. Quando estava em discussão a sua candidatura à presidência, Jânio ocupava uma cadeira na Câmara Federal, para a qual havia sido eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

Carlos Lacerda, que em 1955 contrapôs-se a Jânio Quadros, passou a ser um dos defensores da aliança entre a UDN e aquele que parecia capaz de levar o partido à vitória nas urnas nacionalmente. Assim como JK, seus objetivos também incluíam as eleições de 1965, pois esperava suceder Jânio e levar a UDN diretamente ao poder (DULLES, 1992, p. 315). A primeira parte do plano foi bem-sucedida e Jânio foi eleito presidente com quase 2 milhões de votos a mais que Henrique Teixeira Lott, o segundo colocado.²⁷² O candidato à vice-

²⁷⁰ Jânio subscreveu um programa político apresentado pelos militantes do POR, colaborou financeiramente com o jornal *Frente Operária* e autorizou os trotskistas a “fazer comícios, formar comitês de bairro e montar barraquinhas de propaganda” (LEAL, 2003, p. 57). Eleito, Jânio afirmou que não assinara o documento (LEAL, 2003, p. 59).

²⁷¹ Silvana Walmsley (1992) e Adriano Luiz Duarte (2002) abordam a presença das reivindicações populares surgidas na periferia da capital paulista na política partidária. Eletrificação, transporte e outras melhorias urbanas se tornaram demandas dos trabalhadores e não podiam ser ignoradas em uma cidade em constante e significativa expansão. O fenômeno do “janismo” nasce da aproximação entre o jovem político e o cotidiano dos bairros da periferia de São Paulo.

²⁷² Segundo os dados publicados por Otávio Dulci (1986, p. 161), Jânio Quadros teve 5.636.623 votos, contra 3.846.825 votos de Lott e 2.195.709 de Adhemar de Barros.

presidência na sua chapa, o udenista Milton Campos, foi derrotado por João Goulart com pequena margem de votos.

Alguns elementos ajudam a explicar o robusto resultado eleitoral de Jânio Quadros. Ele agradava a um segmento eleitoral significativamente influenciado pela UDN, constituído por setores médios urbanos, seduzidos pela retórica moralista que Quadros e Lacerda compartilhavam. Contudo, o político paulista fez mais: acrescentou um eleitorado de trabalhadores ao contingente tradicionalmente representado pela UDN. A sua candidatura foi capaz, ainda, de dividir partidos e alianças ou se aproveitar de dissidências partidárias originadas ao longo do mandato de Juscelino, enfraquecendo oponentes e aumentando a própria base eleitoral:

A penetração de Quadros na faixa populista traduziu-se em termos partidários pelo apoio que recebeu da ampla dissidência do PTB chefiada por Ferrari, de parte do Partido Socialista [...], de inúmeros redutos do PSD rural, além do apoio maciço da Frente Democrática gaúcha e de núcleos sindicais que faziam a campanha do “Jan-Jan”, sobretudo em São Paulo. Por outro lado, sua candidatura dividiu organizações que formavam tradicionalmente ao lado do governo, como o PR e o PRP. (DULCI, 1986, p. 164).

Por outro lado, uma avaliação da época, realizada por Leôncio Basbaum, destaca um aspecto importante acerca da candidatura de Lott. Em uma palestra realizada em 1960 e transcrita para um dos volumes do seu *História Sincera da República*, Basbaum afirmou que “Lott foi derrotado, em grande parte, porque se apresentou como um continuador da obra de Juscelino e sua política de desenvolvimento anti-popular” (BASBAUM, 1982, p. 281). Para ele, portanto, a eleição teve o caráter de avaliação do governo JK e a rejeição à situação econômica e social deixada por Juscelino teria se transformado em recusa ao candidato do PSD.

A avaliação de Basbaum pode ser criticada por um certo exagero ao apresentar “as massas” como decididas a votar contra o legado de Kubitschek, mas ela traz um ponto importante ao destacar o cenário econômico do fim do governo, marcado pela alta inflação que deteriorava as condições de vida dos trabalhadores e capaz de prejudicar eleitoralmente uma candidatura de continuidade. Outro ponto relevante da exposição de Basbaum é a referência às diferenças entre as campanhas de Jânio e Lott, pois enquanto o candidato do PDC fazia promessas direcionadas às necessidades imediatas da população e adaptava o seu discurso às expectativas da audiência, “a propaganda lottista se derramava, quando saía do ramerrão dos insultos e xingamentos pessoais de ‘entreguista’ e ‘agente do imperialismo’, em propaganda de um nacionalismo abstrato e vazio” (BASBAUM, 1982, p. 281). Dessa forma,

não só o baixo engajamento de JK na campanha do militar ou a permissividade com que Jango e os trabalhistas trataram a combinação “Jan-Jan” em suas bases, explicavam a expressiva vitória de Quadros.

O político paulista chegou à presidência com a maior votação concedida a um candidato, até então, e deixaria o cargo com outra marca, dessa vez negativa, a de presidente com menor tempo de exercício de mandato. Jânio renunciou no dia 25 de agosto de 1961, em meio a uma crise motivada, sobretudo, pela homenagem prestada a Ernesto “Che” Guevara, condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul, no dia 21 daquele mês.²⁷³ O pedido, ao contrário do que o mandatário talvez esperasse²⁷⁴, foi prontamente aceito pelo Congresso Nacional.

Não havia divergência legal acerca do que fazer após a renúncia de Jânio, já que havia um vice-presidente apto a assumir o cargo. Porém, politicamente, a perspectiva de João Goulart se tornar presidente da República enfrentava forte resistência de muitos daqueles que o combateram quando ministro do Trabalho e o viam como continuador da política getulista. Dessa forma, teve início um movimento para impedir a sua posse, cujo primeiro gesto partiu dos ministros militares, que divulgaram um manifesto denunciando a atuação de Jango como incitador de greves e agitações, além de apontá-lo como simpático aos países comunistas. Os ministros tratavam um possível governo de Jango como um período de destruição das instituições e de ascensão do conflito social e tentaram convencer o Congresso a aprovar o impeachment de João Goulart, medida que daria aparência legal ao golpe pretendido (FIGUEIREDO, 1993, p. 37).

Os militares não tiveram a recepção esperada à proposta, pois os partidos não se mostraram dispostos a embarcar no impeachment de Jango, mas a presença de um veto militar à posse do vice-presidente motivou a procura por uma solução que garantisse a sucessão

²⁷³ A grande polêmica dos poucos meses de governo de Jânio Quadros ocorreu ao redor do que ficou conhecida como “política externa independente”, caracterizada por Thomas Skidmore (2010, p. 240) como uma “resposta brasileira ao que se tornara uma tendência do ‘terceiro mundo’ no pós-guerra”. Ainda segundo o autor, Jânio pensava, desde a campanha, em uma política externa que não fizesse do Brasil um país diretamente alinhado aos interesses dos Estados Unidos, convicção reforçada por uma viagem feita após as eleições, enquanto aguardava a posse na presidência, quando Jânio “ficou impressionado com a tentativa de muitos países em desenvolvimento, como o Egito, de encontrar uma ‘terceira via’ para o desenvolvimento, que não fosse nem a ocidental nem a comunista” (SKIDMORE, 2010, p. 240). A política externa foi determinante para que o governo perdesse apoio entre seus aliados, como foi o caso de Lacerda. Chaloub (2015, p. 220) mostra como, até o final do mês de julho, a *Tribuna da Imprensa* era elogiosa ao Executivo Federal, passando a criticar o governo apenas em 4 de agosto, quando denunciou a aproximação comercial entre o governo brasileiro e os países chefiados por partidos comunistas. O tom passou a ser de rebelião em 21 de agosto, quando Che Guevara foi condecorado pelo governo brasileiro.

²⁷⁴ A historiografia costuma apontar para o pedido de renúncia de Jânio como uma jogada para deixar o parlamento e os militares sem opção a não ser insistir para que ele continuasse no cargo. Dessa forma, Jânio esperava mobilizar apoio popular ao redor do seu governo e aplacar a resistência às medidas do governo (SKIDMORE, 2010, p. 244).

presidencial, mas conciliasse os temores dos adversários do líder trabalhista. A saída apresentada foi a mudança da forma de governo, substituindo o presidencialismo pelo parlamentarismo.

O impedimento à posse de Jango não prosperou pelos vários meios nos quais se manifestaram grupos políticos contrários à medida. Além da baixa receptividade no Congresso à aprovação do impeachment de Goulart, houve vigorosa reação vinda do Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola mobilizou a população para combater o golpe em curso, criou a “cadeia da legalidade”, que transmitia, via rádio, para o resto do país, mensagens e discursos em defesa da posse de João Goulart e ajudou a minar a unidade das Forças Armadas, conseguindo o apoio do Comandante do III Exército, o general Machado Lopes, para a causa da legalidade (FERREIRA, 2005). Parte da grande imprensa do Rio de Janeiro também apoiava a posse de João Goulart e ajudou a deslegitimar o golpe contra a sucessão presidencial. Um dos jornais que se manifestaram em defesa do rito estabelecido pela Constituição de 1946 foi o *Correio da Manhã* que, entre o fim de agosto e início de setembro, travou intensa batalha com Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara à época, e que impusera censura aos jornais e ordenara a apreensão das edições que publicaram manifestações de descontentamento com a medida.

Fora da direção do SNT desde a chegada de Jânio Quadros à presidência, Edmundo Moniz mostrou-se afinado com a linha editorial do *Correio da Manhã* quando escreveu o artigo “O parlamentarismo”, publicado em 5 de setembro de 1961, três dias após a promulgação da Emenda Constitucional que instituiu o parlamentarismo no Brasil. Para ele, o resultado da crise iniciada pela renúncia de Jânio demonstrava que a democracia brasileira havia se fortalecido desde a Constituição de 1946:

a emenda parlamentarista foi aceita e votada a toque de caixa em menos de uma semana, sob a pressão dos ministros militares. Estes ministros só tinham consigo alguns dos altos comandos porque o país inteiro se manifestava pela posse de Jango Goulart. Verificou-se a unidade não só das classes sociais como de todas as forças vivas do país; o poder legislativo, o poder judiciário, a imprensa, os partidos políticos, os governadores, as assembleias estaduais e municipais, o clero, os sindicatos, as organizações estudantis, os intelectuais, a grande burguesia industrial, comercial e bancária, os proprietários territoriais, as classes médias e as massas populares. Foi um movimento do Norte ao Sul do país que veio comprovar a vitalidade da democracia brasileira. (MONIZ, 5 set. 1961, p. 2).

O fracasso do objetivo inicial dos ministros militares parecia confirmar o que Moniz pensava das divisões no interior das Forças Armadas, cuja ala legalista parecia predominar, dados os resultados das crises de 1955 e 1961. Restava, porém, uma contradição pouco explorada pelo autor. Moniz reconhecia a saída parlamentarista como um acordo conciliatório

para permitir a posse de Jango, mas não inseria, no raciocínio que concluía com a sentença de fortalecimento do regime democrático no Brasil, a necessidade de alterar a Constituição para acomodar os interesses de grupos que não aceitavam a chegada ao poder de uma liderança pela qual não nutriam simpatia. O desfecho da crise poderia ter sido visto por um ângulo contrário, afinal o regime político não se mostrou sólido o suficiente para seguir o rito estabelecido pela Constituição e a alteração constitucional acabou servindo, também, aos setores que queriam empossar João Goulart, mas viam com bons olhos a limitação de seus poderes, medida que assegurava a moderação de ímpetos reformistas.

A ênfase da análise de Moniz estava no poder que uma declaração militar tinha sobre o conjunto do sistema político: um movimento de cúpula das Forças Armadas era capaz de subjugar o conjunto da tropa, os partidos políticos, os órgãos de imprensa e as classes sociais e seus interesses. Assim, a convicção de que o tempo das quarteladas havia passado foi reafirmada em outro artigo, publicado no mesmo mês:

De toda a crise que abalou o país, o que ficou caracterizado é que já superamos a fase dos famosos “golpes sul-americanos” em que os países do novo continente ficavam à mercê dos quartéis. Já os quartéis não decidem os destinos do Brasil se não contarem com o apoio do povo. Isto constitui uma fase mais elevada de politização tanto dos civis como também dos militares. [...] Verificamos, então, que a cúpula das forças armadas ficou impossibilitada de agir contra o Congresso, contra o poder civil, contra a opinião pública nacional. (MONIZ, 19 set. 1961, p. 2).

Com a posse do novo ministério, Moniz retornou à direção do SNT e deixou de escrever para o *Correio da Manhã*, para onde voltaria, em 1964, na função de redator-chefe, na qual permaneceu até 1966.

4.1 O GOLPE DE ABRIL

João Goulart assumiu a presidência da República em 7 de setembro de 1961, após aceitar a solução parlamentarista articulada pelo Congresso. Além do prejuízo pessoal ao mandato de Jango, a mudança na forma de governo diminuía a possibilidade de um programa reformista ser implementado, pois o parlamentarismo “foi talhado exatamente para controlar o presidente e, ao mesmo tempo, aumentar a influência do Congresso sobre o processo de tomadas de decisões” (FIGUEIREDO, 1993, p. 53), impedindo que as transformações reivindicadas pelas organizações de esquerda e pelos nacionalistas fossem realizadas em um ritmo e profundidade que ultrapassassem a moderação pretendida pelos demais partidos e grupos representados no legislativo.

O parlamentarismo, entretanto, não foi capaz de manter ou criar uma sólida base de apoio. Havia o descontentamento de setores mais radicalizados da luta pela posse de Jango, sendo exemplar a posição de Leonel Brizola, que não aceitaram a saída conciliatória que esvaziou os poderes do presidente. Por outro lado, havia a atuação do próprio João Goulart, que, desde a posse, fazia a defesa da realização de um referendo sobre o sistema parlamentarista. Políticos da UDN e do PSD se juntaram à oposição ao parlamentarismo, alguns, como JK, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, agiam com interesse na cadeira presidencial, já os governadores reclamavam da aplicação do sistema parlamentarista nos estados, consequência presente na legislação que instituiu a mudança (FIGUEIREDO, 1993, p. 57).

Um plebiscito sobre a mudança na forma de governo poderia ser marcado pelo Congresso Nacional para ser realizado nove meses antes do encerramento do governo Jango, mas o presidente começou a trabalhar pela antecipação da votação popular e ganhou aliados importantes entre os militares, enquanto o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) decidiu encampar a antecipação do plebiscito como medida em direção às reformas de base.²⁷⁵ A instabilidade dos gabinetes de ministros constituídos desde 1961, incapazes de debelar os problemas da economia brasileira, realizar reformas e pacificar o conflito de classes, contribuiu para que o *Correio da Manhã* também se unisse aos que queriam uma nova data para o plebiscito. Em editorial de agosto de 1962, quando a questão foi amplamente discutida, o jornal pressionou o Congresso para que seus integrantes decidissem pela realização da votação antes da data inicialmente estabelecida.²⁷⁶

Insistindo em recusar ao povo a faculdade de se manifestar, através do plebiscito, sobre os direitos que lhes foram retirados com o parlamentarismo, estarão afirmando a inautenticidade da sua representação. [...] Há um amplo movimento popular exigindo a consulta plebiscitária, para restabelecer a segurança democrática sem a qual serão inúteis todos os esforços para enfrentar as questões econômicas e sociais. (CORREIO DA MANHÃ, 7 ago. 1962, p. 6).

²⁷⁵ De acordo com Argelina Figueiredo (1993), em agosto de 1962, em meio à crise do gabinete comandado pelo Primeiro-Ministro Brochado da Rocha, que solicitava ao Congresso a antecipação do plebiscito e a concessão de poderes aos ministros para legislar sobre determinados temas, o ministro da Guerra, Nelson de Mello, defendeu que a votação fosse realizada antes de 1965, data prevista inicialmente. Os outros ministros militares seguiram a posição de Nelson de Mello.

²⁷⁶ Em um primeiro momento, o jornal propôs que o plebiscito fosse realizado junto às eleições de outubro de 1962, mas mudou de ideia e passou a defender que fosse deixado para o início do ano seguinte. O *Correio da Manhã* também criticou duramente as declarações dos ministros militares que queriam o plebiscito antes mesmo do pleito de 1962. Para o jornal, o episódio repetia chantagens e pressões feitas através de manifestos militares em outros momentos de crise política. Sobre a relação entre o jornal e o governo Jango, ver Renato Pereira da Silva (2015).

A conduta do jornal não significava, entretanto, apoio às pretensões de restauração do presidencialismo. O *Correio da Manhã* via a votação popular como mecanismo para dar legitimidade ao sistema de governo e, assim, proporcionar condições para que a administração – sob qualquer sistema – enfrentasse a crise econômica e encaminhasse as reformas defendidas pelo jornal, como a reforma agrária. Os apelos pela antecipação foram atendidos em 14 de setembro, quando o Congresso aprovou a realização do plebiscito para 6 de janeiro de 1963, dois anos antes do estipulado em 1961. O resultado da consulta popular, como se sabe, foi consagrador para Jango. Aproximadamente 9 milhões de eleitores votaram pelo retorno ao presidencialismo, número superior à votação recorde com a qual Jânio Quadros foi eleito em 1960.

Para o *Correio da Manhã*, o resultado do plebiscito não era uma demonstração de apoio ao presidente, mas sinal de descontentamento com a situação do país, pela qual o presidente também seria responsável, pois o parlamentarismo fora instituído com obscura divisão de atribuições entre o Congresso, os ministros e o presidente (SILVA, 2015, p. 81-82). A avaliação estava parcialmente correta, pois, provavelmente, a situação da economia e a instabilidade criada pelas trocas dos gabinetes tiveram influência no resultado, somadas ao desinteresse de boa parte do sistema partidário em manter o parlamentarismo. Contudo, era inegável que o PTB se fortalecera no mesmo período, a constatar pelo resultado das eleições de outubro de 1962, quando o partido aumentou a sua bancada em 38 deputados, a segunda maior da Câmara dos Deputados. O jornal, entretanto, deu ênfase à continuidade da maioria conservadora no Congresso para afirmar que não havia muito o que comemorar do lado dos trabalhistas.

Empossado, Jango apresentou o Plano Trienal como principal ferramenta de enfrentamento aos problemas da economia brasileira. O Plano era de autoria de Celso Furtado e havia sido apresentado no fim do ano de 1962 ao gabinete de ministros, consistindo em uma proposta que combinava medidas para combater a inflação no curto prazo e objetivos para viabilizar o crescimento da economia, o qual dependia, para superar os entraves estruturais ao desenvolvimento econômico, do sucesso das reformas propostas pelo governo²⁷⁷. Segundo Ricardo Bielschowsky (2004), o programa elaborado por Celso Furtado ficou muito aquém do esforço intelectual que o pensamento desenvolvimentista nacionalista realizara até aquele momento, pois, além de ser falho na questão do planejamento, “as únicas propostas que tinham chances concretas de aplicação pelas autoridades econômicas diziam respeito à

²⁷⁷ O Plano Trienal destacava quatro reformas: administrativa, agrária, bancária e fiscal.

tentativa de controle inflacionário – via contenção do crédito e das despesas públicas – e às medidas para contornar o estrangulamento externo” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 416). A combinação entre combate à inflação e reformas significava, na prática, uma proposta de conciliação entre a burguesia e os trabalhadores, pois as medidas impactavam no crédito ao empresariado e nas reivindicações salariais, que teriam de ser controladas (FIGUEIREDO, 1993, p. 92).

A área econômica do governo – o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, e do Planejamento, Celso Furtado – entrou em acordo com o ministro do Trabalho, Almino Afonso, para que os reajustes salariais não prejudicassem as metas de inflação estabelecidas no plano. Porém, o governo não era capaz de conter a insatisfação dos trabalhadores diante das perdas salariais com o avanço da inflação, e o programa econômico anunciou desagradou importantes setores da esquerda. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)²⁷⁸ se colocou na oposição ao Plano Trienal e exigiu que Jango, com o retorno do presidencialismo, adotasse um programa alinhado ao enfrentamento ao imperialismo e com a realização imediata das reformas de base (FIGUEIREDO, 1993, p. 97). Do lado dos comunistas, em março, um documento foi apreendido com Luís Carlos Prestes no aeroporto do Galeão, quando o secretário-geral do PCB se preparava para viajar à União Soviética. O informe orientava os comunistas sobre as políticas de Jango e indicava a oposição às medidas propostas pelo governo, pois o presidente buscava a conciliação com os “inimigos do povo” e adiava as ações que iriam ao encontro dos interesses dos trabalhadores (CORREIO DA MANHÃ, 21 mar. 1963, p. 14).

Já o empresariado se dividiu diante do programa do governo para a economia. A maior parte das associações industriais se mostrou favorável ao Plano Trienal, sobretudo pela manutenção de objetivos desenvolvimentistas ao lado das medidas de estabilização. Por outro lado, outras entidades de classe, a exemplo da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e os industriais do estado da Guanabara, se opuseram às medidas, por defenderem, de forma mais central, a atração do capital estrangeiro para o Brasil e pregarem a mínima intervenção do Estado na economia (FIGUEIREDO, 1993, p. 102). A ala descontente da burguesia aumentaria gradativamente nos meses seguintes ao anúncio do Plano Trienal, pois o combate à inflação dependia do controle do crédito, dos preços e dos salários, o que rapidamente

²⁷⁸ Durante as mobilizações pela posse de Jango, em 1961, surgiu o Comando Geral de Greve (CGG), que congregava dirigentes de várias categorias paralisadas em defesa da legalidade. No ano seguinte, no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, o CGG se transformou no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Por ter o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e de outras organizações relevantes no movimento sindical, o CGT nasceu como a principal ferramenta intersindical dos trabalhadores brasileiros naquele momento. Sobre a história do CGT, ver Raphaela de Almeida Santos (2017).

tornou o programa incômodo aos industriais, que exigiam maior contenção dos reajustes salariais. O programa do governo, que não obteve apoio da maioria das esquerdas, perdia espaço entre as direitas.

Ainda no âmbito do Plano Trienal, o governo pautou a agenda de reformas junto ao Congresso Nacional, tendo como principal bandeira a reforma agrária. Em mensagem enviada ao parlamento em março de 1963, o Governo Federal apresentou um anteprojeto para a questão da terra, no qual a reforma era defendida como medida para modernizar a produção no campo e aumentar o mercado consumidor brasileiro, impulsionando o desenvolvimento capitalista no país. Os objetivos expostos pelo governo não eram os entraves à realização da reforma agrária, pois a principal polêmica na discussão do tema era a forma de indenização aos proprietários. O anteprojeto definia o pagamento em títulos da dívida pública, reajustados em até 10% e emitidos de acordo com o valor declarado para recolhimento de impostos ou determinados por uma avaliação judicial (TAPIA, 1986, p. 503).

Para viabilizar a proposta do governo, era necessário alterar a Constituição, que previa indenização em dinheiro como condição prévia para o Estado realizar as desapropriações. A utilização de títulos da dívida era parcialmente aceita pelo PSD²⁷⁹, condição considerada imprescindível para a aprovação das reformas pelo Congresso. Também foi defendida pelo *Correio da Manhã*, que esboçava a conclusão óbvia da avaliação da questão: ou aprovava-se uma alternativa às indenizações em dinheiro ou uma reforma aprovada pelo Legislativo seria impossível (SILVA, 2015, p. 111). O PTB apresentou um projeto de emenda à Constituição que modificava o artigo que exigia o pagamento em dinheiro, mas também ampliava a polêmica ao deixar um flanco aberto para que o governo agisse sobre propriedades urbanas (TAPIA, 1986, p. 505). Os trabalhistas buscaram compor um acordo com o PSD para derrotar o PSP e, principalmente, a UDN, que, em abril daquele ano, decidiu oficialmente rejeitar que a Constituição fosse alterada para facilitar a realização das reformas de base (FIGUEIREDO, 1993, p. 118). O diálogo, entretanto, não fez com que o PTB acatasse as divergências dos pessedistas e o projeto terminou derrotado em 13 de maio de 1963, na Comissão Especial que o avaliava, por sete votos a quatro. Com o fracasso, Jango retomou as negociações para obter o apoio do PSD.

As esquerdas se mobilizaram para pressionar o Congresso pela aprovação da emenda constitucional e da realização da reforma agrária. O CGT, as entidades estudantis e as

²⁷⁹ De acordo com Argelina Cheibub Figueiredo (1993, p. 117), o partido aceitava o recurso aos títulos públicos, desde que com correção monetária sobre toda a inflação do período e que a reforma agrária atingisse apenas “propriedades não exploradas”.

lideranças, como Leonel Brizola, organizaram comícios e ameaçaram com a possibilidade de uma greve geral em defesa da reforma agrária. O malogro do projeto petebista, ao invés de ser visto como derrota da mobilização popular, reforçou a ideia presente em setores nacionalistas e da esquerda, convencidos de que a negociação parlamentar e as forças políticas representadas no Congresso Nacional seriam entraves à reforma agrária.

A mobilização no campo contava, desde a década de 1950, com a presença das Ligas Camponesas²⁸⁰, organizações surgidas na região Nordeste e que agiam na esfera legal, acessando a justiça para impedir a expulsão de trabalhadores das terras dos latifundiários e que passaram a adotar métodos de ação direta na luta pela terra. As Ligas se multiplicaram durante a segunda metade dos anos 1950 e, embora numericamente minoritárias no movimento camponês no Brasil, foram parte importante do acirramento da luta pela reforma agrária, consubstanciado na palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”, popularizada a partir do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961.²⁸¹ De acordo com Jacob Gorender (1998), no ano do Congresso, as Ligas passaram a defender uma “perspectiva socialista imediata” para o problema agrário, influenciadas pela estadia de Francisco Julião, advogado e dirigente das Ligas Camponesas, em Cuba:

Julião visitou Cuba e de lá regressou com a cabeça feita pelas ideias que a liderança da Ilha estava empenhada em ver aplicadas em outros países da América Latina. O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das ideias-chave dos anos 60: a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado. Como corolário, a utilização dos meios legais e das lutas parciais foi menosprezada e a via da luta de guerrilhas subiu ao primeiro ponto da agenda. (GORENDER, 1998, p. 43).

²⁸⁰ O nome “Ligas Camponesas” tem origem na origem da atuação do Partido Comunista após o fim do Estado Novo, quando o partido impulsionou a criação de organizações camponesas sob a orientação do partido. As Ligas Camponesas da década de 1940, de certo modo, estavam subordinadas ao movimento operário e seu papel na estratégia comunista. Com a ilegalidade do PC, as Ligas foram quase totalmente desarticuladas, restando poucas organizações com esse nome. Na década seguinte, um ex-militante do partido, José Ayres dos Prazeres, participou da fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), com base no engenho Galileia, localizado em Vitória de Santo Antão, estado do Pernambuco. As ramificações originadas da SAPPP acabaram conhecidas como Ligas Camponesas, mas com importantes diferenças se comparadas às experiências da década anterior (MORAIS, 2012, p. 29-30).

²⁸¹ O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foi realizado em novembro de 1961, em Minas Gerais, e contou com a presença de 1400 delegados, dos quais apenas 215 eram das Ligas Camponesas. Entretanto, a agitação dos delegados garantiu que as palavras de ordem radicalizadas das Ligas fossem reproduzidas pela maioria do Congresso, antagonizando a organização com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, construída pelos comunistas e que possuía retórica e programa moderados (MORAIS, 2012, p. 49-50).

As consequências para Julião e para as Ligas não foram positivas. A retórica inflamada e a opção pela luta armada, para a qual Julião fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes, fizeram com que pequenos e médios proprietários ficassem com medo da mobilização em defesa da reforma agrária. Ademais, como também destaca Gorender (1998), o Ministério do Trabalho incentivou a sindicalização rural e o número de entidades cresceu significativamente após 1962, estreitando a base social das Ligas. Ainda assim, as Ligas ajudaram a empurrar o PCB para posições mais à esquerda na defesa das bandeiras reformistas. O impulso externo encontrou, no interior do partido, um setor disposto a criticar a política do PCB e que arrancou, na Quarta Conferência Nacional, realizada em 1962, uma resolução que dava ênfase ao combate às tendências conciliatórias do governo Jango (GORENDER, 1998, p. 50-51), orientação seguida ao longo de 1963.

Foi um ano difícil para João Goulart. As pressões dos trabalhadores e dos sindicatos fizeram com que a política de contração de crédito, de preços industriais e de salários, fosse abandonada pelo governo. As tratativas para a reforma agrária não avançavam no Congresso e Jango tinha de lidar com o governo dos Estados Unidos, que estava disposto a conceder empréstimos ao Brasil, mas vinculados ao alinhamento do país à política externa estadunidense, dedicada sobretudo ao caso cubano, à aplicação da política do Fundo Monetário Internacional para o controle da inflação, e ao atendimento da reivindicação de indenizações pelos bens das empresas norte-americanas, encampados pelo governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.²⁸²

A instabilidade política ganhou um fator novo no mês de setembro, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inelegibilidade de sargentos, cabos e suboficiais das Forças Armadas. Utilizando as brechas da Constituição de 1946, alguns militares chegaram a ser eleitos em 1962, e o sargento Antônio Garcia Filho, deputado eleito pelo PTB, tomou posse na Câmara Federal. A decisão do STF, que julgava o caso do militar Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito pelo Rio Grande do Sul, tinha consequências para toda a categoria e, dessa forma, foi o estopim de uma revolta promovida na capital federal, em 12 de setembro de 1963. Os militares atingidos ocuparam Brasília, tomaram prédios públicos e o controle dos

²⁸² Após a renúncia de Jânio Quadros, a orientação da política externa continuou. Durante o gabinete de Tancredo Neves, a representação brasileira nos organismos diplomáticos evitou acompanhar as posições dos Estados Unidos sobre Cuba, criticando as sanções sobre o país e se abstendo de votar a favor da sua expulsão da Organização dos Estados Americanos. Depois, o próprio presidente receberia uma proposta para apoiar uma ação armada contra Cuba, caso a crise dos mísseis não tivesse um desfecho favorável aos interesses dos Estados Unidos. As negociações entre os países também envolviam as encampações dos bens da Companhia Telefônica Nacional e da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiárias de grupos norte-americanos, realizadas por Leonel Brizola em 1962 e 1959, respectivamente. Sobre as negociações entre os governos do Brasil e Estados Unidos, ver: Moniz Bandeira (1978).

meios de comunicação. Embora tenha sido derrotada no dia seguinte, a mobilização irritou a cúpula militar, que via ações desse tipo como intoleráveis quebras de hierarquia (CARLONI, 2007, p. 293-294). Também não se deve desprezar que a proximidade entre os militares de baixa patente e setores da esquerda contribuíram para que a revolta causasse maiores descontentamentos entre setores conservadores, pois o levante poderia ser associado à “agitação” denunciada pelos que se opunham às organizações populares.²⁸³

No mês seguinte, uma entrevista concedida por Carlos Lacerda ao *Los Angeles Times* culminou com nova crise para João Goulart. Na declaração feita ao correspondente do jornal estadunidense, Lacerda atacou o presidente da República e afirmou que os militares pensavam em depô-lo. A reação dos ministros militares foi imediata, com a sugestão ao presidente para decretar estado de sítio, possibilitando que Lacerda, então governador da Guanabara, fosse destituído do cargo e processado. Segundo Jorge Ferreira (2014), Jango se reuniu com Brizola, no Rio de Janeiro, para avisá-lo que prenderia Lacerda e interviria na Guanabara e tentou se reaproximar do cunhado, que o criticava pelas tendências à conciliação. Brizola teria concordado com os planos de Jango, mas submetia a sua posição individual ao que fosse decidido pela Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento do qual era destacada liderança.²⁸⁴ A consulta à Frente teve resultado adverso para o governo, pois as forças representadas no movimento apoiavam que o governo tomasse uma atitude contra Lacerda, mas rechaçaram o estado de sítio, do qual teriam ficado sabendo pelo rádio enquanto discutiam o que Brizola relatara (FERREIRA, 2014, p. 368). As organizações de esquerda temiam que Goulart utilizasse os poderes concentrados em torno de si para atingir lideranças como Brizola, Miguel Arraes, os dirigentes sindicais e o PCB.

Sem o apoio das esquerdas e com as dificuldades previstas em suas relações com o Congresso, o aspecto militar era fundamental para que o estado de sítio fosse aprovado. Desse modo, as tropas precisariam ocupar a Guanabara e deter Lacerda antes da formalização do pedido ao parlamento, criando um fato consumado que empurrasse o Congresso para uma posição favorável ao governo. Lacerda escapou e o plano falhou, pois, de acordo com Jorge

²⁸³ Segundo Wilma Antunes Maciel (2009), embora o levante tenha sido motivado pela decisão do STF, os sargentos tinham uma pauta de reivindicações combinadas à luta pela expansão de seus direitos políticos. As lideranças dos militares graduados tratavam a sua participação no parlamento como possibilidade de lutar pelas reformas de base e por conquistas para os sargentos e suboficiais. Já Karla Guilherme Carloni (2007, p. 293) aponta o vínculo entre os sargentos e os nacionalistas, dentre os quais se destacava Leonel Brizola, proximidade consolidada pela Campanha da Legalidade. Os nacionalistas de esquerda, o PCB, as Ligas Camponesas e o CGT se solidarizaram com os revoltosos de setembro de 1963, embora não tivessem feito parte do levante.

²⁸⁴ A Frente de Mobilização Popular (FMP) foi criada no início de 1963 e tinha como objetivo reunir parlamentares, lideranças e organizações favoráveis às reformas de base. A FMP apostava na pressão sobre o Congresso para forçar a aprovação das reformas e era crítica aos caminhos tomados por João Goulart em seu governo.

Ferreira (2014), faltou apoio entre os oficiais e os militares de baixa patente, próximos das interpretações que apontavam a dubiedade das intenções de Goulart. Assim, Jango decidiu retirar a mensagem enviada ao Congresso.

Na trajetória do *Correio da Manhã* o ano de 1963 foi de importantes mudanças e despedidas. Em maio, a convite do então proprietário do jornal, Paulo Bittencourt, o jornalista Jânio de Freitas assumiu o cargo de diretor-superintendente, com o qual acumulava a função de redator-chefe. Era mais que uma simples mudança de nomes. Como aponta Marieta de Moraes Ferreira (1996), Freitas trabalhou no *Jornal do Brasil* durante a década de 1950, período fundamental do processo de modernização do jornal, que alavancou o seu prestígio e o colocou como principal concorrente do *Correio da Manhã*. Comandando o caderno de esportes do *Jornal do Brasil*, Jânio de Freitas experimentava as mudanças que depois seriam aplicadas a todo o jornal, a exemplo da introdução de fotografias na primeira página e a eliminação da linha que dividia as colunas de textos.

A missão conferida a Jânio de Freitas era modernizar o jornal, devolvê-lo ao topo das vendas e recuperar o seu posto como a opinião de maior repercussão entre os jornais do Rio de Janeiro. Desse modo, a sua intervenção ultrapassava os aspectos técnicos ou do comando editorial do jornal e chegava à administração do *Correio da Manhã*. Segundo o seu depoimento para Jeferson de Andrade (1991), Jânio reformou a paginação, contratou novos jornalistas e equilibrou as finanças do jornal, além de recuperar parte do espaço perdido para o *Jornal do Brasil*. Paulo Bittencourt, responsável por convencer o reticente jornalista a aceitar a proposta de emprego, não teve muito tempo para acompanhar as transformações iniciadas nos primeiros meses da nova direção, pois faleceu em agosto daquele ano, na Suécia.

A morte de Paulo Bittencourt mergulhou o jornal na disputa pela herança do seu proprietário, na qual estavam envolvidas Sybil Bittencourt, sua filha do primeiro casamento e Niomar Moniz Sodré, com quem se casara no início da década de 1940. Niomar acabou ficando com o *Correio da Manhã*, mas a contenda desenrolada durante os últimos meses do ano fez com que Jânio de Freitas deixasse o jornal antes que a nova administração fosse definida. Segundo o depoimento do jornalista, Niomar reverteu as mudanças implementadas por ele durante a sua passagem pelo *Correio da Manhã*, mas outra alteração nos interessa mais. Trata-se da opção por Edmundo Moniz, primo de Niomar, e que deixara a direção do Serviço Nacional de Teatro naquele ano, para a função de redator-chefe.

Niomar assumiu a presidência do jornal no dia 27 de dezembro de 1963 e, dias antes, Moniz havia sido confirmado na nova posição na redação do *Correio da Manhã*

(FIGUEIREDO, 23 dez. 1963, p. 8). O período de transição para a nova administração também foi de mudanças na linha editorial do jornal, que elevou as críticas ao presidente João Goulart. Não foi, entretanto, uma guinada para a oposição, mas o desenvolvimento das posições e tendências já apresentadas pela linha editorial do jornal, desde o início do ano, quando Jango assumiu os poderes do presidencialismo. Ao longo de 1963, o *Correio da Manhã* procurou não desenvolver uma oposição sistemática ao presidente, embora demonstrasse pouca confiança na sua capacidade de administrar o país. Foi o caso da postura do jornal diante do Plano Trienal. Este, segundo o matutino, recebera a aprovação popular com o resultado do plebiscito, pois Jango apresentava-o como seu programa de governo, e merecia o apoio concedido:

O planejamento nacional, consubstanciado naquele documento pré-plebiscitário, foi menos a expressão de uma doutrina econômica e social do que um esforço para tornar consciente e coerente o trabalho administrativo. [...] Foi, pela primeira vez, uma tentativa de racionalizar e organizar a gestão dos negócios públicos conforme um sentido comum às diversas atividades ministeriais. [...] Fez-se um esforço bem-sucedido. Seu resultado foi o Plano Trienal. (CORREIO DA MANHÃ, 23 jan. 1963, p. 6).

Assim, as ações de Jango para a economia eram avaliadas a partir do cumprimento das medidas presentes no Plano.²⁸⁵ Durante o ano, contudo, aumentou a tensão entre uma postura moderada do jornal, que apoiava a realização das reformas de base, e o programa coordenado por Celso Furtado, e a crítica à condução política e administrativa de João Goulart. Moderada também foi a reação do jornal às crises políticas ocorridas em 1963. Quando os sargentos se rebelaram em setembro, o *Correio da Manhã* deu ampla cobertura ao episódio, mas minimizou a gravidade da crise em editorial, pois a resposta teria sido adequada e o levante permaneceu restrito à capital, não sendo reproduzido em outros estados. A normalidade vista no país no dia seguinte seria a prova da solidez das instituições e do ordenamento jurídico do Brasil, capazes de responder ao evento sem que fosse necessária uma medida de exceção.²⁸⁶

²⁸⁵ Um editorial de janeiro de 1963, por exemplo, tratava os rumos do governo como consequência de dois caminhos possíveis para João Goulart. O do planejamento, representado pelo Plano Trienal, e o da demagogia, instigado pelas reivindicações de aumentos salariais e pela atuação de Leonel Brizola (CORREIO DA MANHÃ, 29 jan. 1963, p. 6). Com o abandono do programa de estabilização, o *Correio da Manhã* reafirmou o seu apoio às medidas de contenção de créditos e salários, criticando a tentativa feita por João Goulart de se equilibrar entre interesses variados, deixando de tomar posições firmes em defesa do programa defendido nos editoriais do jornal (CORREIO DA MANHÃ, 30 mai. 1963, p. 6).

²⁸⁶ No dia 14 de setembro, o *Correio da Manhã* voltou ao tema da revolta dos sargentos em seu editorial. Fiel à linha adotada até então, o jornal condenou aqueles que poderiam fazer da repressão ao levante uma oportunidade para cercear direitos políticos dos trabalhadores, mas também atacou os “agitadores profissionais”, denunciados por se infiltrarem nos sindicatos para fomentar a instabilidade política (CORREIO DA MANHÃ, 14 set. 1963, p. 12).

Para o jornal, a revolta não ameaçava o regime político e a verdadeira inimiga da estabilidade era a situação econômica (CORREIO DA MANHÃ, 13 set. 1963, p. 12).

No mês seguinte, quando a entrevista de Carlos Lacerda era a polêmica da vez, o *Correio da Manhã* defendeu novamente uma resolução moderada do embate entre o udenista, os ministros militares e o presidente. A declaração do então governador da Guanabara foi condenada pelo jornal, pois contribuiria com a “guerra psicológica que vem desorientando a opinião pública e procurando levá-la a um estado de pânico” (CORREIO DA MANHÃ, 1 out. 1963, p. 6). Além disso, prejudicavam o país, pois Lacerda sugeria que os Estados Unidos isolassem o Brasil por causa da situação política. Porém, diante da resposta dos ministros militares a Lacerda e do pedido de estado de sítio, a linha editorial foi de apoio, mais uma vez, às saídas que não recorressem a atos de exceção, cobrando ações do governo para contornar a crise econômica.

Parte das ações reivindicadas era a aprovação das reformas de base, sendo a mais discutida delas, a agrária, tema importante para o jornal desde a década anterior. Podemos tomar como momento de destaque na elaboração de uma linha editorial do *Correio da Manhã* para a questão da propriedade rural as matérias escritas por Antonio Callado em 1959 sobre a região Nordeste e o problema da terra e da economia. O jornalista, que havia sido redator-chefe do *Correio da Manhã* até o início de 1959, viajou pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, motivado pelo envio ao Congresso Nacional da “Lei de Irrigação”, projeto que determinava a desapropriação de terras nas proximidades dos açudes que fossem construídos com dinheiro público (CORREIO DA MANHÃ, 8 set. 1959, p. 12). Os textos de Callado denunciavam os proprietários rurais, suas relações com o poder público e registravam as condições de trabalho no campo e a luta das Ligas Camponesas. O repórter e o jornal estavam alinhados na defesa do projeto do governo e se aproximavam também em alguns eixos que dirigiam a crítica às relações de produção no campo, pois destacavam a importância da divisão da propriedade para o desenvolvimento capitalista na região, já que a reforma agrária poderia impulsionar o mercado interno e possibilitaria o aumento da produção de alimentos, capaz de sustentar processos de industrialização dos centros urbanos (QUELER; ZANGELMI, 2020).²⁸⁷

²⁸⁷ Entretanto, os textos de Antonio Callado não eram simples reverberações da linha editorial do *Correio da Manhã*. Ao abordar as Ligas Camponesas, Callado se desloca na contradição entre apresentar o movimento como uma ferramenta importante na pressão pela modernização da economia capitalista da região, deixando de lado o seu potencial revolucionário, ao mesmo tempo em que se referia positivamente à China, cuja revolução tinha um conteúdo camponês incontornável.

O anteprojeto do Governo Federal foi derrotado no Congresso, mas as reportagens de Antonio Callado tiveram repercussão relevante, tendo sido comentadas em jornais e revistas, fomentando cartas enviadas ao autor e citadas por deputados e senadores, manifestações que foram reunidas, junto às matérias publicadas no jornal, no livro *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*, lançado no ano seguinte. Não era, entretanto, a primeira vez que Callado escrevia sobre os conflitos envolvendo a propriedade da terra. Também um romancista, usou os problemas do campo como pano de fundo de *Assunção de Salviano* – seu primeiro romance – e voltou à questão da terra e dos camponeses em *Quarup*, na segunda metade da década de 1960.

As matérias também marcaram a história do *Correio da Manhã*, pois a posição do jornal era de defesa da aprovação da Lei de Irrigação e seus editoriais citaram os textos de Callado, reforçando a crítica aos proprietários de terras e às condições de vida dos trabalhadores rurais.²⁸⁸ Serviram, portanto, de prólogo às posições que o veículo manteve durante o acirramento da discussão sobre a reforma agrária no início dos anos 1960. O *Correio da Manhã* consolidou, em seus editoriais, uma visão sobre a reforma agrária, que deveria ser realizada através da negociação entre as forças representadas no Congresso Nacional e contribuiria com o desenvolvimento industrial brasileiro.

Este último fator também era levado em consideração pela esquerda, sobretudo o PCB, mas, enquanto os diversos grupos apostavam que a reforma agrária seria fruto de uma mobilização que fortaleceria a luta dos trabalhadores do campo e da cidade, construindo a revolução socialista futura, os editorialistas do *Correio da Manhã* pensavam o oposto. A reforma agrária serviria para desarmar o potencial revolucionário que encontrava, na opressão sobre o camponês e o trabalhador rural, seu combustível. Era o que o jornal alertava ao abordar o problema dos chamados “posseiros”, aqueles que ocupavam e cultivavam terras das quais não possuíam a propriedade, e ao denunciar a prática do “cambão”, obrigação de trabalhar a terra do proprietário por um dia, sem remuneração. A linha editorial defendia que aqueles que temiam o avanço do comunismo precisavam olhar para a questão agrária e oferecer uma saída distinta da repressão aos movimentos camponeses:

²⁸⁸ No editorial de 16 de setembro de 1959, o jornal denunciava as relações de produção no nordeste do Brasil e o amálgama que unia a política e a propriedade da terra: “Pois os proprietários que, sem nada fazerem, ganham água de açude, são inamovíveis. Não seguem nenhum plano comum de cultura de alimentos, não utilizam a água dentro de uma planificação geral da terra. Não tem a mentalidade evoluída de um agricultor moderno. E só a irrigação planejada poderá salvar o Nordeste. [...] Nenhum proprietário cearense paga o salário mínimo aos seus trabalhadores, nenhum se responsabiliza por dar assistência ao lavrador em época de seca, nenhum aceita qualquer responsabilidade. Os deputados do Ceará são proprietários em bacias de irrigação, ou porta-vozes de proprietários. Outros dependem do DNOCS para suas eleições. A indústria da seca é universal, ali” (CORREIO DA MANHÃ, 16 set. 1959, p. 6).

Se há perigo comunista no Brasil, certamente seu lugar mais característico não deve ser procurado nas cidades. Não é pelo proletariado industrial que o comunismo venceu na Rússia e China e é forte na Itália do Sul e na Espanha, mas pelas populações rurais desses países, antigamente ou ainda semifeudais. No Brasil, o lugar do perigo é o mesmo. Está no interior do país, onde a miopia – para não dizer: a cegueira – pretende manter condições de vida anteriores ao século XVIII. [...] É perfeitamente possível suprimir as ligas camponesas. Mas não é possível ignorar o que elas reivindicam: a proteção dos posseiros contra a expulsão arbitrária. [...] Pretendem combater o comunismo expulsando posseiros e mantendo o cambão. Esses falsos anticomunistas fomentam o êxodo rural, ameaçando de comunismo as cidades onde ele praticamente não existe e onde as grandes empresas obedecem a legislação trabalhista. (CORREIO DA MANHÃ, 25 ago. 1961, p. 6).

O caso dos posseiros era exemplar do raciocínio do jornal para o problema do campo, pois conjugava a injustiça social à ineficiência econômica, já que segundo a posição oficial do *Correio da Manhã*, na maioria das vezes, os proprietários expulsavam os posseiros após estes cultivarem e darem utilidade a terras abandonadas e sobre as quais o proprietário apresentava documentos com indícios de fraude (CORREIO DA MANHÃ, 25 ago. 1961, p. 6). Tal “programa” reformista com objetivos de estabilidade política e desenvolvimento econômico era suficiente para que o *Correio da Manhã*, durante do governo de João Goulart, fosse um jornal pró-reformas de base, o que não fazia dele um veículo pró-governo. Até o início de 1964 o jornal manteve a posição diante do presidente. Criticava constantemente João Goulart pela situação econômica do país e pedia ações para suprimir a instabilidade política e a inflação, porém, evitava se unir aos opositores mais duros do Governo Federal e costumava endereçar a culpa pelas crises políticas aos grupos de esquerda e direita. Em dezembro, o governo dava sinais de buscar retomar o diálogo com a esquerda, intenção demonstrada pelos encontros entre Jango e Brizola e as notícias sobre uma possível reforma ministerial, exigida pela Frente Parlamentar Nacionalista e pela Frente de Mobilização Popular. Esta última tinha uma demanda específica, a nomeação de Leonel Brizola para o Ministério da Fazenda,²⁸⁹ reivindicação que levantou a oposição do jornal, do empresariado e de setores da oficialidade militar.²⁹⁰

²⁸⁹ A indicação de Brizola não era unanimidade entre a esquerda. Segundo Jorge Ferreira (2014), uma reunião na casa de Ênio Silveira selou a campanha em torno de Brizola, mas o representante do CGT e o Comando Geral dos Intelectuais foram contra o nome do ex-governador do Rio Grande do Sul, pois “contribuiria para o acirramento do processo de radicalização política” (FERREIRA, 2014, p. 383). Não obstante os argumentos do CGT, a reunião decidiu que as organizações defendessem a nomeação de Brizola.

²⁹⁰ O *Correio da Manhã* (17 dez. 1963, p. 6) registrou reações de bancos estrangeiros à possibilidade da ida de Brizola para a Fazenda e noticiou um aumento dos saques bancários no Brasil. Nos dias seguintes foi a vez da repercussão entre os militares ser citada pelo jornal, que afirmava ser cautelosa a posição do Ministério da Guerra, o qual temia a nomeação da Brizola, pois ela poderia ser entendida como uma provocação (CORREIO DA MANHÃ, 19 dez. 1963, p. 6).

Os responsáveis pelo *Correio da Manhã* pensavam que os rumores acerca da nomeação de Brizola eram parte de uma manobra para que ele acabasse ocupando outra pasta (CORREIO DA MANHÃ, 7 dez. 1963, p. 6), mas as notícias dos dias seguintes mostraram que o objetivo de Brizola e das organizações que o apoiavam estava definido:

Tendo mantido, na última quinzena, importante conferência com o sr. João Goulart, o sr. Leonel Brizola voltou, ontem, a manter novo contato com o presidente da República. Pelo pouco que chegou a transpirar, veio à baila a questão da reforma ministerial, com o que se aumentou a suspeita de que o deputado pela Guanabara será, efetivamente, um dos membros do futuro governo. A única dúvida que restava, ontem à noite, decorria da firmeza com que o ex-governador gaúcho colocava o problema de sua participação no Ministério. Fontes dignas de crédito, porém, asseguraram que o sr. João Goulart teria tratado de convencer o seu parente e correligionário a concordar na sua nomeação para uma outra pasta que não a da Fazenda. A Frente de Mobilização Popular, ao que revelou o próprio sr. Leonel Brizola, insiste em que fora do MF não haveria condições para que ele, Leonel Brizola, pudesse se sentir à vontade. (CORREIO DA MANHÃ, 14 dez. 1963, p. 6).

O que motivava Brizola era o poder que a pasta tinha sobre o conjunto do governo, pois embora tivesse sido noticiado pelo *Correio da Manhã* (18 dez. 1963, p. 6) que Jango ofereceu três pastas com orçamento e peso político relevante (Viação e Obras, Trabalho e Educação), nenhuma delas possibilitava a chance de imprimir a orientação geral da administração. Além da aversão a Brizola, a opinião oficial do jornal seguia a simpatia do empresariado pelo titular do Ministério da Fazenda, Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo que substituíra San Tiago Dantas em junho.²⁹¹ O ministro pediu demissão no dia 19 e Jango não deixou que a vacância do cargo incentivasse uma nova crise política acerca do sucessor do ministro. Assim, no dia 21, a imprensa já divulgava o nome de Nei Galvão, que pertencera ao alto escalão do Banco da Província do Rio Grande do Sul e que já fazia parte do governo, pois presidira o Banco do Brasil entre 1961 e julho de 1963. O novo ministro acalmou os conservadores e irritou a esquerda, que viu a estratégia conciliatória de Jango persistir (CORREIO DA MANHÃ, 21 dez. 1963, p. 6).

Superada a crise do Ministério da Fazenda, havia outra questão sobre a qual o jornal lançava questionamentos ao presidente. Tratava-se do decreto que o governo preparava a partir da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), criada em fins de 1962, para declarar de utilidade pública as terras às margens de rodovias federais. O ato governamental era uma medida para contornar parcialmente o impasse da discussão sobre a reforma agrária entre os partidos políticos. Dessa forma, Jango aumentava a pressão sobre o Congresso e realizava, em uma escala menor, antigas reivindicações, caso do combate à especulação com

²⁹¹ De acordo com Jorge Ferreira (2014), Carvalho Pinto contava com “grande prestígio nos meios empresariais e financeiros no Brasil e nos Estados Unidos” (p. 382).

terras beneficiadas por obras públicas, problema que inspirara a derrotada Lei de Irrigação do governo JK. Os responsáveis pelo *Correio da Manhã* se opuseram à medida pois a enxergavam de modo contrário. Em seu entendimento, o governo não atuava em prol da reforma agrária, mas se esquivava dela

as coordenadas do decreto o situam em um típico território de manobra política. Em lugar de buscarem-se condições para uma lei básica de reforma agrária, o que se procura evidentemente é criar a impressão de que o presidente da República, tolhido em seu propósito de agir em benefício da nação, resolveu agir sozinho, com seus próprios recursos, sem o Congresso. (CORREIO DA MANHÃ, 15 dez. 1963, p. 6).

Assim, o problema das indenizações em dinheiro persistia, reduzindo o alcance da medida, sendo que o decreto se destinava a manter “sobre a cabeça de adversários políticos a ameaça de desapropriações. Aos amigos, poderia propiciar bons negócios. Aos comandantes da manobra traria (ou poderia trazer) a adesão de massas desesperadas, acaudilháveis para rumos desconhecidos” (CORREIO DA MANHÃ, 15 dez. 1963, p. 6). O mesmo editorial reafirmava a defesa de uma reforma agrária que combatesse os latifúndios improdutivos e voltava a citar a exigência de indenização prévia em dinheiro como empecilho a um projeto viável de reforma. Entretanto, a posição sobre o governo parecia definida, pois o jornal cobrava o presidente, quase sempre, como alguém que oscilava entre a omissão e a demagogia.

O anteprojeto também não recebeu o apoio do PSD, o qual vinha tomando posições mais duras contra as propostas de reforma agrária, sintomas do avanço das bases ruralistas do partido sobre a direção (FIGUEIREDO, 1993, p. 124-125). A iniciativa da SUPRA não foi suficiente para que o PSD rompesse com o governo, mas as lideranças do partido criticaram publicamente a ideia (CORREIO DA MANHÃ, 19 dez. 1963, p. 6), segundo Argelina Figueiredo (1993, p. 140), argumentando que as medidas seriam ilegais, poderiam ser utilizadas para perseguir adversários do presidente e careciam de maior detalhamento.

O decreto da SUPRA foi, finalmente, assinado por João Goulart no comício do dia 13 de março de 1964, realizado na Central do Brasil, diante de mais de 100 mil pessoas.²⁹² O evento contou com a presença de Brizola e Miguel Arraes, no palanque junto ao presidente, sinal interpretado como adesão de Jango à esquerda mais combativa. O anúncio do comício contribuiu para a formalização da ruptura entre o PSD e o governo, relação que acumulava divergências motivadas pelas reformas de base e se fragilizara pelo não pronunciamento de

²⁹² Jorge Ferreira (2005, p. 353) cita a estimativa de 150 mil pessoas, enquanto Moniz Bandeira (1978) aponta a presença de 200 mil pessoas no Comício da Central.

Jango em favor da candidatura de Juscelino para as eleições de 1965 e a decisão do PSD em manter Auro de Moura Andrade na presidência do senado (HIPPOLITO, 2012, p. 293).

Os editoriais do *Correio da Manhã*, publicados dias antes da realização da concentração, abordavam o ato como parte da agitação, denunciada como uma radicalização simétrica tanto da direita quanto da esquerda. Segundo a linha do jornal, tentava-se reeditar, no Brasil, o cenário da década de 1930, quando o embate entre fascistas e comunistas monopolizava a ação política e exigia uma tomada de posição.

O falecido dr. Goebbels, ao qual ninguém negará o talento de forjar lemas, encontrou para essa chamada uma fórmula lacônica: “Ou Hitler ou Stalin, não há outra alternativa”. [...] Hitler e Stalin morreram, graças a Deus. Mas no Brasil pretende-se fazer segunda edição do lema goebbelsiano: “Ou Brizola ou Lacerda, não há alternativa”. (CORREIO DA MANHÃ, 8 mar. 1964, p. 6).

No editorial, o confronto entre direita e esquerda era tratado como responsável por enfraquecer o centro político, premissa que, futuramente, serviu de base para que trabalhos como o de Lucia Hippolito (2012) explicassem a derrocada do regime da Constituição de 1946. Para a autora, o sistema político brasileiro se equilibrava sobre a força partidária de centro, o PSD, que através “de uma política de alianças e coalizões alternativas atraía os outros partidos para uma posição de compromisso com a estabilidade do regime” (HIPPOLITO, 2012, p. 32). Desse modo, a radicalização das demais forças políticas teria tensionado o partido de centro, levando-o à fragmentação e afetando o sistema político como um todo.

Curiosa era a caracterização que os editorialistas do *Correio da Manhã* faziam das forças de centro. Antes de citar um partido, o jornal identificava as classes médias como representantes ideais do centro político, embora advertisse para a tendência da adesão desses setores à mobilização de direita:

É urgentemente preciso refrear a radicalização dos dois lados, para fazer respirar a gente no meio, isto é, literalmente a do meio: a classe média. A classe média é hoje a mais ameaçada de todas politicamente. Está sendo carregada dos dois lados e – lamentamos a necessidade de dizê-lo – parte considerável da classe média parece disposta a aderir aos radicais da direita. Mas isso não evitará uma eventual vitória da esquerda e, por outro lado, colocaria a classe média no caso de vitória das direitas sob uma ditadura pior que aquela da qual em 1945 se libertou. (CORREIO DA MANHÃ, 8 mar. 1964, p. 6).

No sentido exposto pelo jornal, a cidade do Rio de Janeiro pode ser citada como um caso emblemático para observação, pois o sucesso eleitoral de Carlos Lacerda se devia, principalmente, aos votos e ao apoio das classes médias, como demonstrou, pouco tempo

depois, o cientista político Gláucio Ary Dillon Soares (1965), em artigo publicado na *Revista Civilização Brasileira*.²⁹³

No dia marcado para a realização do Comício da Central, o editorial do *Correio da Manhã* criticou a expectativa de partidários e adversários do Governo Federal ao redor do ato. Os temores de golpes contra Jango ou uma revolução social que pusesse em risco a propriedade privada eram considerados infundados e a opinião do jornal identificava um único ator capaz de, efetivamente, ameaçar o regime: as Forças Armadas. Estas, entretanto, logo receberam um voto de confiança:

Na verdade, as Forças Armadas estão em condições de restabelecer a ordem em qualquer recanto do país. [...] Ninguém tem dúvida de que os comandantes militares que se atreverem a dar qualquer ordem no sentido de ferir a legalidade deixarão imediatamente de ser obedecidos. As últimas tentativas não dão margem a quaisquer dúvidas a esse respeito. (CORREIO DA MANHÃ, 13 mar. 1964, p. 6).

Passado o comício, a interpretação da linha editorial foi levemente alterada. O ato continuava sendo tratado como um gesto de propaganda sem grandes consequências. O *Correio da Manhã*, ao citar os decretos assinados no palanque, lembrou que eram medidas que poderiam compor o cotidiano do governo, sem precisar de uma mobilização de massas para anunciá-las. No entanto, embora minimizasse a importância do comício, o jornal apontava que ele poderia ter aberto “a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o País de sobreaviso”, pois o governo, “desgastado pela sua inércia”, estaria buscando “recuperar-se, mas esta tentativa de recuperação constitui também uma velada ameaça às instituições em vigor” (CORREIO DA MANHÃ, 14 mar. 1964, p. 6). A ameaça citada era a possibilidade de o presidente passar a pressionar o Congresso pela aprovação das reformas de base, representada, também, pelo discurso de Leonel Brizola, fortemente criticado nos editoriais dos dias 14 e 15 de março.²⁹⁴ Contudo, na avaliação do *Correio da Manhã*, havia um aspecto que amenizava os traços negativos do comício, pois Jango, em seu discurso, falara em entregar um país melhor ao seu sucessor, trecho interpretado como sinal de que o presidente não alimentava teses continuístas.

O movimento editorial mais decisivo contra João Goulart não foi motivado pelo Comício da Central, mas pela mensagem enviada ao Congresso poucos dias depois, na qual o

²⁹³ Utilizando pesquisas e resultados eleitorais da primeira metade da década de 1960, Gláucio Ary Dillon Soares (1965) concluiu que embora o apoio a Carlos Lacerda entre trabalhadores com menor renda não fosse desprezível, a maior parte da base social sob a qual o líder udenista se abrigava era composta pelos estratos com maior poder econômico.

²⁹⁴ Goulart defendeu a mudança da Constituição, enquanto Brizola defendeu a substituição do Congresso por uma Assembleia Constituinte (FIGUEIREDO, 1993, p. 181).

governo pedia a alteração constitucional para viabilizar a reforma agrária, a realização de plebiscitos sobre as reformas de base e a delegação de poderes do Legislativo ao Executivo. Além disso, propunha-se a alteração na definição acerca das inelegibilidades, assumindo uma definição ampla o suficiente para permitir interpretações nas quais Leonel Brizola, cunhado de Jango, e o próprio presidente fossem considerados aptos ao pleito presidencial de 1965 (FERREIRA, 2014, p. 432).

Diante da mensagem do Executivo, o *Correio da Manhã* saiu a público com três distintas posições acerca dos assuntos tratados. Quanto à reivindicação das reformas, esta recebeu o apoio editorial do jornal; sobre a modificação da Constituição, foi parcialmente defendido, pois o jornal concordava com a necessidade de alterar a forma de indenização aos proprietários; por fim, a delegação de poderes foi rechaçada e considerada uma medida que impunha uma mudança de regime político, dando aparência constitucional a uma ditadura. Um editorial pediu a rejeição do Congresso às propostas que poderiam aumentar o poder do presidente, mas também defendia que o legislativo respondesse à ação governamental com a aprovação das reformas de bases, ato que serviria “para tirar os pretextos às veleidades ditatoriais de fazê-las sem o Congresso” (CORREIO DA MANHÃ, 18 mar. 1964, p. 6).

Embora a opinião dos fazedores do jornal se mantivesse distante da defesa do mandato de João Goulart e continuasse pregando contra a radicalização de direita e de esquerda, houve uma mudança importante após a mensagem ao Congresso. Antes, o jornal advertia contra setores da esquerda, identificados quase sempre com Leonel Brizola, que eram vistos como potencialmente golpistas por tensionarem a luta política para uma resolução que escapasse da negociação entre partidos no legislativo, mas Jango era parcialmente poupado, pois costumava ser apresentado como um presidente em disputa, indeciso e omissivo. A partir daquele momento, entretanto, Jango foi diretamente implicado no que o jornal considerava uma intenção golpista. Para piorar a avaliação sobre o presidente, o *Correio da Manhã* noticiou que o Governo Federal pretendia instituir o monopólio estatal sobre a importação de papel, matéria-prima fundamental da atividade jornalística. Em editorial extraordinário, publicado na capa do jornal, como era comum em momentos considerados decisivos, o *Correio da Manhã* denunciava que o governo poderia usar o controle sobre as transações para intimidar jornais considerados de oposição (CORREIO DA MANHÃ, 19 mar. 1964, p. 1).

As consequências do comício foram ainda mais severas, considerando outros grupos políticos e econômicos. As oposições ao governo fizeram um movimento em direção às bandeiras da legalidade, apropriando-se delas, como destaca Argelina Figueiredo (1993, p. 182), acusando Jango de preparar um golpe. Auro de Moura Andrade, reeleito naquele mesmo

mês para a presidência do Senado, discursou sobre os “perigos para a democracia” brasileira (ALL RIGHT, 18 mar. 1964, p. 2), Carlos Lacerda enviou carta aberta aos governadores declarando que “a guerra revolucionária foi deflagrada no país por meio de uma pressão a pretexto de reformas” e propondo a formação de um “movimento de salvação nacional” (CORREIO DA MANHÃ, 19 mar. 1964, p. 5). No dia 19 de março, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” levou cerca de 500 mil pessoas – ou 200 mil, segundo Elio Gaspari (2014a) – às ruas para protestar contra o governo e as esquerdas.²⁹⁵

Entre os militares, destacou-se a manifestação do general Humberto de Alencar Castello Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército. Dias depois do Comício da Central, Castello Branco fez circular um documento, entre generais do Exército, criticando o governo, o CGT e a proposta de Constituinte. A circular chegou aos oficiais próximos de Jango e o presidente decidiu pela demissão do general que já conspirava contra o governo pelo menos desde fevereiro (GASPARI, 2014a, p. 59-60). Enquanto isso, materializava-se, em Minas Gerais, a saída golpista, através da confluência de objetivos imediatos entre a liderança militar de Olympio Mourão Filho e o poder civil, nas mãos do governador Magalhães Pinto.

De modo mais amplo, os militares e setores do sistema partidário se aproximaram através do léxico da “guerra revolucionária”. Um dos primeiros exemplos de amadurecimento da relação entre o que se discutia nos quartéis e as armas da luta política empreendida pelos adversários de João Goulart foi o discurso, em janeiro de 1964, do deputado Bilac Pinto, então presidente da UDN, sobre uma “guerra revolucionária” em curso no país. Da tribuna da Câmara dos Deputados, Bilac Pinto reproduzia as teses que ocupavam cada vez mais espaço entre os militares brasileiros. Estes, desde o fim da década de 1950, tomaram contato com as ideias desenvolvidas na França acerca da “guerra revolucionária”, que se converteram em doutrina e foram exportadas para países do “Terceiro Mundo”. A doutrina adotava um nome com origem no inimigo a combater e era uma resposta à derrota dos franceses diante dos vietnamitas e à revolução anticolonial em curso na Argélia.

fortaleceu-se no Exército Francês a ideia de que a razão da derrocada na Indochina fora o fato de que a doutrina militar não estava preparada para enfrentar um novo tipo de guerra. A principal característica desse tipo de conflito era a indistinção entre os meios militares e os não militares e a particular combinação entre política,

²⁹⁵ Segundo Jorge Ferreira (2014), a ideia inicial de uma manifestação contra Jango partira de uma freira, a irmã Ana de Lourdes, inconformada com um trecho do discurso do presidente no comício do dia 13. Para organizar a marcha, entre outros grupos, colaboraram membros da “Fraterna Amizade Urbana, da Sociedade Rural Brasileira, da União Cívica Feminina, e outras” (FERREIRA, 2014, p. 437).

ideologia e operações bélicas que ela proporcionava. (MARTINS FILHO, 2008, p. 41).

As teses vindas da França eram sedutoras para os militares brasileiros, pois, de acordo com João Roberto Martins Filho (2008), elas favoreciam a intervenção dos militares na política, eram flexíveis para adaptações à realidade nacional e davam, aos países periféricos, um papel muito importante. Em uma guerra tradicional entre Estados, o Brasil ocuparia um lugar secundário, a exemplo da Segunda Guerra Mundial, mas, no contexto do desenvolvimento de um outro tipo de conflito, desencadeado internamente, as Forças Armadas surgiam como as defensoras de uma sociedade que os ideólogos conservadores imaginavam em perigo.

A doutrina francesa passou a ser debatida pelos militares brasileiros em 1959, quando o então coronel Augusto Fragoso, baseado em livros e artigos publicados na França, realizou uma palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre o tema. A conferência discutiu a conjuntura brasileira à luz da literatura da guerra revolucionária e localizou a situação nacional na etapa “pré-revolucionária”, caracterizada pela linha política moderada do Partido Comunista na década de 1950. Além disso, a conclusão de Fragoso apontava para os limites que os regimes democráticos impunham às forças que desejavam combater os revolucionários (MARTINS FILHO, 2008, p. 43-44). A conferência não fez da doutrina um novo centro orientador das ações dos militares no Brasil, mas participou do processo aprofundado nos meses e anos seguintes, quando a conceituação de guerra revolucionária passou a integrar oficialmente os documentos do Estado-Maior, oficiais frequentaram curso sobre combate a movimentos revolucionários e os textos sobre a doutrina circulavam nas revistas militares no Brasil, atingindo uma parcela cada vez maior da tropa (MARTINS FILHO, 2008, p. 45-46).²⁹⁶

O discurso de Bilac Pinto foi um momento decisivo do transbordamento das teses sobre a guerra revolucionária para o meio civil, mas elas já circulavam com destaque antes do presidente da UDN subir à tribuna munido da literatura militar. Termos como “guerra psicológica” tornaram-se comuns na imprensa e, em 1963, a Editora Civilização Brasileira lançou *Guerrilhas e Revoluções*, escrito pelo militar francês Gabriel Bonnet, uma das referências utilizadas por Augusto Fragoso em sua conferência de 1959. A obra foi traduzida por um militar, o major Rubens Mário Jobim, e recebeu um breve texto de apresentação, escrito pelo coronel Carlos de Meira Mattos, que destacava a relevância que a experiência francesa adquirira no Brasil:

²⁹⁶ Uma detalhada exposição sobre o papel da ideologia da guerra revolucionária foi feita por Maud Chirio (2012).

A obra de BONNET destina-se às elites. Mostra, através da história, as origens dos processos e técnicas de ação hoje utilizados na Guerra Revolucionária. Analisa profundamente as características dessa moderna forma de guerra, de caráter muito mais político e psicológico do que militar. Sua difusão entre os nossos quadros de oficiais das Forças Armadas e entre a nossa elite intelectual deve valer como uma mensagem de alerta – alerta contra a insidiosa tática de infiltração e de dominação comunista consubstanciada na doutrina de Guerra Revolucionária. Fomos, no nosso Exército, talvez, dos primeiros a se preocuparem e a estudarem as Guerras Insurrecional e Revolucionária. [...] O Estado-Maior do Exército decidiu mandar adotar as denominações e conceituações abaixo, recomendadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas: GUERRA REVOLUCIONÁRIA é a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre a qual é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida. (MATTOS, 1963, p. XIII).

Meses depois da publicação do livro de Bonnet, Bilac Pinto acusou sindicatos e movimentos de camponeses de estarem se armando, com ajuda do Governo Federal, munidos de intenções golpistas. Preocupado com a radicalização, um editorial do *Correio da Manhã* contestou a fala do deputado e o acusou de recorrer ao sensacionalismo por fazer denúncias sem provas. Apesar disso, o jornal considerava possível que camponeses estivessem se armando, mas apontava que a única certeza sobre a posse de armas recaía sobre os fazendeiros, pois estes bradavam que estavam prontos para se defender (CORREIO DA MANHÃ, 14 fev. 1964, p 6). A esquerda também preocupava o jornal, que comentou as posições do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, chamado de “um dos elementos mais serenos” (CORREIO DA MANHÃ, 14 fev. 1964, p 6) entre as lideranças de esquerda no Brasil, mas citado como mais um a ser envolvido pela radicalização política no país, a qual seria consequência do abandono, por parte da esquerda, do programa das reformas de base em troca de uma pauta revolucionária, enquanto a direita passara de uma posição de negociação por reformas moderadas para o rechaço a qualquer plataforma de cunho reformista.

A oposição partidária a Jango, as mobilizações civis em torno de bandeiras conservadoras e o pensamento militar transformado em doutrina compunham uma constelação com as principais manifestações diretas da burguesia brasileira, abordadas por René Armand Dreifuss (1981) a partir dos exemplos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Juntas, elas formaram a imagem do golpe. A derrubada de Jango estava articulada ao redor de Castello Branco e com data para ocorrer nos primeiros dias do mês de abril (BANDEIRA, 1978, p. 172). O movimento foi precipitado pela reação à presença do presidente no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, para discursar na cerimônia de posse da diretoria da Associação dos Sargentos.

Diante de aproximadamente dois mil militares, Goulart não surpreendeu no conteúdo de sua fala. Defendeu as medidas do Governo Federal e denunciou as forças de oposição, mas o evento carregava um simbolismo político relevante para a conjuntura, pois, dias antes, a comemoração do aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais terminara em rebelião, após o ministro da Marinha, Sílvio Mota, enviar tropas para prender 12 dirigentes da associação. Parte dos militares cuja missão era encerrar a reunião passou para o lado dos marinheiros e Sílvio Mota pediu demissão. Coube ao novo ministro, o almirante Paulo Márcio Rodrigues, a decisão de anistiar os revoltosos, que foram liberados horas após a prisão (FERREIRA, 2014, p. 451). A presença de João Goulart em ato semelhante ao que motivara a mais recente crise de seu governo soava como endosso presidencial à quebra de hierarquia.

Diante da revolta dos marinheiros, os editoriais do *Correio da Manhã* repetiram a fórmula adotada no ano anterior, quando militares de baixa patente se rebelaram em Brasília. O episódio era considerado uma sublevação, mas se tratava de uma ação de minorias e não poderia servir de justificativa para a decretação de estado de sítio ou para um “contragolpe preventivo dos que pretendem explorar o incidente” (CORREIO DA MANHÃ, 27 mar. 1964, p. 6).²⁹⁷

Ainda sobre os desdobramentos da revolta, um dia antes da ida de Jango ao Automóvel Clube, o *Correio da Manhã*, através de editorial, cobrou do governo o restabelecimento da disciplina nos meios militares e destacou que, embora os marinheiros reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro tivessem incorrido em grave falha, também faltaram com a disciplina os oficiais que “se revoltaram contra o novo ministro e lançaram, no Clube Naval, o manifesto em que acusam o Governo de ter encoberto a indisciplina” (CORREIO DA MANHÃ, 29 mar. 1964, p. 6).²⁹⁸

A participação de Jango no ato dos sargentos no dia 30 fez com que o jornal intensificasse sua linha editorial nas críticas à conduta do presidente. A edição do dia 31 de

²⁹⁷ O desfecho da revolta motivou um editorial de crítica ao governo, chamado de omissivo, demagogo e acusado de atentar contra o regime político: “Não precisamos de ‘mão forte’ no sentido real do termo, ou seja, de uma ditadura bonapartista ou totalitária. Criar o clima de desordem para estabelecer depois a ditadura é uma velha tática completamente desmoralizada” (CORREIO DA MANHÃ, 28 mar. 1964, p. 3). Os riscos à democracia, entretanto, continuavam sendo apontados também nos adversários de João Goulart e o jornal mantinha a linha editorial crítica às hipóteses de ruptura institucional: “O Brasil, que iniciou a sua revolução industrial e começou a passar para a área dos países desenvolvidos, tem muito a perder com a destruição do regime. Não pode aceitar golpes nem contragolpes e muito menos a guerra civil, porque ela virá, inevitavelmente, se houver a tentativa de interromper o processo democrático no qual se apoia a legalidade constitucional” (CORREIO DA MANHÃ, 28 mar. 1964, p. 3).

²⁹⁸ Segundo notícia do *Correio da Manhã*, oficiais da marinha tentaram prender o substituto de Sílvio Mota para impedir a sua posse (CORREIO DA MANHÃ, 28 mar. 1964, p. 1)

março trouxe um editorial na capa do *Correio da Manhã*, expediente adotado em momentos considerados especiais. Sob o título de “Basta!”,²⁹⁹ pela primeira vez o jornal cogitou que Jango não terminasse o mandato. Em uma espécie de ultimato para que ele mudasse a orientação política do governo, o editorial sugeriu a renúncia do presidente, caso não estivesse disposto a abandonar a estratégia de mobilização de massas:

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? [...] Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. É admissível que o sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para isto, o sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil. (CORREIO DA MANHÃ, 31 mar. 1964, p. 1).

A denúncia de radicalismos de esquerda e de direita foi substituída pela certeza de que o golpe viria de João Goulart e a figura do “contragolpe” surgiu para nomear uma provável ação para derrubar o presidente. No dia seguinte, o deslocamento do jornal para a defesa do golpe se concretizou. Na primeira página, um novo editorial encabeçado por uma interjeição – “Fora!” – exigia a saída de Jango da presidência, dessa vez sem condicionantes. A derrubada de João Goulart foi apresentada pelo *Correio da Manhã* como um movimento em defesa da legalidade, mas o jornal sabia dos riscos envolvidos na mobilização contra o governo. Não obstante o repúdio à radicalização de grupos de direita e de esquerda, expresso pelo jornal durante meses em editoriais, por vezes a opinião do órgão foi específica sobre aspectos que, no auge da crise do governo, foram deixados de lado. A tendência demonstrada por setores da classe média para aderir a movimentos antidemocráticos de direita, citada em um editorial no início do mês, foi omitida na nova posição do jornal. Tampouco a questão militar voltou a fazer parte da reflexão do órgão acerca do modo como as crises políticas se conduziam no Brasil. Em fevereiro, o *Correio da Manhã* criticara quem afirmava que a política entrara nos quartéis e estaria interferindo na atividade dos militares. À época, o editorial parecia dirigido aos udenistas, derrotados em diferentes eleições nacionais e dos quais partiram tentativas de

²⁹⁹ De acordo com Marcos Napolitano (2021, p. 45), o título “Basta” já havia sido utilizado em um editorial do *Jornal do Brasil* em setembro do ano anterior, criticando o governo após a revolta dos sargentos em Brasília.

interferir, ao lado de setores das Forças Armadas, no curso regular do processo eleitoral, em 1955, e no episódio da posse de Jango, quando o jornal esteve ao lado da legalidade:

Reconhecemos nessa boataria a velha tática golpista: homens acostumados a perder eleições e receosos de perdê-las novamente, batem às portas dos quartéis, na esperança insultuosa de degradar os militares a mercenários de determinado partido político. É o escândalo crônico da República. Não pode ser tolerado. (CORREIO DA MANHÃ, 23 fev. 1964, p. 6).

Em “Basta!” e “Fora!” a questão militar aparece apenas como uma das crises geradas pelas atitudes de João Goulart e o jornal contornou o papel central que as Forças Armadas desempenhavam na deposição de Jango, limitando-se a exigir que o presidente entregasse o cargo, sem assinalar que havia uma espada sobre a sua cabeça.

Com exceção de *Última Hora*, os principais jornais do país apoiaram o golpe contra João Goulart. Entretanto, os editoriais do *Correio da Manhã*, nos dias 31 de março e 1º de abril, se tornaram os únicos sobre os quais a autoria virou um tema controverso. Pode-se explicar o lugar especial reservado aos editoriais do *Correio da Manhã*, sobretudo, pela contradição entre a tomada de posição do jornal e a imagem vinculada à defesa da legalidade adquirida desde a década de 1950. O antivarguismo do jornal e as restrições à liderança política de João Goulart mostram que o apoio à derrubada de Jango não era um gesto súbito impulsionado pelo agravamento da crise, porém, a passagem do *Correio da Manhã* para a oposição à ditadura e o engajamento de vários dos jornalistas envolvidos na redação de “Basta!” e “Fora!” reforçam a ideia de que o alinhamento com o movimento golpista se chocou com a linha política cultivada desde a década anterior. Os editorialistas, portanto, se esquivaram da total responsabilidade pelos textos, e muitas versões foram criadas acerca da autoria dos editoriais-manifestos daqueles dias.

Como redator-chefe do *Correio da Manhã* na crise final do governo João Goulart, Edmundo Moniz participava diretamente da elaboração dos editoriais³⁰⁰ e deixou um dos primeiros registros sobre a autoria dos textos. Em uma entrevista publicada na *Folha de S. Paulo* em 1979, Moniz foi questionado acerca da posição do *Correio da Manhã*, durante o golpe de 1964, e da autoria dos dois editoriais. Perguntado se houve incoerência entre a posição assumida durante a crise de 1961 e os editoriais publicados durante a deposição do

³⁰⁰ Essa afirmação está baseada, além das versões que citam Edmundo Moniz, na descrição feita por Luís Alberto Bahia, redator-chefe do *Correio da Manhã*, entre 1959 e 1962, acerca da função: “A estrutura do CORREIO DA MANHÃ era a francesa e o redator-chefe lia tudo de importante cada dia. Era um trabalho exaustivo. O redator-chefe era ainda um comandante: instruía, estimulava, às vezes até pautava. Ele determinava o objeto final. Além do mais, o CORREIO era um jornal muito de linha, de orientação. O redator-chefe tinha também o comando dos editoriais que influíam no jornal que era feito sob a inspiração dos editoriais” (ANDRADE, 1991, p. 102).

presidente, defendeu a linha política do jornal, embora não tenha assumido a responsabilidade pela autoria de “Basta!” e “Fora!”:

EDMUNDO MONIZ – Eu não vejo nenhuma incoerência nas duas atitudes do “Correio da Manhã”. Para mim, uma completa a outra. O “Correio” foi sempre um jornal tradicionalmente favorável à liberdade democrática. Era um jornal conservador, mas liberal e, sobretudo, defensor do respeito à Constituição. Isso não quer dizer que esse respeito fosse absoluto porque, muitas vezes, eram as próprias exigências políticas que forçavam a tomada de uma posição que nem sempre constituiu o exato cumprimento da Constituição, quando estava em jogo o regime. Nós temos que analisar os fenômenos políticos não num sentido absoluto, mas num sentido dialético, com as suas contradições. O “Correio da Manhã” defendia o regime democrático, defendia a Constituição, embora não de uma maneira absoluta, não como um dogma. Este era o ponto de vista, historicamente falando, que eu veria na posição do jornal.

[...] O “Fora” foi consequente da posição do João Goulart, porque desde que saiu ou estava disposto a sair, o “Correio da Manhã” passou a defender uma posição legalista, que era a da posse do Ranieri Mazzilli. (FOLHA DE S. PAULO, 12 jan. 1979, p. 4).

O entrevistador, o jornalista Gilberto Negreiros, contestou a afirmação sobre Jango já se encontrar deposto na manhã do dia 1º de abril e, corretamente, apontou que João Goulart ainda estava no Palácio das Laranjeiras quando “Fora!” estampou a capa do *Correio da Manhã*. O conteúdo do editorial tampouco corresponde à versão exposta por Moniz quinze anos depois:

EDMUNDO – Já estava praticamente deposto... [...] No dia 31, o Jango já se preparava para abandonar o governo. Foi diante de um fato consumado que o “Correio” defendeu a sucessão legal. Porque na véspera ele tinha defendido a continuação de Jango. E se Jango tivesse reagido e defendido o regime, acredito que o “Correio” teria defendido a posição constitucionalista e o próprio Jango. (FOLHA DE S. PAULO, 12 jan. 1979, p. 4).

O editorial, porém, não foi uma opinião sobre a saída para uma crise institucional cujo desfecho fosse conhecido, mas um manifesto em defesa da renúncia de Jango. Tampouco permite afirmar que o jornal apoiaria o presidente, caso ele resistisse ao golpe, afinal, como imaginar que o *Correio da Manhã* poderia ficar ao lado de Jango em um confronto político-militar após desferir as seguintes palavras contra o presidente no dia decisivo para a sua queda?

Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender. O sr. João Goulart iniciou a sedição do país. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. [...] O sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque

se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. (CORREIO DA MANHÃ, 1 de abr. 1964, p. 1).

Perguntado da autoria de “Basta!” e “Fora!”, Moniz admitiu que participou da elaboração dos textos, mas lançou a versão que trata os editoriais como obra coletiva. No entanto, embora tenha tentado diferenciar as suas ideias daquilo que tomava forma como opinião do jornal, não citou divergências graves entre a sua posição política na época e os editoriais em questão.

Você é o autor dos dois editoriais “Basta!” e “Fora!”?
EDMUNDO – Não, eu tive conhecimento do jornal, eu só sou autor daquilo que eu assino, quer dizer, defendi essa posição que estou aqui manifestando. O artigo foi feito pela redação e eu não posso dizer o autor dos artigos, eles são de responsabilidade do jornal. Aqueles dois editoriais foram muito alterados, talvez fossem escritos por muita gente. Não escrevi os artigos, mas os alterei. Toda a redação mexeu. (FOLHA DE S. PAULO, 12 jan. 1979, p. 4).

A explicação, entretanto, não foi suficiente para impedir que o nome de Moniz fosse um dos mais citados ao lado das referências aos editoriais, pois a sua função no jornal aproximava as noções de responsabilidade e de autoria. Pelo mesmo motivo, Niomar Sodré dividiu com ele o papel central na linha editorial daqueles dias, como no relato de Pedro Coutto, jornalista do *Correio da Manhã* durante duas décadas. Coutto é autor de um texto publicado, no *Jornal do Brasil*, na ocasião da morte da antiga proprietária do *Correio da Manhã*. Segundo ele, Niomar “redigiu, com Edmundo Moniz [...] os editoriais decisivos para a deposição de Goulart” (COUTTO, 9 nov. 2003, p. 18).³⁰¹

Por outro lado, a versão da autoria coletiva foi reforçada por Elio Gaspari (2014a). O jornalista sublinhou a função de Moniz na elaboração dos editoriais, ao escrever que o “veterano trotskista havia baixado à oficina o texto de um editorial para o alto da primeira página” (GASPARI, 2014a, p. 68), mas explicou, em nota de rodapé, que os depoimentos recolhidos apontavam para uma escrita a muitas mãos:

Os quatro principais redatores do Correio nesses dias eram Edmundo Moniz, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues e Otto Maria Carpeaux. A redação do “Basta!” é frequentemente atribuída a Moniz, que coordenava o trabalho de seus colegas, a quem cabia a decisão final sobre os textos. Moniz e Peralva negaram, em conversas

³⁰¹ Pedro do Coutto voltou ao episódio em uma carta publicada na seção de leitores do jornal *O Estado de S. Paulo*. No texto, comentou uma manifestação de um outro leitor, que criticava a pensão concedida ao jornalista Carlos Heitor Cony na condição de anistiado político. A indenização obtida por Cony foi deixada de lado, pois o jornalista objetivava apenas comentar a atribuição da autoria dos editoriais ao escritor: “Os editoriais Basta e Fora foram redigidos por Edmundo Moniz, seguindo ordem direta e imperativa de Niomar Moniz Sodré Bitencourt, proprietária do jornal” (COUTTO, 9 dez. 2004, p. 3). O papel de Niomar nas decisões cotidianas do *Correio da Manhã* foi destacado por Jefferson de Andrade (1991, p. 65).

separadas, em agosto de 1988, que o tivessem redigido, embora admitissem que o tivessem discutido. Carpeaux morreu em 1978. Nem Moniz nem Peralva insinuaram que ele fosse o redator. Em julho de 1999, o jornalista Carlos Heitor Cony contou-me que a base do editorial, na sua primeira versão, fora manuscrita por Carpeaux. Submetida a Moniz, começou um processo de redação conjunta, da qual participaram ele (Cony), Carpeaux e Moniz. Cony informa que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a Carpeaux. (GASPARI, 2014a, p. 68).

O lançamento do livro de Gaspari motivou Cony a voltar ao tema para esclarecer a sua participação no episódio. O primeiro relato veio através de um artigo para a *Folha de S. Paulo*, logo após a publicação do livro. Nele, Cony explicou que, durante o golpe, estava afastado da redação por motivos de saúde, mas discutiu, por telefone, o editorial com Edmundo Moniz. A citação à importância de Carpeaux para as linhas gerais do editorial tinha origem no fato de Moniz ter telefonado “para comunicar que Carpeaux desejava pisar forte, com um editorial virulento contra Jango” (CONY, 2002, p. 2). Em 2004, um texto de Cony voltou a abordar o período, com mais detalhes e outros nomes entre os que participaram da elaboração dos editoriais:

Os dois editoriais tinham sido, como acontece em todos os jornais, uma obra coletiva expressando a opinião do jornal. No primeiro (“Basta!”), Edmundo Moniz me telefonara antes de descer o texto à oficina. Pela violência do editorial, ele queria me dar ciência do mesmo, afinal, eu fora o único editorialista ausente daquela reunião. Pediu-me que colaborasse com alguma sugestão, eliminando ou acrescentando alguma coisa. Limitei-me a declarar que, estando fora da redação naqueles dias, nada tinha a acrescentar ou a eliminar, mas seguindo a tradição do ofício devo ter trocado um ou outro advérbio de modo, mexendo em duas ou três palavras. [...] Como a situação nacional permanecia crítica, ele me avisara que já estava preparando um outro editorial (“Fora!”), para o dia seguinte. Com a turma de sempre, Osvaldo Peralva, Newton Rodrigues, José Lino Grünewald, Otto Maria Carpeaux, Armando Miceli, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves e outros, o texto seria mais contundente. Como no caso anterior, ele leu para mim o novo editorial. Limitei-me a duas ou três pequenas inserções. (CONY, 2014, p. 203-204).

Compatível com o comentário feito por Moniz, na década de 1970, o relato de Cony pode ser complementado por uma informação surgida em um artigo do jornalista Ruy Castro (9 jun. 2004, p. 5), que também fez parte do *Correio da Manhã*, para *O Estado de S. Paulo* em 2001. No texto, o colunista citou o crítico de cinema Antonio Moniz Vianna, sobrinho de Edmundo, como autor de “Basta!” e “Fora!”, afirmação que foi repetida pelo jornalista Getulio Bittencourt poucos anos depois.

O historiador oficial do regime militar, Elio Gaspari, diz num de seus volumes que os editoriais foram escritos por várias mãos, com base em suas entrevistas com três dos editorialistas do jornal na época – alguns ainda vivos, como Carlos Heitor Cony, outros já falecidos, como Edmundo Moniz e Osvaldo Peralva. O grupo incluía, entre outros, Otto Maria Carpeaux. Uma das fontes de Gaspari, Cony, escreveu depois que reproduziu em sua entrevista o que recordava da época. Mas a memória, como nós jornalistas sabemos, falha mesmo quando é boa, e falha mais à medida que o tempo

passa. A obra de Gaspari não menciona entre os autores desses textos coletivos o nome de Antônio Moniz Vianna, que foi redator-chefe do jornal entre as gestões de Antônio Callado e Edmundo Moniz, além de crítico de cinema por 29 anos, e editorialista. Os dois editoriais, no entanto, lembram mais a severa indignação de Moniz Vianna do que os textos mais contidos de Peralva ou Cony. [...] Levantei essa hipótese por telefone com Gaspari, que nem admitiu a possibilidade de suas três entrevistas com os outros editorialistas estarem erradas. Tanta certeza me deixou com mais dúvidas, e resolvi perguntar ao próprio Moniz Vianna, que está não só vivo como lúcido em seu apartamento no Rio. Ele se lembra de alguns detalhes: escreveu o texto final dos dois editoriais, e deu os títulos a ambos. As versões preliminares eram de Osvaldo Peralva, que abandonara o Partido Comunista Brasileiro por horror ao stalinismo. Ao liberal Carpeaux não agradava a ideia de derrubar governos em geral, e ao esquerdista Edmundo Moniz desagradava a ideia de derrubar um governo pelo menos simpático à esquerda. (BITTENCOURT, 23 nov. 2004).

Diante das várias versões, é seguro tratar os editoriais como obras coletivas, mas o mesmo não acontece quando passamos aos detalhes do processo de elaboração e decisão acerca dos textos que estampavam a opinião do *Correio da Manhã*. Nesse sentido, mais importante que a resolução de uma dúvida acerca da autoria de “Basta!” e “Fora!”, é a reflexão sobre um apontamento feito por Cony em seu relato de 2004. Na tarde de 1º de abril de 1964, o escritor saiu de casa para caminhar com Carlos Drummond de Andrade, à época também no *Correio da Manhã*, e narrou, quarenta anos depois, que o poeta “parecia entusiasmado com os dois editoriais” (CONY, 2014, p. 204). Já que Drummond, ao contrário de Cony, estivera no jornal nos dias decisivos para a derrubada de João Goulart, Cony considerou “que o *Correio* havia expressado a opinião do corpo editorial como um todo” (CONY, 2014, p. 204).³⁰² Não é possível transformar em conclusão historiográfica a impressão deixada por Drummond em Cony durante um passeio por Copacabana, mas o relato serve como base a uma pergunta: é possível que os editoriais, além da materialização de uma opinião institucional, representassem as linhas gerais de uma posição política que, embora apresentasse divergências com as ideias dos editorialistas, não constituísse um antagonismo com elas?

Ao longo das duas décadas do regime da Constituição de 1946, o *Correio da Manhã* difundiu um arranjo de ideias políticas que tinha um liberalismo entrecortado por posições reformistas como baliza para o entendimento do presente. Talvez seja possível considerar que tal arranjo estivesse vinculado a uma cultura política³⁰³ de segmentos sociais que configuravam as opiniões expressas pelos responsáveis pelo jornal, o que pode ser entendido

³⁰² Interpretação semelhante teria Marcio Moreira Alves (FERREIRA, 2014, p. 527).

³⁰³ Por cultura política compreendemos os elementos simbólicos compartilhados por determinados grupos, formando um “conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, Serge, 1998, p. 350).

como uma manifestação do “radicalismo burguês” citado por Florestan Fernandes (2005) em *A Revolução Burguesa no Brasil*. Levando em consideração o modelo clássico de desenvolvimento capitalista, setores da burguesia atuavam em defesa de bandeiras que, muitas vezes, se confundiriam e absorveriam reivindicações operárias ou reformistas. Essa contradição seria resultado de um domínio burguês suficientemente forte para permitir a mobilização social de grupos sociais subalternos e, até mesmo, abrir espaço para os que fossem contra a ordem estabelecida, como sindicatos e partidos operários (FERNANDES, 2005, p. 381). Entretanto, para o sociólogo, o desenvolvimento capitalista no Brasil não repetiria o padrão observado nos casos clássicos da revolução industrial e, aqui, a maturação do capitalismo ocorreria sob o signo da “dupla articulação” entre a convivência do arcaico com o moderno na economia nacional e a dominação imperialista. Assim, o desenvolvimento capitalista autônomo, acompanhado por uma “democracia burguesa plena”, não se realizaria (FERNANDES, 2005, p. 364). Desse modo, o radicalismo burguês no Brasil pré-1964, “exprimiu mais uma impaciência histórica do que um processo estrutural de radicalização de setores insatisfeitos e rebeldes da burguesia” (FERNANDES, 2005, p. 383). A abordagem de Florestan é útil para o caso do *Correio da Manhã*, pois as preocupações com o direito de greve, a defesa da reforma agrária e o embate pela legalidade, em 1955 e 1961, podem ser tomadas como fenômenos da impaciência com o ritmo e o estado do desenvolvimento capitalista no país, sem qualquer ruptura social.

Caso seja possível esse arranjo como a expressão de uma cultura política compartilhada pelos responsáveis do jornal, pode-se considerar que ergueu suas bases sobre o antivarguismo, combinado a uma plataforma reformista e a uma defesa da estabilidade democrática. Tal forma de liberalismo tinha elementos comuns com as ideias de jornalistas de esquerda que não eram simpáticos ao trabalhismo ou engajados no Partido Comunista, porém, há uma distância entre a crítica à condução dada pelo presidente João Goulart aos problemas do país e a defesa do movimento golpista que o apeou da presidência. Os indícios são claros acerca das restrições de jornalistas, como Edmundo Moniz, aos petebistas, mas não é possível afirmar até onde essa posição coincidia completamente com as conclusões dos editoriais de 31 de março e 1º de abril de 1964.³⁰⁴

³⁰⁴ O distanciamento entre jornalistas com posições consideradas de esquerda e o governo Jango também pode ser apontado na trajetória de Antonio Callado, que não trabalhava no *Correio da Manhã* nos dias do golpe, mas que voltou à redação do jornal poucos dias após o acontecimento. Em coluna publicada após Castello Branco ser oficializado como presidente do novo governo, Callado lamentou que a democracia no Brasil fosse tão frágil e repudiou a violência desencadeada contra políticos e intelectuais identificados com a esquerda, mas se colocou entre os que consideravam legítima a deposição de João Goulart: “Seu objetivo inicial – a deposição de Jango – teve cobertura grande porque o presidente estava levando o país à anarquia. Por mais que me repugne atirar

A posição de Carlos Drummond de Andrade é conhecida. Após o golpe, o poeta dedicou uma de suas colunas aos acontecimentos da política. Nela, João Goulart era acusado de “fazer um não-governo, irresponsável e absurdo”, que “pediu, reclamou, impôs sua própria deposição” (ANDRADE, 4 abr. 1964, p. 6). Se passarmos ao relato de Cony, não há sinal de divergência com o que lhe fora passado por telefone, antes da publicação dos editoriais, mas logo após a deposição de Goulart, o escritor reagiu ao golpe, realizando, antes dos demais companheiros de redação, o movimento de crítica aos militares. Cony não registrou como motivo inicial nenhuma contrariedade com posições de véspera, mas uma cena presenciada durante a caminhada ao lado de Carlos Drummond de Andrade, na tarde de 1º de abril:

Um tiro explodiu perto de nós e uma pequena nuvem de fumaça elevou-se na esquina da Atlântica com a Joaquim Nabuco. (...) Felizmente, fora um tiro isolado. A fumaça logo se desfez e voltamos à pista para ver o que teria acontecido. E estava acontecendo ainda. Um oficial somente com a calça do uniforme da Marinha, com a arma ainda quente do disparo, chutava alguma coisa no chão. Era um rapaz de short esmolambado, busto magro e nu, molhado pelo chuvisco que continuava caindo. Ficamos sabendo que o rapaz, operário de construção numa obra ali perto, havia dado um “Viva Brizola!” (ou um “Viva Jango!”), provocando a ira do oficial. [...] Quase ao mesmo tempo, um clamor percorreu a avenida Atlântica. O rádio havia noticiado que a tropa sediada no Rio não lutaria contra as tropas que vinham de São Paulo e Minas Gerais. Houvera uma reunião dos chefes militares na Escola Militar Agulhas Negras, no meio do caminho, em Resende – não mais seria derramado o sangue de irmãos. Era o fim do governo Goulart, o fora que o Correio da Manhã havia pedido naquela manhã. Voltamos para casa. Drummond, com aquela famosa cabeça baixa, como se estivesse pisando um chão de ferro, ferro de Itabira. Reparei que ele estava contraído, o maxilar inferior tenso, fazendo estremecer a carne de seu rosto magro. Não sei em que estaria pensando. Ou melhor: sabia. (CONY, 2014, p. 205-206).

Dois anos antes, em artigo no qual respondia se era de direita ou esquerda, Cony admitiu ter posições progressistas, mas afirmou considerar “a esquerda, principalmente a esquerda brasileira, como aglomerado de imbecis que se escoram uns aos outros em defesa de teses – essas, sim – certas e necessárias” (CONY, 6 dez. 1962, p. 1). Essa passagem seria lembrada pelo escritor dias após o golpe, quando foi denunciado por um grupo anticomunista por assinar um manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais. Vinculado aos supostos planos de implantação do comunismo agitados pelos que viam o espectro da foice e do martelo por trás do estancieiro gaúcho, Cony justificou a sua assinatura e defendeu os

minha pedra particular na hora do geral apedrejamento do ex-presidente, é inegável que o Brasil descia sem freios uma encosta que ia dar no caos. [...] O país é ainda tão larval que acabamos por aplaudir, sinceramente, a queda do presidente” (CALLADO, 12 abr. 1964, p. 6). Defensor de uma reforma agrária para desarmar o conflito de classes no campo, Callado compartilhava com o *Correio da Manhã* traços da cultura política liberal-democrática, criticando os radicalismos e esperando uma solução pacífica para os entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

objetivos do documento, mas procurou se desvencilhar da imagem de apoiador do governo deposto³⁰⁵:

Quanto às minhas crônicas, os que me leem por tédio ou inadvertência devem ser lembrados do que sempre pensei do sr. João Goulart e de seu governo. Em crônica publicada no ano passado, às vésperas do plebiscito, [...] deixei bem claro o meu pensamento a respeito de certa esquerda oportunista e desonesta que cercava o sr. João Goulart. (CONY, 2014, p. 29).

A ambiguidade presente na postura de Cony também é vista em Edmundo Moniz. Chefe da redação do *Correio da Manhã* durante o golpe, Moniz não pode ser isento de responsabilidade pelos editoriais, ademais, as suas posições sobre o PTB, o legado varguista e a liderança de João Goulart, temas aqui abordados, permitem indagar sobre as afinidades possíveis entre suas ideias e a linha editorial do jornal. Entretanto, o encontro entre elas carrega algumas incertezas. As versões aqui citadas não são conclusivas em indicá-lo como o autor principal dos editoriais, o que nos leva à segunda questão: em que medida eles expressavam posições com as quais Moniz estava de acordo?

Há duas tendências na trajetória de Moniz que servem de chaves de leitura para interpretar o seu papel no episódio dos editoriais “Basta!” e “Fora!”. A primeira retoma o antivarguismo de sua atuação política, durante as décadas de 1940 e 1950, bem como a proximidade muitas vezes observadas entre as suas posições e as expressas pelo *Correio da Manhã*. Moniz, portanto, pode ter reeditado, de certo modo, o combate empreendido contra Vargas e ao então ministro João Goulart, em 1953 e 1954, quando se opôs não só ao governo, mas também às greves e movimentos de massas. Já a segunda tendência pode dar maior atenção à conjuntura da eleição de Juscelino Kubitschek e à participação de Moniz na defesa do candidato cujo vice era João Goulart. Como exposto no capítulo anterior, Moniz moderou suas críticas ao herdeiro de Vargas e reconhecia, nos militares, uma força dividida entre uma ala legalista e um setor que vivia às voltas com pretensões golpistas. Neste momento, chegou a considerar os trabalhistas e o Partido Comunista como riscos menores à estabilidade democrática, que prezava como condição necessária para o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Considerando as duas tendências presentes em sua trajetória, ganha força a hipótese que aproxima Moniz de uma posição menos assertiva em oposição ao governo Jango, não

³⁰⁵ Em “Revolução dos Caranguejos”, primeira coluna de oposição ao novo governo, Cony deixou uma pista da maneira como enxergava o papel do presidente deposto: “Sabemos que o governo deposto, se realmente enveredou o País para o caminho do caos, em parte tinha real cobertura dos anseios populares que o sr. João Goulart não soube interpretar nem zelar” (CONY, 14 abr. 1964, p. 1).

repetindo o tom das suas críticas ao trabalhismo divulgadas entre 1945 e 1954. Contudo, no depoimento concedido à *Folha de S. Paulo* ou nas oportunidades que teve para se manifestar acerca do lugar do *Correio da Manhã* no golpe contra Jango, Moniz não expôs divergências com o conteúdo dos editoriais, bem como, nos dias em que foram escritos “Basta!” e “Fora!”, o jornalista não se negou a participar da elaboração dos textos, ação que teria demarcado o seu lugar de oposição à derrubada do presidente. Desse modo, ganha força a versão de um consenso compartilhado entre a equipe responsável pelos editoriais e a direção do jornal.

Há elementos que indicam, entretanto, que Moniz procurou se desvincular rapidamente do golpe e da postura do *Correio da Manhã*, refletindo as transformações ocorridas na sua atuação política desde 1955. Pouco tempo após a queda de João Goulart, Moniz voltou a publicar artigos assinados no *Correio da Manhã*. O primeiro texto foi dedicado à obra de Shakespeare, mas logo a conjuntura política dominou o seu espaço no jornal, que agora alternava entre o 2º caderno e a página seis, onde era publicado o editorial. Em maio, saiu o primeiro dos escritos sobre a situação nacional, “Golpe e revolução”, que não dava sinais de concordância com a deposição de Jango. Os militares não eram acusados de trair qualquer objetivo com o qual o jornalista estivesse de acordo, mas de organizarem um golpe, apresentado como caráter do movimento, e não uma deformação:

Só se pode definir como revolução um movimento militar por impostura ou ignorância. Isto, evidentemente, é sabido pelos teóricos da Escola Superior de Guerra, a não ser que não correspondam à realidade os seus decantados conhecimentos no campo da sociologia e da história. O termo revolução já foi empregado, muitas vezes, arbitrariamente, para definir os putschs nas nações da América Latina. [...] O nível intelectual do Brasil não mais admite que se confunda revolução com movimento militar. (MONIZ, 29 mai. 1964, p. 6).

Moniz não foi muito específico sobre o governo João Goulart, mas construiu uma interpretação que o inseriu no curso da revolução burguesa em desenvolvimento no país. Esta se processava “de maneira pacífica e democrática, acelerada pela industrialização intensiva que transformou o país no maior parque industrial da América Latina e o conduzia à sua emancipação econômica” (MONIZ, 29 mai. 1964, p. 6). As reformas faziam parte do desenvolvimento capitalista brasileiro, que não necessitava de um golpe de Estado, o qual interrompeu um processo democrático que “tinha, de certa forma, o apoio nacional e popular” (MONIZ, 29 mai. 1964, p. 6). Esse apoio, segundo ele, não poderia ser confundido com condições para a transformação da revolução burguesa em revolução operária, algo que a tibieza das organizações de esquerda diante do golpe comprovaria. Nos meses seguintes, os artigos de Moniz pouco citaram o governo deposto e, na maioria dos casos, repetiram o

argumento da interrupção da revolução brasileira, burguesa e com pretensões à autonomia de um capitalismo nacional, da qual o governo Jango seria um capítulo.

Em seu artigo de maio de 1964, não escreveu sobre posições semelhantes às defendidas nos editoriais de 31 de março e 1º de abril, e sim, apontou para uma caracterização, do golpe e do processo político dos últimos anos, que o afastava dos sujeitos que haviam defendido a ação militar contra João Goulart. O seu apoio ao processo de industrialização e à estabilidade democrática, expresso no artigo, encontra semelhanças com suas posições desde a década de 1940, mas havia duas novidades se pensarmos na sua trajetória apresentada até aqui. Por um lado, estava uma referência à revolução brasileira como processo que “tendia a torná-lo independente do capital estrangeiro” (MONIZ, 29 mai. 1964, p. 6). O sentido da menção ao capital estrangeiro é, de certa forma, uma novidade, pois, desde os grandes debates sobre a participação do Estado na economia durante a Era Vargas, Moniz não fazia distinção à participação do capital privado nacional e estrangeiro, em parte por considerar a burguesia nacional débil para prescindir do investimento externo. Com o exposto no artigo, estava mais próximo das concepções acerca da revolução brasileira que povoavam organizações de esquerda, no início dos anos 1960, do que da visão liberal que detinha força na linha editorial do *Correio da Manhã*. A outra questão que reforça o distanciamento em relação à política do jornal para o qual trabalhava, é a caracterização do movimento que depôs João Goulart como golpe que carregava o “propósito de conter a revolução brasileira” (MONIZ, 29 mai. 1964, p. 6).

Contudo, apontar as dúvidas acerca da convergência entre as ideias de Moniz e as conclusões de “Basta!” e “Fora!” não o torna um apoiador do governo João Goulart, tampouco significa que estivesse em rota de colisão com as posições da linha editorial do *Correio da Manhã* após o plebiscito em 1963. A ênfase na via democrática para as transformações econômicas necessárias ao capitalismo no Brasil nos leva a pensar que ele compartilhava a crítica ao que era abordado nos editoriais como extremos de esquerda e direita.³⁰⁶ Porém, segue a dúvida acerca dos detalhes da semelhança e possíveis diferenças entre as posições do jornal e as de seu redator-chefe em torno da defesa da deposição de Jango. Se a partir do governo JK o tom dirigido aos trabalhistas se tornou mais ameno, após o golpe, Moniz realizou uma silenciosa autocrítica das suas relações com os petebistas e as suas

³⁰⁶ Os artigos escritos por Moniz após o golpe deixam poucas pistas sobre a sua avaliação do governo Jango, mas algumas passagens são claras sobre o seu distanciamento em relação à base de apoio do presidente. Em artigo de crítica à ditadura, publicado em junho de 1964, o jornalista escreveu que “o governo deposto, empenhado numa política puramente demagógica, deixou que decrescesse o ritmo do desenvolvimento nacional” (MONIZ, 2 jun. 1964, p. 6).

lideranças, passando a colaborar com o partido para o estabelecimento de uma oposição à ditadura. O primeiro passo do engajamento contra o regime, porém, ocorreu na redação do *Correio da Manhã*, quando um heterogêneo grupo de jornalistas, atuando em frentes diversas, constituiu um movimento de destaque na crítica à ditadura.

4.2 A OPOSIÇÃO DOS JORNALISTAS

No dia 2 de abril, ainda com João Goulart em território brasileiro, Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, tomou posse à frente do Executivo. O ato ocorreu nas primeiras horas do dia e o *Correio da Manhã* dividiu a notícia com mais um editorial publicado na primeira página, dessa vez com o nome de “Vitória”. Era uma tentativa de disputar os rumos do movimento que depôs Jango e manter a linha editorial de crítica aos radicalismos, sustentada pelo jornal ao longo do governo abruptamente interrompido. O texto dizia que a “vitória não pertence à direita”, mas “aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei” (CORREIO DA MANHÃ, 2 abr. 1964, p. 1). Assim, enquanto acusava João Goulart de preparar uma ditadura, o jornal anunciava que tampouco defenderia um regime de exceção nascido do movimento do dia anterior. A posição era uma tentativa de descolar o jornal dos atos praticados na esteira da deposição de Jango, entre os quais estiveram, no dia anterior, a prisão do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e a tentativa de depredação das instalações da Última Hora e da Faculdade Nacional de Filosofia, além do incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes.³⁰⁷

A reação do jornal ao novo estado das relações políticas começou, portanto, nas críticas ao que o *Correio da Manhã* chamava de extremismo e logo encontrou uma liderança política para simbolizar os inimigos a combater: Carlos Lacerda. Foi a ele que o jornal dirigiu mais um editorial de capa, com o título de “Terrorismo, não!”, reforçado pelo editorial padrão, “Basta: fora a ditadura!”. Os textos denunciavam as ações da Polícia do Estado da Guanabara, que realizara grande número de prisões e invadira residências, ações condenadas pelo jornal como passos em direção a uma ditadura local do governador Lacerda.³⁰⁸

³⁰⁷ O jornal noticiou o ataque à sede da *Última Hora* com a chamada “A hora dos extremados” e classificou de “atitude condenável de vingança” (CORREIO DA MANHÃ, 2 abr. 1964, p. 1). No editorial da sexta página, o *Correio da Manhã* advertia contra o “terrorismo” e o “fanatismo” dos vencedores, que “já comete crimes piores que os cometidos: depõe governadores, prende ministros e deputados, incendeia prédios, persegue sob o pretexto tolo de anticomunismo a tudo e a todos” (CORREIO DA MANHÃ, 2 abr. 1964, p. 6).

³⁰⁸ As críticas também foram endereçadas ao governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

Não se tratava, portanto, de uma passagem do *Correio da Manhã* para a oposição à nova ordem estabelecida após a derrubada de Jango, mas um enfrentamento local, que punha em questão as forças que comandariam o novo governo, mas ainda incapaz de guiar uma mudança relevante de opinião do jornal, que clamava pela ação do novo presidente, Ranieri Mazzilli, para normalizar a situação no Rio de Janeiro (CORREIO DA MANHÃ, 3 abr. 1964, p. 6). A linha editorial de disparar contra os “extremos”, formulada antes do golpe e reacendida com a deposição de João Goulart, foi evidenciada pelo editorial do dia 4 de abril, também publicado na primeira página e com o título de “Duas graves ameaças”. Diante da permanência em território brasileiro do presidente deposto, o *Correio da Manhã* argumentou que Jango tinha de ser “imediatamente deportado e ter seus direitos políticos cassados”, por tratar-se de um “agente perturbador” e “ameaça ao movimento cívico-militar” (CORREIO DA MANHÃ, 4 abr. 1964, p. 1). Por outro lado, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros eram citados como parte de uma “corrente” que desejava ultrapassar os limites de uma ação pontual para depor João Goulart. O jornal utilizava as palavras de Ranieri Mazzilli, cujo discurso citava a “restauração da ordem, da disciplina hierárquica e da tranquilidade” (CORREIO DA MANHÃ, 4 abr. 1964, p. 1) para delimitar aquilo que defendia como fronteira dos objetivos do golpe contra Jango.

O setor radicalizado do movimento, de acordo com os editoriais, era minoritário e o jornal elegeu as Forças Armadas, na figura do general Humberto de Alencar Castello Branco, como exemplo do compromisso democrático do golpismo (CORREIO DA MANHÃ, 5 abr. 1964, p. 6). Desse modo, a passagem para a oposição não foi imediata, pois o jornal insistiu na linha editorial de disputar os rumos do movimento. Nem mesmo a notícia da preparação do Ato Institucional inaugural da ditadura teve como consequência um deslocamento decidido para a oposição. A manchete “Parlamento ameaçado” encabeçou a edição do dia 7 de abril e expressava a preocupação da direção do jornal com medidas que restringissem direitos políticos e atingissem o legislativo através das cassações impostas por forças externas ao parlamento. No entanto, ainda não chegara a hora de se distanciar do movimento golpista. No mesmo dia em que noticiou que “nas duas casas do Congresso, ninguém acredita que as instituições republicanas possam sobreviver” (CORREIO DA MANHÃ, 7 abr. 1964, p. 1), o *Correio da Manhã* publicou um editorial que alertava para os riscos de ver o movimento tender aos setores mais radicalizados, mas mantinha a confiança que um novo presidente eleito garantiria o funcionamento de um regime democrático. Para o jornal, chegava a hora da

“revolução” definir-se pelo caminho das reformas com democracia ou marchar em direção à ditadura e ao reacionarismo (CORREIO DA MANHÃ, 7 abr. 1964, p. 6).³⁰⁹

A alteração da orientação da linha editorial do jornal diante do novo governo começou com a oficialização do primeiro Ato Institucional, que regulamentava a relação entre Executivo e Legislativo, marcava a eleição indireta para presidente e suspendia direitos constitucionais para permitir a demissão de funcionários públicos, a cassação de mandatos e a suspensão dos direitos políticos. Para o jornal, tratava-se de uma mudança de regime político (CORREIO DA MANHÃ, 10 abr. 1964, p. 1) e o *Correio da Manhã* criticou duramente a medida, acusando os militares de traírem os valores de defesa da Constituição e do Congresso Nacional, instrumentalizados nos pronunciamentos de lideranças civis e militares que tentavam legitimar o golpe (CORREIO DA MANHÃ, 10 abr. 1964, p. 6). Na análise de seus editoriais, a ditadura estava deixando de ser o horizonte de setores radicais e se transformando no conteúdo hegemônico da nova ordem política instalada após o primeiro de abril.

Com a formalização de Castello Branco na presidência, o jornal manteve a trajetória de acirramento das críticas ao governo, mas ainda procurava fortalecer o que imaginava ser o resquício de uma hipótese democrática. A eleição de Castello possuía um caráter farsesco, pelo agitar das baionetas ao redor do candidato único ao cargo e o jornal assim registrou em suas páginas que a escolha ocorrera sob tutela militar, estampando a edição do dia seguinte à votação no Congresso Nacional com uma fotografia de militares de prontidão em Brasília, com uma metralhadora nas mãos (CORREIO DA MANHÃ, 12 abr. 1964, p. 1). Contudo, ainda se falava em “tempo para reparar injustiças e acertar o caminho” (CORREIO DA MANHÃ, 12 abr. 1964, p. 6). De certo modo, a esperança foi depositada em Castello Branco.

O cearense fora um dos principais militares participantes da conspiração contra João Goulart e a sua ascensão à presidência se devia à preferência das lideranças civis do golpe, que apoiaram Castello em contraposição ao outro postulante à direção do país naquele momento, o general Costa e Silva (LIRA NETO, 2019, p. 264-265). Castello passou a ser tratado como o contraponto à ala militar chamada de “linha-dura”, vista como ameaçadora aos objetivos de setores civis que desejavam a queda de Jango e o arrefecimento das lutas sociais crescentes nos últimos anos, mas esperavam o retorno do comando político aos partidos e seus líderes. Quando da posse do novo presidente, um editorial do *Correio da Manhã*

³⁰⁹ O *Correio da Manhã* tratava o golpe contra Jango com tintas progressistas, negando haver um caráter de classe na sua composição e atribuía ao movimento o desejo de realizar as reformas propagandeadas por João Goulart.

destacou o trecho de seu discurso no qual se comprometera a passar a faixa presidencial, em janeiro de 1966, ao candidato eleito nas eleições aguardadas para 1965 e cobrou que ele garantisse as liberdades políticas e fizesse cessar o “terror físico e ideológico de uma desabusada minoria radical” (CORREIO DA MANHÃ, 16 abr. 1964, p. 6). Dias depois, o jornal caracterizou Castello como “um homem tido como equilibrado e de vocações democráticas” (CORREIO DA MANHÃ, 23 abr. 1964, p. 6).³¹⁰

Enquanto o jornal se movimentava para disputar a agenda política do novo governo, os seus colunistas começaram a se posicionar diante da situação aberta com o golpe e deram os primeiros passos para a formação de um pequeno centro de atividade política na redação do *Correio da Manhã*. A primeira manifestação de crítica ao novo regime partiu de Carlos Heitor Cony, com a coluna de 14 de abril, “Revolução dos Caranguejos”, na qual afirmava que a única forma de considerar o movimento golpista como revolução seria tratá-la como uma revolução que andava para trás. O texto era duro, ironizava o patriotismo dos militares e dizia que “a ordem que os militares desejam é uma ordem calhorda” (CONY, 14 abr. 1964, p. 1), que interromperia o processo de desenvolvimento econômico, sem atingir objetivos de moralização política. No mesmo dia, o escritor recebeu ameaças de homens que se identificavam como militares e houve uma tentativa de invasão à sua residência (CORREIO DA MANHÃ, 16 abr. 1964, p. 1). Apesar das ameaças, Cony transformou sua coluna em espaço de crítica ao regime, quase sempre utilizando um estilo diferente do comentário político habitual às páginas de jornal. Irônico, ácido, o escritor que, até então, não recebera o epíteto de engajado se tornou um dos principais adversários da ditadura na imprensa.³¹¹

³¹⁰ A expectativa positiva sobre Castello Branco fez com que o *Correio da Manhã* chegasse a falar em presidente e governo separadamente, inicialmente demarcando uma oposição apenas ao segundo. Parte dos civis que apoiaram o golpe confiaram na determinação de setores militares em realizar os objetivos imaginados por eles, mas ela foi substituída pela decepção e Castello deixou o governo acompanhado da imagem de ditador. No entanto, a esperança em Castello acabou dando base às teses sobre divergências militares baseadas em um suposto confronto entre uma ala moderada – os castelistas – e a assim chamada “linha-dura”, corrente militar que desejava ampliar o alcance das medidas do novo regime. A melhor contraposição a essas ideias está no trabalho de João Roberto Martins Filho (2019), que também encontrou um conflito desencadeado logo após a deposição de João Goulart. Porém, este não se desenrolou como um choque entre legalidade e radicalismo nacionalista. De acordo com um cenário de “unidade na desunião”, duelaram propostas distintas de institucionalização de um novo regime, dentre as quais se destacaram as identificadas com a liderança de Castello Branco e as que gravitaram ao redor da “linha-dura”, definida por João Roberto Martins Filho (2019) como um grupo de jovens oficiais que pressionavam o governo com “reivindicações de maior rigor na ‘depuração’ do sistema político” (MARTINS FILHO, 2019, p. 83) e buscavam participar das decisões do governo.

³¹¹ Em 1967, Cony (2021) publicou *Pessach: a travessia* um romance com traços autobiográficos, no qual um escritor de meia idade se vê envolvido com um grupo de esquerda que prepara a luta armada contra a ditadura. Paulo Simões, nome dado ao personagem principal do livro, questiona os objetivos, os meios e a viabilidade da estratégia guerrilheira dos dissidentes do PCB inseridos na narrativa, mas também põe em cheque a própria condição de pequeno-burguês.

Os primeiros artigos de Moniz após o golpe tocavam em aspectos semelhantes aos que Cony abordava em “Revolução dos Caranguejos”, apontando o retrocesso como resultado principal do movimento golpista.³¹² Em junho, o vocabulário do jornalista sofreu importante alteração, pois ele passou a se referir à deposição de Jango como “golpe de abril”, expressão que o afastava das correntes civis que apoiaram o movimento e, ao ver o controle do processo político distante de suas mãos, faziam a crítica ao novo governo reivindicando os objetivos que imaginavam na derrubada de João Goulart. O início da atividade pública de oposição também marcou a entrada de Moniz no período de maior destaque da sua produção para a imprensa. Seus artigos, agora majoritariamente publicados às sextas-feiras na mesma página do editorial, eram comumente citados em discursos no parlamento e o espaço destinado a eles aumentou, pois o *Correio da Manhã* passou a permitir que Edmundo publicasse artigos mais longos, agora no topo da página, que antes pertencia aos textos de Carlos Drummond de Andrade, deslocados para a metade de baixo do jornal.

Ao longo do ano, Moniz repetiu, em suas colunas, a ideia do golpe como freio à verdadeira revolução brasileira, a burguesa, e chegou à caracterização do novo regime como uma ditadura bonapartista tutelada pelo imperialismo estadunidense (MONIZ, 2 out. 1964, p. 6). Portanto, para ele, burguesia e proletariado estavam em contradição com a ditadura, que se mantinha pelo poder militar e pelo apoio do capital estrangeiro. Naquele momento, a convicção de Moniz encontrava pouca sustentação na realidade das relações entre a burguesia e os militares. Havia alguma preocupação de setores burgueses com parte da agenda econômica do governo Castelo Branco³¹³, materializada no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), espécie de planejamento plurianual da economia elaborado por Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente. Com o objetivo principal de combater a inflação, o governo adotou o receituário ortodoxo, que se baseava na redução dos gastos públicos, entregando ao empresariado a restrição do crédito e submetendo os trabalhadores ao arrocho salarial. O programa de governo tinha, entretanto, pretensões estruturais. As medidas de contenção da emissão de moeda foram acompanhadas de transformações de alcance mais profundo, pois o governo criou o Banco Central, substituindo a Superintendência da Moeda e do Crédito

³¹² Nos referimos a dois artigos, o já citado “Golpe e Revolução” (MONIZ, 29 mai. 1964, p. 6) e “Essência do Movimento” (MONIZ, 2 jun. 1964, p. 6).

³¹³ Lideranças civis do golpe, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, criticaram o governo pela negociação envolvendo a *American and Foreign Company*, empresa ligada ao ramo de energia elétrica e que havia sido encampada pelo governo João Goulart, que não fechou acordo com o governo norte-americano acerca da indenização. Castelo Branco chegou a uma definição com os Estados Unidos pela empresa e aumentou as tarifas de energia elétrica, medida que, combinada ao arrocho salarial, enfraquecia o poder de compra dos trabalhadores (LIRA NETO, 2019, p. 315-316).

(SUMOC), lançou as bases para o crescimento de um mercado privado de crédito e estabeleceu o mecanismo da dívida pública como financiador do déficit estatal. Para o mundo do trabalho, as ações também visavam um alcance maior que políticas conjunturais de contenção salarial. Uma nova Lei de Greve foi promulgada em junho e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que também servia para financiar programas do governo, deu fim à estabilidade no emprego. Entre os trabalhadores, com os sindicatos profundamente atingidos pela repressão do novo regime, a política econômica encontrou pouca resistência organizada.³¹⁴

Já entre a burguesia, o desconforto de suas alas com a diminuição do crédito disponível, ainda em 1964, era muito tímido. Os industriais, no geral, apoiavam Castello Branco e o PAEG, criticando o governo de modo mais direto apenas a partir de 1965.³¹⁵ Portanto, a relação entre a burguesia e a ditadura, na análise de Moniz, ganhou, primeiramente, um caráter teórico, de certa forma admitido pelo jornalista, que, ainda em outubro de 1964, escreveu que o governo “pode ter o apoio deste ou daquele setor da burguesia brasileira, mas não representa os seus verdadeiros interesses” (MONIZ, 25 out. 1964, p. 6). De certo modo, a aproximação do jornalista com o desenvolvimentismo, na década de 1950, estabeleceu uma afinidade entre o seu pensamento e ideias acerca da existência de uma burguesia nacional com interesses antagônicos à manutenção da dominação imperialista, o que o colocava em diálogo com as teses do Partido Comunista, que tanto combatera.

A teoria da revolução brasileira sofreria, a partir do golpe, forte contestação intelectual e política. Uma delas, que se tornou um clássico do pensamento de esquerda no Brasil, foi realizada por Caio Prado Jr. (1977) em *A Revolução Brasileira*, trabalho no qual se dedicou a demolir as elaborações acerca de uma revolução democrático-burguesa a ser realizada no

³¹⁴ Utilizando os dispositivos da CLT, que permitia o afastamento de dirigentes sindicais por decreto, a ditadura interviu em centenas de sindicatos durante o ano de 1964. Sobre as justificativas utilizadas e o número de entidades atingidas pela ação do governo Castello Branco, ver Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 83). Segundo a autora, o número de greves, em 1965, caiu para 25 e continuou em decréscimo até 1971 (ALVES, 2005, p. 94).

³¹⁵ O balanço feito por Rafael Moraes (2016), baseado nas publicações oficiais da Federação das Indústrias de São Paulo, apontam que a entidade apoiava o PAEG e o programa de estabilização, pois, se por um lado a diminuição da oferta de crédito prejudicava a indústria, o arrocho salarial correspondia aos interesses burgueses. As críticas veiculadas pela FIESP à gestão de Octavio Gouveia de Bulhões ocorreram entre 1966 e 1967, sobretudo em resposta à política para o controle de preços e a redução de impostos para a importação, medidas que impactavam diretamente a indústria brasileira. Outro estudo, de João Roberto Martins Filho (2019) comentou o surgimento e atuação da oposição burguesa à política econômica de Castello, de acordo com o papel que a “dualidade de poder”, presente no governo, desempenhava na atração de críticos do presidente. No lugar da FIESP, o autor utilizou as posições da Confederação Nacional da Indústria, que oscilou entre a crítica moderada e o questionamento direto, seguindo os períodos de maior ou menor contenção da despesa pública que interessava à indústria.

Brasil para superar os supostos resquícios feudais encontrados no país, sobretudo no campo. O intelectual, de trajetória ligada ao PCB, apontava que o dogmatismo dos comunistas brasileiros invertera a ordem das coisas, forçando o encaixe da realidade em uma teoria adaptada dos modelos da Internacional Comunista para a Ásia, abdicando do estudo da formação social brasileira que concebesse uma teoria coerente com o estado da economia e das relações entre as classes sociais no Brasil.

Da linha mestra da formulação pecebista, derivava uma interpretação sobre a estrutura social brasileira que identificava, no latifundiário, a versão nacional do senhor feudal, aliado de uma fração burguesa que colaborava com a dominação imperialista e os interesses retrógrados da grande lavoura. Em compensação, havia, segundo as teses do PCB, uma ala progressista da burguesia, a qual possuía interesses que a colocaria ao lado dos trabalhadores na revolução apregoada pelo partido. Era a “burguesia nacional” (PRADO JR., 1977, p. 70). Publicada em 1966, a crítica de Caio Prado Jr. questionava a possibilidade de separar os latifundiários da burguesia – dada a composição dos negócios ligarem a reprodução do capital no campo e na cidade – e a divisão do bloco burguês entre “associado” e “nacional”. Este se chocaria com os objetivos do imperialismo, desejoso de manter o Brasil como exportador de matérias-primas e concorrente da indústria nacional. Contudo, a teoria da revolução brasileira deixava de lado a consequência da penetração do capital estrangeiro na produção industrial brasileira. No lugar de estabelecer um antagonismo com o imperialismo, a burguesia brasileira teria desenvolvido certa homogeneidade na sua atuação como classe e, no lugar de se dividir em dois blocos, associou-se ao capital externo e, dessa forma, “ao contrário de concorrentes e adversários, se tornaram em regra aliados, sócios, amigos” (PRADO JR., 1977, p. 73). Os empreendimentos nacionais e estrangeiros, estes fortalecidos pelo modelo de desenvolvimento industrial do governo Juscelino Kubitschek, teriam se combinado profundamente:

de tal forma, que não há mais, hoje, como deslindar a meada e circunscrever uma indústria puramente brasileira e livre da ‘contaminação’ imperialista, sem ligação e relação alguma com interesses estrangeiros; e determinar, por conseguinte, uma ‘burguesia nacional’ anti-imperialista do tipo daquela que prevê a teoria consagrada da nossa revolução. (PRADO JR., 1977, p. 73).

Os conflitos não estavam descartados, mas se tratava de episódios isolados e que poderiam ocorrer entre industriais brasileiros, sem qualquer explicação ligada à origem do capital.³¹⁶

³¹⁶ Um balanço das ideias expostas em *A Revolução Brasileira* pode ser encontrado em José Carlos Reis (1999).

Outra interpretação divergente das teses nacionalistas e do PCB vinha do grupo que se organizava ao redor da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) e dos intelectuais que, no exílio, dariam forma à chamada teoria marxista da dependência. A ORM-POLOP surgiu no início da década de 1960, como desdobramento do trabalho realizado na revista *O Movimento Socialista*, coordenada pelo comunista austríaco Erich Sachs. A nova organização criticava o reformismo do PCB, PSB e PTB, rejeitando a necessidade da etapa democrático-burguesa da revolução brasileira, pois considerava que “a burguesia estabeleceu sólidas alianças com o latifúndio e o imperialismo no processo de desenvolvimento econômico brasileiro” (REIS FILHO, 1990, p. 34). Por contestarem a hegemonia do pensamento pecebista nos meios de esquerda no Brasil, a ORM-POLOP esperava que o golpe contra Jango reforçasse as fileiras da organização, que desejava fundar um novo partido. O objetivo foi alcançado em 1967, com a criação do Partido Operário Comunista (POC), que já nasceu sob a marca da cisão nos núcleos de Minas Gerais e São Paulo. Assim, a nova organização não conseguiu atingir um número mais destacado de militantes (REIS FILHO, 2007, p. 59-60).

A ORM-POLOP criticara, antes do golpe, a concepção que o PCB tinha da estrutura de classes, mas, só após a derrubada de João Goulart, um grupo de intelectuais vinculados à organização sistematizou os estudos sobre a realidade brasileira. Por décadas, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini se debruçaram sobre temas que convergiam para a caracterização do desenvolvimento capitalista na América Latina,³¹⁷ levando em consideração os traços específicos da exploração do trabalho na região, as relações da burguesia com a dominação imperialista e o papel que regimes ditatoriais adquiriam para a reprodução capitalista. Em 1964, em artigo publicado na *Revista Brasiliense*, Gunder Frank criticou a posição do PCB sobre a questão agrária no Brasil, afirmando que a diversidade das relações sociais e de trabalho no campo expressavam a forma pela qual o capitalismo se desenvolvia no país (MANTEGA, 1984, p. 213-214).³¹⁸ Entre o fim dos anos de 1960 e início dos 1970, Vânia Bambirra escreveu *O capitalismo dependente latino-americano*, editado em português 40 anos depois de seu lançamento no Chile, enquanto Theotônio dos Santos publicou *Imperialismo y dependencia* e Ruy Mauro Marini já havia escrito *Subdesenvolvimento e Revolução e Dialética da dependência*.

³¹⁷ Não é o objetivo do trabalho discutir com profundidade a obra e trajetória dos intelectuais da teoria marxista da dependência. Com abordagens e objetivos diferentes, essa tarefa foi realizada por Guido Mantega (1984), Nildo Ouriques (1995) e Claudia Wasserman (2017).

³¹⁸ As ideias de André Gunder Frank foram desenvolvidas em *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, publicado primeiramente em inglês, em 1967.

Nas obras de Marini, as burguesias latino-americanas se desenvolveram, na primeira metade do século XX, em um regime de disputas com os setores agrários da produção, lutando pela hegemonia dos seus interesses nas ações dos governos e estabelecendo certa aliança com as massas populares, objetivando aumentar o mercado consumidor e receber apoio para a tarefa de construir um capitalismo autônomo³¹⁹, que estabelecesse uma indústria pesada e de bens de consumo duráveis. Os projetos nacionalistas de desenvolvimento autônomo se chocaram com a expansão imperialista dos Estados Unidos do pós-guerra, com recursos financeiros e bens de capital para investir nos países periféricos. O primeiro movimento da classe dominante local foi de enfrentamento, sendo exemplar a agitação reformista de setores da burguesia. Contudo, a dificuldade de dar um passo em direção a uma nova etapa de industrialização, sufocada pela reduzida capacidade de importação, levaram as burguesias da América Latina a abandonarem as pretensões de autonomia e o duplo confronto com as oligarquias rurais e o imperialismo. Aceitaram, portanto, a associação com o capital estrangeiro e aprofundaram a dependência (MARINI, 2013, p. 62).

A integração com os capitalistas estrangeiros teria distanciado as burguesias nacionais de propostas reformistas, sendo este um fator importante na transformação dos regimes políticos na região. Desse modo, “o abandono da política bonapartista e das aspirações pelo desenvolvimento autônomo – leva à queda dos regimes liberal-democráticos que vinham tentando se afirmar desde o pós-guerra e conduz à instauração de ditaduras tecnocrático-militares” (MARINI, 2013, p. 63). Se nos voltarmos para o caso brasileiro, a consolidação da ditadura não aguçava contradições com os interesses burgueses, representando politicamente o novo arranjo de dominação de classe.

A conclusão de Marini se assemelha a outros trabalhos que abordaram o golpe de 1964 como acontecimento final do “colapso do populismo”, expressão que deu título ao importante livro do sociólogo Octavio Ianni. Escrita entre 1966 e 1967, a obra de Ianni considera o golpe contra João Goulart o fenômeno político do esgotamento do modelo nacionalista de desenvolvimento econômico, marcado pelo processo de substituição de importações. O passo seguinte do processo de industrialização do Brasil exigia, pela dificuldade de importar e pela demanda tecnológica, um novo arranjo das classes dominantes, com estímulos ao setor exportador e melhores condições para a entrada de capital e tecnologia estrangeiras.³²⁰ O

³¹⁹ Para Ruy Mauro Marini (2013, p. 57-58), o bonapartismo teria sido a forma política assumida para garantir os interesses burgueses em uma aliança com os setores médios e o proletariado.

³²⁰ Sobre as relações entre os setores agrários, os industriais e os interesses externos, diz Ianni: “quando o modelo de desenvolvimento autônomo começou a ser abandonado, em especial a partir da política econômica posta em prática com o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o padrão colonial de organização do setor

padrão “getuliano” de industrialização foi, então, substituído pela associação com o imperialismo. A transição para a nova situação econômica se tornou uma realidade durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas faltaria reorganizar a política, sepultando a “democracia populista”.³²¹ A oportunidade apareceu com a crise econômica e política do início da década de 1960, que evidenciou que o desenvolvimento associado carecia de medidas que o regime político, pressionado pelas reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade, era incapaz de providenciar. Assim, empresariado, classes médias e militares teriam se unido contra João Goulart e o arranjo político característico do varguismo, em uma ação “destinada a limpar o terreno para a execução mais ampla e eficaz – isto é, ortodoxa – do modelo internacionalista” (IANNI, 1975, p. 126).³²²

Quem também insistiu na relação entre a dominação econômica e política da burguesia brasileira e a associação com o capital externo que reforçava a dependência, foi Florestan Fernandes. A sistematização de seus estudos sobre as classes sociais e o capitalismo no Brasil ocorreu na década de 1970, com a publicação de *A revolução burguesa no Brasil*, obra iniciada na década anterior. Porém, nos textos publicados nos anos seguintes ao golpe, Florestan Fernandes já apontava que o capitalismo se desenvolveria em uma sociedade subdesenvolvida, sob uma revolução burguesa que não repetiria os exemplos históricos das economias centrais, impulsionada por uma “burguesia nacional” que era dotada de força para se afirmar internamente, mas débil para alterar significativamente uma “dupla articulação”, nomeada de diversas formas pelo sociólogo ao longo de sua obra: a fraqueza diante do imperialismo e “a conjugação de estruturas arcaicas e de estruturas modernas” (FERNANDES, 2008, p. 89).

agrário brasileiro passou a conjugar-se, em novo estilo, com o padrão “internacionalista” de desenvolvimento econômico. De certo modo, reencontram-se a sociedade rural e a sociedade industrial, estabelecendo-se novos compromissos com os setores externos. Nesse contexto, os antagonismos entre a cidade e o campo são minimizados. Isto não significa que as contradições são eliminadas. Significa somente que se reduz a profundidade dos antagonismos entre a cidade e o campo, já que a industrialização não está mais vinculada a um ‘projeto’ de desenvolvimento nacional e autônomo. Não se coloca mais a necessidade de rompimentos externos e internos drásticos, pois que se redefine a dependência estrutural” (IANNI, 1975, p. 45).

³²¹ A democracia populista seria marcada pela elevação das reivindicações das massas ao terreno da política institucional, fazendo com que os partidos e lideranças políticas não pudessem descartar novos sujeitos e interesses. Símbolo do populismo, Getúlio Vargas representaria “a combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial” (IANNI, 1975, p. 55).

³²² Jacob Gorender (1998) dedicou um dos capítulos de *Combate nas Trevas* às ideias que ganharam espaço entre as esquerdas no Brasil após o golpe. Segundo o seu ponto de vista, a obra de Caio Prado Jr. e, sobretudo, Octavio Ianni e Francisco Weffort, representavam a crítica de esquerda ao populismo, tendência que depois seria transplantada para o cinema com os filmes de Glauber Rocha, *Terra em Transe* (1967) e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969). Haveria, portanto, um vínculo entre a depreciação da “política de massas” e a adesão à saída armada que se afastou dos trabalhadores, suas organizações e aspirações (GORENDER, 1998, p. 81-82).

Em *A revolução burguesa no Brasil*, as hipóteses de Florestan Fernandes sobre o papel interno das burguesias, bem como da relação entre estabilidade política, imperialismo e crescimento econômico, estavam maduras. A condição antitética de força/debilidade da burguesia local permanece e é refinada na análise, pois a necessidade de expansão dos negócios das economias centrais exigia que a burguesia fosse forte na periferia e, assim, a revolução burguesa aparecia nos países dependentes como “um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 2005, p. 343). Com o novo regime instaurado em 1964, a burguesia manifestava sua tendência à autocracia e agia de acordo com o cerne de seus ideais, que deixavam de lado propostas reformistas ou bandeiras liberais em nome da defesa da ordem e da salvaguarda dos seus interesses materiais. Desse modo, a ditadura simbolizava a convergência entre Estado e empresariado em um regime eficaz, forte para esmagar a resistência às medidas necessárias para a consolidação do modelo associado de desenvolvimento, seguro para receber os investimentos estrangeiros e sólido para que a burguesia local se mantivesse subordinada ao imperialismo sem o risco de uma regressão neocolonial (FERNANDES, 2005, p. 302-303).

As críticas às concepções de nacionalistas e comunistas acerca da realidade nacional prosperaram no pós-golpe, na esteira dos balanços realizados no interior das esquerdas para entender o fio que levava ao fracasso das organizações de trabalhadores na conjuntura da queda de Goulart. As conclusões mais comuns colocaram boa parte dos membros do PCB na direção da ruptura, sob a avaliação de que o partido caíra no imobilismo e submissão aos interesses burgueses. Símbolo das cisões gestadas no interior do PCB, foi a diminuição do prestígio de Luís Carlos Prestes como dirigente principal do partido. Além da derrota da linha política defendida pelo “Cavaleiro da Esperança”, o episódio das cadernetas pôs o secretário-geral como indiretamente responsável pelo acesso que a investigação contida no Inquérito Policial Militar (IPM) teve à atuação dos comunistas no Brasil.³²³

A derrota do PCB em 1964, na interpretação de Daniel Aarão Reis (2014), teria sido diferente das observadas em 1935 e 1947. Na primeira, o partido foi derrotado em luta e, embora vencido, o episódio passou para a memória dos comunistas como “uma referência

³²³ Prestes armazenou cadernos com anotações sobre as reuniões do partido realizadas a partir de 1961. As milhares de páginas colaboraram para embasar o Inquérito Policial Militar (IPM) que indiciou 74 pessoas e suspendeu os direitos políticos de 59 membros do PCB (CHILCOTE, 1982, p. 143). Os IPMs foram criados pelo Ato Institucional inaugurador do novo regime e “constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo” (ALVES, 2005, p. 69).

preciosa, um momento de combate e de heroísmo” (REIS, 2014, p. 326). Já em 1947, com a passagem para a ilegalidade, o PCB sofreu um duro revés, mas atravessou o período de descenso da popularidade de suas fileiras e a linha do “Manifesto de Agosto” para ressurgir, na segunda metade da década de 1950, como um partido de massas com crescente participação no movimento sindical e popular. Em 1964, o desfecho foi diferente. A derrota foi “histórica, catastrófica” (REIS, 2014, p. 327) e atingiu o partido sem que ele opusesse resistência.

A linha política do PCB, entretanto, não abandonou as teses sobre a etapa burguesa da revolução brasileira e, conseqüentemente, manteve a perspectiva de aliança de classes, mas em uma frente democrática contra a ditadura. O partido, contudo, estava cindido. A primeira reunião da direção do PCB após o golpe ocorreu em maio de 1965 e expôs a divergência no Comitê Central entre, de um lado, a maioria capitaneada por Luís Carlos Prestes e, de outro, o grupo composto por Mário Alves, Jacob Gorender e Jover Telles, que saiu derrotado. A crítica ao “reboquismo” e ao imobilismo do PCB não pode ser desprezada, mas se tornou secundária diante da tese dos “desvios de esquerda” supostamente praticados pelo partido na conjuntura do início dos anos 1960.³²⁴ Assim, o PCB aprovou, como objetivo, a derrubada da ditadura, por uma ampla frente democrática (CHILCOTE, 1982, p. 144).³²⁵

A divergência, no Comitê Central, persistiu e se espalhou pelos núcleos estaduais do partido. Em São Paulo, a crítica às teses da maioria teve Carlos Marighella como principal representante. Na Guanabara e Rio de Janeiro, os divergentes eram, sobretudo, bases estudantis do partido, que constituíram as “dissidências” reproduzidas em outros estados. Membros do Comitê Central do PCB, Jacob Gorender e Mário Alves foram expulsos no VI Congresso do partido e formaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma das muitas organizações que aderiram à luta armada.³²⁶

³²⁴ Sobre a reunião do Comitê Central, ver Reis (2014, p. 331-332).

³²⁵ O relato de Jacob Gorender destaca, sobre esse tema, um ponto importante. A disputa pela linha política do partido e a crítica à relação estabelecida entre a direção e Jango não começou como autocrítica após o golpe de 1964, tendo apenas ampliado o seu tamanho. Gorender participou da elaboração da “Declaração de Março de 1958”, base da atuação dos comunistas nos anos seguintes, e apontava um equívoco de maior relevo e um acerto destacado daquele documento. O erro da linha pecebista era defender um caminho pacífico da revolução nacional e democrática, pois esse objetivo seria inviável sem o apoio da burguesia “que não precisava de nenhuma revolução” (GORENDER, 1998, p. 34). A resolução, entretanto, continha um acerto evidenciado pela conjuntura do governo Jango: a luta pelas reformas de base. Ao redor desses dois elementos se estabeleceu uma tensão dialética na direção partidária e na atuação do PCB. Prestes e a maioria do Comitê Central se dedicou às alianças com a “burguesia nacional” e o presidente João Goulart, enquanto “uns poucos dirigentes salientaram o caráter dúplice e conciliador da burguesia nacional e deram ênfase à prioridade da aliança com as forças populares” (GORENDER, 1998, p. 36).

³²⁶ Há vasta literatura sobre as esquerdas após o golpe e que abordam o tema da luta armada com a devida atenção. Ver: Marcelo Ridenti (2010), Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá (2006), Jacob Gorender (1998) e Jean Rodrigues Sales (2007).

O caminho de Moniz foi, entretanto, contrário ao trilhado por significativa parcela da esquerda brasileira. Sua abordagem teórica do problema da revolução brasileira, à primeira vista, era confusa. Ora se aproximava da ideologia isebiana³²⁷ do desenvolvimento capitalista no Brasil, ora retomava ideias de Trotsky sobre a revolução permanente. Porém, estava em formação a posição que assumiria pelas décadas seguintes quanto à originalidade da revolução brasileira, que não rejeitava a experiência histórica e as contribuições do marxismo, mas apontava para um caminho próprio de conquista do socialismo. A originalidade da revolução brasileira aparece, na década de 1960, em um pequeno texto escrito para a orelha do livro *A opção brasileira*, de autoria de Mário Pedrosa e publicado em 1966. Escreveu Moniz que a obra era composta por “seis capítulos sobre a originalidade da economia nacional e da revolução brasileira, partindo necessariamente para uma solução adequada, independente das fórmulas abstratas que não correspondem à realidade viva” (MONIZ, 1966, Orelha do livro).

Mário Pedrosa, antes do golpe, empolgou-se com as medidas projetadas para a questão agrária³²⁸ e, embora destacasse certo caráter vacilante de João Goulart, foi menos ácido com o presidente deposto.³²⁹ *A opção brasileira* integrava o projeto de estudos de Pedrosa sobre o capitalismo de seu tempo, que, inicialmente, receberia o nome de “Imperialismo, Brasil,

³²⁷ Criado em 14 de julho de 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) tinha sido idealizado durante o governo de Getúlio Vargas e foi instituído na administração de Café Filho como órgão subordinado ao Ministério da Educação. A finalidade do ISEB era a realização de cursos, estudos e pesquisas, tendo crescido em importância durante o governo JK, quando, ainda abrigando uma pluralidade de pontos de vista, ficou marcado pela hegemonia do projeto desenvolvimentista. De acordo com o inventário das trajetórias intelectuais no interior do ISEB, realizado por Caio Navarro de Toledo (1982), encontramos posições semelhantes às divulgadas por Moniz, na década de 1950, nos debates sobre o desenvolvimento nacional. Exemplo disso é a noção de “nacionalismo de meios”, de Hélio Jaguaribe, para quem não havia interdição à participação estrangeira no desenvolvimento econômico brasileiro, desde que o capital externo se apresentasse como uma solução vantajosa para o país. Nesse sentido, Hélio Jaguaribe tinha alguns pontos de contato com Guerreiro Ramos e Cândido Mendes (TOLEDO, 1982, p. 135-136).

³²⁸ Em janeiro de 1964, Pedrosa escreveu um artigo para o *Correio da Manhã* comentando o Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado por João Goulart no ano anterior. Para Mário Pedrosa, a extensão dos direitos trabalhistas para o campo fortaleciam decisivamente o capitalismo no Brasil, com impacto na produtividade e renda nacional: “sem mais nem menos, a revolução ou reforma social brasileira que começou a entrar, legalmente, (mas nem tanto, ‘pacificamente’) no antro do nosso feudalismo caboclo. De um salto, os miseráveis plantadores de cana vararam séculos. De servos humilhados de um pré-capitalismo decrépito se elevaram a proletários modernos, com sindicatos, contratos coletivos negociados na dura, e em face de anacrônicos barões de duvidosa nobreza, obrigados, também eles, de se travestirem de capitalistas. As relações de propriedade transformam-se, assim, na roca do dia para noite. Os camponeses brasileiros impõem a seus antigos senhores o capitalismo no campo. Mostram ser, assim, na atualidade histórica, a classe mais progressista e revolucionária da sociedade brasileira em recomposição” (PEDROSA, 22 jan. 1964, p. 1). O artigo é ilustrativo da penetração nas esquerdas brasileiras das teses sobre os resquícios feudais na sociedade brasileira.

³²⁹ Em *A opção brasileira*, o autor teceu poucos comentários sobre o governo deposto, mas é possível perceber, através de passagens como a que trata o programa atribuído a João Goulart como sinal de radicalismo apenas como uma agitação política por parte do presidente, sem efetiva implementação, que o balanço feito por Pedrosa (1966) era muito menos incisivo que o realizado, por exemplo, por Caio Prado Jr. (1977) em *A revolução brasileira*.

Revolução” (KAREPOVS, 2017, p. 145). A proposta original foi modificada e deu vida a dois livros, *A opção imperialista* e *A opção brasileira*. Este fazia referência direta ao problema destacado por Moniz: a originalidade da revolução brasileira. Observando a história das revoluções na Rússia e na China, Pedrosa assinalava que elas não ocorreram pela adoção de modelos e programas que se debruçavam sobre a luta de classes como uma abordagem teórica, mas pela inserção dos comunistas no fluxo de revoluções que já se desenrolavam e proporcionavam oportunidades para que os partidos ligassem os seus programas às aspirações dos trabalhadores do campo e da cidade. Portanto, caberia à esquerda brasileira abandonar as constantes adaptações de linhas políticas vindas do exterior e compreender como a realidade nacional permitia aos revolucionários atuar em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

Revolução não se prescreve, não se ordena, não se marca, não se precipita, não se inventa. Os revolucionários seguem o seu curso, nadando, dirigindo-se na corrente, no sentido da corrente para não se afogar. O Partido Comunista nem na Rússia, onde foi inventado pelo gênio político de Lenin, nem na China foi a máquina que puxou a revolução mas a máquina que se dirigiu melhor que as outras no fluxo revolucionário. O comunismo russo foi uma criação russa; o comunismo chinês foi uma criação chinesa, como o comunismo iugoslavo foi uma criação iugoslava, o cubano uma criação cubana e o do Brasil, se chegar algum dia a triunfar, será uma criação brasileira. [...] No Brasil, depois que o presidente João Goulart arrastou, na sua queda, a 1 de abril, a “esquerda” brasileira, em todos, mas absolutamente todos os seus matizes, terá ela perdido a leviandade ideológica e tática que a caracterizava e a desautonomia em relação aos clichês doutrinários e estratégicos importados. A derrota a ajusta à realidade. (PEDROSA, 1966, p. 84).

Moniz, que assim como o autor de *A opção brasileira*, caracterizava o novo governo como “bonapartista”, absorveu de Mário Pedrosa as ideias sobre o caminho específico a ser trilhado pelas esquerdas brasileiras em luta pelo socialismo. Contudo, demorou quase duas décadas para escrever *A originalidade das revoluções*, livro no qual dedicou um capítulo à revolução brasileira como processo de luta cuja especificidade teria de ser encontrada. A interpretação dada por Pedrosa à história recente do Brasil o reaproximou politicamente de Edmundo Moniz, de quem divergiu durante o processo que levou Juscelino Kubitschek à presidência da República. Agora, os dois convergiam na caracterização do governo, na concepção dos processos revolucionários ocorridos no século XX e em um ponto fundamental para alinhar os objetivos imediatos na luta política: a avaliação das relações entre a burguesia e a ditadura como suficientemente conflituosas para antagonizá-las. Mário Pedrosa e Edmundo Moniz encaminharam-se às fileiras da chamada “oposição democrática”, formada como uma frente ampla.

Dois outros jornalistas do *Correio da Manhã* integravam essa frente e se destacaram em seu âmbito. Um deles era Márcio Moreira Alves, repórter do jornal na década de 1950, e que passou a escrever artigos de opinião após o golpe contra João Goulart. Seus textos publicados nas semanas seguintes ao golpe são exemplares para compreendermos a sua posição, pois o jornalista reivindicava a derrubada de Jango e os “objetivos civis” do movimento, mas criticava as ameaças militares sobre o regime da Constituição de 1946 e a repressão política.³³⁰ Os artigos condenando o Ato Institucional, a repressão sobre a vida universitária e a política econômica de Castello certamente incomodavam a ditadura, mas Márcio Moreira Alves ganhou lugar especial entre os opositores ao regime quando o *Correio da Manhã* passou a repercutir denúncias de torturas praticadas contra presos políticos.

Em maio de 1964, o jornal publicou uma carta de um leitor do Distrito Federal que denunciava as torturas sofridas por um líder sindical no quartel da Polícia do Exército e citava nomes de militares e locais nos quais as violências atingiam homens e mulheres (N. DA R., 6 de mai. p. 10). Antes do fim do mês, foi noticiado que dois estudantes da Universidade Rural, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foram sequestrados e torturados por policiais que perguntavam quem eram os comunistas da instituição (CORREIO DA MANHÃ, 27 mai. 1964, p. 12). No dia seguinte à notícia, o jornal publicou o artigo “As pedras da rua”, de Márcio Moreira Alves, que comentava o caso dos estudantes e usava o episódio para chamar a intelectualidade ao engajamento contra a situação política do país (ALVES, 28 mai. 1964, p. 6). A coragem do jornal e de seus colunistas fez com que a redação recebesse grande volume de cartas, na esperança de que a publicação desse visibilidade às denúncias. Carlos Heitor Cony comentou em sua coluna que identificara uma questão comum nas mensagens recebidas:

a situação dos presos, a estupidez dos critérios que levam a polícia ou o Exército a prenderem determinadas pessoas ou grupos. Uma leitora do Leblon faz a exposição de seu drama: o pai está preso desde os primeiros dias de abril. Foi levado a um estabelecimento militar, onde, para baixarem a moral dos detidos, são promovidas

³³⁰ O primeiro artigo de Márcio Moreira Alves, após o golpe, foi “Revolução e congresso não são incompatíveis”, no qual defendia que o movimento poderia realizar a “operação limpeza” sem desmontar o regime constitucional. Afirmava que tal gesto seria importante para avançar à segunda fase da chamada “revolução”, quando um programa reformista teria de ser aplicado e haveria a “desvinculação do movimento armado, no qual entramos com ideais progressistas, dos grupos mais reacionários, retrógrados e desonestos que, através de truques publicitários, procuram identificar-se com um movimento no qual não tiveram a menor participação, a cujos riscos não se associaram e de cujos generosos propósitos estão desvinculados” (ALVES, 8 abr. 1964, p. 6). Márcio Moreira Alves criticou o Ato Institucional – 1 (ALVES, 10 abr. 1964, p. 6) e a repressão contra as universidades (ALVES, 16 abr. 1964, p. 6), mas ainda depositou esperanças que a eleição de Castello Branco afastasse os setores mais radicais e devolvesse o país à normalidade constitucional (ALVES, 18 abr. 1964, p. 6), sentimentos que logo deram espaço ao descontentamento com a persistência da violência e das ameaças ao calendário eleitoral.

rajadas de metralhadoras. Cessado o barulho, um oficial comunica, em voz alta, que o fuzilamento do dia acabou. Como se não bastasse a brincadeira boçal, há coisa mais grave ainda: misturam “Pervitin” na comida dos presos. Homens forçados à imobilidade, em cubículos estreitos, são condenados à insônia e à superexcitação. [...] Outro caso: uma das filhas do almirante Aragão veio me procurar. Ela aceitava, com resignação, o que estava ocorrendo com seu pai, um homem que entrara de corpo e alma numa luta. O que ela não compreendia, o que ela se recusava a compreender, era a prisão de seu irmão, Dilson, rapaz pacato, bom filho, bom pai, preso, sem mais nem menos, sob acusações vagas e irresponsáveis. (CONY, 27 mai. 1964, p. 1).

As notícias e denúncias continuaram e ganharam um novo capítulo em setembro, quando o *Correio da Manhã* publicou o editorial “Tortura e insensibilidade”, destacando o número crescente de relatos de prisioneiros sobre as violências cometidas nas dependências do Estado e cobrando uma resposta do Governo Federal. Dentre os vários casos divulgados pelo jornal, nos primeiros meses do novo regime, um motivara o posicionamento mais assertivo, que discutia se estaria em jogo a institucionalização da tortura (CORREIO DA MANHÃ, 1 set. 1964, p. 6). Tratava-se da situação do engenheiro Arnaldo Mourthé, preso em julho de 1964 e torturado por policiais cujos nomes foram divulgados pelo *Correio da Manhã* (21 ago. 1964, p. 3).³³¹ Na mesma edição do editorial “Tortura e insensibilidade”, o jornal publicou uma nova notícia, em tímido espaço na última página do primeiro caderno, no qual registrava a greve de fome de oito presos localizados no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), dentre eles, Arnaldo Mourthé. Dessa vez, além de descrever as condições da prisão, o jornal reproduzia a acusação de participação direta de oficiais da Marinha nas sessões de tortura³³² (CORREIO DA MANHÃ, 1 set. 1964, p. 16).

Diante disso, Márcio Moreira Alves escreveu o artigo “Os torturadores”, repudiando a violência praticada contra os presos políticos e cobrando que o governo instalasse uma comissão para investigar as denúncias:

O presidente Castello Branco faz belos discursos e ouvidos de mercador às acusações que contra seu governo e seus subordinados se levantam. Procura sempre assumir o papel simpático e deixar para os outros o ônus da condenação. [...] Existe somente um meio de acabar com a tortura: nomear-se uma comissão de investigação isenta e enérgica, que poderia ser composta de um magistrado, um representante da Cruz Vermelha e um da ABI, dar-lhe plenos poderes de investigação, cobrir-lhes os passos com sigilo e punir inexoravelmente os torturadores. (ALVES, 3 set. 1964, p. 6).

³³¹ O caso de Arnaldo Mourthé foi citado em editorial publicado um dia depois da divulgação de sua situação na prisão. Nele, o *Correio da Manhã*, relacionava a violência praticada contra o prisioneiro à chefia militar sobre os executores diretos das torturas (CORREIO DA MANHÃ, 22 ago. 1964, p. 6).

³³² As torturas no CENIMAR foram noticiadas ainda em agosto pelo *Correio da Manhã*. Contudo, primeiramente, o jornal publicou o nome dos detetives denunciados como torturadores, mas isentou oficiais militares das ações (CORREIO DA MANHÃ, 21 ago. 1964, p. 3). Na notícia do início de setembro, os oficiais foram diretamente implicados às sessões de tortura.

Insistindo no tema, o jornalista chamou a atenção para Recife, de onde chegavam relatos de presos submetidos a baixas temperaturas em câmaras frigoríficas (ALVES, 4 set. 1964, p. 6). No dia 13, Marcio Moreira Alves voltou a cobrar a investigação das denúncias, desta vez, se dirigindo ao ministro Costa e Silva e apresentando uma vítima fatal da violência:³³³

Trago hoje uma ficha: Manuel Alves de Oliveira, nascido em Sergipe a 21 de outubro de 1934. Morava na Rua 19, quadra 9, casa 1, em Guadalupe. Sua inscrição teve o número 6.630 e a matrícula 6.525. Foi admitido a 9 de março de 1960 e servia no 1º Gcan 90 Ae. Manuel Alves de Oliveira morreu a 8 de maio de 1964, no Hospital do Exército, em Triagem, em consequência das torturas a que foi submetido. Deixou uma viúva, Norma, de 24 anos de idade, e três filhos varões, o mais velho de oito anos, o menor de cinco. Trago ao general Costa e Silva este cadáver. Falo em seu nome e, tenho certeza, no dos homens e mulheres que neste país conservam íntegra sua consciência. É com esta responsabilidade de porta-voz, que me pesa sobre noites de vigília, que o procuro. (ALVES, 13 set. 1964, p. 6).

A campanha contra a tortura e a divulgação da história do sargento Manuel Alves de Oliveira³³⁴ forçou o governo a anunciar alguma medida para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa. Segundo Lira Neto (2019), Castello Branco cobrou de Costa e Silva as explicações sobre as notícias, mas o ministro da Guerra “limitou-se a solicitar informações ao comandante do IV Exército, Antônio Carlos Muricy” (LIRA NETO, 2019, p. 313), o qual tratou as matérias como parte de uma campanha da imprensa contra o governo. O presidente, então, deu ao chefe da Casa Militar, Ernesto Geisel, a tarefa de visitar algumas prisões para averiguar o que ocorria no trato aos presos.

A missão chegou ao Recife no dia 15 de setembro. Acompanhado por dois oficiais, Geisel percorreu quarteis e prisões. Tomou depoimentos, recebeu laudos (entre os quais, dada pelo coronel-médico que dirigia o Hospital Geral do Exército do Recife, uma coleção de radiografias de um preso que tivera três vértebras fraturadas) e voou até a ilha de Fernando de Noronha, onde estavam presos, entre outros, os governadores depostos de Pernambuco e Sergipe, Miguel Arraes e Seixas Dória. (GASPARI, 2014b, p. 148).

As edições do *Correio da Manhã* publicadas durante os seis dias de viagem de Geisel deram ainda mais força às histórias que forçaram o governo a se manifestar. No dia 16, o jornal reproduziu integralmente uma carta enviada por José Mendes de Sá Roriz, em cárcere no Presídio da Marinha, ao deputado estadual Jamil Haddad (PSB-GB) (CORREIO DA

³³³ Segundo relato de Márcio Moreira Alves, publicado em livro nos Estados Unidos, as informações sobre o sargento foram coletadas junto aos militares por Edmundo Moniz, que buscou detalhes entre os seus contatos (ALVES, 1973, p. 82).

³³⁴ Segundo as conclusões do trabalho de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio (2008), Manuel Alves de Oliveira, nascido em 1934, passou dez anos no Exército e foi “candidato à presidência do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 61). Ainda segundo os autores, é possível que o sargento fosse um militante do PCB.

MANHÃ, 16 set. 1964, p. 11). Dois dias depois, os oito prisioneiros cuja situação havia sido exposta pelo *Correio da Manhã* no final de agosto tiveram declarações publicadas pelo jornal, acompanhadas até de um croqui do CENIMAR, enviado por um dos presos (CORREIO DA MANHÃ, 18 set. 1964, p. 14). O governo negou a autenticidade dos relatos publicados.

As atividades de Geisel durante a viagem não puderam ser acompanhadas de perto ou ter os detalhes acessados pela imprensa e a população, mas o *Correio da Manhã* encontrou uma forma de contrapor o trabalho jornalístico à operação que o governo fazia. A maneira foi enviar Márcio Moreira Alves para Recife, onde uma comissão civil fora instalada, com membros do judiciário, legislativo e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O repórter conseguiu conversar com muitos presos, pois havia um movimento de passagem dos encarcerados pelo Exército para as dependências da polícia local, que permitiu o acesso do jornalista no dia de visitas. Do encontro, Márcio Moreira Alves formou uma relação de 40 presos que alegavam ter sido torturados, lista que seria entregue à comissão civil de investigação. As conversas também deram informações para uma longa matéria, rica em nomes de acusados de violências físicas aos prisioneiros (ALVES, 20 set. 1964, p. 28). O trabalho do repórter ocupou mais da metade da página que fechava o primeiro caderno do jornal, encabeçada pelo título “País vive o regime da tortura”.

A persistência de presos e jornalistas nas cobranças ao governo foi suficiente para arrancar de Castello Branco alguma ação, mas não para fazer o governo admitir que as denúncias expressavam a verdade das prisões. Costa e Silva, Geisel e Golbery, de maneiras distintas, trataram as matérias e notícias como “campanha” contra o governo.³³⁵ Assim, a versão oficial negou que os presos tivessem se queixado durante as conversas com Geisel, afirmação que se chocava com os relatos divulgados durante meses e contestada pelas informações que Márcio Moreira Alves coletava no rastro do ministro militar.

Através dos canais de solidariedade que ligam os prisioneiros ao mundo exterior, soube-se que presos políticos ouvidos pelo general Ernesto Geisel confirmaram terem sido vítimas de torturas, especialmente Evaldo Lopes Gonçalves, que foi espancado, com os olhos vendados com esparadrapos, para não reconhecer seus algozes. Informaram, inclusive, que Evaldo foi colocado, três minutos, numa câmara frigorífica, no Quartel da Subsistência, a uma temperatura de 35 graus abaixo de zero. Tais denúncias, contudo, não foram confirmadas pelo general Geisel, que ao embarcar para Salvador declarou não ter recebido nenhuma queixa de dez presos de Fernando de Noronha que interrogou. [...] Tal contradição demonstra a necessidade de a Cruz Vermelha investigar as torturas, pois a viagem-relâmpago do general só

³³⁵ Costa e Silva, como registrou o *Correio da Manhã*, declarou que tudo não passava de “campanha bem organizada, com o objetivo de desmoralizar a Revolução” (CORREIO DA MANHÃ, 22 set. 1964, p. 3). Em Gaspari (2014a, p. 150-151), vemos como Geisel e Golbery também adotaram a mesma estratégia, acusando a imprensa de explorar violências que teriam acontecido pontualmente nos dias seguintes ao golpe contra Jango.

terá servido de cortina de fumaça para ludibriar a opinião pública caso o militar insista em negar as violências. (ALVES, 17 set. 1964, p. 16).

O governo continuou negando a existência de tortura nos quartéis, delegacias e prisões, como se as violências se restringissem aos primeiros dias após o golpe e coube ao *Correio da Manhã* manter a rotina de denúncias. Segundo Elio Gaspari (2014b), a viagem de Geisel acuou alguns torturadores e o número de queixas caiu até 1966. Entretanto, teria prejudicado “a consciência da cúpula militar pela sensação que ofereceu de ter salvado simultaneamente a pele de muitos presos e a farda dos torturadores” (GASPARI, 2014b, p. 152). A campanha do *Correio da Manhã* consolidou o jornal como voz de oposição e fez de Márcio Moreira Alves, já renomado na profissão, um dos principais desafetos do regime. Com o material colhido no contato com vítimas e familiares, o jornalista escreveu *Torturas e torturados*, livro publicado em 1966.

Outros nomes do *Correio da Manhã* se juntavam a Márcio Moreira Alves, Edmundo Moniz e Carlos Heitor Cony na ascensão oposicionista do jornal. Hermano Alves, Otto Maria Carpeaux, Arthur Poerner e Thiago de Mello ajudaram a formar a “oposição dos intelectuais” que era, em parte, uma oposição dos jornalistas. Esse engajamento transbordou das páginas do jornal e chegou ao universo editorial, que repetiu, com sucesso, a repercussão do trabalho na redação do *Correio da Manhã*. Em julho de 1964, a Editora Civilização Brasileira lançou *O ato e o fato*, reunião dos artigos de Carlos Heitor Cony sobre o novo governo e que, também, contou com textos de quatro colegas de trabalho, Otto Maria Carpeaux, Edmundo Moniz e Márcio Moreira Alves, cada um com um artigo incluído na obra, e Hermano Alves, autor da apresentação do livro. Os vinte mil exemplares da primeira edição foram esgotados em dois dias (CONY, 18 jul. 1964, p. 1).³³⁶ A fórmula se repetiu no ano seguinte, com a reunião de artigos do crítico literário Otto Maria Carpeaux em *O Brasil no espelho do mundo*, e dos textos de Edmundo Moniz em *O golpe de abril*, ambos pela Civilização Brasileira.

Não era uma coincidência. A Editora Civilização Brasileira pertencia a Ênio Silveira, que, recentemente, comprara o selo anteriormente ligado à Companhia Editora Nacional. Sob a direção de Ênio, membro do PCB, a Civilização Brasileira trilhava um caminho que procurava equilibrar a esfera comercial da produção e circulação de livros com a luta política, o que implicava na editoração de obras de esquerda e marxistas. Desse modo, os livros dos jornalistas do *Correio da Manhã* se encaixavam no programa engajado da editora e atraíam, ao abordar a situação política do país, a atenção do público leitor, que fazia das obras sucessos de venda.

³³⁶ De acordo com Luiz Renato Vieira (1998, p. 147), *O ato e o fato* vendeu cem mil exemplares em 1964.

Os órgãos de repressão também se interessaram pela atividade de Ênio Silveira. O editor responsável pela Civilização Brasileira teve seus direitos políticos cassados logo após a derrubada de João Goulart, consequência da atenção dirigida às atividades da editora antes mesmo do golpe, pela publicação da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*.³³⁷ Após a publicação de *O ato e o fato*, Carlos Heitor Cony foi intimado a depor diante de um general (CORREIO DA MANHÃ, 22 jul. 1964, p. 1) e, no mês seguinte, o ministro da Guerra, Costa e Silva, denunciou o escritor com base na Lei de Segurança Nacional, acusando-o de desrespeitar o comando militar e o presidente da República através de seus artigos (CORREIO DA MANHÃ, 12 ago. 1964, 14). Estava em desenvolvimento a tática que depois se mostrou eficiente contra a editora: o sufocamento financeiro da empresa através da apreensão de estoques e intimidação sobre livreiros.

Assim, notícias registravam a proibição da venda do livro de Cony em uma feira literária em Florianópolis (CORREIO DA MANHÃ, 20 out. 1964, p. 3) e a proibição e apreensão, em Recife, de livros da Civilização Brasileira, entre os quais estava *O Golpe de Abril*, de Edmundo Moniz.³³⁸ Na ocasião, “o delegado [...] advertiu os proprietários das livrarias para que não renovem os pedidos sob pena de providência mais radical” (CORREIO DA MANHÃ, 11 jun. 1965, p. 1).

A passagem de 1964 para 1965 marcou, em termos gerais, o início da superação do papel do *Correio da Manhã* como frente mais destacada de atuação dos intelectuais de oposição à ditadura. Do ponto de vista da circulação de textos e ideias, a Civilização Brasileira se tornou mais atraente para a intelectualidade carioca, que não possuía estrutura universitária semelhante a existente em São Paulo, onde a atuação no âmbito da Universidade de São Paulo servia como plataforma de uma atuação coletiva.³³⁹ As opiniões editoriais do *Correio da Manhã* e os artigos de seus jornalistas não passaram à irrelevância, ao contrário, mas a pressão material sobre o jornal foi transferida aos articulistas, que optaram pela

³³⁷ A coleção foi publicada entre 1962 e 1964 pela Civilização Brasileira após um projeto idealizado pelo então diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Álvaro Vieira Pinto. Ao todo, foram publicados 28 livros, que tiveram divulgação impulsionada pelo Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes. Produzidos materialmente para atingir públicos mais amplos e escritos em linguagem acessível, os “Cadernos do Povo Brasileiro” abordavam, sobretudo, os problemas nacionais em debate na conjuntura do início da década de 1960 (LOVATTO, 2009). Entre os principais títulos, estão: *Quem é o povo no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, *Que são as Ligas Camponesas?*, de Francisco Julião, e *Quem dará o golpe no Brasil?*, escrito por Wanderley Guilherme dos Santos.

³³⁸ A matéria do *Correio da Manhã* cita duas outras obras apreendidas juntas com o livro de Moniz. Trata-se de *O golpe começou em Washington*, de Edmar Morel, e *Palavras de Arraes*, com textos do governador deposto e depoimentos de jornalistas como Antonio Callado e Márcio Moreira Alves.

³³⁹ É Leandro Konder, em entrevista a Luiz Renato Vieira (1998, p. 170-171), quem caracteriza a Civilização Brasileira como centro de aglutinação de intelectuais para organizar e promover o debate e circulação de ideias, ocupando um espaço que, em São Paulo, cabia à universidade.

combinação com outras formas de militância e organização da cultura que se mostravam mais adequadas ao engajamento político.

Desenvolvia-se aquilo que Roberto Schwarz destacou no final da década de 1960: “apesar da ditadura de direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (SCHWARZ, 2008, p. 71). De acordo com o autor de “Cultura e Política, 1964-1969”, a intelectualidade foi relativamente preservada da onda repressiva que seguiu ao golpe contra Goulart e, assim, teve fôlego para produzir livros, peças teatrais e filmes que ocuparam o espaço deixado pelo golpe que “era pró-americano e antipopular, mas moderno” (SCHWARZ, 2008, p. 84).³⁴⁰ Para a intelectualidade carioca de oposição, o passo à frente na organização de um espaço de encontro e divulgação de ideias ocorreu com a criação da *Revista Civilização Brasileira*, em 1965, publicação que acompanhava a intensificação do trabalho editorial em torno de obras consideradas de esquerda ou de autores marxistas.

No período entre 1964 e 1968, alguns jornalistas do *Correio da Manhã* se viram e atuaram como grupo político e, defensores de uma ampla frente contra a ditadura, integraram o crescimento da produção cultural de esquerda e, se não contribuíram para a formação de uma “geração maciçamente anticapitalista” (SCHWARZ, 2008, p. 72), seguramente colaboraram com a organização de uma oposição de massas à ditadura, derrotada em 1968. O momento decisivo para a superação da redação do jornal como espaço de organização do grupo dos jornalistas foi o ano de 1965. Nele, Cony perdeu o protagonismo adquirido logo após o golpe e três nomes assumem papel mais destacado na militância contra o regime: Hermano Alves, Márcio Moreira Alves e Edmundo Moniz.

No final de 1964, Cony se distanciou dos temas políticos, embora não completamente, redirecionando a sua coluna para outros assuntos. A justificativa foi dada em “Compromisso e alienação”, publicado no *Correio da Manhã* em outubro daquele ano:

Adiei esta explicação, mas aqui está ela: não sou político nem sequer sou um jornalista político. Escrevi sobre a situação nacional numa hora em que a política era secundária. O que ficou em jogo – e continua em jogo, mas de forma já desmascarada – foi a dignidade da pessoa humana, das instituições civilizadas.

³⁴⁰ Julgamos importante a reprodução do argumento do autor: “Que interesse pode ter um tecnocrata, cosmopolita por definição, nos sentimentos que fazem a hinterlândia marchar? Muito mais interessante é ver o que vêem os seus colegas em Londres, Nova York e Paris: Hair, Marat-Sade, Albee e mesmo Brecht. [...] A burguesia entregou aos militares a Presidência da República e lucrativos postos na administração, mas guardava padrões internacionais de gosto. Ora, neste momento a vanguarda cultural do Ocidente trata de um só assunto, o apodrecimento social do capitalismo. Por sua vez, os militares quase não traziam a público o seu esforço ideológico [...], pois dispendo da força dispensavam a sustentação popular. Neste vácuo, foi natural que prevalecessem o mercado e a liderança dos entendidos, que devolveram a iniciativa a quem a tivera no governo anterior. A vida cultural entrava em movimento, com as mesmas pessoas de sempre e uma posição alterada na vida nacional” (SCHWARZ, 2008, p. 85).

Como homem, com escritor, não podia ficar alienado aos descabros de abril e meses seguintes. Não me violentei. Não fiz política. Fiz o que sempre pretendi fazer: dei o meu testemunho. A situação, em substância, não se modificou. Mas hoje há cintilantes escribas em todo o País, há políticos profissionais e amadores, há donas de casa e estudantes que já fazem a mesma coisa, e com maior brilho: dão seu testemunho. Apontam os erros e os enganos da quartelada. Minha voz seria ociosa, e, sobretudo, soaria falsa a meus próprios ouvidos. [...] Não significa uma deserção, nem um recuo. Não gosto de política, não ambiciono outro tipo de vida diverso daquela em que vivo e volto a ser o insignificante cronista que sempre fui; a quartelada não me modificou, não me intimidou, não me calou. (CONY, 1 nov. 1964, p. 1).

Poucos meses depois, Cony deixou de escrever para o *Correio da Manhã*. Em fevereiro de 1965, ele escreveu uma coluna na qual ironizava o regime ao descrever um Ato Institucional nº 2 imaginário (CONY, 25 fev. 1965, p. 1). Pressionado pela ditadura, o *Correio da Manhã* não deixou a oposição, mas artigos mais incisivos, escritos pelos jornalistas na mira do regime, não eram mais bem-vindos como outrora. Desse modo, Cony entregou o seu pedido de demissão ao jornal em seguida à publicação do texto. Antonio Callado, que assumira a função de redator-chefe do *Correio da Manhã*, em solidariedade a Cony, acompanhou o colega. Em setembro de 1965, seria a vez de Márcio Moreira Alves. Naquele mês, durante uma viagem ao estado do Maranhão, o jornalista participou do programa partidário do PTB em um canal de TV local. Após criticar o governo, foi detido, interrogado e, ao retornar ao Rio de Janeiro, pediu demissão ao constatar que a sua postura não agradava mais a direção do jornal.³⁴¹ Não consta que Edmundo Moniz tenha sido demitido, mas ficou distante dos artigos de opinião política e escreveu apenas dois textos em todo o ano de 1966, um sobre Shakespeare e um comentário acerca de “Os Físicos”, peça teatral escrita pelo suíço Friedrich Dürrenmatt.

Com o espaço na imprensa reduzido, desde o início de 1965, a oposição dos jornalistas passou a adotar outras estratégias. Em março, foi lançado um “Manifesto à Nação” exigindo o fim dos Inquéritos Policiais Militares, a restituição dos direitos civis a todos os brasileiros, a liberdade dos presos políticos, o fim da intervenção nos sindicatos e a realização de eleições estaduais e federais. Entre as dezenas de signatários, estavam Cony, Moniz, Márcio Moreira

³⁴¹ Márcio Moreira Alves esclareceu a questão à época, em um artigo publicado para o jornal *Brasil em marcha* e anexado à sua ficha no Serviço Nacional de Informações. Sobre o episódio, o jornalista escreveu: “Pouco a pouco a verdade econômica impôs-se à resistência romântica. Primeiro saíram Callado e Carlos Heitor Cony. A trégua com o Governo Federal foi oficialmente proposta, como única maneira de salvar a empresa. Quem não se dispusesse a mudar teria de mudar-se. A última cabeça sacrificada a Salomé foi a minha. Fui preso, no Maranhão, por crime de lesa-majestade – críticas ao Governo Federal e ao Presidente da República. Foi a gota d’água. Comunicaram-me que minha posição de intransigência impedia a consolidação econômica do jornal” (ALVES, out. 1968, p. 134)

Alves e Hermano Alves.³⁴² Fichas do Serviço Nacional de Informações documentaram a rotina de artigos e manifestos publicados na imprensa. Houve manifestos de intelectuais³⁴³ contra a intervenção estadunidense na República Dominicana, episódio no qual o Brasil enviou tropas aliadas, bem como um organizado em defesa de Ênio Silveira, na ocasião de sua prisão, em maio de 1965, entre outros (SNI, 16 jul. 1971, p. 2-3). Contudo, os registros do órgão repressivo logo destacaram informações de novo tipo, que davam conta das movimentações partidárias e articulações com lideranças políticas.

O ano de 1965, embora não contasse mais com o pleito presidencial, visto que o mandato de Castello Branco fora prorrogado até 1967, continuava com as eleições estaduais previstas e os jornais noticiaram a aproximação entre alguns jornalistas do *Correio da Manhã* e o Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB, partido de João Goulart, fora bastante atingido pelas cassações do primeiro ano da ditadura e o papel de oposição a Castello Branco não era uma posição que recebesse o apoio de uma maioria confortável na sigla. Como aponta Maria Celina D'Araujo (1996, p. 165-166), a conjuntura abriu uma disputa acerca da linha partidária entre “ortodoxos” e “adesistas”, estes também chamados de “bigorrilhos”, mas também pôs em rota de colisão um grupo janguista e familiares de Getúlio Vargas que disputavam a direção do PTB. Um acordo realizado para a Convenção Nacional do partido, realizada no primeiro semestre de 1965, permitiu a divisão dos cargos na cúpula petebista, com Lutero Vargas na presidência. À época, o filho mais velho de Getúlio anunciava que o partido precisava se reestruturar, ganhar uma feição definida para a população e incorporar novos quadros às suas fileiras:

Entre os fatores que influíram decisivamente na próxima reestruturação do PTB, podem ser alinhados, além do alijamento de seus líderes, as exigências contidas na nova Lei Eleitoral que entrará em vigor brevemente e o desgaste político que vem sofrendo o trabalhismo diante da massa trabalhadora brasileira, consequência das crises políticas que provocaram o aparecimento de correntes divergentes nos seus quadros, uma das quais constituída pelos bigorrilhos. A fim de atender às exigências da nova Lei Eleitoral, o PTB constituiu um Conselho de Planejamento, que se

³⁴² Jornalistas, intelectuais e estudantes foram detidos enquanto distribuíam cópias do manifesto (ANDRADE, 1991, p. 210).

³⁴³ Em texto escrito na década de 1960, Norberto Bobbio (1997) ressaltou o crescimento do número de manifestos assinados pelos intelectuais, movimento que contribuía para que os libelos fossem, “aos olhos de muitos, a forma típica do protesto dos intelectuais, do mesmo modo que a greve é a forma típica do protesto operário” (BOBBIO, 1997, p. 57). Do ensaio de Bobbio, vários elementos servem para pensarmos o caso da oposição dos intelectuais à ditadura. Os manifestos se levantavam contra variações do grande tema “violência na história” e uniam muitos signatários à presença de nomes relevantes no campo intelectual (BOBBIO, 1997, p. 59). Entretanto, divergiam da análise do pesquisador do pensamento político, que via pouco impacto nos manifestos que abundavam em seu tempo, pois tinham circulação restrita aos meios intelectuais que os produziam e pouco ameaçavam o poder. No caso da oposição intelectual à ditadura, os manifestos tinham ampla divulgação na grande imprensa e acompanhavam o crescimento da contestação ao regime, ocupando um papel importante no enfrentamento que ameaçava o poder.

encarregará de adaptar o Partido à nova realidade brasileira e é constituído pelo industrial Fernando Gasparian, pelos jornalistas Marcio Moreira Alves e Edmundo Moniz, pelo Deputado Federal (Estado do Rio) José Maria Ribeiro e pelo Sr. Têlio Bogado, entre outros. Este conselho, cujos trabalhos já se encontram em execução, determinará as normas de atuação do Partido no sentido de reestruturar seu programa e a fórmula capaz de trazer setores ponderáveis da juventude brasileira, hoje dispersa em uma massa heterogênea de agremiações políticas. (REHDER, 15 ago. 1965, p. 3).

Moniz, que no início do ano criticara indiretamente o PTB em artigos sobre os partidos políticos,³⁴⁴ passou a colaborar com os trabalhistas, que se preparavam para as eleições estaduais. Na Guanabara, o candidato do PTB, inicialmente, seria o marechal Henrique Teixeira Lott, que teve a sua candidatura impugnada sob o argumento da incompatibilidade de seu domicílio eleitoral (LIRA NETO, 2019, p. 345-346). A solução foi o lançamento do pessedista Francisco Negrão de Lima, experimentado político mineiro que ocupou ministérios durante o governo de Dutra e Getúlio Vargas, além do cargo de prefeito do Distrito Federal no governo JK. Disputando o cargo com o lacerdista Carlos Flexa Ribeiro, Negrão de Lima era o candidato das oposições, não obstante a sua moderação e as boas relações mantidas com Castello Branco, seu velho conhecido.³⁴⁵

Edmundo Moniz saiu em defesa da candidatura apoiada pelo PTB. Declarou apoio a Negrão de Lima ao lado da “Frente Única de Intelectuais e Empresários” (CORREIO DA MANHÃ, 23 set. 1965, p. 14) e defendeu a unidade da oposição ao redor do candidato da aliança PSD-PTB, pois o Partido Socialista Brasileiro lançara o nome do senador Aurélio Vianna.³⁴⁶

Não é admissível, em nenhum dos Estados onde devem realizar-se as eleições governamentais, dividir a área dos que lutam para derrotar as forças políticas que representam o movimento de abril. Não votar nos candidatos do PTB e do PSD e das correntes populares que os apoiam é votar nos candidatos que procuram suprimir o que resta ainda da democracia brasileira. Na Guanabara, a candidatura de Negrão de Lima reúne todos aqueles que se batem presentemente para o pleno restabelecimento da vida democrática que é de grande importância para a conquista da independência econômica e social do País. A cisão das forças oposicionistas só contribui para fortalecer o governo estadual e o governo federal sem nenhuma vantagem ideológica ou política. A quem interessa esta cisão? A Carlos Lacerda e aos seus candidatos a governador e vice-governador da Guanabara. [...] As objeções ao candidato do PTB e do PSD, todas elas pueris, não explicariam uma atitude que conduzisse ao risco de

³⁴⁴ Em fevereiro, Moniz escreveu “Objetivo e processo” (MONIZ, 28 fev. 1965, p. 6), criticando a pouca contundência dos partidos políticos no enfrentamento das medidas do governo de Castello Branco. No mês seguinte, continuou a cobrança para que a oposição organizada em partidos enfrentasse o presidente deixasse a postura defensiva (MONIZ, 23 mar. 1965, p. 6).

³⁴⁵ Castello Branco conheceu Negrão de Lima na década de 1920, durante a sua passagem por Minas Gerais. Sobre as relações entre Castello e o candidato da oposição ao governo da Guanabara, ver Lira Neto (2019).

³⁴⁶ Além do artigo publicado no *Correio da Manhã* em defesa da unidade em torno da candidatura de Negrão de Lima, Moniz assinou um manifesto com políticos, artistas e intelectuais em defesa da retirada da chapa do PSD (CORREIO DA MANHÃ, 28 set. 1965, p. 14).

uma vitória do governo. O mais lamentável de tudo é que a divisão parta de uma área da esquerda que deveria ser a mais interessada no sucesso da batalha atual. Era obrigação de Aurélio Vianna compreender que não deveria representar um papel semelhante ao de Tenório Cavalcanti em 1960. Cindir as forças populares que lutam contra o espírito do golpe de abril é, na prática, trair a democracia e o socialismo. (MONIZ, 26 set. 1965, p. 6).

Apesar dos apelos, a chapa formada por PSB e PDC foi mantida na disputa. Os socialistas, contudo, não eram o único caso de divisão na oposição. Entre os trabalhistas, a candidatura de Negrão de Lima também teve dificuldade de reunir o apoio das principais lideranças. O *Jornal do Brasil* noticiou que João Goulart e Leonel Brizola articulavam uma alternativa ao apoio ao ex-ministro³⁴⁷ e, em setembro, o mesmo jornal afirmava que Brizola considerava não apoiar Negrão de Lima, pois uma derrota do candidato apoiado por Lacerda facilitaria o caminho para que os militares reformassem o regime político e instituísem eleições indiretas (JORNAL DO BRASIL, 15 set. 1965, p. 3). As informações publicadas eram divergentes. Ora algum partidário de Brizola afirmava que possuía um manifesto no qual o ex-deputado rechaçaria a candidatura de Negrão de Lima (JORNAL DO BRASIL, 17 set. 1965, p. 4), ora seus apoiadores afirmavam que ele defenderia a retirada da candidatura com menores chances de vitória (JORNAL DO BRASIL, 18 set. 1965, p. 4). No fim, Brizola declarou, através de um emissário, que não tomaria lado a favor de nenhuma candidatura na Guanabara (CORREIO DA MANHÃ, 25 set. 1965, p. 1).

Sem Brizola, mas com o apoio de Juscelino, Jânio Quadros e do PCB, Negrão de Lima foi eleito governador da Guanabara com mais da metade dos votos, impondo forte derrota ao candidato da UDN (JORNAL DO BRASIL, 7 out. 1965, p. 1). A vitória da oposição na Guanabara e em Minas Gerais, onde Israel Pinheiro, candidato apoiado por Kubitschek, derrotou o udenista Roberto Resende, foi o estopim para uma nova crise militar. Na Guanabara, a tensão e violência acompanhou toda a campanha e os comitês de Negrão de Lima chegaram a sofrer atentados a bomba (CORREIO DA MANHÃ, 28 set. 1965, p. 14). Com o resultado favorável à chapa PTB-PSD, um regimento militar decidiu impedir a posse

³⁴⁷ Segundo notícia do final de agosto de 1965, Jango teria enviado uma carta defendendo que o PTB consultasse as bases acerca da sua posição na eleição daquele ano. Para o jornal, era um sinal de divergência com o apoio dado a Negrão de Lima, postura também atribuída a Brizola. Resumiam da seguinte maneira a movimentação entre os trabalhistas: “Os esquerdistas e demais setores do PTB não vinculados ao Sr. Negrão de Lima declaram que o candidato pessedista é hoje um homem composto, como candidato, com o Governo do Presidente Castello Branco, e apontam, como prova, articulações feitas em favor do Sr. Negrão de Lima pelo Ministro-General Cordeiro de Farias, lembrando que o Embaixador, em recente visita à Assembleia Legislativa, evitou, por todos os modos, em declarações aos jornalistas, situar-se mal diante do Governo Federal. Os setores da esquerda trabalhista acham que a campanha eleitoral na Guanabara tem que se desenvolver nos termos de uma campanha nacional e que, mais importante do que combater o Governador Carlos Lacerda, é enfrentar o Governo Federal representado pelo Presidente Castello Branco. Esses agrupamentos de esquerda se mostram cada vez mais inclinados a uma colaboração política com o Governador Carlos Lacerda com vistas às eleições de 66” (JORNAL DO BRASIL, 27 ago. 1965, p. 4).

de Negrão de Lima e depor Castello Branco, identificado como “traidor” (LIRA NETO, 2019, p. 347). De acordo com João Roberto Martins Filho, os oficiais reivindicavam:

1) impedimento da posse de Negrão de Lima e Israel Pinheiro; 2) punição dos políticos cassados que insistissem em se manifestar publicamente; 3) retomada das cassações de parlamentares; 4) jurisdição militar para os indiciados em IPMs; 5) medidas restritivas da autonomia do Judiciário e 6) eleições indiretas em 1966. (MARTINS FILHO, 2019, p. 98-99).

Nesse momento, o ministro da Guerra, Costa e Silva, apareceu como mediador do conflito e um novo Ato Institucional se tornou inevitável para a conciliação entre o palácio e a caserna. Desse modo, sob a perspectiva de Martins Filho (2019), o grupo de Castello Branco aproveitou a edição do AI-2 para institucionalizar medidas que já eram consideradas pela cúpula do governo e ainda resistiu à pressão para impedir a posse dos eleitos. Não se tratava, portanto, de um choque entre um setor liberal e a linha-dura.³⁴⁸ Editado em 27 de outubro, o AI-2 hipertrofiava os poderes do Executivo. Diante do Legislativo, impunha a maioria simples para a aprovação de emendas constitucionais, dava ao Executivo o papel de decretar estado de sítio e pôr em recesso o Congresso Nacional, Assembleias e Câmaras por todo o país. No Judiciário, o AI-2 permitiu o aumento do número de juízes do Supremo Tribunal Federal e ampliou as atribuições dos tribunais militares. Sobre a vida política e partidária, os efeitos não eram menores. Limitava os direitos dos cassados, determinava a eleição indireta para a presidência da República e extinguiu todos os partidos políticos, que seriam substituídos por novas siglas criadas a partir de regulamentação posterior (ALVES, 2005, p. 111).

Em dezembro, poucos dias após a publicação das regras exigidas para a criação de novos partidos, a oposição se agrupava em uma nova organização, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (CORREIO DA MANHÃ, 3 dez. 1965, p. 3). Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (1997), o MDB enfrentaria muitos desafios para ganhar legitimidade como força de oposição. Teve, de saída, dificuldades até mesmo para cumprir as regras necessárias para a sua fundação, as quais exigiam um mínimo de deputados e senadores. Após a oficialização, o MDB tinha que superar a desconfiança sobre um sistema partidário criado pela ditadura, vincular-se ao eleitorado que cultivara laços com os partidos extintos e adquirir identidade política suficiente para preencher as lacunas deixadas pelas lideranças forjadas nas décadas

³⁴⁸ Em um primeiro momento, Castello Branco enviou um projeto de emenda constitucional que “facilitava a intervenção federal nos estados, ampliava a autoridade de auditorias militares no julgamento de casos de subversão e, ainda, tirava do Judiciário o poder de decidir sobre processos abertos com base no Ato Institucional nº 1” (LIRA NETO, 2019, p. 350-351). Diante da derrota iminente da proposta, Castello mobilizou a base governista para esvaziar o Congresso e a votação não aconteceu. A saída foi editar um novo Ato Institucional.

anteriores e proscritas da vida pública nacional após o golpe de 1964 (MOTTA, 1997, p. 25-26).

A aproximação de alguns jornalistas do *Correio da Manhã* com a oposição organizada em partidos se concretizou com a fundação do MDB. Em maio de 1966, o processo de constituição da direção do partido na Guanabara teve importante participação de membros do jornal:

Os jornalistas Paulo Silveira, Fabiano Vilanova Machado, José Luís Costa Pereira, Artur Poerner e Hermano Alves foram eleitos, ontem, membros do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro, em reunião da qual participaram centenas de jornalistas, na antiga sede do extinto PTB. Na reunião presidida pelo Sr. Augusto Vilas-Boas, ficou decidida a criação de uma comissão provisória de jornalistas, a constituir-se formalmente, em prazo curto, com os Srs. Augusto Vilas-Boas, Mário Martins, Edmundo Moniz, Pedro Porfírio, Nelson Lemos, Célia Maria Ladeira, Édson Cabral e Maurício Azêdo. (JORNAL DO BRASIL, 24 mai. 1966, p. 16).

Para o novo partido, o ano de 1966 apresentava um importante desafio, disputar as primeiras eleições legislativas da ditadura, marcadas para novembro. Logo, os nomes dos intelectuais cariocas surgiram como possíveis candidatos às vagas na Assembleia, Câmara Federal e Senado. Em julho, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria sobre os possíveis candidatos do MDB na Guanabara e citou que Edmundo Moniz tinha a preferência de Lutero Vargas para a disputa ao Senado, uma alternativa ao deputado Benjamim Farah, “vetado pelas bases partidárias de coloração ideológica” (JORNAL DO BRASIL, 28 jul. 1966, p. 4). A notícia indicava que o jornalista não se interessara pela oportunidade e, meses depois, o partido acabou lançando dois candidatos ao Senado, pelo recurso à sublegenda, mecanismo criado pela ditadura para acomodar disputas locais que não encontrassem saída unitária para compor as candidaturas da governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em pouco tempo surgiu a primeira divergência entre os intelectuais e a direção do MDB, consequência da possibilidade de ingresso dos lacerdistas no partido. Com a extinção da UDN, Carlos Lacerda ficou sem a estrutura que alimentava sua ambição de disputar a eleição presidencial. Desse modo, caso os seus partidários aderissem à ARENA, Lacerda perderia o que restava de sua base política, em tese, antagônica ao MDB, o qual possuía grande presença de ex-petebistas. O ex-governador passou a incentivar a criação de um terceiro partido, que teria o nome de Partido da Renovação Democrática (PAREDE), que contava com certo apoio entre udenistas cariocas e paulistas, além do espaço da *Tribuna da Imprensa* para propagar suas ideias. Quando se aproximou a campanha eleitoral, os lacerdistas tinham de entrar em uma das duas organizações existentes e a maioria dos

deputados que participavam do PAREDE se definiram pelo MDB. Com dificuldades para chegar a um acordo com a direção do partido no Rio de Janeiro, a saída foi buscar um entendimento com a direção nacional do MDB, que permitiu a entrada dos partidários de Carlos Lacerda (DULLES, 2000, p. 436-437).

Para um setor do MDB, a decisão era inaceitável. Afinal, além da trajetória construída por Lacerda, os atritos entre o ex-governador e Castello Branco respondiam a um viés oposicionista de outro tipo. O PAREDE criticava o governo e os atos institucionais, mas o fazia tentando vincular as medidas do governo à ineficiência em cumprir um programa de enfrentamento à corrupção e à subversão, base da retórica política de Lacerda. Era uma oposição não democrática. Os jornalistas protestaram:

Os jornalistas Edmundo Moniz, Paulo Silveira, Mário Pedrosa, Augusto Vilas-Boas, Thiago de Mello, Hermano Alves, Márcio Moreira Alves e Darwin Brandão enviaram o seguinte telegrama ao deputado Martins Rodrigues, secretário-geral do MDB: “Comunicamos a vossa excelência a nossa atual rejeição às manobras que se processam no seio da Executiva do MDB da Guanabara com o objetivo de oferecer ao grupo lacerdista a integração, como bloco, no partido, além de outros privilégios, à revelia do pensamento das bases. O senhor Carlos Lacerda e os seus auxiliares compactuaram com o golpe de Estado de 1964, exercendo repressão sobre os seus adversários políticos na Guanabara. E só divergem do atual governo por julgar que ele não é tão ‘revolucionário’ quanto queriam que fosse. Reservamo-nos o direito de denunciar à opinião pública os autores dessa manobra que esperamos ver coibida – imediatamente – pelo Gabinete Executivo Nacional do MDB”. (CORREIO DA MANHÃ, 3 jul. 1966, p. 3).

Não obstante a recusa de Moniz, da redação do *Correio da Manhã* saíram cinco nomes para concorrer nas eleições de 1966, Mário Pedrosa, que voltara às páginas do jornal, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves, Alberto Rajão e Fabiano Vilanova (KAREPOVS, 2017, p. 150). Os três primeiros, mais destacados como oposicionistas, enfrentaram percalços legais para prosseguir com a campanha, pois o MDB retirou algumas candidaturas após a informação que a Justiça Eleitoral questionaria os registros daqueles que fossem considerados implicados em atividades subversivas. O partido, assim, se recusou a travar uma batalha política em defesa dos seus candidatos e cedeu à pressão da ditadura. Coube aos candidatos questionarem o MDB e se defenderem no tribunal, que acabou concedendo dez registros dos doze requeridos. Dentre eles estavam Mário, Márcio e Hermano (KAREPOVS, 2017, p. 151-152).

A polêmica dos registros resultava de questões estruturais do novo partido. Como demonstra Rodrigo Patto Sá Motta (1997), se utilizarmos os dados dos parlamentares do MDB, veremos que a maioria do partido era composta, inicialmente, por trabalhistas, mas os integrantes oriundos do PTB, em sua maioria, compunham a ala mais moderada do

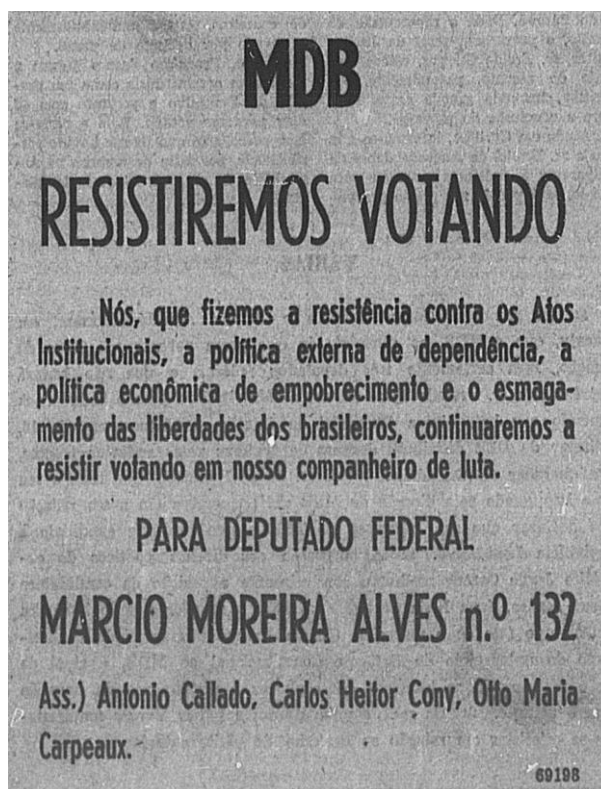
trabalhismo brasileiro, pouco reformista e, podemos inferir, menos afim às propostas que defendiam um maior enfrentamento do MDB com a ditadura. O perfil moderado, combinado à pressão do regime sobre os políticos da oposição, facilitavam o caminho para a acomodação, denunciada por setores do partido.³⁴⁹ Se por um lado o governo amedrontava a oposição com a ferramenta das cassações e a intimidação policial, havia outra reação à estreiteza do espaço político legal destinado aos opositores do regime, o descrédito da via eleitoral e do engajamento partidário. No episódio das impugnações dos candidatos do MDB, essa última posição atingiu até mesmo Márcio Moreira Alves, que, em reunião com os demais impugnados, defendeu a renúncia coletiva dos candidatos, proposta derrotada pela maioria, que decidiu contestar a decisão na Justiça Eleitoral (CORREIO DA MANHÃ, 22 out. 1966, p. 3).

A insistência nas candidaturas foi premiada por bons resultados nas urnas. Mário Pedrosa não foi eleito, mas os 7.157 votos recebidos o fizeram o 21º mais votado do MDB. Já Márcio Moreira Alves e Hermano Alves conseguiram ficar entre os 15 deputados eleitos pelo partido na Guanabara. Apesar de ter ligações com a política partidária por parte de pai, ex-prefeito de Petrópolis e à época secretário do governo Negrão de Lima, Márcio Moreira Alves fez a sua campanha baseada na repercussão que o *Correio da Manhã* ganhou como jornal de oposição ao regime. Assim, seu material de campanha fazia referência ao trabalho no jornal e sua candidatura recebeu o apoio simbólico e material de companheiros do *Correio da Manhã*, notadamente Carlos Heitor Cony, Antonio Callado e Otto Maria Carpeaux.³⁵⁰

³⁴⁹ Em notícia de 1966 sobre o início de uma campanha do MDB em defesa das eleições direitas, “o deputado Paulo Ribeiro e outros líderes oposicionistas informaram que o MDB está sofrendo contínuo processo de acomodação diante das progressivas restrições de sua liberdade e acabará por transformar-se num órgão totalmente inoperante, caso não tome a iniciativa de encabeçar o protesto vigoroso da Nação contra a ditadura” (CORREIO DA MANHÃ, 18 jun. 1966, p. 7).

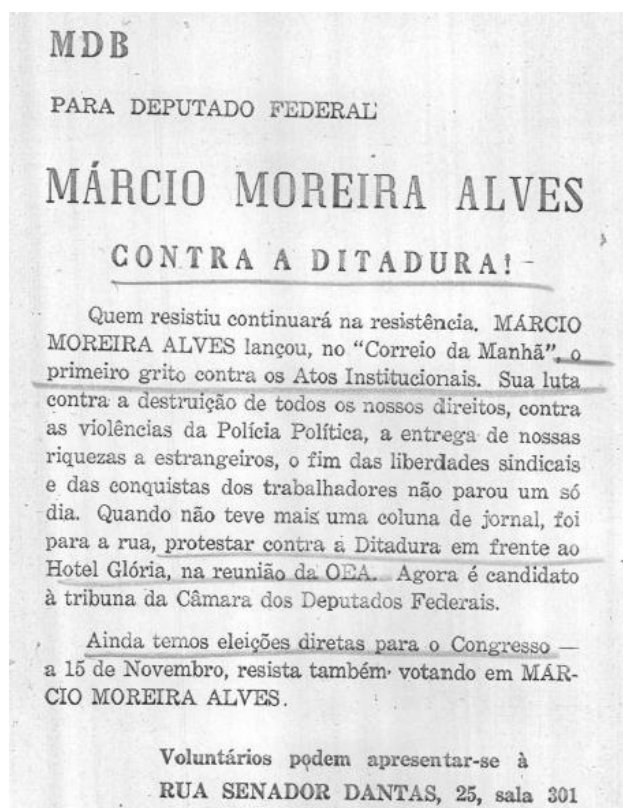
³⁵⁰ Cony emprestou um veículo para a candidatura de Márcio, teve seu nome estampado como apoiador em material de campanha e assinou cartas pedindo votos para o candidato do MDB. Estas, além de Cony também foram assinadas por Carpeaux, Callado, Hélio de Almeida, ex-ministro de Jango, e Oswaldo Aranha Filho. Sobre o carro, que chegou a ser apreendido, ver (CORREIO DA MANHÃ, 15 set. 1966, p. 11).

Figura 1 – Propaganda da candidatura de Marcio Moreira Alves



Fonte: Correio da Manhã (12 nov. 1966, p. 7)

Figura 2 – Panfleto da Campanha de Marcio Moreira Alves



Fonte: Informe 299 (13 nov. 1967, p. 218)

A propaganda de Márcio dialogava com os setores dos quais se aproximara nos anos anteriores. Desde que o jornal começou a crítica sistemática ao novo regime, Moreira Alves virou figura comumente encontrada em atividades com estudantes e intelectuais, muitas vezes, fora do Rio de Janeiro. Manifestos, conferências, debates e noites de autógrafos foram capítulos importantes da reverberação do trabalho dos jornalistas do *Correio da Manhã* entre 1964 e 1966. Assim, eles se tornaram interlocutores de segmentos estudantis que procuravam se reorganizar após o golpe.

Com a derrubada de João Goulart, a União Nacional dos Estudantes e as correntes de esquerda que atuavam em seu interior foram alvos prioritários dos militares.³⁵¹ Marcada pela imagem do incêndio provocado na sede da entidade, a repressão ao movimento estudantil, porém, não foi suficiente para impedir que ele fosse rearticulado como movimento social antes do sindicalismo ou organizações populares de outros tipos. Nesse sentido, o estudo de João Roberto Martins Filho (1986) sobre o movimento estudantil, nos primeiros anos da ditadura militar, oferece uma abordagem profícua sobre a relação entre os estudantes e a política. O autor descreve como o movimento estudantil brasileiro era hegemonizado por correntes liberais até a vitória das alianças entre diversas correntes de esquerda nas eleições da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME) e da União Nacional dos Estudantes, em 1955 e 1956, respectivamente. O fortalecimento das esquerdas entre os estudantes foi marcado pela ascensão da militância dos membros da Juventude Universitária Católica (JUC), organização que comportava posições políticas diferentes no seu interior, mas que, desde a segunda metade da década de 1950, se consolidou como grupo de atuação unitária e progressivamente se descolou das orientações diretamente derivadas do catolicismo. A consequência do processo de politização da JUC foi a criação da Ação Popular, que logo se tornou hegemônica sobre o conjunto das correntes estudantis.

Foi sob a presidência de Aldo Arantes, membro da JUC eleito em 1961, que a UNE encabeçou uma importante mobilização de massas, organizando uma greve em defesa da participação estudantil nas direções das universidades, caminho para disputar institucionalmente espaço para os pontos consensuais entre os maiores grupos de esquerda entre a juventude: democratização da universidade, ampliação do número de vagas e o alinhamento do ensino superior às ideias sobre os interesses nacionais fomentadas pelas várias matizes do desenvolvimentismo. Martins Filho (1986, p. 62-63) destaca que essa mobilização

³⁵¹ De acordo com Martins Filho (1986, p. 95-96), a JUC, a Ação Popular e a UNE, foram objetos de Inquéritos Policiais Militares, com centenas de indiciados.

reuniu uma massa radicalizada e uma direção apta a organizar a luta em defesa da reforma universitária, afinidade que só voltaria a se repetir a partir de 1966. A greve terminou sem vitórias significativas e “inauguraria uma nova fase no relacionamento da categoria com a sua vanguarda política e a União Nacional dos Estudantes” (MARTINS FILHO, 1986, p. 64). Arrefeceram as mobilizações capazes de vincular as bases ao programa das direções estudantis. Estas passaram a ter influência sobre uma parcela reduzida dos estudantes e mais atentas às lutas mais amplas (MARTINS FILHO, 1986, p. 66-67).

A repressão às lideranças estudantis de esquerda foi seguida do projeto da ditadura de desmobilizar a militância das escolas e universidades através da modificação estrutural de suas organizações representativas. As ideias do governo foram consubstanciadas na lei que ficou conhecida como “Lei Suplicy de Lacerda”, uma referência ao ministro da Educação de Castello Branco. Aprovada em novembro de 1964, a lei “extinguiu” a UNE e entidades estaduais, criando, para os seus lugares, diretórios estudantis submetidos às administrações das universidades e ao Ministério da Educação. Mais que uma mudança de nomes, a intenção do governo era subordinar as representações estudantis ao poder do Estado e transformá-las em colaboradoras do governo. A legislação terminou não sendo efetiva para os objetivos da ditadura, pois nem mesmo os setores adversários dos grupos de esquerda concordavam com a extinção da UNE, pois desejavam uma representação estudantil “depurada” dos elementos considerados perniciosos, mas não defendiam o fim das entidades (MARTINS FILHO, 1986, p. 108).

O governo perdeu, em pouco tempo, o apoio que tinha entre setores liberais do movimento estudantil, os quais defendiam a permanência da UNE como sua representante legal. Assim, como chama atenção João Roberto Martins Filho (1986), a crítica à ditadura feita pelas entidades estudantis começou, por um lado, contra o autoritarismo do regime e, por outro, partiu das correntes de “direita”, pois no imediato pós-golpe as esquerdas ainda se recuperavam das consequências da derrubada de Jango. O cenário mudou progressivamente entre 1964 e 1966, período no qual a esquerda retomou força organizada entre os estudantes e passou a dirigir mobilizações contra a política educacional de Castello Branco, simbolizada pelos cortes orçamentários e a questão dos excedentes.³⁵² Em 1966, ano das eleições parlamentares, a revolta estudantil ganhou a rua em episódios que preocuparam o governo.

³⁵² Florestan Fernandes, em uma conferência realizada na década de 1960 e posteriormente publicada no livro *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?*, especificou o tamanho da redução do dinheiro destinado às universidades federais e ao Ministério da Educação entre 1964 e 1968: “As universidades federais receberam cortes que reduziram seus orçamentos em 37%. Além disso, sua participação nas dotações destinadas à educação

Em março daquele ano, protestos realizados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, contra a cobrança de anuidades nas universidades, inauguraram o calendário de mobilizações dos estudantes, que voltaram a atrair a atenção do país com o Congresso da UNE, realizado em julho, em Belo Horizonte. Em setembro, uma série de passeatas motivadas, inicialmente, pela repressão a um congresso de estudantes em São Paulo ficou conhecida como “setembrada” e terminou marcada pelo “massacre da Praia Vermelha”, ação policial na Faculdade Nacional de Medicina que terminou com o espancamento de jovens sob os olhares de políticos, familiares e jornalistas.³⁵³

A ascensão do protesto estudantil foi acompanhada pela solidariedade dos “intelectuais da Guanabara”. O Congresso da UNE, rodeado pelas ameaças policiais, recebeu o apoio de mais de sessenta intelectuais³⁵⁴ e o relato de Arthur Poerner (2004) sobre a violência cometida contra os estudantes na Praia Vermelha dá conta da presença de Mário Martins, jornalista, candidato do MDB ao Senado e pai do líder estudantil Franklin Martins, como quem “negociava a retirada pacífica dos estudantes com as autoridades” (POERNER, 2004, p. 250). A relação entre a oposição organizada no MDB e os estudantes, entretanto, não era de identificação direta. Para as eleições de 1966, a Ação Popular defendeu o voto nulo, bandeira que tinha boa acolhida entre as direções em rota de colisão com o Partido Comunista Brasileiro e foi adotada como deliberação do congresso da União Metropolitana dos Estudantes, à época presidida por Daniel Aarão Reis Filho, membro da Dissidência da Guanabara (CORREIO DA MANHÃ, 29 out. 1966, p. 3). A recusa das jovens lideranças do PCB a cumprirem a determinação de votar nos candidatos do MDB indicados pelo partido levou o grupo dissidente à cisão definitiva com a organização (SILVA, 2011, p. 141).³⁵⁵

O ponto onde queremos chegar é que, mesmo diante da movimentação de importantes setores do movimento estudantil, os “intelectuais da Guanabara” que optaram pelo ingresso no MDB enxergavam um espaço de diálogo entre eles e a variedade de correntes políticas

decreceu de modo alarmante: 3,9%, em 1965; 3,5%, em 1966; 3,4%, em 1967; 2,8%, na proposta orçamentária de 1968” (FERNANDES, 1979, p. 52-53).

³⁵³ Sobre as manifestações estudantis nos primeiros anos da ditadura, ver a obra de Arthur Poerner (2004). Autor do relato que se tornou um clássico da história do movimento estudantil brasileiro, o jornalista Arthur Poerner foi repórter do *Correio da Manhã* durante a década de 1960 e diretor do *Folha da Semana*, jornal de breve trajetória. Poerner escreveu o livro *O Poder Jovem*, publicado pela primeira vez em 1968, pela Civilização Brasileira.

³⁵⁴ Um manifesto foi divulgado no Rio de Janeiro, com as assinaturas de intelectuais como Maria Yedda Linhares, cineastas identificados com o Cinema Novo, Cacá Diegues, Arnaldo Jabour e Leon Hirszman, além dos jornalistas de oposição, Alceu Amoroso Lima, Edmundo Moniz, Otto Maria Carpeaux e Antonio Callado. Parte do manifesto e a relação de signatários foram reproduzidos na imprensa. Ver: (CORREIO DA MANHÃ, 28 jul. 1966, p. 3).

³⁵⁵ A hipótese de Márcio Moreira Alves ter recebido apoio do Partido Comunista Brasileiro à sua candidatura não deve ser descartada. Um informe anexado à ficha do jornalista no DOPS afirmava que a sua campanha foi financiada pelo núcleo do PCB da zona sul do Rio de Janeiro (DOPS, 1968, p. 5-6).

atuando entre os jovens. Considerando o potencial de penetração nas bases que a campanha pelo voto nulo teve naquele contexto, a candidatura de Márcio Moreira Alves pode não ter tido uma resposta relevante da juventude universitária nas urnas, mas a insistência em se dirigir ao setor mais dinâmico da oposição de massas naquele momento, aproveitando prestígio adquirido pelo seu trabalho no *Correio da Manhã*, demonstra que havia interesse, de sua parte, em fazer do MDB um partido que representasse as mobilizações mais ativas contra o regime. Com ou sem o voto dos estudantes, Márcio Moreira Alves e Hermano Alves foram eleitos. Em Brasília, continuariam tentando aproximar o MDB das ruas ocupadas pelas passeatas estudantis³⁵⁶. Enquanto os jornalistas com quem dividiram o trabalho na redação caíram em campanha em busca de votos, Edmundo Moniz se engajou em outra tarefa, que tinha como objetivo formar uma aliança entre divergentes, a Frente Ampla.

4.3 O “POMBO-CORREIO” DA FRENTE AMPLA

Nos meses finais de 1966, enquanto os candidatos do MDB da Guanabara lutavam pelo direito à candidatura, o nome de Edmundo Moniz surgiu vinculado a uma articulação entre Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda para constituir um bloco de oposição a Castello Branco (JORNAL DO BRASIL, 10 set. 1966, p. 1). A “Frente Ampla”, como ficou conhecida a aliança entre Jango, JK e Lacerda, contudo, era resultado de articulações construídas desde os primeiros meses do ano. Para compreendermos as características do movimento, suas premissas, objetivos e contradições, precisamos retornar ao episódio que consideramos fundamental para que os partidários de João Goulart estreitassem o desejo de compor uma ampla aliança com o objetivo de aproveitar as fissuras no bloco governante para atuar na oposição ao regime. O momento decisivo para tal empreendimento foi a crise estabelecida entre o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e a ditadura.

Governador de São Paulo eleito em 1962, apoiador do golpe contra João Goulart, Adhemar de Barros era identificado por alas significativas dos militares como uma liderança

³⁵⁶ No primeiro ano da nova legislatura, o tema dos acordos entre o governo brasileiro e os Estados Unidos direcionados à política educacional, conhecidos como MEC-USAID, foram bastante explorados pelo deputado Márcio Moreira Alves, que chegou a publicar um livro sobre o tema, lançado em 1968, *Beabá dos MEC-USAID*. Parlamentar presente nas intensas mobilizações estudantis realizadas na ex-capital federal, em 1968, Moreira Alves também viajou pelo Brasil em atividades com estudantes na Paraíba e Santa Catarina.

carregada dos vícios da política civil que eles julgavam combater com a tomada do poder.³⁵⁷ O controverso político passou a criticar o governo, em meados de 1965, contra a política econômica que restringia a autonomia financeira dos estados e as regras ditadas pelo AI-2, que sepultara suas ambições de alcançar a presidência e extinguiu o PSP, sob seu incontestável domínio (LIRA NETO, 2019, p. 395). Sentindo a margem de manobra como aliado do governo ficar cada vez mais estreita, o governador teria buscado contatos para se contrapor a uma possível intervenção federal que buscasse afastá-lo do poder, enquanto lutava pelas suas chances de disputar a sucessão de Castello Branco. Assim, criticou publicamente o lançamento da candidatura de Costa e Silva naquilo que ela sinalizava de obrigatoriedade militar para ocupar a presidência (CORREIO DA MANHÃ, 5 jan. 1966, p. 8) e defendeu as eleições diretas como um desejo popular (CORREIO DA MANHÃ, 18 jan. 1966, p. 3).

O rompimento com o governo, que se desenhava com clareza desde janeiro, foi efetivado em março de 1966, quando Adhemar de Barros divulgou um pronunciamento pedindo a renúncia de Castello Branco e a convocação de eleições gerais em até 60 dias (CORREIO DA MANHÃ, 12 mar. 1966, p. 1). A imprensa noticiava que boatos indicavam que o governador não agia sem se apoiar nas divisões entre os militares e contava com os generais Justino Alves Bastos, comandante do III Exército, e Amaury Kruel, à frente do II Exército.

As movimentações de Adhemar de Barros chamaram a atenção de João Goulart. Exilado na capital do Uruguai, o ex-presidente utilizava os jornais e os relatos enviados por cartas para se manter informado acerca da situação política no Brasil. Diante do cenário imaginado de longa permanência no exílio e a extinção do PTB, Jango ainda buscava encontrar uma melhor organização para a atuação política de seus partidários e para si próprio, quando enviou uma carta ao deputado trabalhista Doutel de Andrade³⁵⁸, na qual citava os recentes posicionamentos do governador paulista:

Sugiro que aprofundes as “demarches” na área de São Paulo, hoje agredido em todos os seus setores de atividade. O seu governador, dr. Ademar de Barros, está fadado a representar relevante papel na crise brasileira. Suas posições têm sido corretíssimas. A sua luta, que se resume no restabelecimento das liberdades públicas e dos

³⁵⁷ O coronel da Aeronáutica Júlio Valente, responsável por um IPM instalado em São Paulo, classificou Adhemar de Barros como um dos “maiores corruptos e vendilhões da pátria e responsáveis pelos males que ainda afligem esta República” (CORREIO DA MANHÃ, 1 jan. 1966, p. 10).

³⁵⁸ Nascido no Rio de Janeiro, Doutel de Andrade se aproximou dos trabalhistas no início da década de 1950 e integrou o núcleo mais próximo da liderança de João Goulart. Deslocado para Santa Catarina para fortalecer o PTB no Estado, Doutel foi eleito vice-governador e deputado federal. Tendo escapado das primeiras cassações, Doutel chegou a ser o “representante máximo do trabalhismo em território brasileiro” e “a voz dos líderes exilados, especialmente, de Jango” (PACHECO, 2018, p. 107).

princípios de respeito à dignidade das pessoas, é também a nossa luta. Dize-lhe, se o encontrares, que, no momento adequado, ele terá a nossa efetiva colaboração. (GOULART, 16 abr. 1966).

Segundo uma exposição recebida por Jango, Adhemar não agiu baseado em uma rede de apoio organizada e partiu em busca de suporte militar e político já com a crise em andamento. Desse modo, teria procurado militares e políticos do Rio de Janeiro, onde estabeleceu contato com o brigadeiro Francisco Teixeira, militar de esquerda, e com Edmundo Moniz. As tratativas ao redor do governador serviram, politicamente, para estreitar os laços entre o jornalista e os trabalhistas que acompanhavam a liderança de Jango. Em maio, uma carta recebida pelo ex-presidente informava-o de uma reunião realizada em São Paulo entre Adhemar de Barros, Edmundo Moniz, Wilson Fadul, ex-ministro da Saúde de Jango, Marcelo Alencar, advogado filiado ao MDB, o jornalista Paulo Silveira e Francisco Teixeira. O encontro discutiu a participação de Amaury Krueel na conspiração contra o governo e a exoneração de Justino Alves Bastos do comando do III Exército, após críticas dirigidas a Castello em discurso realizado em Porto Alegre.

Krueel e Justino se desentenderam com o Executivo, pois as regras estabelecidas para as eleições impediam que ambos concorressem aos governos dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.³⁵⁹ As razões que sustentavam as divergências entre o governador, os generais e a ditadura dificultavam a plena articulação com a oposição, pois não havia confluência de objetivos, tampouco afinidade política entre eles. Justino Alves, por exemplo, que comandou o IV Exército durante o golpe contra Jango, foi o primeiro a usar – e reivindicar – a expressão “linha dura” para se referir à atitude que adotaria diante das forças progressistas.³⁶⁰ A contradição era fator importante na percepção dos militantes da oposição, como consta no balanço da reunião com Adhemar, enviado para Goulart:

Edmundo Moniz e Marcelo Alencar sustentam que constataram o seguinte: - através da amarração do grupo com o Adhemar, acabamos servindo ao Marechal Castello Branco e ao General Costa e Silva, no processo de fortalecê-los e de servir como “forças de manobras”. Amarrados, pois, à Adhemar, este ligado ao Krueel, que por sua vez, comprometido com o Costa e Silva, que de sua parte está submetido e tem ficado solidário com o Castello Branco. Nesse sentido, no aludido circuito, servimos até agora de “forças de manobras” para que o governo atinja seus alvos. Análises, entretanto fortalecidos o Presidente e o ministro, enfraqueceram os Comandantes do

³⁵⁹ Para facilitar o afastamento das lideranças trabalhistas mais destacadas, a ditadura tornou inelegrável aqueles que ocuparam ministérios durante o mandato de João Goulart e instituiu a exigência de domicílio eleitoral, nos últimos quatro anos, para o registro de candidaturas.

³⁶⁰ Justino desembarcou no Rio de Janeiro no dia 4 de abril e, ainda no aeroporto Santos Dumont, proferiu uma frase registrada pelos jornais: “Eu sou da linha dura” (JORNAL DO BRASIL, 5 abr. 1964, p. 11). Dias depois, em conversa com os governadores do Nordeste, o general voltou ao tema: “o general Justino Alves Bastos afirmou que no movimento revolucionário vitorioso existem os moderados e os que adaptavam à ‘linha dura’. Ele se situava nesta segunda faixa” (CORREIO DA MANHÃ, 11 abr. 1964, p. 6).

II e III Exército, que na realidade eram e sempre foram forças de sustentação do Governo e por ambições pessoais, estavam, agora, negociando com a Oposição. (MEU CARO PRESIDENTE, 25 mai. 1966, p. 3).

A correspondência também narrava o encontro ocorrido entre Krueel e Moniz, quando o jornalista avisou ao general que o governo convocara Justino Alves ao Rio de Janeiro para substituí-lo no comando do III Exército. Krueel não acreditou em Moniz, mesmo quando este informou que recebera a notícia do general Olímpio Mourão Filho. A confirmação aconteceu ainda durante a reunião, quando Krueel foi advertido de que Costa e Silva havia dado ordens às tropas do Sudeste:

Alguns minutos depois, o major Paulo e mais o encarregado da 2ª Seção do II Exército, voltam ao General Krueel, dando-lhe conhecimento que diversas unidades da Região tinham entrado em prontidão rigorosa por ordem do ministro da Guerra, sob o comando e a responsabilidade do General Lisboa. Passava o ministro da Guerra por cima do Comandante do II Exército. Nesse momento o General Amaury Krueel tem uma explosão na presença do jornalista e dos referidos oficiais, taxando o General Costa e Silva de traidor, covarde, fraco etc. Investe também contra o Marechal Castello Branco. [...] Depois de algum tempo, chamando Edmundo Moniz a parte, diz-lhe da disposição de partir para a luta imediatamente. O jornalista o chama, então, à realidade. Como fazê-lo naquele instante? O Marechal Castello Branco estava senhor da situação, o ministro da Guerra com o controle militar e já cercando o General Krueel, com as unidades sob o comando do General Lisboa. Tinha as posições chaves do Estado, com forças de prontidão e prontas para a ação – as unidades de Jundiá, Caçapava e Santos em posição de ataque. Antes tivera oportunidades não o fizera. Naquele instante lhe parecia impossível e sem êxito. Então partimos para a preparação – insistiu o Krueel, ao que lhe respondeu Edmundo Moniz, que isso, sim, era o mais lógico. (MEU CARO PRESIDENTE, 25 mai. 1966, p. 5).

Os encontros de Moniz e Francisco Teixeira com Adhemar de Barros continuaram nas semanas seguintes e Jango recebia informes mais animadores. No final de maio, uma carta atualizava o ex-presidente, indicando que o governador sinalizara ter apoio entre os militares e acenara com recursos financeiros para a organização de um movimento contra o governo, com ramificações em Goiás e Minas Gerais (AO ILUSTRE E QUERIDO PRESIDENTE, 31 mai. 1966, p. 1-2). Segundo Carlos Henrique dos Santos Ruiz (2018), Adhemar de Barros tentou obter o apoio de Tancredo Neves e do vice-presidente da República, José Alkmin, que inicialmente deveria assumir o governo caso o plano da revolta obtivesse sucesso. Diante da recusa de Alkmin, outras possibilidades foram levantadas (RUIZ, 2018, p. 114). Contudo, a conspiração ruiu poucos dias depois da carta enviada a João Goulart, pois o governo decidiu pela cassação do governador de São Paulo e nenhum dispositivo militar havia para resistir. Com Adhemar fora do governo, Jango recebeu uma carta com um breve balanço dos contatos entre seus partidários e as lideranças envolvidas no movimento. O documento foi iniciado com a afirmação de que a “aproximação com Adhemar decorreu da compreensão da

necessidade da formação de uma frente ampla e da constatação de que só seria ampla se nela incluídos elementos oriundos do golpe de 1º de abril” (APROXIMAÇÃO COM ADHEMAR, jun/jul. 1966, p. 1).

O grupo janguista não confiava inteiramente em Adhemar de Barros, mas saiu frustrado da iniciativa de tentar fazer do governador o eixo de um movimento que terminaria dirigido pelos trabalhistas. Porém, as tratativas com Adhemar contribuíram para que o grupo estabelecesse diálogo com outros políticos potencialmente interessados nessa “frente ampla” desejada pelos trabalhistas.³⁶¹ Na conclusão da carta, o autor estabeleceu alguns pontos para que João Goulart tomasse nota do que era discutido no Brasil e se posicionasse:

O grupo concluiu que só uma frente ampla possibilitaria uma luta efetiva contra a ditadura. Na prática esta frente teria que ser inicialmente impulsionada pela totalidade ou da maioria das seguintes lideranças – Jango, JK?, Mauro Borges, Arraes, Brizola etc.

Os objetivos políticos a alcançar deveriam ser modestos e capazes de reunir todas as forças contrárias a ditadura. Resposta aos quesitos seguintes:

a – concorda com a frente ampla e quais os objetivos políticos que devem ser fixados?

b – qual a forma de organização que seria a mais adequada? Estrutura, direção, movimentos paralelos etc.

c – quais as formas de luta ou configuração de forma de luta mais indicadas para impulsionar o movimento (parlamentar, imprensa, conspirativa, clandestina, etc.)?

d – que colaboração poderia dar à parte, participando pessoalmente ou por representantes, precisando condutas políticas, indicando nomes a serem procurados;

e – recursos. (APROXIMAÇÃO COM ADHEMAR, jun/jul. 1966, p. 3).

A ideia de um movimento amplo em defesa de um conjunto mínimo de reivindicações democráticas passou a ser cogitada por setores que extrapolavam os descritos no documento, sobretudo com o malogro da iniciativa do PAREDE incentivado por Carlos Lacerda. O ex-governador da Guanabara aparece nos informes recebidos por João Goulart antes de derrotado o movimento ao redor de Adhemar de Barros. Atingido pelo AI-2 nas suas pretensões ao Planalto, Lacerda, que perdia espaço entre a chamada “linha-dura”, cortejava também os grupos mais próximos da esquerda, através de Rafael de Almeida Magalhães, seu ex-chefe de gabinete. Lacerda teria buscado contato com Juscelino, militares cassados, intelectuais da Guanabara, integrantes da Ação Popular, trabalhistas e comunistas. Segundo o interlocutor do ex-presidente, os trabalhistas ligados a João Goulart e a um grupo do qual faziam parte os jornalistas Hermano Alves, Edmundo Moniz e Mário Martins, ainda estavam distantes de Lacerda, mas, entre o ex-governador e o PCB, já havia sido feita uma trégua (TALARICO, 5 mar. 1966, p. 7).

³⁶¹ O autor da carta citou o ex-governador de Goiás, Mauro Borges, Juscelino Kubitschek e bases pernambucanas (APROXIMAÇÃO COM ADHEMAR, jun/jul. 1966, p. 1).

Em junho de 1966, uma matéria do *Jornal do Brasil* sobre as viagens que Costa e Silva faria pelo país, como candidato à sucessão presidencial, prognosticava que “fora do Palácio da Guerra, ele assistirá sem grande poder de reação a uma violenta campanha dos líderes oposicionistas mais ativos pelo restabelecimento das eleições diretas, numa frente ampla da qual participarão elementos hostis àquela candidatura e o Sr. Carlos Lacerda interessado em voltar ao poder” (JORNAL DO BRASIL, 24 jun. 1966, p. 3). Em agosto, começaram as reuniões entre Lacerda e os contatos de Jango e JK. No fim do mês, João Goulart recebeu um documento, sem assinatura, resumindo o que havia sido discutido nos encontros com o ex-governador da Guanabara e, nele, é possível perceber vários dos motivos que dificultavam a aproximação entre os grupos. De acordo com o relato, teriam comparecido às reuniões, entre outros, o trabalhista Wilson Fadul, Ênio Silveira, o brigadeiro Francisco Teixeira e os jornalistas Hermano Alves e Paulo Silveira.³⁶² As divergências começavam pela denominação dada ao que estavam propondo: “O tema dos debates foi a formação de uma estrutura de combate ao Governo. Digo estrutura porque o Lacerda se recusa a admitir a chamada ‘frente ampla’, sob a alegação de que tal denominação pertence ao jargão comunista” (COMANDANTE, 31 ago. 1966, p. 2).

Ainda com o impasse acerca do nome da “estrutura”, foi proposta uma aliança entre Jango, Lacerda e Kubitschek, a qual deveria ser formalizada através de um manifesto de oposição ao governo. Segundo o remetente da carta, Lacerda elaborou, durante uma das reuniões, uma proposta de documento para ser assinada pelos três líderes, momento em que o interlocutor de Jango interveio para dizer que o ex-presidente não poderia se comprometer sem maior análise e, ainda, sem saber da posição de Juscelino. A cautela procurava evitar “o repúdio popular” que poderia advir de uma aliança com Carlos Lacerda, que só teria benefícios ao se aproximar das bases trabalhistas (COMANDANTE, 31 ago. 1966, p. 4). Embora bastante crítico ao udenista,³⁶³ o autor da carta não aconselhava que a aliança fosse descartada. Em vez disso, Jango e seus aliados deveriam tensionar a articulação de modo a que não fosse reduzida a um movimento a reboque das pretensões de Lacerda:

³⁶² Em sua tese de doutorado, Márcio de Paiva Delgado (2013, p. 143-144), acrescenta outros nomes presentes nas primeiras conversas sobre a Frente Ampla.

³⁶³ Na carta, Lacerda é chamado de “crápula, um refalsado delator, que não merece a menor confiança” (COMANDANTE, 31 ago. 1966, p. 3). Mais à frente, ao comentar as razões das divergências entre o udenista e a ditadura, o autor escreveu que “o Lacerda rompeu com a ‘revolução’ por dois motivos: a) a ‘revolução’ não o fez o seu ‘Delfim’; b) o Castelo não nos fuzilou” (COMANDANTE, 31 ago. 1966, p. 9). A carta ainda narrava a dificuldade para estabelecer acordos entre Lacerda e os comunistas, bem como do desejo do ex-governador em deixar Miguel Arraes de fora da articulação (COMANDANTE, 31 ago. 1966, p. 13).

Tudo é válido, afinal, no que tange à derrubada do que aí está. Não seriam preconceitos pequeno-burgueses que nos fariam recuar de qualquer mobilização consequente. Assim, entendo que o assunto ganhou apenas, no pé em que se encontra, suas primeiras configurações. Estas podem – e devem sofrer alterações. [...] O que se pretende não é discutir uma formulação do Lacerda, por melhor que seja, mas sim uma formulação democrática da qual poderia participar o Lacerda, quando muito em condições de igualdade. Ora, não é isto que está plantado no momento. Ao contrário, o quadro mostra o Lacerda, em nível presidencial, a distribuir tarefas a dois ex-presidentes da República. [...] Tu e o Juscelino, nos termos atuais, teriam quando muito a compensação de haver trabalhado para o Lacerda, em troca de um retorno ao país sem glória nem beleza. (COMANDANTE, 31 ago. 1966, 5-6).

Como opção à tendência centralizadora de Lacerda, o autor sugeria que fossem lançados, simultaneamente, três manifestos, cada um assinado por uma liderança e articulados anteriormente entre Lacerda, Jango e JK, que, assim, formalizariam a Frente Ampla (COMANDANTE, 31 ago. 1966, p. 6-7). As negociações se arrastaram nos meses seguintes e davam uma mostra das dificuldades que a Frente Ampla teria para ultrapassar a aparência de movimento que existia apenas pela repercussão que as declarações de seus membros tinham na mídia. Ademais, as condições do exílio dos ex-presidentes impediam que os impasses fossem solucionados com agilidade, exigindo o contínuo deslocamento de emissários e o envio de cartas. Nessa articulação, Edmundo Moniz desempenhou dois papéis. Além de integrar a frente e colaborar com a formulação de objetivos e programa, integrou o grupo que se dedicou aos contatos entre as lideranças. Em setembro de 1966, o *Jornal do Brasil* noticiou que Moniz partia para a Europa com o intuito de levar as informações da Frente Ampla a Juscelino, enquanto Doutel de Andrade faria o mesmo com João Goulart no Uruguai (JORNAL DO BRASIL, 10 set. 1966, p. 1).

É possível que a viagem de Moniz tenha se estendido para a Argélia, onde vivia Miguel Arraes, e terminado em Montevideu, onde teria encontrado João Goulart e deixado cartas de JK e do ex-governador de Pernambuco. É o que indica o Centro de Informações do Exterior (CIEX), órgão do Itamaraty e vinculado ao SNI, criado naquele ano para potencializar a vigilância sobre os exilados e as atividades políticas de brasileiros fora do país (PENNA FILHO, 2009, p. 43). O relatório do CIEX, além de descrever uma rota que teria sido feita por Moniz, afirmava que ele desembarcara no Uruguai carregando “elevada quantia em dinheiro, oriunda de Argel, para um grupo de asilados no Uruguai” (CIEX, 17 out. 1966, p. 1470). É preciso, contudo, tomar essas informações com cuidado, pois o órgão repressor da ditadura tinha interesse em exagerar possíveis conspirações contra o regime.

Moniz, aparentemente, tinha divergências com a postura de Jango diante da aliança, pois a recusa do ex-presidente em assinar um documento coletivo, justificada pela cautela

diante das reações das bases trabalhistas, além de frustrar a pressa de Carlos Lacerda, desagradou outros integrantes das negociações:

Fadul, Edmundo Moniz, Ênio Silveira, Chico e Lino Teixeira e outros, não escondem suas críticas a V. Ex. Não querem aceitar as ponderações de que deve preservar e respeitar as bases populares ou promover uma consulta prévia às nossas áreas. Argumentam que um líder é que deve conduzir as massas e não se deixar levar. (TALARICO, 12 out. 1966, p. 5).

A posição de Jango expressava, contudo, além da preocupação com as opiniões das bases do antigo PTB, a necessidade de estabelecer um “programa de ação” que a Frente Ampla desenvolveria após a divulgação de um – ou três – manifestos (GOULART, out. 1966, não paginado). Enquanto os grupos discutiam a estrutura, objetivos e meios de atuação da aliança, a política no Brasil se agitava. Costa e Silva foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral no início de outubro, as campanhas eleitorais se desenrolavam nos estados e Castello Branco decretou a cassação de seis deputados, ação que desencadeou a oposição das lideranças do parlamento e culminou com o fechamento do Congresso durante um mês (ALVES, 2005, p. 124-125). Um dos cassados foi Doutel de Andrade, um dos principais contatos de Jango no Brasil.

A dinâmica dos acontecimentos e a dificuldade de estabelecer um acordo entre os vários grupos em diálogo levaram Carlos Lacerda a divulgar um manifesto, assinado individualmente, publicado na *Tribuna da Imprensa*, em 28 de outubro. A denominação “Frente Ampla” ainda era evitada e Lacerda preferiu falar de “União Popular” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 28 out. 1966, p. 4). Nos arquivos de João Goulart, há uma cópia da versão preliminar do manifesto, datilografado com o título “Pela União Popular” e com algumas anotações feitas pelo examinador, Jango ou um secretário, como sugere Márcio de Paiva Delgado (2013). Segundo ele, “os apontamentos no texto comprovam que ele fora aprovado por Jango” (DELGADO, 2013, p. 151), mesmo com ressalvas pontuais. No entanto, enxergamos, nas considerações de Jango ou de seu colaborador, um inventário das divergências que faziam de Goulart e Lacerda aliados improváveis, e da Frente Ampla um movimento carente de solidez política.

Enquanto Lacerda mencionou “crise de confiança em nome da qual se derrubou um governo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 28 out. 1966, p. 4), nas margens do documento em posse de Jango constava a retificação de que “o movimento de abril foi golpe político-militar” (GOULART, 28 out. 1966, p. 4). Quando o manifesto cita uma revolução ainda por vir, há um comentário ao lado afirmando que uma “revolução através das transformações sociais estava

sendo tentada exaustivamente” (GOULART, 28 out. 1966, p. 4). Em outra passagem, foi destacada por Jango ou por seu secretário a ausência no documento da denúncia quanto à penetração do capital estrangeiro e à desnacionalização da economia brasileira. Foi sugerida, ainda, a menção à lei da remessa de lucros e a inclusão do “social” como objetivo do desenvolvimento defendido no texto (GOULART, 28 out. 1966, p. 10).

Mesmo com as críticas possivelmente emitidas por Moniz à hesitação de Jango em impulsionar a Frente Ampla num ritmo mais acelerado, o jornalista se interessou pelos problemas levantados pelo ex-presidente na constituição do movimento. Francisco Teixeira e ele sugeriram a Goulart que ajudasse a fundar um órgão de imprensa, uma gráfica ou uma editora, para divulgar a Frente Ampla e manter sua influência sobre setores da oposição (RELATÓRIO, nov/dez. 1966, não paginado). Jango também se preocupava com o programa político e de ação da Frente Ampla, que começou a ser elaborado entre o final de 1966 e o início de 1967, segundo o *Correio da Manhã*, por uma comissão formada por Barbosa Lima Sobrinho, advogado e jornalista que presidira o Instituto do Açúcar e do Alcool durante o Estado Novo; Antônio Dias Leite, ex-assessor de San Thiago Dantas; Fernando Gasparian, empresário com trajetória ligada ao extinto Partido Socialista Brasileiro; Renato Costa Lima, ministro da Agricultura durante a etapa parlamentarista do governo João Goulart; e Edmundo Moniz (CORREIO DA MANHÃ, 26 fev. 1967, p. 8).

Entre os papéis de Jango, há um documento intitulado “Esboço da estruturação de uma frente para a instauração de um governo democrático no Brasil”, no qual havia uma proposta de organização de um movimento espalhado por todo o país para coordenar as ações oposicionistas, única maneira de derrotar a ditadura, sólida porque baseada em uma estrutura nacional, as Forças Armadas. Caracterizando a deposição de Jango como um golpe e o novo regime de “ditadura militar”, o documento propunha um movimento que levasse em conta as realidades regionais e integrasse “os representantes das diversas classes, camadas e grupos sociais que possam ser englobados numa vasta ação com vistas à formação futura de um governo popular” (ESBOÇO DA ESTRUTURAÇÃO DE UMA FRENTE, 1966, p. 6). Intelectuais, lideranças políticas com projeção regional ou nacional, pequenos e médios empresários, estudantes, trabalhadores e militares seriam bem-vindos à Frente, que seria provisoriamente dirigida por um “Conselho de Direção”, órgão composto pelas correntes que estavam presentes nas articulações iniciais do movimento e que pretendia deliberar sobre as tarefas políticas a partir do diálogo com um “Conselho Político”. Para descentralizar o movimento e tornar a Frente Ampla nacional, seriam criadas direções nos estados e

secretariados nos municípios, que coordenariam as ações dos núcleos de base (ESBOÇO DA ESTRUTURAÇÃO DE UMA FRENTE, 1966, p. 8-9).

A formulação era ainda um exercício de abstração distante da realidade dos entendimentos. Em novembro, Lacerda viajou ao encontro de Kubitschek, em Lisboa, onde lançaram a “Declaração de Lisboa”³⁶⁴, da qual, além do sinal de conciliação, destaca-se o chamado à construção “do grande partido popular que se faz necessário” (CORREIO DA MANHÃ, 20 nov. 1966, p. 5). A menção à forma partido para estruturar a articulação desenvolvida nos meses anteriores era um problema para os trabalhistas.

Em janeiro de 1967, Jango recebeu uma exposição, de um dos seus contatos no Brasil, relatando as últimas conversas com Carlos Lacerda e tratando do encontro desejado pelo ex-governador. No relato, o autor dá a entender que Lacerda não tratava com rigidez a proposta de concretizar os entendimentos na formação de um terceiro partido, que também poderia ser uma frente ou movimento: “a fixação de JK e CL numa organização partidária, como preconizaram no ‘Pacto de Lisboa’, dizia Lacerda, foi porque não desejavam ficar na dependência de partidos espúrios e originários da mesma fonte, o Ato Institucional n. 2” (PARA O ESCLARECIMENTO, jan. 1967, p. 2). Lacerda estava empenhado em atrair João Goulart e os trabalhistas para a aliança, pois considerava que ela necessitava da base popular identificada com o antigo PTB e reconhecia que os princípios de uma nova organização formada com a participação de Jango deveriam incluir pontos da “Carta-Testamento” de Getúlio Vargas (PARA O ESCLARECIMENTO, jan. 1967, p. 2).

Ainda em dezembro, em passagem pelo Rio de Janeiro, Renato Archer – principal emissário de JK nos diálogos sobre a Frente Ampla – transmitiu as impressões colhidas junto ao ex-presidente sobre a articulação em andamento. Juscelino negava que tivesse objeções à participação de João Goulart na aliança, mas recomendava cautela na divulgação e nas ações do movimento, sugerindo que elas ficassem em estado de espera até março de 1967. A data remetia diretamente ao calendário político brasileiro, pois se tratava do mês no qual Costa e Silva tomaria posse como presidente. O vínculo não passou despercebido a João Goulart, que anotou em um canto da página que Juscelino aguardava pela posse de Costa e Silva em razão dos seus interesses pessoais. A impressão de que JK ainda não tinha certeza sobre o tom que adotaria diante do novo governo também foi sugerida pelo autor da carta, que citou uma entrevista concedida por Kubitschek, na qual “os termos [...] eram de acolhida de JK ao Marechal” (PARA O ESCLARECIMENTO, jan. 1967, p. 4). O mesmo documento insistiu

³⁶⁴ O documento foi publicado integralmente pelo *Correio da Manhã* (20 nov. 1966, p. 5).

nas reservas que Juscelino teria à participação de Goulart na articulação, apontando uma percepção geral sobre o fato, negado por JK em público. No entanto, Francisco Teixeira, Edmundo Moniz e Renato Archer trabalharam para convencer que a participação de Jango seria importante para a iniciativa.

Sabemos, por exemplo, na última viagem de Archer à Lisboa, o problema mais discutido com JK foi Jango. O próprio Lacerda já tinha percebido esse fato. Relembramos as considerações que Edmundo Moniz fizera a JK, fazendo sentir que Lacerda ou outro político preferia um acordo com Jango, levando em conta que este traria uma ponderável área popular. Tinha repercussão na massa. Juscelino foi, assim, superado inteiramente pelos seus amigos e companheiros. (PARA O ESCLARECIMENTO, jan. 1967, p. 6-7).

Ultrapassadas as dúvidas, o grupo organizador da Frente Ampla se preparou para inserir Jango oficialmente na aliança. A deliberação foi a de que Lacerda não encontrasse o ex-presidente antes que Goulart tivesse um diálogo com algum emissário capaz de transmitir as posições de JK, tarefa para a qual Edmundo Moniz foi designado. No início de janeiro, o jornalista se reuniu com Francisco Teixeira, Valério Konder, médico filiado ao PCB, o também comunista Luiz Maranhão e o trabalhista José Gomes Talarico, com o intuito de estabelecer os pontos que deveria esclarecer com João Goulart. Moniz deveria apresentar as possibilidades que o entendimento entre as três lideranças oferecia: frente, movimento ou partido político. Ademais, Moniz discutiria com Jango a indicação de um representante direto para atuar no Brasil, nos diálogos que estavam em andamento, e sugerir que o ex-presidente divulgasse um pronunciamento, repetindo o gesto de Lacerda e JK em Lisboa. No Uruguai, o jornalista também tinha como objetivo procurar Leonel Brizola e discutir a sua participação na frente (PARA O ESCLARECIMENTO, jan. 1967, p. 11-12).³⁶⁵

A viagem teria ocorrido entre fins de abril e início de maio de 1967, tendo levantado suspeitas que foram documentadas pelo CIEX. Segundo o órgão, Moniz teria visitado Brizola no dia 2 de maio e se preparava para encontrar João Goulart e outros exilados, como o almirante Cândido da Costa Aragão (CIEX, 9 mai. 1967, p. 8). A reunião com João Goulart, se não formalizou a entrada do ex-presidente na frente e definiu os contornos do movimento, terminou com uma sinalização positiva de Jango, como noticiou o *Correio da Manhã*, sem citar o nome do emissário da Frente Ampla que viajou ao Uruguai (CORREIO DA MANHÃ, 11 mai. 1967, p. 8).

³⁶⁵ O documento é otimista quanto às possibilidades de entendimento com o ex-governador do Rio Grande do Sul. Brizola é apontado como politicamente mais ativo que Jango e disposto a um entendimento com Lacerda (PARA O ESCLARECIMENTO, jan. 1967, p. 12).

Em julho, Moniz voltou a viajar ao Uruguai para encontrar João Goulart. No aeroporto do Galeão, foi revistado por policiais do DOPS da Guanabara³⁶⁶, que fizeram cópias das cartas levadas pelo jornalista e registraram que ele carregava mais de seis mil dólares, além de outras moedas estrangeiras (SNI, 10 jul. 1967, p. 8). O material microfilmado pelo DOPS ficou parcialmente ilegível, mas uma das cartas, atribuída a José Gomes Talarico, aponta para a crescente aproximação entre Moniz e os trabalhistas, o que incidia na relação entre o jornalista e João Goulart:

Aí vai o nosso Edmundo Moniz, que está se afinando cada vez mais com o querido Chefe. Almejamos que isso se transforme não apenas numa ligação política episódica, mas numa sólida amizade. Na sua família existe um exaltado janguista, o seu irmão Heitor Moniz, getulista histórico que sempre votou e acompanhou o PTB. Ainda na última semana, aniversário da Ofélia, esposa do Edmundo e irmã da Niomar, o final da festa foi uma consagração ao dr. Jango, quando inúmeras pessoas reunidas na biblioteca, enalteceram as posições e a conduta de V. Ex. (TALARICO, 9 jul. 1967, p. 11).

No mesmo mês da viagem de Moniz ao Uruguai, a Frente Ampla teve seu primeiro choque relevante com o governo Costa e Silva. No dia 18, Castello Branco morreu em um acidente aéreo no Ceará, assunto comentado pelo jornalista lacerdista Hélio Fernandes nas páginas da *Tribuna da Imprensa*. Com os direitos políticos cassados desde o ano anterior, Fernandes desagradou a ditadura com esse editorial sobre Castello Branco, tendo sido preso e enviado para a ilha de Fernando de Noronha. Em defesa do jornalista, Lacerda escreveu uma série de artigos para a *Tribuna da Imprensa*, o que motivou a ditadura a pressionar as direções das emissoras de televisão para que o ex-governador deixasse de aparecer nas programações. Com menor visibilidade, Lacerda perdeu o posto de principal voz da Frente Ampla ainda com direitos políticos, transformando o deputado federal Renato Archer na figura pública de maior presença na mídia (DELGADO, 2013, p. 168).

A prisão de Hélio Fernandes também marcou a volta de Moniz como articulista de política do *Correio da Manhã*, após o afastamento diante das pressões sobre o jornal. Em “A lógica dos fatos”, Moniz reafirmava seu entendimento acerca do exercício do poder político no Brasil após 1964, identificando uma dualidade entre o presidente e a tropa, ou seja, entre o palácio e a caserna. Desse modo, Costa e Silva, um dos protagonistas na derrubada de Jango e na consolidação da ditadura, não teria pretensões concretas de realizar uma abertura política, enquanto era difundida a imagem de um perigo guerrilheiro a ser combatido para tentar

³⁶⁶ Na ocasião, Moniz estava acompanhado de Reynaldo de Mattos Reis, que trabalhara com Negrão de Lima na década de 1950, no Ministério da Justiça e na Prefeitura do Rio de Janeiro. Reynaldo, que no final do ano se tornou presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, não carregava nenhum documento, apenas parte do dinheiro citado no informe policial.

fortalecer o regime, temendo “a formação de um movimento nacional que, refletindo os anseios do povo, contribua para a reconquista da democracia perdida” (MONIZ, 23 ago. 1967, p. 6).

Esse movimento, idealizado por Moniz na Frente Ampla, ganhou impulso com as reações aos artigos de Carlos Lacerda, acelerando as tratativas em andamento. Nesse sentido, entre agosto e setembro, foram intensificados os contatos entre as lideranças do MDB para arregimentar apoio ao movimento: uma secretaria geral foi constituída e encabeçada por Renato Archer, enquanto Lacerda buscou a adesão que considerava mais importante para dar corpo à Frente Ampla. Viajou até a capital do Uruguai em fins de setembro e no dia 25 divulgou, junto com João Goulart, uma declaração que firmava o “Pacto de Montevideu”, formalização da entrada de Jango na Frente Ampla (DELGADO, 2013, p. 177). O abandono das pretensões de fundação de um terceiro partido foi fundamental para que João Goulart formalizasse a sua participação no movimento. Também era importante para as negociações com parlamentares e lideranças do MDB, pois a Frente contava com a ativa contribuição do deputado Hermano Alves e do senador Mário Martins, mas não deixou de ser cercada por desconfianças e críticas vindas de membros do partido de oposição.

Durante a campanha eleitoral de 1966, o comando do MDB sinalizou que as articulações de Lacerda poderiam servir de pretexto para que o governo fechasse ainda mais o regime (CORREIO DA MANHÃ, 20 set. 1966, p. 8), alerta que foi seguido pela tentativa de distanciar o partido da Frente, sob o argumento de que já havia uma organização para reunir setores diversos da oposição.

O deputado Vieira de Melo, líder da bancada oposicionista na Câmara, isentou, ontem, a Oposição de qualquer participação na chamada frente ampla e expressou a opinião pessoal de que as correntes adversárias do atual Governo devem integrar-se no MDB, que é o único instrumento partidário organizado e capacitado a exercer o papel de Oposição. (CORREIO DA MANHÃ, 20 set. 1966, p. 14).

Assim como as tratativas com João Goulart, o diálogo entre os organizadores da Frente Ampla e o MDB se arrastou por meses, tendo como conclusão a liberação dos membros do partido para integrar o movimento (DELGADO, 2013, p. 178). A atração de lideranças do MDB e o compromisso com João Goulart foram vitórias da Frente Ampla no final de 1967, mas a iniciativa continuava a atrair críticas, além de ser alvo do aparato ditatorial e ser incapaz de ultrapassar as declarações e manifestos pela imprensa. A aliança não conseguiu unificar as principais lideranças políticas de oposição, como foi o caso de Leonel Brizola, autor de uma condenação ao acordo entre Lacerda e Jango, na qual acusava o

ex-presidente de desconsiderar o papel de Lacerda na crise final do governo Vargas (CORREIO DA MANHÃ, 26 set. 1967, p. 9). Lutero Vargas, em outubro, divulgou seu posicionamento contrário à aproximação com o ex-udenista, em documento que retomava a oposição feita por Lacerda aos governos e bandeiras de Getúlio. Jânio Quadros, outro nome sondado pelos emissários da Frente Ampla, também se negou a integrar uma aliança com Lacerda.

Se a presença do ex-governador da Guanabara na Frente Ampla afastava setores trabalhistas e de esquerda, a entrada de João Goulart no movimento dificultava a atração de setores à direita que estivessem descontentes com o regime e dissolvia ilusões de apoio entre os militares para a democratização. Como observa João Roberto Martins Filho (2019), o “Pacto de Montevideu” reforçou a inquietação entre os militares sobre a atuação de Lacerda e seus partidários, unificando as diversas correntes castrenses na defesa de punições à Frente Ampla, que sinalizava com o retorno ao pré-1964, hipótese inaceitável para todos os grupos militares da ativa (MARTINS FILHO, 2019, p. 154-155).³⁶⁷

Ainda segundo o autor, a conjuntura do final de 1967 sepultava a esperança de variadas expressões da oposição liberal, o MDB, a Frente Ampla e o *Correio da Manhã*, em setores das Forças Armadas que, supostamente, teriam objetivos democratizantes e nacionalistas, críticos do fechamento do regime e da política externa desenvolvida sob Castello Branco, que significava a subordinação do Brasil aos interesses dos Estados Unidos. A expectativa sobre as intenções liberalizantes de Costa e Silva foram transferidas para grupos menores e acabaram reduzidas ao ministro do Interior, o general Albuquerque Lima. Este, entretanto, também defendia uma via militar para a implementação de suas ideias e fez das eleições de 1970 o seu objetivo (MARTINS FILHO, 2019, p. 155-156). Pronta para ser lançada, a Frente Ampla unificara apenas seus adversários, enfrentando, ainda, o desafio de cativar os estudantes em luta, definir seu papel em relação ao MDB e convencer os demais setores da oposição liberal. Com Edmundo Moniz entre os principais articuladores do movimento, a opinião do *Correio da Manhã* não era favorável à Frente Ampla. Dias após o encontro de Lacerda e Jango, o jornal, em editorial no qual elogiava Costa e Silva por não ter punido a Frente, chamava-a de “holding de demagogia” (CORREIO DA MANHÃ, 28 set. 1967, p. 6).

Os organizadores da Frente entenderam a repercussão geral como positiva para o movimento, pela divulgação dada ao episódio, mas tinham consciência que a maioria de

³⁶⁷ Segundo Márcio de Paiva Delgado (2013, p. 191-192), o único militar de alta patente que manteve diálogo com Carlos Lacerda após o avanço da Frente Ampla foi o general Pery Bevilaqua.

reações à consolidação da aliança entre Lacerda e Jango era negativa. Nas reuniões de outubro, segundo a correspondência recebida por João Goulart, o tom adotado pelas lideranças do movimento foi de cautela, para evitar que a Frente Ampla fosse taxada como subversiva e não oferecer pretextos para o governo agir contra as suas lideranças, sobretudo os políticos cujos direitos haviam sido cassados. O comedimento de Lacerda, Juscelino e Renato Archer levou ao cancelamento do lançamento da Frente Ampla, programado para ocorrer em um comício que seria realizado em Belo Horizonte (REUNIÕES, out/nov. 1967, p. 3-4). Para os janguistas, o recuo era parte da disputa entre duas concepções sobre a luta política. Uma, encabeçada por JK e Lacerda, apostava nos acertos entre lideranças, enquanto a segunda, defendida pelos trabalhistas, não desconsiderava o papel dos diálogos e alianças, mas desejava acrescentar à Frente Ampla a mobilização dos trabalhadores, convencê-los da importância do movimento e esclarecer os motivos da aproximação entre os inimigos de outrora (REUNIÕES, out/nov. 1967, p. 3-4).³⁶⁸ Sem ações de relevo após o “Pacto de Montevideú”, as insatisfações se acumulavam entre os trabalhistas, como exposto na correspondência de Jango:

O primeiro a falar foi Talarico. Comunicou que há dias telegrafara a Jango informando que com a viagem de Lacerda, o recolhimento de Juscelino e a imobilização de Archer, bem assim, a indefinição dos demais, a frente voltara a posição de hibernação. Sob a alegação de que era preciso superar algumas situações nas áreas de Lacerda e Juscelino, bem assim, amaciar os meios militares, os responsáveis pela frente não deram consequência aos compromissos assumidos em Montevideú. (REUNIÕES, out/nov. 1967, p. 7).

A questão militar foi retomada mais à frente no relato:

José Aparecido fez, então, um informe estupefante. Diz que os generais Mamede, Sizeno, Murici e outros, estiveram reunidos, recentemente, depois do encontro de Montevideú, analisando o passo que dera Lacerda em direção de Jango. Entendiam que o ex-governador pretendeu concretizar com essa sua atitude foi arvorar-se de arauto da redemocratização. Julgou que obtendo uma declaração do dr. Jango de que não pretendia revolver o passado, nem guardava ressentimentos ou intenções revanchistas, estaria dando um passo para superar uma crise militar e assim transformar a frente ampla num instrumento de ação, sustentado por JK e JG.

³⁶⁸ Nesse sentido, a análise de Décio Saes (1984) sobre a Frente Ampla é parcialmente correta. Não concordamos com o autor quando ele apresenta a Frente Ampla como movimento que representava as aspirações da média burguesia, que desejava a “reconstituição da democracia parlamentar sem restauração do populismo” (SAES, 1984, p. 198), pois tal afirmação desconsidera a presença de Jango e dos trabalhistas, que reivindicavam as menções ao legado de Vargas e às medidas tomadas pelo presidente deposto. Contudo, Saes (1984, p. 199) acerta ao expor que “a Frente Ampla se define desde o começo como um movimento ‘civilista’ de elite, aspirando infiltrar-se nas estruturas do Estado militar a fim de poder comandar, do alto, o processo de desmilitarização e de redemocratização”. Embora houvesse uma fração da Frente Ampla disposta a vincular a sua existência às mobilizações sociais contra o regime, todos os grupos manifestaram interesse em explorar e dialogar com setores supostamente democráticos no interior das Forças Armadas, tornando o movimento dependente “fundamentalmente da evolução da tensão ideológica no seio do grupo dirigente” (SAES, 1984, p. 199).

Lacerda desprezara as advertências que lhe foram feitas não só por Mamede, como Sizen e outros – de que não deveria dar o passo relativo à Jango. O Pacto de Lisboa, com Juscelino, os militares já consideraram uma demasia, mas, acabaram aceitando até como uma posição de respaldo ao esquema que se estabeleceu para a saída do Marechal Castelo Branco e a posse do Marechal Costa e Silva. O encontro com Jango foi diferente. Este representa, de fato, conteúdo popular, traz cobertura política e mexe nas mais diversas áreas. [...] A reação dos lacerdistas continua em ebulição e causando-lhe consequências. Nos meios militares, longe de aprofundar as discordâncias, uniu os Generais Comandantes de Exército e os Comandantes das principais guarnições militares, de tal maneira, estão em condições de exigir atitudes do governo, de enquadrá-lo e até se for o caso, substituí-lo. Os generais e coronéis colocaram a frente como retorno da antirrevolução, de volta dos cassados e retrocesso ao passado. (REUNIÕES, out/nov. 1967, p. 8-9).

Lacerda escolheu não confrontar as suas bases e viajou para os Estados Unidos, esperando o arrefecimento das ameaças à Frente. Quem também viajou foi Edmundo Moniz, que partiu para a Europa em setembro e lá ficou até o mês seguinte, onde esperava encontrar com João Goulart. O ex-presidente não apareceu, mas o jornalista aproveitou para estabelecer contato com Kubitschek, Waldir Pires, ex-Consultor Geral do governo Jango, Celso Furtado e Miguel Arraes. Convidado a integrar a Frente Ampla, Furtado não negou colaborar com o movimento, mas se esquivou do pedido feito por Juscelino para elaborar um programa, argumentando que um programa político não servia ao modelo da Frente, pois potencializaria as divergências (REUNIÕES, out/nov. 1967, p. 11). O caso de Arraes era diferente. O ex-governador de Pernambuco reclamava não ter sido procurado pelos organizadores da Frente Ampla e sugeria uma composição das forças de esquerda, as quais deveriam constituir unidade entre elas antes de buscar uma articulação com outros setores (REUNIÕES, out/nov. 1967, p. 12).

A incompatibilidade entre as propostas dos trabalhistas e o silêncio da direção de Archer, Lacerda e JK, levaram o grupo de João Goulart a ponderar o desenvolvimento de um caminho próprio de atuação, paralelo à Frente Ampla. Em carta ao secretário-geral, José Gomes Talarico expôs a ideia dos trabalhistas, justificando-a pela necessidade de “fazer contatos e reuniões com grupos e diversas áreas. Constituir núcleos. Realizar conferências. Atuar nos movimentos populares” (FRENTE AMPLA, dez. 1967, p. 8). Só assim, defendia o deputado, a Frente Ampla combateria a campanha contra a sua existência e convenceria potenciais aliados.³⁶⁹

³⁶⁹ Nas cartas dos últimos meses, Moniz aparece como integrado ao grupo dos trabalhistas, tendo sido indicado pelo grupo de Jango para compor a comissão que elaboraria o programa da Frente Ampla. No entanto, não compartilhava integralmente das críticas ao ritmo de atuação do movimento, como aponta Talarico na mensagem enviada a Renato Archer: “O Edmundo está nos considerando afoito e precipitado, pela insistência que fazemos aos companheiros” (FRENTE AMPLA, dez. 1967, p. 8).

A quase inatividade da Frente Ampla durou até janeiro de 1968, quando Carlos Lacerda iniciou uma agenda de viagens pelo Brasil para divulgar a articulação (DELGADO, 2013, p. 197). No mesmo contexto, uma declaração de Carlos Lacerda desencadeou forte reação entre as forças de apoio ao governo, militares e civis. Lacerda estava em seu sítio, na cidade de Petrópolis, quando, segundo o repórter do *Jornal do Brasil*, usou o capô de um veículo para escrever uma nota cujo conteúdo era fiel ao estilo de sua atuação política. Entre outras acusações dirigidas aos militares, o ex-governador escreveu que “o regime militar precisa tirar as patas de cima do Brasil” (JORNAL DO BRASIL, 16 jan. 1968, p. 18). Nas semanas seguintes, se avolumaram as notícias de manifestações, por parte do governo, contra Lacerda e a Frente Ampla. Em Porto Alegre, comandantes de guarnições militares do Sul do país se reuniram “com o objetivo de compor o esquema de forças que apoia o Governo, para uma resposta aos ataques da Frente Ampla e especialmente ao ex-governador Carlos Lacerda” (CORREIO DA MANHÃ, 25 jan. 1968, p. 14). No Senado, o presidente da ARENA, Daniel Krieger, chamou a Frente Ampla de “movimento subversivo” (CORREIO DA MANHÃ, 25 jan. 1968, p. 14) e a seção gaúcha do partido cobrou um novo Ato Institucional para punir seus líderes (CORREIO DA MANHÃ, 26 jan. 1968, p. 12). O jornal *Correio da Manhã* chegou a noticiar que houvera intenso deslocamento de tropas para São Paulo na véspera de um discurso de Carlos Lacerda diante dos formandos em Economia e Finanças, da Escola Álvares Penteado, além da ocupação de pontos da cidade do Rio de Janeiro pelos soldados do I Exército. No dia seguinte aos compromissos de Lacerda em São Paulo, o *Correio da Manhã* publicou a versão informal para a prontidão das tropas nos dias anteriores. Segundo o jornal, o governo mobilizou o poderio militar para mostrar força e unidade, além de evitar que “aqueles oficiais mais exaltados” (CORREIO DA MANHÃ, 28 jan. 1968, p. 2) tomassem alguma atitude contra Carlos Lacerda.³⁷⁰

Sob ameaças, a Frente Ampla se preparava para avançar na mobilização contra a ditadura. O movimento esperava realizar uma série de comícios a partir de março, começando pelo Estado de São Paulo, na cidade de São Caetano do Sul, reduto industrial onde seus organizadores estiveram no dia 23 e reuniram em torno de 3 mil pessoas, segundo Dulles (1992). Os números não impressionaram, mas a ida da Frente Ampla às ruas coincidiu com a explosão do protesto estudantil pelo país, unindo os setores que consideravam intolerável a

³⁷⁰ As notícias sobre a movimentação militar ocorreram no contexto de uma discussão geral sobre as reivindicações da linha dura ao Governo Federal. Segundo o jornal, o ministro Albuquerque Lima servira de emissário das reclamações a Costa e Silva, apresentando um diagnóstico de debilidade do governo, acusado de omissão diante das atividades da Frente Ampla e exigindo uma reforma ministerial que marcasse uma virada na política econômica (CORREIO DA MANHÃ, 28 jan. 1968, p. 2).

atuação de Lacerda ao lado de comunistas, trabalhistas e políticos cassados. O assassinato do secundarista Edson Luís, em 28 de março, durante uma ação policial nas dependências do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, onde os estudantes preparavam uma passeata contra os preços das refeições, iniciou o período de maior mobilização de massas contra a ditadura. O corpo do jovem foi levado para a Assembleia Legislativa e a multidão que acompanhou o enterro, no dia seguinte, foi comparada às manifestações populares ocorridas no Rio após a morte de Getúlio Vargas (CORREIO DA MANHÃ, 30 mar. 1968, p. 1). O episódio motivou passeatas por todo o país, reprimidas violentamente. Missas pela passagem do sétimo dia da morte do estudante foram reproduzidas em outras capitais e atingidas pela reação militar.³⁷¹

Carlos Lacerda divulgou uma declaração afirmando que o país se encontrava em uma “orgia de violência” (CORREIO DA MANHÃ, 3 abr. 1968, p. 14), pela qual os militares no poder eram responsáveis. Distribuída como manifesto individual, o documento serviu de pretexto para o governo agir contra a Frente Ampla, proibida através de uma portaria do ministro da Justiça, Gama e Silva. A imprensa também ficou impedida de divulgar manifestações políticas de membros da Frente Ampla (CORREIO DA MANHÃ, 6 abr. 1968, p. 1). A direção do movimento sinalizou que recorreria ao Supremo Tribunal Federal contra a portaria do governo, mas acabou desistindo da ação e a Frente Ampla, que se notabilizara quase exclusivamente por criar e explorar “fatos políticos”, desistiu de lutar por sua sobrevivência em um contexto de ascenso das mobilizações contra a ditadura.

O silêncio sobre a proibição da Frente Ampla foi decorrência da posição de Carlos Lacerda, descrita em documento elaborado por um dos contatos de João Goulart. O ex-governador avaliava que o governo usava a Frente Ampla e as atividades políticas dos cassados como pretexto para adotar novos mecanismos para fechar o regime, responsabilizando o movimento pelas mobilizações que caracterizavam como subversivas. Assim, Lacerda defendia que as lideranças do movimento recuassem e aguardassem o desenrolar dos acontecimentos:

Portanto, se o pretexto era a Frente Ampla; ele, Lacerda, Juscelino e Jango; e os cassados – e não havendo um dispositivo de força para se antepor a eles, nem condições de uma grande mobilização de massa, o lógico e razoável será não mais servir de pretexto. [...] Ora, se o pretexto do momento para o governo e seu dispositivo militar era a Frente Ampla, a união das três lideranças civis, não se devia insistir e manter-se como “pretexto”. Dentro de poucos meses estarão desentendidos, aí é chegada a hora de intervir decisivamente. (POSIÇÃO DE LACERDA, abr. 1968, p. 10-11).

³⁷¹ Um quadro com as manifestações estudantis ao longo de 1968 foi feito por João Roberto Martins Filho (1986, p. 197).

Lacerda, com viagem marcada para a Europa, teria sugerido que, nos meses seguintes, o diálogo fosse mantido com civis e militares que pudessem engrossar as fileiras dos descontentes com o regime, com o objetivo de forjar uma alternativa para 1970, ano previsto para uma sucessão presidencial. A posição foi recebida, segundo o repasse a Jango, com “perplexidade”. No dia 15 de abril, os deputados federais Renato Archer, Martins Rodrigues, Hermano Alves e Mário Covas, os mais destacados membros da Frente Ampla na Câmara Federal, se reuniram com o brigadeiro Francisco Teixeira, Kubitschek e Lacerda. O encontro expressou a divergência com as propostas do ex-governador, que só não foi unânime pelo silêncio de JK (FRENTE AMPLA, abr. 1968, p. 1). Com a recusa de Lacerda em ceder nos seus planos de viagem e recuar em suas posições, os grupos mais próximos aos ex-presidentes procuraram outros caminhos para manter viva a Frente.

No dia seguinte, no apartamento onde morava Edmundo Moniz, houve nova reunião, dessa vez com integrantes próximos da liderança de Jango e do PCB³⁷², pondo em prática a sugestão dada por Francisco Teixeira, que afirmara ser a hora de João Goulart liderar a oposição no Brasil (FRENTE AMPLA, abr. 1968, p. 4). A Frente Ampla, como movimento consolidado com a união de Lacerda, Kubitschek e Goulart, terminara diante da portaria ministerial e da reação do ex-governador da Guanabara, mas a articulação em busca de uma aliança oposicionista continuou, agora com a direção concentrada no núcleo trabalhista, ao qual Moniz se integrara. Esta perspectiva estava acompanhada do desejo de estreitar os laços com os comunistas e as alas progressistas da Igreja Católica, as quais fizeram vários gestos de apoio à oposição ao regime.³⁷³ A disposição para construir uma nova Frente Ampla foi publicamente expressa por Moniz em “A guerra contra o povo” e “O impasse atual”, artigos publicados no *Correio da Manhã* em abril.

Contudo, a tarefa era complexa. A concepção do grupo ligado a Goulart, de uma frente que não se reduzisse aos pronunciamentos de lideranças, exigia que o movimento encontrasse boa acolhida nos setores mais destacados na luta contra o regime e que o prestígio de suas lideranças políticas facilitasse a penetração das bandeiras do movimento entre os trabalhadores e a classe média. Quanto ao primeiro aspecto, se tomarmos o exemplo da

³⁷² Segundo o relato enviado a Jango, estavam presentes os militares cassados Francisco Teixeira, Ricardo Nicoll, os coronéis Scaffa, Fortunato e Jocelyn Brasil, além dos deputados José Gomes Talarico e Luiz Maranhão (FRENTE AMPLA, abr. 1968, p. 5).

³⁷³ Na correspondência levada a João Goulart em maio, consta um resumo da posição de Edmundo Moniz, Wilson Fadul e Francisco Teixeira. “LM”, citado na mensagem, é Luiz Maranhão, deputado comunista, enquanto o “Club” é o PCB: “Conversamos com o LM, e confrontando as resoluções do Club e as posições que assume a Igreja, determinam, recomendam e exigem ações concretas na nossa área, ou então seremos superados. A conjugação de forças, com o esquema do mundo socialista e a posição da Igreja, dá o ensejo que esperamos há quatro anos” (PARA O DR JOÃO GOULART, mai. 1968, p. 1).

relação do movimento estudantil com a Frente Ampla, é difícil imaginarmos que uma articulação semelhante conquistasse a simpatia da maior parte do segmento que realizava as principais manifestações públicas contra o regime.

Celeiro importante na crítica às posições do PCB, o movimento estudantil prosseguia na marginalização dos comunistas entre as correntes que disputavam a hegemonia sobre as entidades da categoria e no aprofundamento das linhas políticas que fundamentavam o distanciamento diante da oposição moderada. As críticas ao reformismo, cultivadas entre os jovens e consolidadas entre 1966 e 1968, foram agrupadas por João Roberto Martins Filho (1986) em duas vertentes.³⁷⁴ Uma, representada principalmente pela Ação Popular, dava centralidade à luta política nas ruas contra a ditadura e defendia que “o papel do movimento estudantil no pós-64 definia-se, acima de tudo, pelas tarefas de denúncia da ditadura militar e, simultaneamente, das forças do imperialismo que a sustentavam” (MARTINS FILHO, 1986, p. 217). Disputando espaço com a AP estavam várias organizações menores, caso da POLOP e das dissidências do PCB. Estas se aproximavam ao atuarem no interior da UNE e enfatizavam a importância das lutas específicas dos estudantes, que não teriam forças suficientes para constituir o braço decisivo para derrubar a ditadura. Assim, pretendiam organizar a luta nas escolas e universidades em torno das pautas dos estudantes e atuar sobre a vanguarda do movimento para politizar os setores considerados mais “avançados” da sociedade e ganhá-los para outras formas de luta, o que, nos anos seguintes, tomaria corpo na via guerrilheira inspirada pelas teses de Che Guevara e Régis Debray.

As duas posições convergiam, entretanto, no rechaço às articulações que envolvessem frações da burguesia nacional e as organizações dominantes na esquerda brasileira até 1964, desdobramento da consolidação das linhas políticas que embasaram a crítica à participação de setores da esquerda nas eleições de 1966. A possibilidade de aproximação, portanto, entre as direções do movimento estudantil e iniciativas como a Frente Ampla era inexistente. Já em dezembro de 1967, um dos relatos enviados a Jango registrava que lideranças estudantis, através de Edmundo Moniz, manifestaram “a descrença dos estudantes sobre a Frente Ampla, que sem organização, princípios ou definição – representa um autêntico ‘blefe’ e uma composição de cúpula” (FRENTE AMPLA, dez. 1967, p. 18). A incompatibilidade continuou nos meses seguintes, de tal modo que, após a declaração de Lacerda sobre o assassinato de

³⁷⁴ A classificação do autor está fundamentada nas posições expressas no 29º Congresso da UNE, realizado em junho de 1967, quando outras correntes de esquerda demonstraram ter crescido no interior da entidade e forçaram a Ação Popular a dividir a direção da UNE com a POLOP e os grupos ligados às dissidências do PCB. Ao final do Congresso, foram divulgados dois documentos, um da AP e um do bloco composto pelas dissidências.

Edson Luís, a UNE, em nota conclamando os estudantes à luta contra a ditadura e elencando as tarefas propostas pela entidade, incluiu a necessidade de “denunciar a Frente Ampla e sua fachada populista, sem que perca, no entanto, seu caráter de classe dominante, sua tática golpista para tomar o poder” (CORREIO DA MANHÃ, 4 abr. 1968, p. 14).³⁷⁵

Sem diálogo com o setor mais dinâmico da oposição à ditadura, o grupo que insistia em manter um esquema semelhante à Frente Ampla enfrentava outra barreira para se efetivar como movimento de oposição ao regime: a situação de João Goulart. Exilado no Uruguai e proscrito das páginas da imprensa, Jango tinha de ser cauteloso para atuar politicamente no país onde se encontrava, para não pôr em risco a sua condição de exilado. A preocupação em manter relações estáveis com o governo uruguaio estava presente, por exemplo, na preparação da mensagem do ex-presidente para ser lida no comício da Frente Ampla realizado no interior de São Paulo.³⁷⁶ Mesmo com as adversidades, os remanescentes próximos ao trabalhismo teriam buscado organizar a sua “área”, como costumavam se referir, e uma das possibilidades teria sido a criação de um partido, mesmo que sem a certeza de torná-lo legal. Em maio de 1968, um informe inserido ao prontuário de Edmundo Moniz pelo aparato repressivo do regime afirmava que o jornalista estaria em articulação com “outros elementos” para “a criação de novo partido político – Partido Democrático Trabalhista – antes da eleição de 1970” (SNI, 16 jul. 1971, p. 16). A informação se repete nos arquivos de outro integrante da Frente Ampla, o jornalista Paulo Silveira. O partido, aparentemente, teria sido sugerido meses antes, pois a ficha de Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas e com trajetória política no PSD, aponta que, no ano anterior, ele teria negado, via imprensa, a intenção de fundar um novo partido, que teria o mesmo nome evocado no documento que refere a Moniz (SNI, 17 abr. 1969, p. 2).

Como sabemos, a articulação não vingou e um Partido Democrático Trabalhista, coincidentemente, teria papel fundamental na reorganização dos elementos trabalhistas, mas em outro contexto e sob outra liderança, mais de uma década depois. Para Moniz, a experiência que começou na formação de um grupo de oposição na intelectualidade carioca e culminou com a participação na Frente Ampla teve como saldo principal, além da perseguição do regime às suas atividades, a aproximação com João Goulart e seus partidários. Nos anos

³⁷⁵ Segundo Maria Ribeiro do Valle (1997, p. 23), após o enterro de Edson Luís, o cortejo dos estudantes passou em frente a casa de Carlos Lacerda, chamado de fascista pelo grupo, que também gritou a palavra de ordem “abaixo a Frente Ampla”.

³⁷⁶ Em uma carta enviada para solicitar uma declaração do ex-presidente, o remetente detalhou como seria feito para que Jango emitisse um manifesto sob o disfarce de uma mensagem pessoal: “A carta será lida, numa aparente inconfidência, no próximo dia 23, no decorrer do primeiro comício em praça pública da Frente Ampla, no município de São Caetano, em São Paulo. [...] Não se tratando de um manifesto, nem de entrevista ou algo parecido, entendemos que a tua posição de asilado estará preservada” (COMANDANTE, 14 mar. 1968, p. 1).

seguintes, o diálogo se manteve e Moniz se tornou parte do círculo mais próximo ao ex-presidente. Mais que uma contingência, o movimento lançou as bases de uma nova elaboração de Moniz sobre a realidade nacional, desenvolvida nas décadas seguintes, e que reservaria um novo papel às lideranças identificadas com o populismo.

4.5 A PRIMAVERA DOS LIVROS

Certa vez, para ilustrar uma coluna de Paulo de Castro, jornalista português emigrado no Brasil por suas atividades de oposição ao regime de Salazar, o *Correio da Manhã* publicou uma charge na qual um Stalin transmutado em um imenso dragão era enfrentado por um pequenino Trotsky, que portava como arma apenas uma caneta.³⁷⁷ O desenho representava a situação na qual o revolucionário, que recebera o apelido de “A Pena”,³⁷⁸ se encontrava após a expulsão do território russo, isolado dos processos de luta nos quais se decidiam as grandes questões de sua época. Reduzido à militância com uma única arma, a caneta, tentava mobilizar os trabalhadores e os comunistas contra a direção da política soviética para realizar a revolução social.

Transportando o problema da luta contra dragões para o ano de 1968, é justo dizer que Moniz estava naquele campo de batalha munido apenas de uma caneta. Com ela, escreveu os artigos que o destacaram na oposição ao novo regime pouco tempo após a derrubada de Jango. A caneta o acompanhara na colaboração com a Frente Ampla e, com ela, Moniz voltou a fazer do *Correio da Manhã* a sua tribuna principal na luta contra o dragão que o ameaçava. Curiosamente, tendo visto a iniciativa política na qual tanto se empenhara, ser rechaçada pelos estudantes que enchiam as ruas em passeatas contra a ditadura enfrentando a violência militar, sua atividade jornalística, ao longo do ano de 1968, aproximou-se da juventude. Este tópico, portanto, aborda as duas vertentes pelas quais o intelectual se encontrou com o protesto estudantil. Uma delas seguia o curso das crises políticas daquele ano, inseparáveis das passeatas protagonizadas pelos estudantes. A outra se desenvolveu pela discussão sobre as “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”, como escreveu Jacob Gorender (1998, p. 80), sobre as quais o jornalista se interessou para escrever a seção de crítica literária do *Correio da Manhã*. Nesse sentido, se aproximou da função de “mediador” entre um grupo de potenciais

³⁷⁷ A charge foi publicada em Paulo de Castro (1 set. 1968, p. 2).

³⁷⁸ Trotsky era chamado assim em consequência do seu talento literário. O apelido teria sido criado por Kzhizanovski-Clair, que o recomendou à redação do Iskra, jornal da social-democracia russa. Além do epíteto, Isaac Deutscher destaca outros momentos que reforçaram o poder que a “palavra escrita” tinha para Trotsky, sendo um deles a iniciação do revolucionário na política, com a criação da União dos Sindicatos dos Trabalhadores do Sul da Rússia (DEUTSCHER, 2005, p. 59-60).

leitores e as obras que chegavam ao Brasil, sem se confundir com a imagem do “transmissor”, que “conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar a outro, de um tempo para outro, de um código cultural para outro, sem nada acrescentar ou transformar criativamente” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16). A crítica de Moniz, de certo modo, equilibrava mediação e criação.

A produção intelectual de Moniz, em 1968, começou com um texto sobre *Quarup*, romance escrito por Antonio Callado. A obra tem como centro a trajetória do personagem Nando, um padre que sonhava em ir ao Xingu “pegar o espírito do Brasil” (CALLADO, 2019, p. 16). Após participar da expedição em busca do “centro geográfico” do país, passou a viver com os camponeses em Pernambuco, durante o auge da mobilização da luta pela terra e pela dignidade do trabalho no campo. O romance, que Moniz afirmou preferir a *Grande Sertão: Veredas*, trata de questões que cercavam o Brasil no decênio entre o suicídio de Getúlio e o golpe contra João Goulart. Contudo, embora Moniz tenha destacado que o livro oferecia “uma visão panorâmica de nosso tempo” (MONIZ, 13 jan. 1968, p. 2), ao afirmar que “não chega à propaganda política” (MONIZ, 13 jan. 1968, p. 2), deixava de lado que o desfecho da vida do religioso havia sido a adesão à revolta armada, ainda em fase de preparação. *Quarup* não era panfletário, mas é o melhor exemplo do “romantismo revolucionário”, definido por Marcelo Ridenti (2000) como utopia que valorizava a ação transformadora que mudava o mundo e o homem, cujo referencial “estava no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do ‘coração do Brasil’, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista” (RIDENTI, 2000, p. 24).

Os romances, entretanto, eram minoria entre as obras comentadas por Moniz na seção de crítica literária do *Correio da Manhã*. O que mobilizou o autor foi a variada literatura marxista editada no país entre 1967 e 1968, ápice do processo de quebra da hegemonia do PCB sobre a elaboração intelectual de esquerda. Nesse sentido, o XX Congresso do PCUS e a Revolução Cubana foram fundamentais para que intelectuais, organizações e militantes buscassem outras fontes para interpretar o Brasil e o mundo. Havia, por um lado, o retorno ao próprio Marx, movimento que Roberto Schwarz (2014, p. 106) definiu como um “esforço de autorretificação da esquerda, bem como de reinserção na linha de frente da aventura intelectual”, enquanto Gramsci, Sartre, Althusser e outros autores ganhavam espaço nas discussões político-filosóficas das esquerdas.

Em 1967, a primeira edição de *O Capital* completou cem anos e Moniz pôde presenciar, em Londres, os eventos que celebravam a publicação da obra escrita parcialmente

no Museu Britânico, para onde Marx se dirigia quando o seu casaco de inverno não estava melhorado para atenuar a precária situação financeira de sua família.³⁷⁹

Quando, em setembro, passei por Londres, vi que a cidade estava cheia de enormes cartazes com o retrato de Marx e os seguintes dizeres: Karl Marx in England. Era o convite para visitar uma exposição sobre ele na King's Library do British Museum. Pensei comigo que uma comemoração oficial, com tão grande propaganda, do centenário da obra-mestra de Marx, seria impossível no Brasil de hoje. Quem tivesse esta ideia passaria por ser um perigoso subversivo e estaria sujeito a sérios constrangimentos por parte dos órgãos de repressão. O governo inglês, entretanto, é quem promove esta grande homenagem. Aí está o problema: os países adiantados podem fazer certas coisas que não permitem que sejam feitas pelos países subdesenvolvidos. (MONIZ, 27 jan. 1968, p. 2).

A recordação foi publicada quando Moniz comentou o lançamento de um resumo de *O Capital* escrito por Julian Borchardt, intelectual prussiano social-democrata. O livro, que aborda os três primeiros volumes da obra de Marx, era um dos resumos que circulavam em português e davam acesso indireto às obras ainda não traduzidos. Na década de 1930, a Editora Unitas, vinculada aos trotskistas, publicou a versão resumida, no século XIX, pelo anarquista italiano Carlo Cafiero. Os resumos eram importantes para difundir a obra de Marx entre operários e militantes, muitas vezes, em leituras coletivas em cursos das organizações comunistas, quando os textos eram lidos em voz alta para integrar os membros que não sabiam ler (SECCO, 2017, p. 70-71).

Contudo, na década de 1960, havia demanda para programas editoriais de outro tipo, seguindo o que Roberto Schwarz (2014, p. 109) chamou de “institucionalização da inteligência”. Desde o final da década anterior, um grupo de professores e estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo passou a se reunir para ler *O Capital*, em contraposição à leitura pecebista do marxismo e da realidade nacional. O “Seminário” reuniu intelectuais como Ruy Fausto, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, José Arthur Giannotti, Michael Löwy, Roberto Schwarz e Paulo Arantes, fomentando discussões que deram base a clássicos da sociologia e da historiografia brasileira, casos de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, e *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, de Fernando Novais. A afinidade estabelecida entre a leitura de Marx e a pesquisa universitária elevou o nível da reflexão social produzida a partir das chaves de leitura marxistas no Brasil, embora com um “preço alto de alienação e embotamento”

³⁷⁹ Logo no início do primeiro volume de *O Capital*, Marx utilizou um casaco como exemplo para explicar o significado de valor de uso e valor de troca. Peter Stallybrass (2008) partiu da referência que Marx fez à vestimenta para tratar da relação entre o pensador e o casaco de inverno que o protegia do frio e o autorizava, socialmente, a frequentar a sala de leitura do Museu Britânico.

(SCHWARZ, 2014, p. 109).³⁸⁰ Verificou-se, com as peculiaridades da vida política e intelectual brasileira, aquilo que Perry Anderson (2004) identificou no surgimento do “marxismo ocidental”, criativo, refugiado em instituições universitárias e, conseqüentemente, distante dos movimentos revolucionários.³⁸¹

Desse modo, a saudação que Moniz (13 dez. 1968, p. 2) fez em sua coluna à publicação da primeira edição completa no Brasil de *O Capital*, destacando-a como ação que permitia tornar a obra de Marx mais acessível, era justa, mas a novidade editorial, que atendia à expansão do interesse sobre a literatura de esquerda, refletia também a alteração do perfil dos leitores e da base das organizações de esquerda, mais jovem e menos proletária. De Engels, foi publicada uma nova edição de *Dialética da Natureza*, coletânea de artigos e fragmentos sobre dialética, empiria, ciência e natureza. O jornalista lembrava que temas semelhantes animaram um debate na França, no início da década, “em que participaram Sartre, Hippolite, Garaudy, Orcel e Vigier, para saber se a dialética, além de uma lei histórica, é também uma lei da natureza” (MONIZ, 14 abr. 1968, p. 2).³⁸²

A conjuntura era de ampliação das obras e autores disponíveis aos leitores brasileiros. Assim, Moniz acompanhou e participou do crescimento do interesse editorial pela vida e obra de Trotsky. Em janeiro de 1968, escreveu sobre *A História da Revolução Russa*, lançado no ano anterior pela Editora Saga³⁸³, que também publicou, em 1969, *Terrorismo e Comunismo*, defesa que Trotsky realizou dos métodos utilizados pelos bolcheviques durante a Guerra Civil. A publicação da Saga era parte importante do segundo momento de difusão das ideias de Trotsky no Brasil. O primeiro, entre os anos 30 e o início da década de 1940, foi protagonizado pela militância trotskista, que publicava artigos em seus órgãos de imprensa e através da Gráfico-Editora Unitas, propriedade de Salvador Cosi Pintaúde, militante comunista que rompeu com o PCB e colaborou com os trotskistas por um breve período. As

³⁸⁰ Sobre o “Seminário de Marx”, ver Paulo Arantes (1995).

³⁸¹ A contradição entre o regime ditatorial que perseguia opositores e líderes de esquerda enquanto as livrarias se enchiam de literatura marxista, foi abordada por Rodrigo Patto Sá Motta (2014). Para o autor, “o Estado militar não deslanchou campanha em regra contra o marxismo, decerto para não oferecer aos adversários a oportunidade de acusá-lo de totalitarismo e de violação da liberdade de pensamento. Significativamente, como já foi dito, nas listas de livros proibidos pelo Ministério da Justiça não figuravam obras de Karl Marx, apenas de divulgadores e líderes marxistas revolucionários. Nesse ponto, as autoridades seguiam linha coerente com as leis em vigor, que, aliás, continuavam uma tradição que remontava ao início do século XX. A condenação e a criminalização recaíam sobre a propaganda de ideias revolucionárias, o proselitismo da luta de classes e a militância em organizações revolucionárias, mas sem que se proibisse a adesão ao marxismo como filosofia, em nome do respeito à liberdade de pensamento” (MOTTA, 2014, p. 126).

³⁸² As intervenções do debate haviam sido publicadas no Brasil em livro. Ver Jean-Paul Sartre et al. (1966).

³⁸³ A Editora Saga era propriedade de Fernando Gasparian, empresário com passagem pelo Partido Socialista Brasileiro e que fundou, na década de 1970, o jornal *Opinião* e a editora Paz e Terra. A direção de Saga estava sob a responsabilidade dos deputados cassados Hélio Ramos e José Aparecido de Oliveira (CARRIJO, 2013, p. 131).

publicações da Unitas ampliaram o universo de leitores dos textos de Trotsky, até então limitado ao alcance dos jornais e folhetos do grupo, e constituíram uma relevante bibliografia. Entre 1931 e 1934, a Unitas publicou *A Revolução Espanhola* (1931) e *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha* (1933), entre outros livros com os artigos de Trotsky.³⁸⁴ A falência da editora e a perseguição política às organizações de esquerda após o levante comunista de 1935 impuseram um hiato nas traduções e lançamentos, que foram retomados na década seguinte. Em 1943, a José Olympio publicou *Minha Vida*, com tradução de Lívio Xavier, e, um ano depois, a Epasa lançou *Da Noruega ao México*, com tradução de Edmundo Moniz, também publicado com o título *Os crimes de Stalin* pela Editora Melso, sem ano definido, mas seguramente situado entre o fim da década de 1930 e a primeira metade da década de 1940. Com o lançamento de *Stalin*, biografia não concluída, o primeiro ciclo de publicações das obras de Trotsky terminou.

Mais de 15 anos depois, o lançamento de *A História da Revolução Russa* – precedido apenas pelo livreto *Problemas da insurreição e da guerra civil* (1963) – inaugurou o segundo ciclo, que durou até 1969. A editora Laemmert publicou uma nova edição de *Da Noruega ao México* e inseriu um artigo de Trotsky em uma coletânea de textos sobre a Comuna de Paris. Em 1969, com tradução de Moniz Bandeira, *Literatura e Revolução* foi lançado pela Zahar, enquanto *Minha Vida* e *Moral e Revolução* saíram com o selo da Paz e Terra. Edmundo Moniz participou desse novo momento em frentes diversas. Uma delas estava localizada na coluna de crítica literária, tecendo elogios à narrativa de Trotsky sobre o processo revolucionário na Rússia e destacando o papel da obra na contestação de supostos falseamentos da história da revolução, bem como a pretensão do autor em pensar um método para abordá-la. Portanto, a leitura de *A História da Revolução Russa* valeria “tanto pela narrativa dos fatos, como também pelo método com que eles foram narrados” (MONIZ, 18 jan. 1968, p. 2). Desse modo, seria “um modelo de como se deve escrever, cientificamente, uma obra de história” (MONIZ, 18 jan. 1968, p. 2).

No prefácio do livro, Trotsky deixou pistas de uma concepção teórica e metodológica para escrever a história, enunciados que precisam ser desdobrados paralelamente ao desenvolvimento da obra. Para ele, a narrativa teria de ser acompanhada pela investigação sobre “por que os fatos aconteceram desta e não de outra forma” (TROTSKY, 1977, p. 15), distanciando-se de um duplo perigo, o enfileiramento de acontecimentos sem conexão

³⁸⁴ Dainis Karepovs (2013) publicou uma relação das obras de Trotsky lançadas no Brasil. Álvaro Bianchi (2005) preparou detalhado panorama de livros, artigos e trabalhos de autoria de Trotsky ou escritos por pesquisadores da sua vida e obra.

definida ou a acomodação dos elementos “num fio de moral preconcebida” (TROTSKY, 1977, p. 15). A proposta realizada é encontrar a “lei” que torna inteligível o processo histórico, mas não se trata de uma lei geral, senão “íntima”, tarefa que poderia ser multiplicada pelos historiadores diante de seus objetos de estudo. No caso de Trotsky, o objeto era uma revolução, tema cuja especificidade adicionava elementos importantes na constelação de problemas que formam a “lei íntima” de um processo histórico:

A característica mais incontestável da revolução é a intervenção direta das massas nos acontecimentos históricos. Comumente, o Estado, monárquico ou democrático, domina a nação; a História é feita pelos especialistas da matéria: monarcas, ministros, burocratas, parlamentares, jornalistas. Todavia, nas curvas decisivas, quando um velho regime se torna intolerável às massas, estas destroem as muralhas que as separam da arena política, derrubam os seus representantes tradicionais e, intervindo deste modo, criam uma posição de partida para um novo regime. [...] A história de uma revolução é, para nós, inicialmente, a narrativa de uma irrupção violenta das massas nos domínios onde se desenrolam seus próprios destinos. (TROTSKY, 1977, p. 15).

Assim, as transformações econômicas são aspectos secundários na análise de Trotsky, empenhado em apreender as “rápidas e intensas e apaixonadas mudanças psicológicas das classes constituídas antes da revolução” (TROTSKY, 1977, p. 16), que seriam as verdadeiras determinantes da dinâmica do processo revolucionário. Como assinala Alvaro Bianchi (2013), Trotsky optou por se distanciar do economicismo típico do marxismo dito “vulgar”, que caracterizava rapidamente uma ruptura revolucionária com alguma alteração econômica. As características do capitalismo na Rússia estavam presentes em sua obra, mas Trotsky, “revalorizando o lugar da vontade humana na história, das classes sociais e de suas formas partidárias, [...] descartou todo automatismo e afirmou a centralidade da política nos processos de revolução social” (BIANCHI, 2013, p. 49).

Mesmo tratando as alterações na “psicologia das classes” – que Bianchi (2013) entende como o processo de formação da consciência de classe – como elementos em interação com as estruturas econômicas, de classes e das relações políticas, a abordagem de Trotsky, em *A História da Revolução Russa*, não ficou distante de críticas. Da União Soviética, o principal contraponto a tal perspectiva foi expresso pelo historiador Mikhail Pokrovsky, importante defensor da tese das causas econômicas da revolução e que taxou as concepções de Trotsky como “idealistas” (TROTSKY, 1977, p. 415). Décadas depois, a questão foi retomada pelo marxista húngaro Nicolás Krassó, em um artigo que teve relevante

circulação³⁸⁵, originalmente escrito para a *New Left Review*. Nele, o autor retomava a alcunha de “idealista” para se referir ao que descrevia como linhas gerais do marxismo de Trotsky e o acusava de cair em um “sociologismo” que substituiria a economia pelas classes sociais como determinante das situações históricas: “A luta de classes se converte na ‘verdade’ interna e imediata de todo acontecimento político e as forças das massas nos únicos agentes históricos” (KRASSÓ, 1962, p. 19-20, tradução nossa)³⁸⁶. Segundo o argumento de Krassó, a concepção aplicada por Trotsky em seus escritos se arrastava desde “Balanço e Perspectivas”, consolidada em um suposto desprezo das formas partidárias,³⁸⁷ que partira de sua crítica ao modelo leninista de organização e terminara com o fracasso da construção da IV Internacional.

A principal resposta ao artigo de Krassó veio de Ernest Mandel, economista e dirigente político trotskista que relembrou a história da crítica de Trotsky ao modelo bolchevique de partido e o seu posterior arrependimento, quando, em 1917, admitiu que Lenin estava com a razão (MANDEL, 1972, p. 47-48).³⁸⁸ Alguns anos depois do seu comentário sobre a publicação de *A História da Revolução Russa*, Edmundo Moniz teve acesso ao debate entre Krassó e Mandel, quando leu o volume da coleção *Cuadernos de Pasado y Presente* que reuniu as intervenções sobre a polêmica. Era março de 1972 quando, como fazia com os livros concluídos, pôs seu nome, data e local, na última página da obra, indicando que terminara a leitura. O exemplar possui muitas marcações a lápis, mas poucos comentários em suas margens. Dois deles, tratam do lugar do partido revolucionário na trajetória política e intelectual de Trotsky. Um acompanhava a distinção feita por Krassó entre os papéis desempenhados por Trotsky e pelos militantes mais destacados da fração bolchevique durante o intervalo entre as revoluções de 1905 e 1917. Enquanto um teria insistido, em vão, na tarefa de reunificar as alas da social-democracia russa e ficado de fora da construção do Partido

³⁸⁵ O texto de Krassó foi reproduzido pela revista cubana *Pensamiento Crítico* e depois integrou o livro *El marxismo de Trotski*, publicado na coleção *Cuadernos de Pasado y Presente* junto às intervenções de Ernest Mandel em resposta aos artigos publicados na *New Left Review*.

³⁸⁶ Do original: “La lucha de clases se convierte en la ‘verdad’ interna e inmediata de todo acontecimiento político y las fuerzas de las masas en los únicos agentes históricos” (KRASSÓ, 1962, p. 19-20).

³⁸⁷ Em seu primeiro artigo, Krassó comentou a postura de Trotsky diante do problema do partido revolucionário em pelo menos dois momentos. Para ele, “Balance y perspectivas es un extraordinario ensayo por su análisis de clases, pero no lo es menos por su falta de todo análisis del papel de la organización política en la lucha socialista” (KRASSÓ, 1972, p. 14) e Trotsky não teria compreendido o papel dos intelectuais na luta de classes por não adotar uma teoria do partido revolucionário (KRASSÓ, 1972, p. 18).

³⁸⁸ O comentário de Alvaro Bianchi (2013) também merece nota, pois explora uma debilidade da crítica de Krassó, pois o pensador húngaro afirmara que Trotsky dava pouca importância aos aspectos políticos em suas análises dos acontecimentos: “O equívoco da afirmação de Krassó encontra-se assentado em uma concepção da política que primeiro restringe esta a suas instituições para depois reduzi-las a uma única: o partido. Seu argumento tem como pressuposto um reducionismo institucionalista. Ora, para o marxismo a política é o espaço dos conflitos pela apropriação do poder político e, portanto, as instituições que compõem esse espaço são de grande relevância, muito embora elas não o preencham completamente” (BIANCHI, 2013, p. 53).

Bolchevique, homens como Zinoviev, Bukharin e Stalin se tornaram dirigentes importantes da organização e ganharam a confiança de Lenin. Todavia, Moniz atribuía a essa diferença outro significado histórico, pois o distanciamento entre Trotsky e o bolchevismo até 1917 não era uma consequência da suposta ausência de reflexão sobre o partido revolucionário, tampouco ocasionara a sua derrota nas disputas com Stalin após a morte de Lenin. O jornalista dá a entender que a menor identificação entre Trotsky e o bolchevismo explicava as trajetórias diversas dos líderes que, em algum momento, se opuseram ao stalinismo. Ao lado do parágrafo sobre o período no qual Trotsky se manteve distante do bolchevismo, escreveu: “Isto explica porque Z. e B. se submeteram ao Partido e T. reagiu e lutou até o fim contra o stalinismo”. A anotação, além da demarcação sobre a adesão tardia de dirigentes como Zinoviev e Bukharin à oposição, também pode conter um indício sobre o raciocínio adotado por Moniz para explicar as confissões da velha guarda bolchevique.

No final da década de 1930, Trotsky foi questionado por um jornalista britânico acerca das razões que levavam os dirigentes às confissões de todos os tipos de conspirações, das pequenas ações de sabotagem às mais fantasiosas. O jornalista queria saber se o bolchevismo criara, em seus líderes, uma fidelidade tal à estrutura e aos objetivos do partido que a confissão de crimes não cometidos era uma última contribuição à causa que repousava acima dos indivíduos. Trotsky, contudo, não pensava dessa maneira. Para ele, a explicação residia na submissão como última esperança de sobrevivência cultivada pelos processados e na destruição psicológica causada pelo terror político (PATENAUDE, 2014, p. 42-43).³⁸⁹ Mesmo sem o aval de Trotsky, a hipótese da “psicologia bolchevique” e da “última tarefa” dos heróis da revolução russa terminou difundida em livros como *O Zero e o Infinito*, que Moniz lera à época de sua publicação no Brasil.³⁹⁰ Ainda sobre a leitura da polêmica Krassó-Mandel, Moniz escreveu ao lado de um apêndice da obra, contestando que Trotsky fosse um homem “sem partido” até 1917: “Sem partido, não sem filiação às facções da social-democracia”.

Como parte da maior divulgação da obra de Trotsky no Brasil, também se deve destacar a publicação da obra de Isaac Deutscher no país. Em 1968, a Civilização Brasileira lançou os três volumes da biografia escrita pelo ex-militante trotskista polonês, *Ironias da*

³⁸⁹ Trotsky (16 jan. 1937) chegou a citar um conto de Edgar Allan Poe, “O Poço e o Pêndulo”, narrativa sobre um condenado pela Inquisição na Espanha que acorda amarrado sob uma lâmina que se deslocava em movimentos pendulares, aproximando-se do seu peito a cada deslocamento. O desespero do personagem, mesmo consciente que continuaria sob o jugo dos carrascos, o motiva a procurar um modo de escapar da engrenagem de suplício.

³⁹⁰ A mais importante contestação das versões sobre a lealdade ao partido como fundamento das confissões foi feita por Pierre Broué (2014, p. 373-374).

História, reunião de artigos sobre a política da União Soviética após Stalin e aspectos da história e desenvolvimento do movimento comunista, além de *A Revolução Inacabada*, transcrição de conferências do historiador sobre a revolução na Rússia.³⁹¹ As três obras foram comentadas por Moniz, em sua coluna, em textos que mostravam a avaliação positiva que tinha da obra de Deutscher. Para ele, a biografia de Trotsky, fruto de um intenso trabalho de pesquisa em jornais, documentos da polícia do regime anterior a 1917 e nos arquivos pessoais de Trotsky, parcialmente inéditos e abrigados em uma universidade nos Estados Unidos, restabelecia a verdade sobre o revolucionário e proporcionava um olhar para a história da Revolução Russa, sobre a qual não poderia se falar sem recorrer aos escritos de Deutscher (MONIZ, 17 mai. 1968, p. 2). Os três volumes da primeira edição da obra contêm, nas orelhas do livro, uma apresentação escrita por Moniz.

Ao tratar de *Ironias da História*, Edmundo Moniz chegou a atribuir a Deutscher o lugar de Trotsky como principal denunciante do desvio stalinista no processo revolucionário russo:

Depois do vazio que se fez com a morte de Trotsky, poucas eram as personalidades de renome que seriam capazes de ser ouvidas no mundo a fim de apontar a degenerescência stalinista. Victor Serge, informante valioso, apesar de não ser teórico, morreu subitamente logo depois de Trotsky, Isaac Deutscher, desde então, começou a desempenhar um papel de extraordinária importância como nenhum outro em sua geração, apesar das restrições que se pode fazer a sua obra. (MONIZ, 8 nov. 1968, p. 2).

Se Moniz pouco citava a sua tese que caracterizava a URSS como um Estado que encabeçava as tendências mais avançadas do capitalismo contemporâneo, sinalizando ter abandonado as ideias que desenvolvera nos anos 1940, ao tratar da obra de Deutscher, revelou outro elemento do seu balanço acerca da história do trotskismo. O autor polonês rompera com Trotsky por divergir da fundação da IV Internacional e Moniz se inclinava ao endosso da avaliação realizada por Deutscher no fim da década de 1930, quando este chegou a comunicar sua posição a Trotsky:

Isaac Deutscher, ao abandonar o Partido Comunista Polonês, em 1932, pelo seu anti-stalinismo, não se filiou a nenhuma organização partidária. Como outros pensadores, opôs-se à formação da IV Internacional. E o fez de viva voz numa visita a Trotsky. Advertiu-o em vão de que se estava lançando numa aventura estéril. Poderia atuar no exílio, à maneira de Marx, como já o fizeram em Prinkipo, escrevendo livros e se ocupando da política em geral, sem cair nos emaranhados da organização de uma nova Internacional para a qual não havia o amadurecimento histórico. Errado ou certo, Isaac Deutscher defendia este ponto de vista. Isto, porém, não o conduzia à

³⁹¹ Cabe o registro da publicação – também pela Civilização Brasileira – de *O judeu não-judeu e outros ensaios e Stalin: a história de uma tirania*, ambos lançados em 1970.

inatividade. Ao contrário, contribuía para torná-lo mais eficiente na obra de esclarecer ativamente a opinião pública mundial. O movimento operário tinha nele um conhecedor profundo de seus problemas que permanecia fiel à concepção marxista. (MONIZ, 8 nov. 1968, p. 2).

Anos depois, Moniz reafirmou a crítica à fundação da IV Internacional. Em *A originalidade das revoluções*, reservou um único comentário à iniciativa de Trotsky, afirmando que ele “perdeu muito tempo na luta entre as facções que formavam a IV Internacional, como notava Isaac Deutscher, em lugar de continuar a obra de esclarecimento histórico e doutrinário” (MONIZ, 1987, p. 110). A postura do jornalista diante das obras de Deutscher destoam das críticas feitas ao autor por militantes e organizações trotskistas. Na década de 1940, nos Estados Unidos, a recepção das obras de Deutscher causou intenso debate nas fileiras do *Socialist Workers Party*. Por um lado, a maioria do partido rechaçou as posições do historiador, pois Deutscher, embora lamentasse a violência política, teria tratado o stalinismo como uma ditadura progressista, realizadora de uma revolução pelo alto, que expandiu a base econômica soviética para os países do Leste europeu após a Segunda Guerra Mundial. Como demonstram Laura Catena e Constanza Bosch Alessio (2014), um setor do SWP, desejoso de se aproximar das organizações sindicais dirigidas pelos stalinistas, viu, na obra de Deutscher, uma “ponte” para justificar uma linha política de diálogo com os comunistas alinhados à Moscou. Com a publicação da biografia de Trotsky, o terceiro volume da obra foi o mais combatido pela direção do SWP, pois o autor discordava da caracterização da URSS como “Estado operário degenerado” e desagradou os trotskistas estadunidenses pela representação das polêmicas envolvendo o partido estadunidense nos últimos anos da vida de Trotsky. O historiador trotskista Jean-Jacques Marie (2010, p. 65) chamou Deutscher de “companheiro de viagem” do stalinismo³⁹² e Osvaldo Coggiola, mesmo classificando a biografia sobre Trotsky como “um dos maiores trabalhos historiográficos do século XX” (COGGIOLA, 2008, p. 148), destacou o pequeno espaço dedicado à IV Internacional, consequência do desprezo do autor pela iniciativa.

Os pontos de encontro entre Trotsky e Moniz, ao longo de 1968, não ficaram restritos à leitura da obra do revolucionário russo ou à difusão de trabalhos que jogavam luz sobre a sua trajetória. Segundo relato da década de 1980, o jornalista escrevia uma biografia de Trotsky quando a polícia, após o AI-5, invadiu seu apartamento e apreendeu o material (O ESTADO DE S. PAULO, 17 ago. 1980, p. 120). A matéria do jornal é a única referência ao

³⁹² Em *Literatura e Revolução*, Trotsky (1969, p. 56-57) chamava de “companheiros de viagem” os escritores que se encontravam entre a arte burguesa formada pelo regime do Czar e a nova arte oriunda da Rússia revolucionária, que ainda não nascera. Essa “arte de transição” aceitava a revolução e simpatizavam com ela, mas não era produto da nova sociedade.

livro que estaria sendo escrito, mas é possível levantar a hipótese que Moniz preparava uma edição para a editora José Álvaro, que, em 1968, lançou uma versão “vida e obra” sobre Karl Marx, escrita por Leandro Konder, e pretendia seguir o modelo com a publicação de um livro sobre Lenin, de autoria de Moniz Bandeira. A obra sobre o líder bolchevique foi apreendida na gráfica que preparava sua impressão e só ganharia a primeira edição em 1978.³⁹³

Trotsky e Isaac Deutscher dividiram espaço com a atenção que Moniz dedicou aos autores identificados com o marxismo ocidental. Em um ensaio clássico sobre a história do marxismo no século XX, Perry Anderson (2004) abordou o processo de esgotamento da segunda geração de marxistas, da qual Lenin, Bukharin, Trotsky e os austromarxistas faziam parte. A cisão na II Internacional provocada pelos debates envolvendo a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, o stalinismo, puseram fim à estreita relação existente entre teoria e prática dos líderes da social-democracia na Europa, situados em sua maioria ao leste de Berlim. Entre 1918 e 1968, foi formada uma nova geração de marxistas, com destaque para a França, Itália e Alemanha como novos centros de produção teórica. A mudança, entretanto, não foi apenas geográfica, pois a elaboração teórica dessas décadas deixou a economia e a política como eixos secundários de reflexões cada vez mais voltadas para a filosofia e cultura. Os elos entre a geração marcada pela vitória da Revolução Russa e os pensadores radicados nos ambientes universitários foram Karl Korsch, György Lukács e Antonio Gramsci, importantes dirigentes políticos de suas organizações, mas levados ao isolamento pelas disputas internas aos seus partidos ou, no caso de Gramsci, pela repressão fascista (ANDERSON, 2004, p. 50-51).³⁹⁴

O primeiro livro de Karl Korsch publicado no Brasil foi *Marxismo e filosofia*, em 2008; Lukács teve divulgação mais ampla e, já na década de 1960, intelectuais vinculados ao PCB, notadamente Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e José Chasin, contribuíram para a tradução e publicação de textos do filósofo húngaro. Assim, em 1965, sob a coordenação de Leandro Konder, a Civilização Brasileira publicou a coletânea de artigos de Lukács *Ensaio sobre literatura*, seguida por *Marxismo e teoria da literatura* (1968) e *Introdução a uma estética marxista* (1968). As editoras Senzala e Brasília lançaram, respectivamente, *Existencialismo ou marxismo?* (1967) e *Realismo crítico hoje* (1969),

³⁹³ Moniz Bandeira (2017, p. 12-13) esclareceu a história da publicação de *Lenin: vida e obra* em um prefácio escrito para a edição de 2017.

³⁹⁴ Korsch e Lukács se opuseram, nos anos 1920, às teses da Internacional Comunista. Korsch foi expulso em 1926, enquanto Lukács se retratou e se recolheu às atividades de crítica literária e elaborações no âmbito da filosofia. Sobre Korsch e Lukács, ver Perry Anderson (2004) e a apresentação escrita por José Paulo Netto (2008) à edição de *Marxismo e filosofia*.

enquanto a Paz e Terra reuniu algumas entrevistas concedidas pelo filósofo no livro *Conversando com Lukács* (1969).³⁹⁵

A única referência feita por Moniz à obra de Lukács, em 1968, se encontra em um texto sobre a publicação, no Brasil, do livro *Questão de método*, de Jean-Paul Sartre, introdução à *Crítica da razão dialética*, publicado na França em 1960. Em certa medida, Sartre tentava justificar filosoficamente a afinidade entre existencialismo e marxismo, consequência de sua adesão às ideias de Marx, iniciada décadas antes e consolidada nos anos 1960. A compatibilidade entre existencialismo e marxismo, entretanto, era motivo de polêmica. Lukács, no contexto do pós-Segunda Guerra, escreveu dois trabalhos sobre o existencialismo. O mais robusto deles, *A destruição da razão*, situava o existencialismo como manifestação filosófica do irracionalismo que pregava um terceiro caminho em oposição ao capitalismo e ao socialismo, mas que terminava por justificar o desvio do enfrentamento da exploração sobre os trabalhadores. No caso da Alemanha, o existencialismo “acabou por adequar-se à concepção hitleriana do mundo” (NETTO, 1978, p. 20), mas sua vertente francesa era progressista e ganhara espaço pelas suas posições ao lado da resistência contra a ocupação nazista. Diante disso, Lukács escreveu *Existencialismo ou Marxismo?*, em 1946, no qual divergia da avaliação que Sartre fazia do marxismo e do uso de categorias como “liberdade” na obra do francês, condenando o existencialismo tal qual se desenvolvia na França e defendendo a incompatibilidade entre a corrente filosófica e o marxismo. Mais de uma década depois, Sartre retomou em *Questão de método* e *Crítica da razão dialética* parte dos argumentos de Lukács.

O que interessava Moniz, na polêmica entre os existencialistas e Lukács, não era a questão da adequação do existencialismo ao marxismo, mas os embates entre Sartre e Lukács acerca da URSS e do marxismo dominante à época da Segunda Guerra. Em *Existencialismo ou Marxismo?*, Lukács atribuía equívocos a Merleau-Ponty, por considerá-lo sob influência do trotskismo, defendia os processos de Moscou, pois estes provariam “a essência mesma do trotskismo, da traição em relação à revolução” (LUKÁCS, 1979, p. 201), e cobrava dos intelectuais um posicionamento definitivo acerca da União Soviética:

Há cem, ou mesmo cinquenta anos, uma profissão de fé socialista determinava, num intelectual, uma verdadeira revolução de toda a marcha de seu pensamento. Mas numa época como a nossa, em que o socialismo tem atrás de si trinta anos de história real, uma profissão de fé abstrata pelo objetivo final do socialismo não quer

³⁹⁵ O melhor balanço da difusão das obras de Lukács no Brasil foi feito por Celso Frederico (1995), em artigo que também detalha a publicação das ideias do filósofo húngaro na imprensa comunista após 1956 e a produção intelectual inspirada por Lukács.

dizer mais nada. A escolha diante da qual nossa realidade social coloca o pensador honesto, a “situação” na qual se encontra, é a seguinte: é necessário tomar posição face ao socialismo tal como é, tal como nasceu e como se desenvolve na União Soviética. (LUKÁCS, 1979, p. 201-202).

Foi a validade da crítica de Sartre ao marxismo de seu tempo que Moniz destacou em sua coluna, chamando-as de “inteligentes, justas e precisas” (MONIZ, 1 mar. 1968, p. 2). Lukács havia sido fiel ao que exigira dos pensadores franceses, pois, após ser derrotado duas vezes em disputas no interior do PC húngaro, durante a década de 1920, realizou uma autocrítica e deixou as funções dirigentes no movimento comunista, sem romper com o partido (NETTO, 1983, p. 47). Mesmo comprometido com a concepção da universalidade do modelo soviético, para o qual não haveria alternativa, e reproduzindo as acusações de agentes da contrarrevolução dirigidas aos críticos e opositoristas da cúpula soviética, Lukács não obteve prestígio político e intelectual dentro do marxismo “oficial”, tanto que, com o processo de desestalinização promovido em meados da década de 1950, o filósofo húngaro foi visto como elemento de renovação política e se tornou ministro do governo de Nagy, derrubado pelos russos em 1956 (KONDER, 1980, p. 92-93).³⁹⁶ A conflituosa relação de Lukács com o stalinismo é citada por Moniz, para quem importavam mais as manifestações de alinhamento do filósofo com o stalinismo:

Com muito êxito, Sartre responde às críticas de Lukács, cujos argumentos facilmente destrói. Mas não é grande vitória mostrar as inconseqüências gritantes de Lukács, sobretudo depois da desestalinização que o levou a um confucionismo sem remédio. Lukács procura descartar-se do stalinismo sem descartar-se de suas velhas ideias, pretendendo harmonizar o que disse no passado com o que diz presentemente. Seus erros de hoje não são menores do que seus erros de ontem. Continua, como no tempo de Stalin, embora sob outra forma, a falsificar o marxismo. (MONIZ, 1 mar. 1968, p. 2).

A argumentação de Lukács sobre o passado recente do marxismo e da União Soviética estava fresca na memória de Moniz, pois a “Carta sobre o stalinismo”, escrita pelo filósofo e publicada, originalmente, em 1963, foi divulgada no Brasil em um caderno especial da *Revista Civilização Brasileira*, no final de 1967, em alusão aos 50 anos da Revolução Russa. A avaliação que Lukács realizou da condução política de Stalin manteve severas críticas a Trotsky que, segundo o autor da carta, não poderia ser reabilitado de seus equívocos políticos e cujas ideias teriam “ligações estratégicas bastante estreitas” (LUKÁCS, 1977, p. 4) com políticas despóticas de Stalin. Essa e outras passagens que reiteram a defesa da tese do socialismo em um só país ou a afirmação de que o encontro com Trotsky deixara a impressão de que este teria “levado ao ‘culto da personalidade’ em forma pior do que Stalin” (LUKÁCS,

³⁹⁶ Para um balanço sobre a obra de Lukács e suas relações com o marxismo, ver Nicolas Tertulian (2021).

1977, p. 4), permitem concluir que o documento não tornou Lukács uma referência vista com simpatia por Moniz. O distanciamento prosseguiu e *A originalidade das revoluções* praticamente ignorou a obra de Lukács.

Melhor recebido por Moniz foi Antonio Gramsci. O militante do Partido Comunista Italiano foi tema de um texto que não tratava especificamente de nenhum dos livros então recentemente publicados no Brasil, mas abordava aspectos gerais de sua biografia. O jornalista, entretanto, citava as obras lançadas na segunda metade da década de 1960, inaugurando a circulação dos escritos de Gramsci no Brasil:

A obra de Gramsci, até pouco tempo, era quase desconhecida no Brasil. Só recentemente é que foram traduzidos para o idioma português *Maquiavel, a política e o Estado moderno, Os intelectuais e a organização da cultura, Cartas do cárcere e Concepção dialética da história* (Editora Civilização Brasileira), onde se pode ver a valiosa contribuição que ele trouxe ao pensamento moderno. (MONIZ, 6 dez. 1968, p. 2).³⁹⁷

Moniz demonstrava, nessa e outras ocasiões, respeito intelectual e político por Gramsci, característica, de certo modo, oriunda do trotskismo brasileiro. Na investigação de Lincoln Secco (2000) acerca da “pré-história” da recepção das obras de Gramsci no Brasil, o historiador registra a proximidade dos trotskistas com as primeiras menções a Gramsci no Brasil. Em 1931, o nome de Gramsci apareceu de forma positiva em uma nota de rodapé do livro *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, com textos de Trotsky e tradução de Mário Pedrosa. Outra referência importante foi feita pelo jornal *O Homem Livre*, que publicou uma denúncia das condições às quais Gramsci fora submetido na prisão (SECCO, 2000, p. 17). O autor da nota no jornal antifascista foi Goffredo Rosini, trotskista italiano que teria conhecido Gramsci anos antes de residir no Brasil. As informações sobre Rosini são incertas, como demonstra Lincoln Secco, mas ficou a versão, transmitida por Fúlvio Abramo, de que Rosini presenciara “duras críticas” de Gramsci às políticas da III Internacional (SECCO, 2000, p. 18). Moniz reforçava, em seu artigo, o sentido atribuído a Gramsci como crítico do stalinismo, utilizando, para isso, o episódio da carta de 1926, na qual o pensador italiano manifestara divergências com a condução da luta política pela maioria dos dirigentes da URSS:

Gramsci manteve sempre toda a independência pessoal no campo ideológico e político. Não conheceu submissão. Apesar de divergir de Bordiga, com quem fundara o Partido Comunista italiano, cujas posições considerava radicais, manifestou-se ao mesmo tempo que ele, ambos presos por Mussolini, ao lado de

³⁹⁷ Além dos títulos citados, a Civilização Brasileira publicou *Literatura e vida nacional* (1968).

Trotsky contra Stalin. Do cárcere, enviou a Moscou uma declaração neste sentido. Mas Togliatti, representante do partido na Executiva do Comintern, tratou de ocultá-la. Em 1961, Isaac Deutscher pediu publicamente, pela imprensa italiana, que Togliatti explicasse a questão. Togliatti, com a sua conhecida falta de caráter, não respondeu a Deutscher. Declarou, porém, através de um amigo de ambos, que Gramsci insistira com ele, em 1926, para não envolver o partido italiano na luta interna do partido russo. Disse também que a carta de Gramsci chegou a Moscou. Mas Bukharin aconselhou a não torná-la conhecida sob a alegação que haveria uma trégua interpartidária. Togliatti aceitou a sugestão. Desta forma, por muitos anos, manteve na ignorância a posição de Gramsci. (MONIZ, 6 dez. 1968, p. 2).

O episódio ao qual Moniz se refere aconteceu em outubro de 1926, às vésperas do XIV Congresso do PCUS, quando a oposição, naquele momento formada por Trotsky, Zinoviev e Kamenev, confrontou o grupo de Stalin. Na ocasião, Gramsci enviou uma carta ao partido russo, por intermédio de Palmiro Togliatti, principal dirigente comunista italiano e alinhado à maioria constituída por Stalin na Internacional Comunista. A mensagem reiterava o seu apoio à política dos dirigentes russos contra a oposição, repetindo as divergências que o italiano tivera com outras propostas e teses de Trotsky, caso da polêmica em torno da construção do socialismo em um só país e do rechaço à militarização do trabalho, defendida por Trotsky no contexto da guerra civil, e recebida por Gramsci como elemento de um processo mais amplo.³⁹⁸ Contudo, a carta continha um alerta sobre a unidade do partido russo, considerada de grande importância por Gramsci no desenvolvimento do movimento comunista internacional e cuja manutenção seria uma responsabilidade de todos os grupos em disputa. Assim, se Trotsky, Zinoviev e Kamenev são tratados como o setor potencialmente dissidente, Gramsci adverte para a condução da disputa pela maioria dirigente, que não poderia trocar a unidade partidária por uma vitória esmagadora, pois a divisão do partido se transformaria na divisão do Estado (PONS, 2017, p. 100-101). Em 8 de novembro daquele ano, poucos dias após escrever a mensagem, Gramsci foi preso pelo governo fascista (FIORI, 1979, p. 265).

O conteúdo da carta não coincidia com o exposto por Moniz em 1968, mas Togliatti também considerou o documento favorável aos opositoristas, pois Gramsci priorizara o problema da unidade partidária em detrimento da linha política. Assim, respondeu a seu companheiro de partido cobrando adesão completa às teses da maioria, exigência à qual Gramsci, de fato, não se submeteu.

A citação ao episódio, ainda que feita de modo equivocado, pois Gramsci não se manifestou em apoio a Trotsky contra Stalin, servia para contestar a imagem construída pelos partidos comunistas sobre o líder político italiano. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o

³⁹⁸ Sobre a polêmica envolvendo a militarização do trabalho na URSS, ver José Eudes Baima Bezerra (2020).

nome de Gramsci se tornou mais frequente na imprensa comunista brasileira, mas o estudo sistemático de suas ideias inexistia e ele acabou reduzido a emblema moral da linha política do PCB: “é contrário ao trotskismo, é homem de partido, propugnador de alianças com forças sociais e políticas não-proletárias” (SECCO, 2000, p. 20). A carta de 1926 não o transformava em opositor, mas desfazia o mito do mártir totalmente alinhado à direção stalinista. Quando Moniz escreveu o seu texto em 1968, o culto a Stalin deixara de compor o cotidiano das organizações comunistas, mas o jornalista demonstrava interesse em disputar o legado da obra do pensador italiano, objetivo que persistia quando do lançamento de *A originalidade das revoluções*. No capítulo sobre o movimento operário na Itália, Moniz retomou a história da mensagem ao PCUS, mas descreveu o conteúdo da carta de outra forma:

No dia 14 de outubro de 1926, quando chegava ao auge, dentro da Internacional Comunista, a luta entre o bloco Stalin-Bukharin e o bloco Trotsky-Kamenev-Zinoviev, Gramsci escreveu uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética pregando a unidade e tomando uma posição equidistante dos dois blocos em luta. Nesta carta, apesar de criticar Trotsky, Zinoviev e Kamenev por não quererem submeter-se à decisão da maioria do Comitê Central, afirmava que eles tinham um papel importante na revolução e que não podia deixar de considerá-los como mestres. (MONIZ, 1987, p. 149).³⁹⁹

A mudança na versão apresentada por Moniz provavelmente se explica pelo fato dele não ter tido acesso direto ao conteúdo da carta até o fim da década de 1970, quando a biografia de Gramsci, escrita pelo jornalista de esquerda Giuseppe Fiori e repetidamente citada pelo jornalista, foi publicada no Brasil⁴⁰⁰ e reproduziu os trechos mais importantes da mensagem ao PCUS.

Diferentemente das outras vezes em que combateu versões da história difundidas pelo comunismo soviético, debateu os rumos da URSS ou abordou temas ligados à teoria marxista, Moniz passou a desvincular tais questões dos problemas nacionais. Se antes o combate ao stalinismo era diretamente vinculado à posição política que devia ser adotada no Brasil, agora a experiência revolucionária do século XX ficava reduzida à discussão dos livros e da história, seguindo a divisão dos textos de Moniz que apareciam no *Correio da Manhã*. Na sexta página, os artigos contra a ditadura, no Segundo Caderno, a teoria marxista e a história do movimento operário. Por um lado, tal postura pode ser atribuída ao caminho percorrido por

³⁹⁹ Em outro trecho, Moniz complementa: “Apesar de julgar que Trotsky deveria submeter-se à decisão da maioria do Comitê Central do Partido Comunista Russo, evitando a cisão, chamava-o de “mestre”, e condenava, como “medida excessiva”, a sua expulsão do partido” (MONIZ, 1987, p. 155).

⁴⁰⁰ Encontramos, na mesma livraria na qual estavam alguns livros que pertenceram a Moniz, um exemplar de *A vida de Antonio Gramsci*. As marcações a lápis se assemelham às encontradas nos demais livros, bem como a grafia, que analisada superficialmente, também aparenta coincidir com a apresentada por Moniz anteriormente. No entanto, pela ausência de assinatura, não é possível afirmar com segurança que o livro pertenceu a Edmundo Moniz.

ele em direção à busca, na situação brasileira, por traços específicos que compusessem a originalidade da sua revolução. Por outro, era uma consequência do deslocamento do “marxismo ocidental” em direção à filosofia e crítica da cultura. Distante da política, o marxismo caíra na página da crítica literária pela qual Moniz era o responsável em 1968.

Essa dinâmica se repetiu na abordagem sobre outros autores cujas obras desembarcavam no Brasil. Louis Althusser foi um deles. Em 1967, a Editora Zahar publicou *Análise crítica da teoria marxista*, nome dado, no Brasil, ao livro *Pour Marx*, lançado originalmente na França, em 1965, e composto por artigos de Althusser, dentre os quais fora levantada uma das principais questões do filósofo, que argumentava haver um “corte epistemológico” na obra de Marx, separando um jovem idealista de um cientista maduro (DOSSE, 1993, p. 172). Como destacou Moniz, a polêmica se estabeleceu, em parte, ao redor do impacto da difusão dos “Manuscritos de 1844”, textos da juventude de Marx e publicados na União Soviética em 1932 após o trabalho de organização realizado por David Riazanov:

Althusser não aceita os Manuscritos de 1844, de Karl Marx, como documento válido para a interpretação do marxismo. Para ele, existe um Marx marxista e um Marx não-marxista. O Marx não-marxista é o Marx da mocidade. Sua obra de 1840 a 1844 está nessa fase. A obra marxista de Marx, ele divide em três períodos: o da cesura epistemológica, 1845, do rompimento de Marx com sua obra de mocidade, o da maturação, 1845-1857, e o da maturidade, 1857-1883. Por que esta divisão arbitrária? Por que quatro períodos e não cinco, seis ou dez, tantas quantas foram as obras de Marx? [...] Althusser estabelece esta divisão para contestar a validade ideológica da alienação e do humanismo como Marx apresenta nos Manuscritos de 1844 e em outras obras da época: A crítica da filosofia do direito de Hegel e A sagrada família. (MONIZ, 22 fev. 1968, p. 2).

Um dos artigos de Althusser, “Marxismo e Humanismo”, esclarecia a posição do autor, que caracterizava o pensamento do jovem Marx como subordinado ao humanismo, próximo de Kant e distante de Hegel. Segundo ele, a filosofia que sustentava a produção teórica e a atuação política de Marx tratava a liberdade e a razão como a essência do homem, formando uma concepção ideológica que se chocava com o caráter científico que Althusser entendia existir no materialismo histórico (ALTHUSSER, 1966, p. 215-216).⁴⁰¹ As teses de Althusser se chocavam com um destacado intelectual do PCF, Roger Garaudy, defensor de um enfoque humanista do marxismo, o qual se diferenciaria da noção idealista de “essência” e

⁴⁰¹ Sobre os Manuscritos de 1844, ver a abordagem de José Paulo Netto (2020, p. 100), Michael Löwy (2002) e István Mészáros (2006). No Brasil, o estudo dos textos do jovem Marx foi realizado ainda na década de 1960 por José Arthur Giannotti (2010) e a mais famosa obra de enfrentamento às ideias de Althusser no Brasil foi escrita por Carlos Nelson Coutinho no início da década de 1970: *O estruturalismo e a miséria da razão*. Um contraponto às críticas ao tratamento dado por Althusser à questão do humanismo foi feito por João Quartim de Moraes (2014) e Décio Saes (1998) escreveu sobre o impacto da obra do filósofo francês no Brasil.

do individualismo comumente atribuído aos anarquistas.⁴⁰² O embate entre os dois pensadores, no interior do PCF, terminou com a resolução oficial em favor das ideias de Garaudy e o humanismo foi confirmado como chave de leitura do marxismo. No ambiente universitário, entretanto, Althusser venceu (DOSSE, 1993, p. 333).

Moniz não concordava com a tese do “corte epistemológico” apresentada por Althusser e se aproveitava de comentários de Marx sobre os seus escritos de juventude para contestar o filósofo francês:

Mais do que Althusser, tem Marx autoridade para julgar as obras de sua juventude. Em abril de 1867, no ano da publicação d'O Capital, Marx, em carta para Engels, diz que, relendo A sagrada família, vira que nada tinha para envergonhar-se desta obra. Achava apenas divertido o entusiasmo por Feuerbach. Mais tarde, em 1875, no prefácio da segunda edição d'O Capital, relata que já fizera, há trinta anos, a crítica de Hegel. Isto é uma confirmação e não uma retificação do que escrevera na mocidade. (MONIZ, 22 fev. 1968, p. 2).

Sua crítica às posições divulgadas em *Análise crítica da teoria marxista* não se restringia às ponderações sobre o jovem Marx. Moniz cobrava de Althusser um entendimento distinto sobre o stalinismo. Segundo o jornalista, Althusser, apesar de integrar o coro contra a violência política e o culto à personalidade na URSS, tratava “Stalin como um continuador de Marx, Engels e Lenin” (MONIZ, 22 fev. 1968, p. 2). Assim, “no seu stalinismo ideológico, está a razão de sua recusa do humanismo de Marx. Para Marx, o socialismo é feito para o homem e não o homem para o socialismo. Isto não poderia adaptar-se à concepção totalitária de Stalin” (MONIZ, 22 fev. 1968, p. 2).⁴⁰³ François Dosse (1993) insere o stalinismo como problema para Althusser por outro viés. Para ele, a perspectiva estruturalista apresentada pelo filósofo permitia uma renovação do marxismo na França que não punha em risco a caracterização da União Soviética como país de economia socialista, pois a autonomia da infraestrutura permitiu que a base econômica fosse preservada das questões ideológicas e políticas (DOSSE, 1993, p. 339-340). Norman Geras (2001) situou a análise do stalinismo entre os exemplos para os quais o modelo teórico althusseriano pouco produziu quando posto em movimento. Dessa forma, “Althusser nada teve de importante a dizer: de um lado, declarações sem fundamentação e críticas, cheirando a evasão e a apologia; de outro, uma

⁴⁰² Poucas semanas antes do comentário sobre Althusser, Moniz escreveu sobre Garaudy, que teve *Marxismo no século XX* lançado no Brasil um ano antes, pela editora Paz e Terra. O jornalista criticou o balanço que o pensador francês fazia do stalinismo, pois embora ele admitisse o equívoco da adesão às ideias do marxismo oriundo da Rússia de Stalin, afirmava que “se tivesse de viver novamente o passado tornaria a cometer os mesmos erros por não haver outra opção” (MONIZ, 8 fev. 1968, p. 2). Não obstante, Moniz considerava a obra de Garaudy “uma das melhores contribuições modernas à filosofia marxista” (MONIZ, 8 fev. 1968, p. 2).

⁴⁰³ Moniz (25 out. 1968, p. 2) voltou ao tema de Althusser em um artigo no qual comentava o lançamento do livro *Debate sobre o estruturalismo* (1968), particularmente a partir do texto do marxista francês Henri Lefebvre que integrava a obra.

explicação surpreendentemente trivial em termos de economicismo – e de humanismo” (GERAS, 2001, p. 10).

Apesar da difusão do althusserianismo, Moniz percebeu que a “filosofia da moda” (MONIZ, 27 set. 1968, p. 2) na Europa e nos Estados Unidos baseava-se na recepção da obra de Herbert Marcuse, filósofo alemão que compôs, com Theodor Adorno e Max Horkheimer, a base da chamada Escola de Frankfurt.⁴⁰⁴ Marcuse chegou a fazer parte do Partido Social-Democrata Alemão, na década de 1910, mas rompeu com a organização em resposta à postura dos socialistas diante da Revolução Alemã. Afastado da militância partidária, passou a integrar o Instituto de Pesquisas Sociais, em 1932, aproximação fundamental para que o filósofo afastasse a sua interpretação marxista da fenomenologia heideggeriana e se voltasse para Hegel e, mais tarde, para a psicanálise. Nos anos 1960, suas ideias eram atraentes para a juventude das economias centrais do globo, que viveram os “trinta gloriosos”, período de crescimento econômico e conquistas da classe trabalhadora. O frankfurtiano se encaixava entre as leituras alternativas da obra de Marx, da qual valorizava os “Manuscritos de 1844”, e levantava questões sobre o capitalismo que extrapolavam a exploração dos trabalhadores pela burguesia, aspecto capaz de seduzir setores de esquerda que consideravam estar adormecido o ímpeto revolucionário dos operários das grandes economias.

No Brasil, a afinidade da obra de Marcuse com a nova esquerda saída das dissidências do PCB era, no mínimo, improvável,⁴⁰⁵ mas a publicação dos seus escritos no país foi um importante movimento editorial entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970.⁴⁰⁶ Em

⁴⁰⁴ Por Escola de Frankfurt entendemos a matriz de pensamento desenvolvida ao redor do Instituto de Pesquisas Sociais, fundado em 1923 por iniciativa de Max Horkheimer, Friedrich Pollock e Felix Weil, este último responsável pela ideia de criar uma estrutura para fomentar pesquisas e por viabilizar financeiramente o Instituto (JAY, 2008, p. 41). Com a ascensão do nazismo na Alemanha, o Instituto de Pesquisas Sociais foi transferido de Frankfurt para Genebra, e mais tarde para os Estados Unidos.

⁴⁰⁵ É comum encontrarmos referências à chegada das ideias de Marcuse ao Brasil e a problemática combinação de suas teses à esquerda que se preparava para a luta armada. Paulo Arantes (2021, p. 212-213) escreveu que as obras de Marcuse tiveram maior repercussão na juventude radicalizada que entrada nas universidades através dos professores, porém, a nova esquerda simpatizava com Marcuse enquanto se preparava para pegar em armas objetivando uma revolução proletária. Carlos Nelson Coutinho, destaca a leitura “apressada” de Marcuse pela esquerda brasileira, que o incluía entre as novas referências de um marxismo alternativo à leitura pecebista da realidade, autores “com os quais pouco ou nada tinha em comum” (COUTINHO, 2011, p. 75). No início da década de 1970, a obra de Marcuse aparece mais vinculada à contracultura, divulgada, por exemplo, na coluna de Luiz Carlos Maciel em *O Pasquim* (COUTINHO, 2011, p. 77).

⁴⁰⁶ Além de *A ideologia da sociedade industrial*, a Editora Zahar publicou *Eros e Civilização* (1968), *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade* (1972) e *Contra-revolução e revolta* (1973). Pela editora Saga foram lançados *O marxismo soviético* (1969) e *Razão e Revolução* (1969); a Paz e Terra publicou *O fim da utopia* (1969) e a Editora Tempo Brasileiro lançou *Materialismo histórico e existência* (1968). Não demorou muito para interpretações da obra de Marcuse chegarem às livrarias brasileiras. José Guilherme Merquior escreveu *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* (1969) e a Editora Cultrix publicou *As ideias de Marcuse* (1970), do filósofo britânico Alasdair Macintyre.

1967, a Editora Zahar publicou *A ideologia da sociedade industrial*, que teve a questão principal bem resumida por Daniel Bensaid:

Herbert Marcuse punha a questão de saber se ainda era possível “quebrar o círculo vicioso da dominação”. Em outros termos, era como se perguntar se a revolução ainda era possível nos países capitalistas desenvolvidos, onde se cumpria “a forma pura da dominação”. A classe operária, ligada desde então ao sistema de necessidades, “mas não à sua negação”, parecia ter que perder na “sociedade de abundância” toda a sua capacidade subversiva. (BENSAID, 2013, p. 27).

O desenvolvimento da tecnologia, alcançado nas economias centrais do capitalismo, segundo Marcuse (1973), alterou profundamente as características da classe trabalhadora, composta por menos operários e menos autônoma diante da crescente importância do maquinário como elemento do processo de produção de valor. Como consequência, o marxismo teria de se confrontar com dúvidas acerca da teoria da mais-valia e do lugar da classe trabalhadora como negação da exploração capitalista, pois Marcuse entendia que a integração ao capitalismo tecnológico não era mera questão de consciência (MARCUSE, 1973, p. 23-24). Para Daniel Bensaid (2013, p. 28), os problemas dos países industrializados abordados por Marcuse estavam presentes em outras obras da época, caso de *A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord, e *A vida cotidiana no mundo moderno*, de Henri Lefebvre. Juntos, esses autores discutiam “o que poderiam ser os novos lares e os novos autores da subversão” (BENSAID, 2013, p. 29). A sugestão de Marcuse, diante da base popular que julgava ter se tornado conservadora, era compreender o sujeito revolucionário no “substrato dos párias e estranhos, dos explorados e perseguidos de outras raças e de outras cores, os desempregados e os não empregáveis” (MARCUSE, 1973, p. 235).

A conclusão do filósofo sobre a classe operária era o ponto fundamental da divergência de Moniz com suas ideias. O jornalista chamou-o de “revisionista”, tal qual Eduard Bernstein, pois não conseguia disfarçar o alcance das modificações que propunha às teses e conclusões de Marx:

Em sua teoria da sociedade afluyente, Marcuse admite a coexistência do Estado do Bem-Estar com o Estado Beligerante, a simultaneidade da paz e da guerra com a opulência social. Esta sociedade será capaz de atender às necessidades individuais através da forma pela qual é organizada. O proletariado, perdendo sua função de negatividade, em vista do melhoramento do nível de vida, do aumento da produtividade, do aligeiramento e redução do trabalho físico e pesado em favor das destrezas mentais, do encurtamento das horas de trabalho, já não desempenhará o papel revolucionário que lhe era atribuído, perdendo o aspecto mitológico com que utopicamente se apresentava nas ideias de Marx. A liberdade, adquirindo novo conceito, será devidamente neutralizada pela restrição e manipulação das necessidades. A sociedade tornar-se-á totalitária, independente da forma de governo,

pela unidimensionalidade do comportamento e do pensamento do homem atual. (MONIZ, 27 set. 1968, p. 2).

Edmundo Moniz não aceitava as teses de Marcuse, pois considerava que ele incorria no erro de descartar a ditadura do proletariado, único meio de enfrentar o problema da automatização e da liberdade. Assim, o autor teria replicado teses anarquistas, “o que serve para dar às suas ideias uma tonalidade revolucionária” (MONIZ, 29 nov. 1968, p. 2), mas não ultrapassava a função de “ideólogo da pequena burguesia” (MONIZ, 29 nov. 1968, p. 2), caracterização aparentemente inspirada pela posição de Karl Marx sobre Proudhon ao comentar a *Filosofia da Miséria*. Em uma longa carta de dezembro de 1846, Marx chamou Proudhon de “intérprete científico da pequena burguesia” (MARX, 1987, p. 143, tradução nossa)⁴⁰⁷ e Moniz, ao afirmar que Marcuse dialogava com teses proudhonianas e anarquistas, ponderava que “o seu revolucionarismo já não tem um sentido científico” (MONIZ, 29 nov. 1968, p. 2).

O sucesso das obras de Marcuse, portanto, estava amparado no “ecletismo filosófico” (MONIZ, 27 set. 1968, p. 2) que interessava à juventude de esquerda e aos intelectuais, após décadas de marxismo limitado pela política soviética. O melhor exemplo, entretanto, não era a suposta releitura de teses anarquistas, mas o diálogo entre Marx e a psicanálise proposto por Marcuse, objeto de interesse de Edmundo Moniz:

As ideias de Freud que, no começo da revolução, no tempo de Lenin e de Trotsky, eram aceitas e acatadas em seu aspecto científico, passaram a ser negadas e combatidas de uma forma estranhamente caprichosa. A psicanálise foi considerada uma concepção da cultura burguesa completamente divorciada da cultura materialista, que se afastara dos métodos objetivos da investigação da mente humana para cair no idealismo. (MONIZ, 27 set. 1968, p. 2).

A psicanálise, que chegou a receber apoio do Estado durante a década de 1920, sobretudo em projetos relacionados à pedagogia, foi severamente reprimida durante o auge do stalinismo.⁴⁰⁸ Ao longo dos anos de 1930, o regime cercou as atividades do movimento psicanalítico e “baniu oficialmente a psicanálise da União Soviética, que foi considerada ciência burguesa. Como consequência, Freud foi banido de livrarias e bibliotecas” (MANIAKAS, 2019, p. 136). A Escola de Frankfurt não seguiu o exemplo soviético da década de 1930 e vários intelectuais ligados ao Instituto de Pesquisas Sociais se interessavam

⁴⁰⁷ Do original: “intérprete científico de la pequeña burguesia” (MARX, 1987, p. 143).

⁴⁰⁸ A desconfiança com a psicanálise não era um traço exclusivo de Stalin. Apesar do apoio de Lenin e Trotsky ao movimento psicanalista russo, “para os homens influentes no Partido que não tinham quase que nenhum conhecimento direto da teoria de Freud, a escola, com sua ênfase no sexo, pareceu suspeita e incompatível com o marxismo” (DEUTSCHER, 1968, p. 192). Entre os acadêmicos russos, a oposição às ideias de Freud era liderada por Ivan Pavlov.

por psicanálise, introduzindo-a na vida particular ou abordando-a teoricamente em seus trabalhos.⁴⁰⁹ Leandro Konder (1998) considera que Marcuse adotou, diante da psicanálise, o mesmo tom de reserva que possuía com o legado de Marx: “não lhe interessava aquilo que não contribuísse concretamente para o fortalecimento da crítica às instituições vigentes, da crítica à sociedade burguesa como um todo e aos seus mecanismos da alienação” (KONDER, 1998, p. 21). Para a análise da forma capitalista encontrada nos países industrializados, Marcuse tratava como imprescindíveis os questionamentos acerca do controle da liberdade sexual e categorias extraídas da psicanálise estruturavam a sua tese sobre o “homem unidimensional”.⁴¹⁰

O fato de Trotsky não ter desprezado as ideias de Freud⁴¹¹ contribuiu para que Moniz mantivesse o interesse pela psicanálise sem tratá-la como conflitiva com o marxismo. As referências à psicanálise começam na década de 1940, nos textos que escreveu para a revista *Carioca* e na sua coluna no *Correio da Manhã*. Naquele momento, as categorias freudianas aparecem com destaque em sua produção. Os clássicos da literatura, por exemplo, eram tidos como antecipadores das questões posteriormente teorizadas por Freud. Assim, Goethe representou, em *Os sofrimentos do jovem Werther*, o antagonismo entre a vida e a morte, Shakespeare, com *Romeu e Julieta*, dramatizou o “triunfo, sobre o ‘eu’, do impulso da morte desde que se desvanece as forças defensivas de Eros” (MONIZ, 22 jun. 1940, p. 8). O poema épico *A Ilíada*, para ele, tinha “a conquista física de Helena como eixo central, certamente que significa o perpétuo conflito entre o amor e a morte” (MONIZ, 22 jun. 1940, p. 8).

Enveredando pelos temas da psicanálise, Moniz fez uso do arcabouço teórico freudiano para escrever uma releitura do conto “Branca de Neve”, na qual os anões eram delírios da princesa, não havia magia no espelho e o rei era um reformista cujo desfecho foi a queda do trono orquestrada pelos nobres de sua terra. Como descreveu um jornalista da época, o rei e a rainha morreram no exílio, caluniados pelos historiadores oficiais, “solitários, abandonados e perseguidos. Os partidos dominantes os acusavam de feiticeiros e aliados do

⁴⁰⁹ Como registrou Martin Jay (2008), Max Horkheimer frequentava um analista, e Adorno escreveu sobre psicanálise e fenomenologia, mas o mais destacado autor a relacionar psicanálise e marxismo foi Erich Fromm, intelectual alemão cujas elaborações passaram a ser baseadas “menos em certos aspectos da obra freudiana e cada vez mais em achados psicológicos que o próprio Marx havia antecipado” (JAY, 2008, p. 137). A obra de Fromm também começou a ser publicada no Brasil na década de 1960, pela Editora Zahar.

⁴¹⁰ Sobre a psicanálise na obra de Marcuse, ver também Marília Mello Pisani (2004).

⁴¹¹ Na década de 1920, foram pelo menos duas manifestações mais contundentes de Trotsky em defesa da psicanálise. Em 1922, “escreveu uma carta a Pavlov, procurando justificar o freudismo e solicitando, com muito tato a Pavlov, que exercesse sua influência em favor da tolerância e liberdade de pesquisa” (DEUTSCHER, 1968, p. 193). Quatro anos depois, voltou ao tema, dessa vez publicamente e “protestou contra a desmoralização do freudismo ainda mais violentamente porque considerava a doutrina de Freud, como a de Pavlov, intrinsecamente materialista” (DEUTSCHER, 1968, p. 193).

demônio” (BARBOSA, 14 mar. 1942, p. 42). Politicamente derrotado, exilado e caluniado, Trotsky fora assassinado dois anos antes.

Anos depois, já no *Correio da Manhã*, Moniz escreveu um texto estabelecendo uma semelhança entre as posições de Hegel e Freud acerca da “vida instintiva”. Freud se encontraria próximo de Hegel pela concepção dialética da realidade, mas distante de Marx pela sua não adesão ao materialismo (MONIZ, 13 jun. 1948, p. 1). Contudo, a presença da psicanálise no universo intelectual de Moniz já estava em declínio. Sem desacreditar da afinidade entre as ideias de Freud e o marxismo, a exemplo do comentário sobre a obra de Marcuse, a forte presença das categorias freudianas nos textos de Moniz ficou restrita aos anos finais do Estado Novo.

4.5 O ÚLTIMO COMBATE DO CORREIO DA MANHÃ

A ditadura que perseguia editores, autores e livros certamente se incomodava com a profusão de ideias de esquerda circulando no país, mas não foi a atividade de crítico literário que marcou as relações de Edmundo Moniz com o regime naquele ano de 1968. Talvez, inconscientemente, o jornalista tratava de teoria e prática em cadernos diferentes do *Correio da Manhã* e foi, no espaço dedicado aos artigos de opinião, que acompanhou a dinâmica das crises políticas, os acontecimentos internacionais⁴¹² e abordou o caso Para-Sar, episódio que acentuou a atenção dos militares às suas atividades.

Em outubro de 1968, o deputado federal Maurílio Ferreira Lima (MDB-PE) subiu à tribuna da Câmara Federal para denunciar um plano envolvendo oficiais da Aeronáutica e uma unidade de paraquedistas, Para-Sar, responsável por operações de resgate. O *Correio da Manhã* reproduziu integralmente o discurso do parlamentar, que desencadeou uma crise nas semanas seguintes:

Há pouco tempo houve uma reunião com os componentes do PARASAR, envolvendo inicialmente os seus sargentos e posteriormente o seu corpo de oficiais. Foi na oportunidade relatado para os presentes o plano diabólico com que se pretendia deturpar a finalidade dessa corporação militar. [...] E esse uso, deturpação paradoxal dos objetivos da unidade, consistiria na infiltração nas passeatas de militares em trajes civis com a finalidade de promover agitação, levar populares à

⁴¹² Moniz escreveu uma vez sobre a revolta estudantil na França, afirmando que a revolução havia começado naquele país. O desfecho era incerto, pois De Gaulle tentava se manter à frente do Executivo assumindo compromissos com reformas, o Partido Comunista se preparava para fazer parte de um novo governo e o cenário de uma guerra civil não podia ser descartado (MONIZ, 28 mai. 1968, p. 6). Sobre a “Primavera de Praga”, escreveu um artigo condenando a invasão, consequência das disputas internas ao PCUS acerca do processo de desestalinização (MONIZ, 27 ago. 1968, p. 6).

depreação e ao saque de casas comerciais, e na hora do tumulto provocar tiroteio e aproveitando a oportunidade promover o assassinato das principais lideranças estudantis. Foi dito também na ocasião que o governo se sentia incomodado com a atuação de determinados líderes políticos. E fazendo um levantamento da atuação desses políticos os dividiam entre recuperáveis e irrecuperáveis. Os irrecuperáveis deveriam ser eliminados fisicamente e que o PARASAR deveria preparar-se em hora de anormalidade política no país invadir a residência dessas lideranças, raptá-las e levá-las a bordo de um avião previamente preparado que deveria decolar com destino ao mar, onde a 40 quilômetros da costa jogaria no oceano a sua carga humana. (CORREIO DA MANHÃ, 2 out. 1968, p. 3).

A imprensa noticiara, meses antes, que paraquedistas foram enviados às ruas em operações contra manifestações estudantis (CORREIO DA MANHÃ, 7 ago. 1968, p. 9) e relatos posteriores afirmam que foram dadas ordens para “eliminar” as pessoas que jogassem algum objeto sobre as tropas. Os paraquedistas, divididos em grupos, colaboraram com a efetuação de prisões, mas não teriam atirado em ninguém (COOJORNAL, mar. 1978, p. 17). A insatisfação com a utilização do esquadrão em atividades de repressão política foi encabeçada pelo capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, um dos coordenadores da tropa. Chamado para uma reunião a portas fechadas com o brigadeiro João Paulo Burnier, que ocupava a chefia do gabinete do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Melo, o capitão Sérgio teria ouvido, por parte de Burnier, a defesa de “missões que ele considerava importantes para livrar o Brasil do comunismo” (COOJORNAL, mar. 1978, p. 18), dentre elas o sequestro e assassinato de opositores, a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro, atentados a bomba e “um ataque de napalm sobre a multidão que acompanhava no cemitério o enterro de Edson Luís” (COOJORNAL, mar. 1978, p. 18). Poucos dias depois, Burnier repetiu diante dos demais paraquedistas o que teria dito reservadamente ao capitão.

Sérgio Carvalho foi transferido para Recife e o médico Rubens Marques Santos, que também divergira dos propósitos que Burnier tinha para o Para-Sar, foi enviado para a base aérea de Campo Grande. A denúncia se tornou pública quando o capitão procurou o brigadeiro Francisco Teixeira, que decidiu, junto com o seu “grupo”, repassar as informações a Maurilio Ferreira Lima. O deputado foi convencido a realizar o pronunciamento mediante a garantia de que militares do Para-Sar confirmassem a veracidade das informações ao *Correio da Manhã*, promessa parcialmente cumprida, pois a repercussão do discurso desencadeou prisões entre os membros da tropa. Sem a palavra de um militar, o jornal conseguiu a declaração da nora do brigadeiro Itamar Rocha, ex-diretor geral de Rotas Aéreas – órgão ao

qual o Para-Sar era subordinado –, demitido por levar a denúncia do capitão Sérgio adiante, chegando mesmo a ser preso (CORREIO DA MANHÃ, 3 out. 1968, p. 2).⁴¹³

Os serviços de informações da ditadura tomaram conhecimento do envolvimento do militar cassado na divulgação do caso Para-Sar e transformaram o brigadeiro Francisco Teixeira no organizador de uma grande campanha de desmoralização do governo e das Forças Armadas, tendo Edmundo Moniz como assistente mais próximo.⁴¹⁴ A versão oficial dos denunciados foi divulgada pelo Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (NSISA), precursor do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), subordinado ao Ministério ao qual Burnier estava diretamente vinculado:

Com apoio na imprensa, através de jornais e jornalistas, tais como o Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, O País e outros, EDMUNDO MONIZ, OSWALDO PERALVA, HERMANO ALVES, PERI COTTA, HÉLIO FERNANDES, JOCELYN BRASIL e outros, o ex-Brigadeiro Teixeira, comandando uma extensa rede de Oficiais cassados e em ligação com políticos inescrupulosos, iniciou uma campanha de desmoralização e comprometimento do atual Ministro da Aeronáutica, Oficiais Gerais da FAB, além de Oficiais Gerais da Presidência da República, além do próprio Chefe do Governo, Mal. ARTHUR DA COSTA E SILVA. [...] O ex-Brig. Francisco Teixeira liga-se com Juscelino, Carlos Lacerda, Renato Archer, José Gomes Talarico, Doutel de Andrade – estes dois últimos em ligação com João Goulart, Mário Martins e José Aparecido – este em ligação com Jânio Quadros. E mais: Hermano Alves, Oswaldo Lima Filho, Ênio Silveira, Mariano Beck, Márcio Moreira Alves, Maurilio Ferreira Lima, ex-Cel. Scaffa, ex-Cel. Ruy Moreira Lima, ex-Brig. Ricardo Nicoll, ex-T. Cel. Hélio de Castro Alves Anísio, ex-Cel. Jocelyn Brasil, Maj. Med. Aer. da ativa Waldemar Kischinhewski, Cap. Fragata da ativa Maurício Guimarães Duque, Brig. Med. R/R Thecrito de Castro Almeida Neves, Mário Covas, David Lerer, e outros. Sempre comandados por TEIXEIRA, reúnem-se com frequência, ligam-se por telefone e por visitas quase diárias; assim pudemos determinar que os locais de encontro, normalmente são: Escritório de Edmundo Moniz, escritório de Renato Archer, escritório de Ênio Silveira, uma suíte do Hotel Excelsior, dois apartamentos situados na rua Domingos Ferreira, restaurantes Nino's e Antonio's. A Frente Ampla foi desvendada através da observação desse elemento e o exemplo mais recente, o chamado caso "PARASAR", foi todo um trabalho de Teixeira, feito com a colaboração íntima e constante de Edmundo Moniz que teve a missão de transmitir pela imprensa tudo aquilo que foi do interesse do grupo na causa da derrubada do regime. Coube a esse elemento – Edmundo Moniz – redigir os esquemas de manobra executados pelo grupo. (NÚCLEO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA, 1969, p. 2).

Ainda segundo os informes produzidos pela ditadura, teria partido de Edmundo Moniz a ideia de citar nominalmente os políticos de oposição que seriam alvos das operações do Para-Sar e Carlos Lacerda havia sido convocado a retornar da Europa para aproveitar a crise

⁴¹³ Maurilio Ferreira Lima descreveu o encontro com o brigadeiro Francisco Teixeira em seu depoimento à Comissão da Verdade do estado de Pernambuco e citou a promessa de que o *Correio da Manhã* confirmaria a sua denúncia (LIMA, 2015, p. 7).

⁴¹⁴ Décadas depois, Burnier (1994, p. 199-200) repetiu a mesma afirmação de que a denúncia do capitão Sérgio não passava de invenção da dupla Teixeira e Moniz. Contudo, não explicou de onde partiram os outros depoimentos que confirmavam o depoimento de Sérgio Carvalho.

iniciada pelo caso e atuar junto às bases militares para cindir as correntes castrenses. A aeronáutica teria obtido informações sobre encontros entre Lacerda, Moniz e Francisco Teixeira.

Em 25 Out. 68, no escritório de EDMUNDO MONIZ, este manteve uma reunião com CARLOS LACERDA e um tal LUIZ. TEIXEIRA não participou desta reunião, pois pensava que, assim, deixaria LACERDA “mais à vontade”, segundo suas próprias palavras. Após esse dia, TEIXEIRA voltou a encontrar-se com CARLOS LACERDA, traçando os rumos de oposição ao Governo e a melhor maneira de LACERDA atuar em seu esquema, aproveitando o “CASO PARASAR”, que para eles era considerado um acontecimento importantíssimo. (CISA, 10 mar. 1968, p. 19).

Os registros gerados pela vigilância especial sobre o brigadeiro e seus contatos mais próximos, que teve início em 4 de outubro e durou até setembro de 1969, são de difícil verificação, mas é verossímil que Moniz e Lacerda tenham se encontrado. Contudo, a versão de uma grande campanha orquestrada por políticos e militares cassados era um braço fantasioso da versão igualmente fantasiosa que tratava a Frente Ampla como movimento em funcionamento, com alto nível de organização e áreas definidas de atuação dos grupos vinculados a Jango, JK e Lacerda. Ademais, tudo se estruturava a partir da falsa narrativa que apresentava o caso Para-Sar como uma invenção, tese enfraquecida pela sindicância aberta pelo brigadeiro Itamar Rocha, a qual coletou depoimentos de outros participantes da reunião com Burnier que confirmavam a denúncia do capitão Sérgio (GASPARI, 2014b, p. 289). A presença de relatos distorcidos, equivocados ou grotescos nos documentos dos órgãos de informações da ditadura era um traço comum do trabalho na comunidade de informações, mas não deve ser confundida meramente com sinal de incompetência. Carlos Fico (2001) chamou a atenção para dois elementos presentes no produto do trabalho dos agentes dos órgãos de informação. Primeiro, deve se destacar a boa qualidade do que chegava aos escalões superiores do governo, resultado do filtro realizado durante os caminhos tomados pelos informes. Por outro lado, as versões produzidas por informes e relatórios justificavam a existência e o trabalho dos serviços de espionagem, bem como davam suporte às medidas tomadas pela ditadura para aumentar a repressão sobre a oposição (FICO, 2001, p. 21-22) Desse modo, no caso Para-Sar, a transformação da denúncia em um plano articulado entre civis e militares para derrubar o governo não era exclusivamente um fruto da constelação de paranoias que atingiam os militares, servindo, também, aos desejos de sufocamento da oposição, compartilhados nos quartéis e gabinetes.

Tal qual afirmava o informe do governo, Lacerda estava viajando, mas não se encontrava na Europa e sim nos Estados Unidos, onde acompanhava as eleições presidenciais

daquele país e produzia matérias para a revista *Realidade*. Seu retorno ocorreu poucos dias depois da denúncia na Câmara, quando, segundo a imprensa, teria procurado o capitão Sérgio em busca de documentos que comprovassem a fala do brigadeiro Burnier, tendo dito que transformaria Sérgio Carvalho no “Major Vaz, vivo” (CORREIO DA MANHÃ, 13 out. 1968, p. 2), referindo-se ao papel que a morte do militar teve, em 1954, para a crise final do governo de Getúlio. Publicamente, entretanto, Lacerda foi comedido e se pronunciou apenas no dia 28 de outubro, três dias após a suposta reunião com Edmundo Moniz. Na mensagem, Lacerda tentou se apresentar com moderação, afirmando que prometera só se manifestar com uma condição: “quando puder alterar o rumo dos acontecimentos com minha intervenção” (JORNAL DO BRASIL, 29 out. 1968, p. 3). Sinalizou, entretanto, apoio ao brigadeiro Itamar Rocha e à denúncia envolvendo o Para-Sar.

Nessas condições, um eventual encontro com Moniz seria possível, pois, mesmo com o afastamento entre seus círculos de atuação política, as portas continuavam abertas para a colaboração e alianças com setores que, de alguma maneira, estivessem dispostos a combater o regime. O ex-líder da UDN pode ter discutido o conteúdo do seu pronunciamento com Moniz, reunido informações sobre a denúncia repassada por Sérgio Carvalho, entregue documentos e/ou buscado apoio para alguma articulação que estivesse construindo. No entanto, o mais provável é que a colaboração não superasse a divergência de objetivos entre os dois e que o diálogo não constituísse uma organização tão íntima de ações para atingir um fim bem definido.

Moniz defendia a constituição de uma frente política de luta contra a ditadura, amparada em um leque de bandeiras democráticas que serviriam de “programa mínimo” para a unidade de correntes divergentes. Lacerda virara opositor do regime por ter visto o seu espaço político reduzido e as suas chances de chegar à presidência desidratarem. Trabalhava para aumentar a impopularidade da ditadura e via com bons olhos a constituição de uma frente de oposição, mas mantinha o objetivo de alcançar o comando do Governo Federal no centro de suas articulações. Assim, manobrou com a Frente Ampla dotado do trunfo de ser o único dos principais líderes com os direitos políticos intactos e esperando ser a alternativa civil viável caso o crescimento da oposição forçasse o regime a retroceder. Da mesma forma, trabalhava junto às bases militares com as quais ainda mantinha diálogo para se manter com chances de disputar a sucessão de Costa e Silva. A desconfiança acerca do uso político que Lacerda fazia da oposição para atingir seus objetivos eleitorais permeou os diálogos da Frente Ampla durante a sua breve existência e, na crise do Para-Sar, a movimentação sinuosa do ex-governador continuou.

O jornalista Carlos Castello Branco, em coluna publicada no *Jornal do Brasil* dedicada ao cotidiano da política nacional, acompanhou o trabalho que Lacerda fazia nos bastidores:

Sua presença é apontada em vários episódios, seu estilo é identificado em trechos de documentos diversos, suas conversas com civis e militares começam a transpirar em sketches truncados mas que vão dando uma ideia do relativo êxito na movimentação de quem se julga destinado a desempenhar um papel na devolução de prerrogativas populares. [...] Dados os precedentes, deve-se esclarecer que, na medida em que merecem fé as informações que nos vão chegando, o Sr. Carlos Lacerda não se empenha no momento em ações golpistas, não se compromete em impulsos radicais contra o Governo do Marechal Costa e Silva. Em suma, seu objetivo não seria derrubar o Governo, mas unir e compor-se com um quadro bastante amplo em torno de objetivos comuns, o primeiro dos quais é a definição de um método de transição pacífica do regime instituído pela Revolução e a retomada plena das liberdades públicas, o que ele chama de devolução ao povo do direito de fazer as leis e escolher os governantes. (CASTELLO BRANCO, 30 out. 1968, p. 4).

De acordo com o colunista, Lacerda costurava, com civis e militares, uma saída para a sucessão de Costa e Silva que passava por eleger um civil para a presidência, mesmo que fosse por via indireta. O ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, poderia servir de candidato de transição, para que Lacerda fosse eleito pelo voto popular em uma eleição futura. Segundo Castello Branco, essa hipótese teria respaldo em setores das Forças Armadas que estavam preocupados com a transposição da disputa sucessória para a caserna, enfraquecendo o prestígio dos militares e a hierarquia nas tropas:

Esse quadro é que tem levado oficiais com maior sensibilidade política ou que se julgam mais responsáveis pelo desfecho tranquilo do processo revolucionário a sugerirem a união dos civis em torno de um candidato que eles possam aceitar. Esse candidato, além de frustrar a luta que se esboça na mais alta hierarquia do Exército, teria de ser alguém capaz de promover a reconciliação das classes armadas com a opinião pública, permitindo-lhes reafirmar sua função histórica de força tutelar de um regime democrático e não de um instrumento da escalada contra as instituições livres. (CASTELLO BRANCO, 1 nov. 1968, p. 4).

Em tal contexto, o próprio Lacerda poderia ser candidato em 1970, tese reforçada por Dulles (2000, p. 558), que nomeou o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior como líder da corrente militar que queria a volta aos quartéis, dialogando com os lacerdistas para construir uma via civil de transição do poder. Paraquedista, o cearense Francisco Boaventura era identificado com os chamados coronéis da linha dura, com manifestações logo após a queda de Goulart e críticas ao governo de Castello Branco, tendo seu nome ligado a agitações que quase levaram à tentativa de deposição do presidente (CHIRIO, 2012, p. 76-77), além de assinar um manifesto que culminou com a sua prisão disciplinar. Aberto à pregação lacerdistas, Boaventura foi um dos militares que se distanciaram do ex-governador após as tratativas deste

com Jango e Juscelino. Em 1968, teria se aproximado da oposição, tendo dialogado com parlamentares do MDB, defendendo uma candidatura civil à sucessão presidencial (CHIRIO, 2012, p. 129-130). Contudo, de acordo com Maud Chirio (2012), embora Boaventura Cavalcanti estivesse acompanhado de alguns oficiais que concordavam com as suas ideias acerca de uma volta aos quartéis, uma “corrente” militar crítica do AI-5 não existia e o coronel, punido após o novo Ato Institucional, recebeu apenas condenações de seus colegas de corporação (CHIRIO, 2012, p. 138).

Os informes militares davam conta da movimentação de Lacerda e responsabilizavam-no pela publicação de matérias sobre o caso “Para-Sar”, provavelmente, se referindo ao “Dossiê Itamar”, relato enviado pelo brigadeiro Itamar Rocha aos demais brigadeiros, aos ministros do Exército e da Marinha, ao chefe do Estado-Maior do Exército, ao chefe do SNI e aos chefes dos gabinetes Civil e Militar da Presidência. O documento acabou repassado para a imprensa e foi publicado pelo *Jornal do Brasil* na edição de 26 de outubro. Carlos Lacerda pode ter sido o responsável por repassar à imprensa o relato de Itamar Rocha e o encontro com Moniz, um dia antes da divulgação do dossiê pelo *Jornal do Brasil*, tido como pauta o melhor meio de divulgar o material.

Em seus artigos publicados no *Correio da Manhã*, Edmundo Moniz manteve uma abordagem discreta e tratou do caso Para-Sar apenas duas vezes, analisando-o como um dos braços da crise na qual o governo se encontrava envolvido. No meio civil, com o arrefecimento das mobilizações estudantis no segundo semestre, a ditadura enfrentava problemas com o Congresso, que, então, deliberava sobre um pedido de suspensão da imunidade parlamentar do deputado Márcio Moreira Alves, autor de um discurso conclamando a população ao boicote das paradas militares de 7 de setembro.⁴¹⁵ Já entre os militares, os últimos meses de 1968 foram palco da dissolução da unidade apresentada para enfrentar o ascenso da oposição. O caso Para-Sar abriu um conflito público entre grupos militares, explorado pelos castelistas para reaver força política e aproveitado por setores que desejavam “transformar o regime militar no regime dos militares” (MARTINS FILHO, 2019, p. 198).

Portanto, nem todas as manifestações militares apontavam para o enfraquecimento da ditadura, apenas significavam a divisão dos militares e, se houvesse algum setor disposto a preparar uma transição para a volta do exercício civil do poder político, tratava-se de uma ala

⁴¹⁵ O discurso do deputado do MDB não teria grande repercussão se não fosse o engajamento de oficiais da linha-dura na exploração de sua fala como fato político. Cópias do pronunciamento foram distribuídas pelos quartéis do país e a exigência de punição ao deputado virou um símbolo das reivindicações de endurecimento do regime (ALVES, 2005, p. 158-159).

minoritária nos quartéis. Nesse sentido, como já advertiu João Roberto Martins Filho (2019), a oposição liberal tentou se apropriar, diversas vezes, de inquietações na caserna como movimentações de “tendências democráticas” entre os militares. Essa consideração pode ser dirigida a Edmundo Moniz, que repetia uma característica presente nas articulações da Frente Ampla, a qual parecia sempre à procura de contradições entre alas castrenses para tentar realizar uma aliança. Assim, quando foi divulgado o “Manifesto dos Capitães”, documento dos oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Moniz o citou como exemplo do descontentamento militar que se assemelhava ao descontentamento civil, interpretação oposta ao conteúdo do manifesto, que não defendia bandeiras democráticas. No lugar disso, os oficiais tratavam de questões da corporação, exigiam “repressão enérgica e violenta” (CORREIO DA MANHÃ, 1 nov. 1968, p. 2) para combater a corrupção e denunciavam a “subversão” como autora de uma campanha para desmoralizar as Forças Armadas.

Feitas as contas, no final de 1968, o teor do manifesto parecia levantar uma reivindicação bastante clara: em lugar da “volta aos quartéis”, a efetiva participação dos quartéis; ao invés da “abertura” política, a abertura do palácio às pressões da caserna. Em poucas palavras, o aprofundamento da militarização acompanhado da flexibilização do regime nas suas relações com a oficialidade. A primeira reivindicação logo seria atendida; a segunda foi sistematicamente negada até o final do período militar. (MARTINS FILHO, 2019, p. 199).

A agitação nos quartéis também se materializou em atos que ultrapassaram os manifestos. A oposição demonstrou preocupação com acidentes estranhamente ocorridos entre o fim de setembro e as primeiras semanas de outubro de 1968. Tudo começou com a tentativa de colisão com um veículo no qual Carlos Lacerda viajava para São Paulo; dias depois, ocorreu um incidente na mesma estrada, dessa vez com o general Gashypo Pereira, vinculado à oposição. O caso mais divulgado foi o acidente envolvendo o brigadeiro Eduardo Gomes, que saiu em defesa de Itamar Rocha no episódio envolvendo o Para-Sar; e a oposição denunciou que um carro, no qual deveria estar Juscelino Kubitschek, foi atingido em Copacabana (JORNAL DO BRASIL, 11 out. 1968, p. 6). As desavenças entre as correntes militares serviam de argumento para o aprofundamento da militarização do regime, capaz de devolver a unidade na caserna, e se somavam ao avanço da pressão sobre o governo após a derrota sofrida no Congresso no caso Márcio Moreira Alves. Assim, a cúpula do regime decidiu por um novo Ato Institucional.

A edição do *Correio da Manhã* de 13 de dezembro de 1968, dia da decretação do AI-5, dedicou muito espaço à derrota da ditadura na votação acerca da licença para processar Márcio Moreira Alves. Era um acontecimento importante para o veículo, que lançou um

editorial na capa do jornal. O texto trouxe a afirmação de que não importava o que fosse ocorrer após a votação, pois “ela se reveste de tanta grandeza cívica, de tão alto poder moral e político, que terá forças para barrar qualquer tentativa de arrebatamento ao Brasil deste instante de glória e bravura da consciência democrática do povo brasileiro” (CORREIO DA MANHÃ, 13 dez. 1968, p. 1). A confiança se sobrepunha às notícias da reação do governo, que convocou uma reunião para o dia seguinte, que terminou com o aprofundamento da ditadura. O resultado da reunião do Conselho de Segurança Nacional foi anunciado aproximadamente às 22 horas, através de cadeia de rádio, e foi seguido da invasão armada do *Correio da Manhã*, que resultou na prisão de Osvaldo Peralva, então diretor da redação. Artur Poerner, Franklin de Oliveira e Edmundo Moniz estavam nos andares superiores e fugiram por uma janela, abrigando-se na casa de um alfaiate. No esconderijo, Moniz deixou os óculos de lado, vestiu um macacão e, disfarçado de operário, conseguiu deixar as imediações do jornal (POERNER, 2006).

5 “VI UM HOMEM RASGAR O PAPEL EM QUE ESTAVAM ESCRITAS AS TRÊS LETRAS, QUE ELE TANTO AMAVA”

Vi um homem chorar porque lhe negaram o direito de usar três letras do alfabeto para fins políticos. Vi uma mulher beber champanha porque lhe deram esse direito negado ao outro. Vi um homem rasgar o papel em que estavam escritas as três letras, que ele tanto amava. (ANDRADE, 15 mai. 1980, p. 1).

A trajetória de Moniz na imprensa brasileira chegara ao fim com a invasão do *Correio da Manhã* e a partida para o exílio não demorou a se tornar uma necessidade. No final de janeiro de 1969, um pedido de prisão preventiva foi expedido e Moniz decidiu buscar asilo na Embaixada do México, onde ficou até junho à espera de um salvo-conduto para deixar o país (ANTONIO, 27 jun. 1969, p. 3). Moniz teria passado pelo México e ido até a Argélia, que concentrava um importante núcleo de exilados brasileiros. Entretanto, não se fixou nos dois países por muito tempo e partiu para Paris, sobretudo por razões médicas, pois enfrentava problemas cardíacos.

A porta para o regresso, contudo, ficou entreaberta. Moniz foi indiciado no mesmo IPM de Darcy Ribeiro, acusado de pertencer à Resistência Armada Nacionalista (RAN), grupo formado majoritariamente por militares cassados, supostamente liderados pelo almirante Cândido Aragão. O julgamento, realizado em 18 de agosto de 1969, terminou com a absolvição de Moniz, Darcy e outros sete acusados (CORREIO DA MANHÃ, 20 ago. 1969, p. 1). A inexistência de condenações contra o jornalista fazia do seu retorno ao Brasil um problema exclusivamente político, o que, em um regime ditatorial, era determinante. Uma primeira tentativa aconteceu no início da década de 1970, como indica uma carta do Cônsul-Geral do Brasil na França, Hélio Antônio Scarabôtolo, endereçada ao chefe do Serviço Nacional de Informações, peça importante para que o Ministério das Relações Exteriores concedesse um passaporte:

Prezado General Fontoura,
Solicitei hoje ao Itamaraty a devida autorização para conceder um passaporte comum ao Sr. Edmundo Moniz de Aragão, que foi objeto de minha carta de 19 de agosto de 1970, à Vossa Excelência.
Renovo os termos da carta supracitada: o Sr. Edmundo Moniz não é cassado, foi absolvido em processo regular por unanimidade pelo Superior Tribunal Militar e jamais exerceu nesta jurisdição consular qualquer atividade contra o Governo brasileiro. Sua saúde está combalida. Pouco sai do hotel, mas não pode mais permanecer em Paris sem um documento de identidade válido, que todos os cidadãos brasileiros podem possuir.
Logicamente, não tenho conhecimento das informações do dossier do SNI sobre ele, mas no que se refere ao seu comportamento aqui em Paris posso ser testemunha de sua correção.

Pediria, portanto, dentro das conveniências de que só Vossa Excelência é o juiz, seu assentimento junto à DSI do Itamaraty para a concessão do passaporte que estou solicitando para o Sr. Edmundo Moniz de Aragão. (CONSULADO GERAL DO BRASIL, 8 jun. 1971, p. 28).

O SNI enviou ao ministério uma cópia do prontuário de Moniz, informes sobre os seus supostos contatos durante o funcionamento da Frente Ampla e recomendou que a solicitação fosse negada, diante “dos registros altamente comprometedores existentes neste Serviço a respeito do referido senhor, e de suas atividades perniciosas aos interesses do país” (SNI, 22 jul. 1971, p. 32). Seguindo o conselho do chefe do órgão, o passaporte foi negado. Contudo, Moniz deixou a França meses depois e se mudou para o Uruguai, segundo os informes do CIEX, para evitar o inverno europeu. O novo destino favoreceu a sua militância política, pois as presenças de João Goulart e Leonel Brizola no Uruguai faziam do país o principal centro de articulação dos trabalhistas, mesmo com a persistente separação entre Jango e o cunhado.

5.1 UM NOVO PARTIDO PARA JOÃO GOULART

Moniz se manteve próximo do grupo janguista, que se reunia em torno de um líder cada vez mais fragilizado. Jango alimentava o sonho de retornar o Brasil e reorganizar o PTB, mas o AI-5 reduzira muito a atuação dos grupos trabalhistas em solo brasileiro e as duas sondagens acerca da possibilidade de voltar ao seu país natal, após a posse de Médici e com a chegada de Geisel à presidência, não tiveram resposta positiva dos militares (FERREIRA, 2014), que decidiam sobre a situação do ex-presidente, contra quem não havia condenações. Outra iniciativa, supostamente negociada com setores da ditadura, deu-se ao redor de uma proposta de criar um partido político, mediada por Orpheu dos Santos Salles, sócio de Jango que residia no Brasil.⁴¹⁶ Orpheu teria iniciado conversas, em fins de fevereiro de 1975, para construir uma nova organização, que deveria se chamar União Trabalhista Brasileira (UTB).

Era o início da década de 1970. O Brasil atravessara o final do governo Costa e Silva, afastado da presidência após uma isquemia cerebral, o veto ao civil Pedro Aleixo, o período da junta militar no comando do Executivo e o auge da repressão ditatorial do governo Médici. O *Correio da Manhã*, mergulhado em dívidas, foi arrendado para uma dupla de empreiteiros, interessados em utilizar o jornal para defender a candidatura do coronel Mário Andreazza, ministro dos Transportes durante o governo Costa e Silva (ANDRADE, 1991, p. 231). O

⁴¹⁶ Orpheu dos Santos Salles (1922-2016) pertencera ao PTB antes do golpe e conhecia Jango, no mínimo, desde a sua passagem pelo Ministério do Trabalho. Preso após o golpe dos militares, Orpheu enriqueceu com firmas de exportação e assessoria à empresas. Com o exílio de Jango, arrendou uma das fazendas do ex-presidente. Sobre Orpheu, há um registro objetivo de suas atividades em: (SNI, 12 nov. 1974) (SNI, 6 fev. 1975).

plano foi derrotado pela doença do presidente, mas o arranjo não foi desfeito e o jornal circulou até julho de 1974, embora o *Correio da Manhã* que Moniz conheceu intimamente tenha deixado de existir com a última edição na qual Niomar Sodré teve participação, em 11 de setembro de 1969.

Depois de Médici, o general a ocupar a presidência, a partir de 1974, foi Ernesto Geisel: gaúcho, anticomunista e que atuara contra a posse de João Goulart, em 1961. Chefe do Gabinete Militar durante o governo Castello Branco, Geisel foi afastado do centro das decisões políticas após a posse de Costa e Silva, mas assumiu a presidência da Petrobrás no governo Médici e foi ungido pelo general como seu sucessor. Assim como ocorrera com Costa e Silva, a candidatura de Geisel também foi acompanhada por especulações acerca de uma distensão do regime,⁴¹⁷ que significava “descompressão pontual, restrita e tática”, distante do raciocínio posteriormente construído que transformou distensão, abertura e transição em etapas de um processo calculado desde o início pelos militares (NAPOLITANO, 2021, p. 233-234). No entanto, as principais mudanças no primeiro ano do governo de Geisel não atingiram o aparato repressivo, mas a economia, que na esteira do choque do petróleo esgotava o modelo de crescimento do “milagre” e a política, impactada pelo desempenho eleitoral do MDB nas eleições de novembro.

O partido de oposição, que, em 1970, registrou um péssimo desempenho nas eleições legislativas,⁴¹⁸ recuperou-se com a eleição de 161 deputados e a vitória sobre a ARENA nos pleitos para o Senado. Ainda minoritário no Congresso Nacional, o MDB conquistou 16 de 22 vagas para o Senado, vencendo pleitos em estados de grande relevância no eleitorado nacional, com Orestes Quécia em São Paulo, Paulo Brossard no Rio Grande do Sul, Saturnino Braga no Rio de Janeiro e Itamar Franco em Minas Gerais. Para o resultado obtido pelo partido, teria contribuído a “anticandidatura” à Presidência da República de Ulysses Guimarães no início do ano, capaz de atenuar o medo de realizar manifestações políticas e reduzir a rejeição a uma oposição ainda sem grande legitimidade. Ademais, a oposição enfrentou níveis reduzidos de atuação governamental para prejudicar a sua campanha. Dessa vez, candidatos não foram cassados e houve maior liberdade para a crítica ao regime durante o processo eleitoral (MOTTA, 1997, p. 144-146).

⁴¹⁷ Maud Chirio (2012, p. 170) destaca que, embora não fosse “castelista”, Geisel, ao se cercar de militares como Golbery, terminava por se identificar como tal. Tendo sido a Escola Superior de Guerra um organismo militar de onde partiram críticas ao AI-5, o “castelismo” representava possibilidades de abertura política.

⁴¹⁸ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (1997), além da atuação do governo para prejudicar a livre organização do MDB para o pleito, o partido teve de enfrentar uma forte campanha pelo voto nulo, fruto do “descrédito da população em relação às instituições políticas no imediato pós-AI-5” (MOTTA, 1997, p. 137). O MDB, que elegeu 139 deputados federais em 1966, conquistou apenas 89 cadeiras na Câmara Federal em 1970.

A derrota do governo inflamou setores militares contrários à política de distensão, que se voltaram para o objetivo de exterminar o PCB e propagandear suas críticas ao governo Geisel através de panfletos distribuídos entre a tropa.⁴¹⁹ Engajados na campanha do MDB em 1974, desde o ano anterior os pecebistas eram alvo da “Operação Radar”, encabeçada pelo DOI-CODI de São Paulo e que tinha como justificativa a desarticulação do jornal *Voz Operária*, órgão do partido. Entre 1973 e 1976 foram vinte militantes do partido assassinados pela repressão, vários eram dirigentes.⁴²⁰ Um deles, Luís Maranhão, foi um dos integrantes das reuniões para a articulação da Frente Ampla.

Na noite de 28 de fevereiro de 1975, enquanto reunia os amigos para comemorar seu aniversário, João Goulart teria discutido a proposta de um novo partido. As principais fontes sobre a iniciativa são os informes produzidos pelos agentes do SNI, constituídos pelos relatos de encontros, reuniões e os anexos que reúnem informações anteriormente coletadas sobre os nomes citados e documentos elaborados pelos envolvidos com os assuntos discutidos na fazenda de João Goulart. É importante evidenciar que nenhuma das informações contidas nos documentos sobre as discussões ao redor de um novo partido foram obtidas em interrogatórios, comumente realizados sob a utilização de torturas. Esse é um primeiro passo para demarcar um método de aproximação e crítica a essas fontes. O segundo é compreender a relação entre o papel profissional do sistema de informações construído pela ditadura e seu caráter de “espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção” (FICO, 2001, p. 100). Desse modo,

é preciso proceder com esses arquivos como os historiadores fazem com qualquer outro tipo de fonte documental: levar em conta seu contexto de produção, fazer a crítica das fontes levando em conta as operações de ocultamento/revelação próprias desse material, evitando tomá-los em seu sentido literal e atentando para os usos a que estava destinado quando foi forjado. Além de mapear, em função do recorte temático com o qual se está trabalhando, quais as “armadilhas”, limites e possibilidades a serem encarados. (JOFFILY, 2014, p. 21).

Assim, tentamos analisar os diversos relatórios envolvendo a criação da UTB e confrontar os episódios narrados por agentes do SNI com outros documentos, a exemplo das

⁴¹⁹ Sobre a derrota do governo nas eleições de novembro, as consequências citadas por Elio Gaspari (2014c, p. 471-472) parecem corretas. O regime ficou dividido em meio às variadas avaliações do resultado e as responsabilidades distribuídas, impulsionando o protesto dos quartéis. Ademais, a nova bancada do MDB impedia que Geisel fizesse as alterações constitucionais que desejasse para a distensão política.

⁴²⁰ O número de vinte membros do PCB assassinados pela ditadura foi levantado no trabalho de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio (2008, p. 386). Segundo Jacob Gorender (1998, p. 264), foram dez dirigentes mortos no período 1973-1976: Orlando Bonfim Jr., Jaime Miranda, Elson Costa, João Massena de Mello, David Capistrano da Costa, Itair José Veloso, Luís Maranhão, Walter Ribeiro, Hiram de Lima Pereira e Nestor Vera.

cartas enviadas por um dos presentes nos diálogos com Jango, e afastamos, sempre que possível, a documentação marcada pela gramática do exagero sobre os sujeitos do entorno do ex-presidente, que pouco contribuiriam para os objetivos deste trabalho. A análise das fontes, portanto, além de contribuir com a reconstituição cautelosa das ações de grupos políticos, cumpre um papel de revelar a visão dos órgãos de repressão sobre as movimentações dos trabalhistas.

A comemoração do aniversário de Jango foi fartamente documentada pelo SNI e o agente responsável pelo relato creditou a Orpheu dos Santos Salles a iniciativa de fundar um novo partido, articulado a partir de um contato com os militares:

Orpheu desenvolveu uma tese de que o MDB oferecia poucas perspectivas na vida política brasileira. A ARENA, na sua interpretação, vive sob o impacto dos resultados do último pleito e sem condições de se recuperar a curto prazo, defrontando-se com um processo de esvaziamento. A solução política: a criação de um terceiro partido, reaglutinando as antigas áreas do trabalhismo dentro da alternativa anticomunista, como preconizara Getúlio Vargas ao fundar em 1945 o PTB. Revela já ter enfocado essa solução, de maneira informal ao ministro Ney Braga e ao general Golbery. Entende que para conquistar a possibilidade de criar um terceiro partido, ter-se-á de adotar uma posição de adesão ao sistema, apoio às Forças Armadas e não revolver o passado. (SNI, 10 mar. 1975, p. 14).

Conforme tal relatório, Orpheu carregava consigo um documento base sobre o qual queria construir o novo partido, mas a conversa foi interrompida pelo relógio, que marcava o primeiro dia de março, aniversário do ex-presidente. À tarde, em nova reunião, dessa vez com a presença de Edmundo Moniz,⁴²¹ o documento teria sido debatido e criticado por alguns dos presentes. Um deles, Moniz, ficou responsável por reescrever o manifesto do partido, que deveria se chamar União Trabalhista Brasileira. As divergências acerca do caráter da organização proposta por Orpheu teriam sido reforçadas em nova conversa realizada na fazenda de Jango, no dia seguinte, já sem a presença de todos os presentes na reunião anterior:

Orpheu explana os objetivos que visa com a criação do terceiro partido. Defende a constituição de um partido independente e de centro, sem estar submetido aos extremismos de esquerda e de direita, que venha congregar as antigas áreas trabalhistas e getulistas, os trabalhadores, servidores públicos e estudantes. E também sem se constituir num movimento ostensivo e frontal contra o Sistema. Um movimento para conquistar a simpatia dos militares. Diz que o documento apresentado era apenas um esboço para discussão. Não era de sua autoria e fora redigido em São Paulo por Luiz Carlos Silveira. (SNI, 10 mar. 1975, p. 15).

⁴²¹ Segundo o informe, estavam na discussão: Orpheu dos Santos Salles, Edmundo Moniz, Raul Ryff, José Gomes Talarico, Cláudio Braga, Ivo Magalhães, José Ribamar de Freitas, Capitão Joaquim de Oliveira, Perci, João Alonso Minteguy, Carlos Olavo da Cunha e Levi, um estudante com passagem pela Ação Popular.

A defesa da moderação e adequação aos limites que agradariam ao regime estaria na pauta do encontro, mas o fundamental na articulação era a posição do governo. José Gomes Talarico teria perguntado se os ministros consultados haviam consentido com a criação de um novo partido trabalhista e a resposta registrada no informe foi pouco precisa: “Orpheu respondeu que apenas enfocou o assunto” (SNI, 10 mar. 1975, p. 16). Provavelmente, Orpheu não tinha feito contato com Golbery ou Geisel para discutir a criação de um terceiro partido, mas possuía um canal no governo através do ministro da Educação, o paranaense Ney Braga.⁴²² É o que aponta um informe do SNI, escrito em 20 de março, quando Orpheu já estava de volta ao Brasil e teria procurado Doutel de Andrade para apresentar a proposta: “Orpheu revela que está à espera, nos próximos dias, de uma palavra de Ney Braga, que ficou de ‘assuntar’ a oportunidade da efetivação do movimento. O ministro da Educação ficou de constatar a anuência do governo no projeto” (SNI, 20 mar. 1975, não paginado). Não é possível tomar como referência os conteúdos de tais informes do aparato repressivo para tirar conclusões. Contudo, é possível indicar que os passos de Edmundo Moniz e de seus contatos estavam sendo vigiados e havia uma preocupação do regime em obter informações sobre as tratativas em torno da reorganização de seus opositores.

O ex-deputado Doutel de Andrade não teria sido o único procurado pelo sócio de Jango. O relatório produzido pelo órgão da ditadura dá a entender que uma parte das informações coletadas pelo SNI vinha de Orpheu. Contudo, neste e em outros casos, é necessário tomar tais conteúdos com cautela.

No seu retorno da viagem ao Uruguai, depois do aniversário de Jango, Orpheu, em São Paulo, manteve contato com um Coronel que serve no SNI daquele Estado e está entre os seus colaboradores, que recebeu dele a cópia do documento levado à Jango e as informações que a respeito convinha que chegassem aos órgãos de segurança, inclusive em torno do ex-Presidente. Argumento OSS que esse seu procedimento visa evitar problemas e distorções que ocorrem no registro de informações e denúncias. (SNI, 20 mar. 1975, p. 362).

O SNI estaria de posse das duas versões do manifesto da UTB, a que Orpheu levava ao Uruguai para discutir com o ex-presidente durante as comemorações do seu aniversário e o documento reformulado por Moniz. Esta versão, com riscos e anotações feitas por João Goulart, teria sido enviada pelo ex-presidente para leitura de Doutel de Andrade e foi entregue ao ex-deputado por Orpheu dos Santos Salles (SNI, 30 abr. 1975, p. 40).

⁴²² Também militar, Ney Braga governara o estado do Paraná e era senador quando foi chamado para assumir a pasta da Educação. Segundo Elio Gaspari (2014c p. 294), gozava da confiança de Geisel.

As informações nebulosas sobre o tema não teriam deixado de chamar a atenção dos interlocutores supostamente envolvidos. Havia desconfiança em torno da proposta de Orpheu dos Santos Salles, não apenas em função da viabilidade de uma articulação com a ditadura, mas também, sobre as qualidades e interesses pessoais de seu autor e até mesmo de João Goulart. Dias depois de registrar o encontro entre Doutel e Orpheu, o SNI registrou possuir um novo relatório acerca da UTB, dessa vez tratando de um encontro que teria ocorrido na casa de Darcy Ribeiro, na qual se encontravam o brigadeiro Francisco Teixeira, Wilson Fadul, o coronel Paulo Mello Bastos e José Gomes Talarico:

sendo abordado informalmente a pretensa criação da União Trabalhista e a posição do Dr. João Goulart e Orpheu dos Santos Salles, está tendo desdobramentos. Os fatos tornaram-se do conhecimento do ex-tabelião J. Maciel Filho, getulista histórico e ligado ao Senador Ernani do Amaral Peixoto e dona Alzira Vargas; do ex-deputado Roland Corbisier e do jornalista Gerardo Melo Mourão – por intermédio do ex-brigadeiro Francisco Teixeira.

J. Maciel Filho expressa a sua objeção ao projeto da União Trabalhista e consequentemente ao terceiro partido, alegando que Jango e Orpheu não podem utilizar os getulistas-trabalhistas em objetivos pessoais e comerciais.

Roland Corbisier investe em termos contundentes contra o Dr. João Goulart, imputando-o de covarde, fujão, negociista, corrupto, ignorante e despreparado para a causa pública.

Gerardo Melo Mourão diz ter recebido, recentemente, um telefonema de José Barbosa, outro getulista histórico e antigo trabalhista de São Paulo, servindo no Gabinete do Ministro da Justiça em Brasília, participando da formação de um movimento pró-terceiro partido e pedindo a sua cooperação ao mesmo. (SNI, 24 mar. 1975, p. 363).⁴²³

Outro relatório sobre um suposto encontro de Darcy Ribeiro, Fadul e Francisco Teixeira apontava que a permissão para a articulação de uma nova sigla trabalhista era entendida por eles como uma especulação de Orpheu dos Santos Salles, que, imaginando um interesse do governo em alguma mudança no sistema partidário, tentava se antecipar aos acontecimentos e angariar algum apoio nas fileiras governamentais (SNI, 21 mar. 1975, p. 1). Darcy Ribeiro teria criticado o documento apresentado por Orpheu e afirmara não “crer na burrice do general Golbery ou do ministro Ney Braga, em atribuir a um Orpheu uma delicada tarefa de tal natureza” (SNI, 21 mar. 1975, p. 1). Assim também se manifestou Francisco Teixeira, desacreditando a iniciativa e lamentando que “o Dr. João Goulart e o jornalista Edmundo Moniz estejam coonestando tal projeto” (SNI, 21 mar. 1975, p. 1).

Wilson Fadul foi apontado como um dos que davam certo crédito à possibilidade de revisão da estrutura do sistema partidário pelo regime, o que permitiria uma terceira

⁴²³ Sobre o envolvimento de um funcionário do Ministério da Justiça com a criação da UTB, um outro informe, escrito poucos dias depois, afirmava que José Barbosa, o ex-petebista em questão, era favorável a um novo partido trabalhista, mas contra o empreendimento de Orpheu (SNI, 26 mar. 1975, p. 366).

organização. Contudo, duvidava que Orpheu realmente fizesse parte de uma articulação dessa natureza. Teria ouvido, entre dezembro e janeiro, de uma deputada da ARENA do Rio de Janeiro, relatos da preocupação na área governamental sobre a força do PCB na Igreja Católica e no MDB, creditando aos comunistas o bom desempenho do partido de oposição nas eleições do ano anterior. Semanas depois, a parlamentar deixou de lado o temor acerca das ações do PCB, mas admitia que o governo pensava em reformular o programa da ARENA para enfrentar o descontentamento popular (SNI, 21 mar. 1975, p. 2).

A preocupação dos militares com um suposto fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro foi um dos argumentos que Orpheu teria utilizado para convencer os aliados de Jango de que o governo poderia assentir com a formação da UTB. No relatório produzido sobre o encontro no aniversário de Jango, o SNI afirmava que Jango perguntara sobre a repressão aos comunistas e afirmara, ao lado de Orpheu, que esteve em contato com membros do PCB que se encontravam na França, os quais teriam apresentado uma situação muito favorável para o partido, destacando o crescimento numérico de seus quadros. Nesse momento, Orpheu teria ido além:

Orpheu, em abono do trabalho de formação de um terceiro partido, com objetivos de aglutinar antigas áreas do PTB, diz que os militares brasileiros, visceralmente anticomunistas, conscientes da expansão do PCB no Brasil, poderão consentir a criação do aludido terceiro partido. Revela que destilou a informação dos comunistas, recebida em Paris – o fortalecimento do PCB – aos seus colaboradores militares (os que trabalham consigo na Consulseg, INPA e Cibracex) para levarem aos órgãos de segurança. (SNI, 10 mar. 1975, p. 7).

De acordo com o documento, diante da confissão de Orpheu, Jango teria ressaltado que fora o seu sócio quem recebeu a informação sobre o PCB em Paris, sendo o único responsável pelo destino dado às conversas. Orpheu não teria rebatido o ex-presidente, não procurando se desvincular da avalanche de violência contra o Partido Comunista no início de 1975.⁴²⁴ Em 13 de janeiro, o Centro de Informações do Exército (CIE) havia localizado uma gráfica clandestina do partido e desencadeou uma série de prisões. Na operação, foram presos Elson Costa, que entrou para a lista de desaparecidos, e Alberto Aleixo, irmão de Pedro Aleixo, que ocupara a vice-presidência durante o governo Costa e Silva. A prisão que recebeu mais destaque, contudo, ocorreu no dia 18 de janeiro, quando Marco Antônio Coelho, deputado cassado após o golpe de 1964, foi apanhado pela repressão. Brutalmente torturado, foi salvo pela persistência de sua esposa, que fez com que o caso chegasse até a cúpula do

⁴²⁴ Segundo o informe: “E Orpheu, nesse aspecto, está convicto de que com a informação destilada por seus colaboradores precipitou a repressão contra o PCB” (SNI, 10 mar. 1975, p. 7).

governo.⁴²⁵ O Ministério da Justiça negou as denúncias de tortura e levou uma equipe da Rede Globo para filmar, à distância, o prisioneiro (GASPARI, 2014d, p. 22-23).

É impossível afirmar se realmente Orpheu dos Santos Salles repassou alguma informação sobre o PCB aos órgãos de informação da ditadura, mas é seguro dizer que não há nada que ligue Jango e o conteúdo da fala sobre o PCB, atribuída ao seu sócio. Sobre a repressão aos comunistas na virada de 1974 para 1975, é certo afirmar que ela não dependeu de uma avaliação externa acerca das forças do partido, tivesse esta sido oriunda de Orpheu ou de outra pessoa não pertencente à estrutura do regime, que estava decidido a abater o PCB.

O discurso oficial sobre a repressão ao PCB foi divulgado no dia 30 de janeiro, através de uma declaração do ministro da Justiça, Armando Falcão, em cadeia de rádio e TV. O ministro anunciou o desmantelamento da gráfica responsável pela publicação de *Voz Operária*, acusou o partido de atuar nas eleições do ano anterior e de receber financiamento estrangeiro.⁴²⁶ No caso de levar em consideração alguns aspectos do informe do SNI, Orpheu estaria ponderando acerca do avanço do regime sobre o PCB e apostaria no retorno ao anticomunismo que marcou a vida do PTB. Sobretudo no Rio de Janeiro, durante os primeiros anos de vida do partido, os trabalhistas viam os comunistas como adversários nas urnas e no meio sindical (D'ARAÚJO, 1996, p. 47-48). Grande parte dos trabalhistas, contudo, havia mudado muito nos trinta anos que se passaram entre o fim do Estado Novo e a discussão da fundação da UTB.

O documento que deveria servir de manifesto ao lançamento da UTB expressa o caráter conciliatório da empreitada. Na versão apresentada por Orpheu no Uruguai, havia muitas demonstrações simpáticas aos militares e possíveis aliados. Há um longo elogio à história das Forças Armadas e sua oficialidade, tida como avessa “ao espírito de casta ou classe privilegiada” (UNIÃO TRABALHISTA BRASILEIRA, 1 mar. 1975, p. 1), e um afago à importância dada pela corporação à ideia de hierarquia, prejudicada durante o governo Goulart, segundo o manifesto, pela agitação da esquerda e direita, responsáveis por gerar uma imagem que não correspondia à realidade. A violência do regime foi tratada como responsabilidade dos escalões inferiores, que agiam à revelia dos chefes militares, preparando o principal aceno, que se dirigia ao governo vigente:

À frente dos destinos da Nação e na chefia suprema de suas Forças Armadas, há hoje um cidadão que faz jus ao nosso crédito de confiança e a quem o destino

⁴²⁵ Segundo o SNI, Jango comentou sobre Marco Antônio Coelho durante a conversa realizada em seu aniversário e contou que recebera uma visita do dirigente comunista em 1973 (SNI, 10 mar. 1975, p. 7).

⁴²⁶ O pronunciamento de Armando Falcão foi publicado pelo *Jornal do Brasil* (31 jan. 1975, p. 3).

reservou um papel decisivo na defesa da soberania nacional e da própria dignidade do povo brasileiro, a todo instante ameaçada pelas armas da desagregação, da intriga e da corrupção. Chefe do Gabinete Militar do austero e sempre respeitado, em sua memória, marechal Humberto de Alencar Castello Branco; presidente da Petrobrás, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, sua posição tem sido, invariavelmente, a de um nacionalista esclarecido e sincero, dotado de um pragmatismo responsável, em que não cabem sentimentos de xenofobia, e de um adepto do Estado de Direito, que não se confunde, porém, com um liberalismo econômico obsoleto e ultrapassado. Sua política nacionalista, pragmática e responsável, requer, neste momento, como base de sustentação popular, uma grande corrente de opinião. Só um partido pode constituir essa corrente, orientada pelos mesmos ideais: um partido trabalhista. Um partido que apoie, não propriamente a pessoa do Presidente Ernesto Geisel, nem que apoie, incondicionalmente todos os seus atos, por espírito de subserviência, mas que apoie e sustente o que ele representa, pelo seu passado e pelo seu presente. (UNIÃO TRABALHISTA BRASILEIRA, 1 mar. 1975, p. 5).

Havia um aceno a outro político, o ex-presidente Jânio Quadros, citado na comemoração do aniversário de Jango. De acordo com o informe do SNI, Orpheu dos Santos Salles teria afirmado que se encontrara com Jânio Quadros e apresentado a ideia de fundar um novo partido, oferecendo a liderança da UTB ao ex-presidente, que ao contrário de Jango, residia no Brasil:

Jânio procurou evitar compromisso. Ao lhe ser oferecida a chefia do movimento em nome do Dr. João Goulart, o ex-Presidente fez ponderações de que Jango era “o herdeiro de Vargas”, o chefe do trabalhismo e defensor dos trabalhadores. Ele, Jânio, vivia agora uma situação difícil e sem possibilidades de dispor de recursos para uma realização daquela natureza. Ademais, o político era o Jango. (SNI, 10 mar. 1975, p. 13).

No manifesto apresentado por Orpheu, Jânio foi mencionado como “brilhante líder popular que atirou fora o poder para ficar com o povo, na luta contra as forças reacionárias e antinacionais” (UNIÃO TRABALHISTA BRASILEIRA, 1 mar. 1975, p. 3). Da versão original do manifesto, o único trecho que aparentava ser capaz de escapar às críticas mais duras e encaminhar um consenso entre os trabalhistas era o programa mínimo apresentado no final do documento. Reivindicava anistia ampla e irrestrita, reparação aos que sofreram violências pelas forças estatais, expansão das vagas no ensino público, melhor distribuição de renda, liberdade sindical, direito de greve, uma política externa independente e uma, ainda incomum, defesa do meio ambiente.

No segundo documento, escrito por Moniz a partir do manifesto apresentado por Orpheu, desapareceu a referência à violência estatal como prática dos setores subalternos em discordância com os chefes militares, bem como todo o parágrafo enaltecendo Geisel e Castello Branco. Sem os elogios, o compromisso de apoiar medidas do governo ficava melhor delimitado:

O novo partido que nos dispomos a organizar – a União Trabalhista – agirá com a máxima autonomia, lutando ao lado dos que desejam o pleno restabelecimento das liberdades democráticas e garantias individuais e coletivas. Estará disposto a apoiar as medidas do atual chefe do governo, General Ernesto Geisel, no que concerne à distensão política, gradual ou emergente, à defesa da economia nacional e o estabelecimento do Estado de Direito. (UNIÃO TRABALHISTA BRASILEIRA, sd, p. 45).

O manifesto não chegou a ser lançado e é o único documento da UTB de que se tem notícia. Embora haja registro de que Doutel de Andrade deixou de se contrapor à ideia (SNI, 26 mar. 1975, p. 366), não há qualquer indício de que Jango e Orpheu tenham convencido líderes ou setores importantes do trabalhismo a apoiarem o lançamento da UTB, talvez pela baixa expectativa que o ex-presidente tinha sobre as chances da empreitada.⁴²⁷ O passo definitivo para a desistência foi dado em julho daquele ano, em meio às expectativas acerca de um encontro entre Orpheu e Geisel. Um informe de 12 de julho tratava do retorno do sócio de Jango ao Brasil, após uma viagem à China. Orpheu teria sido recebido no Ministério da Fazenda, no Ministério das Relações Exteriores e aguardava uma reunião com Geisel, encontro que não sabemos se ocorreu (SNI, 12 jul. 1975, p. 886). Mais tarde, outro documento do SNI diz que Orpheu foi chamado ao órgão para explicar as suas atividades políticas e o financiamento da UTB (SNI, 3 set. 1975, p. 889). O fato é que, poucos dias depois do informe de julho ser escrito, Orpheu se desvinculou das articulações por um terceiro partido, fazendo isso através de uma carta enviada a José Barbosa, o funcionário do Ministério da Justiça que aparecera em relatórios do SNI como um dos participantes da articulação:

Tendo em vista, porém, a multiplicidade de interpretações que vem sendo dadas à nossa iniciativa, inclusive a que lhe atribui inverídicos objetivos revanchistas, detonados do Exterior, e considerando ainda que o próprio Presidente Geisel considera desaconselhável, no momento, qualquer iniciativa política que se revista de significação pluripartidária, considero-me desde agora desligado de qualquer movimento que propenda à fundação de um terceiro partido político no Brasil. Entendo, com efeito, que na presente conjuntura, todos os democratas do Brasil devem cerrar fileiras em torno do Presidente Geisel, acatando-lhe, inclusive, as diretrizes políticas e apoiando-o em todas as suas iniciativas governamentais que visem à defesa dos interesses nacionais e das classes trabalhadoras do país. (SALLES, 16 jul. 1975, p. 1-2).

⁴²⁷ Na referência que faz ao aniversário de Jango, Jorge Ferreira cita o manifesto escrito por Moniz e, embora não tenha tratado do seu conteúdo ou da proposta ao redor da criação da UTB, registrou: “Goulart, no entanto, não via maiores consequências no documento. Não alimentava esperanças de uma redemocratização em curto prazo. Aos amigos, dizia que o retorno ao Estado democrático no Brasil somente seria possível quando houvesse a fissura no bloco do poder dominante, em particular entre os militares e o empresariado paulista. Seriam eles, os capitalistas de São Paulo, os setores chaves não apenas para a redemocratização, mas para a consolidação democrática no país. Era preciso convencer o empresariado paulista de que a democracia não era um empecilho aos seus negócios” (FERREIRA, 2014, p. 648).

Na ocasião, Orpheu também escreveu ao general João Batista de Figueiredo, que chefiava o SNI, encaminhando uma cópia da mensagem dirigida a José Barbosa. O recuo do sócio de Jango tinha um motivo evidente: Orpheu desejava se aproximar do regime, não brigar com ele. Confirmando o gesto a Geisel, o empresário voltou a oferecer uma aliança ao governo, dessa vez através da ideia de formação de uma rede de emissoras de rádio – e futuramente canais de televisão – com o intuito de manter uma programação exclusiva para divulgar as ações do governo e da ARENA, com a participação de deputados e políticos próximos ao Palácio do Planalto. Para isso, emissoras de rádio seriam adquiridas através da sociedade entre empresários e parlamentares, além da distribuição de aparelhos de rádio capazes de sintonizar apenas a frequência oficial. O informe enviado ao Gabinete Civil da Presidência da República afirmava que o grupo proponente demandava do governo a reabertura de duas emissoras de rádio, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro, além da colaboração com publicidade oficial. Sobre o responsável pelo projeto, Orpheu dos Santos Salles, o documento apontava:

É necessário que se esclareça que o referido empresário foi elemento ligado ao sr. João Goulart em São Paulo, tendo atuado nos meios sindicais daquele Estado antes da Revolução e hoje reintegrou-se ao sistema que tem interesse em defender por ter se tornado um homem independente e rico. A única ligação entre ele e o sr. João Goulart ainda existente até recentemente, era o arrendamento da fazenda do ex-presidente Goulart, já tendo mantido vários contatos com o presidente da ARENA nacional, Deputado Francelino, com o senador Jarbas Passarinho e com outros líderes arenistas interessados na formação do “pool” mencionado. Em face das restrições havidas em seu passado, o empresário Orpheu Santos Salles deseja assumir com o Presidente Geisel um compromisso de botar toda a sua experiência de comunicação com as massas na batalha pela popularização do governo e pela vitória da ARENA no próximo e nos futuros pleitos. Aceita, também, financiar sem aparecer diretamente na formação da empresa que controlaria o grupo de radiodifusão em questão, caso persistam as restrições, embora tudo indique que elas poderão deixar de existir se for feita pelo SNI uma devassa em sua vida atual, para comprovação de seu afastamento do grupo antigo e da não participação em atividades contrárias ao regime. (SNI, 16 mar. 1976, p. 687).

A ideia, submetida à avaliação de Golbery pelo jornalista Djalma Juarez Magalhães, proprietário de um jornal da capital do Espírito Santo, foi reprovada pelo chefe da Casa Civil, o que desfez as chances do plano ir adiante. Evidencia-se, portanto, que Orpheu tentava se aproximar da ditadura e, conseqüentemente, distanciara-se de Jango, informação já registrada pelo SNI, alguns meses depois do fracasso da UTB.⁴²⁸ O momento era inoportuno para

⁴²⁸ Um informe de setembro de 1975 dizia que as relações entre Jango e Orpheu estavam abaladas e o ex-presidente acusava o empresário de descumprir o contrato relativo ao arrendamento da sua fazenda em Mato Grosso. Desse modo, corria a história de que “Orpheu estaria agora procurando se livrar do dr. João Goulart, ao pressentir que essa sua vinculação pode trazer-lhe obstáculos no Brasil” (SNI, 22 set. 1975, p. 913).

especulações de acordos entre Jango e o regime. Pressionado pelo resultado das urnas em 1974, o governo era acusado por grupos militares de condescender com a oposição e, conseqüentemente, trair o regime. Nesse sentido, o símbolo escolhido pelos adversários de Geisel nos quartéis era Golbery e as informações acerca de um arranjo político patrocinado por ele para permitir a reorganização partidária dos trabalhistas, impulsionaram o protesto militar contra a discreta distensão.

Um comentário feito em um dos informes do SNI deixava claro o sentimento que o boato sobre aproximações entre o governo e o grupo de Jango despertaria nos meios militares. A articulação em prol do terceiro partido foi chamada de “quase inacreditável e imoral” pelo agente do órgão, que contrapunha o caso a uma tentativa anterior, encabeçada por Pedro Aleixo e negada pelo regime (SNI, 19 mar. 1975, p. 361). A mesma expressão “quase inacreditável” já fora utilizada antes para se referir à UTB. Pouco antes dos informes do SNI sobre Orpheu dos Santos Salles, em fevereiro de 1975, um panfleto intitulado “Traição à Revolução de 1964”, dividido em oito capítulos – por isso também conhecido como “Novela da Traição” – e enviado, aos poucos, por carta a militares, abriu o leque de críticas à abertura citando o suposto envolvimento de Golbery na empreitada:

É de estarecer e quase inacreditável, mas temos seguro conhecimento de que Golbery, através de articulações feitas por Dirceu de Araújo Nogueira e seu Chefe de Gabinete Edgar Bernardes, em reuniões com o advogado de João Goulart, estão tentando tumultuar a vida nacional com o lançamento de um manifesto propondo a criação de um novo partido político, a “União Trabalhista Brasileira” (o novo PTB), apoiado pelos comunistas e corruptos, visando finalmente a anistia de Jango, Juscelino, Jânio Quadros e de outros cassados, no mais curto prazo. Estamos assim diante de um novo e atroz “retorno” realizado em pequenas doses. (NOVELA DA TRAIÇÃO, 1975, p. 5).

O grupo tinha Golbery como alvo principal e acusava-o, entre outras coisas, de premeditar a derrota do governo nas eleições de 1974, preparar sua candidatura à sucessão presidencial, colaborar com o jornal *Opinião* e preencher cargos no governo com militares que não se alinhavam aos ideais do regime. Os panfletos anunciavam que “muitas cabeças rolarão” (NOVELA DA TRAIÇÃO, 1975, p. 12) e recorriam à história política do Brasil para atacar o ministro, chamando-o ora de “Joaquim Silvério”, ora de “Gregório Branco”, em referência ao funcionário de Getúlio Vargas, condenado por encomendar o atentado contra Carlos Lacerda, em 1954. Era a alcunha de “Gregório Branco” que acompanhava um desenho no qual o general aparecia enforcado.⁴²⁹

⁴²⁹ Segundo Elio Gaspari (2014d, p. 78-79), o desenho foi feito por Alberto Fortunato, coronel lotado no Ministério de Minas e Energia e envolvido em atentados a bomba. Segundo o jornalista, os panfletos podem ter

Figura 3 – Desenho simula o enforcamento de Golbery.



Fonte: SNI (17 nov. 1976, não paginado)

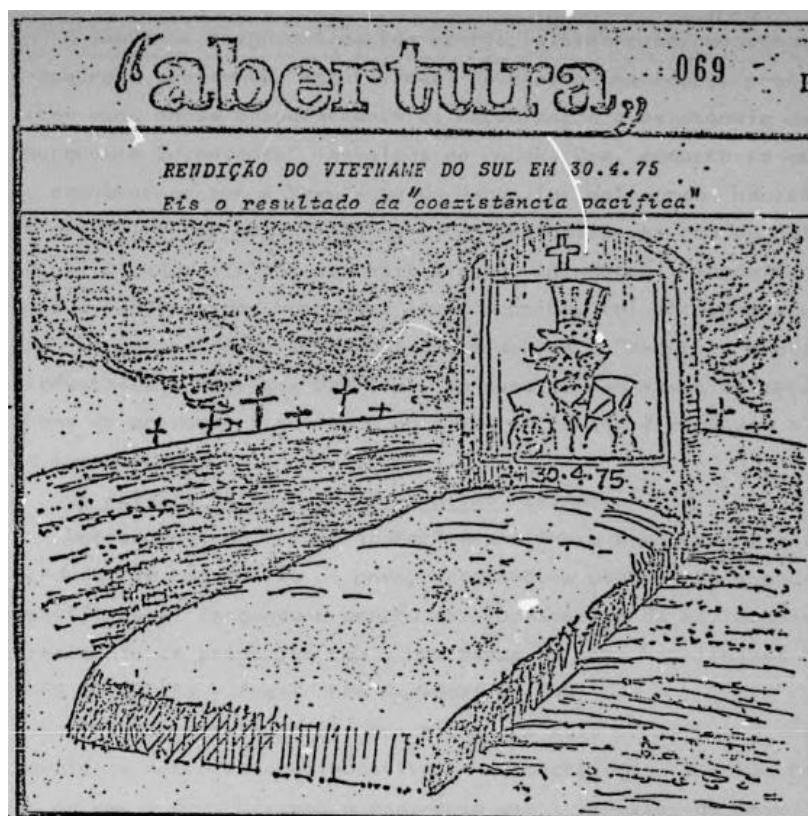
A “Novela da Traição” foi seguida por outros panfletos contra Golbery e a distensão, assinados por grupos autodenominados “Voluntários da Pátria”, “Sentinelas do Brasil”, “Liga Brasileira Anticomunista”, “Movimento Democrático Anticomunista”, “Movimento Dezoito do Forte”, “Aliança Brasileira Anticomunista” e “Movimento de Recuperação”. Alguns materiais faziam do cenário internacional a imagem para representar as ameaças que agitavam contra qualquer flexibilização do regime. Portugal, Camboja e Vietnã foram citados como exemplos da vitória dos progressistas e dos defensores de direitos humanos, os quais, para o extremismo de direita, eram sinônimos de comunismo.⁴³⁰ Em abril, no mês da vitória da

sidio escritos no apartamento do general Octávio Moreira Borba e contado com a colaboração de dois oficiais que trabalhavam no SNI. Sobre a autoria dos panfletos, também ver Maud Chirio (2012, p. 181).

⁴³⁰ Um panfleto assinado pelo “Movimento Cívico Democrático” dizia: “É o momento de desmascarar esses falsos pregadores dos direitos humanos. Não é possível deixar na impunidade ceifadores de vida e desagregadores da vida nacional. Justamente quando eles, por aí – como é o caso do Vietnam do Sul e do

Frente Nacional de Libertação sobre as tropas do Vietnã do Sul, apoiadas pelos Estados Unidos, um novo desenho circulou em correspondências enviadas a membros das Forças Armadas. A distensão era comparada à política de coexistência pacífica que marcava as relações entre os EUA e a URSS desde a década de 1950, responsabilizada pela derrota dos norte-americanos na Guerra do Vietnã.

Figura 4 – Desenho em panfleto de 1975



Fonte: SNI (17 nov. 1976, p. 69)

Acompanhando o desenho, uma advertência:

AMERICANO – vítima inocente da política de “coexistência pacífica” aqui no Brasil denominada de – “Distensão” [sic] – Os americanos foram no golpe da “distensão” [sic], fizeram um acordo de paz com os comunistas, era o que “eles” queriam para se reorganizarem. Romperam o acordo de paz (distensão [sic]) e destruíram o Vietname do Sul. O Brasil que “abra o olho” com a “epidemia de distensão [sic]” que grassa no país, poderá significar o fim. Aqui existe remédio que cura – projetado, desenvolvido e fabricado no Brasil por brasileiros, sem necessitar das “multinacionais”. O remédio milagroso que cura “epidemia de distensão [sic]” chama-se: Ato Institucional Número Cinco, também conhecido simpaticamente por AI-5. (“ABERTURA”, 30 abr. 1975, p. 69).

Camboja, prendem, confinam, maltratam, enforcam, fuzilam os verdadeiros patriotas. E o que dizer de Portugal?” (MOVIMENTO CÍVICO DEMOCRÁTICO, 1975, p. 77).

A exaltação dos mecanismos nacionais de institucionalização da ditadura evidencia outro aspecto comum aos panfletos contra a distensão: o nacionalismo. Golbery era atacado por ter presidido a subsidiária do grupo norte-americano *Dow Chemical* no Brasil e, supostamente, atuar em seu benefício após assumir o cargo no governo Geisel,⁴³¹ ao mesmo tempo em que outros documentos criticavam manifestações de parlamentares e empresários contra o tamanho da participação do Estado na economia brasileira.⁴³²

A reação às notícias acerca da UTB impediu que a articulação fosse adiante, mas, frente à dificuldade em imaginar o fim do bipartidarismo em um curto prazo, a frustração pode ter sido maior por confirmar que o retorno de Jango continuava travado pela militarização das decisões políticas. O ex-presidente manteve contatos em busca da permissão para regressar ao Brasil, mas faleceu, em 6 de dezembro de 1976, sem ter voltado a pisar em solo brasileiro.

A situação de Edmundo Moniz se assemelhava a de Jango, pois, absolvido do IPM ao qual respondeu, não estava legalmente impedido de voltar ao Brasil, dependendo apenas da reação militar à sua presença no país. Residindo no Uruguai, também estava pressionado pela situação política daquele país, pois o presidente Juan Maria Bordaberry havia sido deposto pelos militares, em junho de 1976, e se instalara um novo governo civil sustentado pelo poder militar, que, através de atos institucionais, estruturava o regime para reprimir o movimento operário e os focos de oposição. Em julho, um agente do SNI relatava que o jornalista tentava voltar ao Brasil:

O jornalista Edmundo Moniz, que encontra-se no exílio (México, Argélia, França e Uruguai), desde a promulgação do AI-5, tem manifestado, ultimamente, o seu desejo de retornar ao Brasil. Anteriormente, os seus familiares fizeram moções e pedidos nesse sentido, através do Gen. Lyra Tavares e do ex-senador Vitorino Freire, às autoridades. Entretanto, o exilado exigia garantias para a sua volta, alegando suas precárias condições de saúde. [...] Os familiares de Edmundo Moniz, e ele próprio, diante da situação vigente na Argentina e no Uruguai, passaram a manifestar novos propósitos de retorno. Para tal, os seus familiares decidiram pedir a interferência das entidades que o mesmo está vinculado, Instituto Brasileiro Histórico e Geográfico [sic], Sindicato dos Professores, Sindicato dos Jornalistas da ABI, junto às autoridades responsáveis pelo assunto. (SNI, 12 jul. 1976, não paginado).

⁴³¹ Um dos panfletos acusava Golbery de beneficiar a *Dow Chemical* na obtenção de matéria-prima e isenção de impostos (ALIANÇA BRASILEIRA ANTI-COMUNISTA, 1974, p. 27).

⁴³² Com a saída de Delfim Netto do Ministério da Fazenda e a chegada de Geisel à presidência, o empresariado fez da estatização da economia um tema importante no debate público, que possibilitava “lutar pela liberdade sem lutar pela democracia” (GASPARI, 2014d, p. 54). A burguesia continuava dependendo do Estado e sua contestação foi, muitas vezes, tímida. Porém, logo no início do governo Geisel, houve manifestações importantes de crítica ao tamanho do Estado na economia (GASPARI, 2014d, p. 58-59). Com a inserção de bandeiras nacionalistas nos panfletos distribuídos contra a distensão, os militares descontentes reagem às matérias da imprensa em defesa de versões mais liberais do funcionamento da economia.

No início de outubro, acompanhado de sua esposa, Ofélia Moniz, Edmundo voltou ao país. O desembarque ocorreu normalmente e o jornalista deixou o aeroporto sem problemas. Seria importunado pela Polícia Federal apenas em dezembro, quando foi intimado a depor em uma delegacia do Rio de Janeiro. Segundo a informação coletada pelo SNI, sua esposa considerava que a intimação era uma reação à assinatura no convite feito para a missa de sétimo dia da morte de João Goulart (SNI, 14 dez. 1976, p. 3).⁴³³ Dias depois de intimado, Moniz compareceu à delegacia, onde foi interrogado por aproximadamente três horas. Não há cópia do interrogatório, apenas um resumo feito por um agente do SNI:

entre as indagações que lhe foram feitas constaram:

- a. Explicações sobre as fases do seu exílio no México (onde ficou pouco tempo), na Argélia (porque fora para lá e motivos de saída), na França (o motivo da escolha e ali com quem se relacionara), Argentina e Uruguai;
- b. Suas relações com João Goulart (informou que só se estabeleceram depois de 1968, quando foi para o exterior);
- c. Suas relações com Leonel Brizola (esclareceu que não mantinha contato com o mesmo);
- d. Com referência a Maria Teresa Goulart perguntaram sobre uma “boate” de sua propriedade em Buenos Aires e a respeito da vida íntima de Jango e a esposa. Esclareceu em relação a “boate” tratar-se de uma “boutique” de roupas e afirmou não ter entrado nas particularidades do casal;
- e. Sua atuação no “Correio da Manhã”, os artigos e livros que escreveu;
- f. Se na volta ao Brasil respeitará as leis vigentes, ao que respondeu afirmativamente.

Edmundo Moniz afirma ter se declarado amigo pessoal de Juscelino Kubitschek e João Goulart, e confirmado a sua condição de socialista. [...] Diz que foi tratado com urbanidade e que não sofreu coação de qualquer natureza. Manifestou-se, entretanto, preocupado com a vigilância a que estaria submetido. (SNI, 20 dez. 1976, p. 1-2).

O retorno de Moniz não foi seguido de intervenções públicas ou atividades intelectuais de destaque. Não há registros de ações, encontros ou discussões com sujeitos que passaram pelas articulações da Frente Ampla, gravitavam ao redor de Francisco Teixeira ou colaboravam com João Goulart. Há apenas um relato de ameaça ao jornalista, que recebeu uma correspondência contendo um explosivo.⁴³⁴ Por um lado, o jornalista enfrentava

⁴³³ Outra hipótese é que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) chamara a atenção dos militares para a presença de Moniz no Brasil. Em novembro, a entidade enviou uma carta ao ministro da Justiça, Armando Falcão, parabenizando o governo por ter permitido o regresso do jornalista ao país sem incomodá-lo. Após receber a mensagem, o gabinete do ministro demandou da Divisão de Informações o histórico de atividades de Moniz e pouco tempo depois ele foi chamado às dependências da Polícia Federal (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 24 nov. 1976)

⁴³⁴ O caso foi revelado por José Gomes Talarico em uma reunião da direção da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Talarico denunciou que jornalistas estavam sendo ameaçados por assinarem os convites para a missa de um ano da morte de João Goulart e citou o exemplo de Moniz como antecedente: “Antes – contou Talarico – duas pessoas do Rio receberam cartas-bombas em sua residência. Uma foi dirigida ao consócio Edmundo Moniz, e explodiu ao ser aberta, sem consequências, felizmente, porque era baixo o seu teor explosivo. A carta dizia que esta era apenas uma advertência inicial” (BOLETIM ABI, dez. 1977, p. 22).

problemas de saúde, por outro, voltou a um país no qual o campo intelectual se transformara profundamente desde o AI-5:

O intelectual engajado, generalista, formado na órbita da Igreja Católica ou do Partido Comunista, atuando na imprensa diária ou associado à burocracia federal da cultura, estava sendo paulatinamente superado por um novo tipo de intelectual, especialista e profissionalizado. [...] o tipo de intelectual que se considerava sócio do Estado e intérprete da nação para superar o atraso e o subdesenvolvimento, tal como se afirmara, por exemplo, nos marcos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), dava espaço ao intelectual crítico, sempre desconfiado do Estado, das instituições e valores dominantes e da “burguesia”, que se via mais como porta-voz da “sociedade civil”. (NAPOLITANO, 2021, p. 216-217).

Foi a vitória do modelo de intelectual “específico”, caracterizado por Foucault (1979) como derivado do “cientista-perito”, que ganhou espaço ao longo do século XX, na esteira do fortalecimento das universidades e da relação entre técnica, ciência e capitalismo. Em oposição ao escritor, amparado nas ideias universais de justiça, quem representava com centralidade a nova configuração intelectual era o professor, profissionalmente dedicado a questões específicas. Para o filósofo francês essa transformação carregava aspectos positivos, já que permitiria uma maior atenção às lutas localizadas no seu campo de saber. Para Moniz, significou o desaparecimento das condições que permitiram a consolidação da sua trajetória intelectual.

Sem a tribuna do *Correio da Manhã* disponível, Moniz empenhou-se em escrever um livro sobre Canudos, publicado em 1978, pela editora Civilização Brasileira e dedicado a Mário Pedrosa, com o título *A guerra social de Canudos*.⁴³⁵ Ao estudar e escrever sobre a destruição da comunidade de camponeses no interior da Bahia, mergulhava na história do seu estado natal, procurando nas categorias do marxismo e no legado teórico de Trotsky vias para entender o conflito. Desse modo, apresentava a obra como uma abordagem de “um período histórico que se caracterizou pela tentativa da derrocada do poder civil e instauração de uma ditadura bonapartista, acima das facções políticas, de republicanos e monarquistas” (MONIZ, 1978, p. 11). O intuito de Antônio Conselheiro e da comunidade do interior da Bahia, segundo Moniz, não era combater a República, mas combater a burguesia, que se aliara ao latifúndio em uma revolução burguesa incompleta, pois deixou intacta a estrutura fundiária brasileira. Canudos seria, portanto, um episódio da luta pela reforma agrária.

Como afirma José Maria de Oliveira Silva (1997), por, pelo menos quatro décadas, a abordagem à história de Canudos foi hegemonizada pela caracterização do movimento como

⁴³⁵ A “orelha” do livro foi escrita por Pedrosa. Na década seguinte, Moniz publicou outro livro sobre o tema, *Canudos: a luta pela terra*. Foi o primeiro volume de uma coleção da editora Graal denominada “História Popular”.

fenômeno messiânico, sebastianista, fanático e reacionário, imagem construída por políticos, militares e com a qual a principal obra sobre o conflito, escrita por Euclides da Cunha, não se chocava por completo. A publicação de depoimentos de sobreviventes, na década de 1940, colaborou para apresentar outra visão sobre a vida em Canudos, movimento completado pela publicação de livros como o do intelectual comunista Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos*, de 1963. Sobre o título, o autor deixava claro que o termo fanático, além de ser pejorativo, favorecia explicações que tratavam experiências históricas, como Canudos ou a atuação religiosa, social e política do Padre Cícero, exclusivamente sob a chave de leitura do misticismo. Sem descartar a força do elemento messiânico, Facó (1976) pretendia encontrar as bases materiais que permitiram o surgimento do líder religioso de massas e do chefe cangaceiro, discutindo, para isso, a concentração da propriedade da terra e as transformações sociais, econômicas e políticas operadas entre o fim da monarquia e as primeiras décadas da República.

Com *A guerra social de Canudos*, Moniz se alinhou aos que buscavam “uma tradição revolucionária” (SILVA, 1997, p. 14) da luta pela terra no Brasil, na qual Canudos ocupava lugar de destaque. No rol das categorias marxistas utilizadas na análise do processo de surgimento e destruição da comunidade, acrescentou a noção de desenvolvimento desigual e combinado, à qual dedicou um capítulo do livro, principal exposição que deixou acerca da formação econômica do Brasil. Nela, fica claro que a aproximação com o desenvolvimentismo, ocorrida a partir da década de 1950, ajudou a moldar uma resposta mais elaborada à questão que rondava a vida intelectual de Moniz, desde a publicação dos textos das organizações trotskistas brasileiras na década de 1930: como caracterizar a formação econômica e social do Brasil, desde o período colonial até o desenvolvimento industrial do país após 1930. A saída adotada por ele foi afirmar a existência de relações feudais no Brasil, mas com tipos particulares, que fugiam ao modelo europeu:

Seria estéril discutir a existência ou não de uma sociedade feudal no Brasil. Mas é preciso definir as características básicas da sociedade brasileira. É claro que o feudalismo, no Brasil, não poderia ter as mesmas características do feudalismo europeu que, após a sociedade escravocrata, evoluiu passando por todas as formas do desenvolvimento orgânico. [...] Querer transformar o feudalismo numa categoria imutável, acima dos acontecimentos particulares da história em permanente mutação, não passa de uma abstração. (MONIZ, 1978, p. 70).

Para ele, a criação das capitanias no Brasil e a distribuição de sesmarias fizeram parte do processo de implantação do feudalismo no país, pois Portugal, mergulhado no comércio ultramarino, ainda não chegara ao capitalismo. No Brasil, contudo, teria se desenvolvido uma

forma peculiar de feudalismo, apoiado na escravidão e no comércio internacional de seus produtos, em contraste com teses que enfatizavam a “produção para uso” nas sociedades feudais e sua contradição com a atividade comercial, responsável pela debacle do modo de produção.⁴³⁶ Diante da peculiaridade do feudalismo no Brasil, Moniz admitia chamá-lo de “semifeudalismo”, fenômeno produzido pelo desenvolvimento desigual e combinado das economias periféricas:

A tese de que não houve feudalismo no Brasil porque a economia feudal, numa de suas fases, é fechada em si mesma, vivendo isoladamente do que ela própria produz, não resiste à dialética dos fatos. O isolamento, sem dúvida, inexistiu na colônia em consequência da produção do açúcar, do ouro e do café, que a fez penetrar no mercado mundial. Mas o feudalismo no Brasil não primou pela pureza química e datava do século XVI. Se os estudiosos do assunto falam em semifeudalismo, subentende-se o caráter combinado da economia brasileira; a participação no mercado mundial não elimina as características feudais do modo de produção. A Rússia semifeudal do século XX participava com 40% na exportação do mercado mundial do trigo. (MONIZ, 1978, p. 73).

As questões levantadas por Moniz acerca das relações sociais no campo, que o autor destaca como motivação de Antônio Conselheiro, haviam sido respondidas por Caio Prado Jr. (1977) quando sistematizou sua crítica às posições majoritárias no PCB. O lugar da expansão ultramarina e da colonização do Brasil, na dinâmica econômica mundial, bem como seu significado para o desenvolvimento do capitalismo, foram temas do livro de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, publicado em 1979.⁴³⁷ A adesão tardia de Moniz às teses da primeira metade do século XX ocorreu na contramão do debate intelectual de sua época, marcado, também, pela publicação, em 1978, de *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender.

Se o sertão de Moniz convivia com a herança feudal, o Antônio Conselheiro descrito por ele era muito diferente da imagem difundida do líder religioso, para a qual Euclides da

⁴³⁶ A relação entre o comércio e a economia feudal foi parte importante do debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy. O primeiro não descartava a importância do crescimento do comércio e das transações em dinheiro durante os séculos fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, mas destacava a vitalidade da servidão em regiões de intenso crescimento comercial, fato que põe em dúvida o lugar central do capital mercantil na dissolução do feudalismo (DOBB, 1983, p. 29-30). Na crítica ao livro de Dobb, *A evolução do capitalismo*, Paulo Sweezy, reconhecendo que o feudalismo não significava ausência de transações comerciais, considerou que o crescimento do comércio de longa distância era um ente estranho ao funcionamento básico do feudalismo, gerando uma nova dinâmica de produção de mercadorias e acumulação de riqueza, paralela ao feudalismo e de papel relevante na sua superação (SWEETZY, 2004, p. 51-52).

⁴³⁷ Para Novais (1989), a colonização não constituiu a transposição de estruturas feudais para o Brasil, inserindo-se “como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil. Aquilo que, no início dessas reflexões, afigurava-se como um simples projeto, apresenta-se agora consoante com processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno” (NOVAIS, 1989, p. 70).

Cunha contribuiu.⁴³⁸ Como resume José Maria de Oliveira Silva (1997, p. 8), em *Os Sertões*, a “religiosidade em Belo Monte era algo irracional”. Para Euclides da Cunha, Conselheiro era uma “espécie de grande homem pelo avesso, [...] reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade. Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele” (CUNHA, 2013, p. 180). No livro escrito por Moniz, o prestígio de Conselheiro com um grande contingente de camponeses não advinha da identificação gerada pelas superstições compartilhadas, mas por características positivas do pregador, que aparentava ser “um homem sereno, compreensivo, experiente, que procurava resolver sensatamente os problemas alheios” (MONIZ, 1978, p. 28). O ascetismo de Conselheiro, que não comia carne e repudiava bebidas alcoólicas, deixou de ser mero sintoma de rigidez fanática e foi notado como elemento que aproximava a experiência de Canudos de revoltas camponesas na Europa e do movimento operário em suas primeiras expressões. Moniz se baseava nos escritos de Engels acerca das revoltas camponesas ocorridas na Alemanha, durante o século XVI, que tinham um forte componente religioso. O ascetismo ganhava contornos de recusa dos prazeres vinculados à ordem contra a qual se insurgiam movimentos anteriores ao pleno desenvolvimento da consciência de classe e organização dos trabalhadores.

Conselheiro, portanto, foi transformado em herdeiro de Thomas Munzer, o teólogo protestante alemão, assassinado, em 1525, pelas tropas da nobreza, e comparado a Charles Fourier e Robert Owen, conhecidos como “socialistas utópicos”, denominação consagrada por Marx e Engels. Além da generalização das experiências históricas, Moniz arriscou uma hipótese para vincular concretamente o modelo de sociedade desenvolvido em Belo Monte a ideias de recusa ao *status quo* cujas fontes não podiam ser identificadas com fanatismo:

Se o utopismo baseava-se na criação fantástica da sociedade igualitária, as revoluções contra o feudalismo tiveram sempre como princípio a volta ao cristianismo primitivo. Antônio Conselheiro imaginou a criação de uma comunidade em que prevalecesse a igualdade cristã dos primeiros séculos da nossa era. Em suas Prédicas, citava os Evangelhos e os filósofos da Igreja, especialmente Santo Agostinho, autor da Cidade de Deus. Numa delas, Antônio Conselheiro relata que Thomas More não quis submeter-se a Henrique VIII, de quem fora Chanceler-mor, preferindo a morte, apesar dos rogos da esposa, a transigir com o rei quando este rompeu com o Papa criando a Igreja Anglicana. Se Antônio Conselheiro conhecia essa passagem da vida de Thomas More é porque lera, certamente, sua biografia. E qualquer biografia de Thomas More deveria conter um resumo da Utopia. Tudo,

⁴³⁸ Moniz tocou na questão em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*. Chamou *Os Sertões* de “um dos livros mais belos da literatura nacional” (MONIZ, 17 dez. 1978, p. 6), mas destacou que o peso da obra de Euclides da Cunha reduziu Conselheiro ao fanatismo, imagem da qual poucos autores posteriores teriam divergido.

porém, leva a crer que Antônio Conselheiro chegou a ler este livro, cuja influência é tão clara na obra que se propôs realizar. (MONIZ, 1978, p. 30-31).

Desse modo, Canudos não era tratado como uma comunidade de fanáticos religiosos organizados sob a bandeira monarquista, mas uma experiência de bases socialistas, surgida colateralmente à revolução burguesa em curso, da qual a Proclamação da República fazia parte. Em *A guerra social de Canudos*, a figura de Antônio Conselheiro, que não dava crédito aos republicanos pela abolição da escravidão, contrapunha-se ao novo regime político não pelo que a república trazia de novidade na relação com a Igreja Católica e a sociedade, mas por aquilo que deixara de realizar no campo, permitindo a manutenção da miséria dos sertanejos. O trabalho de Moniz, inscrito na tradição marxista da interpretação do movimento de Canudos, tinha conclusões originais sobre o tema e se tornou, ao lado de *O golpe de abril*, seu livro de maior repercussão.

Sem a imprensa diária para publicar seus artigos, Moniz buscou, na editora Civilização Brasileira, o espaço para continuar escrevendo. No ano de lançamento de *A guerra social de Canudos*, Ênio Silveira tentou trazer de volta o projeto político e intelectual da *Revista Civilização Brasileira*, agora com o nome *Encontros com a Civilização Brasileira*. A publicação, assim como a sua antecessora, reunia o melhor da intelectualidade brasileira às ideias estrangeiras, que tinham, na revista, um importante meio de divulgação. Assim, Darcy Ribeiro, Mário Pedrosa, Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, entre outros, dividiam espaço com Eric Hobsbawm, Eduardo Galeano e Lucien Sève. Contudo, não obstante os 29 volumes lançados entre 1978 e 1982, *Encontros* não repetiu o sucesso da *Revista Civilização Brasileira*.

Em *Encontros com a Civilização Brasileira*, Moniz deu um passo adiante na revisão de suas ideias sobre a União Soviética, retornando a Trotsky e suas ideias sobre o Estado operário degenerado, em passagem presente em um artigo sobre o Estado e as formas de governo:

O problema da ditadura do proletariado na União Soviética está ligado a origem da revolução de 1917. O governo bolchevique tornou-se autoritário, quisessem ou não seus dirigentes, por uma imposição histórica: a passagem do absolutismo monárquico num país semifeudal, pré-capitalista, para o regime socialista com a tomada do poder pelos soviets; a guerra civil por vários anos (1918-1921); o cerco capitalista, as intervenções estrangeiras, em 1918 como em 1941, tanto pelas nações aliadas (Inglaterra, França e Estados Unidos), sob governos democráticos, como pela Alemanha de Hitler, dominada pelos nazistas. O Estado autoritário era um ato de legítima defesa contra as agressões internas e externa, contra a contrarrevolução e contra as potências imperialistas que procuravam esmagar a revolução socialista. Este autoritarismo não justifica o stalinismo que foi a consequência do isolacionismo inicial da União Soviética, da guerra civil, do cansaço das massas, e

daí a tese mistificadora do socialismo num só país, lançada após a morte de Lenin. E desde que o Estado operário, embora parcialmente, perdeu o seu sentido internacionalista, houve a degenerescência governamental ou burocrática, a violação da legalidade soviética que culminou, nos processos de Moscou, com a eliminação da própria vanguarda bolchevique. (MONIZ, dez. 1979, p. 42-43).

Também foi em *Encontros* que Moniz publicou seu comentário ao livro de Mário Pedrosa, *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*, editado, em 1979, pela Civilização Brasileira e voltou ao tema de Canudos no ano seguinte, comentando o lançamento do romance *A guerra do fim do mundo*, do escritor peruano Mario Vargas Llosa. O romancista conheceu o livro de Euclides da Cunha no início da década de 1970 e teve a ideia de usar a história de Conselheiro e Canudos para escrever um roteiro para o cinema, projeto que acabou virando um livro.

Moniz não gostou da abordagem feita por Vargas Llosa, pois, além do escritor não aportar novidades de estilo à narrativa, tratava-se de um romance histórico,⁴³⁹ direcionando o olhar da crítica ao modo como o autor representava os personagens e os acontecimentos. Nesse sentido, Moniz argumentava que Vargas Llosa teria tratado o igualitarismo de Canudos “de maneira confusa, degradante” (MONIZ, 1982, p. 20) e ressaltado o fanatismo de Conselheiro e seus seguidores, aderindo à apresentação da comunidade como expressão de uma revolta contra a República. A inserção de atos violentos praticados por sertanejos que foram para Canudos, um deles um brutal assassinato, teria sido “uma forma de justificar a intervenção militar” (MONIZ, 1982, p. 18).

Com o processo de redemocratização em andamento, Moniz não se limitou à retomada da atividade intelectual. Dividiu sua atenção à história de Canudos com a reorganização das esquerdas, tarefa que o situava diante de questões semelhantes às que ele encarou quando o Estado Novo teve fim, após a queda de Getúlio. Como devem se organizar as esquerdas? Quais seus objetivos imediatos e que reflexos teriam na atuação de socialistas, trabalhistas e comunistas? De que modo lidar com as tradições nacionais e internacionais que norteavam a existências das correntes políticas de esquerda no Brasil? Em 1945, Moniz e parte do grupo que construía a *Vanguarda Socialista* optaram pela ampla frente antivarguista, guarda-chuva para abrigá-los enquanto tentavam fundar uma organização independente. Durante a lenta transição política dos dois últimos governos da ditadura militar, Moniz defendeu uma plataforma diferente. Nos anos 1940, estava ao lado de Mário Pedrosa combatendo Getúlio e seus espectros. Décadas depois, durante a conjuntura da distensão, revogação do AI-5, anistia

⁴³⁹ Por romance histórico entendemos, a partir das considerações de Lukács (1966), um tipo de literatura de ficção que faz do contexto histórico um elemento fundamental da narrativa, ultrapassando a mera ambientação e preocupada em representar costumes e características sociais de uma época.

e liberdade partidária, Moniz dialogava com os trabalhistas enquanto viu o amigo e companheiro de lutas seguir outro caminho.

5.2 A OUTRA CARTA DE LISBOA

Na reunião ocorrida na fazenda de João Goulart, durante o seu aniversário em 1975, Leonel Brizola teria sido citado nas discussões acerca da UTB. Também residente no Uruguai naquele momento, Brizola não se reconciliou politicamente com Jango⁴⁴⁰ e o papel sugerido para ele, na formação do partido, era o de assumir posição neutra, segundo sugestão atribuída a Orpheu. O sócio de Jango teria advertido que a participação do ex-governador dificultaria o arranjo com o regime, enquanto a sua oposição dificultaria a adesão das bases trabalhistas (SNI, 10 mar. 1975, p. 1077). O SNI seguiu os passos da consulta feita a Brizola e produziu um relato sobre o que seriam as posições do cunhado de João Goulart. O documento, dividido em três pequenas partes, inicia com a suposta reação inicial de Brizola sobre um terceiro partido:

Indagou Brizola:

O que estariam os dois desejando ou ruminando?

Qual o intuito de Jango?

Quem era esse Orpheu de quem tanto falam? De onde era esse personagem mágico e surpreendente?

Não entendia Brizola que, diante da situação tensa e em algumas horas graves no Brasil, Argentina e Uruguai, estivesse ele, Orpheu, circulando entre Rio – Buenos Aires – Montevideú.

[...] Sobre o documento do projetado terceiro partido, tomou Brizola conhecimento que o mesmo fora entregue a Edmundo Moniz para ser reformulado após o que seria enviado ao ex-governador do RGS. (SNI, 10 mar. 1975, p. 1078).

Não sabemos se Brizola recebeu a versão do manifesto reformulada por Moniz, tampouco se deu alguma resposta à sondagem que recebeu acerca da UTB. O documento do SNI menciona possíveis impressões de Brizola sobre a conjuntura brasileira. O ex-governador estaria atento às prisões ocorridas no Brasil, chegando a interrogar seu interlocutor, não identificado no relatório, acerca de divergências nos meios militares. Ao comentar os resultados do MDB nas eleições de 1974, teria demonstrado um otimismo limitado. O desempenho do partido de oposição seria consequência do maior envolvimento dos partidários de líderes cassados – a exemplo de Brizola e Jango – e da insatisfação popular com a carestia e a violência do regime. A juventude, enxergando no MDB a corrente de

⁴⁴⁰ Os dois tiveram, entretanto, um encontro amistoso no início de 1976, na casa de Brizola (FERREIRA, 2014, p. 652-653).

oposição, teria deixado de votar nulo para apoiar o partido. Para Brizola, entretanto, as lideranças emedebistas não estariam aproveitando adequadamente a vitória obtida nas urnas, hesitando em ocupar integralmente o papel de oposição (SNI, 10 mar. 1975, p. 1080). Desse modo, não acreditava que o partido fosse capaz de repetir a votação de 1974, nas eleições municipais de 1976, recusando colaborar com as tratativas para a nova disputa eleitoral. Teria indicado que o caminho da atuação dos trabalhistas seria constituir um partido independente, mesmo que tal projeto não tivesse data marcada para se concretizar. Comparava o quadro à situação ocorrida no final do Estado Novo, quando UDN e PSD despontavam no sistema partidário brasileiro e eram incapazes de agregar todas as correntes políticas, motivando Vargas a incentivar a criação do PTB para abrigar as suas bases sindicais (SNI, 10 mar. 1975, p. 1080).

O diálogo construído no informe do SNI mostra um Brizola sem muitas esperanças de retornar ao Brasil, mas elogioso em relação ao general Ernesto Geisel e à distensão:

Diz ter subestimado o general Ernesto Geisel, mas reconhece que o mesmo está dando uma outra dinâmica e maior respeitabilidade à Presidência. O “Alemão” – como chama o Presidente – é um puro e honesto, desprovido de ambições materiais. Entretanto, percebe-se, não conquistou ainda a sua plena autoridade governamental pelos condicionamentos do sistema. Recebeu uma “terrível” herança de Médici. Mas, são evidentes as suas tendências pró-normalização. (SNI, 10 mar. 1975, p. 1080).

Esse Brizola, que avaliava o novo governo como significativamente diferente do anterior, apresentava a si mesmo como um líder transformado. A imagem do político que carregara uma metralhadora durante a tentativa de golpe em 1961, defendera a realização das reformas de base sem conciliar com as forças conservadoras no Congresso e quisera derrubar a ditadura pelas armas de militares nacionalistas, deveria ser abandonada. O informe do SNI apontava:

Não se dispõe ele, Brizola, a enveredar mais pelos objetivos revolucionários. Pagou por isso irresgatáveis ônus e sacrifícios irrecuperáveis. Ficou à margem de tais movimentos. Deu nesse sentido a sua cota nessa imolação. Tais atividades produziram irremediáveis separações de amigos e companheiros. (SNI, 10 mar. 1975, p. 1081)

A moderação daria o tom da atuação de Brizola nos anos posteriores. A imprensa, ainda sob a censura do AI-5, não se referia a nenhuma movimentação política do ex-governador, mas até mesmo uma publicação fundada por trabalhistas dos quais era próximo,

os *Cadernos do Terceiro Mundo*,⁴⁴¹ publicados em espanhol desde 1974, não traziam declarações de Brizola. Contudo, em 1977, o político gaúcho voltou à cena política. Em setembro daquele ano, o governo uruguaio decidiu expulsar Brizola do seu território, argumentando que ele violara as regras do asilo político. Na verdade, desde a publicação da notícia de que o ex-governador precisava encontrar um novo país para residir, a interferência do governo brasileiro aparece como fator fundamental para a decisão dos uruguaios. O *Jornal do Brasil* registrou que circulava uma versão na qual o Itamaraty teria enviado documentos ao governo do Uruguai mostrando que Brizola estava atuando politicamente sobre a situação brasileira a partir do território vizinho, o que feria as regras do asilo (JORNAL DO BRASIL, 19 set. 1977. p. 12). Outras versões apontam para o ministro Sylvio Frota, general que ocupava o Ministério do Exército, como personagem central da trama que envolvia a expulsão de Brizola.

O general, demitido do cargo em 12 de outubro de 1977, menos de um mês depois do episódio envolvendo Brizola, era um dos militares de alta patente que vocalizavam as críticas às medidas de distensão implementadas ou pretendidas por Geisel, opondo-se mesmo a eventos simbólicos como o luto oficial declarado pela morte de Juscelino Kubitschek ou à política externa que reconheceu a China, comandada pelo Partido Comunista, e à reação do governo às mortes ocorridas nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, subordinado ao comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, demitido por Geisel em 1976. Alguns autores, como Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro (2015), citam o rumor de que Frota atuou junto aos militares do Uruguai pela expulsão de Brizola, já Maria Cláudia Moraes Leite (2015) registrou a versão que faz da expulsão do líder trabalhista parte do plano de Sylvio Frota para derrubar Geisel, pois o ministro temia a presença de Brizola no Uruguai e a organização de uma possível resistência a partir do sul do país. Outro relato foi feito à época em matéria da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*. A publicação, além de responsabilizar Frota pelas pressões exercidas sobre o governo uruguaio, denunciou uma movimentação militar, também comandada pelo ministro, para impedir que Brizola retornasse ao Brasil:

Teve um ataque de fúria quando circulou o rumor de que se havia permitido o retorno ao Brasil – para confiná-lo incomunicável em um ponto distante do país – ao ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, então exilado no Uruguai. Sem perda de tempo, o Ministro do Exército comunicou ao Ministro da Justiça,

⁴⁴¹ Fundada por Neiva Moreira, Beatriz Bissio, Júlia Contenha e Pablo Piacenti em 1974 na Argentina, a publicação *Terceiro Mundo*, mais tarde chamada de *Cadernos do Terceiro Mundo* ganhou uma edição em português em 1978. Editada a partir do México e Portugal, a revista publicava matérias sobre política e economia na América Latina, África e Ásia, se transformando um importante meio de divulgação de notícias dos países que passavam por processos de luta anticolonial.

Armando Falcão, - ideologicamente vinculado à extrema direita militar – que as Forças Armadas não consentiriam o retorno de Brizola. Em seguida mandou fechar as fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai e reforçou a vigilância em todos os aeroportos por onde poderia desembarcar aquele dirigente político. Geisel disse a Frota que não havia autorizado o retorno de Leonel Brizola, mas isso não o satisfaz. (ALMEIDA, dez. 1977, p. 39, tradução nossa).⁴⁴²

Mais tarde, em seu livro de memórias, Frota admitiu que alertou as áreas militares para prender Brizola caso ele voltasse ao país, mas afirmou que Geisel havia permitido o retorno, sob a exigência de “confinar” o ex-governador (FROTA, 2006, p. 487-488). De fato, Brizola procurou a embaixada brasileira para comunicar que desejava voltar ao Brasil e, lá, foi alertado de que seria preso, caso pisasse em solo brasileiro (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 32). A solução para Brizola estava ao norte, nos Estados Unidos, onde Jimmy Carter assumira a presidência com um discurso de defesa dos direitos humanos. A expulsão foi tratada pelos *Cadernos do Terceiro Mundo* como decisiva para que Brizola retomasse um papel político importante no Brasil, sobretudo pela súbita presença na imprensa desencadeada pelo episódio.⁴⁴³

A matéria dos *Cadernos do Terceiro Mundo* sintetizava o movimento político que Brizola realizava, pensando em seu retorno ao Brasil, e na retomada da plena atividade política. O MDB é deixado de lado, em nome da reorganização do trabalhismo, corrente política com seus símbolos e documentos, a exemplo da carta-testamento de Getúlio Vargas, publicada pela revista, mas que se movimentava para parecer renovado. Brizola iniciou tal deslocamento assim que deixou o Uruguai, durante a escala realizada na Argentina. Em conversa com jornalistas em um hotel de Buenos Aires, declarou:

“Eu faria muitas revisões de minha vida política, porque toda vida é isso, uma sucessão de revisões. Isto é que se chama viver sempre com espírito crítico”,

⁴⁴² Do original: “Tuvo un ataque de furia cuando circuló el rumor de que se había permitido el retomo al Brasil – para confinarlo incomunicado en un punto distante del país – al ex-gobenedor de Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, entonces exiliado en Uruguay. Sin pérdida de tiempo, el Ministro del Ejército comunicó al Ministro de Justicia, Armando Falcão, – ideológicamente vinculado a la extrema derecha militar – que las Fuerzas Armadas no consentirían el retorno de Brizola. Enseguida mandó cerrar las fronteras del Estado de Rio Grande do Sul con Uruguay y extremó la vigilancia en todos los aeropuertos por los que podría desembarcar aquel dirigente político. Geisel le dijo a Frota que no había autorizado el retorno de Leonel Brizola, pero eso no lo satisfizo” (ALMEIDA, dez. 1977, p. 39).

⁴⁴³ O *Jornal do Brasil* fez uma cobertura de destaque sobre a saída de Brizola do Uruguai. No dia 20 de setembro, dedicou uma página inteira ao caso, descrevendo a situação de Brizola no país, repercutindo as declarações do governo brasileiro acerca dos rumores de seu envolvimento na expulsão do líder trabalhista, noticiando o pedido feito à embaixada dos Estados Unidos e publicando um histórico da visão que os serviços de inteligência norte-americanos tinham sobre ele. Ver: (JORNAL DO BRASIL, 20 set. 1977, p. 19). No dia seguinte, o jornal publicou uma foto de Brizola na primeira página e ocupou outras duas com os relatos dos últimos momentos do político no Uruguai, publicando declarações de Brizola sobre o caso (JORNAL DO BRASIL, 21 set. 1977, p. 9). O mesmo jornal, contudo, publicou um editorial muito duro sobre o ex-governador, no qual afirmava que a solidariedade com a sua situação não o reabilitava politicamente, pois ele teria sido um dos responsáveis pelo golpe de 1964 (JORNAL DO BRASIL, 22 set. 1977, p. 10).

afirmou ontem o Sr Leonel Brizola, que se considera politicamente um “social-democrata, ocidentalista e dissidente com respeito a regimes militares”. (JORNAL DO BRASIL, 22 set. 1977, p. 20).

A declaração de Brizola carregava um recado importante acerca das suas pretensões, pois, ao falar de social-democracia, ocidente e repudiar regimes militares, ele tentava passar uma imagem de líder moderno, afinado com correntes democráticas e moderadas, distante de exemplos como o que vigorava em Cuba.⁴⁴⁴ Era também uma maneira de especular com o interesse que a Internacional Socialista demonstrava nas correntes políticas que se reorganizavam no Brasil, ainda durante a vigência dos atos institucionais. Segundo a matéria de *Cadernos do Terceiro Mundo*, os alemães e o Primeiro-Ministro português, Mário Soares, eram os mais empenhados em formar uma corrente social-democrata no Brasil, para a qual as conversas teriam começado entre 1974 e 1975, sem êxito:

Foi no marco desse debate quando em diferentes áreas políticas se discutia a alternativa ao regime militar e o tipo de organização política que o sucederia, que se registraram no Brasil as primeiras incursões da social-democracia alemã. Sondagens, tentativas de aproximação ao problema, pequenas articulações, marcaram esse início. A mais firme tentativa de “desembarque” foi feita por intermédio do Primeiro Ministro português, Mario Soares, durante uma visita feita ao Brasil e, aparentemente, fracassou. Desde então muitos políticos e intelectuais brasileiros foram convidados a participar de encontros e seminários, realizados especialmente na Alemanha Federal sob os auspícios do Partido Social-Democrata ou de seu braço cultural, a Fundação Friedrich Ebert. Em determinado momento se verificou uma situação singular: políticos governistas como o deputado Herbert Levi, ou da oposição progressista, como os senadores Saturnino Braga e Marcos Freire e o empresário Fernando Gasparian, se cruzavam pelos aeroportos de Frankfurt ou Bonn, indo ou vindo de assembleias sociais-democratas nas quais se

⁴⁴⁴ Em entrevista ao *Coojornal*, órgão da imprensa alternativa gaúcha, Brizola, ao ser perguntado sobre as suas ideias para a economia, se esquivou de defender uma reforma agrária aos moldes da pretendida antes do golpe: “Eu acho que muitos temas que na época debatemos muito primariamente, muito preliminarmente e superficialmente, hoje já estão mais estudados e podem realmente ter muita qualidade. Foram temas inclusive muito distorcidos pelas paixões da época. Hoje, a mim me parece que o grande desafio da vida brasileira, a par naturalmente destes seus grandes problemas referentes ao intercâmbio com o mundo exterior, mas, internamente, o grande desafio é a incorporação da maioria do povo brasileiro aos benefícios do crescimento econômico do país” (BRIZOLA, nov. 1977, p. 21). Brizola também foi perguntado acerca de sua preferência pelo socialismo ou liberalismo, e, mais uma vez, evitou se comprometer: “Novamente quero lhe pedir que deixe para uma outra oportunidade o exame desse assunto. Oportunamente me coloco à sua disposição para conversarmos a respeito. De qualquer maneira, o certo é que nós não podemos (e seria um absurdo se assim o quiséssemos) ressurgir na época de hoje e dizer: ‘Bem, o que se preconizou em 1960, 62 deve ser executado em 77’. Não, isso seria um absurdo, mesmo porque nós estamos vivendo num período de evolução muito rápida, numa época muito dinâmica, e todas as soluções têm que ser adaptadas às realidades atuais. Mas, uma questão são os princípios e teses, certo sentido com que se enfocam alguns problemas. Estes permanecem. Creio que temos que revisar muitas coisas. Revisar é um dever que temos como seres racionais. Revisar todos os dias, em todos os momentos. Mas o importante é que se revise para melhor. Esta é que é a essência da questão. Agora, quando se revisa para pior, aí é o diabo. Tem que revisar para melhor. E a minha disposição é de revisar para melhor. Agora, se errar, o que é que vou fazer? Mais: eu parto de um princípio – não pretendo pontificar a respeito de problema nenhum. Eu penso isso, penso aquilo” (BRIZOLA, nov. 1977, p. 21).

discutia o futuro político do Brasil e outros países latino-americanos. (ALMEIDA, dez. 1977, p. 41-42, tradução nossa).⁴⁴⁵

A Internacional Socialista, que tinha suas origens na organização internacional fundada pelos partidos operários, no final do século XIX, reorganizou-se após a Segunda Guerra Mundial, mas manteve discreta atuação na América Latina, em parte pelo alinhamento à política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Nos anos 1970, sob a liderança de Willy Brandt,⁴⁴⁶ a organização passou a construir laços mais sólidos com lideranças políticas e partidos latino-americanos, lançando uma revista e fundando centros de estudos na Costa Rica e Venezuela, além de realizar um encontro em Caracas, no qual foram reunidas lideranças de partidos de ambos os lados do Atlântico (LOHN, 2021, p. 388-389).⁴⁴⁷ Foram dois participantes do Brasil, o senador Marcos Freire, do MDB de Pernambuco, e Fernando Gasparian, empresário paulista com passagem pelo Partido Socialista Brasileiro e proprietário do jornal *Opinião* e da Editora Paz e Terra, adquirida em 1975. Nos primeiros esforços para aproximar a Internacional Socialista da oposição à ditadura, foi Gasparian o personagem principal.

A ditadura vigiava o diálogo dos brasileiros com portugueses e alemães, evidenciando o problema do “internacionalismo de cúpulas” dos socialistas europeus, pois as articulações da Internacional Socialista, seus documentos, encontros e ações “tinham impacto nas relações diplomáticas” (LOHN, 2021, p. 389-391). Em agosto de 1976, o SNI recebeu um informe sobre as conversações a respeito da formação de um partido socialista no Brasil. O documento registrava a participação de Gasparian e Marcos Freire, no encontro em Caracas, e citava os nomes dos senadores Paulo Brossard, Franco Montoro e Saturnino Braga, além do deputado Freitas Nobre, entre os envolvidos nos diálogos com a social-democracia europeia. O informe

⁴⁴⁵ Do original: “Fue en el marco de ese debate cuando en diferentes áreas políticas se discutía la alternativa al régimen militar y el tipo de organizaciones políticas que le sucederían, que se registraron en Brasil las primeras incursiones de la socialdemocracia alemana. Sondeos, tentativas de acercamiento al problema, pequeñas articulaciones, marcaron ese debut. El más firme intento de “desembarco” fue hecho por intermedio del Primer Ministro portugués, Mario Soares, durante una visita hecha a Brasil y, aparentemente, fracasó. Desde entonces muchos políticos e intelectuales brasileños han sido invitados a participar de encuentros y seminarios, realizados especialmente en Alemania Federal bajo los auspicios del Partido Socialdemócrata o de su brazo cultural, la Fundación Friedrich Ebert. En determinado momento se verificó una situación singular: políticos gubernamentales como el diputado Herbert Levi, o de la oposición progresista, como los senadores Saturnino Braga y Marcos Freire y el empresario Fernando Gasparián, se cruzaban por los aeropuertos de Frankfurt o Bonn, yendo o viniendo de asambleas socialdemócratas en las que se discutía el futuro político de Brasil y otros países latino-americanos”. (ALMEIDA, dez. 1977, p. 41-42)

⁴⁴⁶ Willy Brandt (1913-1992) foi chanceler da República Federal da Alemanha entre 1969 e 1974. Membro do Partido Social-Democrata da Alemanha, presidiu a Internacional Socialista entre 1976 e 1992.

⁴⁴⁷ De acordo com Reinaldo Lohn (2021, p. 390), realizado na capital venezuelana entre 22 e 25 de maio de 1976, o evento, chamado de Solidariedade Democrática Internacional, recebeu dirigentes socialistas da Dinamarca, Inglaterra, Itália, França, Alemanha e Espanha. Participaram também, além dos venezuelanos, representantes do Peru, México, Chile, Argentina e Jamaica.

registrava, também, que rumores indicavam que antigos membros do PSB, Bayard Boiteaux e Francisco Mangabeira, estavam interessados na empreitada. Além deles, o ex-deputado Márcio Moreira Alves, José Maria Rabelo e Miguel Arraes⁴⁴⁸ foram citados nas versões coletadas pelo SNI. O relatório, contudo, desmente parte das informações recebidas:

Miguel Arraes, a respeito, teria declarado a seus íntimos que “não participaria da iniciativa, pois não pactuaria com a Democracia Social, por haver dinheiro alemão no projeto e interesse de Mário Soares, a quem faz restrições”.

Bayard Boiteaux nega igualmente qualquer vinculação com o assunto: “não autorizo, na qualidade de seu último presidente, ninguém a falar em nome do antigo Partido Socialista Brasileiro”.

Márcio Moreira Alves está à margem, sem comprometimento com os que participam do projeto, como Fernando Gasparian e outros no Brasil. Seus compromissos são hoje com o PCP, com os cubanos e Miguel Arraes.

José Maria Rabelo é um dos que se ligaram ao ex-governador Miguel Arraes e que defende a ideia da constituição de um partido para se incorporar na Internacional Socialista. Esclarece, entretanto, que não vai participar do empreendimento, “por ser um livreiro e ter que se dedicar ao seu negócio”. (SNI, 17 ago. 1976, p. 1-2).

Ainda de acordo com informes do SNI, houve uma tentativa de vincular o MDB à Internacional Socialista, proposta que teria partido de alguns parlamentares do grupo dos “autênticos”.⁴⁴⁹ O advogado Marcelo Cerqueira teria sido consultado a respeito da possibilidade de filiação do MDB à uma organização internacional, o que não estava previsto no estatuto do partido, dependendo da aprovação em uma convenção nacional e da submissão ao julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O documento sublinhava que os nomes já levantados como interessados nas ligações com a social-democracia, Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, mantinham relações próximas com o grupo dos autênticos (SNI, 1 set. 1976, p. 1). Naquele momento, o principal interlocutor da Internacional Socialista seria Fernando Gasparian. Assim, o Centro de Informações do Exterior (CIEX) registrou duas viagens do empresário a Portugal, em 1976. Em uma delas, encontrou Mário Soares, na outra, segundo o CIEX, fora organizar um núcleo do PSB em Portugal, para o qual contava com financiamento dos socialistas europeus (CIEX, 26 nov. 1976, não paginado).

A aproximação continuou em 1977 e a Internacional Socialista tentou replicar, no Brasil, o modelo de inserção política que praticou em outros países. Em abril de 1977, foi criado o Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES), dirigido por um chileno, brasileiros e alemães,⁴⁵⁰ declaradamente inspirado pela Fundação Friedrich Ebert, como consta em seu estatuto (SNI, 13 nov. 1978, p. 1-2). De atuação discreta,

⁴⁴⁸ Sobre as críticas de Arraes às iniciativas envolvendo a Internacional Socialista, ver Lohn (2021, p. 400).

⁴⁴⁹ “Autênticos” era a forma de chamar os parlamentares do MDB que faziam oposição incisiva ao regime.

⁴⁵⁰ Tratava-se do economista chileno Felipe Herrera Lane, o advogado brasileiro Carlos Roberto de Siqueira Castro e os alemães Horst Heidermann, Gerhard Stuempfig e Gunter Horst Zenk.

poucas atividades ficaram registradas nos órgãos de repressão. Uma delas foi um seminário realizado no Rio Grande do Sul, em agosto de 1980.⁴⁵¹ Também prosseguiram as viagens de emedebistas à Europa para dialogar com dirigentes de partidos socialistas. Em outubro de 1977, os senadores Marcos Freire, Gilvan Rocha e Paulo Brossard, acompanhados do deputado Fernando Lyra e de Fernando Gasparian, se encontraram com Mário Soares em Lisboa e foram a Madri para acompanhar um encontro da direção da Internacional Socialista na condição de grupo observador. Na Península Ibérica, observavam os exemplos da transição democrática em Portugal e Espanha. Chegaram a Madri no mesmo dia da aprovação da lei de anistia espanhola, que beneficiava agentes do Estado que violaram direitos humanos ao mesmo tempo que libertava presos por crimes violentos. Em Portugal, souberam que os partidos recebiam do Estado uma verba por voto conquistado nas urnas e fizeram as contas sonhando com a transposição do exemplo para o Brasil (VEJA, 2 nov. 1977, p. 25). A revista *Veja*, que enviou um editor junto aos parlamentares, registrou a moderação em todas as frentes abordadas pelos parlamentares. Ao tratar da fundação de um partido socialista, os emedebistas expressaram um consenso, de que não havia como formá-lo sem que a transição política avançasse. Evitaram, assim, atrair acusações de fragmentar a oposição. Sobre a ditadura, não fizeram do encontro uma tribuna de denúncias, ao contrário, se esquivaram quando as discussões enveredaram para a situação brasileira:

Em relação ao Brasil, os emedebistas preferiram manter a máxima discrição possível. Tal prudência foi bem visível nas conversas informais que se seguiram com os principais líderes socialistas. Quando Carlsson, por exemplo, perguntou o que podia fazer de concreto (mobilizar sindicatos europeus? fazer pressões junto à opinião pública?), os brasileiros pediram calma ao sueco, para explicar as dificuldades da oposição legal no Brasil e os exíguos limites que podem os parlamentares percorrer sem o risco da cassação. (VEJA, 2 nov. 1977, p. 26).

Em certos momentos, parecia que um acerto entre a social-democracia europeia e os brasileiros era improvável, pois, além de adiar a discussão sobre novos partidos, os parlamentares fizeram declarações que negavam a possibilidade de aderir à Internacional Socialista enquanto modelo de organização e prática política.

Freire, por exemplo, insistiu em sucessivas entrevistas que “a criação de um Partido Socialista seria o transplante de soluções europeias, sem base na realidade

⁴⁵¹ O seminário, organizado pelo ILDES, pelo Programa de Estudios Conjuntos Sobre Las Relaciones Internacionales de América Latina e pela Fundação Friedrich Ebert, tinha como tema o chamado “Relatório Brandt”, resultado dos trabalhos de uma comissão criada pelo presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, para tratar de assuntos ligados ao desenvolvimento dos países então chamados do “terceiro mundo”. Entre os componentes da mesa estavam o ex-presidente do Chile, Eduardo Frei, Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira, Francisco Weffort e Moniz Bandeira (SNI, 20 ago. 1980).

brasileira”. O senador pernambucano reconhece, todavia, que um novo partido que surja no Brasil, após a institucionalização, terá de ser, necessariamente, "socializante e profundamente ligado aos trabalhadores". [...] Mais complicado, seguramente, foi responder a algumas das perguntas dos jornalistas, inquirindo sobre possíveis acordos dos parlamentares com Brandt e Soares. Brossard repeliu com ênfase perguntas desse tipo, afirmando que, “ao longo de todo o seu passado, o Brasil sempre soube encontrar os seus próprios caminhos”. (VEJA, 2 nov. 1977, p. 25-26).

Os socialistas da Europa não abrandariam o conteúdo nacional que qualquer corrente brasileira tentasse imprimir a uma organização. Com Brizola e os trabalhistas, o problema não seria menor. Fora do Uruguai, o ex-governador se tornou um importante alvo do interesse da social-democracia europeia, mas sempre reafirmou que, na reorganização partidária, a sua prioridade era restabelecer o antigo PTB. Ao desembarcar nos Estados Unidos, Brizola estava ciente do convite que recebera do primeiro-ministro de Portugal oferecendo asilo político em seu país (SCHILLER, 23 set. 1977, p. 4). Em fins de janeiro de 1978, Brizola viajou à Europa,⁴⁵² passando por Portugal e indo até a Alemanha, onde participou da reunião do Bureau da Internacional Socialista, convidado por Willy Brandt. Na ocasião, embora convidados, os emedebistas não compareceram, e Brizola foi acompanhado de Trajano Ribeiro, Luiz Alberto Moniz Bandeira e do economista Paulo Medeiros (KOTSCHO, 11 fev. 1978, p. 4).

Agentes do SNI elaboraram um informe sobre quais teriam sido os entendimentos ocorridos na viagem à Europa e durante um novo encontro em Caracas, no mês seguinte. Brizola teria sido convencido a aceitar a colaboração dos socialistas europeus e a pensar em reconstruir a organização dos trabalhistas como representação da Internacional Socialista no Brasil.

BRIZOLA considerou o relacionamento mantido com o Presidente da Internacional Socialista, graças às articulações de MÁRIO SOARES, dos mais cordiais e interessantes possíveis, tendo sido aberta a possibilidade de que um partido político brasileiro com base no trabalhismo venha a integrar-se, futuramente, à Internacional Socialista.

BRIZOLA está convencido de que a Internacional Socialista escolheu, após sondagens no BRASIL, os antigos líderes trabalhistas brasileiros para serem a base do futuro partido que integrará o organismo. Nos contatos, BRIZOLA aceitou o patrocínio e a mediação da social-democracia para o encontro de um denominador comum entre os articuladores do partido e o Governo Brasileiro. Tal posição, segundo ele, repercutiu favoravelmente entre os dirigentes do Partido Social-Democrata Alemão e da Internacional Socialista. A aceitação, já definida, dos princípios da social-democracia por parte de BRIZOLA, estaria sendo considerada, pela direção da Internacional Socialista, como fato da maior importância, propondo-se o organismo a cooperar com sus atividades.

O ex-Gov. do RS afirma ter optado pela social-democracia, por estar convencido de que: formar ao lado dos partidos comunistas seria totalmente inviável; acertar

⁴⁵² De acordo com Brigagão e Trajano Ribeiro (2015), foi o jornalista Hermano Alves quem intermediou com Mário Soares a concessão de um passaporte para Brizola.

entendimentos com a Democracia Cristã não seria recomendável, face às suas posições direitistas; e aceitar o apoio de grupos norte-americanos seria como submeter-se ao capitalismo. Agora, tendo-se decidido pela social-democracia, pretende passar à tentativa de convencer os seus amigos e antigos companheiros do PTB a ajudá-lo na instituição de tal tendência no BRASIL. Apesar da posição assumida, diz BRIZOLA que ainda não teria chegado o momento de acionar-se o movimento, devendo-se ir apenas preparando o terreno e aceitando de boa vontade a colaboração da Internacional Socialista num possível abalo do status-quo do regime brasileiro. (SNI, 4 abr. 1978, p. 3-4).

Com maior liberdade de articulação, Brizola se fortalecia enquanto alternativa política para o retorno do poder aos civis, mas as restrições ao seu nome tornavam incertas as condições que enfrentaria para atuar politicamente e organizar partidariamente o seu grupo, tarefa para a qual, segundo o SNI, contava com a intermediação da IS. Após a viagem do político gaúcho à Europa, o colunista Carlos Castello Branco avaliou que Brizola se fortalecera desde a saída do Uruguai e abordou o desafio do governo e da oposição em viabilizar lideranças civis para o exercício do poder, o que tornava Brizola um problema para as várias correntes políticas. Do lado do regime, figuras como o ex-governador Magalhães Pinto pareciam no ocaso de sua liderança, enquanto novos pretendentes à direção da política partidária, como o economista Delfim Neto, careciam de enraizamento nacional. A oposição, contudo, não estava isenta do problema, pois Brizola era um elemento estranho ao MDB: para o jornalista, o partido estava “fadado a ser o veículo de defesa e promoção” do ex-governador (CASTELLO BRANCO, 5 mar. 1978, p. 2).

Enquanto isso, a distensão avançava. Em junho de 1978, Geisel apresentou um projeto de reformas que, entre outras medidas, acabava com o AI-5 e os atos que o complementavam, restituía a estabilidade dos magistrados, retirava do Executivo a prerrogativa de decretar o recesso do Legislativo, e cassar mandatos, além de restabelecer o *habeas corpus*. Como elemento de controle, o governo inseriu mecanismos, na emenda constitucional, que davam ao Executivo poderes para decretar “estado de emergência”, sem a aprovação do Congresso, e que poderia ser justificado por problemas de segurança interna (ALVES, 2005, p. 263-264). Com a perspectiva de anistia e reorganização partidária mais próxima, os grupos que reconheciam Brizola como líder político da oposição se movimentavam em defesa de suas posições. Em artigo escrito à época para *Cadernos do Terceiro Mundo*, Theotônio dos Santos (jul. 1978, p. 61) considerava que o governo acelerara um programa de reformas políticas em resposta à candidatura do general Euler Bentes, lançado pelo MDB para concorrer à presidência contra o candidato do governo, o general João Baptista Figueiredo. Bentes teria chances de ganhar e sugeria o retorno imediato à democracia, o que teria assustado as forças governistas. Os planos de Geisel também teriam sido atingidos em outra esfera, pois a

ditadura imaginava um retorno ao pluripartidarismo baseado em três organizações. Uma reuniria os políticos mais alinhados ao governo e, provavelmente, seria minoritária, mas teria grandes possibilidades de constituir alianças com o segundo partido imaginado, de centro e que reuniria integrantes da ARENA e os moderados do MDB, formando uma maioria conservadora. O quadro ficaria completo com um “partido socialista, de base intelectual e estudantil, com uma pequena base de massas, capaz de canalizar os descontentes de esquerda, mas politicamente fraco” (SANTOS, jul. 1978, p. 61, tradução nossa)⁴⁵³. Segundo Theotônio dos Santos, o esquema imaginado pelo governo fracassou pois não coincidia com o desejo popular e, assim, sobrara um espaço para que Brizola reconstruísse o PTB como partido de massas (SANTOS, jul. 1978, p. 63). O artigo era uma análise da situação política nacional e, ao mesmo tempo um posicionamento, indiretamente, contra a aproximação dos trabalhistas com o modelo social-democrata europeu.

Não foi a única vez que um partido socialista era tratado como possibilidade palatável aos militares no poder. Em novembro, a revista alemã *Der Spiegel* publicou uma matéria sobre o diálogo da Internacional Socialista com líderes latino-americanos e citou o caso brasileiro. O texto foi traduzido pelos órgãos de informação e anexado a relatórios do Estado Maior da Aeronáutica sobre as atividades da Internacional Socialista:

Gómez e Brandt consideram o Brasil como "cabeça de ponte" do novo socialismo latino-americano. Nesse país, muitos políticos consideram a democracia social uma alternativa que também poderia ser aceita pelos generais que estão no governo atual. "Hoje em dia, todo o mundo se dá conta de que no Brasil há possibilidades para a formação dum grande partido de centro-esquerda socialista", julgou Fernando Perrone, antigo deputado do partido opositor MDB. E até o antigo chefe do Serviço Secreto, Figueiredo, que foi designado pelos generais como novo Presidente da República, disse que sente "simpatia pela democracia social". (DER SPIEGEL, 20 nov. 1978, p. 4).

Um polo de crítica à aproximação com a Internacional Socialista vinha do México, onde Trajano Sento-Sé (1999) identificou a formação de um grupo que seria uma das quatro tendências⁴⁵⁴ que constituíram a base de apoio à reorganização do trabalhismo sob a liderança de Brizola. O “grupo do México” fazia uma defesa acentuada da pauta de reformas radicais, era nacionalista e anti-imperialista. O autor não explicita quem fazia parte dessa tendência, mas afirmou que Edmundo Moniz e um ex-dirigente do PSB, Bayard Boiteux, estavam

⁴⁵³ Do original: “partido socialista, de arrastre intelectual y estudiantil, con una pequeña base de masas, capaz de canalizar los descontentos de izquierda, pero débil políticamente” (SANTOS, jul. 1978, p. 61).

⁴⁵⁴ As outras três tendências identificadas por João Trajano Sento-Sé, são: o “grupo de Lisboa”, composto por sujeitos que tinham adquirido proximidade com teses social-democratas e eurocomunistas, defensoras do diálogo entre Brizola e a IS; o grupo que reunia os trabalhistas históricos, a maioria deles distante das ideias socialistas e divididos entre reconstruir o PTB e permanecer no MDB; por fim, após fundado o PDT, o quarto grupo, o prestímo, se incorporou ao brizolismo (SENTO-SÉ, 1999, p. 184-185).

afinados com ela. Supomos que o “grupo do México” era formado, principalmente, por Neiva Moreira, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Francisco Julião, todos residentes naquele país. Quanto a Moniz e Boiteux, nada indica articulação com essa tendência, apenas uma afinidade ao redor de determinadas questões.

Do México, teriam partido algumas críticas ao movimento de Brizola em direção à IS. Um informe do SNI, escrito na época em que, supostamente, o político gaúcho esteve no México, reunia sinais de descontentamento. Sobre Neiva Moreira, o órgão do regime sustentava que, não obstante a sua proximidade com o ex-governador, “não é muito favorável à submissão de Brizola à social-democracia” (SNI, 26 abr. 1978, p. 3). Mais incisivo teria sido Francisco Julião:

apreensivo quanto a compromissos que este possa ter assumido com a Internacional Socialista. Neste caso, diz que deixará de apoiar o ex-Gov do Rio Grande do Sul, por julgar que a Social-Democracia é um movimento utilizado pelo capitalismo alemão para diminuir as tendências socialista e marxista em diversos países. (SNI, 26 abr. 1978, p. 1).

O órgão anexou uma carta de Francisco Julião enviada a Brizola, em outubro de 1977, logo em seguida à expulsão do líder trabalhista do território uruguaio. Datilografada em espanhol pela esposa de Julião, a mensagem era de apoio e, embora apontasse que “não são poucos os que se preocupam por sua presença no coração do império” (JULIÃO, 31 out. 1977, p. 3, tradução nossa)⁴⁵⁵, reforçava a confiança na decisão de Brizola, que teria servido para confundir seus adversários. No entanto, lembrava-o, amigavelmente, dos contatos prioritários que Brizola deveria buscar – Miguel Arraes e os exilados do chamado “terceiro mundo” – e o programa pelo qual deveria se basear, a carta-testamento de Vargas.

Edmundo Moniz também se manifestou contra os caminhos que Brizola escolhera para organizar um novo partido. Fez isso, primeiramente, pela imprensa alternativa, nas páginas do jornal *Versus*, fundado em 1975 pelo jornalista gaúcho Marcos Faerman, com histórico de militância no PCB e no Partido Operário Comunista (POC), organização formada, em 1968, pela fusão da POLOP com uma dissidência gaúcha do PCB.⁴⁵⁶ Afastado da militância organizada desde o início da década, quando a repressão destruiu o POC, Faerman deixou o também alternativo *Ex-* para ser o principal responsável por *Versus*, que

⁴⁵⁵ Do original: “no son pocos los que se preocupan por su presencia en el corazón del imperio” (JULIÃO, 31 out. 1977, p. 3).

⁴⁵⁶ Sobre a história do POC e o deslocamento de uma ala do partido para o trotskismo no início da década de 1970, ver Tiago de Oliveira (2018).

publicava textos e reportagens de Caco Barcellos, Eric Nepomuceno, Fernando Morais e Eduardo Galeano.

Bernardo Kucinski (2018) expôs, no seu clássico trabalho acerca da imprensa alternativa no Brasil, que a linguagem do jornalismo literário de *Versus* não dava conta de acompanhar a conjuntura política, a qual demandava espaço para discutir as muitas implicações do processo de distensão. Assim, o jornal abriu um espaço maior para a discussão política e atraiu militantes da Liga Operária, organização trotskista que contava com a simpatia de dois jornalistas fundadores de *Versus* (KUCINSKI, 2018, p. 256-257).

Fundada na Argentina, em 1973, por militantes brasileiros que se aproximaram do trotskismo, a Liga Operária seguia a posição da corrente dirigida por Nahuel Moreno na Argentina e se opunha à aproximação da IV Internacional com a estratégia guerrilheira. Defensora da ocupação dos espaços legais para a luta política, a Liga Operária propôs, na virada de 1977 para 1978, a criação de um partido socialista, para o qual o primeiro passo foi dado com a formação do Movimento Convergência Socialista (KUCINSKI, 2018, p. 259).⁴⁵⁷

Com cada vez mais espaço no jornal, a Liga Operária usou *Versus* para fazer a propaganda da iniciativa. A partir de janeiro de 1978, o tema passou a dominar as páginas do jornal, sobretudo através de entrevistas com políticos e intelectuais. Na edição de fevereiro, *Versus* publicou matérias sobre a história do trabalhismo, uma crítica ao livro escrito por Luiz Alberto Moniz Bandeira sobre o governo Jango e uma entrevista com Almino Affonso, ex-ministro de João Goulart. Na mesma edição, registrou as opiniões de dois trotskistas da década de 1930: uma rara manifestação política de Lívio Xavier, que demonstrou pouco entusiasmo pela proposta de criação de um partido,⁴⁵⁸ e uma breve entrevista com Edmundo Moniz.

O jornalista considerava inevitável a formação de um partido de esquerda, que deveria ser amplo, e para o qual, pouca importância teria se o nome carregasse “trabalhista” ou “socialista”. Contudo, a nova organização teria que ser um partido de massas e até mesmo ter

⁴⁵⁷ Sobre a história da Liga Operária, ver Marcos Moutta de Faria (2005).

⁴⁵⁸ Lívio Xavier escreveu: “A provar que o Brasil não está imune dos progressos das artes e até da política que, sabe-se, é a mais difícil de encaixar em fórmulas racionais. Insiste de bons modos *Versus* em que os meus intratáveis deem um ar da sua graça, fornecendo-lhe uma opinião qualquer minha a respeito da possibilidade do socialismo no Brasil ou pelo menos da fundação de um partido que queira inscrever na sua bandeira o antigo e já defunto título ou lema. Para começo da conversa, como se diz, mesmo dando a essa conversa o tom detestável de confiança pessoal, ao qual fujo sempre, declaro ‘coram populo’ que nunca pertenci a partido ou grupo socialista brasileiro, pela razão de não ver razão nisso, apesar de solicitado e instado pelos amigos e companheiros. Do que não posso fugir é de ter sido comunista, da variedade trotskista, entre 1927 e 1935, isto é, há 44 anos. Como se fala com insistência agora em perdoar as ofensas ou, pelo menos, amenizar os castigos em que estão incursas aquelas diversas categorias de réus pecadores de lesa-majestade, não me importa muito ser tratado como um quase animal estranho que não aprendeu nada em quase meio século” (XAVIER, fev. 1978, p. 33)

características de “frente única”, como eram chamadas nos meios de esquerda as políticas de unidade operária:

Não se deve fechar as portas a ninguém que aceite o seu programa e lute pela sua ascensão ao poder. O novo partido que derramará com as lideranças tradicionais, terá também a colaboração das novas gerações. Velhos e jovens unir-se-ão no mesmo ideal de bater-se por um partido da classe operária e pela vitória da democracia e do socialismo. Em suas fileiras encontrar-se-ão os líderes mais representativos do PTB, do PSB, dos socialistas independentes, de todos aqueles que lutam pela redemocratização do país, pelo reagrupamento da classe trabalhadora, pela emancipação econômica e social do país. (MONIZ, fev. 1978, p. 14).

Moniz não reconhecia, nas articulações de Brizola, os passos para tornar real esse projeto. Na entrevista para *Versus*, emitiu dois recados para o líder trabalhista. Um era indireto e tinha contornos de alerta para toda a esquerda, ao afirmar que “um partido não pode sair de um gabinete” (MONIZ, fev. 1978, p. 14). O segundo, porém, era uma crítica direta à aproximação entre Brizola e a IS:

Este partido não deve comprometer-se de forma alguma com nenhum partido estrangeiro. Não há razão para depender da social-democracia europeia e, muito menos, nesta altura dos acontecimentos, associar-se a II Internacional ou manter relações com a Fundação Friedrich Ebert que tem um traidor como patrono. (MONIZ, fev. 1978, p. 14).

Friedrich Ebert, homenageado pela social-democracia alemã, foi um dirigente importante do Partido Social-Democrata Alemão no início do século XX. Sebastian Haffner (2018, p. 121-122), jornalista autor de um célebre relato da Revolução Alemã, descreveu Ebert como membro respeitado no partido, menos pelas suas qualidades de teórico e orador, mas pelo seu papel de condutor burocrático da máquina eleitoral que se tornara a organização. Em 1918, presidindo o partido, Ebert assumiu o cargo de Chanceler da Alemanha, após o início da revolta militar contra a decisão de enviar as tropas alemãs para uma batalha naval contra os ingleses, confronto no qual a superioridade britânica era notável. À frente de um poder que deveria ser a expressão da conjuntura revolucionária, Ebert agiu de acordo com as suas convicções moderadas, adaptadas ao horizonte reformista assumido pela social-democracia. Ebert não desejava uma versão alemã da tomada do Palácio de Inverno, pois estava satisfeito com a conquista de cadeiras no parlamento e aprovação de reformas (HAFFNER, 2018, p. 122). O dirigente, que, no início da Primeira Guerra Mundial, fora um dos que encabeçaram a maioria que expulsou os setores divergentes da política de apoio ao governo alemão durante o esforço de guerra, voltou a enfrentar a ala revolucionária do movimento operário alemão, dessa vez, em aliança com comandos paramilitares. A violência

sobre soldados e operários terminou com o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Primeiro presidente da República de Weimar, Friedrich Ebert passou a ser considerado um traidor da revolução por uma geração de militantes formada pelos desdobramentos da fundação da III Internacional.

Moniz voltou a aparecer em *Versus*, em um pequeno texto publicado, meses depois da sua entrevista ao jornal, no qual reafirmava a defesa de um partido que fosse consequência de debates que reunissem as necessidades dos trabalhadores brasileiros (MONIZ, jun. 1978, p. 17). O artigo, que defendia bandeiras democráticas e criticava a ditadura, despertou atenção entre os militares e quase rendeu um problema para o jornalista. O órgão de informação da Aeronáutica, o CISA, enviou ao Ministério da Justiça uma cópia do artigo e um pedido por alguma ação contra o jornalista. A origem do protesto não era coincidência, como deixa claro o teor da manifestação, pois Moniz não havia sido esquecido pela arma atingida pelas denúncias do caso Para-Sar:

Esta Divisão tomou conhecimento e transmite na íntegra a Informação 340/CISA, de 31 MAI 78, com o seguinte teor:

"EDMUNDO MONIZ, comunista teleguiado pelo ex-Brig FRANCISCO TEIXEIRA, após passar 9 (nove) anos refugiado no exterior, retornou ao Brasil em fins de 1977, procedente de Montevidéu.

2. Como alguns "intelectuais" que, nas mesmas condições, retornaram ao país, reiniciou suas atividades, através da imprensa, difundindo, em artigo publicado no jornal mensal "VERSUS" de Mai/Jun '78, as palavras de ordem de "anistia ampla", "Constituinte", "liberdades democráticas", "restabelecimento do habeas-corpus" e a "suspensão das leis de exceção que estabelecem o julgamento de atividades "políticas por tribunais militares, o banimento, a pena de morte e tudo, enfim, que sufoca a democracia brasileira".

3. O atual regime é tachado de "ditadura anti-histórica que merece o repúdio nacional".

4. Não há argumentação capaz de defender, perante o público interno da Força Aérea, o "direito" de um comunista, particularmente este, conhecido como um dos articuladores do chamado caso "PARASAR" através de artigos no "CORREIO DA MANHÃ" em 1968, voltar às páginas dessa mesma imprensa para, impunemente, pregar a derrubada do regime". (DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 22 jun. 1978, p. 1).

O ministro da Justiça, Armando Falcão, enviou o documento à Divisão de Ordem Política e Social da Polícia Federal em Brasília, que endossou a revolta dos militares do CISAR:

Versa o presente expediente sobre a matéria "UMA CONQUISTA POPULAR: A LIBERDADE", que, no seu âmago faz apologia de um partido operário não nascido dos gabinetes. Partido de massa, fundamentado em programa que corresponda às aspirações atuais do povo brasileiro. A nossa atual Lei de Imprensa enumera, de modo taxativo, os abusos no exercício da liberdade de imprensa. É o que estabelece o art. 65, I, da Lei 5250/67 (Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem: perturbação da ordem pública ou alarma

social). A afronta moral, manifestada ou divulgada, pela imprensa, exige repressão, vez que a liberdade de crítica não se desliga dos direitos padronizados da personalidade humana. Não pode, assim, forrar-se o jornalista de incolumidade, quando transcende os limites de sua esfera normal de ação, para vulnerar a honra dos indivíduos. Logo, com a violação dos limites permitidos ao direito de opinião, surge o abuso punível. Há, portanto, fatos e coisas que não podem ser divulgados sem prejuízo da coletividade a que a imprensa deve tributo. É o nosso entendimento. (DOPS, 25 ago. 1978, p. 1).

Outro parecer produzido na Polícia Federal, mesmo chamando Moniz de “inimigo do regime, que merece o nosso repúdio” (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 6 set. 1978, p. 1), emitiu uma conclusão diferente do documento anterior. Sinalizando o impacto da conjuntura de distensão política, quando Geisel já apresentara a proposta de emenda constitucional que revogava atos institucionais e complementares, demonstrava o incômodo nos órgãos de repressão com a perspectiva da abertura e desiludia os que esperavam uma punição ao jornalista:

Da leitura do artigo citado, não extraí expressões mais fortes do que as repetidas na imprensa diária. Com efeito, trata-se da repetição do que vem sendo difundido por diversos jornais do país. Assim, Senhor Diretor-Geral, tendo em vista a conjuntura atual, embora a Divisão de Ordem Política e Social haja se manifestado em sentido contrário, não vejo como se possa enquadrar o Sr. EDMUNDO MONIZ, face ao artigo citado, em qualquer capitulação, tanto da Lei de Segurança Nacional, como da Lei de Imprensa, com possibilidade de êxito, junto ao Poder Judiciário. [...] não existe dispositivo legal em que se possa estribar para impedir EDMUNDO MONIZ de voltar às páginas dos jornais, como articulista, adotando os mesmos "slogans" largamente usados pelos candidatos do MDB e pelos jornais de oposição ao Governo. Instaurar-se inquéritos contra tais elementos, sabendo-se, de antemão, que, na Justiça, não chegarão nem mesmo a ser denunciados, só servirá, em meu entender, para desgastar o próprio Governo. Tenho para mim, no entanto, que as atividades de EDMUNDO MONIZ, não só as jornalísticas, devem continuar sendo acompanhadas pelos órgãos de informação e pela Polícia Federal. (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 6 set. 1978, p. 1-2).

Essa interpretação prevaleceu e o processo retornou ao Ministério da Justiça com a sugestão de arquivamento, analisada por mais um assessor jurídico, antes de ser encaminhada pelo chefe do gabinete de Armando Falcão.

O distanciamento entre Moniz e a articulação pela volta do PTB não era um sinal de ruptura com os trabalhistas. Continuou, ele, próximo da corrente e há registro de reunião com Francisco Teixeira, Doutel de Andrade, José Talarico, Wilson Fadul e Moniz Bandeira, seu sobrinho e um dos entusiastas dos planos do novo trabalhismo (SNI, 30 out. 1978, p. 3). Contudo, seu engajamento na construção de um novo partido foi, aparentemente, muito pequeno, acentuado pelas divergências com Brizola, que o levaram a recusar o convite para participar do evento fundador do novo trabalhismo, o encontro de Lisboa.

Outros militantes seguiram o caminho contrário. Ao insistir na manutenção da sigla, dos símbolos e da história do trabalhismo, Brizola minimizou o peso que a Internacional Socialista tinha na reorganização partidária que estava propondo e, desse modo, convenceu setores dispostos a colaborar com ele de que não seria um mero reproduzidor de teses estrangeiras. Sintomático dessa posição é um artigo escrito por Herbert de Souza e Theotônio dos Santos, para *Cadernos do Terceiro Mundo*, no início de 1979, no qual os autores abordaram a política externa estadunidense para o Brasil. Segundo o texto, nos planos que os Estados Unidos tinham para a redemocratização brasileira, a IS ocupava um papel de elemento moderador das forças de esquerda, pretensões que teriam sido derrotadas por Brizola e o trabalhismo:

a possibilidade de uma radicalização da luta democrática torna necessário, ao mesmo tempo, dispor de uma certa flexibilidade que permita aos Estados Unidos dialogar, com setores mais à esquerda, que poderão ganhar uma força política avassaladora nas condições de uma democratização real do país. Nesse sentido, a política Carter conta, em certa medida, com o efeito moderador que poderia ter sobre certos setores da esquerda a intervenção crescente da Segunda Internacional, e particularmente da Social-Democracia alemã, sobre o espectro ideológico do país. A II Internacional tentou, durante 1976 e 1978, apoiar a formação de um Partido Socialista cuja força política dependeria, em grande parte, do seu apoio político e material. No entanto, a realidade política brasileira demonstrou que as bases populares tendem massivamente para a formação de um Partido Trabalhista, sob a liderança do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Tal fato fez reorientar a política da II Internacional para a negociação com este partido, que dispõe, porém, de suficiente apoio de massas para manter um diálogo de iguais com a II Internacional, dentro de uma política de relações internacionais pluralista e independente. A II Internacional se vê, assim, forçada a optar entre uma influência direta sobre um partido socialista sem expressão de massas ou a negociação complexa com um Partido Trabalhista de massas. (SOUZA; SANTOS, fev. 1979, p. 78).

Brizola se equilibrou entre a IS e os trabalhistas e evitou a adesão à organização, postura suficiente para manter unida ao projeto de reconstrução do PTB boa parte dos críticos ao diálogo com os socialistas europeus.⁴⁵⁹ Assim, evitava perder o apoio político e material de líderes e organizações social-democratas, ao mesmo tempo em que controlava as críticas que cairiam sobre ele caso oficializasse um compromisso com a IS. Entre 1978 e 1979, os

⁴⁵⁹ Em 1979, durante os preparativos para o Encontro de Lisboa, Brizola teria afirmado, segundo o SNI, não esperar muito apoio material da IS ao congresso dos trabalhistas, “por considerar que no momento apenas estava sendo ‘cortejado’ por ser considerado como uma ‘novidade’. Além disso, afirmou que dificilmente aceitará as exigências da IS” (SNI, 20 jun. 1979, p. 4). Evitar o compromisso com a Internacional Socialista era mesmo uma recomendação dos que cercavam Brizola. Um documento anexado pelo SNI como um dos vários materiais elaborados por contatos e interlocutores do ex-governador, aponta para uma estratégia de diálogo sem adesão: “As relações com a Segunda Internacional devem ser definidas claramente como uma busca de apoio à luta pela democracia no Brasil sem nenhum compromisso organizativo e ideológico. Isto não prejudicará de forma alguma essas relações. Eles não terão opção no Brasil se se forma um partido forte” (PONTOS PARA DISCUSSÃO, 1979, p. 79)

trabalhos para reconstruir o PTB começaram a ganhar corpo, com a constituição de uma comissão provisória no Brasil, e o diálogo com antigos trabalhistas e membros da oposição para aderir ao partido (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 77). O ato principal da organização do PTB, entretanto, ocorreu fora do Brasil. Marcado para junho de 1979, em Lisboa, o “Encontro dos trabalhistas do Brasil com os trabalhistas no exílio” ou “Encontro de Lisboa”, tinha o intuito de lançar as bases do novo PTB, completando o ciclo de atividades já em desenvolvimento no Brasil. Brizola, contudo, enfrentava dificuldades para acomodar interesses e construir condições políticas para a atuação efetiva da organização.

Informações coletadas pelo SNI na véspera do encontro procuravam formar um quadro dos problemas que diziam respeito às decisões do ex-governador. Uma dessas questões tinha relação com o retorno de Brizola ao Brasil, ponto discutido desde a sua saída do Uruguai, em 1977. Petrônio Portella, senador que presidia a ARENA, teria dito a um interlocutor de Brizola que o governo tinha interesse na aprovação da anistia antes do início de julho, informação reforçada por outro arenista, José Sarney (SNI, 20 jun. 1979, p. 05-06). O governo, então chefiado pelo general Figueiredo, ainda não enviara o projeto de anistia ao Congresso, o que faria em 27 de junho, dias após o encontro de Lisboa. Para Brizola, a demora mantinha viva a hipótese de retornar ao Brasil antes das alterações legais, o que o levaria a enfrentar os processos movidos contra ele e, provavelmente, ser preso ao desembarcar no país. Ainda segundo o documento do SNI, a frustração com o ritmo da transição fez com que o líder trabalhista atribuísse parte da responsabilidade ao “desinteresse que estaria havendo por parte do MDB, PCB, Miguel Arraes e Carlos Prestes na decretação da anistia” (SNI, 20 jun. 1979, p. 1).

Há indícios de que as relações entre Brizola e Arraes não fossem das melhores. Em março do ano anterior, ainda de acordo com relatório do SNI, os líderes exilados teriam se encontrado na Europa e, embora o clima tenha sido amigável, politicamente não houve avanço na direção de uma aproximação de pontos de vista:

Para Brizola, Arraes continua com tendências que flutuam entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a extrema esquerda, persistindo na sua antiga teoria de aglutinar, inicialmente, as diversas tendências de esquerda, inclusive a armada, para, posteriormente, estabelecer entendimentos com as áreas democráticas e liberais. Brizola, em seus contatos, afirmou que saiu de Portugal sem saber se poderia contar, efetivamente, com o Gov. de Pernambuco para a deflagração de um movimento que tenha como base o processo político. Considera Arraes como elemento muito “aburguesado”, desfrutando de excelente situação financeira e pouco interessado no processo de democratização do Brasil, restringindo-se apenas ao ataque frontal ao regime brasileiro. (SNI, 4 abr. 1978, p. 1-2).

Miguel Arraes não compareceu ao Encontro de Lisboa. Segundo o SNI (29 jun. 1979, p. 21), a esposa de Arraes fora submetida a uma cirurgia dois dias após o término da reunião dos trabalhistas, mas não é possível concluir que esse teria sido o motivo da ausência do ex-governador de Pernambuco. Brizola não o convidou no primeiro momento e, quando o fez, ficou sem resposta.⁴⁶⁰ Márcio Moreira Alves, importante interlocutor de Arraes em Portugal, também não foi ao Encontro de Lisboa.⁴⁶¹

Às voltas com a reorganização do PTB, Brizola também teria contornado um problema com Doutel de Andrade. Interessado em apresentar possíveis fissuras entre os opositores à ditadura, o órgão de informações do regime coletou rumores que indicariam que Doutel exigira ser a segunda liderança do partido e cobrado uma definição de Brizola. Sem resposta, ameaçara não comparecer. Teria, ainda, criticado a postura moderada de Brizola nas críticas ao MDB e seu presidente, Ulysses Guimarães, o que, possivelmente, motivara o político gaúcho a subir o tom contra o partido da oposição às vésperas do encontro (SNI, 20 jun. 1979, p. 4-5).

No dia 15 de junho, sem Arraes, mas com Doutel de Andrade ao seu lado na mesa que deu início ao congresso, Brizola conseguiu reunir mais de uma centena de trabalhistas, líderes de partidos estrangeiros, intelectuais e sindicalistas. Estava lá o “grupo do México”, com Francisco Julião, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Neiva Moreira; onze deputados federais, cinco deputados estaduais e trabalhistas próximos, como Moniz Bandeira, Darcy Ribeiro, Clóvis Brigagão e Flávio Tavares. De elo com o primeiro movimento de contato da IS com a oposição à ditadura no Brasil, apenas Lysâneas Maciel, cortejado por Brizola e Mário Soares. A ditadura acompanhou com atenção o que teriam sido aquelas movimentações:

O ex-Dep Fed Lysâneas Maciel, foi convidado especial de Leonel Brizola, que lhe custeou a passagem aérea e o depósito compulsório. Apesar de Lysâneas ter sido convidado apenas como observador, Brizola, desde o primeiro instante, procurou envolvê-lo: inicialmente, distinguiu-o para integrar a mesa e, no ato de solidariedade do PSP ao PTB, convidou-o para orador. Mário Soares, por sua vez, exerceu forte influência sobre Lysâneas, dizendo-lhe das perspectivas favoráveis reinantes na Internacional Socialista em torno da reorganização do PTB e criticando o MDB pela

⁴⁶⁰ O informe de 20 de junho do SNI abordou o que teria sido um imbróglio envolvendo Brizola e Arraes: “As relações de Brizola com Arraes continuam deterioradas. Recentemente o filho de Arraes, José Almino Alencar Arraes, que trabalha na ONU em Nova Iorque, procurou a Brizola, através de Clóvis Brigagão, para dizer do interesse de seu pai pela reunião do PTB em Lisboa, à qual estava disposto a comparecer desde que fosse convidado. Assim, pediu a Brizola que telefonasse para Argel para conversar com Arraes a respeito do assunto. Sabe-se que até o dia 9 de junho, Brizola não havia atendido a solicitação do filho do ex-gov. de Pernambuco” (SNI, 20 jun. 1979, p. 78-79). Pelo que se pode depreender do documento produzido após o Encontro de Lisboa, Arraes recebera o convite, mas não há detalhes sobre como Brizola o procurou.

⁴⁶¹ Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro (2015, p. 284) publicaram a lista dos signatários da Carta de Lisboa.

influência que hoje sofre do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ainda visando “ganhar” Lysâneas para o PTB, Brizola designou-o para integrar a Comissão de Reorganização do PTB e escolheu-o como um dos cinco membros da Comissão de Redação da “Carta de Lisboa”. Num almoço realizado na chácara de Mário Soares, este e Brizola fizeram a derradeira investida sobre Lysâneas, obtendo dele o compromisso definitivo para com o PTB. Com isso, Brizola designou-o para coordenador do Partido no Rio de Janeiro. (SNI, 29 jun. 1979, p. 15).

Além de Lysâneas, a comissão formada para redigir o manifesto fundador do novo trabalhismo contava com o professor Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Darcy Ribeiro, o ex-dirigente dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, Benedito Cerqueira e Hélio Fontoura, deputado cassado que atuava próximo a Brizola. A primeira versão da “Carta de Lisboa” foi objeto de discussão e formação de grupos divergentes, o que não seria incomum para uma questão complexa:

um, de apoio ao documento, integrado por Brizola e pelos brasileiros radicados em Lisboa e o outro, liderado por Neiva Moreira, Theotônio dos Santos, José Talarico, Francisco Julião e Moniz Bandeira, contrários à forma de redação do documento. Neiva Moreira, por exemplo, considerou o documento pouco definido, com uma redação turva, contendo teses superadas e “slogans” do socialismo-democrático. José Talarico qualificou a redação de elitista e intelectualizada, imprópria para as áreas mais populares. Frisou que o PTB não seria um partido somente para intelectuais e pessoas de nível universitário, mas principalmente para os trabalhadores e os mais humildes. (SNI, 29 jun. 1979, p. 10).

O documento reformulado foi aprovado pelos presentes. Falava da necessidade de iniciar a reorganização partidária antes das definições jurídicas da ditadura, citava o passado trabalhista de luta por reformas e contra o imperialismo, além de afirmar um compromisso com o enfrentamento da desigualdade de renda. A “Carta de Lisboa”, contudo, oferecia novidades, caso comparada com documentos do antigo PTB. Falava em “encontrar nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista” (CARTA DE LISBOA, 17 jun. 1979, p. 2-3) e elencou o combate à discriminação racial e de gênero como uma das prioridades das forças de esquerda no país. O equilíbrio entre as forças trabalhistas e a IS apareceu nos últimos parágrafos do manifesto, onde se destacava que a formação do novo partido se desenvolveria “despida de soluções importadas” (CARTA DE LISBOA, 17 jun. 1979, p. 8).

A Carta de Lisboa era um compromisso público com princípios políticos, mas faltava ao PTB definir, teoricamente e programaticamente, o que entendia por socialismo. O ponto ganhou importância nas discussões acerca do novo partido, pois o socialismo era um elemento estranho à cultura política que, mais importante que um corpo teórico, garantia unidade e pertencimento ao trabalhismo. Era um exemplo em funcionamento daquilo que Serge Bernstein destaca sobre a importância da cultura política no compartilhamento da ideologia partidária,

expressa “por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas” (BERSTEIN, 2003, p. 88-89). Os trabalhistas, mesmo que marcados por diferenças internas, tinham seus líderes históricos, Vargas e Jango, a carta-testamento de 1954 como documento canônico e medidas nacionalistas que se juntavam à legislação trabalhista como símbolos das realizações dos governos do PTB.

A definição do socialismo como meta da atuação do PTB e o esclarecimento sobre a concepção de trabalhismo ficou a cargo da comissão de organização do partido,⁴⁶² a mais importante do encontro, responsável por definir os próximos passos do PTB, sua estrutura e modo de funcionamento. Assim concluiu o documento final da comissão:

- o primeiro, composto pelos brasileiros radicados em Portugal, que sugeriam a imediata formação de um “núcleo nacional” de articulação do PTB, com setores estaduais, municipais e de base (de bairros, fábricas, empresas, universidades, etc.), paralelamente à criação de um grupo parlamentar. Propunham, também que o núcleo nacional e os núcleos estaduais formassem comissões para cuidar da mobilização e arregimentação de militantes;
- o segundo, formado pelos brasileiros radicados no México, que formulou um anteprojeto para a imediata organização do PTB, com diretrizes provisórias de ação até a realização de um congresso do PTB;
- e o terceiro, liderado por Doutel de Andrade e Trajano Ribeiro, que se posicionaram contra as pretensões dos grupos anteriores, sustentando que a reunião de Lisboa, por representar apenas uma partícula dos trabalhistas, não deveria formar uma estrutura no exterior nem no Brasil. (SNI, 29 jun. 1979, p. 11).

A solução para o impasse foi conciliatória. O Encontro de Lisboa não deliberaria uma direção para o PTB e, assim, não oficializaria a sua refundação, embora ela não estivesse em perigo. Ao mesmo tempo, o Congresso do PTB foi marcado para abril de 1980, no Rio de Janeiro, e Brizola, de acordo com uma proposta de Talarico, seria nomeado presidente da Comissão Organizadora, simbolizando que o ex-governador tinha o reconhecimento geral da sua liderança sobre a corrente (SNI, 29 jun. 1979, p. 11-12). Desse modo, o Encontro de Lisboa foi carregado de simbolismo, caráter reforçado pelo lugar que a Carta adquiriu como documento fundador do novo trabalhismo, mas, do ponto de vista organizativo, os avanços foram pequenos.

Durante a sessão destinada aos informes, Luiz Alberto Moniz Bandeira comunicou que Ênio Silveira, Wilson Fadul e Júlio Tavares enviaram saudações ao encontro, enquanto

⁴⁶² De acordo com o SNI, a comissão foi presidida por José Gomes Talarico e composta por: Dorival de Abreu, Matheus Schmidt, Álvaro Petraco, Lysâneas Maciel, Trajano Ribeiro, Carlos Augusto de Souza, Paulo Medeiros, Índio Vargas, César Behs, Alberto Martins da Silva, Jorge Roberto da Silveira, Carlos Franco, Ney Ortiz Borges, Francisco Julião, Almir Dutton Ferreira e Galino Pacheco (SNI, 29 jun. 1979, p. 10-11).

Edmundo Moniz, seu tio, escrevera uma mensagem para ser entregue a Brizola. Um rascunho dessa carta, com pequenas correções à mão, encontra-se hoje nos arquivos do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. Escrita em 12 de junho de 1979, a carta não está assinada, mas seguramente foi escrita pelo jornalista. É possível tal afirmação, pois além de ter colaborado com o CEMAP durante os seus primeiros anos de existência, o que explicaria a presença da carta, há uma referência a “oito anos de exílio” (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 1), período correspondente ao que Moniz ficou longe do Brasil e frases idênticas às que ele utilizara na entrevista e no artigo para *Versus*.⁴⁶³ Na carta, ele se refere a Brizola amigavelmente, expõe o que pensa acerca da reorganização partidária e demonstra ter acordo com a retomada do PTB:

Prezado amigo Leonel Brizola.

Agradeço sensibilizado o convite que me foi transmitido em seu nome para participar do Congresso Trabalhista de Lisboa. Infelizmente, não posso aceitá-lo por motivos de ordem pessoal. Espero, entretanto, que este Congresso seja coroado de êxito, alcançando o objetivo a que se destina. Embora nunca tivesse pertencido aos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro, sempre mantive, como jornalista, no tocante às suas posições políticas, uma atitude de análise e de crítica desapaixonada e imparcial. Faço questão de deixar bem claro os meus pontos de vista no campo social e político. Sempre defendi, como discípulo de Marx e de Engels, as aspirações econômicas e políticas da classe trabalhadora. É claro que continuarei a defendê-las nos anos de vida que me restam. Não foram em vão os dias de prisão, o processo da justiça militar e os oito anos de exílio. Nada tenho a me arrepender pelas minhas atitudes e pela defesa de minhas ideias. Se tivesse de viver a minha vida novamente, a viveria da mesma forma. Sou dos que julgam necessária, na presente conjuntura a formação de um partido legal que lute pelas aspirações sociais da classe trabalhadora e pela conquista do poder político. Este partido, na fase atual, deve reunir todas as forças populares do país, aliando ao operariado os camponeses, as classes médias, a intelectualidade e a mocidade estudantil. Um partido dos trabalhadores da cidade e do campo tem de ser forçosamente um partido de massas e não um partido de gabinete. Deve ser feito de cima pra baixo e de baixo pra cima. Coloco-me entre aqueles que aspiram um programa social e político, para a reorganização do Partido, amplamente discutido a fim de que possa desempenhar, ao tomar corpo, o seu papel histórico na luta por uma sociedade diferente e melhor. (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 1).

A referência ao marxismo reafirmava uma filiação política diante da declaração dada por Brizola em fins de maio, quando afirmou que o PTB não foi e não seria um partido marxista. O líder trabalhista afiançava que tais militantes seriam aceitos na organização, “desde que consagrem a democracia como sistema de convivência e de solução para os nossos

⁴⁶³ Na entrevista concedida a *Versus*, Moniz respondeu: “Devemos ter em vista a originalidade da situação política e social do país, bem como a experiência e o grau elevado de conscientização da classe operária” (MONIZ, fev. 1978, p. 12). Já a carta contém o seguinte trecho: “Como já escrevi, não devemos perder de vista a originalidade da situação econômica e social do país, bem como a experiência e o grau elevado de conscientização da classe operária” (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 2). Na carta, repetiu a crítica aos partidos nascidos em gabinetes, presente na entrevista e artigo publicados em *Versus*.

problemas” (JORNAL DO BRASIL, 21 mai. 1979, p. 2). Além de destacar sua afinidade com a teoria marxista, Moniz fez menção direta à fala de Brizola:

Não posso aceitar – e creio que falo em nome de numerosos companheiros – a formulação de que no PTB só serão admitidos os marxistas que façam a profissão de fé democrática. Esta formulação assemelha-se a da ditadura militar que combate os marxistas porque eles não são democratas. (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 2).

Seguiu o texto defendendo que os marxistas se engajavam na luta pelo fim da ditadura, pois tinham consciência da superioridade dos benefícios da democracia burguesa sobre formas autocráticas de domínio da classe proprietária. Contudo, entendiam que a liberdade não se esgotava nos direitos políticos e lutavam, também, contra a exploração econômica. O enfrentamento pela emancipação, portanto, deveria ser parte indissociável da luta pela redemocratização, processo que Moniz pensava ser aceito pelos trabalhadores brasileiros, cuja consciência da situação nacional “ficou demonstrada na greve dos metalúrgicos do ABCD de São Paulo, comandada por Lula” (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 2). Preocupava-o a possibilidade da ditadura tomar para si as bandeiras democráticas e realizar o programa da oposição liberal, tal qual ele tinha assistido em 1945, quando restara apenas o antivarguismo para a UDN agitar. Sem confessar que o alerta era uma reminiscência, concluiu que não sobrara “outra coisa à oposição senão passar da democracia liberal para a democracia social” (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 3).

Além dos marxistas, Brizola estava em rota de colisão com Ivete Vargas, já em disputa pelos direitos sobre a sigla do PTB, e com o MDB, sobre o qual, diante da criação de novos partidos de oposição, falava-se até em extinção. Sobre essas polêmicas, Moniz demonstrou divergir da abordagem dada por Brizola até então e chamou atenção para o papel secundário que elas deveriam ter no processo de reconstrução das esquerdas:

O programa partidário; a aliança com as novas lideranças sindicais; a união das forças e das organizações de massa, sem discriminação, sejam comunistas ou pertencentes à Igreja Católica, respeitando a independência ideológica dos aliados; a luta pela reforma agrária, tão grata a João Goulart; - tudo isto é muito mais importante do que a luta por uma sigla. Esta luta só pode originar conflitos pessoais que devem ser contidos e superados. O processo político se encarregará de fazer a seleção dos militantes do novo partido.

O MDB está concluindo o seu papel histórico, e penso que Ulysses Guimarães, que é um liberal consequente, atuou com a coragem e a dignidade que o momento exigia. Se o MDB tende a desaparecer com ou sem a reforma partidária não podemos deixar de reconhecer a importância que teve e ainda tem como frente ampla das forças oposicionistas. (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 4).

As diferenças expostas na carta não inviabilizavam uma aproximação entre Brizola e Moniz. Este se declarou disposto a se engajar em um movimento de reunião das esquerdas e

via em Brizola “as condições pessoais para desempenhar um papel de alta significação na reorganização do Partido Trabalhista” (MONIZ, 12 jun. 1979, p. 4). Porém, as divergências foram suficientes para que o jornalista se mantivesse distante das articulações para reconstruir o PTB. Não viajou a Lisboa, seu nome não aparece nas notícias sobre as movimentações dos trabalhistas e não há registro de sua participação no encontro que deu origem ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

5.3 UMA VIDA ENTRE OGUNS

Desde as eleições de 1974, o sistema partidário preocupava o regime, pois o desempenho do MDB alertara os militares de que o bipartidarismo, como aponta Maria Dalva Kinzo (1988, p. 204), permitia que as eleições se tornassem plebiscitos sobre o governo. Ainda segundo a autora, a flexibilização da legislação partidária não era tão simples, pois o pluripartidarismo traria, inevitavelmente, o aumento da representatividade política, sempre um risco de aumentar a expressão de setores de oposição, ao mesmo tempo que a ARENA corria o risco da fragmentação com a qual queriam atingir o MDB (KINZO, 1988, p. 204-205). Assim, a reforma partidária se arrastou desde a posse de Geisel e seguiu a política de avanços e recuos que caracterizava a distensão iniciada pelo presidente. Enquanto a ditadura parecia recuar da proposta de alterar a composição do quadro partidário, permitiu que parlamentares mudassem de partido, à espera de conquistar membros do MDB para a ARENA, medida que teve o efeito contrário, com a simbólica ida do senador Teotônio Villela para o MDB. Contudo, a perspectiva de alterações no sistema partidário que facilitassem a criação de novas siglas foi suficiente para fazer pairar sobre o MDB a nuvem da dissolução e inserir, na agenda do partido, um debate sobre o seu futuro:

Se o governo não teve sucesso em provocar a desintegração do MDB, certamente ajudou a agravar as dissensões internas do partido em relação à questão da reforma partidária. Durante o período 1978-79, enquanto o MDB persistentemente denunciava o governo por usar esse assunto como uma manobra para enfraquecer o partido de oposição, um número considerável de seus membros trabalhava abertamente para a criação de outros partidos políticos. Em 1979, o MDB estava dividido entre aqueles que apoiavam a criação de novos partidos e aqueles que defendiam fortemente a preservação do MDB como uma frente única de oposição. (KINZO, 1988, p. 206-207, tradução nossa).

Desse modo, quando Brizola retornou ao país, embora a reforma partidária não tivesse ainda sido aprovada, o debate sobre o futuro dos partidos estava entre as pautas mais discutidas da política nacional. A anistia que o político trabalhista esperava foi aprovada em

agosto de 1979, com as limitações da abertura conduzida pelo regime. Esquecia os crimes praticados pelos agentes da ditadura enquanto excluía os “condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (GRECO, 2003, p. 296), mantendo militantes de esquerda na prisão. Condiçionava o retorno de servidores públicos aos seus cargos à existência de vagas, bem como dificultava a reintegração de militares cassados.

Brizola chegou ao Brasil no dia 6, em Foz do Iguazu, de onde partiu para São Borja no dia seguinte. No Rio Grande do Sul, visitou os túmulos de Vargas e Jango, fez o primeiro discurso após o seu retorno, participou de reuniões, comícios e viajou até Porto Alegre. Chegou ao Rio de Janeiro apenas no dia 29, quando aproximadamente 1.500 pessoas o aguardavam no aeroporto do Galeão. A recepção reuniu gente suficiente para um ato público relevante, mas o ex-governador preferiu a discrição em sua chegada. Militantes trabalhistas ergueram Brizola – que segurava uma bandeira do PTB – nos ombros, mas o político gaúcho não discursou para os presentes e foi retirado do local sem muita demora. O *Jornal do Brasil* registrou a frustração entre lideranças trabalhistas:

Para o deputado José Maurício (MDB-RJ), um dos coordenadores do grupo trabalhista no Congresso – uma nova facção do atual Partido de Oposição – a retirada precipitada do ex-Governador gaúcho do aeroporto “foi um golpe de fisiologistas, que nunca se acostumaram a uma estreita convivência com o povo”. [...] o Sr. Doutel de Andrade, em conversa com o deputado José Maurício, não escondeu sua irritação com o grupo de trabalhistas que estimulado pelo pessoal de segurança da ARSA, armou o esquema para a retirada do Sr. Brizola do aeroporto. (JORNAL DO BRASIL, 1 out. 1979, p. 4).

O rápido desembarque não foi resultado de uma influência momentânea de um grupo específico de trabalhistas, tampouco preocupação com a segurança de Brizola. João Trajano Sento-Sé (1999, p. 88) atribui a frustrante chegada de Brizola ao Rio de Janeiro à heterogeneidade e confusão dos grupos que cercavam o líder trabalhista, evidenciando a desorganização ao seu redor. Contudo, parece claro que se tratava de uma estratégia adotada por Brizola após a sua chegada a São Borja. Quando viajou para Porto Alegre, evitou divulgar amplamente o horário do seu desembarque e não houve uma programação de atos públicos, alterando a dinâmica dos primeiros dias no Brasil. Com isso, tentava “não ser confundido com um caudilho” (JORNAL DO BRASIL, 12 set. 1979, p. 1).

Aos atritos entre os trabalhistas, Brizola somava divergências com os demais setores da oposição. Com a reforma partidária no horizonte, ainda no exílio, Brizola e o MDB trocavam recados. O ex-governador evitava, na maioria das vezes, atacar o partido, e sugeria que o MDB continuasse existindo, ocupando o lugar de frente da oposição, que se organizaria em partidos autônomos (CHABROL, 6 dez. 1978, p. 4). No sentido contrário, a direção do

MDB agia para evitar que a refundação do PTB significasse o enfraquecimento do partido a ponto de pôr em questão a sua continuidade. Por vezes, as mensagens tratavam de abrir as portas do MDB a Brizola, postura adotada por Ulysses Guimarães, que ressaltava que o MDB já tinha caráter de frente (JORNAL DO BRASIL, 8 dez. 1978, p. 4); em outros momentos, líderes emedebistas endureciam o discurso sobre Brizola, ponderavam a viabilidade da refundação do PTB aos moldes apresentados pelo partido, entre 1945 e 1964, e diminuía o peso do ex-governador no processo político:

Ao defender ontem o retorno do Sr. Leonel Brizola ao Brasil, o líder do MDB na Câmara, Tancredo Neves, disse que não vê “condições sócio-econômicas para a restauração do velho do PTB, no estilo antigo. Seria o mesmo que tentar restabelecer a rumba dos tempos atuais”. [...] Esclareceu, no entanto, que “o grave é manter o Sr. Leonel Brizola à distância, transformando-o em mito. Não há nenhum grande que, no contato com a realidade brasileira, não se veja logo reduzido aos gabaritos de sua própria personalidade”. (JORNAL DO BRASIL, 7 dez. 1978, p. 3).

Em janeiro de 1979, explodiu uma crise no interior do MDB por conta da substituição de Thales Ramalho na secretaria-geral do partido. O pernambucano Jarbas Vasconcelos, que deveria assumir o cargo, desistiu, o que levou o deputado Magnus Guimarães (MDB-RS) a denunciar uma manobra de Miguel Arraes e Prestes para dificultar o retorno de Brizola e preparar o momento de tomar o controle do partido (JORNAL DO BRASIL, 28 jan. 1979, p. 8). Segundo o deputado gaúcho, a avaliação foi feita por Brizola, em conversa telefônica. O ex-governador, poucos dias depois, negou que tivesse dito a Magnus Guimarães que havia um plano arquitetado contra ele (JORNAL DO BRASIL, 30 jan. 1979, p. 4). Não há indício de que a desistência de Jarbas Vasconcelos tenha tido alguma relação com uma articulação para dificultar o retorno de Brizola, mas os jornalistas, que cobriam o cotidiano da política, registraram que a crise tinha a ver com o quadro geral de reorganização das forças dentro do MDB, o que incluía a figura do líder trabalhista. Aproveitando o caso, o colunista Carlos Castello Branco publicou algumas informações sobre as críticas de Arraes a Brizola:

“Não é provável que o Sr. Vasconcelos tenha conversado com o Sr. Prestes, mas certamente conversou com o Sr. Miguel Arraes e deixou deliberadamente de conversar com o Sr. Leonel Brizola. Há informações corretas de que o líder da esquerda pernambucana encara com reservas a atitude do líder trabalhista do Rio Grande do Sul. O Sr. Arraes considera precipitada a tentativa de volta do Sr. Brizola ao Brasil, pois dela nada resultaria de positivo para a normalização institucional ainda pendente de revisões internas nas Forças Armadas. [...] A divergência do Sr. Arraes com o Sr. Brizola é mais profunda na medida em que envolve o receio de estar sendo o líder trabalhista utilizado pelos governos social-democratas da Europa Ocidental como ponta de lança para restauração da presença da Europa na América do Sul” (CASTELLO BRANCO, 30 jan. 1979, p. 2).

Também para o *Jornal do Brasil*, um artigo de Fernando Pedreira (11 fev. 1979, p. 11), que dirigira *O Estado de S. Paulo* durante o auge da censura ao jornal, expunha a movimentação dos grupos no interior do PCB. Para ele, além dos dirigentes do MDB, os mais interessados na preservação da unidade oposicionista, através do partido, eram o PCB e Miguel Arraes, que pensavam em controlar o partido de oposição. Ainda segundo Pedreira, caso os comunistas continuassem crescendo em influência no interior do MDB, os choques com a cúpula do partido não seriam tão grandes, “uma vez que o PC não parece inclinado a livrar-se deles e nem sequer a forçá-los a andar muito depressa. Ao contrário, o PC ajuda a cúpula moderada a enfrentar e conter os setores mais aguerridos do seu eleitorado” (PEDREIRA, 11 fev. 1979, p. 11). De acordo com o jornalista, o PCB apoiava a ida de Jarbas Vasconcelos para a secretaria-geral do partido, mas Arraes teria vetado a manobra. Admitindo que as razões para a desistência eram opacas, arriscava a hipótese de que o recuo serviu para evitar o conflito entre Brizola e as demais correntes de esquerda, pois o ex-governador, ao entrar no MDB, teria de disputar espaço até mesmo no Rio Grande do Sul, berço de duas lideranças importantes do partido, Pedro Simon e Paulo Brossard. Com Brizola no MDB, caberia a Jarbas Vasconcelos cuidar da ruidosa movimentação dos trabalhistas (PEDREIRA, 11 fev. 1979, p. 11).⁴⁶⁴

Para formar o PTB, Brizola também tinha que resolver os problemas no condomínio trabalhista. No início de 1979, ainda com Brizola fora do Brasil, os jornais noticiavam que Ivete Vargas, ao lado de Doutel de Andrade, era um de seus contatos no Brasil para tarefas de “caráter exploratório, de identificação das possibilidades legais e da reconstituição dos antigos núcleos trabalhistas para uma ação comum” (CASTELLO BRANCO, 23 fev. 1979, p. 2). Contudo, a divisão entre os trabalhistas também era exposta desde então pelos jornais, evidenciando, sobretudo, as divergências entre os núcleos do Rio de Janeiro e São Paulo (JORNAL DO BRASIL, 22 jan. 1979, p. 4), possivelmente, alimentadas pelo passado do PTB paulista.⁴⁶⁵

⁴⁶⁴ Segundo o relato do SNI, durante o Encontro de Lisboa, um membro do Comitê Central do PCB, Hércules Correia dos Reis, foi até a sede do PSP para tratar oficialmente de “um entendimento, uma trégua, entre os trabalhistas, emedebistas e comunistas” (SNI, 29 jun. 1979, p. 23). Brizola teria dito que conversaria, em outra ocasião, com o dirigente comunista e que seria melhor ele não participar no encontro. Brizola e Hércules se encontraram, novamente, em um jantar organizado para os trabalhistas que estavam na reunião, fato que teria irritado o ex-governador (SNI, 29 jun. 1979, p. 23-24).

⁴⁶⁵ A seção paulista do PTB, entre 1945 e 1964, foi marcada pelas divisões internas, pela extrema flexibilidade nas alianças eleitorais e nos vínculos com o empresariado industrial. A direção nacional do partido conduzia rigidamente o processo político para garantir o apoio às decisões nacionais, mas liberava os trabalhistas de São Paulo para se articularem localmente (ARAÚJO, 1996, p. 78-79). Segundo Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro, “desde o início ela tinha suas próprias ideias de como reorganizar o trabalhismo, segundo seu figurino” (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 78).

Em abril, ocorreu a ruptura entre Brizola e Ivete Vargas, fundamentada por dois fatores. A iniciativa da sobrinha-neta de Vargas não seguia a estratégia dos demais trabalhistas de, num primeiro momento, conservar certa unidade das oposições no interior do MDB. Também chegara aos ouvidos de Brizola que Ivete agia sob inspiração do general Golbery (CASTELLO BRANCO, 11 abr. 1979, p. 2). Com a divisão consolidada, o grupo de Doutel se apressou para submeter o pedido de registro da sigla (JORNAL DO BRASIL, 11 abr. 1979, p. 4). Em resposta ao movimento dos partidários de Brizola, Ivete também protocolou o pedido de registro do PTB. De volta ao Brasil e aguardando a decisão da justiça eleitoral, Brizola, como afirmam Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro (2015, p. 232), encolheu. Tentou, sem sucesso, atrair a cúpula do MDB para um acordo com o PTB, que chegava a prever a fusão dos dois grupos sob a legenda trabalhista. Também procurou Jânio Quadros e convidou-o para o novo partido, mas o ex-presidente também não o seguiu (BRIGAGÃO; RIBEIRO, 2015, p. 229-230).

Falharam também os entendimentos com a nova expressão do movimento operário brasileiro. O “novo sindicalismo” que estava sendo construído em São Paulo tinha como representação principal o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e seu presidente, Luís Inácio da Silva, o Lula. Era o fenômeno politicamente organizado dos trabalhadores industriais formados pelo modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Desde a primeira metade da década, os metalúrgicos do ABC paulista realizavam pequenas ações que apontavam para novas reivindicações e formas de organização, como o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo (ANTUNES, 1988, p. 16-17). Em 1978, pressionados pela inflação, os operários decidiram parar as máquinas. A greve, que começou pela fábrica da “Scania”, no dia 12 de maio, e foi replicada em outras empresas, mobilizou, em um mês, 150 mil metalúrgicos (ANTUNES, 1988, p. 26). No ano seguinte, com destacada atuação do sindicato dirigido por Lula, os trabalhadores da categoria cruzaram os braços novamente, em uma greve que durou de março até maio de 1979. A ditadura agiu contra o movimento e interveio no sindicato, mas já não se tratava de um fenômeno local. Os movimentos grevistas se espalharam pelo Brasil. De acordo com Vito Giannotti (2007, p. 223), foram um milhão de trabalhadores parados em 1978, número que subiu para 3,2 milhões no ano seguinte. Os metalúrgicos representavam o setor mais numeroso do protesto operário, mas outras categorias, a exemplo dos professores e bancários, mobilizavam-se por meio das oposições sindicais (GIANNOTTI, 2007, p. 224-225).

Cruzar os braços para contestar o arrocho salarial da ditadura era uma atitude notável diante da década de severos entraves às lutas operárias, mas as greves do ABC paulista

conseguiram ultrapassar o legítimo conflito econômico e transformaram-se no centro articulador dos novos sujeitos e movimentos sociais que se fortaleceram ao longo da década de 1970. A fábrica, o bairro operário e as comunidades organizadas pela Igreja Católica constituíram uma dinâmica de sociabilidade e solidariedade que reforçava a consciência de classe. Logo, essa afinidade extrapolou a atividade sindical, passando ao terreno da organização para a disputa do poder. Era hora de criar um partido dos trabalhadores.

Desde 1978, Lula era tratado como sujeito político relevante para os interesses dos partidos,⁴⁶⁶ mas, foi a partir de 1979, que ganhou maior destaque e importância política. A ideia de um partido dos trabalhadores ganhou corpo ao longo do ano, foi discutida em congressos de metalúrgicos, amadurecida em documentos coletivos e consolidada em um movimento em defesa da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), que ganhou uma direção provisória (SECCO, 2011, p. 42-43).⁴⁶⁷ A mobilização dos sindicalistas do ABC e a movimentação para a criação de um partido chamaram a atenção de Mário Pedrosa, que voltara ao Brasil em 1977, e escapara do processo que o acusava “de enviar denúncias de tortura ao exterior” (KAREPOVS, 2017, p. 173). Em 1978, após a primeira onda de greves no ABC paulista, Pedrosa enviou uma carta a Lula, na qual tratou respeitosamente a afirmação feita pelo sindicalista pouco tempo antes, de que não admitia “que intelectuais, pintores ou estudantes participem da luta do trabalhador” (JORNAL DO BRASIL, 14 jun. 1978, p. 19). Entendeu a fala de Lula como uma prevenção sincera aos usos políticos da luta operária para fins eleitorais e à tutela por correntes munidas de fórmulas e modelos:

Tenho acompanhado com o mais vivo interesse sua atuação no movimento operário e, mais recentemente, no Congresso dos Trabalhadores na Indústria realizado nesta Capital. Por isso, valho-me desta carta para lhe testemunhar minha alegria de velho militante socialista pela firmeza, lucidez e combatividade que você demonstrou no transcurso dos trabalhos. Sei que você, cuja liderança vem tomando vulto de norte a sul do país, no movimento da classe operária brasileira, não gosta muito de manifestações de intelectuais na vida sindical. Compreendo e respeito sua ojeriza nesse sentido, pois a história desse movimento operário, principalmente no Brasil, está recheada de exemplos de salamaléques, tapinhas nas costas e outros tipos de engodo, com que certos “intelectuais”, mormente em vésperas de eleições, procuram bajular os trabalhadores. Felizmente, desses trejeitos nunca sofri, muito menos hoje, nessa idade em que não se é mais candidato a nada, a não ser continuar fiel às ideias da mocidade. Esta fidelidade às ideias é o que me faz escrever-lhe esta carta e

⁴⁶⁶ Na ocasião, Fernando Henrique Cardoso disputava o cargo de Senador pelo estado de São Paulo, contra Franco Montoro (MDB) e Cláudio Lembro (ARENA). Longe de ser o favorito na disputa, FHC contava como trunfo, segundo o *Jornal do Brasil*, além do apoio de Orestes Quercia, “a discreta simpatia de Lula, o metalúrgico” (21 jul. 1978, p. 6).

⁴⁶⁷ Segundo Lincoln Secco (2011, p. 42-43), a Comissão Nacional Provisória era formada por: Arnóbio Silva, Carlos Borges, Édson Khair, Firmo Andrade, Francisco Auto, Godofredo Pinto, Henos Amorina, Ignácio Hernandez, Jacó Bittar, José Ibrahim, Lula, Luíz Dulci, Manoel da Conceição, Olívio Dutra, Sidney Lianza e Wagner Benevides.

precisamente na qualidade de intelectual. Para que? Dar-lhe conselhos? Positivamente não. Um jovem militante de sua têmpera, de sua inteligência, de seu devotamento, não   produto feliz do acaso.   um produto necessário da classe operária emergente da nova sociedade brasileira. Formou-se você em São Paulo, no cora o mesmo dessa nova classe. Estou certo que outros como você se estão formando pelo Brasil todo aos milhares, certamente às centenas; breve, estou certo, vamos todos tomar conhecimento deles. Já se ouve o reboar desse movimento de classe que sobe das profundezas da terra de Piratininga para os sertões, do Prata ao Amazonas. Esse   o movimento histórico mais importante e fecundo da hora brasileira. (PEDROSA, 1980, p. 11-12).

Mário Pedrosa aguardou esse momento por quatro décadas. Lula e o sindicalismo que se fortalecia no ABC paulista, além do deslocamento da concilia o para a contesta o,⁴⁶⁸ eram críticos da estrutura sindical corporativista que retirava a autonomia das organiza es dos trabalhadores. Em 1977, Lula havia declarado: “a situa o do sindicalismo brasileiro não   ruim apenas depois de 1964. A estrutura sindical brasileira foi feita na década de 30 e nenhum governo mudou-a” (JORNAL DO BRASIL, 5 set. 1977, p. 15). Em fevereiro do ano seguinte, Lula entregou a Petrônio Portella um conjunto de reivindica es dos trabalhadores, entre as quais estavam a lei que regulamentava o direito de greve (JORNAL DO BRASIL, 16 fev. 1978, p. 4). Pedrosa, na carta a Lula, destacava que os trabalhadores livremente organizados, levariam o país   Constituinte e reforçava o apoio dado ao projeto que o então candidato ao Senado por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, apresentara   dire o do MDB, defendendo que Congresso Nacional alterasse a Constitui o para garantir maior autonomia aos sindicatos (PEDROSA, 1980, p. 13).⁴⁶⁹ Para o velho militante, os sinais eram nítidos. Em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes e a UDN, guarda-chuva de muitas vertentes da oposi o ao varguismo, haviam defendido, oficialmente, a autonomia sindical, mas a Constitui o de 1946 não desmontou o controle estatal sobre as organiza es dos trabalhadores. Dessa vez, contudo, a oposi o contava com o apoio do setor mais dinâmico da classe operária brasileira para lutar pela autonomia sindical, o que não ocorrera em 1945, quando os sindicatos estavam com Vargas e a legisla o trabalhista.

No último parágrafo da carta, Pedrosa escreveu que as lutas pela redemocratiza o completa do país, que incluía a liberdade da a o classista, desembocariam em um partido nascido da consciência de classe de Lula e seus companheiros, o “Movimento dos Trabalhadores pelo Socialismo” (PEDROSA, 1980, p. 14-15). No ano seguinte, enquanto se organizava a forma o do Partido dos Trabalhadores (PT), Pedrosa fez, do *Jornal da*

⁴⁶⁸ Eder Sader (1988, p. 183-184) assinalou a contradi o presente no lugar ocupado pelos sindicalistas que dirigiram as greves durante a abertura política. Parte da engrenagem estatal de controle dos trabalhadores, os sindicatos eram também reconhecidos como os representantes dos interesses das categorias. Foi por essa brecha que Lula e o sindicato dos metalúrgicos avançaram da concilia o   contesta o, fundamentando sua prática em no es compartilhadas pelos seus iguais, tais como “dignidade” e “merecimento”.

⁴⁶⁹ Sobre a proposta apresentada   dire o do MDB, ver: *Jornal do Brasil* (29 jul. 1978, p. 3).

República, efêmero projeto criado pelos jornalistas Mino Carta e Cláudio Abramo, o espaço para defender as suas ideias para o novo partido. O proletariado brasileiro, segundo ele, desafiava Lenin, pois não precisou de um agente externo para levá-lo à superação das lutas econômicas que formam a base do sindicalismo:

O partido dos trabalhadores tem como primeira virtude a de ter nascido dos próprios trabalhadores. Eis aí uma ideia que veio realmente do seio dos trabalhadores brasileiros. Neste sentido ela é ao mesmo tempo um defrontamento vital desse nosso proletariado bronco e novo com o pensamento do maior dos líderes proletários até agora surgido na História moderna do mundo: Vladimir Lenin; pois não sustentava ele que as ideias de libertação não provinham dos proletários que as aprendiam de fora? Só mesmo no Brasil, neste país novo, grande, ignorante e bárbaro, é que se poderia produzir um proletariado novo, ignorante, bárbaro, mameluco ou cafuso, capaz de propor ao Brasil burguês, rico e branco um partido deles, proletários, com que esperam, confiantes e cheios de fé, fazer renascer o Brasil. (PEDROSA, 1 set. 1979, p. 4).

A tarefa de organizar a luta dos trabalhadores passaria pela criação de uma central sindical e um partido político, cujas relações tinham, na experiência da Alemanha do início do século XX, um grande exemplo. Em um de seus textos para o jornal, o luxemburguista Pedrosa abordou a história da social-democracia alemã, que organizada em partido, pôde estender a sua força política e superar as divisões da recém-unificada Alemanha. Assim como lá, os sindicatos não desapareceriam como instrumento de luta de uma classe que constituía um partido, pois “nunca se trata, comentava Rosa Luxemburgo, [...] de dissolver toda organização sindical no partido, mas de estabelecer uma relação natural entre a direção do partido dos trabalhadores alemães e os congressos sindicais” (PEDROSA, 2 out. 1979, p. 4). Desse modo, o sindicalismo não seria o único fenômeno do movimento operário, mas uma das expressões da luta de classes em permanente diálogo com as demais formas de organização.

A defesa do PT, realizada nas páginas do *Jornal da República*, foi levada às reuniões que organizavam o partido. Mesmo com a saúde debilitada, Pedrosa compareceu ao lançamento do PT no Rio de Janeiro, no teatro Cine-Show Madureira (MALTA, 1 out. 1979, p. 6), e ao Colégio Sion, no dia 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo, no encontro que oficializou a fundação do partido. Na hora da composição da mesa, Pedrosa foi o primeiro nome a ser chamado e, conseqüentemente, o primeiro a assinar o livro de fundação do PT. Emocionado, o velho militante chorou.⁴⁷⁰

Pouco mais de dois meses depois, outra cena de emoção marcou o processo de redemocratização no Brasil. Reunido com correligionários em um hotel no centro do Rio de

⁴⁷⁰ Sobre o encontro do Colégio Sion, ver *Em Tempo* (fev/mar. 1980, p. 2).

Janeiro, Brizola acompanhou o julgamento que ocorria no Tribunal Superior Eleitoral para decidir qual dos dois pedidos de registro da sigla PTB era válido. A decisão saiu à noite e foi favorável ao grupo de Ivete Vargas, por cinco votos a um. A reação de Brizola gerou as imagens que estamparam a capa do *Jornal do Brasil* no dia seguinte. Na primeira foto, o ex-governador do Rio Grande do Sul rasgava um papel com a sigla PTB escrita, na segunda, Brizola, cobrindo os olhos com uma das mãos, chorava.

A derrota, nos tribunais, significou muito mais que a perda de uma ferramenta construída por décadas por Brizola e muitos de seus apoiadores, fato capaz, por si só, de despertar emoções. Alijava o grupo vencido da legenda na qual muitos depositavam esperanças acerca de seu desempenho eleitoral, pois o PTB carregava a marca de partido golpeado quando dava sinais de fortalecimento de sua participação nas eleições. A notícia também agitou os demais setores da oposição. Os líderes do renomeado, nos moldes da nova legislação, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), interessados na conservação de suas forças, reagiram à sentença de modo ambíguo. Por um lado, declarações à imprensa mostravam que a decisão poderia levar Brizola às fileiras da organização e fortalecê-la, por outro, davam a ver a conflituosa relação com o partido:

Um dirigente peemedebista, que preferiu manter-se no anonimato, comentou com repórteres que, para Brizola, o melhor caminho seria mesmo optar pelo PMDB, embora reconhecendo que o ex-governador gaúcho criou, por seus pronunciamentos e atitudes, um clima muito difícil para essa opção. Mas apontou as vantagens que Brizola teria no PMDB: seria líder natural da segunda corrente mais expressiva do partido (os trabalhistas), perdendo apenas para a “tendência popular”, que tem cerca de 30 representantes; reconquistaria espaços que teria perdido no Rio Grande do Sul pelos erros cometidos nas suas “agressões” contra o PMDB e, em especial, contra o presidente regional do partido, Pedro Simon; permanecendo com domicílio eleitoral no Rio teria condições de assumir o comando do PMDB e esvaziar – ou pelo menos reduzir – a influência de Chagas Freitas em setores oposicionistas. (FOLHA DE S. PAULO, 13 mai. 1980, p. 4).

Porém, na própria reação à resolução do TSE, Brizola já apontava que não se juntaria ao PMDB ou outras forças de oposição, ao dizer que não estava nos planos “incorporar-nos a outros Partidos políticos. Somos um movimento real e não precisamos incorporar-nos a outros Partidos oposicionistas” (JORNAL DO BRASIL, 13 mai. 1980, p. 4). Para decidir os rumos do grupo “brizolista”, foi marcado um encontro para a semana seguinte. No dia 17 de maio de 1980, centenas de pessoas se reuniram, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para a reunião na qual a maioria esperava que fosse deliberada a criação de um novo partido, embora

houvesse uma ou outra manifestação em defesa da entrada de Brizola no PMDB.⁴⁷¹ Os jornais especulavam sobre a forma da nova organização, registrando os nomes sugeridos: “Partido Trabalhista do Povo”, “Partido Trabalhista Autêntico”, “Partido Trabalhista da Libertação Nacional” e “Partido Getulista de Libertação Nacional”. A escolha, feita na noite de domingo, 18 de maio, foi por Partido do Trabalhismo Democrático, que surgiu do embate entre a proposta de Brizola, “Partido do Trabalhismo Nacionalista e Democrático”, e a ideia da bancada federal do movimento, “Partido Trabalhista do Povo”. No entanto, poucos dias depois, uma nota no *Jornal do Brasil* já indicava que o nome da legenda poderia mudar.

Não será surpresa para esta coluna se o novo Partido criado pelo Sr Leonel Brizola, Partido do Trabalhismo Democrático, vier a mudar de nome. Por pressão de sua bancada, que teme, pela semelhança do PTD com PTB, ter novamente o pedido de registro negado, o Partido brizolista poderá ganhar um novo nome. Até agora, o que reúne as maiores preferências é PDT – Partido Democrático Trabalhista. (AMARAL, 24 mai. 1980, p. 3).

A confirmação da mudança veio no dia 26 de maio, na assembleia realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e que reuniu mais de 400 pessoas. Na mesma ocasião foram aprovados o programa, estatutos, manifesto e escolhida uma Comissão Provisória para a organização, que adotou o seu nome definitivo, Partido Democrático Trabalhista (PDT). A noite era a confirmação do lugar de Brizola como herdeiro da tradição trabalhista no Brasil, com a presença legitimadora da viúva do ex-presidente João Goulart, Maria Teresa Goulart, e do neto de Getúlio Vargas, Getúlio Dornelles Vargas, mas também contava com a adesão de setores vinculados a outras correntes de esquerda, a exemplo de antigos dirigentes do Partido Socialista Brasileiro.⁴⁷²

Edmundo Moniz não acompanhou Mário Pedrosa na defesa do Partido dos Trabalhadores e, reconciliado com as teses de Trotsky, não seguiu o curso das correntes trotskistas no Brasil, que inicialmente fizeram do PT o seu partido. A Liga Operária, transformada em Convergência Socialista, decidiu integrar o movimento de criação do PT, não sem antes ver a sua direção se dividir acerca da nova organização (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 172-173). A Organização Socialista Internacionalista (OSI), formada, em 1976, a

⁴⁷¹ No encontro dos trabalhistas, o então deputado federal J. G. de Araújo Jorge ainda pediu que a entrada de Leonel Brizola e seus apoiadores no PMDB fosse mantida como uma possibilidade.

⁴⁷² Bayard Boiteux voltou do exílio em março de 1979, declarando ser contra a criação de novos partidos para não dividir a frente oposicionista. Sobre Brizola, afirmou divergir da roupagem social-democrata adotada para o projeto de refundação do PTB. Contudo, Boiteux, que não foi ao Encontro de Lisboa, compareceu às assembleias que fundaram o PDT.

partir da reunião de correntes trotskistas e que seria responsável pelo jornal *O Trabalho*,⁴⁷³ também decidiu pela entrada no PT em 1980 (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 176-177). Já os grupos trotskistas que atuavam no jornal *Em Tempo*⁴⁷⁴ constituíram uma corrente unificada em dezembro de 1979, a Democracia Socialista, e ingressaram no partido.

Moniz teve contato com os trotskistas durante a abertura política, sobretudo com a Liga Operária, mais tarde Convergência Socialista. A corrente buscou estabelecer um vínculo simbólico com a primeira geração do trotskismo brasileiro. Além de ter procurado Moniz, Pedrosa e Lívio Xavier para opinar nas páginas de *Versus* sobre a criação de um partido socialista, a Convergência Socialista, nos quarenta anos do assassinato de Trotsky, convidou Pedrosa, Edmundo Moniz, Fúlvio Abramo e Hermínio Sacchetta para os atos que a organização realizou conjuntamente com a OSI para lembrar a vida do revolucionário russo.⁴⁷⁵ Em São Paulo, Hermínio Sacchetta e Fúlvio Abramo participaram do evento que, segundo o SNI, teria reunido aproximadamente mil pessoas. No Rio de Janeiro, com a presença de Pedrosa e Moniz, a reunião teria sido menos concorrida, com cerca de 300 participantes (SNI, 16 out. 1980, p. 2-3) que se acomodaram na Associação Brasileira de Imprensa. Um dos interessados foi Barreto Leite Filho, ex-militante do PCB, que escreveu para a *Folha de S. Paulo*:

Haveria muitas coisas a dizer, sobre o que observei, se o espaço o permitisse. Desde que não permite, tentarei cingir-me ao que me parece essencial. Houve vários oradores, como seria de esperar, todos fluentes, como não seria de esperar. Nenhum tentou, no entanto, ser brilhante, o que é sempre tranquilizador. Por outro lado, ninguém disse nada de asnático, nem de escandalosamente mentiroso, o que já bastava para distingui-los da oratória stalinista. E encontraram certas fórmulas felizes, tão repetidas que certamente não eram o produto de qualquer inspiração individual. A mais importante, enunciada naturalmente nas numerosas variantes que comporta, é esta: “o espírito de Trotsky está presente em todas as lutas proletárias”. Não será sempre exato. Depende do tipo de luta. Mas tinha o mais perfeito cabimento naquele dia 29 de agosto, em que o proletariado polonês subia para o

⁴⁷³ Os grupos que se unificaram para formar a OSI eram resultados de outros processos de unificação. Para a trajetória das correntes trotskistas e a criação da OSI, ver Tiago de Oliveira (2013).

⁴⁷⁴ Criado em 1977, o jornal *Em Tempo* foi formado após um racha no jornal *Movimento*, então sob a hegemonia do PCdoB. Inicialmente, o *Em Tempo* reuniu intelectuais com vínculos políticos heterogêneos, mas a adesão de grupos trotskistas ao jornal levou o órgão a se tornar cada vez mais um espaço de organização e articulação dessas correntes, representadas, principalmente, pelo grupo Centelha, de Minas Gerais, e pela Tendência Socialista, que integrava o MDB do Rio Grande do Sul. O peso dos grupos trotskistas no jornal logo levou à saída dos que não se identificavam com as posições políticas que se tornavam hegemônicas no *Em Tempo*. Da aproximação entre os grupos trotskistas, nasceu a Democracia Socialista, que entraria no Partido dos Trabalhadores como tendência e transformaria o jornal em seu órgão oficial na década de 1980. Sobre a história do racha no *Movimento* e a criação de *Em Tempo*, ver Bernardo Kucinski (2018); sobre a história da Democracia Socialista, ver Dainis Karepovs e Murilo Leal (2007), além de Edmar Almeida de Macedo (2011).

⁴⁷⁵ Em abril de 1978, Moniz compôs a programação da mesa de debates “Novos Partidos e Partido Socialista”, ao lado de Roland Corbisier, Doutel de Andrade e Hermes Lima, em evento promovido pela Convergência Socialista (VERSUS, mai. 1978, p. 4). Atento à realização do encontro, o SNI registrou que Moniz não compareceu (SNI, 20 jul. 1978, p. 1).

ponto culminante da sua batalha contra a miséria a que se achava reduzido pela burocracia stalinista. (LEITE FILHO, 17 set. 1980, p. 3).

O caso polonês foi tema importante dos atos da Convergência e OSI. Em São Paulo, de acordo com o relatório de um agente do governo, “todos os oradores dedicaram parte dos seus discursos à situação na Polônia, condenando o governo comunista polonês e enaltecendo a figura dos grevistas, liderados por Lech Walesa” (SNI, 11 set. 1980, p. 6). Desde o início dos anos 1970, o operariado polonês agitava o país em protestos contra a alta dos preços e, no fim da década, começaram a surgir sindicatos autônomos. Enquanto os trotskistas se reuniam no Brasil, a Polônia chegava ao auge do conflito entre o governo e os trabalhadores, então liderados por Lech Walesa, um eletricitista. Diante da mobilização operária, o governo cedeu à reivindicação dos grevistas e permitiu a formação de sindicatos autônomos (JUDT, 2011, p. 779). A Convergência se solidarizava com os trabalhadores poloneses pois toda mobilização na base das sociedades que viviam em regimes comandados por partidos comunistas seria uma centelha para a revolução política que restauraria o Estado operário na União Soviética. Esse programa de luta unia as gerações de Moniz e Pedrosa aos jovens que celebravam o exemplo de Trotsky sem terem vivido a época dos grandes embates com o stalinismo.

Um mês antes do evento, Moniz concluía a leitura do primeiro volume dos *Escritos* de Trotsky. Nos onze tomos que reúnem os textos de Trotsky produzidos entre 1929 e 1940, ele se deparou com muitos artigos dos quais tomava conhecimento pela primeira vez, sobre os quais se debruçou com atenção, interesse e método. O primeiro volume do primeiro tomo, com nome e data ao fim do último artigo, teria sido finalizado no dia 10 de julho de 1980. O segundo volume, no dia 3 de agosto, o terceiro e o quarto nos dias 10 e 23 de setembro, respectivamente. O segundo volume do décimo tomo dos *Escritos* tem a data de 31 dezembro de 1980. Assim, Moniz leu vinte volumes das obras de Trotsky em menos de seis meses, ritmo que não evidencia uma leitura apressada ou superficial. Ele tinha um método que está presente nas obras que compuseram em algum momento a sua biblioteca. Moniz sublinhava a lápis os trechos que desejava destacar e, vez por outra, deixava algum comentário nas margens das páginas, construindo um índice particular da obra, que facilitava o retorno ao texto quando necessário no futuro. Simbolicamente, a leitura dos *Escritos* marca o desfecho do movimento de reconciliação de Moniz com as teses de Trotsky, aspecto que deixou explícito na década de 1980 e que fazia dele o elo entre as gerações do trotskismo brasileiro. De certa maneira, Barreto Leite Filho demonstrou a relação em seu artigo:

Dos discursos e do material escrito que obtive, concluí, porém, que em termos de cultura, de conhecimentos teóricos e de conhecimento dos fatos, os trotskistas de

hoje não se comparam de longe aos da época de Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Rodolfo Coutinho, irmãos Abramo e outros. Lançaram, repito, fórmulas felizes. Mas eram palavras abstratas de agitação, aplicáveis às mais diversas atuações, sem definir nenhuma. Ao tentarem entrar na análise dos problemas concretos do presente e do passado mostraram-se imprecisos, deficientes, não raro palpavelmente errados. Apesar disto, os trotskistas de hoje são incomparavelmente mais numerosos do que aqueles de há quarenta e cinquenta anos atrás. Não sei se todos os jovens que se achavam naquela sala eram membros efetivos da organização. [...] Eram, pelo menos, suficientemente próximos para terem sido convocados ou saber, de qualquer modo, que a homenagem seria realizada. Não estavam lá por coincidência, como os velhos, exceto justamente Mário Pedrosa, convidado à última hora, pelo prestígio do nome, e Edmundo Moniz, que levou um discurso escrito e figurava, portanto, no programa – talvez o único sobrevivente da sua geração que parece continuar, no fundo, trotskista, pois Pedrosa rompeu, não apenas com o trotskismo, mas com o próprio Trotsky, pouco antes da morte deste, no debate sobre a questão da defesa incondicional da URSS. (LEITE FILHO, 17 set. 1980, p. 3).

O principal registro do deslocamento de volta à caracterização da URSS como Estado operário degenerado foi deixado no livro *A originalidade das revoluções*. Publicado em 1987, foi escrito sob o impacto da ascensão de Mikhail Gorbachov ao cargo de Secretário-Geral do PCUS, marco de uma mudança geracional no comando da União Soviética (PONS, 2014, p. 539). Na obra, Moniz voltou à polêmica responsável por cindir a IV Internacional, no final da década de 1930, e reconheceu que havia certa razão entre as teses que caracterizavam a burocracia como nova classe social e o sistema econômico como um capitalismo de Estado erigido sob a dominação stalinista:

O perigo da restauração capitalista não advinha da intervenção estrangeira, e sim de dentro, da própria União Soviética, das mais altas camadas da burocracia, de uma casta que tentava transformar-se numa nova classe social. O stalinismo representaria, ao mesmo tempo, o termidor, o bonapartismo e a restauração. O nome não importa: nova classe ou nova burguesia. As relações desta classe com os trabalhadores ficariam definidas na exploração coletiva. Os operários transformavam-se em escravos da exploração totalitária. De fato, a União Soviética encontrava-se numa visível encruzilhada. Bruno Rizzi acreditava que o processo do surgimento de uma nova classe na Rússia já estava terminado, era irreversível, não necessitando do “registro cartorial”. (MONIZ, 1987, p. 123).

Moniz partiu do exemplo de Bruno Rizzi, que teria se equivocado por “considerar como consumado o que era apenas uma tendência, uma ameaça” (MONIZ, 1987, p. 124). Ele havia sido apenas um entre vários pensadores de esquerda que sentenciaram a consolidação do capitalismo na URSS, nos tempos de Stalin, dentre os quais o próprio Moniz. Erraram, pois se precipitaram diante “da marcha acelerada de um processo que foi interrompido no meio” (MONIZ, 1987, p. 124). Para ele, a morte de Stalin foi o ponto final na restauração capitalista, e a ascensão de Krushev ao poder teria desencadeado a revolução política esperada por Trotsky, embora ela restasse incompleta. Baseado nos trabalhos de Isaac

Deutscher sobre a desestalinização, Moniz mantinha uma visão positiva sobre a União Soviética pós-Stalin e pensava ser impossível um regresso ao estado anterior a 1956:

A desestalinização mudou o clima social, político, intelectual e moral da União Soviética. Abriram-se os campos de concentração, libertando milhares de presos políticos do tempo de Stalin. A NKVD já não podia prender os indivíduos por simples suspeita ou capricho da autoridade. Béria e seus principais colaboradores tinham sido julgados e fuzilados no governo de Malenkov, que foi o sucessor imediato de Stalin e a quem Krushev sucedeu. Fizeram as reabilitações não só dos vivos que eram acusados de crimes inexistentes, como dos mortos que foram condenados sem culpa. A liberalização, embora parcialmente, estendeu-se às universidades, aos centros científicos, às atividades literárias e artísticas. Os trotskistas, os zinovievistas, os bukharinistas já não eram chamados de espões nem de traidores e sim de divergentes do partido. [...] Finalmente, veio a decisão de retirar o corpo de Stalin (que foi cremado) do Mausoléu de Lenin, pois não era possível que o terrível déspota, que Bukharin comparava com Gengis-Khan, ficasse ao lado do fundador do bolchevismo e do regime soviético. (MONIZ, 1987, p. 125-126).

Segundo Moniz, no lugar da “burocratização do mundo” de Rizzi, a URSS caminhava para o socialismo e Gorbatchov assumira a liderança do PCUS para retomar o programa da revolução política, que completaria a desburocratização do poder e aprofundaria o ritmo da sociedade soviética na direção do socialismo. Os objetivos de Gorbatchov, no entanto, mostraram-se bem mais modestos do que a esperança alimentada por Moniz. O novo Secretário-Geral tinha a missão de salvar a economia da União Soviética da estagnação e iniciou um processo de transformações que passou da descentralização do comando sobre a produção à inserção de elementos de mercado, com o arrendamento de propriedades estatais para interesses privados. Nos quadros partidários o embate não ocorria entre as posições a favor da conclusão da desestalinização e a reação burocrática, mas ao redor da dinâmica entre apoio e crítica à nova linha política (SEGRILLO, 2000, p. 30-31). As convicções apresentadas, ao longo do livro, se enfraqueceram durante a preparação de trabalho e Moniz escreveu um posfácio, de apenas uma página, no qual fazia um reparo ao otimismo sobre o que ocorria na URSS:

Na União Soviética, Gorbachev confessa-se premido “pela intensificação das forças conservadoras” e pela pressão dos “voluntaristas e impacientes” que não se conformam com a “lentidão das reformas”. No terreno político, Gorbachev se coloca numa posição aquém da desestalinização de Krushev. Embora reconheça os crimes de Stalin “enormes e imperdoáveis”, admite que a coletivização forçada foi necessária à União Soviética, e que ele teve um papel importante na Segunda Guerra mundial, o que não coincide com a opinião de Krushev. Em vez de rever as falsificações históricas, como se esperava, Gorbachev ataca inconsequentemente Trotsky, Kamenev e Zinoviev, esquecido do Testamento de Lenin, e sem pensar que ele, Gorbachev, está muito longe de desempenhar, historicamente, um papel semelhante ao do criador do Exército Vermelho, dos dirigentes da revolução de 1917, que estabeleceram e consolidaram o regime soviético. Pode-se perguntar até

que ponto Gorbachev enfrentará o poder da burocracia, conseguindo “a combinação ideal do centralismo e da autogestão”? Suas últimas declarações não correspondem à expectativa internacional. (MONIZ, 1987, p. 275).

O posfácio foi uma reação ao discurso de Gorbachev, realizado durante as comemorações dos setenta anos da Revolução de Outubro, e Moniz apegou-se aos mesmos trechos destacados pelos trotskistas do jornal *Em Tempo*, que saudaram a condenação dos crimes de Stalin como a primeira crítica desse tipo feita por um dirigente russo publicamente, embora ele tivesse elogiado o papel do antigo secretário-geral durante a Segunda Guerra. Sobre Trotsky, Gorbachev não repetiu o silêncio de outros tempos e deixou de lado as acusações características da época dos Processos de Moscou, mas o criticou por ambicionar a liderança do partido e defender a revolução como processo internacional (EM TEMPO, dez. 1987, p. 10).

Não obstante o diálogo fraterno com a nova geração de trotskistas e a revisão das suas teses sobre o capitalismo de Estado, Moniz não desejava se integrar às correntes que reivindicavam o legado da IV Internacional. Conhecia e elogiava a obra de intelectuais trotskistas como Pierre Broué e Ernest Mandel (MONIZ, 1987, p. 229-230), ressaltava o papel histórico dos documentos produzidos por Trotsky na crítica ao stalinismo, “O novo curso”, “A plataforma dos 46” e o “Programa de Transição”. Contudo, afirmava que estes haviam perdido “parcialmente a atualidade diante das modificações que se verificaram no mundo depois da Segunda Guerra Mundial” (MONIZ, 1987, p. 111). Ademais, a herança de Trotsky não era monopólio de nenhum grupo e, no Brasil, na ausência de um partido revolucionário de massas, os militantes tinham várias opções para escolher.

Em paralelo, no processo de reorganização partidária em curso no Brasil, Moniz escolhera o PDT, mas a sua participação na organização do partido foi discreta. Ausente no Encontro de Lisboa, não teve seu nome citado pela imprensa na cobertura da disputa pela sigla PTB. A *Carta Trabalhista*, jornal do partido, também não fez menção ao jornalista na edição em que tratou da assembleia que fundou o PDT. O primeiro vínculo existente ele e o partido de Brizola aparece em 1982, durante a campanha para o governo do estado do Rio de Janeiro, quando o PDT lançou seu principal quadro na disputa contra Moreira Franco, apoiado pelo Governo Federal, Miro Teixeira, candidato do MDB, Sandra Cavalcanti, do PTB, e Lysâneas Maciel, do PT. Américo Freire (2016) trata o processo eleitoral daquele ano como o momento no qual Brizola teve que “abandonar, ao menos temporariamente, o perfil de estadista moderado que encarnara nos últimos anos” (FREIRE, 2016, p. 189-190) para fazer

uma campanha de mobilização popular, com uso acentuado do seu carisma e da sua presença junto à parte mais pobre da população.

Durante a campanha, Moniz foi um dos articuladores de um manifesto de intelectuais em apoio à candidatura de Brizola (O PASQUIM, 15 mar. 1983, p. 14) e um intermediário entre Luís Carlos Prestes e o candidato. O “Cavaleiro da Esperança” entrara em rota de colisão com a maioria da direção do PCB, na segunda metade da década de 1970, quando no interior da cúpula partidária se estabeleceu um conflito pela linha política. Prestes tensionava os limites da frente ampla defendida pelo partido para enfrentar a ditadura e as características do regime que deveria substituí-la, exigindo que a democracia defendida pelos comunistas não fosse confundida com um regime liberal. Em 1979, uma crise na direção levou à demissão de duas aliadas importantes de Prestes na Comissão Executiva, uma delas a sua filha, Anita. A eleição de um novo corpo diretivo isolou o secretário-geral (REIS, 2014, p. 417).

De volta ao Brasil, a polêmica se tornou pública. Diante do ascenso das mobilizações sindicais e dos movimentos sociais, Prestes vislumbrava “a hipótese de que aquelas lutas sociais desembocassem numa revolução socialista” (REIS, 2014, p. 429) e mantinha um discurso mais à esquerda que o pregado pela maioria da direção do partido, que o desautorizou, através da imprensa, a falar pela posição do PCB.⁴⁷⁶ A resposta de Prestes veio na “Carta aos Comunistas”, documento no qual tecia duras críticas à direção do partido, acusando-a de cultivar o carreirismo e o oportunismo em detrimento da democracia interna e de se adequar a uma noção de democracia imposta pelo regime e pela burguesia (PRESTES, mar. 1980). Diante da cisão pública, Prestes, que não comparecera às últimas reuniões do Comitê Central, foi destituído do cargo de secretário-geral do PCB. À frente do partido, Giocondo Dias garantiu a legitimação da posição da maioria junto ao PCUS, movimento que selou a derrota de Prestes (REIS, 2014, p. 438).

Prestes e Moniz tinham contato desde o regresso do líder comunista ao Brasil e desenvolveram pontos de cooperação política e amizade. Em dezembro de 1979, Prestes teria discutido com Francisco Teixeira e Moniz o teor de suas declarações acerca da Igreja Católica e dos militares, manifestação pública das divergências com a direção do partido. Sempre atentos aos passos dos opositores, especialmente dos comunistas, os agentes de informação da

⁴⁷⁶ O *Jornal do Brasil* deu ampla cobertura às divergências envolvendo Prestes e a direção do partido, muitas vezes ironizando o secretário-geral. Em janeiro de 1980, o jornal publicou a resposta de José Salles, dirigente do PCB, à fala de Prestes sobre o Alto Comando das Forças Armadas, chamado de “reacionário” pelo secretário-geral (JORNAL DO BRASIL, 5 jan. 1980, p. 2). No mês seguinte, o jornal publicou entrevista com Giocondo Dias, Sebastião Malina e Hércules Corrêa, a qual tinha a relação com Prestes como fio condutor (JORNAL DO BRASIL, 3 fev. 1980, p. 8).

ditadura, por meio de um informe do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), registraram: “Francisco Teixeira foi instado por Edmundo Moniz a procurar dissuadir Prestes de tornar públicas essas suas posições, pois ‘radicalizam o processo’” (CISA, 26 dez. 1979, p. 1). Se tal informação tiver fundamento, o jornalista estaria entre os que tomavam parte nos contatos do líder comunista e serviu de ponte entre ele e Leonel Brizola.

Não tendo sido expulso do PCB após a “Carta aos Comunistas”, Prestes se manteve como referência de uma ala do partido, acumulando forças com o intuito de esvaziar o velho PCB e fundar uma nova organização. Assim, passou a sondar a possibilidade de aderir a outro partido, visando as eleições de 1982. As três opções, PT, PMDB e PDT, mantiveram as portas abertas para Prestes, mas a passagem era muito estreita. O ingresso no PT, segundo o jornalista Rogério Coelho Neto, foi negociado pelo deputado José Eudes (PT-RJ) e irritou setores do partido. De acordo com as notícias da época, eram três entraves principais ao acordo. O primeiro, o caráter de dupla militância que aparentava acompanhar as pretensões de Prestes, líder de uma corrente política:

O ingresso do Sr. Luís Carlos Prestes no Partido dos Trabalhadores dependerá apenas de sua disposição em se comprometer com o programa e as práticas do Partido, sem necessidade do aval dos diretórios ou da direção nacional. Ele só não será admitido se “entrar com duas camisas”, afirmou o presidente nacional do PT, Sr. Luiz Inácio da Silva, o Lula, ao considerar que o ex-secretário-geral do PCB “terá que provar a si próprio que está disposto a adotar as regras do PT”. (JORNAL DO BRASIL, 31 out. 1981, p. 2).

O segundo obstáculo, de acordo com o colunista Rogério Coelho Neto, era o risco de Prestes se chocar com o lugar que Lula ocupava no partido e “ofuscar a sua liderança entre setores sindicais de maior porte” (COELHO NETO, 7 nov. 1981, p. 2). No entanto, o motivo determinante para o recuo do PT nas negociações foram as manifestações contrárias vindas dos setores progressistas da Igreja Católica (COELHO NETO, 7 nov. 1981, p. 2). Receoso de desagradar importante parcela do partido, Lula teria desistido de aproximar Prestes do PT. No PMDB, o ex-secretário-geral do PCB encontrou apoio entre a bancada federal do partido no Rio de Janeiro,⁴⁷⁷ mas a direção nacional não endossou o movimento (REIS, 2014, p. 449).

Restava o PDT de Brizola. O *Jornal do Brasil*, que costumava depreciar Prestes desde a sua divergência com o PCB,⁴⁷⁸ comentou que, antes da especulação acerca da entrada do

⁴⁷⁷ Nove dos onze deputados federais do PMDB no Rio de Janeiro divulgaram uma nota defendendo que o MDB recebesse Prestes em suas fileiras (JORNAL DO BRASIL, 5 nov. 1981, p. 6).

⁴⁷⁸ Na seção “Informe JB”, composta de pequenas notas sobre a política nacional, Prestes foi chamado de “velho totalitário” (JORNAL DO BRASIL, 8 fev. 1980, p. 6). No dia anterior, o jornal ironizara que Prestes caminhou pelas ruas sem ser reconhecido, nem mesmo por “cinco PMs que cruzaram com ele” (JORNAL DO BRASIL, 7 fev. 1980, p. 6).

líder comunista no PT, ele havia tentado se filiar ao PDT para concorrer ao Senado pelo partido no Rio de Janeiro. Brizola “recusou, apavorado” (JORNAL DO BRASIL, 16 set. 1981, p. 6). Os comentários sobre Prestes e o PDT, contudo, continuaram. Brizola declarou à imprensa que o melhor lugar para abrigar o comunista era o PMDB, pelo seu caráter de frente política (JORNAL DO BRASIL 8 nov. 1981, p. 2). Prestes acabou desistindo, publicamente, de ser candidato, relatando a dificuldade de encontrar uma legenda na oposição, pois os partidos estariam marcados pelo anticomunismo (JORNAL DO BRASIL, 12 nov. 1981, p. 5). Seu posicionamento veio depois da reunião do Diretório Nacional do PDT, quando foi discutida o ingresso de Prestes. Na ocasião, Brizola teria comparado o partido a um barco capaz de afundar com o peso do ex-secretário-geral do PCB (JORNAL DO BRASIL, 12 nov. 1981, p. 6).

Com o início da campanha eleitoral de 1982, a situação política voltou a exigir de Prestes uma movimentação em direção a Brizola. Em junho, eles teriam se encontrado no apartamento de Edmundo Moniz, segundo o SNI, após Prestes ter se irritado com sucessivos adiamentos por parte do líder do PDT (SNI, 23 jun. 1982, p. 1). Quando Brizola foi confirmado candidato ao governo do Rio de Janeiro, Prestes declarou que, embora o PMDB fosse o maior adversário nacional do Partido Democrático Social (PDS), sigla derivada da ARENA, no Rio de Janeiro o PDT apresentava melhores chances de representar a oposição, pois o PT de Lysâneas Maciel era fraco eleitoralmente e votar em Miro Teixeira, do PMDB, pelas ligações com Chagas Freitas, seria “o mesmo que apoiar a ditadura” (JORNAL DO BRASIL, 7 ago. 1982, p. 4). Havia apenas uma exigência, que o candidato trabalhista se posicionasse claramente contra a ditadura durante a campanha.⁴⁷⁹

Aparentemente uma tarefa simples, a condição não foi rapidamente atendida. Ainda em agosto, Prestes teria reclamado a Edmundo Moniz da ausência, no discurso de Brizola, do chamado às “massas” para se organizarem contra o regime. Um informe do SNI mencionou que seu autor teria obtido a informação de que Prestes teria condicionado o apoio a Brizola a algum elemento que justificasse tal posição (SNI, 23 ago. 1982, p. 15). No mês seguinte, Moniz teria conseguido reunir Prestes e Brizola mais uma vez em sua residência. Na ocasião, além da condição para o apoio à sua candidatura, Prestes teria cobrado o candidato do PDT acerca de uma declaração na qual ele afirmara ser anticomunista. O relatório do SNI resumiu

⁴⁷⁹ Os problemas entre Brizola e os comunistas, após a anistia, começaram pouco depois do regresso do ex-governador ao Brasil. Um informe do governo afirmava que Ênio Silveira se reuniu com Brizola e Moniz para cobrar do político trabalhista o cumprimento da aliança acertada entre o PTB e o PCB, compromisso que Brizola prometeu manter (DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 23 nov. 1979, p. 26)

pontos principais do que o agente da ditadura teria obtido, junto a seus informantes, sobre o teor da discussão entre Prestes e Brizola. É um documento importante por destacar o papel atribuído a Edmundo Muniz como intermediário da conversação:

Leonel Brizola reuniu-se com Luiz Carlos Prestes, em 22 jun. 1982. [...] Prestes saiu contrariado com Brizola, face suas definições e pronunciamentos políticos. Luiz Carlos Prestes considera o posicionamento de Brizola, em relação ao presidente Figueiredo, como tolerante e passivo, sem assumir atitudes de combate e contestação. Para Prestes, Brizola não se insurge contra a política econômica do governo, não combate o ministro Delfim Neto e, apenas, muito superficialmente, menciona o autoritarismo. Prestes, também, não ficou satisfeito pela não condenação do Sistema Militar por parte de Brizola. Carlos Ronchetti afirmou que Brizola, durante o encontro com Prestes, defendeu o presidente Figueiredo, não o considerando responsável pela grave situação socioeconômica com que o país se defronta. Edmundo Muniz [*sic*], dirigente do PDT nacional, em contato com Prestes, entendeu suas considerações a respeito de Brizola como corretas e acha que este necessita reformular sua posição em relação ao governo. Darcy Ribeiro, a pedido de Edmundo Muniz [*sic*], conversou com Prestes, para amenizar as discordâncias com Brizola. Darcy Ribeiro, que coordena a campanha eleitoral do PDT, informou a Prestes que as questões relacionadas com a situação econômica, o quadro social e problemas prementes do povo terão destaques em seu trabalho. (SNI, 8 jul. 1982, p. 1-2).

É perceptível o interesse do regime autoritário em obter o máximo de informações sobre as movimentações de Prestes e Brizola na campanha eleitoral do Rio de Janeiro. Isso ficaria nítido com a notória tentativa de alterar o resultado das eleições.⁴⁸⁰ O encontro teria terminado sem a declaração oficial de apoio de Prestes, mas Brizola “prontificou-se a adotar um posicionamento mais radical em sua campanha, a partir do debate entre os candidatos a Governador” (SNI, 20 set. 1982, p. 16). De acordo com o SNI, Prestes não estava sozinho no descontentamento com o discurso de Brizola, sendo acompanhado por Moniz:

Elementos ligados ao PDT/RJ – entre eles Bayard Boiteux, Virgílio de Goes e Edmundo Muniz [*sic*] – consideram que o discurso político de Leonel Brizola não vem marcando, com clareza, uma posição oposicionista, tanto no âmbito estadual como no federal. Em consequência, mostram-se dispostos a pressionar Brizola, a fim de que radicalize a sua mensagem política. (SNI, 1 jul. 1982, p. 1).

Brizola e Prestes resolveram a questão em outubro, sem que o ex-governador tivesse dado um giro no teor de suas declarações. Na verdade, não restou outra opção para Prestes ter alguma participação no processo eleitoral fluminense e, assim, o apoio foi formalizado através de panfleto contendo um manifesto de adesão à campanha do PDT.⁴⁸¹ O resultado das urnas reforçou a ideia de que Prestes ainda tinha força política e eleitoral, menos pela eleição de

⁴⁸⁰ No pleito de 1982, a empresa responsável pela totalização dos votos no Rio de Janeiro, a Proconsult, foi acusada de fraude eleitoral. Sobre o caso, ver Mauro José de Souza Silveira (2018).

⁴⁸¹ Uma cópia do panfleto está em um dos anexos a uma informação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (23 nov. 1982, p. 34-35).

Brizola e mais pelo sucesso de candidatos ao legislativo que contaram com o seu apoio.⁴⁸² Em 1986, a possibilidade de fazer de Prestes um candidato do PDT voltou a ganhar força, dessa vez, supostamente, com o apoio de Brizola e Doutel de Andrade, que o queriam na Câmara Federal (ALVES, 25 jan. 1986, p. 11). O acordo não foi fechado, mas Prestes, novamente, fez campanha para os trabalhistas e mais à frente recebeu o simbólico título de presidente de honra do PDT.

A campanha de 1982 consolidou a integração de Moniz ao PDT, movimento que demandou justificativas. Em primeiro lugar, tinha de se localizar entre as discussões das esquerdas brasileiras, nas quais o novo trabalhismo de Brizola era muitas vezes alvo de críticas. Os trotskistas de *Em Tempo*, por exemplo, ressaltavam a incompatibilidade dos herdeiros do varguismo com o fenômeno do novo sindicalismo e recordavam o *ethos* conciliatório das relações de classe que estruturavam o trabalhismo. A aproximação entre Brizola e a IS também contribuiu para que a desconfiança sobre o PTB/PDT crescesse (MACEDO, 2016, p. 215-216).

Em *A originalidade das revoluções*, Moniz reproduziu uma resposta que deu em outra ocasião, quando foi questionado sobre as relações do PDT com a IS. Segundo ele, partido e organização internacional se aproximavam pela mesma razão que explicava a sua filiação à legenda, a flexibilidade no arco de alianças e o respeito à independência e autonomia políticas (MONIZ, 1987, p. 270-271). A fragmentação das esquerdas, incapazes de constituir “um partido popular, nacional, operário, que possa assumir o papel de vanguarda” (MONIZ, 1987, p. 267), criara um caleidoscópio de opções partidárias para os militantes de esquerda e Moniz usou o exemplo da sua relação com Mário Pedrosa para tratar da legitimidade da adesão às organizações que se estabeleceram no campo político das esquerdas durante a abertura:

O PDT compôs-se das alas trabalhistas de esquerda, dirigida por Leonel Brizola, dos líderes mais conceituados do antigo Partido Socialista, de uma facção que apoiava Trotsky na luta contra Stalin, e de vários divergentes do PCB, como resultante do afastamento de Luís Carlos Prestes da secretaria-geral de seu partido. [...] O PT, dirigido por Lula – Luís Inácio da Silva – compôs-se com parte da liderança sindical, uma forte corrente da Igreja e vários agrupamentos de diversas origens, inclusive do “trotskismo”. Mário Pedrosa se filiou ao PT em São Paulo, enquanto Edmundo Moniz filiou-se, no Rio de Janeiro, ao PDT. Havia entre eles uma discordância de tática e não de princípios, sem que isto afetasse as relações ideológicas e pessoais. [...] Ambos procuraram encontrar por meios diferentes o espaço vital para atuarem na legalidade. (MONIZ, 1987, p. 250-251).

⁴⁸² De acordo com o *Jornal do Brasil*, dois deputados estaduais e dois deputados federais, além de sete vereadores, foram eleitos com o apoio de Prestes (JORNAL DO BRASIL, 25 nov. 1982, p. 9).

O destaque dado ao aspecto geográfico e à escala de atuação social para justificar as filiações partidárias de Moniz e Pedrosa é curioso e serve como elemento decisivo para a sua opção pelo PDT, pois a presença de Brizola no Rio de Janeiro demonstraria uma força que, se comparada com os demais grupos de esquerda, fazia o partido aparentar estar mais próximo de ser uma organização de massas. Partindo do cenário local, Moniz parecia convencido de que Brizola representava a via para um partido de massas no país, reeditando, de certa maneira, o sucesso do PTB.

Edmundo Moniz havia sido sondado para participar da formação do PT em 1979, segundo registro do CISA, que tratava de convites também feitos a Mário Pedrosa e Fernando Henrique Cardoso, que, de acordo com o órgão, eram “conhecidos por sua ideologia trotskista” (CISA, 13 ago. 1979, p. 1). O Partido dos Trabalhadores voltou a ser tema de uma conversa de Moniz transformada em informe do regime em 1983, em encontro que manteve com militantes do partido, episódio no qual reproduziu teses semelhantes às que seriam lançadas em *A originalidade das revoluções*. Pelos pontos destacados no documento, é possível que se tratasse de militantes trotskistas:

Durante a reunião, Edmundo Moniz colocou para os presentes as seguintes afirmações:

- a) que Trotsky transcende ao trotskismo bem como Marx transcende ao marxismo;
- b) não acredita que a IV Internacional, ou qualquer outro movimento, isoladamente, consiga realizar a revolução no Brasil;
- c) é de opinião que se faça uma reformulação, em todo o mundo, nos conceitos referentes às obras de Trotsky;
- d) não aceita a ideia de no Brasil alguns julgarem que com a criação de um “partidinho” se possa fazer a revolução. Experiências anteriores foram feitas e todas falharam. (CISA, 21 jul. 1983, p. 1).

O “partidinho” em questão pode ter sido uma referência pouco otimista acerca do futuro do PT, mas há outra possibilidade. Moniz pode ter tratado com ironia os trotskistas que pensavam em constituir uma organização baseada em interpretações canônicas da obra de Trotsky, uma versão em menor escala do que o “partidão” representou em décadas de convicção dogmática. Para ele, a herança de Trotsky só faria sentido se fosse posta em movimento para revisar, constantemente, as condições de desenvolvimento da luta socialista e ampliar as formas de organizar os explorados.

Na década de 1920, Trotsky, o fundador do Exército Vermelho, foi retratado em uma gravura como uma versão heroica de São Jorge na luta contra o dragão da contrarrevolução organizada na guerra civil, desenrolada durante a consolidação do poder dos bolcheviques na Rússia. No Brasil, as cartas trocadas entre Mário Pedrosa e Lívio Xavier traduziram a imagem

segundo a “brasilidade”⁴⁸³ que inspirou partidos, movimentos e intelectuais ao longo do século XX. Aqui, Trotsky virou “Ogum”, orixá associado ao santo católico no sincretismo religioso presente na história da cultura brasileira. Contudo, Trotsky não foi o único “Ogum” da primeira geração dos trotskistas brasileiros. Prestes, após sair do país e encerrar a marcha que atravessou o território do Brasil na década de 1920, foi cortejado pelas correntes comunistas que queriam aproximá-lo do marxismo e de suas organizações. Durante as tentativas de conquistar o militar rebelado para a causa dos trotskistas, ele também era chamado de “Ogum” (MARQUES NETO, 1993, p. 236).

A trajetória política e intelectual de Edmundo Moniz, sinuosa, multifacetada, deu-se às voltas com os choques, aproximações e reconciliações com os sujeitos centrais da história do trotskismo brasileiro em sua primeira década. Moniz militou nas fileiras trotskistas e depois rompeu com as teses do “Ogum de Constantinopla”, como costumavam se referir a Trotsky, nas correspondências, os primeiros militantes trotskistas no Brasil. Radicalizando a crítica antistalinista, o “Ogum de Buenos Aires”, Prestes, se transformara no dragão a ser combatido, e Moniz, sem cavalo e lança, se via como um guerreiro armado com caneta e papel para enfrentar a criatura. O golpe de 1964 encerrou, para o jornalista, o tempo de combater trabalhistas e comunistas, e ele se empenhou em uma autocrítica silenciosa, possível apenas pela via da colaboração sincera e fiel aos inimigos de outrora: João Goulart, Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola. Na outra ponta das relações políticas e pessoais, Moniz teve com Mário Pedrosa uma longa e sólida amizade, sem sinais de abalo significativo pelas divergências importantes estabelecidas entre os dois.

⁴⁸³ Na historiografia sobre as esquerdas, “brasilidade” ficou marcada pelo trabalho de Marcelo Ridenti (2010), que investigou a apropriação do imaginário sobre as características específicas do Brasil e dos brasileiros pelos projetos de revolução ao longo do século XX no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo contada dessa forma abreviada, vê-se que minha vida não teve nada de monótona. Pelo contrário, se considerar-se todas as guinadas, os imprevistos, os conflitos agudos, as ascensões e os descensos, pode-se dizer que esta existência foi abundante em “aventuras”. (TROTSKY, 2017, p. 31).

A cabeça que não se volta para horizontes já extintos não contém nem pensamento nem amor. (HUGO, 2002, p. 681).

O italiano Lucio Magri, um dos principais intelectuais do Partido Comunista Italiano (PCI) durante o século XX, deu o título de *O Alfaiate de Ulm* ao livro que escreveu sobre a história da organização. A inspiração veio de uma intervenção feita em uma das reuniões nas quais se discutia a mudança no nome do partido, reflexo da debacle dos regimes comandados pelos comunistas no leste europeu. Em meio aos debates, um dos militantes contrários à exclusão da palavra “comunista” do nome da organização, evocou o poema de Bertolt Brecht sobre um alfaiate que acreditava ter construído uma estrutura com asas que o permitiria voar. Desafiado pelo bispo, o artesão se lançou do alto da igreja e o desfecho do seu desafio confirmou temporariamente a ordem defendida pelos religiosos. “Contudo, comenta Brecht, alguns séculos depois os homens conseguiram voar” (MAGRI, 2011, p. 19, tradução nossa).⁴⁸⁴ A lembrança do poema, na assembleia do partido, tinha como objetivo impedir o abandono do comunismo como horizonte da organização e dos seus militantes, afinal, se “a história do capitalismo é feita de tragédias e sofrimento humano; por que a história do socialismo haveria de ser distinta?” (TRAVERSO, 2018, p. 89). Magri registrou que na ocasião lançou dois problemas sobre a menção ao poema de Brecht:

Estamos seguros de que o alfaiate de Ulm, se tivesse sobrevivido aleijado à desastrosa queda, teria subido de imediato outra vez para voltar a tentar e de que seus amigos não haveriam tratado de retê-lo? E, seja como for, que contribuição efetiva havia suposto à história da aeronáutica? (MAGRI, 2011, p. 20).

Mais de uma década depois, Magri não tinha as respostas para os próprios questionamentos, embora fosse fiel às ideias que defendeu durante a vida e continuava, para todos os efeitos, um comunista. Contudo, a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS não foram partes de um revés qualquer. Levaram junto organizações de larga trajetória, a exemplo do PCI e do PCB, transformado em Partido Popular Socialista (PPS) em 1992; além de atingir os intelectuais, sobre os quais um bom exemplo é a reunião de ensaios no livro *Depois da queda*, que publicou as reflexões de Eric Hobsbawm, Norberto Bobbio, E.P.

⁴⁸⁴ Do original: “Con todo, comenta Brecht, algunos siglos después los hombres consiguieron volar” (MAGRI, 2011, p. 19).

Thompson, entre outros.⁴⁸⁵ No lado dos trotskistas, como descreveu Daniel Bensaid (2010, p. 128), a maioria reagiu “à maneira spinoziana: sem rir nem chorar, tentando compreender”. Consideramos ter sido essa, provavelmente, a reação de Moniz ao fim da URSS, pois, embora tenha escrito passagens otimistas sobre o processo político desencadeado após a subida de Gorbatchov ao poder, as suas conclusões acerca das revoluções do século XX, que encaminhavam as expectativas para o desenvolvimento original de vias de superação do capitalismo, não o mantiveram amarrado ao destino do que restara da Revolução de 1917. Continuou um marxista, contribuindo ocasionalmente em alguns espaços de debates⁴⁸⁶ enquanto esteve à frente da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, durante o segundo mandato de Leonel Brizola, e, talvez, respondesse afirmativamente à questão lançada por Magri, pois a sua geração havia feito, muitas vezes, o percurso de subir ao alto da Igreja, após uma queda, para se atirar novamente com a convicção de que seria possível voar. A valorização da “originalidade” que novas gerações e partidos poderiam incorporar ao repertório das esquerdas só fazia sentido na interação dialética com a experiência das revoluções e dos homens e mulheres que nelas se engajaram.

Este trabalho nasceu do interesse pela história da primeira geração de trotskistas no Brasil, sobretudo pelas trajetórias individuais após as rupturas ocorridas até 1940. Ainda no plano das ideias, o objetivo inicial era o de investigar as relações que Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Fúlvio Abramo e Plínio Mello, entre outros, mantiveram com a herança de Leon Trotsky e os anos de militância. Contudo, durante a preparação do projeto de pesquisa, um dos membros da Liga Comunista Internacionalista ganhou destaque como sujeito cuja trajetória permitia visualizar, com maior clareza, os embates do campo político, “lugar onde se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres” (ROSANVALLON, 2003, p. 16, tradução nossa).⁴⁸⁷ Esse militante, Edmundo Moniz, que aparece tão discretamente na obra de José Castilho Marques Neto (1993), principal referência sobre os primeiros anos do trotskismo no Brasil, foi quem levou ao nível mais alto a tensão

⁴⁸⁵ Os autores não eram marxistas ortodoxos, mas como a derrota da URSS punha em risco as ideias de superação do capitalismo, atingia todas as correntes de esquerda. As passagens ilustrativas do impacto do processo de dissolução dos regimes do leste europeu são várias. No prefácio da obra, Robin Blackburn escreveu que “talvez seja característica do comunismo, assim como da social-democracia, ser muito mais importante como corretivo contrário ao capitalismo, dentro do próprio capitalismo, do que como política que visa ir além do capitalismo” (BLACKBURN, 1992, p. 13). Hobsbawm afirmou que não se tratava de “uma crise de um tipo de movimento, regime ou economia, mas seu fim. Aqueles de nós que pensávamos que a Revolução de Outubro era a porta para o futuro da história mundial provaram estar equivocados” (HOBSBAWM, 1992, p. 96).

⁴⁸⁶ Em agosto de 1992, Moniz integrou a programação de um seminário sobre história do marxismo, responsável pelo tema “As ideias de Trotsky” (JORNAL DO BRASIL, 10 ago. 1992, p. 2).

⁴⁸⁷ Do original: “un lugar donde se entrelazan los múltiples hilos de la vida de los hombres y las mujeres” (ROSANVALLON, 2003, p. 16).

entre a formação de esquerda e o engajamento político e intelectual depois da morte de Trotsky.

Filho de uma tradicional família política baiana, Edmundo Moniz acompanhou as transformações do campo intelectual após a revolução de 1930 e ocupou um lugar na burocracia estatal e na imprensa diária da capital do país. Nas páginas do *Correio da Manhã*, produziu uma longa série de textos com o intuito de rever criticamente a trajetória da União Soviética, alertar das consequências do domínio do capitalismo de Estado para o mundo e denunciar a representação política dessa tendência no Brasil, o PCB. Acreditando no poder da palavra, insistiu anos em variações do mesmo tema, tentando praticar o que Trotsky escreveu certa vez como hipótese: “E se quiséssemos refutar as calúnias dos stalinistas na mesma medida? Teríamos então, provavelmente, de escrever uma enciclopédia de mil volumes” (TROTSKY, 2017, p. 630).

O rompimento com as teses de Trotsky sobre a URSS permitiu que Moniz se transformasse no mais dedicado intelectual de esquerda a realizar uma crítica antistalinista radical, muitas vezes, levando-o ao exagero, à indiferenciação com o anticomunismo que vicejava durante a Guerra Fria e aos prognósticos que não se confirmaram. Os projetos para construir organizações de esquerda, baseadas na crítica severa aos trabalhistas e pecebistas, tampouco prosperaram e Moniz ficou quase uma década tendo apenas o *Correio da Manhã* como meio de intervenção política. O primeiro movimento do arrefecimento das críticas ao PCB e ao PTB ocorreu na segunda metade da década de 1950, quando os partidos apoiaram o seu candidato à presidência, Juscelino Kubitschek. Além disso, a morte de Stalin inaugurou um processo de recomposição da camada dirigente da União Soviética que empolgou o historiador Isaac Deutscher e seu leitor, Edmundo Moniz. Desse modo, o chefe de redação que coordenou a preparação dos editoriais de 31 de março e 1º de abril de 1964 já não era o militante dos anos 1940, temeroso do domínio da forma mais avançada do capitalismo supostamente desenvolvida na Rússia. A deposição de João Goulart levou o jornalista para a oposição organizada em torno do ex-presidente, por dentro e por fora da via partidária existente. Foi parte importante da frente intelectual de combate à ditadura e soube se adaptar às condições que limitavam a atuação da oposição, praticando a articulação política às portas fechadas e a arte da conspiração. Virou amigo de Jango e companheiro de luta dos trabalhistas.

Nos últimos anos escrevendo para o *Correio da Manhã*, acompanhando o crescimento da publicação de obras marxistas no Brasil, Moniz havia abandonado suas teses sobre o capitalismo de Estado e a URSS, ensaiando um caminho de retorno à obra de Trotsky,

percurso concretizado na década seguinte. O regresso a Trotsky, entretanto, não foi uma volta ao trotskismo e suas correntes. Moniz estava convencido da necessidade de constituir um partido de massas, que buscasse o elemento original da revolução brasileira. Nesse sentido, a proximidade com os trabalhistas indica uma aposta na retomada da força que o PTB detinha antes do golpe e do papel que lideranças, como Brizola, poderiam exercer junto aos trabalhadores. Prognóstico que, não obstante as vitórias do PDT no Estado do Rio de Janeiro, não se confirmaram nacionalmente.

Moniz morreu em 1997, depois de uma vida de duras batalhas, e era chamado, pelos companheiros do PDT, de “o último trotskista” (AZIZ FILHO, 21 mar. 1994, p. 4). Investigando a sua trajetória, é possível responder afirmativamente a um dos questionamentos que motivaram a pesquisa: Moniz foi um trotskista? Contudo, acompanhar o seu itinerário é perceber a complexidade das relações entre um militante e a bagagem teórica e política herdada. No lugar da ação mecânica que levaria da teoria à prática, vemos a recusa, a heresia e a ruptura. Muitas vezes, o marxismo era utilizado apenas para justificar e legitimar atitudes tomadas no calor da luta política. Vemos, também, o estudo, a revisão das posições adotadas, os giros políticos e o manejo das ferramentas teóricas em busca de uma interpretação original de realidades específicas de um ativista e um intelectual que não se assustou em tomar posições acerca de processos complexos que não estavam delineados e mostravam-se em aberto. Talvez, várias das questões que teve de enfrentar permaneçam dessa maneira, demandando ações no tempo presente que serão constantemente disputadas. Suas opções, para quem tem o privilégio de conhecer o desfecho dos processos históricos, podem parecer incompreensíveis, mas expressaram a complexidade do campo político, a urgência demandada pelos acontecimentos e a paixão na defesa das suas ideias.

REFERÊNCIAS

“ABERTURA”. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 30 abr. 1975, p. 69. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76107176/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76107176_d0001de0002.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

ABRAMO, Claudio. Fantasmas revisitados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 60, n. 75, 23 nov. 1980. 5º caderno, p. 49.

ABRAMO, Fúlvio. **A revoada dos galinhas verdes**. Uma história da luta contra o fascismo no Brasil. São Paulo: Veneta, 2014.

ALEM, Silvio Frank. **Os Trabalhadores e a “Redemocratização” (1942-1948)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1981.

ALEXANDER, Robert J. **International Trotskyism (1929-1985): a documented analysis of the movement**. Durham: Duke University Press, 1991.

ALIANÇA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. Aos homens de bem do Brasil. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 1974, p. 27. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76107176/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76107176_d0001de0002.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA. **Ao povo brasileiro: pela salvação nacional!** Rio de Janeiro, 1935.

ALL RIGHT. Funcionamento do regime. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21764, p. 2, 18 mar. 1964.

ALMEIDA, Antonio. El debate sobre el cambio democrático. **Cuadernos del Tercer Mundo**, Cidade do México, n. 17, p. 38-43. dez. 1977.

ALVES, Henrique José. Prestes e o barco do PDT. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 95, n. 290, 25 jan. 1986. Opinião, p. 11.

ALVES, Márcio Moreira. **A grain of mustard seed: the awakening of the brazilian revolution**. Nova York: Doubleday Anchor Press, 1973.

_____. Revolução e Congresso não são incompatíveis. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21782, 8 abr. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. Triste desfecho. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21784, 10 abr. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. Os perigos do obscurantismo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21789, 16 abr. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. As Forças Armadas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21791, 18 abr. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. As pedras da rua. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21821, 28 mai. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. Os torturadores. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21907, 3 set. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. Os cúmplices. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21908, 4 set. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. Costa e Silva. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21916, 13 set. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. Geisel leva Arraes para Recife. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21919, 17 set. 1964. 1º caderno, p. 16.

_____. Seviciados do Recife prestam depoimento ao nosso enviado. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21922, p 28, 20 set. 1964.

_____. A Salomé da imprensa. Brasil em Marcha. (Arquivo Nacional). p. 134-135. Out. 1968. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/1286/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_1286_d0001de0001.pdf. Acesso 10 mai. 2023.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

AMADO, Jorge. **O Cavaleiro da Esperança**: vida de Luís Carlos Prestes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AMARAL, Zózimo Barroso do. Nome novo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 46, 24 mai. 1980. Caderno B, p. 3.

ANDERSON, Perry. A interpretação de Trotsky sobre o estalinismo. **Novos Rumos**, v. 53, n. 1, 2016.

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Hora de provar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21779, 4 abr. 1964. 1º caderno, p. 6.

_____. Eu vi. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 37, 15 mai. 1980, Caderno B, p. 1.

ANDRADE, Jeferson de. **Um jornal assassinado**: a última batalha do Correio da Manhã. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1991.

ANGELI, Douglas Souza. Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro. **Estudios Históricos**, ano 8, n. 17. 2016.

ANJOS, Herbert Gler Mendes dos. **Socialismo e Liberdade: o PSB e a cultura socialista democrática no Brasil (1945-1965)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANTÃO, Ana Carolina da Cunha Borges. **Gênero, imigração e política: o caso da judia comunista Genny Gleizer no governo Vargas (1932-1935)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017

ANTONIO, Marco. Salvo-conduto para Edmundo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 69, n. 23372, 27 jun. 1969. 1º caderno, p. 3.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

AO ILUSTRE E QUERIDO PRESIDENTE. Carta para João Goulart. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). 31 mai. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/421>. Acesso em: 11 mai. 2023.

APROXIMAÇÃO COM ADHEMAR. Carta a João Goulart. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC). jun/jul. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/929>. Acesso em 10 mai. 2023.

ARANTES, Paulo. Origens do marxismo filosófico no Brasil – José Arthur Giannotti nos anos 60. in: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. v. 2. Os Influxos teóricos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Recordações da recepção brasileira de Herbert Marcuse. In: ARANTES, Paulo. **Zero à esquerda** [online]. São Paulo: [s.n], 2021. Disponível em: sentimentodadialetica.org.

ARAÚJO, Maria Celina d'. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. Memórias num bordado: traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 23, n. 1, p. 15-22, jan./jun. 2010.

AZIZ FILHO. O herdeiro de Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 104, n. 345, 21 mar. 1994. Política e Governo, p. 4.

BACIU, Stefan. O especialista que jamais acertou. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 1990, p. 5, 16 jul. 1956.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Dois séculos de história. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Lenin: vida e obra.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BARBALHO, Alexandre. **Lívio Xavier: Política e Cultura.** Fortaleza: A CASA / Expressão Gráfica e Editora, 2003.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Gustavo Simões. Branca de Neve. **Revista Carioca.** Rio de Janeiro. p. 42. 14 mar. 1942.

BASBAUM, Leoncio. **História Sincera da República (1930-1960).** São Paulo: Editora Edaglit, 1962.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

A BATALHA. Viajantes. Rio de Janeiro, ano 2, n. 49, p. 6. 15 fev. 1930.

BENDA, Julien. **La traición de los intelectuales.** Santiago: Ediciones Ercilla, 1951.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961).** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A UDN e o udenismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENSAID, Daniel. **Trotskismos.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

_____. **Espetáculo, Fetichismo, Ideologia** (Um livro inacabado). Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura / Expressão Gráfica e Editora, 2013.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BETTI, Maria Sílvia. A politização do Teatro: Do Arena ao CPC. In: FARIA, João Roberto (org.). **História do teatro brasileiro: volume 2.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

BEZERRA, José Eudes Baima. Trotsky, Gramsci e a Teoria da Revolução Permanente. **Cadernos do GPOSSHE**, v.3, n. 2, p. 1-30, 2020.

BEZERRA, Maria Cristina Caminha. **Britânicos e alemães em Niterói: um estudo de imigração urbana**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

BIANCHI, Alvaro. Apresentação de um Esboço Bibliográfico: Trotsky em Português. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 22/23, p. 323-416, 2005.

_____. **Arqueomarxismo**: Comentários sobre o pensamento socialista. São Paulo: Alameda, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BITTENCOURT, Getúlio. Os nomes sob as palavras. **Observatório da Imprensa**. Ed. 304, 23 nov. 2004. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/os-nomes-sob-as-palavras/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BLACKBURN, Robin. Prefácio. In: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, Norberto. Considerações sobre os manifestos dos homens de cultura dirigidos às autoridades públicas. In: BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O populismo em crise (1953-1955)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. São Paulo: Objetiva, 2001.

BOLETIM ABI. Mais um ano sem joia de matrícula. Rio de Janeiro, dez. 1977, p. 22.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BORBA, Osório. Detritos do “queremismo”. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 7294, 4 ago. 1946. 3ª seção, p. 1.

_____. Onde? Como?. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 7302, 14 ago. 1946. 2ª seção, p. 1.

_____. O caso Galina Kok. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 7807, 8 abr. 1948. Primeira Seção, p. 3.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BOSCH ALESSIO, Constanza Daniela; CATENA, Laura. La recepción de la obra de Isaac Deutscher por trotskistas norteamericanos: un capítulo en la historia de la Cuarta Internacional. **Actuel Marx**, n. 16, p. 147-171, 2014.

- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- BRANDÃO, Tania. As companhias teatrais modernas. In: FARIA, João Roberto (dir.). **História do teatro brasileiro: volume 2**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- BRIZOLA, Leonel. Entrevista. **Coojornal**, Porto Alegre, ano 3, n. 22. p. 21. nov. 1977.
- BROUÉ, Pierre. **União Soviética: da revolução ao colapso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.
- _____. **O partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014.
- _____. **Comunistas contra Stalin: massacre de una generación**. Málaga: SEPHA, 2008.
- BUONICORE, Augusto César. **Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- BURNHAM, James. Carta de afastamento do Partido Operário. In: TROTSKY, Leon. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.
- BURNIER, João Paulo Moreira. Depoimento. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CALDIERI, Sérgio. **Eternas lutas de Edmundo Moniz**. Rio de Janeiro: Dinigraf, 2011.
- CALIL, Gilberto Grassi. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. **Tempos Históricos**, v.3, n. 1, p. 91-120, ago. 2001.
- CALLADO, Antonio. **Quarup**. 24 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.
- _____. Volta o barril. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21786, 12 abr. 1964. 1º caderno, p. 6.
- CALVINO FILHO, João. “Stalin”, de Emil Ludwig, não foi deturpado em sua tradução. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 3892, p. 5. 1 out. 1943.
- CAMARGO, Angélica Ricci. **Em busca de uma política para o desenvolvimento do teatro brasileiro: as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Por um Serviço Nacional de Teatro**: debates, projetos e o amparo oficial ao teatro no Brasil (1946-1964). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **“Tempos de viver”**: Dissidentes comunistas em São Paulo (1931-1936). Tese de Livre-Docência, Franca: Universidade Estadual Paulista, 1998.

CANDIDO, Antonio. Uma vida exemplar. **Folha da Manhã**, São Paulo, ano 23, n. 22628, p. 5, 4 jul. 1943.

_____. A Revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

_____. Um socialista singular. In: MARQUES NETO, José Castilho (org.). **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. Lívio Barreto Xavier – minha impressão pessoal. In: TROITIÑO, Sonia; DE LUCA, Tania Regina (org.). **Sobre a arte de guardar**: reflexões a respeito do acervo de Lívio Xavier. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. **Rev. Bras. De Hist.**, v. 16, n. 31/32, p. 328-352, 1996.

CARIOCA. “Branca de Neve” no programa literário de Queiroz Junior. Rio de Janeiro, ano 7, n. 333, p. 40, 21 fev. 1942.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). **Nacionalismo e reformismo (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. 2 ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **A República Liberal – II (Evolução Política)**. São Paulo: Difel, 1985.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. **Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil**: a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CASCARDO, Herculino. Sobre o reaparecimento de Diretrizes. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 44, n. 15499, p. 14, 15 mai. 1945.

CASTELLO BRANCO, Carlos. Lacerda articula solução civil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 78, n. 174, 30 out. 1968. 1º caderno, p. 4.

_____. Militares não querem candidatura militar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 78, n. 176, 1 nov. 1968. 1º caderno, p. 4.

_____. Carter e seus fantasmas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 87, n. 327, 5 mar. 1978. Política e Governo, p. 2.

_____. Conotação ideológica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 295, 30 jan. 1979. Política e Governo, p. 2.

_____. No MDB mas com o PTB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 319, 23 fev. 1979. Política e Governo, p. 2.

_____. Brizola repudia ação de Ivete. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 3, 11 abr. 1979. Política e Governo, p. 2.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1999.

CASTRO, Paulo de. Deutscher e Trotsky. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 23128, 1 set. 1968. 4º Caderno, p. 2.

CASTRO, Ruy. Para o ‘Correio da Manhã’, com uma lágrima. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 jun. 2001. Caderno 2, p. 5.

CHABROL, Arlette. Brizola quer MDB no papel de frente única de oposições. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 242, 6 dez. 1978. Política e Governo, p. 4.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. Influências trotskistas sobre a Teoria do Desenvolvimento da América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, v. 40, n. 1, p. 73-98, 2009.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CIEX. Viagem de Moniz a Montevideú. Fundo: Centro de Informações do Exterior. (Arquivo Nacional). 17 out. 1966. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ie/0/0/0001/br_dfanbsb_ie_0_0_001_d0006de0008.pdf. Acesso em 24 mai. 2023.

_____. Informe nº 361/76. Fundo: Centro de Informações do Exterior. (Arquivo Nacional). 26 nov. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ie/0/0/0015/br_dfanbsb_ie_0_0_0015_d0011de0012.pdf.

_____. Atividades de Edmundo Moniz na ROU. Asilados Brasileiros. Fundo: Centro de Informações do Exterior (Arquivo Nacional). p.8. 9 mai. 1967. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_ie/0/0/0002/br_dfanbsb_ie_0_0_002_d0005de0012.pdf. Acesso em 10 mai. 2023.

CISA. Informação nº 986: Luiz Carlos Prestes – Atividades. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 26 dez. 1979. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80005344/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80005344_d0001de0001.pdf. Acesso em 23 mai. 2023.

_____. Informe nº 216: Partido dos Trabalhadores (PT). Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 13 ago. 1979. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/79003100/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79003100_d0001de0001.pdf. Acesso em 25 mai. 2023.

_____. Informação nº 0205/105: Edmundo Ferrão Moniz de Aragão – Atividades. Fundo: Centro de Informações da Aeronáutica (Arquivo Nacional). 21 jul. 1983. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/35103/br_dfanbsb_vaz_0_0_35103_d0001de0001.pdf. Acesso em 25 mai. 2023.

A CLASSE OPERÁRIA. Resolução sobre o Relatório de Bukharine acerca da Oposição Trotskista Adoptada por Unanimidade. Rio de Janeiro, Segunda Fase, n. 1. p. 1-4, 1 mai. 1928.

_____. Aos operarios e camponezes, a todos os explorados e oprimidos. Rio de Janeiro, ano 6, n. 92, p. 1-4, 3 jul. 1930.

_____. Frente Unica de Ferro em redor dos heroicos grevistas da Estrada de Ferro Central do Brasil, Marcineiros e Padeiros!. Rio de Janeiro, ano 10, n. 169, p. 1, 12 set. 1934.

_____. Nossa posição em face à Frente Unica Proletaria. Rio de Janeiro, ano 10, n. 170, p. 1-4, 3 out. 1934.

CLAUDÍN, Fernando. **La crisis del movimiento comunista.** 1. De la Komintern al Kominform. Barcelona: Ibérica de Ediciones y Publicaciones, 1977.

_____. **La oposición en el “socialismo real”.** Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

COELHO NETO, Rogério. Lula preferiu os votos das CEBs. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, ano 91, n. 213, 7 nov. 1981. Política e Governo, p. 2.

COGGIOLA, Osvaldo. 1938-2008: Setenta anos da fundação da IV Internacional. Em defesa de Leon Trotsky. **Projeto História**. n. 36, p. 145-183, jun. 2008.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

COMANDANTE. Carta a João Goulart. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). 31 ago. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/932>. Acesso em 10 mai. 2023.

_____. Carta a João Goulart. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). 14 mar. 1968. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/1225>. Acesso em 07 mai. 2023.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO. Anexo IV. Informe nº 1296. Fundo: Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 17 jun. 1979. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/79002364/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79002364_d0001de0001.pdf. Acesso em 14 mai. 2023.

COMISSÃO EXECUTIVA DA LIGA COMUNISTA. Aos trabalhadores do Brasil. **Boletim da Oposição**: órgão da Liga Comunista (Oposição leninista do PC do Brasil). p. 7-10. jan. 1931.

O COMUNISTA. Para a sindicalização livre, a sindicalização oficial! Niterói, p. 4, 1 jun. 1934.

CONSULADO GERAL DO BRASIL. Carta ao Chefe do SNI. Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 8 jun. 1971. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71033627/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71033627_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**: o som e a fúria do que se viu no Golpe de 1964. 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

_____. **Pessach: A travessia**. 7 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

_____. Esquerda ou direita?. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 62, n.21375, 6 dez. 1962. 2º Caderno, p. 1.

_____. Revolução dos Caranguejos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21787, 14 abr. 1964. 2º Caderno, p. 1.

_____. Os anônimos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 21822, 27 maio 1964. 2º Caderno, p. 1.

_____. Lacerda e o ectoplasma. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21867, 18 jul. 1964. 2º Caderno, p. 1.

_____. Compromisso e alienação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 21958, 1 nov. 1964. Cultura/Diversão, p. 1.

_____. Ato Institucional II. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 22054, 25 fev. 1965. 2º Caderno, p. 1.

_____. Um basta no 'basta'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 82, n. 86844, 30 nov. 2002. Opinião, p. 2.

COOJORNAL. O caso Para-Sar. Porto Alegre, ano 3, n. 26, p. 16-18, mar. 1978.

CORRÊA, Antonio Costa. O amadurecimento para o partido socialista. **Vanguarda Socialista**, São Paulo, ano 2, p. 1-2, 14 fev. 1947.

CORREIO DA MANHÃ. Como se deu a rendição do forte de Copacabana. Rio de Janeiro, ano 22, n. 8.524, p. 1, 7 jul. 1922.

_____. Declaração de princípios. Rio de Janeiro, ano 41, n. 14.602, p. 2, 11 jun. 1942.

_____. Para a formação de um partido organiza-se a União Socialista Popular. Rio de Janeiro, ano 44, n. 15.477, p. 12, 18 abr. 1945.

_____. Luiz Carlos Prestes foi posto em liberdade às 7:35 da noite de ontem. Rio de Janeiro, ano 44, n. 15.478, p. 3, 19 abr. 1945.

_____. Abertos aos comunistas os portões do Palácio Guanabara. Rio de Janeiro, ano 45, n. 15.631, p. 28, 14 out. 1945.

_____. U.D.N. O Movimento Renovador apresenta os seus candidatos à Câmara Municipal. Rio de Janeiro, ano 46, n. 15.982, p. 5, 8 dez. 1946.

_____. O sr. Edmundo Moniz e os comunistas. Rio de Janeiro, ano 46, n. 15.988, p. 32, 15 dez. 1946.

_____. Apoio à candidatura do sr. Edmundo Moniz. Rio de Janeiro, ano 46, n. 16.013, p. 2, 16 jan. 1947.

_____. Sociais. Rio de Janeiro, ano 47, n. 16.330, p. 10, 28 jan. 1948.

_____. Sociais. Rio de Janeiro, ano 47, n. 16.363, p. 14, 9 mar. 1948.

_____. Rede de espionagem russa em São Paulo. Rio de Janeiro, ano 48, n. 17.048, p. 3, 14 out. 1948.

_____. Insuflação comunista. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.412, 2 abr. 1953. 1º Caderno, p. 3.

_____. O sr. Segadas Viana quer a aplicação da Lei de Segurança. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.416, 8 abr. 1953. 1º Caderno, p. 4.

_____. O novo ministro do trabalho. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.416, 8 abr. 1953. 1º Caderno, p. 8.

- _____. Tópicos & Notícias. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.416, 8 abr. 1953. 1º Caderno, p. 4.
- _____. Tópicos & Notícias. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.417, 9 abr. 1953. 1º Caderno, p. 4.
- _____. A COFAP passará à responsabilidade do Ministério do Trabalho. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.421, 14 abr. 1953. 1º Caderno, p. 2.
- _____. O problema da greve. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.421, 14 abr. 1953. 1º Caderno, p. 4.
- _____. A CIREI S/A. ao público. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.426, 19 abr. 1953. 1º Caderno, p. 3.
- _____. O Ministro do Trabalho na reunião do diretório do PTB. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.440, 8 mai. 1953. 1º Caderno, p. 12.
- _____. As reivindicações dos marítimos estão sendo exploradas por elementos agitadores. Rio de Janeiro, ano 52, n. 18.471, 13 jun. 1953. 2º Caderno, p. 2.
- _____. Acordo na greve dos marítimos. Rio de Janeiro, ano 53, n. 18.482, p. 10, 26 jun. 1953.
- _____. Fixado em Cr\$ 2.400,00 o novo salário mínimo para o Distrito Federal. Rio de Janeiro, ano 53, n. 18.640, 30 dez. 1953. 1º Caderno, p. 2.
- _____. Aumento do salário mínimo. Rio de Janeiro, ano 53, n. 18.643, 03 jan. 1954. 1º Caderno, p. 2.
- _____. Malefícios da elevação do salário mínimo. Rio de Janeiro, ano 53, n. 18.643, 03 jan. 1954. 1º Caderno, p. 4.
- _____. O sr. João Goulart apresenta-se como vítima. Rio de Janeiro, ano 53, n. 18.687, 24 fev. 1954. 1º Caderno, p. 12.
- _____. Distúrbios nas ruas em consequência da morte do senhor Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, ano 54, n. 18.839, 25 ago. 1954. 1º Caderno, p. 3.
- _____. No mundo político: o manifesto dos civis. Rio de Janeiro, ano 54, n. 18.953, 8 jan. 1955. 1º Caderno, p. 12.
- _____. Versões em torno da reunião de chefes militares com o presidente da República. Rio de Janeiro, ano 54, n. 18.968, 26 jan. 1955. 1º Caderno, p. 12.
- _____. Guardiã da democracia. Rio de Janeiro, ano 54, n. 18.971, 29 jan. 1955. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Aliado ou inimigo?. Rio de Janeiro, ano 54, n. 19.031, 13 abr. 1955. 1º Caderno, p. 6.
- _____. O indesejável. Rio de Janeiro, ano 54, n. 19.037, 20 abr. 1955. 1º Caderno, p. 6.

_____. Desliga-se o “Correio” do sr. Kubitschek. Rio de Janeiro, ano 54, n. 19.044, 28 abr. 1955. 1º Caderno, p. 6.

_____. Não é questão militar. Rio de Janeiro, ano 54, n. 19.079, 8 jun. 1955. 1º Caderno, p. 6.

_____. Lott retira-se engrandecido. Rio de Janeiro, ano 55, n. 19.212, 11 nov. 1955. 1º Caderno, p. 1.

_____. Edmundo Moniz toma posse no S.N.T. Rio de Janeiro, ano 55, n. 19.294, 18 fev. 1956. 1º Caderno, p. 13.

_____. Campanha para a volta do P.C.B à legalidade. Rio de Janeiro, ano 55, n. 19.319, 18 mar. 1956. 1º Caderno, p. 16.

_____. Aprovada em regime de urgência a anistia simples no Senado. Rio de Janeiro, ano 55, n. 19.373, 23 mai. 1956. 1º Caderno, p. 14.

_____. Reportagens sobre o Nordeste. Rio de Janeiro, ano 59, n. 20.384, 8 set. 1959. 1º Caderno, p. 12.

_____. Contra a irrigação. Rio de Janeiro, ano 59, n. 20.391, 16 set. 1959. 1º Caderno, p. 6.

_____. A cidade e as serras. Rio de Janeiro, ano 61, n. 20.988, 25 ago. 1961. 1º Caderno, p. 6.

_____. Legalidade. Rio de Janeiro, ano 62, n. 21.276, 7 ago. 1962. 1º Caderno, p. 6.

_____. Adeus aos planos. Rio de Janeiro, ano 62, n. 21.413, 23 jan. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Planejamento ou demagogia. Rio de Janeiro, ano 62, n. 21.418, 29 jan. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Política do governo atual é sem futuro, afirma Prestes. Rio de Janeiro, ano 62, n. 21.460, 21 mar. 1963. 1º Caderno, p. 14.

_____. Sem presidente. Rio de Janeiro, ano 62, n. 21.518, 30 mai. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. A ordem do dia. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.609, 13 set. 1963. 1º Caderno, p. 12.

_____. Nem agitação nem retrocesso. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.610, 14 set. 1963. 1º Caderno, p. 12.

_____. Uma entrevista. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.624, 1 out. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Fogueiras de Natal. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.681, 7 dez. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Jango com Brizola novamente. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.687, 14 dez. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Agro-rodoviarismo. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21. 688, p. 6, 15 dez. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Repercussões externas da ideia de nomear Brizola para Fazenda. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.689, 17 dez. 1963. 1º Caderno, p.6.

_____. Jango teria oferecido três pastas. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.690, 18 dez. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Mundo Político. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.691, 19 dez. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Mundo Político. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.693, 21 dez. 1963. 1º Caderno, p. 6.

_____. Desarmamento. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.736, 14 fev. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Não há questão militar. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.744, 23 fev. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Alternativas falsas. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.756, 8 mar. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. O comício. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.760, 13 mar. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. O último comício. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.761, 14 mar. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Equívocos. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.762, 15 mar. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Reformas sem ditadura. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.764, 18 mar. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Monopólio do papel. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.765, 19 mar. 1964. 1º Caderno, p. 1.

_____. Lacerda convoca todos os governadores para a defesa das liberdades. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.765, 19 mar. 1964. 1º Caderno, p. 5.

_____. O dia de hoje. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.772, 27 mar. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Oficiais tentaram raptar o ministro. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.723, 28 mar. 1964. 1º Caderno, p. 1.

_____. Legalidade e disciplina. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.723, 28 mar. 1964. 1º Caderno, p. 3.

_____. Governo e indisciplina. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.724, 29 mar. 1964. 1º Caderno, p. 6

_____. Basta!. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.775, 31 mar. 1964. 1º Caderno, p. 1.

_____. Fora!. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.776, 1 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.

- _____. Vitória. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.777, 2 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. A hora dos extremados. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.777, 2 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. Basta e Fora!. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.777, 2 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Terrorismo, não!. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.778, 3 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. Basta: fora a ditadura!. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.778, 3 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Duas graves ameaças. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.779, 4 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. Palavras de um chefe. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.780, 5 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Parlamento ameaçado. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.781, 7 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. Ganhar a vitória. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.781, 7 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Brasil sob novo regime. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.784, 10 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. Ato Institucional. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.784, 10 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Justino prega linha dura. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.785, 11 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Eleição tutelada. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.786, 12 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. A face e o braço. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.786, 12 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Ameaças e opinião. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.789, 16 abr. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. A fala presidencial. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.789, 16 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. Ação de Governo. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.794, 23 abr. 1964. 1º Caderno, p. 6.
- _____. DPPS espanca dois estudantes da UR. Rio de Janeiro, ano 63, n. 21.822, 27 mai. 1964. 1º Caderno, p. 12.
- _____. Cony vai a IPM e livro é ameaçado. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.870, 22 jul. 1964. 1º Caderno, p. 1.
- _____. Costa e Silva processa C. H. Cony. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.888, 12 ago. 1964. 1º Caderno, p. 14.

_____. Engenheiro sofre tortura policial. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.896, 21 ago. 1964. 1º Caderno, p. 3.

_____. Responsabilidade. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.897, 22 ago. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Tortura e insensibilidade. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.905, 1 set. 1964. 1º Caderno, p. 6.

_____. Torturas provocam greve na Marinha. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.905, 1 set. 1964. 1º Caderno, p. 16.

_____. Torturas e vexames no cárcere militar. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.918, 16 set. 1964. 1º Caderno, p. 11.

_____. GB: Presos confirmam torturas. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.920, 18 set. 1964. 1º Caderno, p. 14.

_____. Para ministro tortura é campanha. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.923, 22 set. 1964. 1º Caderno, p. 3.

_____. C. H. Cony é proibido em Florianópolis. Rio de Janeiro, ano 64, n. 21.947, 20 out. 1964. 1º Caderno, p. 3.

_____. Recife tem livros proibidos. Rio de Janeiro, ano 64, n. 22.141, 11 jun. 1965. 1º Caderno, p. 12.

_____. Nova política externa é objetivo de Negrão. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.230, 23 set. 1965. 1º Caderno, p. 14.

_____. PSB quer a renúncia de Aurélio. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.232, 25 set. 1965. 1º Caderno, p. 1.

_____. Quarenta deputados estaduais pedem em manifesto que Aurélio renuncie. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.234, 28 set. 1965. 1º Caderno, p. 14.

_____. Oposição tem carta de princípios e forma seu partido. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.290, 3 dez. 1965. 1º Caderno, p. 3.

_____. Crise nacional agravou-se no II semestre. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.314, 1 jan. 1966. 1º Caderno, p. 10.

_____. Ademar candidato. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.316, 5 jan. 1966. 1º Caderno, p. 8.

_____. Ademar diz que povo quer eleição direta. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.327, 18 jan. 1966. 1º Caderno, p. 3.

_____. Ademar: renúncia de Castelo e eleições gerais em 60 dias. Rio de Janeiro, ano 65, n. 22.371, 12 mar. 1966. 1º Caderno, p. 1.

_____. MDB carioca vai às ruas pedindo eleições diretas. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.454, 18 jun. 1966. 1º Caderno, p. 7.

_____. Jornalistas protestam em telegrama. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.467, 3 jul. 1966. 1º Caderno, p. 3.

_____. UNE instala hoje congresso proibido. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.488, 28 jul. 1966. 1º Caderno, p. 3.

_____. DOPS prende carro de candidato: MDB. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22530, 15 set. 1966. 1º Caderno, p. 11.

_____. Liderança do MDB veta Frente Ampla da Oposição. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.534, 20 set. 1966. 1º Caderno, p. 8.

_____. Vieira pretende unir Frente-MDB. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.534, 20 set. 1966. 1º Caderno, p. 14.

_____. Ato vai suprimir soma das sublegendas. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.562, 22 out. 1966. 1º Caderno, p. 3.

_____. Estudantes da UME decidem pelo voto nulo em congresso. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.568, 29 out. 1966. 1º Caderno, p. 3.

_____. JK e Lacerda unidos para a criação de partido popular. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.585, 20 nov. 1966. 1º Caderno, p. 5.

_____. Mundo Político. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.667, 26 fev. 1967. 1º Caderno, p. 8.

_____. Mundo Político. Frente conta agora com o apoio de Jango. Rio de Janeiro, ano 66, n. 22.728, 11 mai. 1967. 1º Caderno, p. 8.

_____. Brizola condena Jango por encontrar CL. Rio de Janeiro, ano 67, n. 22.846, 26 set. 1967. 1º Caderno, p. 9.

_____. Instituições. Rio de Janeiro, ano 67, n. 22.848, 28 set. 1967. 1º Caderno, p. 6.

_____. Militares unidos combatem Frente. Rio de Janeiro, ano 67, n. 22.947, 25 jan. 1968. 1º Caderno, p. 14.

_____. ARENA gaúcha defende edição de novo ato. Rio de Janeiro, ano 67, n. 22.948, 26 jan. 1968. 1º Caderno, p. 12.

_____. Militares dizem que só querem aparentar força. Rio de Janeiro, ano 67, n. 22.950, 28 jan. 1968. 1º Caderno, p. 2.

_____. Crise estudantil alastra-se às principais cidades do país. Rio de Janeiro, ano 67, n. 23.000, 30 mar. 1968. 1º Caderno, p. 1.

_____. CL vê orgia de violência. Rio de Janeiro, ano 67, n. 23.003, 3 abr. 1968. 1º Caderno, p. 14.

_____. UNE veta passeata após ato religioso. Rio de Janeiro, ano 67, n. 23.004, 4 abr. 1968. 1º Caderno, p. 14.

_____. Governo proíbe Frente e ameaça jornais. Rio de Janeiro, ano 67, n. 23.006, 6 abr. 1968. 1º Caderno, p. 1.

_____. Exército muda tática contra estudante. Rio de Janeiro, ano 68, n. 23.106, 7 ago. 1968. 1º Caderno, p. 9.

_____. Exonerado e preso brigadeiro. Rio de Janeiro, ano 68, n. 23.154, 2 out. 1968. 1º Caderno, p. 3.

_____. Brigadeiro preso porque se opôs a grupos radicais. Rio de Janeiro, ano 68, n. 23.155, 3 out. 1968. 1º Caderno, p. 2.

_____. Capitão evita político. Rio de Janeiro, ano 68, n. 23.164, 13 out. 1968. 1º Caderno, p. 2.

_____. A fala dos jovens oficiais. Rio de Janeiro, ano 68, n. 23.180, 1 nov. 1968. 1º Caderno, p. 2.

_____. Horizonte. Rio de Janeiro, ano 68, n. 23.216, 13 dez. 1968. 1º Caderno, p. 1.

_____. Darcy Ribeiro e Edmundo são absolvidos na 1ª Auditoria. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano 69, n. 23.418, 20 ago. 1969. 1º Caderno, p. 1.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901-1969)**: a origem do “rouba mas faz”. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. Dois momentos brasileiros da Escola de Frankfurt. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTTO, Pedro do. Verdade Histórica. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, p. 3, 9 dez. 2004.

_____. Niomar Sodré. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 18, 9 nov. 2003.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

DAVILA, Carlos. Anti-britânica e anti-soviética. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 7 jul. 1946. 2ª seção, p. 1.

DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL. Relatório. Tribunal de Segurança Nacional, série Apelação; C8.0.APL.64 v.3 (Arquivo Nacional). 29 jun. 1936. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 26 jul. 2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Márcio Paiva. **A Frente Ampla de oposição ao Regime Militar (1966-1968)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012.

_____. **Do movimento operário para a universidade**: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. MJ – 100 460-S/78. (Arquivo Nacional). 6 set. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1357/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1357_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

DER SPIEGEL. Socialismo: um novo papel. Informação nº 0004. Serviço de Informações do Estado Maior da Aeronáutica. (Arquivo Nacional). p. 4. 20 nov. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/79000642/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79000642_d0001de0001.pdf.

DEUTSCHER, Isaac. **Trotski: O profeta armado (1879-1921)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Trotski: O profeta desarmado (1921-1929)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Trotski: O profeta banido (1929-1940)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Ironias da História**: ensaios sobre o comunismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

D’HORTA, Arnaldo Pedroso. Discussão com “Vanguarda Socialista”. **Vanguarda Socialista**, Rio de Janeiro. p. 3-4. 26 out. 1945.

DIÁRIO DA NOITE. Galina Kok nunca foi comunista. Rio de Janeiro, p. 1-2, 30 mar. 1948.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Um protesto dos bancários de Santos e a Frente Única Proletária. Rio de Janeiro, p. 3, 13 set. 1934.

_____. O poder legislativo em função: Frente Única Proletária. Rio de Janeiro, ano 5, n. 2383, 23 set. 1934. Primeira Seção, p. 8.

_____. Em liberdade a estudante Galina Kok. Rio de Janeiro, 23 mai. 1948. 5ª seção, p. 1.

_____. Ineditoriais. Manifesto de Convocação da Ação Democrática. Rio de Janeiro, 25 abr. 1956. Primeira seção, p. 5.

DIMITROV, Jorge. **La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera contra el fascismo**. Madrid: Emiliano Escolar Editor, 1977.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Informação nº 521/78: Edmundo Moniz. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (Arquivo Nacional). 22 jun. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1357/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1357_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

_____. Informe nº 351/01/79: Aliança do PCB com o PTB. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (Arquivo Nacional). 23 nov. 1979. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/avu/0301/br_rjanrio_tt_0_mcp_avu_0301.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DO INTERIOR. Informação nº 31/82. Leonel Brizola (Arquivo Nacional). 23 nov. 1982. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/83030200/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83030200_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 mai. 2023.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOPS. Proc. 100460/78-MJ. (Arquivo Nacional). 25 ago. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1357/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1357_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

_____. Prontuário. Márcio Moreira Alves. (Arquivo Nacional). 1968. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/1286/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_1286_d0001de0001.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**, v. 1: o campo do signo, 1945-1966. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **El arte de la biografía: entre historia y ficción**. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

_____. **La marcha de las ideas**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2007.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimento no bairro da Mooca, 1942-1973**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1930-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas: 1938-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **O Comunismo no Brasil, 1935-1945**: repressão em meio a cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

EM TEMPO. Como fundar um partido de baixo para cima. São Paulo. p. 2. fev/mar. 1980.

_____. Em defesa da verdade na história da revolução. São Paulo, ano 10, n. 222, p. 10, dez. 1987.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 6 ed. São Paulo: Global Editora, 1984.

ESBOÇO DA ESTRUTURAÇÃO DE UMA FRENTE. Acervo João Goulart. Fundo: Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/997>. Acesso em 11 mai. 2023.

O ESTADO DE S. PAULO. O trotskismo no Brasil. São Paulo, 17 ago. 1980. 6º caderno, 120.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci**: (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

FARIA, Marcos Moutta de. Partido socialista ou partido dos trabalhadores? Contribuição à história do trotskismo no Brasil. A experiência do Movimento Convergência Socialista. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 239-245, 2005.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução?. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **João Goulart**: uma biografia. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERRO, Flavio Salles. **Um liberal autoritário**: trajetória política de Eduardo Gomes (1922-1981). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIDELIS, Thiago. **Preto no branco**: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954-1956). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Wilson. Segunda Seção: Dispositivo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 8, 23 dez. 1963.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FOLHA DE S. PAULO. 1964, fim de um ciclo de crise. Depoimento de Edmundo Moniz. São Paulo, 12 jan. 1979. Nacional, p. 4.

_____. Decisão também movimenta MDB. São Paulo, p. 4, 13 mai. 1980.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

_____. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

_____. Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos** [online], 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.66177>. Acesso em 15 fev. 2023.

FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. II. Os influxos teóricos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. III. Teorias, Interpretações. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

FREIRE, CARLOS RENATO ARAUJO. **O quebra-quebra de 1942: um dia para lembrar**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FRENTE AMPLA. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). dez. 1967. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/1151>. Acesso em: 11 mai. 2023.

_____. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). abr. 1968. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/1246>. Acesso em 10 mai. 2023.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

_____. **A Ditadura Escancarada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

_____. **A Ditadura Derrotada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.

_____. **A Ditadura Encurralada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.

GENTILE, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. **Tempo**, Niteroi, v. 25, n. 1, p. 110-131, jan/abr. 2019.

GERAS, Norman. Louis Althusser. In: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GERMANI, Gino. Democracia representativa y clases populares. In: GERMANI, Gino; TELLA, Torcuato S. di; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de classe en Latinoamérica**. México: Serie Popular Era/21, 1973.

GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**: estudo sobre a lógica do jovem Marx. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

O GLOBO. Luiz Carlos Prestes opina sobre a situação no mundo, na América e no Brasil. Ed. Final. Rio de Janeiro, p. 1-12, 15 mar. 1945.

GOMES, Angela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-116, jul/set. 1978.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *et al.* **O Brasil republicano**, v. 10: sociedade e política (1930-1964). 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- GOULART, João. Carta para Doutel de Andrade. Acervo João Goulart. Fundo Exílio. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). 16 abr. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/262>. Acesso em 3 mai. 2023.
- _____. Carta aos trabalhistas. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Out. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/971>. Acesso em 10 mai. 2023.
- _____. Anotação no manifesto Pela União Popular. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). 28 out. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/974>. Acesso em 10 mai. 2023.
- GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- GUARNIERI, Gianfrancesco. **Eles não usam Black-Tie**. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GUDIN, Eugênio. Rumos de Política Econômica. In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3 ed. Brasília: IPEA, 2010.
- HAFFNER, Sebastian. **A Revolução Alemã (1918-1919)**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- HILTON, Stanley. **O ditador e o embaixador: Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. J. A fortuna das edições de Marx e Engels. In: HOBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo. Vol. 1 – O Marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- O HOMEM LIVRE**. Quem quer lutar contra o fascismo?. São Paulo, p. 1, 12 set. 1933.
- HOROWICZ, Alejandro. **Los cuatro peronismos**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IMPrensa POPULAR. Novo salário-mínimo para o Distrito Federal. Rio de Janeiro, p.1-5, 9 dez. 1953.

INFORME 299. Panfleto Márcio Moreira Alves. Fundo: Conselho de Segurança Nacional (Arquivo Nacional). 13 nov. 1967, p. 218. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/1286/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_1286_d0001de0001.pdf. Acesso em 12 mar. 2023.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, v. 32, p. 2-28, 2014.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Espiões e sabotadores agiam no Rio a serviço do regime soviético. São Paulo, p. 2, 30 mar. 1948.

JORNAL DO BRASIL. A leitura da plataforma liberal na Esplanada do Castelo. **Jornal do Brasil**. 3 jan. 1930, p. 7.

_____. A partida do Sr. Getulio Vargas para o Rio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 out. 1930, p. 6.

_____. Manifesto de chefes revolucionários ao povo de S. Paulo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 nov. 1930, p. 9.

_____. Legionários de outubro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1930, p. 8.

_____. O manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 5 mar. 1930, p. 6.

_____. Partido Socialista Proletário do Brasil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 ago. 1934, p. 10.

_____. A sessão da Câmara dos Deputados. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 ago. 1937, p. 10.

_____. Coisas da Política. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 mai. 1945, p. 6.

_____. Inaugurado na cidade de Santos importante estabelecimento hospital. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 3 jul. 1945, p. 8.

- _____. S.N. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 4 jul. 1945, p. 5.
- _____. Manifesto da Esquerda Democrática. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 ago. 1945, p. 6.
- _____. “Os partidos aliados denunciam o Decreto-lei n. 8.063 como um golpe contra a nação”. Rio de Janeiro, 11 out. 1945, p. 6.
- _____. Coisas da Política. Rio de Janeiro, 11 out. 1945, p. 6.
- _____. Variações de um orador. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 out. 1945, p. 5.
- _____. Coisas da Política. Rio de Janeiro, 11 mai. 1946, p. 9.
- _____. General Justino chega ao Rio e diz que JB foi voz corajosa da democracia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5 abr. 1964, p. 11.
- _____. Esquerda do PTB pensa em lançar Amoroso Lima. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27 ago. 1965, p. 4.
- _____. Brizola vê Castello como o maior inimigo e pode agir para derrotar Negrão. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 set. 1965, p. 3.
- _____. Negrão passa o dia posando para filmes e reinicia a campanha hoje com comícios. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 set. 1965, p. 4.
- _____. Aurélio Viana preocupa Negrão. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 set. 1965, p. 4.
- _____. Apuração acaba no Rio e segue em outros Estados. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 7 out. 1965, p. 1.
- _____. Jornalistas dirigem o MDB carioca. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 mai. 1966, p. 16.
- _____. Costa e Silva pretende evitar o esvaziamento com viagens pelo País. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 jun. 1966, p. 3.
- _____. Favelados inscrevem-se no MDB para disputar vaga de candidato à Assembleia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 jul. 1966, p. 4.
- _____. Frente vai a Goulart e Juscelino. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 10 set. 1966, p. 1.
- _____. Lacerda acusa a ARENA de “máfia política corrompida e corrompendo como nunca”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 jan. 1968, p. 18.
- _____. Oposição vê acidentes como elos de corrente terrorista. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11 out. 1968, p. 6.
- _____. Pronunciamento. Ano 77, n. 173, Rio de Janeiro, p. 3, 29 out. 1968.

_____. Governo desarticula gráfica do Partido Comunista. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 jan. 1975, p. 3.

_____. Metalúrgico diz que é a hora do diálogo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 15. 5 set. 1977.

_____. Itamaraty pode ter tido influência. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 set. 1977, p. 12.

_____. Brizola só pode sair de casa para deixar Uruguai. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 set. 1977, p. 19.

_____. Volta ao Brasil era uma opção. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 set. 1977, p. 9.

_____. Causa e consequência. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 set. 1977, p. 10.

_____. Ex-Governador admite revisões. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 set. 1977, p. 20.

_____. Direito de greve é reivindicação dos metalúrgicos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 4. 16 fev. 1978.

_____. Lula dispensa intelectual das lutas do trabalhador. *Jornal do Brasil*. p. 19. Rio de Janeiro, 14 jun. 1978.

_____. Informe JB. A disputa paulista. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 6. 21 jul. 1978.

_____. MDB leva direito de greve para a campanha eleitoral. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 3. 29 jul. 1978.

_____. Tancredo quer volta de Brizola mas condena restauração do PTB. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 3. 7 dez. 1978.

_____. Ulisses garante para Brizola um lugar no MDB. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 4. 8 dez. 1978.

_____. Ivete desmente divisão entre ex-trabalhistas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 4. 22 jan. 1979.

_____. Brizola teme acordo de Jarbas com Prestes e Arraes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 8. 28 jan. 1979.

_____. Brizolistas vencem corrida pelo registro do PTB. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 4. 11 abr. 1979.

_____. Ex-líder socialista volta ao Brasil e sugere frente para fortalecer oposição. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 2. 14 mai. 1979.

_____. Brizola aceita marxistas desde que sejam democratas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 2. 21 mai. 1979.

_____. Brizola prefere discrição a ter fama de caudilho. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 1. 12 set. 1979.

_____. Multidão espera Brizola no Rio mas não ouve discurso. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. p. 4. 1 out. 1979.

_____. Comunista diz que posição de Prestes não é a do PCB. Rio de Janeiro, ano 89, n. 270, 5 jan. 1980. *Política e Governo*, p. 2.

_____. Prestes votou a favor de todas resoluções. Rio de Janeiro, ano 89, n. 299, 3 fev. 1980. *Política e Governo*, p. 8.

_____. Informe JB: Desconhecido. Rio de Janeiro, ano 89, n. 303, 7 fev. 1980. 1º Caderno, p. 6.

_____. Informe JB: Provocação. Rio de Janeiro, ano 89, n. 304, 8 fev. 1980. 1º Caderno, p. 6.

_____. Derrotado protesta junto ao busto. Rio de Janeiro, ano 90, n. 35, 13 mai. 1980. 1º Caderno, p. 4.

_____. Informe JB: Uma legenda. Rio de Janeiro, ano 91, n. 161, 16 set. 1981. 1º Caderno, p. 6.

_____. PT não quer dupla militância. Rio de Janeiro, ano 91, n. 206, 31 out. 1981. *Política e Governo*, p. 2.

_____. PMDB aceita Prestes. Rio de Janeiro, ano 91, n. 211, 5 nov. 1981. 1º Caderno, p. 6.

_____. Brizola diz que não é candidato. Rio de Janeiro, ano 91, n. 214, 8 nov. 1981. *Política e Governo*, p. 2.

_____. Prestes não será candidato. Rio de Janeiro, ano 91, n. 218, 12 nov. 1981. *Política e Governo*, p. 5.

_____. Informe JB: Pesado. Rio de Janeiro, ano 91, n. 218, 12 nov. 1981. 1º Caderno, p. 6.

_____. Prestes revela preferência pelo PDT. Rio de Janeiro, ano 92, n. 121, 7 ago. 1982. 1º Caderno, p. 4.

_____. Ciclo marxista comemora os 25 anos do Casa Grande. Rio de Janeiro, ano 102, n. 124, 10 ago. 1992. Caderno B, p. 2.

JUBERTE, Vinicius de Oliveira. **O PCB e os livros**: a Editorial Calvino no período da legalidade do partido nos anos 1940 (1943-1948). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JULIÃO, Francisco. Carta a Leonel Brizola. Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 31 out. 1977. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/78111217/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78111217_d0001de0001.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

KAREPOVS, Dainis. Mário Pedrosa e a IV Internacional (1938-1940). in: MARQUES NETO, José Castilho. **Mário Pedrosa e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. **A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)**. São Paulo: Alameda, 2006.

_____; LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). in: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**. v. 6. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto editorial de difusão do marxismo no Brasil dos anos 1930. in: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.) **Edição e Revolução: leituras comunistas no Brasil e na França**. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2013. pp. 65-119.

_____. **Pas de politique Mariô!**: Mário Pedrosa e a política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

KATZ, Claudio. La teoria clásica del imperialismo. **Hic. Rhodus**. n. 10, jul. 2016.

KINZO, Maria D'Alva G. **Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil: the case of the MDB (1966-1979)**. Basingstoke: Macmillan Press, 1988.

KOLLONTAI, Alexandra. **A oposição operária (1920-1921)**. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. Marcuse, Revolucionário. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v. 8, p. 15-28, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOTSCHO, Ricardo. Brandt recebe Brizola. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. p. 4. 11 fev. 1978.

KRASSÓ, Nicolás. Em marxismo de Trotski. In: KRASSÓ, Nicolás; MANDEL, Ernest; JOHNSTONE, Monty. **El marxismo de Trotski**. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1972.

KRAUSZ, Tamás. **Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual**. São Paulo: Boitempo, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LACERDA, Carlos. A mão estendida e a liquidação moral. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 27 mai. 1945. 2ª seção, p. 1.

_____. De 35 a 46 – Víspera. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 27 nov. 1946.

_____. A reforma. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 6 dez. 1946.

_____. Uma Conferência Democrática. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 28 jan. 1947.

_____. O Movimento Renovador e a reforma social. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 15 nov. 1947.

_____. O entendimento urgente. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 13 jan. 1948.

_____. Responsabilidade solidária. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 4, 9 abr. 1953.

LAHUERTA, Milton. **Elitismo, autonomia, populismo**: os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda**: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA DE S. PAULO. Manifesto. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 41, n. 55, p. 6, 5 mar. 1931.

LEITE FILHO, Barreto. Rito de iniciação. **Folha de São Paulo**. São Paulo. p. 3. 17 set. 1980.

LEITE, Hilcar. Observações em torno da “Plataforma socialista de Edmundo Moniz”. **Vanguarda Socialista**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1946, p. 1-2.

_____. O sonho trotskista. In: GOMES, Angela de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. (org.). **Velhos militantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LEITE, Maria Cláudia Moraes. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LENIN, V. I. Dos tácticas de la socialdemocracia en la revolución democrática. In: LENIN, V. I. **Obras Completas**. Tomo IX. Madrid: Akal Editor, 1976.

_____. Discurso de abertura del congreso. In: LENIN, V.I. **Obras Completas**. Tomo XXXVI. Madrid: Akal Editor, 1978.

_____. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1988.

LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIGA COMUNISTA. Às Massas Trabalhadoras. Tribunal de Segurança Nacional, série Apelação; C8.0.APL.230 v.1 (Arquivo Nacional). Setembro de 1934. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Aos camaradas da região do Rio. Fundo Lívio Barreto Xavier (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa). 12 jun. 1932.

_____. Ata da I Conferência Nacional da LCI. Fundo Lívio Barreto Xavier (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa). 7 mai. 1933.

_____. Ata da I Conferência Nacional da LCI. Fundo Lívio Barreto Xavier (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa). 8 mai. 1933.

_____. Ata da I Conferência Nacional da LCI. Fundo Lívio Barreto Xavier (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa). 10 mai. 1933.

_____. Ata da II Conferência Nacional da LCI. Fundo Lívio Barreto Xavier (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa). 1 out. 1933.

_____. Projeto de teses sobre a Assembleia Constituinte. In: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. (org.). **Na contracorrente da história**. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). 2 ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

LIMA, Felipe Victor. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Maurilio Ferreira. et. al. Transcrição da sessão pública realizada em 24/11/2015. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. 24/11/2015. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/7/4/1/74136b3b99fc550f6f206e1460a83592c7f0fa2d9c136d97a22b689d8075a4b8/47edf0c0-9e17-4c32-87c4-612dec83a895-79__24.11.2015__P_-_Parlamentares.pdf. Acesso em 12 abr. 2023.

LIMA, Pedro Motta. Governo de confiança nacional. **Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 29 jun. 1945, p. 3.

_____. Para um governo de confiança nacional. **Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 5 ago. 1945, p. 3.

LIRA NETO. **Getúlio**: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Getúlio**: Da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

LOBO, Aristides. Resolução. Fundo Lívio Barreto Xavier (Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa). 19 mar. 1933.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Internacionalismo e redemocratização brasileira: as transações de cúpula da Internacional Socialista e as conexões entre Brasil e Portugal em 1976. **Esboços**, v. 28, n. 48, p. 386-406, mai./ago. 2021.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**, n. 17, 2003, p. 51-80.

LOUREIRO, Isabel Maria. A questão russa: seu lugar nas reflexões de Vanguarda Socialista. **Trans/Form/Ação**, n. 8, p. 28-38, 1985.

LOVATTO, Angélica. Ênio Silveira e os Cadernos do povo brasileiro. **Lutas Sociais**, n. 23, p. 93-103, 2009.

LOWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, n. 1, pp. 73-80, 1998.

_____. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **El marxismo en América Latina**. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

LUKÁCS, György. **La novela histórica**. Cidade do México: Ediciones Era, 1966.

_____. Carta sobre o stalinismo. **Temas de Ciências Humanas**. n. 1, p. 1-17, 1977.

_____. **Existencialismo ou Marxismo?**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

A LUTA DE CLASSE. A transformação fascista da Revolução Liberal. Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, p. 2-4, fev./mar. 1931.

_____. O proletariado e a Constituinte. Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 3, 1 mai. 1931.

_____. Teses sobre a questão sindical, aprovados na Conferência Nacional da L.C.I. Rio de Janeiro, ano 4, n. 21, p. 6, ago. 1934.

_____. A reação burguesa e o Partido Socialista. Rio de Janeiro, ano 5, n. 19, p. 6, 22 fev. 1934.

_____. A luta contra o imperialismo. Ano 5, n. 22, p. 2, abr. 1935.

_____. O dever dos comunistas no movimento da Aliança Nacional Libertadora. Niterói, n. 25, p. 2-3, 1 jun. 1935.

_____. A Luta Pelas Liberdades Democráticas. Ano, 6, n. 30, p. 1-2, 1 jun. 1936.

_____. O golpe de Estado bonapartista. Ano 7, n. 34, p. 1-4, 10 dez. 1937.

_____. O bonapartismo procura uma base de massa. Ano 7, n. 35, p. 1, 25 dez. 1937.

_____. A fala do trono. Ano 8, n. 41, p. 1-2, 22 nov. 1938.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MACEDO, Edmar Almeida de. **Os trotskistas entre discursos e controvérsias**: tradição, composição social e alinhamento internacional. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MACEDO, Michelle Reis de. **Trabalhadores e Cidadania no Brasil**: o movimento queremista e a democratização de 1945. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

_____. As esquerdas revolucionárias, Leonel Brizola e a refundação do trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda**: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGRI, Lucio. **El sastre de ULM**: el comunismo del siglo XX: hechos y reflexiones. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2011.

MALTA, Maria Helena. O PT não quer extinguir o MDB. **Jornal da República**. São Paulo. p. 6. 1 out. 1979.

MANDEL, Ernest. El marxismo de Trotski: una anti-crítica. In: KRASSÓ, Nicolás; MANDEL, Ernest; JOHNSTONE, Monty. **El marxismo de Trotski**. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1972.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

A **MANHÃ**. Foi bailarina do Assírio e teve vários “amigos”. Rio de Janeiro, p. 1-2, 23 abr. 1948.

MANIAKAS, Georgina Faneco. A psicanálise nos primeiros tempos da Rússia Soviética. **Discurso**, v. 49, n. 1, p. 127-139, 2019.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes/Polis, 1984.

MARCONDES FILHO. Documentos de Marcondes Filho sobre reformas políticas. Getúlio Vargas; GV c 1944.00.00/7 v. XLV/57 (CPDOC). 1944. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_gv. Acesso em: 13 out. 2021.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARIE, Jean-Jacques. **Lenin (1870-1924)**. Madrid: POSI, 2008.

_____. **Trotski**: revolucionario sin fronteras. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

_____. Deutscher, un compangnon de route du stalinisme. **Cahiers du mouvement ouvrier**. v. 4, n. 48, p. 65-70, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão Revolucionária**. Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. Na biblioteca de Lívio Xavier – Lembranças de um jovem pesquisador. In: TROITIÑO, Sonia; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **Sobre a arte de guardar**: reflexões a respeito do acervo de Lívio Xavier. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

_____. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969). 2 ed. São Paulo: Alameda, 2019.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Carta de Marx a P. V. Annenkov. In: MARX, Karl. **Miseria de la filosofia**. 10 ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1987.

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi. Do que vai pelo mundo. **Correio da Manhã**. 2ª seção. Rio de Janeiro. p. 1. 8 jul. 1945.

MATHEUS, João. Um trotskista sem aspas. **Vanguarda Socialista**, Rio de Janeiro, p. 2-5, 26 out. 1945.

MATTOS, Carlos de Meira Mattos. Apresentação. In: BONNET, Gabriel. **Guerrilhas e Revoluções**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MATTOS, Marcelo Badaró. Marx, o marxismo e o sujeito histórico. **Marx e o Marxismo**. v. 1, n. 1, p. 15-28, jul/dez. 2013.

MAYER, Arno J. **A força da tradição**. A persistência do Antigo Regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante de. Associação brasileira de escritores: dinâmica de uma disputa. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 711-732, 2011.

MELO, Franklin Rabelo de. **Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes**. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MESZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEU CARO PRESIDENTE. Carta a João Goulart. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC). 25 mai. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/417>. Acesso em: 11 mai. 2023.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Carta da ABI ao ministro Armando Falcão. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (Arquivo Nacional). 24 nov. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0686/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_0686_d0001de0001.pdf. Acesso em 11 mai. 2023.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. **Greve de massa e crise política**. (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo – 1953/54). São Paulo: Editora Polis, 1978.

MONIZ, Edmundo. A literatura e os impulsos de vida e de morte. **Carioca**. Rio de Janeiro. p. 8. 22 jun. 1940.

_____. Os “intelectuais” e o grande público. **Carioca**, Rio de Janeiro, s/n, p. 16, jul. 1940.

_____. A tradução do “Staline” de Ludwig. **Carioca**, Rio de Janeiro, n. 413, p. 8, 4 set. 1943.

_____. Resposta a Calvino. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 3, 12 set. 1943.

_____. Voltaire e o racionalismo francês do Século XVIII. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 jan. 1945, 2ª seção, p. 1.

_____. Sobre o reaparecimento de “Diretrizes”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 18 mai. 1945.

_____. As ideias e as atitudes. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 10 jun. 1945, 2ª seção, p. 1.

_____. A falsificação das ideias. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 5 ago. 1945, 2ª seção, p. 1.

_____. Posição definida. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1945, 2ª seção, p. 1.

_____. As palavras e os atos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 23 set. 1945, 2ª seção, p. 1.

_____. Democracia, Marxismo e Italianismo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 28 out. 1945, 2ª seção, p. 2.

_____. O campeão das derrotas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 18 nov. 1945, 2ª seção, p. 1.

_____. Oportunismo. **Vanguarda Socialista**. São Paulo, p. 3-4, 23 nov. 1945.

_____. A Rússia e o Socialismo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 31 mar. 1946, 2ª seção, p. 1.

_____. A Rússia e a Revolução Francesa. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1946, 2ª seção, p. 1.

_____. Os “amigos” de Getúlio e de Prestes. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 09 jun. 1946, 2ª seção, p. 1-2.

_____. O stalinismo e a Esquerda Democrática. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 28 jul. 1946, 2ª seção, p. 1.

_____. Ainda sobre o stalinismo e a Esquerda Democrática. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 11 ago. 1946, 2ª seção, p. 1-3.

_____. A Rússia e o Socialismo: A caracterização do Estado russo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 1 dez. 1946. 2ª seção, p. 1.

_____. Capitalismo de Estado e não Estado Operário degenerado. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 8 dez. 1946, 2ª seção, p. 1.

_____. Os partidos e a redemocratização do país. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 3, 15 dez. 1946.

- _____. O Capitalismo de Estado. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 22 dez. 1946, 2ª seção, p. 1.
- _____. Nacionalização e socialização. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 29 dez. 1946, 2ª seção, p. 1.
- _____. O depoimento de Kravchenko. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 15 jun. 1947, 2ª seção, p. 1.
- _____. A Rússia e o Socialismo: O capitalismo de Estado e o super-imperialismo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 abr. 1947. 2ª seção, p. 1.
- _____. A prova de fogo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 18 nov. 1947, p. 2.
- _____. O zero e o infinito. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 21 dez. 1947. 2ª seção, p. 1.
- _____. A atualidade de Zola. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 1 fev. 1948. 2ª seção, p. 1.
- _____. A Rússia e o Socialismo: Democracia e totalitarismo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 29 fev. 1948. 2ª seção, p. 1.
- _____. A Polícia e a GPU. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 25 abr. 1948.
- _____. O caso nacional. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 1 mai. 1948. 2ª seção, p. 1.
- _____. Koestler e o caso judaico. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 30 mai. 1948. 2ª seção, p. 1.
- _____. Hegel e Freud. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 jun. 1948. 2ª seção, p. 1.
- _____. A terceira guerra mundial. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 24 out. 1948. 2ª seção, p. 1.
- _____. A guerra na Coreia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 24 out. 1948. 2ª seção, p. 3.
- _____. A invasão da Coreia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 16 jul. 1950. 2ª seção, p. 4.
- _____. A guerra na Coreia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1950. 2ª seção, p. 3.
- _____. Apaziguamento e capitulação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 29 abr. 1951. 4º Caderno, p. 1.
- _____. O poder da opinião. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 6 mai. 1951. 4ª seção, p. 1.
- _____. Católicos e stalinistas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 2 set. 1951. 4º caderno, p. 1.
- _____. A Inglaterra trabalhista. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 20 out. 1951. 4º Caderno, p. 1.

- _____. Camouflage. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 8 dez. 1951. 2ª seção, p. 3.
- _____. Terrorismo doutrinário. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 3 mai. 1952. 2º Caderno, p. 3.
- _____. O socialismo e a nacionalização do petróleo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 jun. 1952. 2º Caderno, p. 2.
- _____. Os neo-fascistas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 5 jul. 1952. 2º Caderno, p. 2.
- _____. O ressurgimento do nacional-socialismo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 4 out. 1952.
- _____. De Syngman Rhee a Jango Goulart. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 3 jul. 1953.
- _____. Sem rosto próprio. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 5 ago. 1953.
- _____. Os mistificadores do povo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 2 set. 1953.
- _____. O problema da greve. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 13 fev. 1954.
- _____. Escolha desastrada. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 6 abr. 1954.
- _____. Partidos e legendas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 29 set. 1954.
- _____. Golpe e Democracia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 27 jan. 1955.
- _____. O golpe e o Parlamento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 5 fev. 1955.
- _____. Juarez presidente ou ditador. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 24 mar. 1955.
- _____. A grande felonía. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 18 mai. 1955.
- _____. Juarez e o golpismo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 31 mai. 1955.
- _____. Juarez e o Partido Socialista. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 9 jun. 1955.
- _____. Juarez e Perón. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 21 jun. 1955.
- _____. Juarez e a U.D.N. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 28 jun. 1955.
- _____. Juarez e as instituições. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 5 jul. 1955.
- _____. A capitulação da UDN. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 13 jul. 1955.
- _____. A ditadura de Juarez. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 24 jul. 1955.
- _____. Juarez, o Estado e a participação nos lucros. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 31 jul. 1955.

- _____. Juarez e as empresas particulares. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 7 ago. 1955.
- _____. Os pretextos para o golpe. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 21 ago. 1955.
- _____. O problema da anistia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 23 mai. 1956.
- _____. Ibsen e o pensamento de sua época. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 2 ago. 1956.
- _____. A Rússia e a Hungria. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 22 nov. 1956.
- _____. O dilema do médico. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 10, 15 dez. 1956.
- _____. O retorno de Prestes. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 8 abr. 1958.
- _____. Os caranguejos do teatro. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 21 jan. 1960.
- _____. O parlamentarismo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 5 set. 1961.
- _____. O programa ministerial. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2, 19 set. 1961.
- _____. Golpe e revolução. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 29 mai. 1964.
- _____. Essência do movimento. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 2 jun. 1964.
- _____. Golpe e ocupação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 2 out. 1964.
- _____. Reação e revolução. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 25 out. 1964.
- _____. Objetivo e processo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 28 fev. 1965.
- _____. A defesa e o ataque. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 23 mar. 1965.
- _____. O som e a fúria. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 26 set. 1965.
- _____. A lógica dos fatos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 23 ago. 1967.
- _____. Quarup de Antonio Callado. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 jan. 1968. Segundo Caderno, p. 2.
- _____. A História da revolução russa, de Leon Trotsky. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 18 jan. 1968. Segundo Caderno, p. 2.
- _____. O Capital de Marx, resumo de Julian Borchardt. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 27 jan. 1968. Segundo Caderno, p. 2.
- _____. Garaudy e o século XX. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 8 fev. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. A análise crítica de Althusser. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 22 fev. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. Questão de método. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 01 mar. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. Dialética da natureza, de Engels. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. O desafio da França. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 28 mai. 1968.

_____. A ocupação da Tcheco-Eslováquia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 6, 27 ago. 1968.

_____. Marcuse e a sociedade atual. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 27 set. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. Marcuse, a liberdade e o Estado. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 29 set. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. Althusser e o dogmatismo sem dogma. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 25 out. 1968. Segundo Caderno, p. 4.

_____. Ironias da história. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 8 nov. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. Marcuse, a liberdade e o Estado. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 29 nov. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. Antonio Gramsci. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 6 dez. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. O Capital, na íntegra. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 dez. 1968. Segundo Caderno, p. 2.

_____. Entrevista. **Versus**. São Paulo, p. 14, fev. 1978.

_____. Uma conquista popular: a liberdade. **Versus**. São Paulo, p. 17, jun. 1978.

_____. Entrevista. Canudos, a revolução esquecida. **Folha de S. Paulo**. Folhetim. São Paulo, p. 6, 17 dez. 1978.

_____. Estado e Governo: Ditadura do Proletariado. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**. n. 18. Rio de Janeiro, dez. 1979.

_____. Canudos: o suicídio literário de Vargas Llosa. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**. n. 29. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **O espírito das épocas**. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1950.

_____. **Teatro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

_____. Orelha do livro. In: PEDROSA, Mário. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **A guerra social de Canudos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A originalidade das revoluções**: uma visão abrangente do socialismo no século XX. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MONIZ, Heitor. Cada um no seu lugar. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 4, 2 jul. 1935.

_____. O Estado e os extremismos. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 4, 16 jul. 1935.

_____. O fascio e o chefe. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 4, 24 mar. 1936.

_____. Como vive o operário allemão? **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 4, 20 out. 1936.

_____. Heitor Muniz (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 1992. 29 p.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa; FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Uma greve em dois tempos: o movimento nacional dos marítimos de 1953 no Rio de Janeiro e os impasses da historiografia política. **Izquierdas**, n. 49, p. 1230-1242, ago. 2020.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. **O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra**: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

_____. **Stalinismo, revolução política e contrarrevolução**: o movimento trotskista internacional e a teoria do Estado operário burocratizado aplicada ao bloco soviético (1953-91). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2021.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: lutas e autocríticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MORAES, João Quartim de. Crítica e contra crítica do humanismo. **Lutas Sociais**. v. 18, n. 33, p. 75-89, jul./dez. 2014.

MORAES, Rafael. O Governo Castello Branco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: as bases do "Milagre" (1964-1967). **Am. Lat. Hist. Econ.** México, v. 23, n. 2, p. 64-90, agosto 2016.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOVIMENTO CÍVICO DEMOCRÁTICO. Agora, com a palavra os comunistas. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 10 jul. 1975, p. 77. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76107176/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76107176_d0001de0002.pdf. Acesso em 1 jun. 2023.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: história e historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre los orígenes del peronismo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2021.

N DA R. Cartas à Redação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. p. 10. 6 mai. 1964.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

_____. **Georg Lukács: o guerreiro sem repouso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Apresentação. In: KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

NOVELA DA TRAIÇÃO. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76107176/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76107176_d0001de0002.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

NÚCLEO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. Informe. Comissão Geral de Inquérito Policial Militar. (Arquivo Nacional). 1969. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0450/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0450_d0001de0001.pdf.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista. **Estudos Cebrap**, São Paulo-SP, v. 1, c. 6, 1972.

OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. **O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2012.

OLIVEIRA, Tiago de. **Reorganização do movimento trotskista no Brasil – a formação da Organização Socialista Internacionalista (1968-1976)**. Um capítulo da IV Internacional no Brasil. Uma contribuição à história do trotskismo no Brasil. (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. **Entre a crítica das armas e as armas da crítica: trotskistas na ditadura militar (1968-1973)**. Uma contribuição à história do trotskismo no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2018.

OURIQUES, Nildo. **La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica**. Tese (Doutorado em Economia), Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1995.

PACHECO, Diego. **O vermelho das rosas: Cultura política e trabalhismos em Santa Catarina na segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PALAMARTCHUK, Ana Paul. Hamlet acabará Narciso? Associação Brasileira de Escritores (1941-1945). **Antíteses**, v.6, n. 11, p. 100-126, 2013.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARANHOS, Adalberto de Paula. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PARA O DR. JOÃO GOULART. Acerto João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). mai. 1968. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/1261>. Acesso em 11 mai. 2023.

PARA O ESCLARECIMENTO. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Jan. 1967. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/1012>. Acesso em 10 mai. 2023.

PARIS, Robert. **Los orígenes del fascismo**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Estatutos do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: 1945.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. A situação nacional. Tribunal de Segurança Nacional, série Apelação; C8.0.APL.438 v.4 (Arquivo Nacional). Jun. 1937. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/> Acesso em: 10 ago. 2020.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Programa. In: CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

O PASQUIM. Refresco de memória. Rio de Janeiro, p. 14, 15 mar. 1983.

PATENAUDE, Bertrand M. **Trótski: exílio e assassinato de um revolucionário.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PEDREIRA, Fernando. O circo brasiliense. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 11, 11 fev. 1979.

PEDROSA, Mário. Carta aberta à Comissão Nacional da Esquerda Democrática. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 2, 15 mai. 1946.

_____. As eleições, os partidos e o Socialismo. **Vanguarda Socialista,** Rio de Janeiro, p. 1-4, 1 nov. 1946.

_____. O Movimento Renovador. **Vanguarda Socialista,** Rio de Janeiro, p. 1-2, 27 dez. 1946.

_____. A liberdade sindical e os comunistas. **Tribuna da Imprensa.** Rio de Janeiro, p. 4, 14 nov. 1951.

_____. Na encruzilhada. **Tribuna da Imprensa.** Rio de Janeiro, p. 4, 23 out. 1952.

_____. A volta da oposição. **Tribuna da Imprensa.** Rio de Janeiro, p. 4, 29 jan. 1953.

_____. Apelo aos trabalhadores: o líder socialista Mário Pedrosa dirige-se aos sindicalistas independentes. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, p. 5, 29 ago. 1954.

_____. Juarez, um novo reformismo. **Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, p. 4-5, 18 jun. 1955.

_____. A “Batalha da Diplomação” e os Comunistas. **Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, p. 4, 29 out. 1955.

_____. A palavra à Justiça Eleitoral. **Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, p. 4, 1 nov. 1955.

_____. Ordem democrática e realismo político. **Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, p. 4-6, 4 nov. 1955.

_____. O passo histórico. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, 22 jan. 1964. 2º Caderno, p. 1.

_____. **A opção brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. O futuro do povo. **Jornal da República.** São Paulo. p. 4. 1 set. 1979.

_____. Sindicato ou Partido?. **Jornal da República.** São Paulo. p. 4. 2 out. 1979.

_____. **Sobre o PT.** São Paulo: Ched, 1980.

_____. Carta a Lívio Xavier. 8 dez. 1930. In: MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária**: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. A defesa da URSS na guerra atual. **Cad. AEL**, Campinas-SP, v. 12, n.22/23, 2005.

_____. Carta de Mario Pedrosa a Leon Trotsky. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis. (orgs.) **Na contracorrente da história**. Documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940. São Paulo: Sundermann, 2015.

_____; XAVIER, Lívio. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis. (orgs.) **Na contracorrente da história**. Documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940. São Paulo: Sundermann, 2015.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**. 52(2), p. 43-62, julho 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PISANI, Marília Mello. Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse: uma polêmica. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. v.4. n. 1. p. 23-64, mar. 2004.

POERNER, Arthur. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

_____. A invasão do AI-5. Fundação Perseu Abramo. 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/04/18/artur-poerner/>. Acesso em 1 mai. 2023.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Dutra, Adhemar e a repressão ao PCB: o incidente de Ribeirão Preto (1949)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.

PONS, Silvio. **A revolução global**: história do comunismo internacional (1917-1991). Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

_____. Antonio Gramsci e a Revolução Russa: uma reconsideração (1917-1935). **Revista Brasileira de História**. v.37, n. 76, p. 91-111, 2017.

PONTOS PARA DISCUSSÃO. Anexo E. Informe nº 1211. Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). [1979?]. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/79003057/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79003057_d0001de0001.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

POSIÇÃO DE LACERDA. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). abr. 1968. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/1242>. Acesso em 10 mai. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo y dictadura: la III Internacional frente al fascismo**. 3 ed. Madrid: Siglo XXI, 1976.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Carlos Batista. **Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2019.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PREOBRAZHENSKI, Eugen. **La nueva economia**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.

PRESTES, Luiz Carlos. **União Nacional para a Democracia e o Progresso**. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945.

_____. Carta aos Comunistas. Mar. 1980. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso em 22 mai. 2023.

QUELER, Jefferson José; ZANGELMI, Arnaldo José. Por uma revolução branda no campo: significados do vocabulário político das reportagens de Antonio Callado sobre o nordeste (1959-1960). **Revista de História**, n. 179, 2020.

REHDER, Paulo. Lutero quer remoçar PTB para fazer oposição à Revolução. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 ago. 1965, p. 3.

REIS, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____; SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira". **Revista Brasileira de História** [online]. 1999, v. 19, n. 37 [Acessado em 11 Dezembro de 2022], pp. 245-277. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100012>>.

RELATÓRIO. Relatório Edmundo Moniz. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). nov/dez. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/993>. Acesso em 10 mai. 2023.

REUNIÕES. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). out/nov. 1967. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/1117>. Acesso em 10 mai. 2023.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Brasilidade revolucionária**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 38-65. Disponível em: book.scielo.com.

ROIO, Marcos Tadeu Del. **A classe operária na revolução burguesa**. A política de alianças do PCB, 1928-1935. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma historia conceptual de lo político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

RUIZ, Carlos Henrique dos Santos. **A revolta que não houve**: Adhemar de Barros e a articulação contra o golpe civil-militar. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, 2018.

SACCHETTA, Hermínio. Um centrista, antes e depois. **Vanguarda Socialista**, Rio de Janeiro, 28 set. 1945, p. 3-4.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SADER, Emir. Prefácio. In: DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky: O profeta armado** (1879-1921). 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

_____. O impacto da teoria althusseriana da História na vida intelectual brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. v. 3. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SALLES, Orpheu dos Santos. Carta. Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 16 jul. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0005de0013.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

SALVADORI, Massimo L. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) **História do marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. in: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil – Vol. 1: o impacto das revoluções.** 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SANTOS, Raphaela de Almeida. **CGT – Comando Geral dos Trabalhadores do Brasil: movimento sindical e luta política (1960-1964).** Tese (Doutorado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Theotônio dos. Una luz al final del túnel. **Cuadernos del Tercer Mundo.** n. 22. Cidade do México. p. 61-63. jul. 1978.

SARETTA, Fausto. **O elo perdido: um estudo da política econômica do governo Dutra (1946-1950).** Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, 1990.

SARTRE, Jean-Paul *et al.* **Marxismo e existencialismo: controvérsia sobre a dialética.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta?** Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHILLER, Beatriz. Brizola chega aos Estados Unidos com elogios a Carter. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro. p. 4. 23 set. 1977.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história e cultura.** v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1968. in: _____. **O pai de família e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Um seminário de Marx. in: _____. **Sequências brasileiras: ensaios.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SECCO, Lincoln. A pré-história de Gramsci no Brasil (1927-1974). **Novos Rumos.** n. 32, p. 16-28, 2000.

_____. **História do PT.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

_____. **A batalha dos livros – Formação da Esquerda no Brasil.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

SEGRILLO, Angelo. **O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias Figueiroa de. **Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível (1936-1948)**. Tese (Doutorado na História), Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2007.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich: triunfo e consolidação**. V. I. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILUS, Pierre. Carta-aberta ao professor Castro Rebelo. **Vanguarda Socialista**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1947, p. 2.

SILVA, Angelo José da. **Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Hélio. O Dia sem “V”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 13 set. 1945.

_____. **1945: Por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **1922: sangue na areia de Copacabana**. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2004.

_____. **1954: um tiro no coração**. 3 ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel. Éramos “Oito”: A Trajetória da Dissidência Comunista da Guanabara/ Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1964-1973). **Revista Dia-Logos**. 2011, v. 5, n. 5, p. 139-150.

SILVA, José Maria de Oliveira. Rever Canudos: historicidade e religiosidade popular (1940-1995). **Textos de História**. v. 5, n. 1, p. 5-18, 1997.

SILVA, Renato Pereira da. **Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do Correio da Manhã (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SILVEIRA, Mauro José de Souza. **O caso Proconsult: embates na apuração das eleições para o governo fluminense em 1982**. Dissertação (Mestrado em História, Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

SIMIAND, François. Método histórico y ciencia social. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. n. 6, p. 163-202, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SNI. Informe. (Arquivo Nacional). 10 jul. 1967. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70019992/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70019992_d0001de0001.pdf. Acesso em: 01 abr. 2023.

_____. Ficha individual de Ernani do Amaral Peixoto (Arquivo Nacional). 17 abr. 1969. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_1M/0/0/1522/BR_DFANBSB_1M_0_0_1522_d0003de0033.pdf. Acesso em 08 mai. 2023.

_____. Prontuário Edmundo Moniz. (Arquivo Nacional). 16 jul. 1971. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71033627/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71033627_d0001de0001.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

_____. Aviso n. 45. (Arquivo Nacional). 22 jul. 1971. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/71033627/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71033627_d0001de0001.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

_____. Informação n. 3824. (Arquivo Nacional). 12 nov. 1974. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74078002/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74078002_d0001de0002.pdf. Acesso em 2 mai. 2023.

_____. Encaminhamento 004/1975. (Arquivo Nacional) 6 fev. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0002de0013.pdf. Acesso em: 3 mai. 2023.

_____. Aspectos relacionados com a comemoração: aniversário João Goulart. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 10 mar. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0012de0013.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

_____. Terceiro Partido: comentários. Fundo Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 19 mar. 1975, p. 361. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0004de0013.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.

_____. Terceiro Partido – Orpheu Santos Salles. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 20 mar. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0004de0013.pdf. Acesso em 11 abr. 2023.

_____. Informe nº 211: Projeto do terceiro partido. (Arquivo Nacional). 21 mar. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0002de0013.pdf. Acesso em 11 abr. 2023.

_____. União Trabalhista: Terceiro Partido. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 24 mar. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0004de0013.pdf. Acesso em 14 mai. 2023.

_____. Terceiro Partido: União Trabalhista. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 26 mar. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0005de0013.pdf. Acesso em 17 mai. 2023.

_____. União Trabalhista Brasileira. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 30 abr. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76107176/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76107176_d0001de0002.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

_____. Informe: Orpheu Santos Salles – seu negócios na China e dr. João Goulart. (Arquivo Nacional). 12 jul. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0010de0013.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

_____. Informe: Orpheu Santos Salles. (Arquivo Nacional). 3 set. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0010de0013.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

_____. Orfeu Santos Salles. (Arquivo Nacional). 22 set. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0010de0013.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. Memo N° 532. (Arquivo Nacional). 16 mar. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74100141/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74100141_d0008de0013.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

_____. Inf. 4097. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 12 jul. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76095189/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095189_d0001de0001.pdf. Acesso em 11 mai. 2023.

_____. Um partido socialista ou democrata-social. (Arquivo Nacional). 17 ago. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76097893/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76097893_d0001de0001.pdf. Acesso em 1 jun. 2023.

_____. Democracia Social. (Arquivo Nacional). 1 set. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76097900/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76097900_d0001de0001.pdf. Acesso em: 1 jun. 2023.

_____. Memo n° 2798. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 17 nov. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76107176/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76107176_d0001de0002.pdf. Acesso em 25 mai. 2023.

_____. Informe n° 8151: Edmundo Moniz. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 14 dez. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76097968/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76097968_d0001de0001.pdf. Acesso 14 mai. 2023.

_____. Informe nº 8278. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 20 dez. 1976. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76099967/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76099967_d0001de0001.pdf. Acesso em 20 mai. 2023.

_____. Informe nº 1594. (Arquivo Nacional). 4 abr. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/78111765/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78111765_d0001de0001.pdf

_____. Informe nº 2079. (Arquivo Nacional). 26 abr. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/78111217/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78111217_d0001de0001.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

_____. Informação nº 455: Atividades subversivas – Reunião da Convergência Socialista. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 20 jul. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/78114488/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78114488_d0001de0001.pdf. Acesso em 15 mai. 2023.

_____. Registros sobre Armindo Marcílio Doutel de Andrade. (Arquivo Nacional). 30 out. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1531/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1531_d0001de0001.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.

_____. Informe nº 181. (Arquivo Nacional). 13 nov. 1978. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/81009378/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81009378_d0001de0001.pdf. Acesso em 1 jun. 2023.

_____. Informe nº 1211. Atividades de Leonel de Moura Brizola. (Arquivo Nacional). 20 jun. 1979. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/79003057/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79003057_d0001de0001.pdf. Acesso em 14 mai. 2023.

_____. Informe n 1296. Reunião do PTB em Lisboa. (Arquivo Nacional). 29 jun. 1979. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/79002364/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79002364_d0001de0001.pdf. Acesso em 15 mai. 2023.

_____. Informação nº 017. Seminário internacional sobre o relatório da "Comissão Brandt" e seus desdobramentos na América Latina. (Arquivo Nacional). 20 ago. 1980. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ccc/80003553/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_80003553_d0001de0001.pdf.

_____. Informação n. 573. Campo Político. Fundo: Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 11 set. 1980. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80011488/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80011488_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

_____. Informação n. 133. Atos públicos em homenagem ao quadragésimo aniversário de Leon Trotsky. Fundo Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 16 out. 1980.

Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/80011488/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80011488_d0001de0001.pdf. Acesso em 20 mai. 2023.

_____. Informe nº 3586. Encontro de Brizola com Prestes. Fundo: Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 23 jun. 1982. Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82025144/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82025144_d0001de0001.pdf. Acesso em 23 mai. 2023.

_____. Informe nº 03727. Posição de Elementos do PDT/RJ. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 1 jul. 1982. Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82025545/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82025545_d0001de0001.pdf. Acesso em 23 mai. 2023.

_____. Informe nº 1710: Encontro Leonel Brizola – Luiz Carlos Prestes.. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 8 jul. 1982. Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/82025614/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_82025614_d0001de0001.pdf. Acesso em 22 mai. 2023.

_____. Resenha semanal. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 23 ago. 1982. Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0286/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0286_d0001de0001.pdf. Acesso em: 23 mai. 2023.

_____. Resenha semanal. Fundo: Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). 20 set. 1982. Disponível em:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_z4/dpn/pes/pfi/0286/br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0286_d0001de0001.pdf. Acesso em 23 mai. 2023.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases ideológicas do lacerdismo. **Revista Civilização Brasileira**, v. 1, n. 4, p. 49-70, set. 1965.

SOB NOVA BANDEIRA. Política integralista e política anti-integralista. n. 3. set. 1937.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. 9 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, Herbert de; SANTOS, Theotonio dos. Brasil: as relações com a administração Carter. **Cadernos do Terceiro Mundo**. n. 11. Lisboa. p. 75-80. fev. 1979.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1976.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SWEEZY, Paul. Uma crítica. In: SWEEZY, Paul. et. al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TALARICO, José Gomes. Carta a João Goulart. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC). 5 mar. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/401>. Acesso em 11 mai. 2023.

_____. Carta a João Goulart. Acervo João Goulart. Fundo Exílio (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC). 12 out. 1966. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/Exilio/954>. Acesso em 11 mai. 2023.

_____. Carta a João Goulart. Serviço Nacional de Informações. (Arquivo Nacional). p. 11. 9 jul. 1967. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/70019992/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70019992_d0001de0001.pdf.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. **Capitalismo e questão agrária**: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil (1946-1964). Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 1986.

TELLES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

TERTULIAN, Nicolas. György Lukács e o stalinismo. **Verinotio**. v. 27, n. 1, p. 88-124.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A formação da classe operária**. V. I. A árvore da liberdade. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **William Morris**. De romântico a revolucionário. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1988.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de Esquerda**: Marxismo, História e Memória. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Em cima da hora. Rio de Janeiro, p. 4, 5 jul. 1955.

_____. Lacerda lança manifesto-base da União Popular para evitar ditadura. Rio de Janeiro, p. 4, 28 out. 1966.

TRIBUNA POPULAR. Um telegrama do Partido Comunista ao sr. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 1-2, 15 ago. 1945.

_____. Prestes em sabatina com funcionários da Justiça. Rio de Janeiro, p. 2, 16 mar. 1946.

TROTSKY, Leon. O “Terceiro Período” dos erros da Internacional Comunista. 8 jan. 1930. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/01/08.htm>.

_____. El giro de la Internacional Comunista y la situación en Alemania. 26 set. 1930. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1930/giro-aleman.htm>.

_____. La tragedia del proletariado alemán: Los obreros alemanes se levantarán de nuevo. ¡El stalinismo jamás!. 14 mar. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/marzo/14.htm>.

_____. Es necesario construir partidos comunistas y una internacional nuevos. 15 jul. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/1933/julio/15.htm>.

_____. La naturaleza de clase del Estado soviético. 1 out. 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro3/T05V127.htm>.

_____. Entrevista para los norteamericanos. 16 jan. 1937. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/////trotsky/ceip/escritos/libro5/T08V116.htm>.

_____. Bonapartismo e Fascismo. **Sob Nova Bandeira**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 19, set. 1937.

_____. **Literatura e revolução**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

_____. **Escritos**. Tomo X (1938-39). Vol. 2. Bogotá: Editorial Pluma, 1976.

_____. **História da Revolução Russa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **A revolução traída**. São Paulo: Global Editora, 1980.

_____. **Escritos latinoamericanos**. 3 ed. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2007.

_____. Balanço e Perspectivas. In: TROTSKY, Leon. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Editora Sundermann, 2010.

_____. A URSS e a Guerra. In: TROTSKY, Leon. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Editora Sundermann, 2011.

_____. Resposta de Leon Trotski a Mario Pedrosa. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis. (orgs.) **Na contracorrente da história**. Documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940. São Paulo: Sundermann, 2015.

_____. **Minha Vida**. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

UNIÃO DEMOCRÁTICA SOCIALISTA. Manifesto. In: CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

UNIÃO SOCIALISTA POPULAR. Programa Mínimo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 jun. 1945.

_____. A U.S.P protesta contra a modificação da Lei Num. 9. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 1, 14 out. 1945.

_____. A União Socialista Popular e a entrega do poder ao Judiciário. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 nov. 1945.

_____. A União Socialista Popular e as próximas eleições para a presidência da República e a Assembleia Constituinte. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 28 nov. 1945.

UNIÃO TRABALHISTA BRASILEIRA. Manifesto. Fundo: Serviço Nacional de Informações (Arquivo Nacional). 1 mar. 1975. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/76107176/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76107176_d0001de0002.pdf. Acesso em 12 mai. 2023.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas**: uma história social do cinema no alvorecer da Guerra Fria, 1945-1954. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

VANGUARDA SOCIALISTA. Posição política. Rio de Janeiro, p. 1-4, 31 ago. 1945.

_____. Definição. Rio de Janeiro, p. 1-4, 14 set. 1945.

_____. Nós e as eleições. Rio de Janeiro, p. 1-5, 23 nov. 1945.

_____. Ainda a convenção da Esquerda Democrática. Rio de Janeiro, p. 2-6, 26 abr. 1946.

_____. Votem pelo socialismo. Rio de Janeiro, p. 1-2, 20 dez. 1946.

_____. A Plataforma de Edmundo Moniz. Rio de Janeiro, p. 1-2, 27 dez. 1946.

_____. A plataforma socialista. Rio de Janeiro, p. 1, 3 jan. 1947.

_____. Algumas decifrações eleitorais. Rio de Janeiro, p. 1-2, 24 jan. 1947.

VEJA. Missão Socialista. São Paulo, p. 24-25, 2 nov. 1977.

VELASQUES, Muza Clara Chaves. **Homens de letras no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niteroi, RJ, 2000.

LA VERITÉ. Leon Trotsky assassiné. Paris, n. 1, p. 2, 31 ago. 1940. Disponível em: http://www.cermtri.com/system/files/Adherents/V1940_1_0.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

VERSUS. **A semana dos socialistas**. São Paulo, p. 4, mai. 1978.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

VILLA, J. M. Vidal. **Teorias del imperialismo**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A Revolução Coreana**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. **Origens do Janismo**: São Paulo, 1948/1953. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência**: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra). **Estudos Cebrap**, v. 4, São Paulo, 1973.

_____. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

XAVIER, Lívio. Confidências de Lívio Xavier. **Versus**. São Paulo, p. 33, fev. 1978.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.